

plura

Revista de Ciências Sociais



31 .2

::: revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA USP

31.2

Departamento de Sociologia Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitora: Profª. Drª. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins
Vice-Diretora: Profª. Drª. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia
Chefe: Prof. Dr. Fernando Pinheiro Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação:
Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Equipe Editorial - Revista Plural v. 31, n. 2

Comissão Editorial
Alvaro A. Comin, Universidade de São Paulo
Fernando Antônio Pinheiro, Universidade de São Paulo
Ricardo Mariano (Editor Responsável), Universidade de São Paulo

Assistentes Editoriais
Jessica Mazzini Mendes (Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo), Emerson RC. Palmieri (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Gabriel Teles Viana (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP), Shélida Maria Silverio Pedreira (Doutoranda em Sociologia no PPGS/USP), Raimundo Paulino da Silva (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), José Diniz da Costa Júnior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Natália de Sá Ribeiro de Barros Barreto (Mestranda em Sociologia, Universidade de São Paulo)

Monitores
Gabriel Teles Viana (Doutorando em sociologia - bolsista ACBD/USP), José Diniz da Costa Júnior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo)

Comissão Executiva
(Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP)
Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira, Lucas de Souza Gonçalves, Lucca Ignacio Morais Luiz, Martha Hitner dos Santos, Vanessa Nobre Nunes, Dayvison Wilson Bento da Silva, Nathalia Mansour de Oliveira, Paula Pagliari de Braud, Bruna de Santana Souza, Guilherme Olímpio Fagundes, Bianca Lombarde, Gisele Vilalta, Fernanda Fernandes Anjos, Natália de Sá Ribeiro de Barros Barreto, Michelly Andrade Rosa, Priscila dos Santos Rodrigues, Jade Gonçalves Roque, Fernanda Reis Nunes Pereira

Comissão organizadora do dossiê
Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013

Rafael de Souza (UFF)
Olivia Cristina Perez (UFPI)
Fillipe Alexandre Oliveira Alves (UFF).

Conselho Científico
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wik, Heloisa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico.

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900. São Paulo - SP - Brasil.
e-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>
Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416
Instagram: https://www.instagram.com/plural_usp

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2024. *Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 31, n. 2, jul./dez., 2024 (publicado em janeiro de 2025).

Equipe Técnica
Diagramação: [Diagrama Editorial](#)
Capa: Marcela Cantuária. Título: Fantasmas da Esperança. Óleo e acrílica sobre tela e madeira. 320 x 450 cm. 2018. Coleção Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo. Foto: Vicente de Mello.
Financiamento: Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD/USP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

Dossiê

Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013

Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013	5
Rafael de Souza, Olivia Cristina Perez, Fillipe Alexandre Oliveira Alves	
Como nomear a diversidade regional?	14
Olívia Cristina Perez, Kellen Carvalho De Sousa Brito	
Mulheres das águas: do grito da pesca ao grito da pescadora artesanal	32
Vladimir Félix, Cássio Marques Ribeiro, Osmar Rufino Braga, Alessandra Sávia da Costa Masullo	
“A gente se uniu pela dor”: coletivos de mães e práticas de (re)existência frente à violência do Estado no Ceará	53
Jéssica Silva Rodrigues, João Paulo Pereira Barros, Carla Jéssica de Araújo Gomes, Levi de Freitas Costa Araújo, Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala, Antonio Caio Renan Silva Penha	
Resistência urbana através da metanarrativa: o direito ao território mobilizado através de festas e memória social ritualizada	74
Marília Passos Apoliano Gomes	
Os alternativos dos alternativos: iniciativas comunicativas contra-hegemônicas em Teresina (PI)	94
Samária Andrade, André Gonçalves, Vitória Pilar, Ricardo Claro	
Experimentações democráticas sociocentradas na descolonização de práticas de participação: o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia	114
Adriane V. Ferrarini, Altemar Felberg, Valéria Giannella	
O Junho dos interiores: dinâmicas do protesto e experiências políticas de ativistas e militantes no interior dos estados nas Jornadas de 2013	137
Luis Antonio Groppo, Gislene da Silva, Flávia Alves de Sousa	

Coletivos Culturais em São Paulo: Resistência e subsistência diante da Pandemia do Covid-19	158
Lucca Tori, Luana Homma	
As Jornadas de 2013 no Pará: a socialização política de jovens militantes.	178
Luiz Carlos Felizardo Júnior, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Josefa Alexandrina Silva	
A Frente Feminista do Pará: uma análise do repertório de ativismo na cidade de Belém	200
Rayza Sarmento, Adriany Vanessa de Lima	
Ciclos de bloqueios de rodovia em Novo Progresso (Amazônia)	217
Renata Barbosa Lacerda	
A ascensão da extrema-direita pós-mobilizações de 2013 no Brasil: uma análise da cultura política dos jovens em Porto Alegre (RS).	237
Jennifer Azambuja de Moraes, Patrícia Figueiredo da Rocha, Isabella Rocha Zanin	
Ocupação como texto: notas sobre textualizações estudantis em universidades cearenses em 2016.	266
Daniel Macêdo, Márcia Vidal Nunes	
Análise de Eventos de Protesto: decisões metodológicas na organização do Banco de Eventos de Protesto (BEP) 2013-2016	288
Angela Maria Alonso, Patrícia Jimenez Rezende, Rafael de Souza, Viviane Brito de Souza	
O mercado de idiomas: distinções e disputas pelo “global”	324
Allana Meirelles, Mariana Rudge Bortoli	
Esoterismo e democracia: alguns esclarecimentos, Wouter Hanegraaff	347
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	
Protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina ao longo do tempo e as relações Governo-Igreja	377
Jéssica Marcela Kaufman	

Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013

Rafael de Souza^a, Fillipe Alexandre Oliveira Alves^b Olivia Cristina Perez^c

Protestos entraram em cena. A observação, embora possa soar prosaica e talvez possa ser lida como anacrônica, uma vez que o Brasil teve episódios de mobilização frequentes e intensos ao longo do século XX, traduz transformações recentes incontornáveis para a reflexão sociológica contemporânea nacional. Este dossiê contribui para o debate acerca da política de protestos no Brasil atual, a partir de um deslocamento analítico que busca sobretudo alargar a compreensão do ativismo de rua fora dos grandes centros urbanos, visando cartografar casos em territórios geográficos pouco explorados na literatura nacional sobre movimentos sociais. Este dossiê¹ busca assim também destacar manifestações promovidas por coletivos como mulheres indígenas, pescadoras artesanais, juventudes periféricas dentre outros, que são frequentemente negligenciados em estudos centrados em movimentos urbanos ou em grandes capitais

Desde 2013, com o ciclo de protestos daquele ano, diferentes atores políticos, temas, agendas e um conjunto novo de identidades políticas passaram a ganhar visibilidade e impacto político por meio do protesto e da política não-institucional. Em meio à aparente disparidade dessas múltiplas formas de fazer política, o que se sobressaiu foi o retorno do protesto de rua como espaço privilegiado de embate político. Os protestos de 2013 marcaram o início de uma nova fase, influenciando tanto a composição quanto às estratégias dos movimentos sociais nos anos seguintes, e por conseguinte o campo de estudos sobre o tema.

Houve, a partir daí, uma retomada dos estudos de movimentos sociais, impulsionada pelo aumento da visibilidade dos protestos e pela emergência de novos

A Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: souza_ra@id.uff.br

B Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: fillipe_alves@id.uff.br

C Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br

1 O dossiê surge também a partir de discussões fomentadas no bojo do Protesto das Margens: Linguagem, Repertório e Agências antirracistas no século XXI do núcleo Afro Cebrap e que está ativo desde o ano de 2021 coordenado pela professora Flavia Mateus Rios, com o objetivo principal de compilar, sistematizar e analisar eventos de protesto com temas raciais e em comunidades periféricas no Brasil de 2013 a 2022.

repertórios de ação coletiva. O objeto viu seu apogeu nos anos 1980 com os movimentos pró-redemocratização, mas cujas promessas e encruzilhadas trazidas pela Constituinte de 1988 e a Nova República, deslocaram o interesse nos anos 1990 para grupos mais formalizados como ONGs e associações da sociedade civil. O foco então passava das ruas para as instituições estatais (ALONSO, 2009).

Com a chegada dos anos 2000, esse quadro se transmutou gradualmente até culminar no ciclo de protestos de junho de 2013 e na explosão de estudos acerca de movimentos sociais (Alonso, 2017; 2023; Tatagiba e Galvão, 2019; Kunrath et, 2011; PEREZ,2019; Maciel e Machado, 2021). A vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2003 e a lenta formação de um campo autonomista de contestação da política burocratizada contribuíram para a renovação nos movimentos sociais na arena pública. Com o ciclo inaugurado em junho de 2013, passando pela campanha contra a Copa do Mundo, as mobilizações em torno do impeachment de Dilma Rousseff (PT), a Primavera Feminista que culminaria no #EleNão em 2018 e as frequentes quedas de braço entre o campo da esquerda e a extrema-direita nas ruas a partir do governo de Jair Bolsonaro em 2019, as ruas passaram a ser um objeto de destaque na sociologia dos movimentos sociais.

Apesar dos avanços teóricos e metodológicos, como o desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa para o estudo de protestos e movimentos sociais, as análises predominantes ainda centralizam os acontecimentos nas capitais da região Sudeste. Este dossiê, intitulado “Para Além do Centro: Atores Coletivos Periféricos, Movimentos Sociais e Territórios Marginais na Política de Confronto Pós-Junho de 2013”, busca redirecionar o foco para essas margens, explorando os conflitos, resistências e agenciamentos que têm moldado os espaços menos visibilizados do Brasil contemporâneo.

Organizado por Rafael de Souza (UFF), Fillipe Alves (UFF) e Olívia Cristina Perez (UFPI), este volume reúne contribuições originais sobre as práticas políticas e culturais de coletivos e movimentos sociais situados além das tradicionais arenas de visibilidade midiática e acadêmica. Ao mapear conflitos que perpassam as últimas décadas, os artigos apresentados neste dossiê destacam a potência política de atores historicamente marginalizados, como mulheres indígenas, pescadoras artesanais, coletivos negros, movimentos feministas e juventudes periféricas. Faz isso tendo atenção especial à variação geográfica da política de rua e à vastidão dos diferentes atores, agendas e estratégias de mobilização para além das fronteiras de capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. A partir de uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, os textos analisam como as dinâmicas locais configuram novas formas de olhar para o cenário nacional, revelando novos reper-

tórios de confronto, atores coletivos e pautas contra estruturas opressivas. Questões como a luta por reconhecimento territorial, a memória social como resistência, o enfrentamento ao racismo ambiental e a violência de Estado são tratadas neste volume. Cada contribuição atesta a vitalidade da política nas margens e amplia nossa compreensão das múltiplas geografias do confronto pós-2013.

O primeiro texto serve como uma introdução teórica frente aos debates acerca das identidades periféricas e a diversidade regional no Brasil contemporâneo. Intitulado “Como nomear a diversidade regional?”, de Olivia Cristina Perez (UFPI) e Kellen Carvalho de Sousa Brito (UFPI), o artigo revela a necessidade de um olhar para as múltiplas clivagens que compõem o território. Assim o espaço social e geográfico, são recortados por divisões importantes para a construção de identidades em fluxo. Clivagens como classe social, gênero, raça, sexualidade e região interagem e criam hibridismos políticos-culturais que representam um desafio analítico e metodológico. As autoras insistem corretamente na necessidade de reconhecimento da inventividade e autonomia dos próprios atores coletivos em seu ato de autonomear suas identidades e seu pertencimento ao território. Em outros termos, as autoras convidam o leitor, e a academia em geral a repensar as epistemologias do saber científico tendo como pano de fundo um diálogo profundo com os agentes estudados.

Entre os textos reunidos tratando dos casos, a viagem pela geografia política do país começa com o artigo “Mulheres das águas: do grito da pesca ao grito da pescadora artesanal”, de Vladimir Félix (UFDPar), Cássio Marques (CUFSA), Osmar Braga (UFDPar) e Alessandra Masullo (UFC), e explora como as pescadoras artesanais constroem processos de resistência e busca por reconhecimento socioespacial. Este texto aborda questões como racismo ambiental e os impactos do capitalismo sobre territórios pesqueiros, revelando o processo de formação das pautas que permeiam os movimentos sociais pesqueiros. As dinâmicas de exclusão econômica e ambiental que afetam diretamente os territórios pesqueiros, como a grilagem de terras e a exploração dos recursos naturais, estão no cerne das lutas desses movimentos. Assim, o autor busca evidenciar a linha porosa que separa o cotidiano e o ativismo político, ressaltando a transformação que diferentes espaços e experiências exercem para a ativação de identidades políticas.

A luta contra a violência de Estado aparece como tema central no artigo “A gente se uniu pela dor: coletivos de mães e práticas de (re)existência frente à violência do Estado no Ceará”, de Jéssica Silva Rodrigues (UECE), João Paulo Pereira Barros (UFC), Carla Jéssica de Araújo Gomes (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC) e Antonio Caio

Renan Silva Penha (UFC), investiga como coletivos de mães no Ceará, como “Mães do Curió” e “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”, emergem como dispositivos psicossociais de resistência frente à violência de Estado. A partir de uma pesquisa-inter(in)venção qualitativa, os autores analisam como essas mulheres transformam o luto em luta política, promovendo apoio mútuo e construindo novos repertórios de enfrentamento contra a necropolítica que vítima das juventudes negras e periféricas. O estudo ressalta as dimensões de cuidado e coletivização do sofrimento, evidenciando como os coletivos articulam memória e justiça, reafirmando a importância da aliança entre corpos e narrativas na reconfiguração de práticas de resistência em contextos de violência sistêmica.

De forma semelhante, O artigo “Resistência urbana através da metanarrativa: o direito ao território mobilizado através de festas e memória social ritualizada”, de Marília Passos Apoliano Gomes (UFPI), explora as estratégias de resistência e ativismo da comunidade do Poço da Draga, em Fortaleza-CE, frente às ameaças de remoção causadas por projetos de revitalização urbana. A autora analisa como as visitas guiadas, celebrações de aniversário e outros rituais de memorialização mobilizam a identidade coletiva e fortalecem a permanência dos moradores. Com base em uma etnografia realizada entre 2015 e 2017, complementada por atualizações em 2021 e 2022, o artigo destaca a centralidade das narrativas de pertencimento e da memória como instrumentos de luta sociopolítica. Além disso, evidencia como práticas cotidianas e eventos ritualizados constituem formas eficazes de resistência contra a gentrificação e reafirmam a importância da geografia na construção da identidade comunitária.

Seguindo para Teresina, o papel das mídias alternativas e contra-hegemônicas é explorado no artigo “Os alternativos dos alternativos: iniciativas comunicativas contra-hegemônicas em Teresina (PI)”, de Samária Araújo de Andrade (UESPI), André Luiz Carvalho Gonçalves (UFPI), Vitória Sousa Pilar (UESPI) e Luis Ricardo de Sousa Claro (UESPI), que investiga como meios de comunicação independentes emergem em cenários periféricos, tensionando estruturas de poder midiático tradicionais. Por meio de entrevistas com os midiáticos, o trabalho reenquadra a questão das mídias digitais e sua relação com a política enfatizando as mudanças no contexto do capitalismo global e como esse processo cria conflitos, atores coletivos e resistências.

Por sua vez, “Experimentações democráticas sociocentradas: o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia”, escrito por Adriane Vieira Ferrarini (Universidad de Antioquia), apresenta um estudo inovador sobre práticas decoloniais e autônomas de organização política, demonstrando a vitalidade dos

movimentos indígenas na reinvenção de modelos democráticos. A autora propõe um construtivo confronto entre o legado da teoria da participação em solo nacional e as estratégias teórico-metodológicas decoloniais, enfatizando sobretudo como atores situados em áreas e locais políticos limítrofes constroem criativamente diferentes noções de democracia que recuperam e reinventam saberes tradicionais. Em resumo, a autora busca cartografar essa alteridade política conflitiva na construção do Estado brasileiro em seus múltiplos territórios.

O artigo “O Junho dos interiores: dinâmicas políticas fora do eixo nas jornadas de 2013”, escrito por Luís Antonio Groppo (UNIFAL), que ilumina protestos e mobilizações em cidades do interior do Brasil, desconstruindo narrativas centradas nas metrópoles do Sudeste. O artigo opta por uma pegada comparativa, muito presente na Teoria do Confronto Político praticada no Atlântico Norte, mas que ainda não ganhou tração nos estudos desta natureza em solo nacional. Olhando para cidades pequenas e médias, longe das capitais estaduais, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o autor pode flagrar como junho de 2013 teve distintas significações políticas em função do território.

O artigo “Coletivos culturais em São Paulo: resistência e subsistência diante da pandemia de Covid-19”, de Lucca Amaral Tori (USP) e Luana Hanaê Gabriel Homma (UFABC), investiga como coletivos culturais na cidade de São Paulo enfrentaram os desafios impostos pela pandemia de Covid-19. Baseado em entrevistas semi-estruturadas e revisão bibliográfica, o estudo explora as estratégias de resistência e organização autônoma dos coletivos “Coletivo da Quebrada” e “coletivA”, analisando suas práticas, dificuldades e adaptações durante o período de distanciamento social. O artigo destaca como os coletivos reconfiguraram suas atividades a partir do uso intensificado de tecnologias digitais e mobilizaram editais públicos, como a Lei Aldir Blanc, para garantir a continuidade de suas ações. Além disso, evidencia o papel das redes de solidariedade e do trabalho coletivo como instrumentos de subsistência em contextos de crise, reforçando a relevância das políticas públicas emergenciais para o setor cultural.

Em “As Jornadas de 2013 no Pará: a socialização política de jovens militantes”, de Luiz Carlos Felizardo Júnior (UFMG), Crisolita Gonçalves dos Santos Costa (UFPA) e Josefa Alexandrina Silva (UNIFAL), o artigo dá um salto empírico notável ao enfatizar um caso pouco estudado na literatura sobre junho de 2013. Apesar da reconhecida extensão com que os protestos de junho se difundiram sobre o território nacional, aqui os autores pontuam o papel das diferentes dinâmicas regionais sobre as demandas e identidades coletivas. Partindo de um quadro que combina conceitos de diferentes correntes teóricas, os autores evidenciam o papel formativo de junho

de 2013 na socialização política de uma geração e a importância dos cruzamentos interseccionais na construção desses sujeitos políticos. O texto, portanto, discute a formação de novos agentes políticos no Norte do país, evidenciando como essas mobilizações moldaram as práticas políticas de juventudes periféricas.

O próximo artigo trouxe consigo um encadeamento metodológico de diferentes técnicas com o objetivo de compreender a atuação da Frente Feminista do Pará (FFPA), renovando o foco em outras territorialidades políticas expressas em outros trabalhos deste dossier. Rayza Sarmento (UFPB) em seu artigo “A Frente Feminista do Pará: uma análise do repertório de ativismo na cidade de Belém” convida o leitor a compreender o lento processo de construção de repertórios de confronto no estado do Pará. A autora, por meio de um vasto material empírico, analisa os impasses e decisões que moldam a construção de repertórios por parte dos ativistas. O foco aqui reside nas diferentes estratégias que as ativistas usam para reforçar fronteiras ou estreitar laços, sedimentando uma relação sempre cambiante com a política institucional.

Tomando uma nova direção, o texto “Ciclos de bloqueios de rodovia em Novo Progresso (Amazônia)”, de Renata Barbosa Lacerda (UFRJ) ajuda a levar o nosso olhar para uma performance típica e muito comum do repertório de ação no Brasil, mas pouco estudada até o presente momento: os bloqueios de rodovias. O artigo serve justamente como exemplo daquilo que o dossier mirou. O foco nas grandes capitais acaba por deixar de lado uma performance política bastante difundida no interior do país. Os bloqueios costumam ser mobilizados por uma diversidade de atores coletivos, com diferentes alvos e pautas políticas. A autora, através de uma diversidade de fontes, analisa a continuidade dessa performance desde 2002 mostrando como a performance longe de ser uma tática “espontaneísta”, na verdade amarra uma diversidade de atores políticos situados na fronteira com o Estado.

Já rumando para o extremo Sul do país, “A ascensão da extrema direita pós-mobilizações de 2013 no Brasil: uma análise da cultura política dos jovens em Porto Alegre/RS”, de Jennifer Azambuja de Moraes (UFRGS), volta as atenções para a chamada “nova direita”. Com o impeachment de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, a sociologia brasileira viu surgir uma “mini-indústria” sobre os estudos de direita. Contudo, esses estudos tendem a sublinhar sobretudo os casos voltados nas grandes capitais do Sudeste. Outro ponto importante é que esses estudos estão voltados sobretudo para os ativistas pertencentes a grupos como Movimento Brasil Livre e ou apoiadores de Bolsonaro. Daí a novidade do texto que por meio de *surveys* longitudinais em jovens entre 13 e 24 anos na cidade de Porto Alegre procura entender as bases ideológicas dessa nova direita em ascensão. O estudo,

portanto, nos leva a entender as bases potenciais de recrutamento de ativistas e sua dinâmica política geograficamente situada.

Fechando a viagem, o artigo “Ocupação como texto: notas sobre as gramáticas de ação política de estudantes cearenses em 2016”, de Daniel Macêdo (UFOP) e Márcia Vidal Nunes (UFC), analisa o contexto político cearense após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Com as jornadas de junho, uma das ênfases da bibliografia recaiu sobre o papel das redes sociais na ebulação política daquele momento. O autor renova a aposta teórico-metodológica, mas recupera desta vez o trânsito entre o universo online e offline durante o ativismo. Como foco, o artigo procura entender como ocupações, outra performance bastante comum no repertório de confronto nacional, são construídas através da interação entre identidades, pautas e atores coletivos operando nos ambientes online e offline, mostrando como a territorialidade política não se resume ao espaço físico, mas é atravessado também pelas representações online nos espaços.

Por fim, o dossiê também apresenta uma novidade ao trazer o texto “Análise de Eventos de Protesto: decisões metodológicas na organização do Banco de Eventos de Protesto (BEP) 2013-2016” de Angela M. Alonso (USP), Patrícia Jimenez Rezende (USP), Rafael de Souza (UFF) e Viviane Brito de Souza (USP). Mais do que um artigo, o texto traça todo o processo de construção do Banco de Eventos de Protesto (BEP, 2013-2016). O material veio na esteira dos eventos de 2013 e faz parte de iniciativas recentes de construir análises do ciclo recente a partir da Análise de Eventos de Protesto, técnica de pesquisa mais do que respaldada nos trabalhos de Charles Tilly, colegas e seguidores. Como trilha principal, o artigo traça todas as principais decisões presentes em um projeto desse tipo e que ajudaram a construir o BEP: definição de eventos de protesto, seleção de fontes, escopo da amostra, construção das variáveis e, por fim, codificação, consistência e métodos de análise. O texto, portanto, visa refletir sobre as dificuldades na construção de projetos focados em protesto, ao mesmo tempo que oferece aos leitores um ponto de apoio não-dogmático para construção de suas pesquisas individuais, visando difundir e aprofundar estudos que mobilizem a análise de eventos de protesto em solo nacional.

Como conclusão, o dossiê quis destacar não somente a pluralidade de casos, mas também a variedade de aportes teóricos metodológicos. Das teorias da subjetivação à Teoria do Confronto Político, os trabalhos aqui reunidos representam a vitalidade dos estudos de movimentos sociais e protesto em outros locais de produção acadêmica no Brasil. Os textos apresentados aqui concebem os movimentos sociais como estratégias de ação coletiva que desafiam estruturas de poder e expressam demandas públicas por meio de campanhas sustentadas, repertórios diversos e demonstrações

de valor, unidade, número e comprometimento (VUNC) (Charles Tilly, 2010). Essas formas articulam a contestação de grupos marginalizados em contextos onde as instituições formais não atendem adequadamente às suas necessidades, criando novas linguagens e práticas políticas. As contribuições aqui reunidas reafirmam a relevância das mobilizações enquanto práticas democráticas em contextos adversos. Desde bloqueios rodoviários na Amazônia até festas comunitárias como resistência urbana, os artigos mostram repertórios de ação adaptados às especificidades locais, reforçando a relevância de culturas e identidades comunitárias na construção de mobilizações. Além disso, campanhas sustentadas, como as lideradas por pescadoras artesanais e coletivos indígenas, demonstram o poder transformador das margens na reconfiguração do cenário político nacional.

Além disso, os textos que indicam como as interseccionalidades e as dinâmicas regionais redefinem os debates sobre o ciclo de confrontos políticos iniciado em 2013 (Rios et al., 2018), apontando a necessidade de superar análises sudeste-cêntricas (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Nesse sentido, nos convidam a refletir como as interseccionalidades de raça, gênero e território estruturam repertórios e demandas, revelando que as margens não apenas reagem, mas produzem novas formas de resistência e invenção política. Assim, o dossiê reafirma o papel das periferias como locais de contestação e transformação.

Este dossiê não apenas documenta essas mobilizações, mas também busca provocar um diálogo crítico sobre a necessidade de descentralizar os estudos sobre política no Brasil. Ao desafiar perspectivas sudestecêntricas, os artigos reunidos expandem os horizontes analíticos, demonstrando que as margens não são apenas receptores passivos de políticas centralizadas, mas espaços de invenção, resistência e transformação.

Este volume é, portanto, uma celebração da pluralidade política brasileira e uma convocação para repensar os marcos teóricos e metodológicos que têm norteado os estudos sobre protestos e movimentos sociais. Além disso, o dossiê pode apontar para caminhos profícuos para pesquisas futuras. A construção de bases compartilhadas de dados sobre eventos de protesto pode permitir por exemplo importantes insights comparativos entre os distintos territórios, ajudando a compreender padrões e diferenças entre as regiões e seus modos de fazer política. Isso permitiria por exemplo compreender diferentes trajetórias de mobilização na geografia brasileira. Novas investigações futuras poderiam compreender as diferentes trajetórias regionais de polarização política e seus impactos atuais.

Por fim, outros dois pontos podem receber mais atenção futuramente. A relação entre território e o ativismo pode ainda ser estudada sob o ponto de vista

das diferentes escalas de atuação – do local ao global – procurando entender como os ativistas equacionam diversas estratégias nessas escalas. Vários trabalhos procuraram retratar como os territórios também eram equacionados com diferentes identidades e clivagens políticas, levando a concluir que mais estudos precisam enfrentar a interseccionalidade como uma das dimensões importantes dos movimentos sociais e dos protestos.

Convidamos o leitor a explorar este vasto mosaico de experiências, onde a política emerge em formas criativas, como a resistência por meio de celebrações comunitárias politizadas, os bloqueios de rodovias na Amazônia, as mídias ativistas, ocupações e as campanhas territoriais lideradas por pescadoras artesanais, dentre outras formas de ativismo. Esse mosaico revela uma diversidade de atores, estratégias e pautas por trás dos holofotes tradicionais, mas cuja presença nas margens indicam ramificações teórico-metodológicas importantes e nos provocam a refletir sobre os diferentes modos de se fazer política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, v. 76, p. 49-86, 2009.
- _____. A política das ruas: protesto em São Paulo de Dilma a Temer. *Revista Novos Estudos: São Paulo, Especial*, p. 49-58, jun. 2017.
- _____. Treze: A política de rua de Lula a Dilma. *Companhia das Letras*, 2023.
- PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019.
- MACIEL, Débora Alves; MACHADO, MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS. Flows of protest control in São Paulo (2013-2014). *Novos estudos CEBRAP*, v. 40, n. 2, p. 227-241, 2021.
- RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Dinâmicas da ação coletiva: análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: XXVIII Congresso Internacional da ALAS. 2011. p. 6-11.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, v. 22, p. 140-166, 2016.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. University of Chicago Press, 2010.

Como nomear a diversidade regional?

How to name regional diversity?

Olívia Cristina Perez^a , Kellen Carvalho De Sousa Brito^b 

Resumo As mobilizações sociais contemporâneas, como os coletivos que se proliferaram após Junho de 2013, têm ressaltado a importância da inclusão da diversidade nos espaços decisórios. Uma forma de diversidade pouco explorada, inclusive no campo de pesquisas sobre protestos, é a regional/territorial. O presente texto oferece uma crítica a algumas dessas limitações e propõe que a diversidade regional seja reconhecida. A metodologia utilizada é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de autoras(es) que exploram conceitos comumente retomados para abordar a diversidade regional/territorial. O texto convida à reflexão sobre como entendemos as desigualdades territoriais/regionais e como podemos incluí-las de maneira mais adequada nas discussões sobre mobilizações sociais.

Palavras-chave Centro. Periferia. Territórios. Diversidade. Regional.

Abstract Contemporary social mobilizations, such as the collectives that proliferated after June 2013, have highlighted the importance of including diversity in decision-making spaces. One form of diversity that remains underexplored, even within the field of protest studies, is regional/territorial diversity. This paper offers a critique of some of these limitations and suggests the recognition of regional diversity. The methodology employed is qualitative, based on a literature review of authors who explore concepts commonly revisited to address regional/territorial diversity. The text invites reflection on how we understand territorial/regional inequalities and how they can be more effectively integrated into discussions on social mobilizations

.**Keywords** Center. Periphery. Territories. Diversity. Regional.

INTRODUÇÃO

Hoje, no Brasil, um dos desafios existentes é nomear e incluir, nos espaços decisórios, a diversidade que compõe a população. Ao abordar a diversidade brasileira, referimo-nos ao fato de que o país é composto por pessoas com clivagens sociais distintas, relacionadas, por exemplo, à classe social, gênero, raça, sexualidade e

a Universidade Federal Do Piauí (UFPI). E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br

b Universidade Federal Do Piauí (UFPI). E-mail: kellenbrito@ufpi.edu.br



região. Essas diferenças resultam em opressões sociais variadas e em desigualdades no acesso a direitos. A experiência de uma mulher, lésbica, negra, maranhense, é diferente daquela de um homem, branco, heterossexual, paulista.

As diversidades relacionadas a gênero, sexualidade e raça são mais bem exploradas pela literatura (Perez; Santos, 2023; Perez e Ricoldi, 2023; Perez, Nunes, Souza e Araújo, 2023). A própria luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento das diversidades especialmente relacionadas a gênero e raça e depois a sua teorização na academia como interseccionalidade, ampliou os olhares sobre as desigualdades sociais (cf. Crenshaw, 2002; Gonzalez, 2020; Kyrillos, 2020).

Ainda há certa dificuldade em perceber a diversidade regional ou territorial do Brasil e mais ainda em nomeá-la. Em geral, os estudos são feitos com base em dados produzidos e sobre algumas regiões do sudeste brasileiro omitindo a diversidade do país. Em algumas interpretações em que são consideradas outras regiões, por vezes elas são nomeadas por termos pejorativos.

A dificuldade de nomear a diversidade brasileira se replica na proposta do presente dossiê. A chamada para o dossiê nomeia tais regiões como: regiões periféricas e marginalizadas, periferias, territórios marginais, margens, oposição aos grandes centros urbanos, [o que não é] Sudeste, além do centro, além das grandes metrópoles, territórios menos estudados, com menor visibilidade na mídia e na academia, oposição aos tradicionais centros de visibilidade midiática e acadêmica, fora das convenções tradicionais, diversidade regional e diferentes geografias.

A visão limitada que não considera a diversidade regional do país e não sabe como nomeá-la está presente em alguns estudos sobre protestos. Por exemplo, as Jornadas de Junho de 2013 comumente são identificadas com os eventos que ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que revela uma visão sudestecêntrica das Jornadas (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016).

No entanto, protestos contra o preço das passagens no transporte público já estavam acontecendo em outras cidades, inclusive antes de 2013, a exemplo da “Revolta do Buzú” (Salvador, 2003) e a “Revolta da Catraca” (Florianópolis, 2004-2005). Ademais, os protestos chamados de Junho de 2013 aconteceram em diversas partes do país. Embora com menor quantidade, existem estudos que mostram como as Jornadas de 2013 aconteceram em outras regiões (cf Tavares; Roriz; Oliveira, 2016; Souza, 2018; Santos, Cunha, 2018a; Santos, Cunha, 2018b; Perez, 2019). Tais pesquisas destacam por exemplo o protagonismo da cidade de São Paulo, mais especificamente a região da Avenida Paulista (Souza, 2018), mas também apontam que a relação dos sujeitos com seus espaços produz efeitos

sociopolíticos que possibilitaram a insurgência de protestos em todas as regiões do Brasil (Santos, Cunha, 2018b).

Logo, o problema de se considerar a diversidade do país e de nomear essa diversidade se replica em diversos campos, incluindo a área abordada no presente dossiê: protestos e mobilizações sociais.

Esse não é um problema que se resume ao campo de interpretação dos fenômenos sociais. A incapacidade do Brasil de olhar para a sua diversidade acaba por gerar políticas públicas generalistas que não atendem aos interesses de todas as regiões por desconsiderar as suas especificidades e potenciais.

Mas como, contemporaneamente, e em sintonia com o debate dos movimentos sociais, podemos nomear as regiões em que grupos sociais são mais sujeitos a opressões? Partimos da premissa teórica de que conceitos contribuem para a manutenção da dominação ou para a emancipação de determinada situação. Com base nos escritos clássicos de Michel Foucault (1996) entendemos como os discursos, que incluem textos escritos, são instrumentos de poder que moldam as sociedades e as relações de poder dentro delas. Acreditamos que os textos podem ser usados para desafiar as ideologias dominantes e promover a emancipação das classes mais sujeitas a opressões sociais.

Partindo então da premissa de que é preciso refletir e escrever sobre os conceitos que são utilizados para pensar as desigualdades regionais, este trabalho tem como objetivo central analisar criticamente algumas formas de nomeação utilizadas para se referir às diversas regiões do Brasil. Também propomos uma forma de nomeação, a partir dos ensinamentos de atores envolvidos em mobilizações sociais contemporâneas que se auto denominam coletivos, contribuindo assim com os estudos sobre região/território.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza a revisão bibliográfica, retomando autores centrais que pensam a diversidade regional/territorial. De modo específico, retomamos conceitos utilizados no presente dossiê para se referir à diversidade regional, a saber: periferias, territórios marginais, regiões em oposição aos grandes centros urbanos/Sudeste/grandes metrópoles. Sobre cada uma dessas formas de nomeação, explicamos o que elas significam, retomando os autores que as utilizam. Escolhemos autores que trabalham com termos utilizados no próprio dossiê para nomear as diversas regiões/territórios do Brasil. Como este é um texto crítico, tecemos problematizações acerca de determinadas formas de nomeação da diversidade regional/territorial.

Por fim, propomos uma forma de nomear a diversidade regional, que é a utilização do termo diversidade, além de nomear os estados pelos seus próprios nomes.

A proposta de como nomear a diversidade está em sintonia com os ensinamentos dos coletivos - formas contemporâneas de mobilizações sociais.

O texto está dividido da seguinte forma. Na seção 1 retomamos o debate sobre a interseccionalidade, que consideramos fundamental na ampliação do olhar sobre as desigualdades. Na seção 2 retomamos ensinamentos de coletivos, mobilizações sociais contemporâneas, que ensinam sobre a importância das diversidades. A terceira seção explora como a literatura nomeia a diversidade regional e tece críticas a algumas dessas nomeações. Na última parte do trabalho (4), com base nos ensinamentos dos coletivos, propomos que as diversas regiões do país sejam nomeadas pelos seus próprios nomes, respeitando as identidades locais e evitando generalizações. Seguem as considerações finais com sugestões de agendas de pesquisas e ações no sentido de incluir a diversidade nos espaços decisórios - o que chamamos de democratização das instituições.

Pretendemos com a presente reflexão contribuir com a ampliação do olhar sobre os protestos que acontecem em todo o país e para a teorização sobre as consequências do lugar para as identidades políticas e participação social. Ressaltamos que justamente essa é a proposta do presente dossiê e reafirmamos a importância dele na abertura da reflexão sobre a importância da diversidade regional para a compreensão sobre protestos e mobilizações sociais.

A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NA AMPLIAÇÃO DO OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES

Em relação às clivagens sociais e como elas resultam em experiências distintas, a clivagem social mais estudada e citada é a classe social, que distingue a população entre ricos e pobres, proletários e burgueses, classe alta, média e baixa — dentre outras tantas classificações que consideram a renda e a posse de bens materiais. Karl Marx é amplamente reconhecido por sua análise das classes sociais e pela importância que atribuiu a essa divisão na estrutura da sociedade. Conforme célebre citação do Manifesto do Partido Comunista: “A história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes.” (Marx e Engels, 2010 [1848]). A passagem sublinha a crença de Marx de que o conflito entre diferentes classes sociais é o motor da história e das mudanças sociais. Conforme o autor as sociedades são caracterizadas por uma divisão entre aqueles que possuem os meios de produção (a burguesia) e aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho (o proletariado), e essa divisão é fundamental para entender a dinâmica social e econômica.

Esse debate está sendo ampliado pelas autoras feministas negras e pela disseminação da importância de se considerar a interseccionalidade. O termo interseccionalidade ganhou popularidade principalmente a partir da obra de Kimberlé Crenshaw (2002), que explica que, assim como é verdadeiro que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, como raça e etnia, produzem diferenças na forma como cada grupo de mulheres vivencia a discriminação. Essas clivagens sociais de gênero, raça e classe não são possíveis de hierarquização: é a interação delas que atua na produção e manutenção das desigualdades. Patricia Hill Collins juntamente com Sirma Bilge (2021) ampliam o conceito de Crenshaw e promovem a ideia de uma matriz de dominação e argumentam que a interseccionalidade deve ser usada como uma ferramenta analítica para acabar com essas estruturas de poder e promover uma justiça social mais abrangente.

Embora o termo interseccionalidade tenha se popularizado a partir da obra de Crenshaw (2002), a análise e a militância articulada em torno de clivagens sociais como raça, classe e gênero vêm sendo estudada ao longo do século XX por diversas feministas e militantes negras. E as brasileiras têm destaque nesse debate. A professora e ativista brasileira Lélia Gonzalez (2020) já discutia, em meados dos anos 1980, o entrelaçamento de clivagens sociais (como gênero e raça), mais tarde desenvolvido sob o conceito de interseccionalidade. Sueli Carneiro (2011), usa o conceito de interseccionalidade para analisar como o racismo se entrelaça com outras formas de opressão, como o sexism e a classe social. Estudos mostram inclusive como a interseccionalidade está presente nas mobilizações sociais contemporâneas, a exemplo de coletivos que por vezes se definem como interseccionais (Rios, Perez, Ricoldi, 2018). Contemporaneamente Carla Akotirene (2019) explica que as políticas públicas e as práticas acadêmicas precisam incorporar a perspectiva interseccional para promoverem análises com maior justiça social.

É importante ressaltar que o debate sobre interseccionalidade não surgiu na academia. A ideia e a importância da interseccionalidade como modo de conceber as injustiças sociais foi construída pelos movimentos sociais, em especial pelos feminismos negros. Ou seja, as mulheres negras, com atuação no movimento feminista e no movimento negro, há muito já denunciavam o que depois foi chamado de discriminação interseccional (Kyrillos, 2020).

Como consequência de toda essa construção dos movimentos sociais disseminou-se um olhar de que gênero, raça e sexualidade importam na compreensão sobre o acesso ao direito e formas de opressão social.

Contribuindo com esse debate consideramos aqui que as relações territoriais não podem ser excluídas da análise sobre as múltiplas formas de opressões sociais. Segundo a principal referência desse campo, Milton Santos (2004; 2006), a distribuição desigual de recursos e infraestruturas, aliada a políticas públicas que frequentemente favorecem regiões já desenvolvidas, reforça as disparidades socioeconômicas entre diferentes áreas. Áreas urbanas centrais, dotadas de melhor infraestrutura e serviços, contrastam fortemente com regiões periféricas e rurais, onde a ausência de investimentos aprofunda as desigualdades e limita as oportunidades de mobilidade social. Logo, as desigualdades sociais têm relação explícita com o território.

Mas o território também pode ser uma potência para a construção de alternativas ao modelo global dominante, preservando identidades e culturas locais. Ainda conforme Milton Santos (2006), a dimensão humana do território, que abrange as práticas cotidianas, os saberes locais e as formas de organização social, oferece possibilidades de resistência e de criação de novos modos de vida que desafiam o modelo hegemônico. Nesse sentido, o território pode se tornar um espaço de emancipação quando as populações locais se apropriam de suas características e potencialidades para construir alternativas que valorizem as necessidades e os saberes locais, em contraposição à lógica homogeneizante do mercado global. Assim, o território, longe de ser apenas um reflexo passivo das forças globais, pode se transformar em um espaço ativo de contestação e inovação social, capaz de produzir novas formas de organização econômica e social que desafiam o status quo global.

É com base nesses ensinamentos que propomos uma ampliação dos olhares sobre as desigualdades sociais que considere a diversidade regional. Para contribuir com esse debate refletimos sobre como nomear essa diversidade com base nos ensinamentos do próprio campo das mobilizações sociais, especificamente daquelas contemporâneas chamadas de coletivos.

A IMPORTÂNCIA DAS DIVERSIDADES CONFORME OS COLETIVOS

Os coletivos são organizações contemporâneas que se caracterizam pela valorização da horizontalidade e inclusão das diversidades. Eles surgiram, em grande parte, como legado das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. (Perez, 2019).

Em meados de junho de 2013, milhares de brasileiros foram às ruas em todo o país com pautas diversas, reivindicando desde a manutenção dos preços das passagens de ônibus até mais direitos para mulheres, negros e mudanças no sistema político (Perez, 2024a). Esse ciclo de protestos foi responsável pela

socialização política de muitos jovens que passaram a se organizar em forma de coletivos (Perez, 2019).

Embora não seja possível definir de forma precisa todas as formas de coletivos, é comum que essas organizações adotem práticas e nomenclaturas que marcam uma distância tanto das instituições parlamentares quanto dos partidos e outras organizações formais, consideradas rígidas e hierárquicas (Perez, 2019). Os coletivos, por sua vez, se distinguem por sua estrutura menos hierárquica e mais descentralizada (Gohn, 2017), com liderança compartilhada e decisões tomadas de forma horizontal, mediante a livre expressão de seus membros.

Essas características, como a horizontalidade e a ausência de liderança centralizada, permitem que os coletivos se distanciem das instituições políticas tradicionais e incluam a diversidade da população. Por isso, os coletivos podem ser definidos como mobilizações políticas contemporâneas com a intenção de serem mais inclusivas.

A inclusão nos coletivos ocorre de três formas principais. Primeiramente, eles lutam por mais direitos para grupos mais sujeitos a opressões sociais, como mulheres, negros e a população LGBTQIAPN+ (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e o mais, que serve para abranger a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero). O foco então dessas lutas é pelo reconhecimento de que as desigualdades têm relação com classe social, bem com gênero, raça e sexualidade. Além do reconhecimento almeja-se que a diversidade seja considerada na formulação e acesso a direitos.

Em segundo lugar, pessoas que vivenciam essas clivagens estão, em geral, presentes nos coletivos. Os coletivos por meio da organização mais horizontal e inclusiva tem como intenção incluir a diversidade da população nas suas decisões, principalmente considerando gênero, raça e sexualidade. A diversidade regional também vem sendo importante na configuração de coletivos que já se preocupam com a inclusão de moradores periferias, além das diversas regiões do Brasil.

Por fim, os coletivos defendem a inclusão da diversidade brasileira nos espaços de decisão política. Essas organizações mostram que não basta que a maioria da população escolha seus representantes; é necessário que a diversidade também esteja presente nas decisões coletivas.

Atualmente, os espaços de poder, apesar da diversidade, são ocupados majoritariamente por homens, ricos, brancos, adultos, heterossexuais e provenientes de algumas regiões do Sudeste brasileiro. São esses grupos que tomam decisões sobre a vida de uma população cuja diversidade desconhecem.

Os coletivos destacam a importância de que a maior parte da população brasileira, composta por mulheres e negros de diversas regiões, participe das decisões coletivas. Já que as políticas públicas afetam a vida de toda a população brasileira, é justo que essas políticas sejam elaboradas com a participação de pessoas que compartilham características com a maior parte da população.

Com base no conceito de lugar de fala, as mobilizações sociais contemporâneas, como os coletivos, reivindicam que as decisões coletivas sejam feitas com a participação de pessoas que se assemelham à maioria da população brasileira. Assim, os coletivos ensinam que é fundamental reconhecer que a população brasileira é diversa e, mais do que isso, garantir que essa diversidade esteja incluída nas decisões coletivas.

A inclusão das diversidades que compõem a população brasileira nas decisões coletivas pode ser vista como uma tentativa de democratização das instituições. Isso significa permitir que as decisões coletivas contem com a participação efetiva de pessoas que compartilham as características da maioria da população, que é feminina, negra e reside em diversas regiões do Brasil.

Os coletivos demonstram, portanto, a importância de considerar a diversidade da população brasileira tanto na compreensão das suas desigualdades como na forma de combatê-las. Fruto dessa construção a palavra diversidade tornou-se central nos debates políticos atuais, especialmente entre aqueles sintonizados com as agendas dos movimentos sociais.

Uma das dimensões da diversidade que deve ser considerada tanto na compreensão quanto na resolução das desigualdades sociais é a regional/territorial. O território não só cria desigualdades, mas também fomenta resistências a elas. O presente texto concentra-se justamente nesse tipo de desigualdade, fornecendo pistas sobre como entendê-la e, mais especificamente, como nomeá-la, com base nos ensinamentos dessas mobilizações sociais contemporâneas chamadas de coletivos.

COMO A DIVERSIDADE REGIONAL É TRATADA PELA LITERATURA

Retomando aqui a principal referência na discussão sobre desigualdades regionais/territoriais, Milton Santos usa conceitos como regiões periféricas e regiões marginalizadas para descrever áreas do Brasil que estão fora dos grandes centros urbanos e que, em muitos casos, são economicamente desfavorecidas (Santos, 2000, 2004). Ele também se refere a essas regiões como espaços opacos, contrastando com os espaços luminosos dos grandes centros econômicos e de poder, para destacar as desigualdades e as diferentes dinâmicas de desenvolvimento

no país. Esses conceitos sublinham a ideia de que as distintas regiões do Brasil possuem realidades e desafios próprios, que muitas vezes são invisibilizados ou subestimados na narrativa dominante.

A nomeação periferias é frequentemente usada para descrever áreas geográficas situadas nas bordas ou nos arredores dos grandes centros urbanos. Milton Santos (1996) por exemplo usa o conceito periferias para descrever regiões que estão distantes dos grandes centros econômicos e de poder, sofrendo com a falta de infraestrutura, investimentos e desenvolvimento socioeconômico, e frequentemente marginalizadas nas políticas públicas.

Outra referência no debate, Rolnik et al. (2015), analisa as regiões metropolitanas a partir de programas habitacionais como o “Minha Casa, Minha Vida”. O foco do trabalho incide sobre a localização mais comum dos empreendimentos desses programas: a periferia. Retratada pela autora como uma periferia habitada por uma população de baixa renda, com pouca infraestrutura, reduzidos serviços públicos e empregos, esta caracterização da periferia apenas reforçaria seu caráter não-central “distantes das áreas dotadas de atributos de urbanidade” (Rolnik, Royer, 2014, p. 7). Logo, as periferias das metrópoles acabam por ser categorizadas tal qual as ditas periferias mundiais: precárias, não-urbanas, atrasadas e insuficientes.

Rolnik e Frúgoli Jr. (2001) apresentam duas tipologias de periferias quando inseridas dentro dos contextos urbanos: periferias consolidadas e novas áreas de expansão das fronteiras periféricas. Enquanto as periferias consolidadas são marcadas por focos de comércio varejista globalizado e monopolista, como hipermercados e grandes franquias, além de poder de consumo para usufruir desses bens e serviços; as novas áreas continuam marcadas pela exclusão social. Assim, a presença de periferias consolidadas tornaria mais relativo o modelo centro-periferia de explicação das dinâmicas urbanas de grandes cidades, ainda que não o exclua das possibilidades de análise.

Traçamos aqui algumas críticas em relação à utilização desses conceitos para caracterizar a diversidade regional. Primeiro, nomeações como periferias tendem a reforçar uma visão dicotómica e hierárquica do espaço, onde o centro é visto como o lugar do progresso, da modernidade e das oportunidades, enquanto as periferias são associadas à carência, ao atraso e à marginalidade. Não concordamos com esse tipo de nomeação porque ela desconsidera e desvaloriza as experiências e culturas da maior parte do Brasil, invisibilizando suas potencialidades e contribuições.

Em segundo lugar, quase todo o Brasil é periferia considerando que o centro desenvolvido é composto principalmente por dois estados do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro. Logo, a periferia não serve para descrever o que está nas bordas,

mas para manter uma relação de dominação de apenas dois estados sobre todo o território brasileiro.

Em terceiro lugar as pessoas que residem na maior parte do Brasil não gostam exatamente de ser chamadas de moradoras de regiões periféricas. Para elas (incluindo as autoras do presente texto) seus territórios têm valores que ultrapassam uma noção de desenvolvimento baseado em ganhos econômicos.

Em última instância a distinção entre periferias e centros considera apenas a riqueza econômica e esse não pode ser um parâmetro para hierarquizar todo o território. Consideramos que ao invés de reconhecer a diversidade regional e as especificidades de cada território, o uso do conceito periferias cristaliza desigualdades e reforça narrativas excludentes.

Em relação ao conceito territórios marginais, Perlongher (1993) o utiliza para se referir a áreas urbanas que são locus da vivência de sexualidades fora do padrão cishetonormativo, lugares onde práticas e identidades marginalizadas, como as de pessoas LGBTQIAPN+, trabalhadores sexuais e outros grupos (moralmente) excluídos, encontram formas de existir e resistir. O autor, ao trabalhar os guetos gays e os michês da cidade de São Paulo, explora formas de resistência que surgem nesses espaços marginalizados. Destaca que os territórios marginais não são apenas espaços geográficos, mas também simbólicos, já que se referem às esferas onde a transgressão das normas sociais e morais se manifesta. Portanto, o autor relaciona esses territórios marginais a uma visão política de resistência.

Entendemos que o conceito de marginal no contexto de localização geográfica refere-se a algo ou alguém que está situado à margem ou nos limites de uma área principal ou central. Já quando se fala em marginal no contexto de exclusão social, o termo refere-se a indivíduos ou grupos que estão excluídos ou afastados das principais atividades econômicas, sociais e políticas da sociedade.

No entanto, não podemos esquecer que marginal também pode se referir a algo que é considerado insignificante ou secundário em um determinado contexto ou ainda a quem está de fora. Por isso, esse não é um conceito adequado para se referir a essa diversidade regional, em particular considerando que as pessoas destes territórios do Brasil não estão e não consideram que estão de fora das relações sociais econômicas, de produção de cultura e de resistências. Por vezes essas pessoas (incluindo as autoras do presente texto) sabem que elas estão no centro da produção e resistência - daí a recusa ao termo marginal.

Outra forma de nomear as diversidades regionais é colocá-las em oposição aos grandes centros urbanos, a exemplo de: [o que não é] Sudeste, além do centro, além das grandes metrópoles, territórios menos estudados, com menor visibili-

dade na mídia e na academia, oposição aos tradicionais centros de visibilidade midiática e acadêmica.

Milton Santos (2000) discute como regiões distantes dos grandes centros urbanos são frequentemente caracterizadas por condições econômicas menos favoráveis e são vistas como opostas aos polos de desenvolvimento e modernidade. O autor também usa o conceito de regiões além do centro para destacar áreas que estão geograficamente e economicamente afastadas do núcleo de poder e desenvolvimento, sublinhando a desigualdade na distribuição de recursos. Santos (2000) argumenta que as regiões periféricas são frequentemente ignoradas pelos centros de poder midiático e acadêmico, sendo representadas de forma inadequada ou estereotipada, o que reforça sua marginalização.

Consideramos que descrever as diversas regiões em oposição a outras reforça a ideia de que essas regiões existem apenas em relação ao centro, sem valor próprio. Mas o território também pode ser uma potência para a construção de alternativas ao modelo global dominante, preservando identidades e culturas locais, como ensinou Milton Santos (1996). Conforme o autor, a dimensão humana do território, que inclui as práticas cotidianas, os saberes locais e as formas de organização social, oferece possibilidades de resistência e criação de novos modos de vida que desafiam o modelo hegemônico. As autoras do presente texto preferem essas últimas interpretações, assim como outras que destacam as potências de regiões distantes do centro.

Mesmo assim, é preciso problematizar a nomeação de determinadas regiões considerando a sua relação com os chamados centros. As formas de conceituar as diversas regiões do Brasil em oposição aos centros revela em primeiro lugar uma posição sudestecêntrica. Sudestecentrismo é um termo usado para descrever a tendência ou a prática de centralizar e privilegiar o Sudeste do Brasil em detrimento das outras regiões do país (Tavares, Roriz e Oliveira, 2016). Em relação a essa visão, em primeiro lugar devemos destacar que o Brasil é muito maior do que a região sudeste. O país e suas pessoas são muito mais potentes do que o sudestecentrismo pode pressupor. O sudestecentrismo é um preconceito contra o que não é igual. Isso leva à perpetuação de desigualdades regionais, ao reforço de estereótipos negativos sobre as regiões fora do Sudeste e à centralização do poder e dos recursos em uma parte limitada do país.

Mas o sudestecentrismo brasileiro não é bem uma tônica nos diversos estados que compõem a região: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Os estados que se consideram como centros de poder são apenas São Paulo e Rio de Janeiro, excluindo Minas Gerais e ainda mais Espírito Santo. O que temos então

é uma defesa do modo de ser e do aparente, e por vezes evidente, poder de estar em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Mesmo a colocação de São Paulo e Rio de Janeiro como centro deve ser problematizada. A tônica em São Paulo e no Rio de Janeiro diz respeito apenas a quem mora na capital, excluindo toda a riqueza e produção de conhecimento do interior desses estados.

Nesse sentido, o sudestecentrismo ignora as desigualdades sociais dentro da região e dentro dos próprios estados. Apenas para citar as desigualdades de renda, há uma significativa desigualdade entre os estados do Sudeste. São Paulo, o estado mais rico da região, apresenta um PIB per capita bem superior ao dos outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE, em 2021, o PIB per capita de São Paulo era de aproximadamente R\$ 52.000, enquanto o de Minas Gerais era de cerca de R\$ 36.000, o do Espírito Santo era de R\$ 39.000, e o do Rio de Janeiro, embora mais próximo de São Paulo, era de aproximadamente R\$ 46.000 (IBGE, 2021).

Dentro do estado de São Paulo, as disparidades de renda entre diferentes áreas e grupos são igualmente marcantes. A capital, São Paulo, e sua região metropolitana concentram a maior parte da riqueza do estado, enquanto regiões mais afastadas, como o Vale do Ribeira e algumas áreas do interior, têm rendas significativamente menores.

Dentro das próprias cidades existem diferenciações de renda que separam os bairros em ricos e pobres. Na cidade de São Paulo, por exemplo, bairros como Morumbi e Jardins apresentam uma renda média per capita que pode ser até 10 vezes maior do que em bairros como Capão Redondo ou Cidade Tiradentes (IBGE, 2021). Os próprios bairros de renda média elevada podem possuir bolsões de pobreza, a exemplo da região do Morumbi (Gohn, 2010).

Esses dados mostram como a visão sudestecêntrica, mais especificamente a concepção de que a capital de São Paulo e do Rio de Janeiro são centros de produção de todas as coisas, desconsidera as fortes desigualdades dentro dos próprios estados, os bolsões de pobreza dentro de bairros com alta renda média e até a pobreza significativa em muitas das suas regiões. Em verdade o que temos é a defesa da manutenção do poder daqueles territórios em que viveram e vivem grupos ligados ao poder político e econômico.

A ênfase nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro na ciência chega a tal ponto que pesquisas feitas nesses locais ou com base nos documentos consultados desses locais (a exemplo do jornal Folha de S. Paulo) são utilizadas como exemplos do que acontece no Brasil. Temos então uma limitação das pesquisas - não por falta

de experiências ao largo do nosso território -, mas por uma visão que o reduz o Brasil a apenas algumas regiões das capitais de dois estados.

Em última instância, a concepção de que os centros do poder estão em determinadas regiões, e não em outras, reforça relações de dominação facilitando a exploração. A própria ideia de centro de poder é uma construção. Não há centro. Podemos considerar como centro da produção do conhecimento o local onde contribuímos e aprendemos sobre resistências. E todas as outras regiões como periferias. Daí a importância da desconstrução de certas concepções que por vezes são ditas e replicadas sem reflexão.

Conceitos, nomes e definições hierarquizantes e excludentes acabam por reduzir a compreensão sobre fenômenos sociais, a exemplo de protestos e mobilizações sociais. Por isso a importância de se considerar a diversidade regional no olhar sobre as desigualdades e sobre as potências de transformação delas.

COMO NOMEAR A DIVERSIDADE REGIONAL

Mas, então, como nomear a diversidade regional do Brasil? Propomos que seja utilizado exatamente esse termo: diversidade, em sintonia com os ensinamentos dos membros dos coletivos. As organizações políticas contemporâneas defendem a luta para que a diversidade da população seja incluída nos espaços de poder (Perez, 2024b). O conceito utilizado é justamente o de diversidade. A ideia de diversidade não pressupõe uma oposição de um território em relação a outro ou a ideia de que algum deles seja superior.

No entanto, embora o conceito de diversidade regional seja mais neutro, há o risco de que ele seja utilizado de forma superficial, sem reconhecer plenamente as complexidades que caracterizam essas regiões. Por isso, preferimos que as diversas regiões sejam nomeadas exatamente pelos seus nomes. Consideramos que, ao nos referirmos ao Piauí, seja utilizado o nome do estado. O mesmo deve ser feito com Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe – apenas para citar alguns exemplos. Esse pode ser um aprendizado importante para que o Brasil se conheça e reconheça. Além disso, nomear as coisas pelos seus nomes pode ajudar a reduzir preconceitos.

A ideia de nomear as regiões pelos seus nomes também se estende a pessoas e instituições. Propomos que, nesses dois casos, os nomes ou os termos pelos quais elas desejam ser chamadas sejam a referência para tal nomeação. Por exemplo, ao invés de atribuirmos um nome a um grupo social baseado em nossa visão (que, em geral, é branca, heteronormativa e sudestecêntrica), é mais respeitoso adotar

o nome pelo qual o próprio grupo deseja ser chamado. É exatamente isso que a população LGBTQIAPN+ propõe: que cada grupo que compõe esse grande campo seja nomeado pela forma como se identifica.

Sabemos que há resistências nesse sentido, principalmente por parte daqueles que preferem nomear o outro da forma como aprenderam. No entanto, é preciso que instituições e pessoas estejam abertas a nomear os outros pelos nomes que preferem ser chamados.

Ao adotar o princípio de nomear regiões, pessoas e instituições pelo nome que preferem, fica evidente que nenhum piauiense deseja ser chamado de marginal, periférico ou subdesenvolvido. Embora tais nomeações possam fazer sentido em debates acadêmicos específicos, elas soam preconceituosas porque colocam as pessoas em posições inferiores. Daí a proposta de que as pessoas que nascem em determinadas regiões sejam chamadas pelo nome dessas regiões. Os nomes carregam significados que fazem sentido para o povo daquele lugar. Portanto, é um sinal de respeito chamar os pertencentes a determinadas regiões pelo nome da própria região. Outra opção seria perguntar por qual nome preferem ser chamados.

Ao defender que os estados e as regiões sejam chamados pelos seus nomes, também recusamos o uso de termos genéricos que apagam especificidades territoriais, como se referir a um estado apenas como parte do Nordeste ou do Norte. O Nordeste, por exemplo, possui imensas diferenças entre seus territórios. Apagar essas diferenças contribui apenas para o reforço de estereótipos, preconceitos e relações de dominação.

No entanto, não é isso que o espírito do tempo pede. Os coletivos abordados no início do texto têm lutado pela inclusão da diversidade nos espaços de poder (Perez, 2024b). Isso inclui considerar as desigualdades regionais e garantir sua inclusão. Como parte desse processo, ressaltamos que as coisas sejam nomeadas pelos nomes que elas possuem e pelos quais gostariam de ser chamadas. Isso inclui tanto pessoas quanto territórios.

Em suma, ao discutir as dificuldades relacionadas à nomeação da diversidade regional, a adoção dos nomes das regiões foi a opção preferível - conforme a discussão das autoras do presente texto.

Defendemos a nomeação das coisas pelos seus nomes e escrevemos o presente texto motivadas pela ideia teórica de que a forma como nomeamos as coisas implica, reproduz e produz relações de poder. Inspiradas em Foucault (1996) entendemos que os discursos, incluindo textos escritos, são ferramentas de poder que moldam as sociedades e suas relações de dominação, ao controlar o que é escrito, como é escrito e quem tem o direito de escrever.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos, no presente texto, como a diversidade tem ganhado destaque no debate político contemporâneo. A defesa da diversidade vem sendo disseminada e impulsionada por movimentos sociais que se definem como coletivos. Com base nos ensinamentos, principalmente dos movimentos feministas negros, os coletivos têm demonstrado que as desigualdades sociais estão relacionadas à classe social, mas também ao gênero e à raça. Acrescentamos a essa reflexão a importância da região na compreensão e transformação das desigualdades sociais.

No entanto, as próprias autoras do texto não sabiam como nomear as diversidades regionais. Era comum o uso de categorias como periferias ou territórios marginais em nossas reflexões. Para entender o significado dessas categorias, bem como seus limites, retomamos no presente texto autores que as discutem. Posteriormente, traçamos reflexões críticas, mostrando como tais classificações, por vezes inferiorizam determinadas regiões, mantendo as relações de dominação. Mostramos também como outras classificações acabam por homogeneizar as regiões, apagando as potências de cada uma delas.

O texto faz uma proposta sobre como nomear as diversidades regionais: preferimos o termo diversidade, como mostram as mobilizações sociais contemporâneas, a exemplo dos coletivos. Mais especificamente, propomos nomear as regiões pelos seus próprios nomes.

Ao nomear os estados diretamente, reconhecemos a individualidade e a diversidade interna de cada um, o que permite uma análise mais detalhada e precisa pelas ciências que os estudam. Ademais, evitar o uso de termos estigmatizantes ajuda a combater preconceitos no debate acadêmico e na formulação de políticas públicas, promovendo uma análise mais equilibrada das potencialidades e necessidades de aprimoramento de cada estado. Isso pode abrir caminho para políticas que atendam às necessidades específicas, em vez de aplicar soluções generalizadas, que muitas vezes são ineficazes. Por fim, utilizar os nomes dos estados reforça um sentimento de pertencimento e orgulho regional por parte das populações, bem como o reconhecimento das regiões por sua cultura, história e potências. A diversidade regional, nesse sentido, não é apenas uma questão de inclusão; é um passo fundamental para uma nova concepção de desenvolvimento que respeite e valorize a multiplicidade de identidades que formam o Brasil.

Sugerimos como agenda de pesquisa no campo das mobilizações sociais estudos e reflexões que abordem outras clivagens sociais ainda pouco discutidas, como geração e deficiência. Consideramos que um dos caminhos para combater

as desigualdades é compreender quais clivagens estão envolvidas em opressões sociais e dificuldade de acesso a direitos.

Como sugestão prática, defendemos que além das regiões, as pessoas e as instituições sejam chamadas pelos seus próprios nomes ou por aqueles que preferem. Nomear corretamente é reconhecer a individualidade e as particularidades de cada pessoa ou grupo, valorizando sua história, cultura e contexto social. Isso se estende a pessoas e instituições. Propomos que todos sejam referenciados pelos nomes pelos quais preferem ser chamados.

Mais do que isso, propomos que os ensinamentos dos coletivos sobre a democratização das instituições sejam colocados em prática. Ou seja, não basta compreender corretamente as desigualdades sociais, é necessário incluir a diversidade que compõe a população brasileira no campo decisório. Considerar e incluir as diversidades, incluindo as regionais, é fundamental para que não se fique cego diante da “luminosidade” excessiva dos grandes centros urbanos.

REFERÊNCIAS:

- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- AUGUSTO, A.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. da R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 21, n. 40, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo. *Caderno CRH*, 23(59), 267–281, 2010.
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.
- IBGE. Indicadores Sociais Municipais: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.
- IBGE. PIB per capita dos Estados Brasileiros. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

- KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, n. 28, v. 1, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, p. 258-256, 2019.
- PEREZ, Olívia Cristina. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Izquierdas* (Santiago), v. 1, p. 1-16, 2024a.
- PEREZ, O. C. Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. *Psicologia USP*, v. 35, e230103, 2024b.
- PEREZ, Olívia Cristina; NUNES, L. P.; SOUSA, Libni Milhomem; ARAÚJO, R. O. A inserção de pessoas negras no alto escalão dos ministérios do Governo Federal. *Mundo Livre - Revista Multidisciplinar*, v. 9, p. 119, 2023.
- PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Martins de. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. *Educação e Pesquisa*, v. 1, p. 1-19, 2020.
- PERLONGHER, Nestor. Territórios Marginais. IFCH/UNICAMP, n. 27, 1993.
- RIOS; Flavia; PEREZ; Olívia Cristina; RICOLDI; Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018.
- ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR, Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole* n. 6, pp. 43-66, 2º sem. 2001.
- ROLNIK, R., PEREIRA, A. L. dos S., MOREIRA, F. A., ROYER, L. de O., IACOVINI, R. F. G., NISIDA, V. C. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, 17(33), 127-154, 2015.
- ROLNIK, Raquel; ROYER, Luciana de Oliveira. O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014.
- SANTOS, Gustavo Souza; CUNHA, Maria das Graças Campolina. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. *Élisée-Revista de Geografia da UEG*, v. 7, n. 1, p. 70-84, 2018a.
- SANTOS, Gustavo Souza; CUNHA, Maria das Graças Campolina. As territorialidades insurgentes do gigante desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 35, p. 37-48, 2018b.

- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOUZA, Rafael de. Cenários de protesto: Mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. Opinião Pública, Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016.

Mulheres das águas: do grito da pesca ao grito da pescadora artesanal

Women of water: from the fishing shout to the artisanal fisherwoman shout

Vladimir Félix^a, Cássio Marques Ribeiro^b,
Osmar Rufino Braga^c, Alessandra Sávia da Costa Masullo^d

Resumo Energias renováveis e desenvolvimento econômico sustentável são elementos do colonialismo capitalístico em sua versão contemporânea para que o capital e seus empreendimentos continuem avançando nos territórios dos povos originários e tradicionais, nos quais o trabalho artesanal da pesca e de reprodução da vida não são reconhecidos. Diante disso, as mulheres constroem processos singulares ecosóficos para operar, social e politicamente, no tensionamento dos movimentos sociais e no cotidiano em prol de vidas vivíveis e reconhecíveis. Cartografar processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres em defesa da vida e do reconhecimento do território tradicional pesqueiro é o objetivo que resultou neste relato de pesquisa. Compõem este método cartográfico: participação observante, encontros, assembleia, Grito da pesca e entrevista. Com a discussão dos resultados, conclui-se que o protagonismo das mulheres evidencia-se: a) na invenção cotidiana de outros espaços de luta e reinvenção de si como pescadora; b) na defesa do trabalho artesanal e da reprodução da vida de humanos e não humanos; c) nas incidências políticas e no enfrentamento de problemas psicossociais relacionados com racismo ambiental e impactos socioambientais de empreendimentos econômicos.

Palavras-chave Cartografia. Movimentos sociais pesqueiros. Pescadoras artesanais. Trabalho reprodutivo. Território tradicional pesqueiro.

Abstract Renewed energy and sustainable economic development are elements of colonial capitalism in your contemporary version, therefore capitalism itself and its achievements continues advancing on the territories of the original and traditional people, where the handmade work of fishing and the reproduction of life are not recognized. By these facts, women build singular ecosophics processes to operate, in social and political

a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). E-mail: wladyfelix@hotmail.com

b Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA). E-mail: cassiomarquesribeiro@gmail.com

c Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). E-mail: osmarbraga@ufpi.edu.br

d Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: alessandramasullo@gmail.com



terms, in the tension of the social movements of everyday life, to defend a worthy and recognizable life. To map subjective processes and enunciation of the fight of women in defense of life and recognition of the traditional fishing territory, is the objective that resulted in this research report. The elements that compose this cartographic method are: a) the everyday invention of spaces and the self as a fisherwoman; b) the defense of the handmade work and the reproduction of the life of human and not human beings; c) the political incidents and the confrontation of psychosocial problems related with environmental racism and the socio-environmental impacts of economic enterprises.

Keywords Cartography. Fisheries social movements. Artisanal fisherwomen, Reproductive work. Traditional fishing territory.

INTRODUÇÃO

Neste relato de pesquisa, apresentamos uma cartografia dos processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres nos movimentos sociais pesqueiros: Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP), visando contribuir com a ampliação dos debates existentes, por meio de uma discussão ecosófica a partir da seguinte questão: Quais modos de resistência as mulheres vêm produzindo em defesa da vida e da igualdade de gênero, no território tradicional, e a favor da representatividade feminina nos movimentos sociais pesqueiros? Esta discussão ecosófica, questão ético-política da luta e da estética da existência das mulheres no trabalho da pesca artesanal, tem como foco indagatório o seguinte objetivo: Cartografar processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres em defesa da vida e do reconhecimento do território tradicional pesqueiro.

Iniciamos com uma apresentação sucinta dos processos de exclusão das mulheres e de inclusão da pesca artesanal pelo Estado brasileiro a partir de estudos já realizados, para logo, anunciarmos a contextualização da problemática e as ferramentas-conceitos que embasam nossa discussão. Na seção *Cartografia da pesca artesanal como modo de fazer pesquisa*, informamos os momentos de composição do campo e a na seção *Do grito da pesca ao grito da mulher pescadora artesanal* e seus subtítulos, apresentamos a discussão dos resultados e considerações finais.

A destituição de certa forma de poder feminino, concomitante e consequentemente as desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidade, instituídas pelo sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2019), a partir do século XVI, afetou, substancialmente, as mulheres originárias de África e Américas, e, ainda hoje, afeta as mulheres das diásporas.

No Brasil, tal interseccionalidade também afeta as mulheres que ocupam o território das águas. Mulheres que, historicamente, vivem da prática milenar do trabalho artesanal da pesca, embaralhando estudos, realizados no século XX, que afirmavam a exclusividade dos homens na pesca e a falta de autoreconhecimento da mulher como pescadora. Dentre esses estudos, destacam-se dissertações e teses das décadas de 70 e 80, com populações pesqueiras da Amazônia, cuja revisão bibliográfica, feita pela historiadora Maria Angelica Motta-Maués (1999), mostra como essas produções acadêmicas, contrariando a emergência de um feminismo do período, reproduziam invisibilização feminina, pois a maioria não incluía a questão social das mulheres relacionada com as relações de gênero.

Nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior concentração de pescadores (Trindade et al., 2021), dadas as variações da língua e nossas práticas linguísticas, podemos encontrar mulheres que se autodenominam pescadeiras/pescadoras, atribuindo sentidos à existência no trabalho artesanal da pesca. Dados do Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira (Sis-RGP) mostram que, das 1.035.478 pessoas que compõem a população pesqueira no Brasil, 49% são mulheres, ou seja, 507.896. (Brasil, 2023).

A população pesqueira, também constituída por comunidades remanescentes de quilombo e de etnias indígenas, passou a ser controlada, no século XVII, pela Coroa, e a partir do início do século XX, pelo Estado brasileiro. A geógrafa, Deborah Bronz (2023), ao analisar as políticas de regulação da pesca artesanal, constata que a criação da Inspetoria Federal da Pesca, pelo Ministério da Agricultura, em 1912, visava sua industrialização por meio de “alianças entre o setor privado e poder público” (p. 80).

A autora cita que, durante a primeira guerra mundial (1914-1918), os pescadores das áreas da costa “foram reconhecidos pelo Estado como *guardiões da pátria* e a pesca se tornou alvo de campanhas de nacionalização (Castro Faria, 1997)” (Bronz, 2023, p. 80). Em 1919, a Marinha adotou políticas de saneamento e promoção da saúde, e de educação moral e civilismo, junto à população pesqueira, cuja missão resultou na criação das Colônias de Pescadores, em 1923, e na Confederação Nacional da Pesca. Portanto, a organização dos pescadores, incialmente, deu-se sob a tutela do Estado.

Bronz (2023), ressalta ainda que, durante a segunda guerra mundial (1939-1945), a gestão da pesca ficou sob a responsabilidade do Ministério da Marinha; nas décadas seguintes, além de ações assistencialistas voltadas para a população pesqueira, foram criadas escolas visando a militarização dos filhos de pescadores.

Com o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), e a reabertura à democracia, pescadores e pescadoras artesanais foram eleitos delegados em assembleias coordenadas pelas federações estaduais e pela Confederação Nacional dos Pescadores. Assim, puderam participar da elaboração de propostas em um processo denominado constituinte da pesca, o que desencadeou, em 1989, a criação do Movimento Nacional da Pesca (Monape), iniciando-se, portanto, o fim da “tutela dos órgãos federais sobre os pescadores, em seu sentido jurídico [...] com a Constituição Federal de 1988”. (Bronz, 2023, p. 81).

Para Motta-Maués (1999), a falta de reconhecimento do trabalho artesanal da pesca, historicamente, tem atingindo os homens, por parte do Estado e do Capital, e, consequentemente, as mulheres que também sofrem com as desigualdades nas relações de gênero, no âmbito interno das comunidades pesqueiras.

Eloí Nunes e Marina Garcia (2019) afirmam que, diante das opressões cotidianas e da ausência de políticas públicas, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga, em Sepitiba, Rio de Janeiro, problematizam as relações de gênero. Elas não se auto-denominam feministas; não obstante, suas práticas de resistências são ancestrais, remetem às bisavós, às avós e às mães. Portanto, no âmbito da interseccionalidade das injustiças, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga não se diferenciam das mulheres de outras comunidades tradicionais pesqueiras, pois têm em comum a falta de regularização do território, dentre outras questões macropolíticas, além do protagonismo nas micropolíticas de gestão da economia de produção familiar. No entanto, seu lugar de negociação, praticamente, termina diante do primeiro atravessador, pois a partir da venda realizada pelas mulheres, a negociação dos mariscos passa a ser coisa de homens que controlam os lucros do produto do trabalho artesanal dessas trabalhadoras.

A partir da primeira década do século XXI, as pescadoras e os pescadores artesanais reorganizaram-se politicamente em novos movimentos sociais. Em junho de 2012, a ANP, o MPP e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e parceiros iniciaram uma Campanha Nacional pelo Reconhecimento do Território Tradicional Pesqueiro. A invenção dessa luta e sua continuidade acontecem concomitante a ampliação dos empreendimentos capitalistas nos territórios tradicionais, incluindo destruição das florestas e envenenamento das águas, etnocídio da cultura indígena e da cultura de comunidades remanescentes de quilombo.

No atual contexto, “essas violências afetam com especial perversidade mulheres que atuam na defesa dos territórios e da vida e sofrem com os ataques sistemáticos dos agentes da devastação”. (Seabra, 2020, p. 31). Não obstante, as mulheres vêm ocupando espaço e conquistando lugares de visibilidade e reconhe-

cimento a partir do 1º. Grito da Pesca Artesanal, realizado em Brasília em 2004, e da genealogia da ANP em 2005 e do MPP em 2010. Além disso, elas ampliaram sua participação no CPP, parceiro histórico desses movimentos e de sua pré-história, haja vista que sua existência data de 1968.

A luta das mulheres é também uma luta contra o racismo socioambiental, o etnocídio, o ecocídio, a violência de gênero, a perseguição política do Estado e a persistência de empreendimentos econômicos transcontinentais que caracterizam a coexistência da governamentalidade e da soberania do capitaloceno no território das águas.

Foucault argumentava que soberania e governamentalidade podem coexistir – e de fato coexistem –, ... A governamentalidade designa um modelo para conceituar o poder em suas operações difusas e polivalentes, enfocando a gestão de populações e operando por instituições e discurso estatais e não estatais (Butler, 2019, p. 13).

Tal coexistência expressa que, no Brasil, historicamente, comunidades, povos originários e tradicionais são considerados descartáveis e as pescadoras e os pescadores artesanais dessas comunidades têm seus modos de vida constantemente ameaçados pela grilagem de terras e pela invasão do território tradicional pesqueiro, por empreendimentos econômicos do agrohidronegócio, portos com bases de extração de petróleo, parques eólicos e *offshore* (parque eólico no leito marinho), especulação imobiliária, turismo predatório, carcinocultura e pesca industrial de arrasto, além de envenenamento das águas e desastres socioambientais causados por esses e outros empreendimentos econômicos transcontinentais. Tudo isso com a anuência do Estado cuja governamentalidade exerce e excede o poder de gestão da vida e da morte, poder de fazer morrer ecossistemas no território das águas e de subtrair modos de viver das comunidades tradicionais pesqueiras.

Desde sempre a ‘natureza’ esteve em guerra contra a vida! Mas a aceleração dos ‘progressos’ técnico-científicos conjugada ao enorme crescimento demográfico faz com que se deva empreender, sem tardar, uma espécie de corrida para dominar a mecanosfera. No futuro a questão não será apenas a da defesa da natureza, mas a de uma ofensiva para reparar o pulmão amazônico, para fazer reflorescer o Saara. A criação de novas espécies vivas, vegetais e animais, está inelutavelmente em nosso horizonte e torna urgente não apenas a adoção de uma ética ecosófica

adaptada a essa situação, ao mesmo tempo terrificante e fascinante, mas também de uma política focalizada no destino da humanidade (Guattari, 2002, p. 52-53).

Para Guattari (2002) a vida é produzida pela articulação de algumas instâncias, as quais ele nomeia de ecologias. O autor elenca três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana (ecologia mental). Nessa relação de mutualismo, diante da ausência de uma ética da relationalidade ecosófica, Guattari (2002) nos mostra que:

não somente as espécies desaparecem, mas também as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana. Tudo é feito no sentido de esmagar sob uma camada de silêncio as lutas de emancipação das mulheres e dos novos proletários que constituem os desempregados, os ‘marginalizados’, os imigrados” (p. 27).

Cientistas, sobretudo os ligados ao campo da geologia, postulam que esses modos de vida do ser humano e suas ações sobre a natureza delimitam uma nova era geológica chamada antropoceno. Os estudiosos das humanidades denominam esse fenômeno de capitaloceno, considerando que os efeitos gerados pelas interações humanas em torno do planeta Terra estão relacionados com os modos de organização cultural, política e social (Callegrari, 2018). Para Ailton Krenak (2021) o “capitaloceno se configura como uma extensão dos instrumentos capitalistas para sugar os recursos da vida do planeta, inclusive da vida não material” (s/n p.).

A assertiva de Krenak (2021) vai ao encontro do que anunciamos, anteriormente, com Guattari (2002). A partir dessa congruência, somos levados a pensar que o maretório vem perdendo a guerra contra o “capitaloceno”, consequência dos efeitos dessa superexploração dos recursos naturais, das pessoas e das relações sociais. “Estão consumindo também a subjetividade, consumindo a capacidade de pensar, de sonhar, de refletir, de imaginar outros mundos. Esse capitaloceno anda de mão dadas com o necrocapitalismo” (Krenak, 2021, s/n p.). Sem dúvida, essa aliança entre Capital e governamentalidade estatal e não estatal é uma expressão do necropoder e suas políticas de morte por execução ou por negligência à vida de pessoas cuja existência de seus grupos étnicos não importam para o Estado moderno, na contemporaneidade (Mbembe, 2018).

Suely Rolnik (2018) sinaliza que, no Brasil, isso ocorre na forma de uma produção de subjetividade colonial-capitalística atravessada atualmente pela aliança do conservadorismo ao ultraneoliberalismo, cuja expressão maior é a composição de um Congresso Nacional bastante reacionário. Colonial-capitalística

para a autora refere-se tanto ao processo histórico-social de formação do Estado, o qual se deu através do genocídio de povos indígenas e da escravização de povos negros raptados de diversas nações do continente africano, como também da persistência desses processos de subjetivação em produzir a cafetinagem do desejo e consequente formação capitalística dos modos de vida, incluindo aqueles que se propõem a operar na resistência a essa produção de subjetividade (Rolnik, 2018). A cafetinagem pode ser reconhecida pelo que se denomina de grilagem, haja vista que esta opera no modo capitalístico de relacionamento com a terra, as águas, a natureza, e com a vida em última instância.

Portanto, a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, sendo sua heterogeneidade resultante desses componentes e os processos de subjetivação as faces que cada componente usa para operar, nessa produção, as linhas de força do desejo que atravessam e transversalizam esses processos de subjetivação (Guattari, Rolnik, 2010).

O estudo dos perigos em cada linha é o objetivo da pragmática ou da esquizo-análise, visto que ela não se propõe a representar, interpretar, nem simbolizar, mas ... apenas fazer mapas e traçar linhas, marcando suas misturas tanto quanto suas distinções. (Deleuze, Guattari, 2012, p. 119).

A partir da síntese foucaultiana de que uma rede de elementos compõem um dispositivo e este opera práticas discursivas de assujeitamentos, Deleuze e Guattari (2012) concebem dispositivo como tudo que nos faz ver e falar sobre produção de subjetividade, inclusive toda prática discursiva cujos enunciados permitam a análise dos processos de subjetivação em sua segmentaridade e singularização. Nessa perspectiva, mapeamos linhas de força do desejo das mulheres nos movimentos sociais pesqueiros, reconhecendo dispositivos-analisadores que constituem instâncias de produção de subjetividade e compõem agenciamentos dos processos de subjetivação, tais como território, economia de produção familiar, trabalho artesanal e participação política, dentre outros.

A herança histórico-cultural da produção de subjetividade colonial-capitalística favorece uma redução epistemológica da multiplicidade de povos de territórios tradicionais à categoria “povo brasileiro”, povo e corpo-território prontos para o consumo (Rolnik, 2018). Os processos de descolonização desse inconsciente colonial-capitalístico passa pela desinvenção da cultura-mercadoria (Guattari, Rolnik, 2010) e pelo agenciamento coletivo do desejo de tecer outras linhas de forças conectadas às forças da vida.

Em interface com a cosmogonia dos povos originários, as comunidades tradicionais pesqueiras reinventam-se e pensam a invenção de outros mundos. Uma das invenções desses povos das águas é a afirmação da luta em defesa do território tradicional pesqueiro como um território comum a indígenas, quilombolas, vazanteiros, ribeirinhos, caiçaras, pantaneiros, marisqueiras, caranguejeiros e pescadores e pescadoras artesanais, entre outros povos e comunidades tradicionais.

A singularização que marca os processos de subjetivação e enunciação dessa invenção nos remete à ética da alteridade da diferença, uma ética da relationalidade ecosófica sintetizada pelo sentido de *ubuntu*, expressão das línguas zulu e xhosa dos povos Bantu da África Subsaariana, cuja tradução inicial, “eu sou porque nós somos”, é atualizada por Bhekizizwe Peterson como uma ética da relationalidade que envolve reciprocidade, compaixão, humanidade e comunidade (Peterson apud Bradbury, 2024, p. 37-38, tradução própria). Trata-se, portanto, de uma luta pelo reconhecimento de um território semelhante aos territórios quilombolas e indígenas cujas demarcações vêm/vinham se dando a partir da Constituição Federal de 1988. Hoje, as comunidades tradicionais pesqueiras e os ecossistemas de seus territórios encontram-se cada vez mais ameaçados por políticas ecocidas e etnocidas que negam sua existência como povos da floresta e das águas, e de áreas rurais ou urbanas.

Nesse campo de disputas pela vida de humanos e não humanos, à semelhança de povos indígenas “que ainda resistem ao aparelho de captura do Estado, e à máquina ecocida do agronegócio exportador e dos megaprojetos de ‘infraestrutura’” (Castro, 2015, p. 9), as mulheres protagonizam a resistência ao capitaloceno que chega aos territórios pesqueiros disfarçado de economia azul, economia do mar, parque eólico, *offshore* e ao eufemismo desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, a questão ecosófica vivenciada singularmente pelas mulheres, pescadoras artesanais, é também uma questão ético-política, uma questão de vida e morte ao território das águas.

CARTOGRAFIA DA PESCA ARTESANAL COMO MODO DE FAZER PESQUISA

Com autorização das coordenações da ANP e do MPP que, atualmente, representam 20 estados do Brasil, compomos esta e outras cartografias com vozes de pescadoras artesanais da Bahia, do Ceará, do Pará, de Pernambuco e do Piauí. Para escrita deste artigo, produzimos um recorte temporal a partir de nossa participação nos seguintes espaços: a) III Assembleia Estadual do MPP, realizada na cidade de Luís Correia - PI, entre os dias 24 a 26 de agosto de 2019, com 50 participantes, a

partir da qual agendamos as entrevistas cartográficas com 07 lideranças da ANP, do CPP e do MPP, que foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2020; b) 9º Grito da Pesca, com o lema: Território Pesqueiro: Biodiversidade, cultura e soberania alimentar, realizado no Centro de Formação Vicente Canhas, em Luziânia-GO, entre 21 e 23 de novembro de 2019, com mais de 300 participantes de todas as regiões do Brasil; c) Oficina sobre Território, realizada sob a coordenação de três pescadoras artesanais, durante o VI Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde (VI ENEPS), ocorrido de 06 a 09 de fevereiro de 2020, na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar; e d) I Encontro da Rede de Mulheres da Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba (Resex Delta), sucedido na comunidade Torto, na Ilha das Canárias em Araioses – MA, entre 07 e 08 de março de 2020.

Para Milton Santos (2001), dada a divisão social do trabalho e os restos dessa divisão, os modos de existência produzem o território e o território produz a subjetividade, sendo o espaço geopolítico da corporeidade o lugar de sua intersecionalidade. Nessa perspectiva cartográfica, “as linhas da subjetividade compõem o território existencial, o modo de existência de cada um [e cada uma] de nós, e também possibilitam que se exerça a invenção” (Romagnoli, 2009, p. 170). Nesta cartografia, a inventividade e as intervenções estão relacionadas com as incidências políticas dos movimentos sociais pesqueiros e com a produção de informações e conhecimento por nós pesquisadores e pelas autoras das narrativas discursivas com seus enunciados. A composição do campo de pesquisa e as narrativas registradas em diários cartográficos nos permitem identificar, nessas narrativas, dispositivos-analisadores (elementos da rede que compõem o dispositivo) e reconhecê-los como matérias de expressão dos processos de subjetivação nos enunciados das mulheres participantes da pesquisa. Para a esquizoanálise e sua perspectiva ético-estético-política de análise da produção de dados e informações, adotada por nós, dispositivo-analisador é todo enunciado que constitui matéria de expressão das linhas de força do desejo como produção social (Guattari, 2012); neste caso, que compõem os processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres nos movimentos sociais pesqueiros.

DO GRITO DA PESCA AO GRITO DA MULHER PESCADORA ARTESANAL

A partir dos processos de subjetivação cartografados em torno da questão ecosófica e dos processos de enunciação das mulheres, reconhecemos: a) a invenção da ANP e do MPP como novos espaços de luta e resistência, o autoreconhecimento

e a reinvenção de si mesma como mulher marisqueira e pescadora artesanal; b) a defesa do trabalho artesanal e de reprodução da vida de humanos e não humanos contra a negação e exclusão política pela governamentalidade do Estado e c) o protagonismo feminino nas incidências políticas e no enfrentamento de problemas psicosociais relacionados com racismo ambiental e impactos socioambientais de empreendimentos econômicos.

CONVERSAÇÃO NO BANHEIRO FEMININO E GENEALOGIA DA ANP E MPP

Durante o VI ENEPS, cartografamos itinerários de convivência com pescadoras e marisqueiras, rodas de conversa e uma oficina sobre Território, coordenada por Dona Celeste, Raquel e Maninha da coordenação nacional da ANP e do MPP¹. Depois da mística de abertura com artefatos da pesca artesanal, as coordenadoras desses movimentos fizeram uma exposição de registros fotográficos em um varal com uma tessitura de narrativas que expressam o cotidiano da mulher no território das águas e nos movimentos sociais pesqueiros. Elas contaram como as mulheres, às escondidas e em segredo, se articularam por meio de conversação em um banheiro feminino, durante a realização do 1º. Grito da Pesca Artesanal, em 2004, para que pudesse ocupar espaço político com representatividade nos movimentos sociais pesqueiros. Ato contínuo, em 2005, as mulheres fundaram a ANP, rompendo com o Monape que havia se distanciado de seu objetivo inicial que era, à época do Movimento Constituinte da Pesca, semelhante ao da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), criada no mesmo ano, “para monitorar e pressionar que se implementasse os direitos [...] constituídos” (Guajajara, 2019, p. 192) e assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A ANP foi criada em 2005. [...] O processo de criação foi tendo em vista essa questão de que as mulheres das associações e dentro dos movimentos não tinham vez. E aí, as mulheres se reuniram. A princípio as reuniões eram feitas dentro dos banheiros em conversação com algumas mulheres, em conjunto, em comum acordo, pra levantar algumas pautas dentro das reuniões de comunidades de pesca, onde a maioria dos pescadores eram homens e aí [a ANP] foi criada dessa forma. Surgiu a Articulação Nacional das Pescadoras pra defender as lutas e

¹ As mulheres, participantes da pesquisa, optaram pela revelação de seus apelidos/nomes, considerando que as narrativas apresentadas sobre a história dos movimentos sociais pesqueiros, ANP e MPP, pelo menos neste relato de pesquisa, não lhes acarretam riscos e são de sua autoria.

as bandeiras das mulheres dentro dos movimentos e dentro das associações e colônias das comunidades pesqueiras (Raquel. Entrevista cartográfica).

Como efeito dessa microinsurgência das mulheres e da emergência ético-política de reorganização de um novo movimento social pesqueiro que incluísse pescadoras e pescadores artesanais, aconteceu a I Conferência da Pesca Artesanal, realizada em Brasília, entre os dias 28 e 30 de setembro de 2009. Em um contexto das primeiras gestões do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), marcado por conferências de grupos sociais minoritários e povos do campo, da floresta e das águas, foi realizada uma assembleia deliberativa, entre 05 e 09 de abril de 2010, em Acupe de Santo Amaro, Recôncavo Baiano, onde nasceu o MPP.

[...] Nesse momento as mulheres lá eram bem pouquinhas, as mulheres não iam, tinham as mulheres que não iam nem obrigadas, a mulher tinha que ficar cuidando da casa, elas não podiam sair de jeito nenhum [...] Aí eu fui pra essa reunião na Bahia. Nessa reunião, em abril de 2010, na cidade de Santo Amaro, a gente, eu saí eleita uma das coordenações [...] Foi na criação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. Onze estados do Brasil que esteve presente, com várias organizações de Resex, de ONGs, de organizações da pesca de todos os estados do Brasil, vazanteiros, indígenas, quilombolas. [...] (Dona Celeste. Entrevista cartográfica).

Nascia assim, o MPP já com uma história de luta feminina marcada pela aposta na problematização da interseccionalidade, co-gestão e paridade de gênero por estado na coordenação nacional e potência de ação política, anunciando o combate ao “capitalismo e sua lógica excludente”, em sua Carta de fundação, de 04 de abril de 2010:

[...] Decidimos assumir um novo nome para o movimento com objetivo de simbolizar o rompimento com um modelo institucional e representativo que não foi capaz de acolher as lutas e sonhos dos povos das águas. [...] A participação efetiva de mulheres e jovens marca este novo momento da organização dos pescadores e pescadoras. A presença negra e indígena marca profundamente a nossa identidade. [...] Afirmamos como nossas principais bandeiras de luta: defesa do território e do meio ambiente em que vivemos. Lutamos pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Resisti-

mos ao modelo de desenvolvimento que esmaga as comunidades pesqueiras e se concretiza a partir de grandes projetos que concentram a riqueza e degradam o meio ambiente. [...] (EcoDebate, 2010).

A invenção desses novos movimentos sociais pesqueiros, ANP e MPP, simbolizam um marco na produção de subjetividade de pescadoras e pescadores artesanais, haja vista a ruptura com processos de subjetivação segmentados a estrutura patriarcal de colonialidade de sindicados, federações e colônias de pescadores, organizações que até o final da gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), eram e muitas ainda são, majoritariamente, administradas por homens e filiadas à Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), que no ano de 2020 celebrou 100 anos de existência.

DO TRABALHO ARTESANAL REPRODUTIVO À PRODUÇÃO DA VIDA

Nos contextos das comunidades tradicionais pesqueiras, são as mulheres que se ocupam da gestão do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo da pesca artesanal e também são as mulheres das águas que insistem em resistir e seguem tecendo a existência, na teimosia de produzir mais vida a partir do próprio corpo-território-de-existência. O corpo passa a ser, então, esse “campo de vulnerabilidades e exposição, na relação com o outro, como também a máquina que age sobre o outro, colocando-o em risco, violando e mesmo vindo a expurgar o outro” (Butler, 2019, p. 46). Trata-se de um corpo agência, ora sujeito, ora sujeitado a ampliação das políticas de precarização da vida que tanto assolam a ecologia humana, social-subjetiva, como a própria biodiversidade da ecologia ambiental. Por isso, quando falamos de ética ecosófica, não podemos deixar de visualizar a paisagem psicossocial da pesca artesanal sem deixar de reconhecer o lugar do trabalho artesanal reprodutivo da mulher para a comunidade tradicional e para a ecologia humana e não humana.

Carmela e Pinheiro (2019) relacionam essas esferas da existência, a partir do ecofeminismo, apontando que as mulheres e a natureza partilham dos efeitos de uma cultura opressora engendrada pelas instituições de violência do machismo, patriarcado e da cultura ocidental dominantes. Uma vez que “as mulheres, cultural e historicamente, estiveram mais perto da natureza por causa de seus papéis na sociedade e que estão mais conectadas e próximas a ela” (Carmela, Pinheiro, 2019, p. 277).

Não obstante, nos modos de vida das mulheres das águas está presente mais que o trabalho artesanal do extrativismo da pesca (seja no rio, nas lagoas

ou mesmo em alto-mar). Essas mulheres têm o corpo marcado pelas linhas das águas que tecem a rede de forças da vida e vivem, constantemente, com o corpo em cena em uma forte relação política entre seus modos de vida e o cuidado com a vida no território das águas.

Modos de existência e trabalho de resistência de economia de produção familiar que, na perspectiva ecofeminista de Silvia Federici (2019), estão ligados a reprodução da vida. Reprodução para essa autora tem a ver não só com a reprodução da força de trabalho e sua integração ao mundo capitalista, mas também tem a ver com o trabalho de resistência a partir dos lugares que as mulheres ocupam – e que os homens também deveriam ocupar – lugares de cuidado de si e do outro (da comunidade e do território), da educação, do zelo pela natureza e das reivindicações em torno da justiça social. Trata-se, portanto, de uma questão da ética ecosófica e da justiça socioambiental.

A luta das lideranças da ANP, do MPP e do CPP contra a desarticulação de pescadoras e pescadores, nos movimentos sociais pesqueiros, coexiste com a luta das mulheres, pescadoras artesanais, pelo reconhecimento profissional da marisqueira, como podemos compreender no seguinte enunciado:

a gente tem muito problema relacionado ao reconhecimento da mulher pescadora. [...] Vilanir diz assim: “a mulher pescadeira sofre muito com essa questão de dizer que é pescadeira, porque quando a gente vai nos órgãos INSS, posto de saúde, as pessoas olham pra gente e acham que a gente não é pescadeira, porque quando a gente tem que ir nesse lugar com a roupa de pesca, porque se não for com a roupa de pesca as pessoas riem da nossa cara e dizem [ironicamente] agora todo mundo é pescadeira, todo mundo que ser pescadeira sem ser”. E é externado uma dúvida se aquela mulher realmente pesca (Raquel, ANP. Entrevista cartográfica).

A negação de direitos sociais e previdenciários e o não reconhecimento da identidade da marisqueira, pescadora artesanal, são problemas que as mulheres enfrentam, principalmente na relação com o Estado e os agentes que representam suas instituições e operam linhas de segmentaridade, reproduzindo o machismo e o racismo socioambiental. Nos atravessamentos que marcam os processos de subjetivação e enunciação da mulher marisqueira, percebe-se que as instituições da Saúde e da Seguridade Social, às vezes, funcionam como instituições da violência. Não obstante, as mulheres resistem à produção de invisibilidade e produzem torções contra os poderes hegemônicos, “fazendo nascer, ou simples-

mente mantendo vivas, múltiplas formas de insubordinação, num movimento de resistir apenas por existir e de poder existir apenas por se manter resistindo” (Vasconcelos et al., 2020, p. 328).

A luta não é só pelo reconhecimento da identidade profissional, mas também em torno da paridade e equidade de gênero nos processos instituídos pelas instituições da pesca, do meio ambiente e da segurança social. No âmbito do território tradicional pesqueiro, a mulher, além de realizar o trabalho doméstico (cuidado da casa, dos filhos, do quintal produtivo) e o trabalho artesanal da pesca (confecção e preparação dos apetrechos da pesca, mariscagem, beneficiamento do produto e venda inicial), ainda cuida da comunidade,

Diante do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo não reconhecidos pelo mundo capitalista, as mulheres também se articulam, politicamente, nos movimentos sociais pesqueiros. Portanto, as mulheres, pescadoras artesanais, cotidianamente, operam táticas de sobrevivência contra as violências institucionais, machismo e racismo socioambiental, buscando seu reconhecimento por meio de processos instituintes em defesa da vida no território das águas a partir do seu próprio corpo-território-de-existência.

INCIDÊNCIAS POLÍTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PESQUEIROS

Como anunciamos na introdução, os movimentos sociais pesqueiros iniciaram a campanha pelo reconhecimento do território tradicional pesqueiro, em junho de 2012. Essa campanha foi lançada, em Brasília/DF, buscando a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalente a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Para coletar essas assinaturas, os movimentos sociais pesqueiros produziram incidências políticas de sensibilização em estabelecimentos de diversas instituições, durante sete anos.

Em 22 novembro de 2017, durante o 7º Grito da Pesca Artesanal, aproximadamente 500 pescadoras e pescadores artesanais vinculados a ANP e MPP, em conjunto com o Movimento Indígena e a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem), fizeram uma ocupação do então Ministério do Planejamento. A intencionalidade dessa incidência política era fortalecer a luta pelo reconhecimento do território e denunciar a desestruturação das políticas da pesca artesanal, principalmente a suspensão da emissão de Registro Geral da Pesca (RPG) e a suspensão do pagamento do seguro defeso das espécies.

Após sete anos de coleta de assinaturas, o MPP entregou o projeto à Comissão de Legislação Participativa (CLP), durante uma audiência pública no Congresso

Nacional, por ocasião da participação de mais de 300 pescadoras e pescadores artesanais, no 9º Grito da Pesca, em 2019; atualmente, esse projeto de Lei tramita na Câmara dos Deputados como PL 131/2020.

Desde sua fundação, a ANP tem feito parcerias com pesquisadoras e pesquisadores e instituições de ensino e tem ministrado cursos e oficinas de educação permanente socioambiental. Um desses cursos circulou o Brasil, no primeiro semestre de 2017, trata-se do curso *A Saúde das Pescadoras Artesanais*, coordenado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com o Ministério da Saúde, ANP, MPP e CPP. Em fevereiro de 2017, cartografamos esse curso com a participação de pescadoras artesanais do Ceará, do Piauí e do Maranhão. E entre os dias 06 e 08 de março de 2020, acompanhamos uma dessas oficinas, durante a realização do I Encontro da Rede de Mulheres da Resex Delta, na comunidade pesqueira do Torto, que fica na Ilha das Canárias em Araioses – MA.

Acerca dessa atuação dos movimentos sociais pesqueiros, Daina, da ANP e da coordenação colegiada do MPP, ressalta:

Eles vêm ajudando, organizando a comunidade, com essas audiências públicas que tenta ajudar as pessoas, a comunidade a fazer suas falas, demonstrando a indignação, sua insatisfação que não está gostando dos empreendimentos [econômicos]. [...]. O MPP, o CPP e a ANP se organizam dessa forma, ensinando a comunidade que os empreendimentos não é bom, que vai trazer consequência no futuro, que já está trazendo [no presente]. E assim [o movimento] é um parceiro que deixa a gente, pelo menos com mais um pouco de força, porque se organiza e a gente vai atrás dos direitos, brigando, fazendo manifestações, esses tipos de coisas. [...] Porque se as comunidades não têm esses conflitos contra os empreendimentos, já tinha era saído todo mundo daqui. A gente resiste do jeito que resiste e eles ainda fazem o que fazem! Imagina se não tivesse [os movimentos sociais pesqueiros]. (Daina. Entrevista cartográfica).

Os movimentos sociais pesqueiros estão constantemente inventando modos de produzir linhas de fuga, modos singulares de resistir, fazendo uma vigilância socioambiental permanente. Por isso, a cada violação de direitos e a cada violência contra a vida nas comunidades e nos ecossistemas do território pesqueiro, ANP, CPP e MPP articulam as pescadoras e os pescadores artesanais, convidam a imprensa e produzem incidências políticas. Além disso, acionam o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) ou outros órgãos e

provocam o Ministério Públíco Federal (MPF) para realização de audiências públicas. Na articulação de todas essas incidências, as mulheres são protagonistas.

A partir desta cartografia dos novos movimentos sociais pesqueiros, podemos reconhecer como as mulheres “defendem a diversidade e os limites da natureza que não podem ser violados, para que elas possam sobreviver” (Carmela, Pinheiro, 2019, p. 277). Sobre esse questão ecosófica, ouvimos mais uma voz da pesca artesanal, voz de Josane, da coordenação do MPP:

Nós pescadores e pescadoras da Amazônia, a gente tem sofrido muito na pele, a gente tem perdido os nossos territórios, pras multinacionais. A gente tem perdido os nossos territórios quando barram os nossos rios [...] pra produzir energia que não é pra nós. Que é pra dar energia pra quem é isento de imposto que é as grandes empresas que estão deixando os nossos territórios pobres. Que tiram as nossas riquezas e nos deixam na miséria. Então cada vez que barra um rio, um leito de um rio, que se desmata, que corta uma árvore na Amazônia é como se estivesse cortando os nossos corpos. [...] Cada árvore que é tombada é como se fosse um corpo nosso que estivesse sendo cortado. E quando se barra um rio, quando se joga dejetos de mineração no rio é como se fosse o nosso sangue que tivesse sendo tirado de nossas veias. E falar em água, falar em terra, falar em floresta é falar em vida pra nós, é falar na natureza, na biodiversidade, que não é apenas responsável pela vida da Amazônia, mas pela vida do planeta (Josane. 9º. Grito da Pesca Artesanal. Diário Cartográfico).

A voz de Josane ecoa da Amazônia e tem ressonâncias das vozes da floresta e das águas para denunciar a soberania do Estado que, na era capitaloceno e na contramão de uma comunidade de terranos humanos e não humanos, continua operando lógicas de modos de subjetivação assujeitados ao racismo socioambiental, ao machismo, ao ecocídio, etnocídio e feminicídio e trasnfeminicídio que caracterizam a produção de subjetividade colonial-capitalística na contemporaneidade. Esses dispositivos-analisadores emergem dos processos de enunciação dessas vozes e nos fazem ouvir a voz de Josane que nos fala das instituições da violência para as quais o corpo-território-de-existência não importa, tampouco importa o reconhecimento do território tradicional pesqueiro, onde ainda existem modos de vida que giram em torno de um “bem de uso comum”, no caso da água.

as relações políticas e sociais tais como as temos [...] são o fundamento que torna comunidades tradicionais e as formas de vida a elas vinculadas desquali-

ficadas como vivas. Do mesmo modo, tornando-as mais suscetíveis à violência, à expropriação, à dominação, à miséria generalizada e à morte sem luto (Batista, Baptista, Nardin, 2019, p. 109).

Ainda sobre o processo de tensionamento dos movimentos sociais pesqueiros e do protagonismo das mulheres, Maninha, como é reconhecida uma das lideranças da ANP, no Ceará, contribui:

Continuo dizendo nós mulheres somos mais nós, somos mais firmes e estaremos presentes em tudo que puder, em tudo que puder ter uma brechinha as mulheres vão estar lá! Pra buscar o nosso direito! [“Até que sejamos livres” gritou uma pescadora ao ouvir a colega] (Maninha. 9º. Grito da Pesca Artesanal. Diário Cartográfico).

Nas “brechinhas” anunciadas por Maninha, as mulheres vão produzindo linhas de fuga contra os agenciamentos capitalísticos, assim elas articulam a resistência, “como um modo de viver junto nas rachaduras do capitalismo, o qual requer a interação de múltiplos tipos de seres, muitos dos quais são outros-que-humanos” (Carmelo, Pinheiro, 2019, p. 278).

A partir das comunidades tradicionais pesqueiras, as lideranças da ANP e do MPP tecem uma rede de articulações locais, regionais, nacional e internacional, apontando “para as mudanças que temos que fazer se quisermos construir uma sociedade na qual nossa reprodução não seja realizada à custa de outras pessoas, nem represente uma ameaça à continuação da vida no planeta” (Federici, 2019, p. 279). Portanto, foram as mulheres que atualizaram, “assumindo todos os riscos, as estratégias coletivas e comunitárias de solidariedade e cuidados para com as vidas humanas e não humanas no enfrentamento das políticas de morte e genocídio do governo ultraliberal, racista e misógino brasileiro” (Seabra, 2020, p. 31) de Jair Bolsonaro (2018-2022).

CONSIDERAÇÕES DAS PESCADORAS ARTESANAIS: “PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER...”²

Nesse contexto, o trabalho do MPP tem se expandido, estando presente em 20 estados do Brasil e a ANP tem se tornado um sujeito social na luta em defesa

² Versos da música *Sem medo de ser mulher*, autoria e composição de Zé Pinto, bastante cantada pelas mulheres de, praticamente, todos os movimentos sociais, inclusive pelas mulheres da ANP, do MPP e CPP.

do território tradicional pesqueiro e contra as formas de desarticulações dentro das associações, colônias e sindicatos da pesca e do próprio MPP.

Para além da possibilidade de organização política e reivindicações em torno da justiça socioambiental, as mulheres, pescadoras artesanais, tecem sonhos e criam laços de amizade umas com as outras para que elas possam e nós também possamos defender a vida de humanos e não humanos e o reconhecimento do território tradicional pesqueiro. Elas tecem a pele do corpo-território-de-existência e nos mostram como podemos apostar na vida e viver a ética ecosófica como saída da deterioração da Terra.

Neste estudo, reconhecemos o protagonismo feminino, tentando não romântizar a constante presença das mulheres na luta e resistência. Tanto esforço gera uma sobrecarga de trabalho, cuidado de casa através do trabalho doméstico, cuidado dos doentes (como cuidadora familiar ou não), cuidado com a natureza, entre tantas outras facetas do trabalho reprodutivo da pesca artesanal. Para além do esforço, a participação na linha de frente dos movimentos sociais pesqueiros expõe as mulheres às violências institucionais e micropolíticas, o que se acen-tuou num cenário ultraneoliberal, conservador e neofacista do Brasil, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). Estudos que mensurassem e analisassem os efeitos psicossociais de tal esforço e exposição devem ser realizados, a fim de que saibamos o grau de comprometimento na saúde das mulheres líderes de movimentos sociais pesqueiros.

Não foi nossa intenção, neste relato de pesquisa, discutir a saúde da mulher pescadora artesanal. Não obstante, não podemos deixar de reconhecer que as incidências políticas e os dispositivos-analisadores discutidos anteriormente estão dialeticamente relacionados com a determinação socioambiental da saúde e suas implicações psicossociais e impactos nas ecologias ambiental, social e mental: (des)territorialização do território tradicional pesqueiro, racismo socioambiental, violência de gênero, trabalho reprodutivo da pesca artesanal, reconhecimento profissional, acesso aos serviços sociais previdenciários e de atenção à saúde.

Nesse cenário, as mulheres têm produzido um agenciamento coletivo do desejo de enunciação das disputas internas e dos tensionamentos políticos travados no contexto das instituições da pesca e da produção de subjetividade colonial-capitalística. Esse protagonismo das mulheres, pescadoras artesanais, tem a ver não só com sua histórica participação no CPP, mas também com a microinsurgência dessas mulheres que desencadeou a invenção da ANP e do MPP como novos movimentos sociais pesqueiros.

Essas mulheres constroem processos singulares ecosóficos para operar, social e politicamente, no tensionamento dos movimentos sociais pesqueiros em prol de vidas vivíveis e reconhecíveis. Dada essa dimensão ética ecosófica, as mulheres, por meio das incidências políticas, acabam nos convocando a todas, todos e todes para que possamos ocupar espaços que ainda permanecem vazios, na organização e reivindicação da preservação dos biomas, na luta pela igualdade na relacionabilidade de gênero e pelo reconhecimento do território tradicional pesqueiro como território comum.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Lazaro; BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos; NARDIN, Leonardo (2019). Peles e Vidas Transformadas em Asfalto: Inquições Ético-políticas de uma Barbárie. *Psicol., Ciênc. Prof.*, v. 39, n. spe., p. 101-112. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221676>
- BRADBURY, Jill (2024). Articulating Our-selves: the (extra)ordinary art of life. *PINS*. 66 (1), 35-56, <https://doi.org/10.57157/pins2024Vol66iss1a6574>
- Brasil. (2023). Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. [Internet]. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres> (acesso em 21/11/2023).
- BRONZ, Deborah (2023). Da tutela à luta pela autonomia: Políticas e direitos da pesca artesanal no Brasil. *Tessituras*, Pelotas, v. 11, n. 1, jan-jun. p. 75-94. Dossiê: “Pesca Artesanal: territórios, gestão, conflitos e gênero”. <https://doi.org/10.15210/tes.v11i1.25161>
- BUTLER, Judith (2019). *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- CALLEGARI, Isabela Prado (2018). *Crescimentismo, um Réquiem para uma Ideia de progresso: origens, limites e alternativas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Instituto de Economia da Universidade de Campinas. http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_8b9aa88908485071d1fefdc513bdd92e (acesso em 30/05/2020).
- CARMELA, Regina; PINHEIRO, Marta de Araújo (2019). Ecopsicossociologia: abordagens ecofeministas da pesca artesanal. *Fractal: Rev Psi.*, 31, n. esp., 276-281, https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29053
- CASTRO, Eduardo Viveiros de (2015). “Alguma coisa vai ter que acontecer”. In: COHN, Sergio (Org.), *Encontros/Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, p. 6-19.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (2012). Mil platôs: Capitalismo e esquizofrênia, v. 3. São Paulo: Editora 34.

- EcoDebate (2010). *Carta do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais*. <https://www.ecodebate.com.br/2010/04/28/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/> (acesso em 27/09/2020).
- FEDERICI, Silvia (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- GUAJAJARA, Sonia (2019). Sônia Guajajara. In: KADIWÉU, Idjahure (Org.). *Tembetá – conversas com pensadores indígenas*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, p. 185-205.
- GUATTARI, Félix (2002). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.
- GUATTARI, Félix (2012). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (2010). *Micropolítica: Cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- KRENAK, Ailton (2021). “Os brancos querem comer o mundo. Mas nós, nós somos o mundo”. Oiara Bonila - *Entrevista com Ailton Krenak*. São Paulo: n-1 edições.
- LUGONES, María. (2019). Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. p. 57-93.
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica (1999). Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica* [online], v. 3, n. 2, p. 376-399. <https://bit.ly/2TpG6PO> (acesso em 15/01/2024).
- NUNES, Eloí; GARCIA, Marina. (2019). Marisqueiras do Recando do Ipiranga: a pesca artesanal como prática de resistência da vida e autonomia das mulheres. *Khóra*, [online] v. 6, n 7, p. 1-18. <http://site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/viewFile/169/116> (acesso em 15/01/2024).
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicol. Soc.*, v. 21, n. 2, p. 166-73. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>
- ROLNIK, Suely (2018). *Esferas da Insurreição*. São Paulo: n-1 edições.
- SANTOS, Milton. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SEABRA, Joana Emmerick (2021). Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas: reflexões sobre formas de (r)existir e viver a partir dos territórios de Abya Yala. In: OLIVEIRA, Ana (Org.). *Mulheres amazônicas: ecofeminismo, mineração e economias populares*. Brasília: INESC, p. 28-57. https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/inesc_MulheresAmazonidas_20jul20211.pdf (acesso em 23/11/2021).

TRINDADE, Ana Angélica Martins; PENA, Paulo Gilvane Lopes, LIMA, Mônica Angelim Gomes; FREITAS, Maria do Carmo Soares; ARAÚJO, Kênia Lima. (2021). Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. *Ciênc. saúde coletiva*, 26 (12), p. 6017-6026. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14682021>

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria; ROCHA, Yasmin Adriane Mendonça; OLIVEIRA, Sandra Raquel Santos; CUNHA, Vitória Gois; PÉREZ, Mercedes Solá; FLORES, Elienaide Cardoso; ROMERO, Lucy Mirtha Ketterer; SANTOS, Sirley Ferreira; VIEIRA, Ticiane Pereira dos Santos (2020). Mulheres e mariscagem: invenções de si no(in) mundo mangue. *Psicol. Rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 325-345. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p317-335>

“A gente se uniu pela dor”: coletivos de mães e práticas de (re)existência frente à violência do Estado no Ceará

“We came together through pain”: mothers’ collectives and practices of (re)existence in response to state violence in Ceará

Jéssica Silva Rodrigues^a, João Paulo Pereira Barros^b,
Carla Jéssica de Araújo Gomes^c, Levi de Freitas Costa Araújo^d,
Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala^e,
Antonio Caio Renan Silva Penha^f

Resumo Este artigo objetiva refletir de que maneira a atuação em coletivos sociais opera como dispositivo de re-existência frente à violência do Estado. Trata-se de uma pesquisa-inter(in)venção realizada junto a mulheres integrantes de coletivos políticos organizados do Ceará, mais especificamente o “Mães do Curió” e o “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”. Durante a pesquisa, além da participação em mobilizações sociais desses coletivos, houve a entrevista de três mulheres. Dialogando com autoras e autores da Psicologia Social e pensadoras feministas, principalmente com viés interseccional e/ou de(s)colonial, na seção de resultados é evidenciado como a atuação em coletivos políticos age como um dispositivo de apoio psicossocial para essas mães, que, no caso dos coletivos acompanhados, tiveram seus filhos encarcerados ou assassinados pelo Estado, possibilitando a elas uma outra forma de lidar com suas dores e seus lutos.

Palavras-chave Luta. Movimentos sociais. Feminismos. Resistência. Violência.

Abstract The aim of this article is to reflect on how action in social collectives operates as a device for re-existence in the face of state violence. It is an inter(in)vention research carried out with women members of organized political collectives in Ceará, specifically “Mães do Curió” and “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”. During the research, in addition to taking part in social mobilizations by these collectives, three women were interviewed. Dialoguing with authors of social psychology and feminist

a Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com

b Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: joaopaulobarroso7@gmail.com

c Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: carlajessica.cjag@gmail.com

d Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: leviprofpsi24@gmail.com

e Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: anaboutala@alu.ufc.br

f Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: caiorenan.sp@gmail.com



thinkers, especially those with an intersectional and/or de(s)colonial bias, the results section shows how taking part in political collectives acts as a psychosocial support device for these mothers, who in the case of the collectives monitored had their children murdered or imprisoned by the state, enabling them to deal with their pain and grief in another way.

Keywords struggle. Social movements. Feminisms. Resistance. Violence.

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva refletir de que maneira a atuação de coletivos sociais de mães no Nordeste brasileiro opera como dispositivo de re-existência frente à violência do Estado. Ao abordarmos violência do Estado, estamos nos referindo especificamente a práticas como torturas, homicídios e chacinas provocadas por agentes estatais no exercício de suas funções (Assis, Barros, 2022). Em específico, pretende-se discutir como coletivos de mães que tiveram seus filhos encarcerados ou assassinados ativam práticas de apoio psicossocial e organização de luta política de mulheres periferizadas. Este texto se trata de um desdobramento de uma pesquisa de dissertação, vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), que se voltou a analisar as implicações psicossociais dos homicídios de jovens na trajetória e no cotidiano de suas mães (Rodrigues, 2019). O estudo foi realizado no Ceará e está amparado teoricamente em autores(as) da Psicologia Social em diálogo com pensadoras feministas, principalmente com viés interseccional ou decolonial.

Acerca da articulação teórica, vale ressaltar que a dimensão psicossocial destaca os múltiplos aspectos e processos coletivos que produzem subjetividades em contextos de violência (Almeida-Segundo *et al.*, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022). O campo dos feminismos é escolhido aqui por sua potencialidade em analisar e intervir a partir do lugar e dos saberes das mulheres (Gonzaga, Mayorga, 2019; Sousa, Nunes, Barros, 2020). A aposta no viés decolonial se dá por este possibilitar analisar a luta de mães brasileiras contra a violência estatal e a marginalização das juventudes periféricas, revelando a continuidade das práticas coloniais de controle, segregação e aniquilamento (Gonzaga, Mayorga, 2019). Por último, o viés interseccional é crucial para compreender e combater as múltiplas formas de opressão enfrentadas por essas mães, que são mulheres, majoritariamente pobres e negras, cujas vidas são marcadas por diversas violências (Akotirene, 2019).

A pesquisa acompanhou as atuações de dois movimentos de mães: “Mães do Curió” e “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”. O coletivo “Mães do Curió” surgiu após o episódio conhecido como “Chacina do Curió”, que aconteceu em

novembro de 2015, com a participação de agentes de segurança pública, deixando 7 feridos e 11 mortos, em sua maioria jovens. Já o coletivo “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional” reúne mães e familiares de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade na cidade ou de pessoas em cumprimento de pena no sistema prisional.

O surgimento desses coletivos se relaciona com as respostas que o Estado tem dado às transformações das dinâmicas da violência em Fortaleza, que, em 2014, se destacou como o município que mais matou adolescentes (Melo, Cano, 2017), apresentando Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) de 10,94, taxa três vezes maior que a média do país. Soma-se a esse cenário a crescente frequência de chacinas no Ceará desde 2015, que têm sido emblemas da intensificação e banalização da morte de jovens, principalmente pretos e pobres (Paiva, Barros, Cavalcante, 2019).

Abolida há apenas 136 anos, a instituição escravocrata fez parte do cotidiano brasileiro e guarda traços de continuidade na contemporaneidade. Tendo sido o último país da América a abolir a escravidão, o Brasil passou quase quatro séculos assumindo como um de seus pilares sociais a desumanização e objetificação brutal de corpos negros. Portanto, não se pode negar os efeitos dessa tão longeva estrutura nos modos de subjetivação brasileiros, sobretudo na consideração do legado deletério deixado pelo dispositivo colonial/escravocrata.

Os modos de subjetivação são constantemente atravessados e reconfigurados a partir de marcadores interseccionais da diferença, que distribuem sobrecodificações para determinadas corporeidades a partir de agenciamentos entre diferentes regimes de enunciação, como os discursos raciais, patriarciais e heteronormativos. As vivências de sofrimento das mães que perderam seus filhos para a violência, seja ela urbana, seja institucional, não pode ser considerada apartada de toda uma dimensão traumática que a colonialidade reatualiza a partir de dispositivos necropolíticos.

Passos (2023), ao abordar a saúde mental de mulheres negras, sobretudo com as políticas de genocídio empreendidas pelo Estado, aponta que a constituição da desumanização da população negra reflete tanto na execução das mortes de jovens negros e periféricos como no silenciamento, na naturalização e no impedimento de uma elaboração narrativa de suas mães e familiares. A autora atribui a esse fenômeno uma relação de continuidade com os processos de desumanização da mulher negra que remontam à escravidão. Para a mulher escravizada, a maternidade e humanidade eram constantemente negadas, ela não era vista nem como a mãe de seus filhos nem como mulher, somente podia alcançar esse lugar simbólico

na sociedade a partir do papel da “mãe preta”, ou seja, do direcionamento de seu cuidado, afeto e amor aos filhos brancos das senhoras de engenho. Passos denomina esse processo de negação das relações de parentesco entre as maternidades negras e seu direcionamento à preservação do trabalho reprodutivo branco de “colonialidade do cuidado”.

Tal contexto de negação da maternidade negra e periférica ganha novos contornos na contemporaneidade, à medida que o projeto de destruição das formas coletivas de cuidado, afeto e parentesco africanas se reatualiza nas políticas de silenciamento, naturalização e banalização das mortes de seus filhos pela necropolítica (Mbembe, 2018). A maternidade dessas mulheres é negada pelos mesmos processos de desumanização aos quais se recorre quando o direito à memória de seus filhos é negado por atribuições de periculosidade. São as mães de “vagabundos”, portanto, suas dores não devem ser escutadas, e a morte de seus filhos é recebida como um triunfo da ordem e justiça. Assim sendo, denunciar e desconstruir os discursos e dispositivos que produzem a morte tanto das juventudes como de suas mães, além de compreender as mobilizações políticas que estas estabelecem, é fundamental para desnaturalizar aquilo que Passos (2023) denomina de produção do aniquilamento da população negra. Nesse sentido, os coletivos formados exemplificam a resistência a essa política de extermínio, buscando memória e justiça (Assis, Barros, 2022).

Nas trajetórias dessas mulheres, não são incomuns relatos de práticas exclucentes, discriminatórias e violentas engendradas pelo racismo em suas vidas, que acabam compulsoriamente as destinando a posições de inferioridade e subalternidade (Costa *et al.*, 2024). Assim, mostra-se como relevante a produção de estudos que viabilizem narrativas de experiências coletivas, tendo tais grupos como formas possíveis de germinar existências e re-existências (Adrião *et al.*, 2023) em contextos em que a dor da perda torna-se sinônimo não só de luta, mas também de aquilombamento. Como destaca Nascimento (2021), o quilombo é, antes de mais nada, uma maneira de resistir e de afirmar a identidade, é uma forma de luta e de negação da opressão. Viabilizar uma análise interseccional da luta das mães de jovens encarcerados e assassinados é fundamental para que sejam efetuadas políticas públicas voltadas a uma memória mais eficiente, bem como para que essas mulheres construam entre si coalizões políticas na luta pelos seus direitos.

Tendo em vista os objetivos explicitados, este artigo pode colaborar com o campo de estudos sobre mulheres e lutas políticas na América Latina ao fornecer perspectivas analíticas a partir de resultados empíricos situados no Nordeste brasileiro que permitem a potencialização de compreensões sobre a atuação política e psicossocial de coletivos de mães entre o luto e a luta frente à violência de

Estado. Além disso, aponta-se para a singularidade e potência dos processos de luta analisados neste estudo uma vez que criam um comum entre movimentos que se insurgem contra questões diferentes, um deles emerge contra a violência letal do Estado, o outro luta pela descriminalização. Destaca-se que a união dos movimentos se deu como uma estratégia política de luta, tomando como aproximações as pautas contra a violência estatal em suas diferentes expressões.

Dessa forma, esse campo de estudos pode colaborar com a elucidação de como a aliança de mães consiste em formas de enfrentamento e resistência à rede de violências engendradas pelas expressões necropolíticas (Barros *et al.*, 2019) das maquinarias coloniais, racistas e patriarcas que operam no Brasil.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

O presente estudo possui natureza qualitativa e se orientou a partir da perspectiva da pesquisa-inter(in)venção (Costa, Moura Júnior, Barros, 2020) à luz do método da cartografia. Trata-se de um tipo de pesquisa participativa que possibilita um modo engajado de articulação com o campo, uma vez que está voltado à imersão e compreensão dos modos de subjetivação que operam em dado coletivo, grupo ou instituição. Logo, destaca-se a processualidade da construção da pesquisa à medida que se compartilham experiências cotidianas com o grupo, compondo com as práticas e construções estabelecidas no coletivo. Neste estudo, o caráter inter(in)ventivo se deu pela criação de estratégias junto às mulheres para a construção da agenda de lutas políticas como articulação junto a outros movimentos sociais, articulação de transporte e materiais (faixas com escritos, folders, dentre outros) a serem utilizados nas mobilizações. Busca-se fugir dos paradigmas científicos tradicionais, intervindo criativamente para invenção de novas sociabilidades e possibilidades de vida.

A escolha por este método se justifica por possibilitar a análise coletiva das forças que permitem a criação de dispositivos de re-existência frente à violência do Estado, que encarcera e ceifa a vida das juventudes negras e periféricas. Além disso, considerando o seu caráter inter(in)ventivo, a escolha desta metodologia também deriva da aposta ética, estética e política de compor as lutas engendradas por essas mulheres, e, nesse movimento, inventar coletivamente outros mundos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará sob o parecer 89196718.7.0000.5054, tendo seguido os aspectos dispostos nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

CENÁRIO DE PESQUISA

O estudo foi realizado em Fortaleza. A capital se mostra relevante por ser marcada por índices alarmantes de homicídios, além de apresentar um contexto geral de insegurança à integridade física e à vida dos segmentos juvenis, conforme mostram relatórios como o Atlas da Violência (Cerqueira *et al.*, 2017) e o relatório Cada Vida Importa (CCPHA, 2019), publicados no período de realização da pesquisa. Tais relatórios apontam elevadas taxas de homicídios na cidade de Fortaleza, sobretudo nas periferias, entre os segmentos juvenis negros e pobres. Esses territórios, dentre os quais os habitados pela pesquisa, são marcados não só por um histórico de lutas e resistências políticas, mas também por processos de vulnerabilização, precariedade no acesso a direitos e violência, refletindo procedimentos de instrumentalização da morte comuns a outros contextos periféricos locais e nacionais.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E PARTICIPANTES

Inspirados pela perspectiva da pesquisa-inter(in)venção, foram adotadas duas estratégias metodológicas: 1) Composição das mobilizações sociais articuladas pelos coletivos de mães e outros movimentos sociais da cidade, sendo as principais o novembro de lutas¹ e o lançamento do filme “Nossos Mortos Têm Voz”². Destaca-se, aqui, a inter(in)ventividade, uma vez que essas ações foram desenhadas nas trocas conjuntas, constituindo a intervenção e a criação coletiva das lutas. Estes momentos foram registrados por meio de diários de campo (Medrado, Spink, Méllo, 2014); 2) Realização de entrevistas semiestruturadas com integrantes desses coletivos. Sobre as entrevistas, estas tiveram duração média de 1 a 2 horas e possuíram um roteiro básico que objetivava explorar questões relacionadas ao cotidiano das mães após a morte de seus filhos e à entrada em coletivos políticos. A entrevista na pesquisa inter(in)venção é inspirada pelo uso cartográfico dessa ferramenta, que toma por foco de análise a experiência do dizer e não o dizer da experiência (Tedesco, Sade, Caliman, 2013). Em outros termos, a entrevista opera como uma intervenção possível que tem como potência a ruptura com os processos de silenciamento à medida que cria possibilidades de tornar dizível as dores das mães.

-
- 1 Período de intensa movimentação social e política, em que diversos grupos, movimentos e coletivos se unem, organizando atividades com o objetivo de denunciar e construir resistências às violências direcionadas às periferias. Durante 2018, uma das pesquisadoras compôs mais especificamente a comissão de exposição, na qual se dedicou à criação de uma mostra itinerante sobre as maiores chacinas do Ceará, reunindo áudios de familiares sobre os jovens assassinados e coletando materiais para a montagem do cenário da exposição.
 - 2 Documentário lançado como uma das atividades da I Semana Cada Vida Importa, criada em alusão à Chacina do Curió e pertencente ao movimento do novembro de lutas. O documentário conta com depoimentos de mães e familiares vítimas da violência do Estado na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

No que tange às participantes, a pesquisa contou com a colaboração de mulheres vinculadas aos coletivos 'Mães do Curió' e 'Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará'³. Ao todo, três mulheres foram entrevistadas, sendo elas Luiza, Felipa e Adelina⁴. Na tabela a seguir, têm-se uma pequena descrição de quem são essas mulheres e dos coletivos que compunham à época.

Tabela 1. Participantes da pesquisa

Nome	Coletivo	Apresentação
Luiza	Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional	Possuía, durante a realização da pesquisa, 63 anos. Casada há mais de 40 anos – o marido faz uso abusivo de álcool. Aproximou-se do coletivo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional quando o seu neto, criado como filho, foi apreendido. Na época da entrevista, ele já havia falecido há 10 meses.
Felipa	Mães do Curió	No período de realização da entrevista, possuía 47 anos e trabalhava como cozinheira. Teve dois filhos, sendo um deles assassinado com 17 anos, em 2015, na Chacina do Curió.
Adelina	Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional	Natural do Maranhão, possuía 43 anos no período de realização da pesquisa. Quando seu filho mais novo foi apreendido, aproximou-se do Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional. Quando ele terminou de cumprir a medida socioeducativa, ela organizou sua estadia em outro estado para evitar a morte dele. No entanto, foi surpreendida pelo assassinato de seu outro filho, que morava com ela e não estava envolvido em atividades ilícitas. O jovem foi morto em 2018 por não respeitar os limites territoriais impostos por facções na área em que viviam.

Fonte: Elaboração própria

MÉTODO DE ANÁLISE

Para a análise do corpus da pesquisa, empreendeu-se a análise cartográfica. Os dados, em uma perspectiva cartográfica, aparecem enquanto uma produção dos agenciamentos de um plano de forças que se dá a partir da inserção da pesquisadora

3 Na pesquisa de dissertação, também participaram mães não atuantes em coletivos políticos, mas que tiveram seus filhos assassinados.

4 Os nomes são fictícios para preservar o anonimato das participantes.

ou do pesquisador no campo. Não se tratam, pois, de uma verdade exposta, pronta para ser descoberta, no campo, sendo muito mais um efeito do ato de pesquisar (Passos, Kastrup, Tedesco, 2016), o qual permite evidenciar analisadores daquele contexto. Os analisadores podem ser eventos, discursos, cenas, indivíduos, práticas ou dispositivos, desde que destaquem as contradições de um contexto, desmantelando o que antes era visto como uma totalidade única e uniforme.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção de resultados e discussão enfocará como os coletivos de mães funcionam, na perspectiva de suas integrantes, como apoio psicossocial frente à violência de Estado e na transformação de processos de luto em práticas de luta política. Para isto, está dividida em duas subseções, a saber: 1) “O grupo é muito importante nesse apoio”: Grupo como Dispositivo de Apoio Psicossocial; 2) “Estamos saindo da nossa zona de conforto pelo sangue de nossos filhos”: deslocamentos do “luto à luta”.

“O GRUPO É MUITO IMPORTANTE NESSE APOIO”: GRUPO COMO DISPOSITIVO DE APOIO PSICOSSOCIAL

O coletivo “Mães do Curió” mantém uma página no Facebook e um perfil no Instagram, nas quais compartilha suas demandas, suas dores do luto e seu engajamento em atos, mobilizações e articulações políticas. Como uma das integrantes mencionou durante a I Semana Cada Vida Importa, realizada em novembro de 2018, o movimento tem “duas lutas: uma por justiça e outra pelos que estão vivos” (Diário de Campo, 2018). Felipa, uma das mães do Curió, narra como se iniciou o grupo:

Quem começou ir pra ruas foi a [nome de uma das mães] e a [nome de uma das mães], mas o marido dela, mas o grupo, ele iniciou através da minha luta, né, que eu fui pra ruas depois, e cheguei praas mães e disse, “gente, vamo fazer o grupo das mães do Curió, não vamos mais usar só as blusas dos meninos, porque aí a gente fica, é cada uma lutando pelo seu filho e não dá certo, então vamos formar o grupo das mães do Curió, né” (...) aos pouco, é... o grupo foi tomando corpo, certo, aos pouco ele foi tomando corpo, ele foi se gerando, ele foi sendo criado, gerado e hoje existe o grupo das mães do Curió, né? Porque aí, hoje não é mais só a mãe do (nome de um dos jovens assassinados), a mãe do (nome de um dos jovens assassinados), a mãe do (nome de um dos jovens assassinados),

a mãe do (nome de um dos jovens assassinados), não. Hoje é as mães do Curió, porque nós estamos lutando (...) (Felipa, 2018).

Já o coletivo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional, segundo Adelina, luta contra violações de direitos desses jovens nos contextos de privação de liberdade e fornece apoio afetivo às mães e aos outros familiares que vivenciam sofrimentos em relação ao envolvimento dos filhos com atos ilícitos:

E, assim, eu conheci as meninas, as mães, numa mobilização que elas fizeram (...) nesse dia eu tava muito mal, eu e ele [o filho], porque a gente chorava assim mesmo, descontrolado. E, quando as meninas chegaram [nome de uma das mães], me convidou, “a gente tem esse grupo de mães, e vamos nos apoiar”, e me explicou tudo, e foi quando eu comecei a ir, (...) na primeira reunião que eu fui, eu me senti muito bem e decidi que eu ia abraçar a causa, independente de eu ter um filho no socioeducativo ou não. E aí eu ainda participo, às vezes eu tô bem, às vezes eu tô mal (Adelina, 2018).

Além do apoio emocional, os grupos também oferecem orientações sobre os direitos dos familiares e jovens, destacando a importância da união na luta contra as violências dirigidas à juventude:

Sem saber pra onde correr, aí corri e fui pro grupo, eu vou já falar daquela mulher que me botou aqui, aí falei com a [nome da pessoa que a ajudou], o que que eu fazia com meu filho, isso assim, assim, “vá lá no AJA, procure o defensor público e vá no Conselho tutelar”, foi quando ela me orientou, aí foi quando eu fui aprendendo a ir na porta certa, né? Aonde tinha gente, mais do que aqueles inseto lá de dentro pra resolver (Luiza, 2018).

Algumas mães, como Adelina e Luiza, já estavam inseridas nos coletivos, quando tiveram seus filhos assassinados após eles terem cumprido a medida. Elas encontraram no grupo uma valiosa rede de apoio para lidar com essas perdas. Esses coletivos, além de oferecer suporte às mães e familiares, lutam por melhores condições no sistema socioeducativo, enfrentando a política de desumanização de seus filhos. Como é possível notar, a participação de Adelina no grupo ocorreu quando seu filho começou a sofrer a desumanização imposta por esse sistema, um processo que ela vê como macroestrutural:

Quando eu conheci o grupo de mães, né, foi nesse período, as mães do socioeducativo⁵, então eu me engajei nessa luta, porque a gente... eu vi isso também, é... os meninos que ficam lá, ociosos, que, na realidade, não é só ele [em relação a seu filho], é todo o sistema carcerário, tanto faz o de adolescente como o de adulto, são pessoas que ficam ociosas. É tipo assim, coloca um curso ali, no socioeducativo, que é onde eu tenho mais conhecimento, pra mim, é uma fachada! É só pra dizer, pra enganar a sociedade, pra enganar as mães que tá colocando alguma coisa, porque aquele curso ali não vai 1 mês, 2 meses, e só é pra alguns jovens (...) (Adelina, 2018).

É importante ressaltar que a formação de grupos de mães de jovens assassinados como forma de apoio e luta ocorre em várias cidades, estados e países, criando uma rede mais ampla de suporte e resistência a partir das dores compartilhadas. A participação de mães nesses coletivos surge como uma maneira de organizar suas dores e de lutar contra os silenciamentos impostos, um modo de dar sentido ao que não tem sentido (Assis, Barros, 2022), e a dor serve como um elo entre essas mulheres e suas formas de socialização. Esses autores também observam que a coletivização das dores dessas mulheres, atuando em contextos políticos, é uma maneira de lidar com o luto. O processo de politização das dores leva essas mulheres a levantarem questões como a invisibilidade das mortes de seus filhos, relacionando-as a problemas sociais de exclusão devido à classe social, à raça e ao território.

As mortes abruptas dos filhos levam à intensa transformação nos modos de viver das mães e dos demais familiares. Os grupos, nesses casos, atuam como um importante dispositivo de fortalecimento das mulheres e de apoio psicossocial à medida que são espaços de partilha dos sofrimentos e suporte mútuo. Assinalar a atuação dos grupos como dispositivo de apoio psicossocial requer que os pensemos a partir de diferentes eixos, compreendendo de que forma eles se entrecruzam e produzem apoio para essas mulheres. É a partir de lugares de opressão e sujeição às inúmeras violências que surge, sobretudo nas experiências de aquilombamento, o imperativo das práticas de cuidado, de cura e do amor próprio como formas de resistir às violações e aos silenciamentos aos quais mulheres são submetidas (Costa *et al.*, 2024).

Para Luiza, o grupo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional surgiu como um apoio “quando eu achei que ninguém ia me ajudar”. É pelo grupo, ao esta-

5 Primeiro nome dado ao coletivo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional.

belecerem alianças que se dão através do reconhecimento de suas condições de precariedade umas nas outras, que as mães se fortalecem. Dessa forma, pode-se perceber que os grupos atuam como dispositivos de desindividualização do sofrimento, à medida que possibilitam a coletivização dos efeitos da violência sofrida por essas mulheres, além de comporem um espaço de trocas afetivas:

Aonde eu ainda tenho assim esse apoio, que me dá força, que me elevanta com as palavra, essas mulher aí, guerreiras desse grupo, e esse povo do CEDECA⁶ (...). Primeiro Deus, segundo, Deus colocou esse povo na minha vida (...). Que tem ajudado muito! E espiritualmente, fisicamente, moralmente, demais (Luiza, 2018).

Contrariando uma lógica individualizante, que é o modo hegemônico de perceber as dores dessas mães, esses grupos têm operado como uma aposta ético-estético-política, não apenas na coletivização, mas também na politização do sofrimento das perdas. Através do compartilhamento, essas mulheres percebem que seus lutos são distintos daqueles sofridos por mães que perderam filhos por outras causas. Conforme compartilham histórias e dores, começam a questionar a “naturalidade” imposta às mortes de seus filhos, problematizando as forças sociais e históricas que levaram às mortes precoces desses jovens. Elas percebem que, assim como elas, outras mães passam por dores semelhantes. Esse constante processo de transformação é uma das formas pelas quais o grupo atua como um dispositivo, conforme exposto por Benevides (1997). Sob essa perspectiva, o grupo transcende uma ordem molar, relativa à apreensão “dos objetos em seu estado já constituídos” (Benevides, 1997, p. 99), correspondendo também a um nível molecular, caracterizado não apenas pelas representações, mas também pelos fluxos, pelas transformações e processualidades.

Beatriz Nascimento (2018), historiadora e escritora negra, contribui com os modos de pensar engendrados a partir de formações coletivas como meios de aquilombar, pois elas acabam por configurar-se contemporaneamente como uma condição preeminente de manutenção da vida de pessoas subalternizadas. Nesse sentido, os aquilombamentos são compreendidos, portanto, como a criação de espaços de cuidado, tendo como uma de suas ferramentas a escuta sensível e

6 O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA do Ceará é uma organização que se volta à luta pelos direitos de crianças e adolescentes, atuando, principalmente, quando estes são violados pela ação ou omissão do poder público. Um dos seus eixos de atuação se volta ao acompanhamento de alguns grupos e/ou coletivos políticos, estando, dentre eles, os coletivos de mulheres participantes desta pesquisa (Assis, Barros, 2022).

implicada e o compartilhamento de vivências semelhantes, numa perspectiva dos modos criativos e insurgentes de re-existir. Assim, a formação coletiva das mães afirma-se como uma das maneiras possíveis de se aquilombar.

Ao compreendermos a realidade acompanhada a partir dos “modos de iluminação e de regimes discursivos” (Benevides, 1997, p. 100), pudemos perceber como operam os regimes de (in)visibilidade perversa, sobretudo quando, frente às mortes dos jovens, foi comum o questionamento acerca dos seus “envolvimentos” com atividades ilícitas ou a pressuposição da ausência de enlutamento (pois, para aquelas mães cujos filhos eram “envolvidos”, já deveria ser esperada sua morte). Nas palavras de Maria: “não há como uma mãe esperar a morte de um filho”. Esse ponto nos leva a questionar como essas mortes e esses sofrimentos são (in) visibilizados socialmente e como repercutem no silenciamento das dores do luto às mães. Os processos acompanhados não se apresentavam como um *continuum*, mas sim como uma série de rupturas e fissuras, como, por exemplo, a ruptura com a identidade pressuposta das “mães que apenas choram pelas mortes dos filhos” sem haver momentos de alegria e de descontração nos grupos e da “mãe de filho envolvido que já espera sua morte”.

“ESTAMOS SAINDO DA NOSSA ZONA DE CONFORTO PELO SANGUE DE NOSSOS FILHOS”: DESLOCAMENTOS DO “LUTO À LUTA”

Partindo dos processos de ruptura que as mães sofrem devido às mortes de seus filhos, destacam-se os modos pelos quais essas mulheres constroem, nos espaços de luta, outras linhas insurgenciais. As linhas de luta passam a adquirir, após a morte de seus filhos, uma posição enfática nas vidas e nos cotidianos delas. Muitas vezes, é na militância que essas mães conseguem tecer um modo de lidar com a ausência e o sofrimento advindo das perdas.

A constituição e inserção em espaços coletivos de luta, a exemplo dos movimentos sociais, pode possuir um relevante efeito terapêutico naqueles que os compõem (Hur, 2018a). Dessa forma, esses coletivos e seus processos autogestivos atuam como uma revolução molecular, um acontecimento em que pode ser dada a possibilidade da constituição de novos espaços de sociabilidade a partir de encontros micropolíticos e vinculação com outros corpos. Isso pode ser constatado nos relatos dessas mães.

Até antes, assim, da chacina, eu era uma pessoa que eu não era militante, pra iniciar logo, né, eu não entendia porque as pessoas... aliás, eu nem conhecia quem lutava

por justiça (...) Eu comecei a ir pra militância, lutar, buscar, é... justiça, e hoje tá perto, próximo de fazer 3 anos, estou na militância, lutando, para que os verdadeiros culpados sejam presos, condenados, como bandido que são (Felipa, 2018).

Felipa afirma, em seu relato, que a morte de seu filho e a desolação de viver com sua ausência, a dor do interrompimento das atividades cotidianas conjuntas mais simples (como fazer a sobremesa predileta dele e vê-lo sair para andar de skate), levam-na a se engajar politicamente com as temáticas dos direitos humanos e homicídios juvenis. Antes desse acontecimento, ela relatou viver uma vida "normal", narrando certo afastamento dos movimentos políticos, haja vista a centralidade que suas atividades cotidianas no emprego, no cuidado da casa e no cuidado com os dois filhos ocupavam. Sua vida se resumia a essas preocupações centrais, as quais demandavam toda sua atenção. A notícia do interrompimento da vida de seu filho a impulsionou à busca por justiça. Felipa, aos poucos, encontra na militância e no engajamento político uma forma de lidar com sua dor. O luto, conforme destacado por ela, vai sendo elaborado em luta por justiça:

Eu quase não me levantava, mais aí eu me levantei, com 3 meses depois, praticamente, eu me levantei, me ergui e disse "eu vou lutar pelo meu filho", porque esse meu filho, se tivesse sido ao contrário, se tivesse sido eu que tivesse morrido, ele ia lutar por justiça, por mim, então eu comecei a lutar, e lutar mesmo! Já viajei pro Rio de Janeiro 2 vezes, já viajei pra Bahia, pra lutar por justiça, certo? E é isso, enquanto eu tiver vida, enquanto eu tiver fôlego de vida, eu estarei lutando sim (Felipa, 2018).

Luiza, de modo semelhante, também passou a ver na luta uma forma de tecer novos sentidos para sua dor. Apesar de já compor o coletivo 'Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará' antes da morte de seu filho, haja vista que se inseriu no grupo a partir do momento em que seu filho passou a cumprir medida socioeducativa. Ela aponta também que a luta por justiça passa a dar um novo sentido a sua existência após a morte de seu filho.

Vale destacar que o sentido atribuído por essas mulheres à justiça não se confunde, muitas vezes, com uma percepção punitivista centrada na prisão e no julgamento dos responsáveis pelos assassinatos, mas se amplifica em reivindicações mais amplas para melhorias das condições de vida da juventude negra e pobre. Conforme se constata na fala de uma das componentes do coletivo "Mães do Curió": "A cada chacina, é como se o Estado tivesse matado o meu filho novamente"

(Diário de Campo, 2018). A dimensão necropolítica da colonialidade do cuidado (Passos, 2023), em suas atualizações no contexto de permanência do genocídio das juventudes negras e periféricas, intensifica o sofrimento dessas mães.

O reconhecimento por parte delas, aqui, de um âmbito coletivo de suas dores, aponta para questões macroestruturais que vitimam diversos jovens, devastando o cotidiano de muitos familiares. Essa percepção desindividualiza a dor e o processo de luto, redirecionando o investimento desejante para uma esfera comunitária, à medida que pauta as condições de vida dos jovens negros da periferia no intuito de prevenir que outras mães e outros familiares passem pelo mesmo sofrimento. Mediante a interdependência dos corpos (Butler, 2018), elas passam então, a criar possibilidades para uma vida em meio a tantos sofrimentos, violações e silenciamentos. Desse modo, os processos de luta não se dão apenas pelos filhos mortos, mas pela vida dos jovens ainda vivos, para que suas histórias não se repitam:

Nós temos 2 lutas, porque a gente não pode esquecer dos vivos, a gente não pode esquecer que só porque o meu filho morreu na Chacina do Curió, eu tenho que lutar só pelo meu filho, não! Eu tenho que lutar pelo filho da minha vizinha, que tá vivo, pelo outros [nome de jovem vitimado] que tá com a arma na cabeça, por outros [nome de jovem vitimado], então isso é que faz esse grupo crescer, é você lutar por outras vidas (Felipa, 2018).

Na processualidade aqui relatada, percebe-se que as mulheres mudaram o enfoque de suas lutas. Saindo de um lugar individual em suas reivindicações, centrada na justiça pela morte de seus filhos, para a problematização de questões estruturais que fazem operar sistematicamente o extermínio das juventudes negras e periféricas no País. Tornou-se evidente, nos múltiplos espaços e nas manifestações em que se encontravam, que essas mulheres não necessitam que outros falem por elas. Exemplo disso pôde ser visto na realização da VI Marcha da Periferia, cujo tema foi: “E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!”. Ao longo dos anos, a Marcha da Periferia se firmou como símbolo de luta e de enunciação de vidas invisíveis, dores silenciadas e direitos negados. A aliança se manifesta pela performatividade dos corpos, com cartazes, tambores, palavras de ordem e músicas de resistência, reafirmando suas existências e criando fissuras no cenário necropolítico.

As mães do ‘Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional’ seguravam faixas com as frases “Lute como uma mãe”; “Nossos meninos e meninas querem viver! Por um sistema socioeducativo que não torture, EDUQUE!”; e “Contra o extermínio da juventude pobre e negra”, denotando o caráter político de suas lutas.

Conforme aponta Spivak (2010), é importante, ao narrarmos essas formas de resistência, estarmos atentos para não cairmos na romantização destas (Ribeiro, 2017), evitando, assim, gerarmos o aprisionamento e a redução desses processos à beleza de se produzir vida em meio a tantas condições precárias.

As reflexões de Achinte (2017) se somam a essa discussão à medida que se entende que a romantização da dor e do lugar reativo da resistência podem ter efeitos pouco disruptivos à lógica colonial e necropolítica que produz esse sofrimento. Com o conceito de re-existência, comprehende-se a dimensão fabulativa de outras existências descoloniais como uma construção sensível às realidades daqueles que as constroem. Nesse sentido, a partir do deslocamento de um lugar reativo para um lugar criativo que não nega as opressões, e em diálogo com as práticas de ruptura, constrói-se algo novo, o que se percebe no processo de construção de uma reivindicação coletiva por parte dessas mulheres. É no tecer das brechas, na construção daquilo que Hur (2018b) denomina de linhas de luta, que se pode viver, chorar a dor, lembrar a memória e construir outros sentidos, apesar do Brasil (Mombaça, 2021). Butler (2018), por sua vez, também reitera que a luta se dá não apenas pela sobrevivência, mas também por uma reivindicação mais ampla pelas condições de viver uma vida vivível, já que, para que se viva uma vida possível de ser vivida, é preciso, mais do que a mera sobrevivência, que se tenha condições de viver a própria vida.

Nesse bojo, os movimentos sociais exercem uma função importante, à medida que operam na construção de outros possíveis que façam frente ao individualismo resultante dos modos de governamentalização neoliberais, assumindo, portanto, papel subversivo ao produzirem agenciamentos coletivos baseados no aliançamento dos corpos. As resistências desses grupos se encontram não apenas na performatividade de seus corpos ao ocuparem as ruas e se manifestarem, mas na articulação micropolítica com outros movimentos e ocupação de outros espaços sociais como: atuação junto a organizações da sociedade civil, como o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP), e ações em mobilizações políticas por memória e justiça, como o Novembro de Lutas. O FPSP foi um dos territórios existenciais habitados ao longo da pesquisa e caracteriza-se como um espaço de grande potência e relevância por conectar os dois grupos de mães entre si e com outros coletivos.

Uma das dimensões interventivas da pesquisa envolveu a participação nas reuniões do FPSP para planejar as ações de novembro de 2019, especificamente na composição de uma das comissões de mobilização, junto com representantes das Mães do Curió e das Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional. Essa comissão se dedicou à criação de uma instalação/exposição sobre as principais chacinas ocor-

ridas no Ceará, a ser inaugurada em 2019⁷, com depoimentos de mães e familiares de vítimas. Esse convívio próximo foi essencial para evitar que essas mulheres fossem rotuladas de maneira caricaturada. Como apontado por Lima (2013), espera-se socialmente que as mães que perderam seus filhos correspondam à imagem de “*mater dolorosa*”, eternamente chorando pela morte dos filhos e entregando-se à tristeza e à solidão. No entanto, a convivência com essas mulheres revelou que suas forças e resistências não operam de maneira linear ou rígida, mas sim por meio de uma constante disputa, com sentimentos, aparentemente, contraditórios. Sobre isso, as mães afirmavam que, em alguns momentos, se sentiam frágeis ou com vontade de desistir da luta; em outros momentos, a lembrança dos filhos as preenchia, motivando-as à luta por justiça. De modo semelhante, destacavam momentos em que oscilavam entre rompantes de solidão e tristeza e momentos em que se sentiam alegres e fortalecidas pela companhia das outras mães dos coletivos. Para Luiza, após os assassinatos dos filhos “ninguém vive só ruim (...), fui conhecendo coisas boa que me tirou assim do foco do meu problema da minha vida por alguns dias e algumas horas, que já é muito bom (Luiza).

Percebe-se, nas narrativas dessas mães, não apenas a transformação do sofrimento em busca por justiça, mas também por *memória*, no intuito de que suas perdas não tenham se dado em vão, que se lembrem dos seus mortos e que, a partir disso, outras mortes sejam evitadas, conforme explicitado acima.

Grisales (2016) aponta a importância de ações e rituais de memória como uma maneira de fazer persistir a vida social das pessoas, mantendo a vivacidade das lembranças. Trazemos, aqui, “os usos políticos da memória – como resistência política nos espaços do cotidiano, do íntimo, do familiar ou do comunitário” (Grisales, 2016, p. 87) – realizados pelas mães em seus atos políticos, através seja de falas, seja de cartazes segurados nos atos, seja de marchas e manifestações. Segundo essas mães, em suas falas na VI Marcha da Periferia, “os filhos morreram, mas as mães ficaram” (Diário de Campo, 2018) para lembrar esses jovens em atos coletivos que mostram não só as indignações com suas perdas, mas que também os mantêm vivos na memória coletiva da cidade. Essa luta engloba também o processo de *se manter fortalecida* para permanecer na busca por justiça e memória:

A gente luta pra gente não ficar... como eu estou à frente dessa luta, eu tento muito é... sempre me alegrar de um jeito ou de outro porque eu sei que se eu

⁷ A exposição foi realizada em setembro de 2019, após a conclusão do estudo que origina este artigo. Ressalta-se que consistia na construção de memórias que resgatavam a humanização dos jovens assassinados, como memórias sobre as infâncias e os sonhos dos jovens.

cair numa depressão, se eu cair numa... num problema sério, quem vai ganhar é o Estado e a polícia militar (...) aí, eu não fui olhar pra esse lado e não fui me abater, eu fui lutar, fui lutar pra que isso não viesse mais acontecer (Felipa, 2018)

Vale destacar que a luta dessas mulheres não é apenas por *memória, justiça e fortalecimento de si diante* do assassinato dos filhos, mas também uma luta *contra processos que visam silenciá-las e apagá-las*, conforme apontam Ribeiro (2017) e Borges (2018), ao analisar diferentes condições e práticas que (re)produzem desigualdades e hierarquias estruturais e históricas em relação a mulheres subalternizadas. Acerca dos processos de silenciamento, apagamento e dominação do povo negro nas sociedades coloniais, Kilomba (2019) questiona quem pode falar, sobre o que se pode falar e o que ocorre quando se fala. Essa reflexão se faz relevante para pensarmos os processos de silenciamento agenciados pelo medo provocado por ameaças policiais e/ou pelo risco de perder outros filhos e pela legitimidade imposta socialmente ao assassinato dos filhos ao rotularem os jovens sob a ótica da suspeição que são vividos pelas mulheres neste estudo, em sua maioria negras e moradoras da periferia. Destaca-se que esses processos de silenciamento em muito se assemelham aos vividos por negros e negras nas sociedades coloniais.

A invisibilização da mulher negra, portanto, dá-se como um retrato da colonialidade e, ao falar sobre suas dores, suas perdas e lutas contra violações cotidianas de seus corpos-subjetividades (seus e de seus filhos), essas mulheres trazem à tona verdades indesejáveis, assim nomeadas pelo desconforto que causam ao tentarem se fazer ouvidas. Ao reivindicarem memória e justiça pelas mortes dos seus filhos, as mães denunciam as estruturas de poder que vilipendiam suas existências e insistem em relegar ao esquecimento o genocídio da juventude negra e periférica.

Desse modo, as falas dessas mulheres sobre suas dores, narrativas que reabrem de humanidade seus filhos mortos, são negadas, pois elas insistem em criar tensionamentos, ocasionando fissuras na estrutura colonial em que não cabem as versões do ‘outro’. É preciso que os sujeitos do outro lado da fronteira possam ser capazes de ouvir essas vozes que ecoam, haja vista que “o ato de falar é uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e seus/suas interlocutores/as. Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” (Kilomba, 2019, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou retomar as estratégias coletivas de elaboração e transgressão da dor articuladas à reivindicação política e coletivização como

ferramenta de cura e reinvenção de si e suas histórias, atravessadas pela violência. Essas estratégias partilham de algo em comum, seja no trabalho, seja na igreja, seja nos coletivos políticos, seja nas redes extensas de apoio: essas mães resistem ao aniquilamento, às zonas de invisibilidade, ao silenciamento, ao isolamento e à precariedade maximizada induzida pelos assassinatos de seus filhos e pelos impactos disso em seus cotidianos por meio da aliança com outros corpos.

O sofrimento psicossocial decorrente dos homicídios juvenis afirma-se, pois, como um regime de morte. Matam-se diretamente os filhos para que se faça morrer, indiretamente, suas mães e familiares. O prisma interseccional de análise nos foi importante em tal discussão, uma vez que, em suas condições de gênero, classe e raça, essas mulheres vivenciam diferentes formas de precarização da vida e de sofrimento psicossocial.

A fim de pensar os processos de resistência vividos por essas mães para além de um prisma individualizante, faz-se uso das contribuições de Butler (2018) quando ela mostra que se resiste à precariedade e a uma vida ruim, injusta e desigual, sempre com outros, através da construção de alianças coletivas entre os corpos-subjetividades. Além disso, as reflexões de González (2020) resgatam a subversão política e coletiva aos modos de sujeição que aniquilam os corpos das mulheres, como ferramentas potentes para outras vidas. As alianças com outros corpos se apresentam como estratégias de seguir vivendo para além da atualização da violência e da revitimização dessas mulheres, cenários que imperam os ideais neoliberais de autorresponsabilização os quais corroboram os processos de culpabilização das mães pelas condições em que vivem e pelas mortes de seus filhos.

Há uma dimensão política das dores que transcende a individualização do luto e leva essas mulheres a perceberem as implicações das questões macropolíticas nas vidas e mortes de seus filhos, tal como as mulheres dos contos de Evaristo (2014), que vivenciam cotidianos de dor, tecendo a vida com fios de ferro emprestados umas das outras, estas mães e mulheres emprestam umas às outras forças necessárias para prosseguir suas vidas em cenários marcados pela dor.

Se, como dissemos anteriormente, o que há de comum entre essas diferentes estratégias de enfrentamento e resistência é a aliança com outros corpos, há em voga uma noção descentralizada de sujeito, renovada na aliança dos corpos e na transformação pelo coletivo. Desse modo, a luta, aqui, implica a politização da “união pela dor” evocada por essas perdas, constituindo, portanto, o processo de desindividualização e coletivização destas, ainda que não necessariamente implique a participação direta dessas mulheres em movimentos organizados.

O Estado, envolto pelas dinâmicas colonial, patriarcal e racista, opera políticas de morte pelo desinvestimento em políticas públicas de prevenção ao genocídio da juventude negra e assistência/cuidado para as mães e familiares das vítimas, bem como pelo uso de diversas tecnologias de silenciamento do sofrimento dessas mulheres, que vão da desqualificação de seu sofrimento ao uso de medicamentos psicotrópicos com vistas ao assujeitamento das existências tidas como passíveis de extermínio. Sendo assim, se as operações necropolíticas “combinam de matar” (Evaristo, 2014) os filhos e, indiretamente, essas mães, essas mesmas mães, por meio de seus coletivos e de suas lutas, tecem outros caminhos para “combinar de não morrer” e, também, de não permitir que a memória de seus filhos morra.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, Albán Achinte (2017). *Prácticas creativas de re-existencia: Más allá del arte... El mundo de sensible* (1^a ed.). Buenos Aires: Del Signo.
- ADRIÃO, Karla Galvão et al (2020). Trabalho com grupos em psicologia: Perspectiva feminista antirracista e contracolonial. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 197–208. <http://www.periodicohumanas.uff.br/ecos/article/view/3205> (acesso em 10/10/2024)
- AKOTIRENE, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro.
- ALMEIDA-SEGUNDO, Damião Soares et al. (2020). Homicídios juvenis e políticas de morte no estado do Ceará. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 72, n. 3, p. 50–66. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i3p.50-66>
- ASSIS, Patrícia Marciano; BARROS, João Paulo Pereira (2022). Grupos de mulheres, mães e familiares contra a violência: Cartografia de suas movimentações na cidade de Fortaleza/Ceará. *Mnemosine*, v. 18, n. 1, p. 42–64. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.66382>
- BARROS, João Paulo Pereira et al. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: Expressões necropolíticas no Ceará. *Revista de Psicologia Política*, v. 19, n. 46, p. 475–488. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008 (acesso em 10/10/2024)
- BARROS, Regina Benevides (1997). Dispositivos em ação: O grupo. *Cadernos de Subjetividade*, v. 1, n. 1, p. 97–106.
- BORGES, Juliana (2018). *O que é encarceramento em massa?* Minas Gerais: Letramento Editora e Livraria LTDA.
- BUTLER, Judith (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- BUTLER, Judith (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAVALCANTE, Laisa Forte et al (2022). Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, v. 5, p. 27–44. <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/243> (acesso em 10/10/2024).
- CERQUEIRA, Daniel et al (2017). *Atlas da violência*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.
- COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - CCPHA. (2019). *Cada vida importa: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência* [online]. Fortaleza. https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf (acesso em 08/07/2024)
- COSTA, Érica Atem Gonçalves de Araújo; MOURA JUNIOR, James Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira (2020). Pesquisar n(as) margens: Especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, Elder; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes (Orgs.), *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. Teresina: EDUFPI, p. 13–31.
- COSTA, Aldemar Ferreira et al. (2024). Experiências juvenis periferizadas sobre gênero e raça: Problematizações a partir das contribuições teóricas de Lélia Gonzalez. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 20, p. 78–100. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i20.57606>
- DAS, Veena (2011). O ato de testemunhar: Violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, v. 37, p. 9–41. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002>.
- EVARISTO, Conceição (2014). *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional.
- GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Claudia (2019). Violências e instituição maternidade: Uma reflexão feminista decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe2. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>
- GONZALEZ, Lélia (2020). *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GRISALES, Sandra Patricia Arenas (2016). Fazer visíveis as perdas: Morte, memória e cultura material. *Tempo Social*, v. 28, n. 1, p. 85–104. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.106009>.
- HUR, Domenico Uhng (2018a). Psicologia, esquizoanálise e biopolítica: Sofrimento psicossocial e transformação. In: HUR, Domenico Uhng; LACERDA JÚNIOR, Fernando; RESENDE, Maria do Rosário Silva (Eds.), *Psicologia e transformação: Intervenções e debates contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, p. 262–280.

- HUR, Domenico Uhng (2018b). Movimentos sociais nômades. In: HUR, Domenico Uhng (Ed.), *Psicologia, política e esquizanálise*. Campinas: Alínea, p. 167–184.
- KILOMBA, Grada (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- LIMA, Anna Georgea Franco Feitosa Mayer de Araújo (2013). *Rituais da dor: Uma análise do grupo mães na dor de João Pessoa (PB)* (Dissertação de Mestrado). Paraíba: Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba.
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições.
- MELO, Doriam Luis Borges; CANO, Ignácio (Orgs.). (2017). *Índice de homicídios na adolescência (IHA) 2014*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane Paris; MÉLLO, Ricardo Pimentel (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: Narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane Paris et al (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 274–294.
- MOMBACA, Jota (2021). *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- NASCIMENTO, Beatriz (2018). Historiografia do quilombo. In: NASCIMENTO, M. B. (Ed.), *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, p. 125–149.
- NASCIMENTO, Beatriz (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PAIVA, Luiz Fábio; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga (2019). Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33, p. 73–98. <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109> (acesso em 10/10/2024).
- PASSOS, Rachel Gouveia (2023). *Na mira do fuzil: A saúde mental de mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (2016). *Pistas do método da cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina.
- RIBEIRO, Djamila (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- RODRIGUES, Jéssica Silva (2019). *Testemunhas da necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE
- TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: revista de Psicologia*, v. 25, p. 299–322, 2013.

Resistência urbana através da metanarrativa: o direito ao território mobilizado através de festas e memória social ritualizada

Urban resistance through metanarrative: the right to territory mobilized through parties and ritualized social memory

Marília Passos Apoliano Gomes^a 

Resumo Este artigo é resultado da minha pesquisa de doutorado em Sociologia, que investiga a relação entre identidade e memória local para manutenção da ocupação do Poço da Draga, em Fortaleza-CE. Objetiva compreender de que maneira as visitas podem ser vistas como formas de resistência e ativismo e de que formas a identidade e a memória ajudam a solidificar ações de resistência. Também analisa as narrativas de pertencimento utilizadas para garantir a permanência em áreas valorizadas por projetos de “revitalização urbana”. Para chegar a essa compreensão, foram analisadas as estratégias coletivas de memorialização, como os rituais de aniversário, as rodas dos Guardiões da memória e as visitas guiadas. A pesquisa teve cunho qualitativo-interpretativo, utilizando técnicas como observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos e dados secundários. O trabalho de campo para a tese ocorreu entre 2015 e 2017, sendo posteriormente complementado com a atualização de dados documentais e participação em visitas guiadas em 2021 e 2022. Conclui que as visitas guiadas e os aniversários despertam memórias e contribuem para a organização coletiva, constituindo resistência contra o deslocamento e, ainda que não sejam confrontos diretos, mostram-se efetivos em fortalecer a comunidade.

Palavras-chave Direito à cidade; Resistência; Memória; Identidade; Rituais.

Abstract This article is the result of my doctoral research in Sociology, which investigates the relationship between identity and local memory for maintaining the occupation of Poço da Draga, in Fortaleza-CE. It aims to understand how visits can be seen as forms of resistance and activism and how identity and memory help to solidify resistance

^a Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: mariliapassos@ufpi.edu.br



actions. It also analyzes the narratives of belonging used to guarantee permanence in areas valued by “urban revitalization” projects. To reach this understanding, collective memorialization strategies were analyzed, such as anniversary rituals, Guardians of Memory circles and guided tours. The research had a qualitative-interpretive nature, using techniques such as participant observation, semi-structured interviews and analysis of documents and secondary data. Fieldwork for the thesis took place between 2015 and 2017, and was subsequently complemented with the updating of documentary data and participation in guided tours in 2021 and 2022. It concludes that guided tours and anniversaries awaken memories and contribute to collective organization, constituting resistance against displacement and, even though they are not direct confrontations, they are effective in strengthening the community.

Keywords Right to the city; Resistance; Memory; Identity; Rituals.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado da minha pesquisa de doutorado (Gomes, 2019), que investiga a relação entre identidade e memória local na proteção do Poço da Draga, uma área histórica de Fortaleza-CE. A ocupação está intimamente ligada ao mar e à Praia de Iracema, bairro turístico, o que torna o local altamente disputado. Nas últimas décadas, a região se valorizou no mercado imobiliário e houve diversas tentativas de remoção, revelando a natureza excludente da intervenção urbana por parte de agentes estatais e privados. Isso gera mobilização de grupos marginalizados e ONGs, que se organizam para enfrentar essas ameaças, cujos projetos propiciariam a remoção da favela. Além de agentes externos, o Poço da Draga atrai há décadas a atenção de pesquisadores de várias áreas (Feitosa, 1993; Oliveira, 2006; Sousa, 2006; Gondim, 2008; Oliveira; Barbalho, 2017; Rodrigues, 2019).

Segundo a pesquisa comunitária “Um olhar sobre o Poço” (2016)¹ e o último Censo Municipal (Fortaleza, 2019), na localidade existem cerca de 350 casas e entre 1300 e 1600 moradores. Conforme a pesquisa comunitária, 57% das famílias vivem no Poço há 50 e 70 anos e 39% dos entrevistados declararam ter renda entre 0,5 e um salário mínimo; 33%, 1,5 a 2 salários; 28%, de 2,5 a 4 salários. Racialmente, 58,8% se afirmaram pardos/as; 26,2%, pretos/as e 15%, brancos/as. A prevalência de população pobre e negra é emblemática, o que também se verifica nos estudos de Jaime Alves (2018) e Stela Paterniani (2023), demonstrando que os processos de segregação sócio-espacial e de gentrificação operam por marcadores de classe e raça.

¹ Pesquisa ainda não publicada, mas tive acesso aos questionários e mapas produzidos durante a pesquisa de campo, ao que discuto os dados obtidos no quinto capítulo de minha tese (Gomes, 2019).

Uma forma de resistência às ameaças são as visitas guiadas por um morador geógrafo, que destacam “locais de memória” (Polak, 1989) e reafirmam a identidade da favela. Essas visitas buscam desafiar a imagem negativa da área e consolidar a luta contra as remoções. Durante as atividades, o guia transmite memórias (Candau, 2012) e incentiva a formação de jovens guias. De que maneira as visitas podem ser vistas como formas de resistência e ativismo? De que maneira a identidade e a memória ajudam a solidificar essas ações coletivas? Este estudo também analisa as narrativas de pertencimento utilizadas para garantir a permanência em áreas valorizadas por projetos de “revitalização urbana”.

Esta pesquisa, de cunho qualitativo-interpretativo, utilizou técnicas como observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos e dados secundários, incluindo pesquisas anteriores do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC-UFC). Desenvolvi o trabalho de campo entre os anos de 2015 e 2017, totalizando 12 meses de observação sistemática. As frequentes idas ao campo permitiram a realização de uma etnografia sociológica (Beaud; Weber, 2007), fundamentada na construção de vínculos de proximidade e confiança. A observação participante me permitiu compreender a formação e a articulação dos movimentos locais e a importância dos rituais de memorialização, vez que estive presente durante os eventos e em diversas reuniões preparatórias para os aniversários e as visitas guiadas. Destaco ainda que tanto a observação quanto a realização das entrevistas tornaram possível acompanhar a realização do levantamento da pesquisa comunitária acima referida.

MOVIMENTOS URBANOS, DIREITO À CIDADE E PLURALIDADES DE MOBILIZAÇÃO EM DIREÇÃO A UMA “NOVA CIDADANIA”: OS AGENTES POLÍTICOS

Esta pesquisa analisa uma experiência de mobilização de uma comunidade de baixa renda por uma demanda relacionada ao direito à cidade (Lefebvre, 1991): a permanência em seu território, na ocupação que reivindicam como centenária, defendendo-se de projetos de remoção empreendidos por empreendimentos públicos e privados ao longo de décadas. Na visão do Lefebvre, as cidades devem ser os espaços sociais que possibilitem a todos “condições e oportunidades equitativas” de acesso a bens públicos e serviços, tais como direito à saúde, à educação, à habitação e ao trabalho digno. As dinâmicas de mobilização de moradores referem-se ao direito à cidade, pleiteando do Poder Público e da sociedade o reconhecimento da legitimidade da ocupação em função dos argumentos antiguidade e memória, defendendo que fazem parte da própria memória de Fortaleza. Pretendi, por meio

da investigação, compreender como se dá essa mobilização específica pela efetivação do direito à cidade, através das estratégias e dos rituais de comemoração e de inscrição territorial, por meio das visitas guiadas.

Os movimentos sociais se formaram em função de reivindicações e assuntos diversos, como as questões fundiária, urbana, ambiental, étnica e de gênero. Parto das teorias e estudos de movimentos sociais de Ana Maria Doimo (1995), Irlys Barreira (1992), Evelina Dagnino (1996), Maria da Glória Gohn (2008), Ruth Cardoso (1996), Jan Bitoun (2004) e Olívia Perez (2024). Aqui, destaco as mobilizações sociais urbanas (MSU), que influenciam a criação do ambiente urbano, abrangendo moradia, estruturas e os serviços comunitários relacionados à área urbana. São agenciamentos coletivos, mais ou menos estáveis, que envolvem indivíduos diversos, cuja identidade está associada à escala espacial. De acordo com Barreira (1992), a emergência dos movimentos sociais teve um papel fundamental na transformação do entendimento sobre o que significa praticar política.

Atualmente, percebo que o “campo de mobilização” dos residentes se tornou mais dinâmico e acessível, alinhando-se à ideia de uma arena de disputas, conforme abordado por Daniel Cefai (2002) e Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981). Dessa forma, o foco não é mais apenas o levantamento dos agentes atuantes, mas a análise dos interesses que permeiam essa “arena pública” no contexto da luta pelo direito à moradia, interligado à memória, conforme descrito por Cefai: “Como as arenas públicas se articulam ao redor de dinâmicas de constituição de problemas públicos, das quais participam as mobilizações coletivas? A questão é menos a do “público e seus problemas” que do “problema e de seus públicos” (Cefai, 2002, p.16). Os movimentos sociais são mais do que meras estruturas materiais de mobilização, constituindo espaços de sociabilidade, em que se apresentam oportunidades de interação que influenciam as dinâmicas de convivência. Eles estruturam a relação entre objetos, normas e indivíduos, regulando o que seus integrantes podem fazer, ver ou expressar, situação que percebemos na análise dos eventos no Poço da Draga. Com essa abordagem, busquei entender de que maneira a memória se transformou em uma “questão” para a comunidade, revisitando o processo de construção dessa articulação em relação ao território e à memória, com base nas experiências compartilhadas pelos residentes.

A MOBILIZAÇÃO COLETIVA EM TORNO DOS EVENTOS: OS AGENTES POLÍTICOS.

Sobre as organizações que unem os moradores por direitos e melhorias na comunidade, a primeira foi a Associação de Moradores, criada em 1980 (Oliveira,

2006) e com papel significativo até a década de 1990. Entre o final da década de 1990 e os anos 2000, sua atuação foi diminuindo. Diversos fatores podem ter contribuído para esse esvaziamento: a saída das Irmãs Josefinas, que ajudavam na mobilização da comunidade, disputas relacionadas à presidência da associação, tensões entre membros católicos e evangélicos, a ocupação da área do Pocinho e o crescimento do tráfico de drogas na região.

A região era marcada por forte rivalidade pela liderança da Associação e uma dessas disputas resultou em um grande conflito. Em 2003, um candidato evangélico conquistou a presidência (Oliveira, 2006). A antiga presidente, Amélia², não aceitou essa derrota e iniciou um novo movimento, fundando a ONG Velaumar em 28 de janeiro de 2003. A ONG foi presidida por Amélia até sua morte em 2011 e, desde então, suas filhas Bruna e Cíntia passaram a liderar a organização. Um aspecto interessante no Poço é a evidente linha de sucessão familiar de lideranças, o que também foi analisado por Neivânia Rodrigues (2019).

Em 2015, surgiu um outro movimento, o ProPoço, formado por um grupo de amigos durante os preparativos para a celebração dos 109 anos da comunidade, composto por um residente (Cláudio), uma ex-residente (Luciana) e três amigos deles. Após o evento mencionado, decidiram continuar suas atividades com o objetivo de promover ações culturais no Poço, especialmente no Pavilhão Atlântico, para dar destaque às lutas locais. O grupo se conheceu trabalhando no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, todos com alguma conexão à cultura, patrimônio e memória. O grupo tinha como meta desenvolver projetos voltados para o Poço, sob a bandeira “Pró Poço”, promovendo ativismo cultural. Com o aniversário de 2015, houve uma maior coesão e um direcionamento para tornar essas iniciativas efetivas. Desse grupo, tive a chance de testemunhar várias das primeiras reuniões durante o trabalho de campo.

Em 2014 e 2015, minha participação se limitou a acompanhar o aniversário, mas em 2016 e 2017 estive envolvida na preparação, especialmente nos meses que antecederam o evento. Na organização, dois grupos se destacaram: a ONG Velaumar, com mais trajetória, e o Movimento ProPoço. Essas reuniões, na maioria das vezes, eram realizadas na sede da ONG e eram promovidas pelos coletivos locais. Boa parte dessas atividades ocorria no Pavilhão, um espaço comunitário bastante considerado pelos moradores, que abrigou nos anos 1930 uma espécie de estação onde havia um café homônimo, no período em que a Ponte Metálica

2 Por questões éticas e de proteção aos entrevistados, optei por atribuir nomes fictícios a todos os moradores, o que ocorreu ao longo de todo o trabalho.

servia de porto. Após a mudança para o Porto do Mucuripe, o espaço teve muitos usos nas décadas posteriores, como uma escola dirigida por uma congregação de Irmãs Josefinas até o início dos anos 1990. No início dos anos 2010, o prédio foi demolido para a reconstrução do Pavilhão Atlântico, em referência ao antigo café.

OS ANIVERSÁRIOS: INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO, EXPRESSÃO DA MEMÓRIA E LUGARES DO PASSADO

Um aspecto fascinante relacionado ao Poço é a realização de grandes celebrações anuais, que marcam os aniversários tanto da Ponte quanto da região. Destaca-se que a Ponte Metálica é um referente material e simbólico, vez que as profissões relacionadas ao âmbito marítimo - pescadores, portuários, estivadores - estão ligadas à Ponte e à existência do Poço. Sobre o surgimento da ocupação, os moradores/as atribuem o ano de 1906, quando ocorreu a reforma do cais que foi o primeiro porto de Fortaleza, o Viaduto Moreira da Rocha e hoje, chamado de Ponte Metálica. Compreendo que utilizar a data de inauguração da Ponte, 26 de maio de 1906, como um marco de origem vai contra uma análise histórica estrita. A construção da memória social acontece paralelamente à História, frequentemente se utilizando de eventos históricos específicos, mas sem se limitar a eles. Nesse contexto, “a memória duradoura ignora a cronologia estrita da História e suas datas exatas que definem o fluxo do tempo” (Candau, 2012, p. 87).

Muitas vezes a história opera como construção de apagamentos, silenciando o passado e impossibilitando que certos grupos tenham suas narrativas legitimadas. Nesse sentido, Trouillot afirma que “toda narrativa histórica renova uma pretensão de verdade” (2016, p.27) e há muitas ambiguidades na construção da história, pois esta “sempre é produzida num contexto histórico específico. Os atores históricos também são narradores, e vice-versa” (2016, p. 52). Assim, os eventos no Poço da Draga representam um esforço de afirmação de que a localidade foi central para a história de Fortaleza e que os moradores são narradores legítimos, o que não aparece em livros ou filmes, não está no imaginário da cidade.

As festividades do Poço da Draga funcionam como “espaços de memória” (Nora, 1993), já que são organizadas por famílias da região para mobilizar recordações coletivas. A celebração é vista como uma tradição, embora seja relativamente recente, o que pode parecer contraditório. Hobsbawm e Ranger afirmam que “frequentemente, as ‘tradições’ consideradas antigas são, na verdade, bastante novas, quando não são pura invenção” (Hobsbawm; Ranger, 1984, p. 9). A criação de tradições envolve processos de formalização e ritualização que fazem referência ao passado, mesmo que essa conexão se estabeleça apenas pela repetição. Essa

invenção é um ato ritual e não configura uma distorção da realidade, mas uma construção positiva dos indivíduos, ressaltando sua legitimidade para contar suas narrativas, assim como no caso do Poço, a relevância política de reconhecer sua presença na região ao longo de várias décadas. A escolha dessa data reflete uma estratégia (Certeau, 2012), uma vez que representa uma forma de “arte dos desfavorecidos”, empregada nas lutas diárias contra discursos que marginalizam e deslegitimam as favelas.

Destaco que ali as datas festivas sempre foram amplamente celebradas - como o Dia das Mães, a festa junina, o Dia das Crianças, o Natal. Esses eventos eram organizados pelas lideranças e pelas Irmãs Josefinas, que estiveram presentes até o início da década de 1990. Com a saída das freiras, as celebrações passaram a ser conduzidas pela Associação de Moradores, porém essa entidade gerava divisões. De acordo com as pessoas entrevistadas, a comunidade sofreu com a saída das freiras, especialmente em termos de coesão e sociabilidade. Acredito que a criação da data comemorativa, a partir de 2011, buscou reverter essa perda de união e recuperar o entusiasmo de que muitos diziam sentir falta. O surgimento dessa nova tradição parece, de alguma forma, remeter ao período em que, segundo os relatos, o Poço era marcado por maior coesão e solidariedade, quando as festas realmente “uniam a comunidade”. Um aspecto significativo é que os eventos e encontros eram frequentemente realizados no Pavilhão ou nas “Irmãzinhas”, como ainda é chamado o local. Esse espaço continuava a desempenhar um papel social e simbólico em quase todos os eventos do Poço da Draga.

Acredito que as pessoas que participaram da celebração tentaram recriar uma “comunidade de espírito”, como descrito por Tönnies (1973). O intuito da festa parece ser mais voltado para unir diferentes gerações, assegurando que as “memórias” sejam transmitidas dos mais velhos para os mais jovens, cristalizando relatos dos primórdios da ocupação. Por isso, a presença dos “Guardiões da memória” se torna um aspecto tão simbolicamente significativo, ocorrendo em todas as festividades de aniversário. Havia um consenso de que os mais velhos são portadores da maior legitimidade. Fenômeno semelhante foi analisado por Bosi (1994), que discorreu sobre o papel social dos idosos, destacando sua experiência de vida. Esse reconhecimento os tornava aptos a participar de entrevistas ou a representar a localidade em eventos como audiências públicas. No Poço, havia grande preocupação das lideranças em mobilizar os mais jovens para a continuidade da defesa do território, em um temor de que as memórias e a organização local findassem. Em uma interessante pesquisa sobre as tabancas, espécies de associações locais

em Cabo Verde, Trajano Filho (2012) analisa fenômeno análogo sobre o medo da “perda” e a compreensão dos idosos como “salvaguarda” das histórias locais.

Desde que começaram a comemorar aniversários, a realização de eventos como saraus, cineclubes e o Arraial dos Namorados se intensificou, tornando o Pavilhão mais visitado por residentes e não residentes. Compreendo que a instituição de uma data de celebração visou reforçar o direito dos moradores de permanecer no local. A escolha da data de inauguração da Ponte Metálica (26 de maio de 1906) possibilitou a reivindicação de uma “ocupação centenária”, representando uma tática para evitar remoções. O tempo servia como o argumento principal e era através dele que quase todos os relatos dos moradores se iniciavam.

A celebração do aniversário tinha como meta destacar o Poço da Draga, valorizando as realizações dos habitantes e o caráter de ser uma “comunidade especial” e “serena”, ao mesmo tempo em que buscava reivindicar do governo as necessidades históricas, como a implementação de saneamento básico. Havia também a intenção de recontar a história da região, por meio de eventos narrativos que incluíam visitas guiadas e os Guardiões da Memória. Atualmente, as atividades programadas, que se estendem por vários dias, acontecem em três locais: a Ponte Metálica, a praia próxima a essa Ponte e o Pavilhão Atlântico. Nestes três pontos, a ligação entre o Poço e a Ponte sempre foi enfatizada, tanto nas falas dos habitantes quanto pela evidente proximidade física.

A RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA METANARRATIVA: AS FESTAS E A MEMÓRIA SOCIAL RITUALIZADA

De acordo com Paul Connerton, “as comemorações desempenham um papel importante nos grupos, levando à criação e à reafirmação de costumes que se transformam em automatismos corporais” (Connerton, 1993, p. 5-6). A cerimônia tem uma função que abrange tanto a memória (recordação) quanto a formação da identidade, pois o que é relembrado é exatamente a identidade do coletivo, estabelecida por meio de uma narrativa abrangente oriunda da cerimônia.

Além de facilitar a socialização e reforçar a união interna, assim como a identidade e a memória do Poço da Draga, observei que uma das finalidades dos eventos festivos era buscar solucionar os conflitos, tanto na comunidade quanto com o exterior. Outro objetivo era identificar as pessoas envolvidas nas atividades locais, aquelas nas quais se pode confiar para o futuro.

Assumi o desafio de considerar os aniversários do Poço da Draga como eventos que incorporam elementos rituais ou performáticos, nos quais se contava a história da origem do lugar e outros aspectos que conferem legitimidade. Pesquisadores

como Peirano (1995; 2003), Connerton (1993), Schechner (2012), Gluckman (2010) e Cavalcanti (2014) oferecem diversas ferramentas analíticas para entendermos a socialização ritual. De acordo com Peirano, a definição de rituais não deve ser feita de maneira rígida e antecipada. Cada grupo tem eventos que possuem grande significado para eles, sendo exclusivos e especiais.

Durante o trabalho de campo, notei que as celebrações de aniversário do Poço da Draga exibem características rituais ou performáticas, configurando-se como eventos ritualizados. Os rituais não apenas transmitem mensagens, mas também realizam ações e significados, sendo “uma maneira de as pessoas se recordarem. Rituais são memórias em movimento, codificadas através da ação” (Schechner, 2012, p. 32). Os eventos referidos como rituais, que incluem aniversários, visitas guiadas e os Guardiões da memória, não só narram a história do Poço da Draga, mas também afirmam e reafirmam identidades. Além disso, a dimensão ritual serve como uma manifestação simbólica que revela muito sobre os indivíduos envolvidos.

Partindo do conceito de experiência e de expressões (Bruner, 1986), trago a conexão entre as ideias de subjetividade e coletividade. Ultrapassando a dicotomia entre indivíduo e sociedade, busquei entender o significado das celebrações de aniversário para os residentes do Poço da Draga. Os rituais representam a manifestação da experiência. A experiência possui um caráter formador e transformador, desempenhando um papel crucial na ativação da memória. Os rituais narram, por meio dos corpos, a história dos coletivos, funcionando como textos gravados nas individualidades (Connerton, 1993). As celebrações permitem que se revelem as narrativas de uma comunidade sobre si mesma, nelas se realizam rituais que reforçam a memória coletiva. Connerton afirma que “investigar a formação social da memória é investigar os processos de transmissão que possibilitam a recordação em conjunto” (Connerton, 1993, p.47). A questão central diz respeito à “memória incorporada” ou “memória-hábito”. É por meio dessa memória habitual, frequentemente negligenciada pela teoria, que valores e crenças são transmitidos entre gerações, assegurando a permanência dos grupos. O ato de passar adiante e preservar a memória grupal se concretiza por meio dos corpos, através de performances rituais, com a importância de analisar as celebrações e as práticas corporais como ferramentas desse sistema comunicativo.

As celebrações comemorativas resgatam aspectos que constituem a identidade do grupo, criando durante esses eventos uma forma de “autobiografia coletiva”: “A comunidade revisita sua própria identidade, expressando-a e narrando-a em uma metanarrativa, [...] uma versão coletiva da memória pessoal [...], a atribuição

de significado ao passado como uma forma de autobiografia coletiva” (Connerton, 1993, p.86).

Connerton alinha-se às definições de Candau mencionadas anteriormente sobre as “narrativas da identidade comunitária”. Entendo que os acontecimentos no Poço da Draga têm um papel central nesse processo, pois permitem que as pessoas expressem sua autobiografia coletiva. Ao debaterem sobre esses temas, o passado torna-se um elemento que fortalece tanto o presente quanto o futuro da região.

AS VISITAS GUIADAS: ATUALMENTE, OS EXPRESSOS DO POÇO DA DRAGA

Todo ano, durante os aniversários e outras celebrações, Cláudio, morador e geógrafo, conduzia visitas guiadas, que se tornaram uma tradição na comunidade. Essas ocasiões servem para que os jovens desenvolvam um sentimento de pertencimento e preservem a “memória do lugar”, ao mesmo tempo em que atraem visitantes curiosos. Durante as caminhadas, Cláudio discute a memória e identidade dos espaços, citando autores como Milton Santos e afirmando que a preservação da Ponte Metálica é essencial para Fortaleza.

As caminhadas geralmente começavam na praia próxima à Ponte, conectando as raízes pesqueiras da região. Cláudio compartilha a “cultura vivida” dos moradores, mostrando como os espaços são palimpsestos, continuamente reescritos e reinterpretados, como o Pavilhão, que já teve diversas funções e hoje é rebatizado. Ele acreditava que essas explorações eram cruciais para jovens e visitantes, permitindo que eles se familiarizem com as narrativas locais. O guia confere legitimidade às histórias, não apenas por seu conhecimento técnico, mas por sua vivência de mais de 30 anos na área. Ele destaca que a origem de Fortaleza está ligada ao Poço da Draga, o primeiro porto da cidade, ao redor do qual a urbe se expandiu.

Participei de 19 visitas entre 2014 e 2019 e verifiquei que, nelas, o guia enfatizava tanto a macrohistória ou macronarrativa (importância do Poço para a Praia de Iracema e para Fortaleza) quanto as microhistórias ou micronarrativas (as várias versões do nome Baixa Pau, as tragédias da “Casa do espanto”³, dentre outras) que vão sendo desfiadas como o Fio de Ariadne nas visitas guiadas: o fio que narra e constrói uma visão de mundo da localidade. As caminhadas são tessituras, são costuras, vai sendo formada uma enorme colcha de retalhos tecida sobretudo nas conversas entre os mais velhos, entre gerações e nos eventos extraordinários.

3 Trata-se de um imóvel localizado na Av. Almirante Tamandaré, próximo da Vila dos Correios, em que teriam ocorrido muitas mortes trágicas, inclusive um assassinato, sendo assim considerada uma casa mal-assombrada. Nas visitas guiadas, sempre é feita uma menção a essa casa.

Uma interpretação interessante sobre as visitas guiadas foi feita por Oliveira e Barbalho: “Se o Poço da Draga é uma cidade invisível para Fortaleza, Fortaleza e seus símbolos são transformados e renomeados na gramática de quem é ignorado e também ignora” (Oliveira; Barbalho, 2017, p.10).

Em 2016, as visitas transformaram-se em “Expressos”, aludindo a uma viagem de trem e conectando-se à história local. Cada “estação” tinha um significado profundo, com histórias coletivas sendo compartilhadas. Essa prática enriquece a narrativa da comunidade, mostrando a força das memórias que moldam seu espaço. O tour guiado é uma prática comum em comunidades faveladas no Brasil, funcionando como turismo comunitário e fonte de sustento. No Poço, as visitas adaptam-se à linguagem e símbolos locais, utilizando a metáfora do trilho e do trem expresso. Embora muitos locais visitados se relacionem com a história das famílias, a contribuição de Cláudio foi crucial na concepção e execução do projeto. Das visitas em que participei, em seis anos, apenas uma vez outro morador liderou a visita, evidenciando que Cláudio é a referência quando se fala em explorar a área.

O lançamento do Expresso em 2016 visava institucionalizar as visitas, desejando que o trajeto fosse reconhecido por moradores e turistas. Cláudio sonhava que os jovens se tornassem guias do futuro, esclarecendo que o objetivo do evento era “formar possíveis jovens guias e ajudar os moradores a perceberem a relevância de sua região”. As visitas costumavam focar nas ruas centrais, o que gerou comentários de que as caminhadas não eram dirigidas aos moradores, especialmente em eventos de aniversário, quando as tensões se tornavam visíveis.

Busquei conectar meu estudo com a teoria das práticas cotidianas de Michel de Certeau (2012). Ele destaca a invenção e criatividade dos habitantes urbanos, criticando a ideia de passividade no consumo cultural. Vejo as visitas guiadas como caminhadas autênticas, que se tornam uma forma de escrita. Certeau argumenta que a cidade é moldada pela criatividade dos pedestres, e o Poço da Draga pode ser visto como um texto continuamente escrito pelas práticas de seus moradores.

As caminhadas são rituais que ajudam a fortalecer o senso de pertencimento. Durante os eventos, frequentemente se lembram de territórios que não possuem mais, como “locais confiscados” pelo governo. Recorda-se da remoção da “Praia Formosa” na década de 1970, que levou muitas famílias ao Conjunto Palmeiras, além de um campinho de futebol que agora faz parte da Indústria Naval. Essas narrativas de caminhada representam escritas táticas (Certeau, 2012) e uma tentativa coletiva de mostrar que fazem parte da história da Praia de Iracema. Retratar as transformações nas casas e ruas é um ato de afirmação pessoal e político. Três

locais são frequentemente mencionados: o mar, a ponte e “As Irmãzinhas”, hoje Pavilhão Atlântico.

As celebrações de aniversário têm caráter político, afirmindo a presença contínua dos moradores ao longo das gerações. Eles não apenas resistem, mas também homenageiam seus antepassados. A pesquisa da Prefeitura em 2013 revelou que 60% dos residentes nasceram na área, e o Censo comunitário indicou que 87% estavam no Poço há pelo menos três décadas.

Durante as celebrações e outras visitas, as menções a lugares que já não existem, como a casa das “irmãzinhas” perto da Ponte Metálica, eram frequentes. Essa construção remete à significativa atuação das Irmãs Josefinas, que deixaram o Poço na década de 1990. Mesmo quase três décadas depois, essa ausência ainda é sentida, evocando os pensamentos de Michel de Certeau:

O que impressiona mais [...] é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “aqui vocês *veem*, aqui *havia...*”, mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento (Certeau, 2012, p.175).

Pollak (1992) nos leva a refletir sobre o Pavilhão Atlântico como um “espaço de recordação”, devido às constantes menções que dele fazem boa parte dos moradores.

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração (Pollak, 1992, p. 2-3).

O Pavilhão sempre foi um espaço de celebração, exercendo um papel importante tanto em aniversários quanto em visitas guiadas, como já mencionado. Atualmente, existem esforços para revitalizar esse ambiente, através da realização de eventos como saraus, cineclubes e o Arraial dos Namorados, com o objetivo de atrair mais visitantes, tanto residentes quanto não-residentes. É importante destacar que, desde a abertura da nova quadra poliesportiva ao lado do Pavilhão

em fevereiro de 2016, o número de pessoas que frequentam o local diariamente aumentou consideravelmente. Seja no Pavilhão, na quadra ou nas áreas de ginástica situadas entre esses dois pontos, é comum ver grupos utilizando a infraestrutura em qualquer dia da semana. Ademais, a partir do aniversário de 108 anos em 2015, foi criado o Movimento ProPoço, que, como já mencionei, tem promovido diversas atividades culturais no Pavilhão. Inicialmente, essas ações focavam apenas em música, sob o título de “Poço do Som”, mas com o tempo foram se expandindo e diversificando.

A TEMPORALIDADE COMO ELEMENTO DE VALIDAÇÃO

O tempo é visto como um elemento que valida histórias, e é comum a ideia de que o Poço é uma área muito antiga, independentemente de ser centenária ou não. Por conta de sua antiguidade, muitos residentes acreditam que têm direito ao reconhecimento de suas propriedades, deslegitimando as iniciativas para deslocá-los de suas casas. Em contrapartida, percebi que nem todos demonstravam a mesma preocupação em preservar essa memória coletiva. Os mais idosos, como eu já suspeitava no começo da investigação, exibiam uma maior preocupação com a ideia de uma “memória esquecida” do Poço e da Praia de Iracema. Esses eram, em sua maioria, a primeira ou a segunda geração das famílias que se estabeleceram na região. Sempre que tinham a oportunidade, buscavam contar suas histórias, transmitindo para as gerações futuras os relatos do passado e suas origens, que eram de grande importância para eles.

Entre os jovens, notei uma preocupação variável com essas questões, mas tornava-se claro que eles abordavam menos esses assuntos, preferindo discutir temas como relacionamentos, esportes, lazer e música. Durante a maior parte do período em que realizei minha pesquisa de campo, os lugares com maior aglomeração de jovens foram a Ponte Velha e a Quadra Poliesportiva. Assim, a maioria deles se dedicava a atividades como jogar futebol, nadar, treinar para triatlo ou interagir socialmente, principalmente nesses locais. Além disso, percebi que uma parte significativa dos jovens mais velhos possuía smartphones e demonstrava um forte interesse por fotos, aplicativos e redes sociais.

Questionei-me sobre como ocorre a transição das recordações pessoais para as expressões coletivas. Dois dos participantes da minha pesquisa frequentemente enfatizavam a relevância de “preservar a memória”, de criar registros duradouros, e mencionavam a necessidade de desenvolver iniciativas como museus e memoriais coletivos, além de conduzir estudos históricos acerca do Poço da Draga. Essas

pessoas, em particular, não pertenciam às gerações mais velhas; eram nativas da região, embora um deles já não resida mais no Poço.

O que mais me impressionou nesse contexto foi que as visitas guiadas eram elaboradas com base na visão de Cláudio, um residente que também é geógrafo e pesquisador. Ele se dedicava a reunir literatura e documentos sobre a Praia de Iracema, armazenava fotografias, conduzia entrevistas e me contava que conversava com os mais experientes para transmitir as informações da maneira mais precisa possível. O empenho memorial desse projeto era significativo, merecendo ser reconhecido e divulgado. O caminho da visita guiada, por exemplo, foi definido por esse morador. Assim, a narrativa local era apresentada por meio de sua perspectiva, refletindo sua interpretação das memórias do local. Em 2016, o trajeto da visita guiada foi batizado de “Expresso Poço da Draga”, com os pontos de parada organizados como estações de trem e a intenção de, futuramente, instalar banners em cada local. Podemos nos perguntar: o que justificou a escolha dos pontos “x” e “y” ao invés de outros?

É importante destacar que esse residente era amplamente reconhecido pela comunidade, que o via como uma figura autêntica, tanto por ser morador quanto pesquisador. Apenas uma única vez sua legitimidade foi questionada. Durante todo o meu trabalho de campo, recebi apenas uma indagação isolada, proveniente de outro entrevistado. Este mencionou especificamente o percurso da visita guiada, sugerindo que deveria ser diferente. Sua observação não teve a intenção de menosprezar Cláudio, mas sim de afirmar que o Poço da Draga poderia ser melhor apreendido se o trajeto incluísse uma passagem “por dentro”. Ele expressou a percepção de que havia uma certa limpeza na apresentação, com ênfase nas “partes mais agradáveis” do local, insinuando que, se fosse o guia, destacaria outras ruas e becos. Diante desse questionamento, nova reflexão surge: como ocorre a transição da memória individual para a memória coletiva? Quantas narrativas seriam necessárias para validar uma versão que seja compartilhada pela maioria do grupo? Não seria mais interessante investigar quais estratégias os indivíduos utilizam para solidificar a memória coletiva do Poço da Draga? Quem está se envolvendo e agindo nesse contexto? Quais ações estão sendo realizadas? Quais pessoas ou grupos estão participando?

Os grupos estruturados são, em sua essência, a ONG Velaumar e o movimento ProPoço, que desempenham um papel fundamental na organização de eventos na comunidade. No entanto, é importante ressaltar que havia outros residentes importantes para as atividades de socialização e preservação da memória, como uma senhora que realiza diversos saraus, Dona Fabrícia. Tive a oportunidade

de participar de alguns desses saraus em sua residência e notei que ela é muito admirada na região, sendo carinhosamente chamada por alguns de “madrinha da comunidade”.

Nesse contexto, a investigação me levou a perceber que os grupos organizados não são os únicos responsáveis pela formação das memórias e pelo fortalecimento da identidade. Embora sejam essenciais e frequentemente ganhem destaque, no dia a dia, essas memórias também são reforçadas por indivíduos como Dona Fabrícia e outras mulheres que organizam os saraus. Uma diferença notável entre as atividades promovidas pelos grupos e aquelas coordenadas por Dona Fabrícia é a forma como são divulgadas e o público que atraem, uma vez que são mais divulgadas de forma informal e costumam acontecer em sua casa, resultando em uma participação significativa dos moradores, especialmente das mulheres mais velhas. Além disso, essa construção de memória no cotidiano pode ter um impacto ainda maior devido à sua regularidade, não dependendo de grandes eventos para se manifestar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da investigação, havia membros do grupo que manifestavam uma preocupação significativa com a preservação e a formalização da “memória coletiva”, para que essa não se dissipasse. Esse empenho visava essencialmente salvaguardar a identidade e a união do grupo. Essas pessoas eram as que mais enfatizavam esse propósito como fundamental para a comunidade, criando estratégias para essa preservação que procuravam transmitir aos demais integrantes, ao mesmo tempo em que reforçavam e validavam tanto as “narrativas oficiais” quanto a contribuição dos mais velhos, reconhecendo-os como “narradores legítimos”, em maior ou menor grau.

Além da inquietação dos residentes locais, é importante mencionar que diversos agentes externos desempenhavam o papel de “colaboradores externos”, sendo fundamentais na promoção do fortalecimento da comunidade e na preservação da memória. Um exemplo disso foram alguns movimentos sociais, associações e ONGs, como a Arquidiocese de Fortaleza em conjunto com a ONG Centro de Defesa e Promoção de Direitos Humanos (CDPDH), que atuaram no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Mais recentemente, o movimento Quem Dera Ser um Peixe (Gondim, 2013a; Rodrigues, 2013), já mencionado, se aproximou da região. Esse grupo, que se organizou a partir das críticas à construção do Aquário, promoveu diversas atividades na Praia de Iracema, algumas delas no Poço da Draga, expressando apoio aos moradores e lutando pela sua permanência

na área, assim como contra a edificação do Aquário. A mobilização ganhou grande visibilidade nas redes sociais e foi responsável por campanhas impactantes, que incluíam anúncios, curtas-metragens e depoimentos. A preservação da memória da Praia de Iracema e do Poço da Draga estava entre os principais temas abordados pelo movimento.

Percebi que as visitas guiadas são abordagens que ativam memórias e identidade, ajudando a validar a permanência dos residentes, funcionando como uma forma distinta de ativismo contra as ameaças de deslocamento. Essas ações não representam um enfrentamento explícito, mas sim um tipo de resistência mais sutil, que, mesmo assim, revela-se eficaz. Os esforços para remoção têm sido contestados com a colaboração de variados agentes, como o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito, organizações não governamentais e grupos ativistas, incluindo o movimento Quem Dera Ser Um Peixe. Este último desempenhou um papel importante na resistência à construção do Acquario Ceará, que poderia comprometer a estabilidade da comunidade (Rodrigues, 2013; Gondim, 2013). Em resposta às tentativas de remoção, uma das estratégias de luta tem sido a “fixação” do espaço por meio dessa marcação e tecelagem da cultura local. As caminhadas enfatizam que a continuidade de alguém no território é validada pelo tempo e não por um título de propriedade. Assim, valoriza-se a memória da comunidade, pois é essencial que se lembrem de suas raízes para poderem compartilhar essas histórias em cada visita.

A relevância deste estudo reside na exploração das diversas questões relacionadas à formas de mobilização social diferenciadas, no que tange ao uso pelos agentes coletivos das relações entre memória, identidade e territorialidade. Meu objetivo foi entender as interações entre esses fenômenos, ficando evidente como a memória e a identidade desempenham papéis significativos nas disputas socioespaciais nas áreas urbanas. Essa conexão tornou-se clara ao analisar as declarações de muitos habitantes, que utilizam o tempo e a memória de maneira estratégica para fundamentar a permanência no local. Nesse contexto, percebi que uma parte dos moradores reconhece a importância da memória como uma estratégia de diferença e, simultaneamente, como uma forma de “resistência”.

Aqui realizei uma análise das disputas relacionadas à memória e das formas de transmissão desta, enfatizando a repetição e a solidificação da memória, especialmente em eventos cílicos e ritualizados, como aniversários, visitas guiadas e atividades dos Guardiões da Memória. Tais eventos foram frequentemente contextualizados, permitindo a identificação da relação entre eles e o fortalecimento da identidade local.

Após conduzir a pesquisa, observei que a principal característica da mobilização política no Poço da Draga são as táticas e os meios de recordação que as pessoas têm utilizado para reforçar suas memórias. Isso inclui a criação de espaços para a expressão de suas histórias, além de eventos recorrentes como aniversários, visitas orientadas e as rodas dos Guardiões da Memória.

As visitas guiadas, também conhecidas como Expressos, podem ser entendidas como autênticas caminhadas-descritivas, seguindo a ideia de Michel de Certeau (2012). Elas funcionam como narrativas do espaço, formando uma maneira específica de manifestar a memória em determinada região. As celebrações anuais, como os aniversários da Ponte e do Poço da Draga, têm como intuito reafirmar periodicamente que a ocupação tem uma longa história, o que legitima o direito de residência e a permanência, tanto em nível individual quanto coletivo.

Ressalto que a reafirmação da memória não se restringia apenas a momentos significativos ou a eventos regulares que rompem a rotina das famílias. Inicialmente, essas iniciativas coletivas foram destacadas devido às características únicas do Poço da Draga, que são bastante cativantes e representam as riquezas da região. Contudo, a “memória coletiva” era transmitida e reconstruída no dia a dia da comunidade, através de diversas ações, diálogos e reuniões: as histórias eram recontadas e ajustadas de acordo com as emoções, sentimentos e visões dos habitantes.

A relevância do espaço para os residentes foi uma das constatações mais significativas do estudo, evidenciando que a conexão profunda das famílias com a localidade inclui um forte laço com o bairro, com o mar, com o Poço em sua totalidade e, acima de tudo, com os microterritórios e seus lares. O intenso apego à residência e ao Poço foi notado em praticamente todos os eventos, assembleias e, especialmente, nas entrevistas.

No Poço da Draga, a história se entrelaçava com a atualidade, assim como em diversos outros casos. O Pavilhão era uma edificação com camadas de passado, assim como as residências ao redor. Diante disso, percebi que eram palimpsestos temporais, estruturas sobrepostas no aspecto material, simbólico e emocional. As ausências se manifestavam simultaneamente como vazios e como elementos presentes, conforme destacou Certeau (2012).

Na investigação que realizei, constatei que no Poço da Draga os elementos de identidade, memória e territorialidade se entrelaçam, formando uma relação de fundamento e suporte mútuo. O território se configura como um componente essencial da identidade, enquanto a identidade, por sua vez, é desenvolvida em interação com o território. A memória e a identidade, conforme discutido por

Candau (2012) e diversos autores mencionados, são inseparáveis, representando diferentes aspectos de um mesmo fenômeno. A ausência de memória inviabiliza a identificação, ao passo que, sem uma identidade, não faz sentido abordar a memória. Ademais, a memória se relaciona intimamente com o território e, quando consolidada, pode servir como um instrumento de resistência contra possíveis deslocamentos, fortalecendo a ocupação da área, como demonstrado no caso do Poço da Draga.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jaime Amparo. *The Anti-Black City: Police terror and black urban life in Brazil*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2018.
- AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento*. São Paulo: Íman Edições, 2001.
- BARREIRA, Irly. *O reverso das vitrines: Conflitos Urbanos e Cultura Política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BITOUN, Jan (2004). Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo. *Revista Cidades* (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 67-78.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARDOSO, Ruth. “A trajetória dos movimentos sociais”. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p.35-57.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro (Org.). *Rituais e performance: 4 estudos clássicos*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2014.
- CEFAI, Daniel (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Revista Dilemas* (UFRJ), v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, p. 11-48.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993.
- DAGNINO, Evelina. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FEITOSA, Luiz Tadeu. *A favela e a biblioteca*. São Paulo: Annablume, 1993.
- FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. *Censo Municipal de 2019: resultados preliminares*. Fortaleza: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 2019.

- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237-265.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- GOMES, Marília Passos Apoliano (2019). *Um mar de histórias: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga*. Tese (Doutorado). Fortaleza: Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-CE). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 10, n. 2, nov. 2008.
- _____. O Acuario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 29, 2013, Santiago. *Anais do XXIX Congresso do ALAS*. Santiago: [s/n], 2013.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- OLIVEIRA, Heloísa M. Alves (2006). *O Poço da Draga e a Praia de Iracema: convivência, conflitos e sociabilidades*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.
- OLIVEIRA, Bruna L. F. Lima; BARBALHO, Alexandre. Histórias da terra e do mar: narrativas cartográficas sobre direito à cidade na comunidade poço da draga sob uma perspectiva descolonial. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 10, 2017, Fortaleza. *Anais do X ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ*. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/27050/56557>>. Acesso em 10 jan. 2018.
- PATERNIANI, Stella Zagatto (2023). Ocupações, práxis espacial negra e branquapia: para uma crítica da branquitude nos estudos urbanos paulistas. *Revista de Antropologia*, 65(2).
- PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PEREZ, Olívia Cristina (2024). Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. PSICOLOGIA USP (IMPRESSO), v. 35, s/n, p. 1-10.

- PICCOLO, Fernanda Delvalhas. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: FRUGOLI JR, Heitor et. al. (Org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Ed. USP, 2006, p.330-352.
- POLLAK, Michael (1992). Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212.
- NORA, Pierre (1993). Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7-28.
- RODRIGUES, Neivania Silva. *O Movimento dos Peixes: do Acuario às Ruas*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.
- _____.*Organizações não governamentais: o caso da Velaumar, no Poço da Draga* (Fortaleza-Ce). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2019.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SCHECHNER, Richard. O leque e a rede (de *Performance Theory*). A rua é o palco. In: LIGIÉRO, Zeca (org.). *Performance e antropologia de Richard Schechner*. RJ: Mauad X, 2012.
- SOUSA, Vancarder Brito (2006). *A Cidade e a Favela: o “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza*. Tese (Sociologia). João Pessoa: Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico ideais. In: FERNANDES, F. (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 6-116.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: Livio Sansone. (Org.). *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2012, v., p. 11-40).
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

Os alternativos dos alternativos: iniciativas comunicativas contra-hegemônicas em Teresina (PI)

The alternatives of the alternatives: counter-hegemonic communication initiatives in Teresina (PI)

Samária Andrade^a, André Gonçalves^b, Vitória Pilar^c,
Ricardo Claro^d

Resumo Este estudo examina iniciativas comunicativas contra-hegemônicas, com foco em agentes surgidos em Teresina (Piauí), pós-junho de 2013, aqui descritos como “os alternativos dos alternativos” - marginais à comunicação *mainstream* e à comunicação contra-hegemônica central. Eles atuam em ambiente que oscila entre a concentração midiática das companhias convencionais de comunicação e a heterogeneidade das formas contestadoras que emergem junto a mudanças sociotecnológicas globais, operam num cenário dominado por grandes empresas de plataformas digitais e enfrentam incertezas, mas também revelam experiências longevas. A metodologia inclui observação empírica e aplicação de questionários junto a fundadores de oito dessas iniciativas. As análises elencam características básicas desses agentes comunicativos contra-hegemônicos e relacionam essas iniciativas ao contexto das mudanças globais e na comunicação.

Palavras-chave Iniciativas contra-hegemônicas. Mídia alternativa. Teresina. Comunicação. Pós-junho 2013.

Abstract This study investigates counter-hegemonic communication initiatives, with a particular focus on agents emerging in Teresina (Piauí) after June 2013, referred to here as “alternatives of the alternatives”—operating at the margins of both mainstream communication and central counter-hegemonic discourses. These agents act within a context characterized by the media concentration of conventional communication companies and the heterogeneous contestatory practices that have arisen alongside global socio-technological transformations. Situated in a landscape dominated by major digital platform corporations, these initiatives contend with uncertainties yet also demonstrate enduring

a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: samaria.andrade@hotmail.com

b Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: andre.goncalves@ufpi.edu.br

c Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: vitoriaxxh@hotmail.com

d Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: luisrclaro12@gmail.com



experiences. The methodology includes empirical observation and the administration of questionnaires to the founders of eight such initiatives. The analysis delineates the main characteristics of these counter-hegemonic communicative agents and connects their practices to the broader context of global and communicative transformations.

Keywords Counter-hegemonic initiatives. Alternative media. Teresina. Communication. Post-June 2013.

INTRODUÇÃO

Transformações na indústria da comunicação têm acelerado processos, alterado práticas e feito surgirem iniciativas comunicativas contra-hegemônicas diferentes por diversos lugares no mundo. Essas mudanças acontecem em um contexto de nova onda de reestruturação capitalista global, infotecnológica e desregulada, com grandes investimentos, em que ganham protagonismo, de forma mais visível nos últimos anos, empresas de plataformas digitais, as chamadas *big techs* (Morozov, 2018; Zuboff, 2020; Wark, 2022). Inclusive devido a esse contexto, as iniciativas emergentes de comunicação das duas últimas décadas não se resumem a explicações tecnológicas e devem ser compreendidas como fenômeno multifatorial, junto a mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e no mundo do trabalho.

As formas de produção e distribuição de informações que se disseminam, especialmente pós-Junho de 2013, se movimentam entre a concentração da mídia - renovada pelos oligopólios digitais - e uma contratendência que abre espaço a formas contestadoras, dispostas a disputar a narrativa de acontecimentos públicos com veículos convencionais de comunicação, produzindo conteúdos em diferentes formatos, modelos de produção e organização.

Muitas dessas iniciativas vão se autodefinir como mídias alternativas e independentes ou livres. Elas se colocam como diferentes de modelos hegemônicos de comunicação de formato empresarial, buscando outras narrativas ou abordagens para acontecimentos, e também tentam recorrer a formas diversas de financiamento. Guardam semelhanças com outros momentos de surgimento desse tipo de mídia no Brasil, como a imprensa alternativa nos anos de ditadura militar, entre 1960 e 1970, e também com mídias sindicalistas, operárias e anarquistas. Se inspiram, no entanto, num movimento mais recente: o Junho de 2013 e as grandes manifestações de rua no Brasil. Estas, por sua vez, têm pontos de contato com movimentos que aconteceram pouco antes no mundo, como o Indignados, na Espanha, e Occupy, nos Estados Unidos e países da Europa. Estes movimentos de ocupação de rua e protestos contra desigualdades sociais colocaram em prática as ideias de mídia autonomista, descentralizada e colaborativa, produzida por jornalistas, mas

também por pessoas de áreas diversas, insatisfeitas com as mídias convencionais e tendo acesso a tecnologias de comunicação que permitem a produção e distribuição de conteúdos fora da mídia mainstream (Andrade, 2020; Cabral, 2019).

Passados mais de 10 anos de Junho de 2013, convivem diferentes interpretações para o que ocorreu, suas causas e consequências. Os eventos, no entanto, trouxeram ou renovaram características nos movimentos sociais e foram fundamentais na eclosão de mídias contra-hegemônicas digitais. Entre essas características podemos destacar a formação de organizações coletivas mais descentralizadas, fluidas e horizontalizadas; a distinção em relação a organizações mais burocráticas (Gohn; Bringel, 2017; Perez, 2020, 2024); o investimento em pautas de direitos humanos, LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras; o uso intenso de mídias sociais digitais – seja para convocar eventos ou divulgar informações.

Perez (2024, p. 2) lembra que a organização de coletivos não é um fenômeno brasileiro nem é uma novidade no país, mas considera que “há uma relação entre a proliferação desse tipo de organização com as Jornadas de Junho de 2013”. Muitos coletivos participaram das manifestações das chamadas Jornadas de Junho e, nesses eventos, os jovens foram socializados com a ideia de organizações mais horizontais e inclusivas como mais eficientes (Perez, 2019).

Os agentes de comunicação que se difundiram pós-Junho de 2013 são heterogêneos, não se limitando aos modelos mais progressistas, como historicamente sugerem os termos “alternativo” e “independente” (Kucinski, 2003). Vê-se surgir, também, iniciativas mais publicitárias e de marketing que jornalísticas, e ainda formatos conservadores, reacionários ou de extrema-direita – estes com organização mais vertical. Dessa forma, as próprias nomenclaturas “alternativo” e “independente” entram em discussão, exigindo refinamentos teóricos. Alguns autores consideram que “alternativo” e “independente” continuam se aplicando melhor às experiências progressistas, que buscariam pautas de interesse público e de responsabilidade social (Gohn; Bringel, 2017). Fígaro (2018) admite o campo da comunicação atual como movediço, desconfia da validade dos termos “alternativo” e “independente” para o contexto de grande poder das *big techs* e usa o termo “arranjos de comunicação”, reconhecendo caráter provisório no modelo.

Os diferentes arranjos de comunicação emergentes nas primeiras décadas do século XXI têm confluído em algumas características: a) atuam dependentes de plataformas digitais desreguladas, com processos não transparentes, fora do controle dos participantes; b) reúnem pessoas e trabalhadores diversos que estão experimentando e tensionando formas de atuação em comunicação e áreas afins; e c) a despeito de serem diversos, esses atores continuam atuando em um modelo de capitalismo concentrado.

A presente pesquisa se interessa por agentes de comunicação contra-hegemônicos surgidos em Teresina (Piauí) no pós-junho de 2013, com viés ideológico tido como progressista, adotando práticas e/ou ferramentas do jornalismo e não pertencendo ou estando ligados a grandes grupos econômicos, políticos ou de comunicação em sua constituição (esses são critérios adotados pela Agência Pública para mapear um jornalismo independente no Brasil e também são utilizados por Roseli Fígaro em suas pesquisas). Ao investigar agentes contra-hegemônicos surgidos em local não central de produção e distribuição de informações, investigamos o que aqui chamamos de “os alternativos dos alternativos”. Esse estudo faz parte de uma pesquisa maior, em andamento.

O referencial teórico se baseia em autores que investigam: a) mudanças infotecnológicas digitais e suas consequências (Valente, 2019; Zuboff, 2020; Wark, 2022); b) experiências contra-hegemônicas de comunicação (Fígaro, 2018; Rovai, 2018; Mick, Tavares, 2017; Gohn, Bringel, 2017); e c) Economia Política da Comunicação (EPC) e fenômenos como a concentração, o papel das plataformas digitais e sua relação com processos e práticas do mundo do trabalho (Bolaño, 2000; Antunes, 2011, 2022; Bolaño; Martins; Valente, 2022).

O objetivo é produzir um panorama de iniciativas jornalísticas – ou que se aproximem de diferentes modos do jornalismo - surgidas em uma região não central e elencar suas características básicas, buscando avaliar como elas são impactadas por transformações do contexto global.

Para alcançar esse objetivo, a metodologia utilizou, além da pesquisa bibliográfica, observação empírica de agentes contra-hegemônicos de caráter jornalístico em Teresina (PI), selecionados por pesquisa exploratória, que ainda recorreu ao uso da técnica da “bola de neve”, em que participantes de uma iniciativa indicavam outras, até se chegar a uma lista de agentes com as características que se procurava. Da lista inicial, a pesquisa consolidou oito iniciativas aqui elencadas, considerando tanto os critérios usados pela Agência Pública e adotados nos estudos de Fígaro (2018) como a constância na produção e veiculação de informações e o impacto/repercussão que alcançam no universo pesquisado. Outra metodologia consistiu na aplicação de questionários respondidos pelos criadores/fundadores dessas oito iniciativas de comunicação na capital do Piauí. Os questionários são parte de uma entrevista maior aplicada a esse público. Para este estudo, nos concentraremos em nove questões que permitem caracterizar e conhecer melhor esses arranjos.

Abordamos na próxima seção o contexto geral em que as iniciativas contra-hegemônicas contemporâneas emergem em todo o mundo, onde interagem fenômenos como mudanças tecnológicas, capitalismo avançado e alterações no

mundo do trabalho. A seção posterior vai apresentar os arranjos alternativos surgidos em Teresina que se enquadram no interesse desta pesquisa, com dados sobre data de surgimento e o que costumam publicar. Na sequência, apresentamos, por meio de tabelas e discussão de dados, cada uma das nove questões colhidas junto aos fundadores dessas iniciativas por meio de questionários, na busca de fornecer um panorama dessas iniciativas.

CONTEXTO: TECNOLOGIA, CAPITALISMO E TRABALHO

Observando uma onda de crescimento do jornalismo dito alternativo na América Latina, o relatório *Ponto de Inflexão* (2016)¹ registrou o aumento de iniciativas na região nas primeiras décadas do século XXI, e considerou que essa onda está ligada aos avanços infotecnológicos, às ferramentas de *web design* mais fáceis de utilizar e ao advento das mídias sociais, que tornaram possível um jornalismo digital quase inteiramente com patrimônio e esforço próprios. O relatório se refere ao formato como jornalismo alternativo e jornalismo digital, e usa termos como *startups* de jornalismo digital e empreendedores digitais. Segundo esse documento, os jornalistas estão sendo impelidos a produzir jornalismo independente em países polarizados do ponto de vista político e onde a propriedade de empresas de mídia é muito concentrada, com a publicidade governamental usada para recompensar veículos de grande circulação.

Outros estudos apontam que essas iniciativas também crescem devido a jornalistas e outros produtores de conteúdo se ressentirem da ausência de pautas e abordagens que não veem na chamada grande mídia. Buscando independência editorial e tendo acesso às formas de produzir e distribuir conteúdo, novos agentes passam a experimentar formatos de comunicação, testando também formas de financiamento (Mick, Tavares, 2017; Fígaro, 2018; Rovai, 2018). Rovai (2018) identifica a emergência do que chama “um novo ecossistema midiático”, onde se somam diferentes atores.

Esse ecossistema diverso e multifacetado não se explica apenas por avanços infotecnológicos. Para Fígaro (2018), ele resulta da confluência entre disponibilidade

¹ O Relatório *Ponto de inflexão – impacto, ameaças e sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos* (2016), foi produzido por *SembraMedia* - organização espanhola que se define sem fins lucrativos e estuda o crescimento de mídias alternativas digitais em países de língua espanhola. O relatório levantou dados da Argentina, Colômbia, México e Brasil – incluído pela proximidade da língua e geográfica e pelo crescimento do modelo no país. A produção do Relatório tem apoio da *Omidyar Network* - organização americana que afirma defender a mídia independente e o jornalismo investigativo. A organização é uma das principais mantenedoras da *Agência Pública* no Brasil. O Relatório *Ponto de Inflexão* está disponível em: <http://data.sembramedia.org/> Acesso em: 01 mar. 2024.

tecnológica, mobilização social e crise no mundo do trabalho do jornalista, com ascensão de novas relações, agrupamentos e formas de produção, que dão espaço a um modelo de comunicação alternativo às grandes companhias convencionais.

Propostas alternativas de produção, historicamente, costumam surgir em momentos de crises financeiras, econômicas, políticas, sociais e culturais trazendo também questionamentos de valores, o que tensiona práticas adotadas. No início da segunda década do século XXI, uma série de demissões em massa em grandes empresas de comunicação acendeu a discussão sobre “crise no jornalismo”, intensificada pelos avanços nas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), contribuindo para desestabilizar formatos do que se tinha como modelo. Para Pereira e Adghirni (2011) o jornalismo deve ser visto como espaço atravessado por uma tensão permanente entre estabilidade e rupturas, não imune a inovações e mudanças constantes, sendo sempre permeado por continuidades e descontinuidades, ordem e dispersão.

Mesmo levando isso em conta, há que se avaliar um quadro estrutural mais amplo que atinge diversas formas de produção e profissões, marcadas por uma desaceleração de crescimento e reestruturação produtiva de modo geral, ao tempo em que se vive uma diminuição do número de empregos formais, da remuneração, organização sindical e direitos trabalhistas. Nos últimos anos cresce o universo do trabalhador chamado flexível, multifunção, e também do subcontratado, terceirizado, plataformizado, precarizado e outros termos, quando o trabalho vai ficando mais fluido, adquirindo formas heterogêneas, provisórias e fragmentadas (Antunes, 2011, 2022; Fígaro, 2018; Grohmann, 2021; Wark, 2022). Antunes (2011) fala em “trabalhadores multifuncionais” e alerta que a “desespecialização” também significa um ataque ao saber profissional dos trabalhadores qualificados. Somaram-se, a esse quadro, alterações trazidas pela pandemia de Covid-19, os incrementos online, o poder adquirido pelas grandes corporações de plataformas digitais – as chamadas big techs -, e também, no Brasil, a reforma trabalhista de 2017, que diminuiu poder dos trabalhadores e aumentou instabilidades.² Se essas alterações são sentidas nas mais diversas profissões, elas se tornam centrais para os trabalhadores do campo da comunicação, uma vez que grande parte das mudanças que transformam o mundo do trabalho de forma acelerada nas primeiras décadas deste século estão ligadas a mudanças tecnológicas nas comunicações e na produção e circulação de informações.

2 A reforma trabalhista de 2017, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi a maior reformulação das leis trabalhistas desde a sua criação, nos anos 1940. Algumas de suas mudanças foram: inclusão do trabalho remoto e intermitente; alteração da jornada de trabalho, em férias, compensação de horas, pagamento de horas extras e salários; possibilidade de rescisão do contrato de trabalho por acordo entre o trabalhador e o empregador.

Para Bolaño, Martins e Valente (2022, p.3) “a emergência das plataformas demarca um momento particular do capitalismo e mesmo do processo de reestruturação iniciado nos anos 1970”. Desde essa época, as TICs ganhavam centralidade por possibilitarem a mundialização do capital e a financeirização. Com as *big techs*, os autores apontam que foram modificados setores tradicionais e também o novo, agora adotando um modelo de plataforma que busca se beneficiar da economia nos custos operacionais, com esse modelo se expandindo para outros setores.

Leituras otimistas sobre as TICs digitais, surgidas na década de 1990, reverberam até hoje, porém com menos força em meio ao atual cenário de domínio das plataformas digitais. O ranking das 100 empresas com maior capitalização em 2021 mostra que o setor de tecnologia teve maior participação, com 20 companhias listadas. Entre as 10 corporações que lideraram esse crescimento estão Apple, Microsoft, Alphabet, Facebook (todas norte-americanas) e, em seguida, Tencent (chinesa). “Uma distribuição que é indicativa da geopolítica atual e de sua relação com as tecnologias” (Bolaño; Martins; Valente, 2022, p.4).

Wark (2022) fala sobre o poder de um novo tipo de classe dominante, que ela chama de vетorialista, capaz de dominar o trabalho e o capital por meio da propriedade e do controle da informação de forma jamais vista. Os contornos mais visíveis e a aceleração de algumas características nos últimos anos têm feito surgir novas nomenclaturas, como “capitalismo de vigilância”, por Zuboff (2020); “capitalismo pandêmico”, por Antunes (2022); ou, talvez, não seja mais nem capitalismo, nem neoliberalismo, “mas algo pior?”, como em Wark (2022).

Nessas condições, o entusiasmo com o crescimento de um jornalismo contra-hegemônico - porém dependente do espaço fornecido pelas *big techs* - convive com análises mais céticas. No cenário de emergência de iniciativas de comunicação diversas observa-se, ainda, a presença de discurso neoliberal surgido desde as décadas finais do século XX, que prega o empreendedorismo e a iniciativa própria, aclamando e beneficiando o capital privado mesmo quando grande parte dessas iniciativas buscam recursos públicos, a exemplo de muitas *startups*.

O domínio das plataformas digitais tem revelado que, mesmo permitindo a emergência de atores diversos e por todos os locais, esse modelo foi incapaz de alterar uma característica fundamental do capitalismo: a concentração de capital.

Bolaño, Martins e Valente avaliam:

Além de não terem possibilitado recuperação econômica, as corporações associadas às tecnologias digitais hoje estão no centro de questionamentos devido à desinformação, à vigilância e à precarização do trabalho mediado por elas, para

citar alguns exemplos. Elas também têm sido associadas a uma maior concentração e centralização de capital em âmbito internacional, motivando, na esteira disso, debates sobre políticas de combate ao monopólio e ao oligopólio, tendo em vista a tendência histórica à monopolização e as particularidades desse processo, com barreiras relacionadas também à propriedade de dados e à persecução de efeitos de rede (Bolaño; Martins; Valente, 2022, p. 4).

As iniciativas contra-hegemônicas de comunicação atuam, assim, em cenário concorrido, instável e contraditório, com menos vagas de emprego formal e mais possibilidades de agir “por conta própria” no terreno da comunicação. Revelam-se dependentes de plataformas digitais que são grandes corporações com interesses de mercado, mas que possibilitam a existência de agentes antes fora do modelo concentrado de poucas mídias e grande poder econômico e político.

Passaremos agora a falar dos agentes contra-hegemônicos de comunicação que emergem em Teresina, tentando relacioná-los às questões do contexto mais geral apontado e buscando seguir o que indicaram Le Cam e Ruellan (2014): descentralizar o olhar sobre a comunicação, o jornalismo e o jornalista, de forma a que se pesquise essas categorias também a partir de suas margens.

INICIATIVAS COMUNICATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS EM TERESINA

Neste tópico são apresentados e analisados os dados das mídias contra-hegemônicas que atuam em Teresina com base em questionários aplicados. Ao todo, oito mídias alternativas foram selecionadas por esta pesquisa, sendo elas as que se enquadram no conceito de arranjos alternativos, entendidos como agentes de comunicação que não se encaixam nos atores hegemônicos, praticam jornalismo ou utilizam ferramentas do jornalismo, buscam se manter de modo independente a grandes grupos econômicos ou políticos e procuram formas diversas de financiamento. Esses arranjos, assim identificados são: Acrobata (site), Coar (site), Fala Dirceu (site), Geleia Total (site), Malamanhadas (*podcast*), O Estado do Piauí (site), Ocorre Diário (site) e Revista Revestrês (impresso/site).

O site de cultura Acrobata é uma iniciativa fundada por quatro amigos de áreas diversas: Aristides Oliveira, Demétrios Galvão, Thiago E. e Meire Fernandes. Juntos, criaram e desenvolveram uma revista digital que aborda temas como literatura, cinema, música, teatro e artes visuais. O principal objetivo apontado pelo arranjo é divulgar a produção cultural local e nacional e incentivar a leitura e reflexão crítica. Desde 2013 em atividade, a revista publicou nove edições impressas,

de forma independente, cujas versões online podem ser acessadas gratuitamente no endereço www.revistaacrobata.com.br.

Coar é um projeto de combate à desinformação que circula nas redes sociais, especialmente no Norte e no Nordeste do Brasil. A iniciativa foi criada em 2020 pela jornalista Martha Alencar. Ela se sensibilizou com o caso de Fabiane Maria de Jesus, mulher que foi linchada por vizinhos, em Guarujá, litoral de São Paulo, após ser acusada falsamente de sequestrar e matar crianças. Uma das missões do Coar, segundo sua organizadora, é levar educação midiática para pessoas que vivem em áreas com pouca ou nenhuma cobertura jornalística (os chamados desertos e semidesertos de notícias). O *fact-check* pode ser acessado gratuitamente no endereço www.coarnoticias.com.br.

O Fala Dirceu, de Teresina³, é um portal de comunicação comunitária que concentra suas informações sobre a região sudeste da cidade, onde se localiza o Grande Dirceu, bairro populoso na capital do Piauí. Ele foi fundado em 2018 e se apresenta como “o portal da maior quebrada do Piauí”. A iniciativa também produz e distribui conteúdo em vídeo, em forma de TV comunitária, que transmite programas próprios, com pautas locais e regionais, e se caracteriza como iniciativa de comunicação popular, afirmando buscar dar visibilidade às questões e aos moradores de sua comunidade. Entre as reportagens, denúncias de problemas sociais enfrentados por moradores, como falta de infraestrutura e saneamento básico, violência, desemprego e discriminações. Também é possível encontrar conteúdos como agenda cultural, destacando o que acontece no bairro. O portal pode ser acessado pelo endereço eletrônico <https://faladirceu.com.br/>.

Fundado em 2014, o projeto Geleia Total atua divulgando manifestações culturais e artistas do Piauí. Sua equipe de colaboradores escreve sobre produções e artistas nas áreas da literatura, música, cinema, fotografia, dança, folclore, patrimônio, turismo e artes visuais. Também são compartilhadas recomendações de eventos e postagens com sugestões de manifestações artísticas/culturais, com ênfase em Teresina. “Nossos artistas homenageados aqui são das mais diferentes áreas, faixas etárias, estilos, influências”, diz o site, que pode ser acessado pelo endereço <https://www.geleiatotal.com.br/>.

Malamanhadas é um arranjo que, através de um *podcast*, discute questões diversas, como cultura, política, saúde, educação e direitos humanos, sempre levando em conta as perspectivas feministas e nordestinas. Fundado em 2018, seu

³ O Fala Dirceu mantém uma segunda versão do arranjo na cidade de Diadema, São Paulo, chamado Fala Diadema. A pesquisa enfoca somente a iniciativa que atua em Teresina.

principal objetivo é ampliar a visibilidade sobre questões de interesse das mulheres e suas histórias. O *podcast* também realiza séries especiais temáticas, como a série *Justiça Reprodutiva para Mães-Mulheres com Deficiência*, com depoimentos e reflexões sobre maternidade de mulheres com deficiência. Os episódios do Malamanhadas são disponibilizados no site www.malamanhadas.com, no YouTube próprio do canal e em plataformas de áudio.

O Estado do Piauí, fundado em 2021, é um site que realiza coberturas em áreas como política, economia, educação, tecnologia, saúde, cultura, esporte e meio ambiente. Em sua proposta editorial, explicitada em texto disponível no site - que prefere se definir como “plataforma de conteúdo” - , afirma que busca produzir reportagens, análises e opiniões que estimulem o exercício da cidadania e o debate de ideias: “Os assuntos são abordados com disposição crítica, incentivando debates saudáveis sobre todos os assuntos. Como princípio, a liberdade de questionamento, seja de autoridades ou quaisquer poderes estabelecidos, mantendo o respeito às instituições e às pessoas”, destacam. Em termos editoriais e de organização é o mais próximo de um veículo de comunicação convencional, com editorias definidas, funções delimitadas e repórteres e editora contratada. O Estado do Piauí pode ser acessado pelo endereço eletrônico <https://oestadodopiaui.com/>.

No ar desde 2018, o site Ocorre Diário se posiciona como plataforma de comunicação popular e colaborativa, que busca fazer comunicação que “liberte as potências emancipatórias, dialógicas, plurais e decoloniais da informação”, conforme declararam em sua *homepage*, acessível no endereço eletrônico <https://ocorrediario.com/>. O Ocorre Diário aborda temas como meio ambiente, direitos humanos, educação, arte e cultura, entre outros, e tem como prioridade dar espaço para movimentos sociais. “Estamos entre jornalistas, fotógrafos, comunitários, arquitetos, artistas e colaboradores tantos, cartografando os afetos de quem tá no corre diário dessa vida”, afirmam.

Criada em 2012, no formato impresso, a revista Revestrés foi fundada pelo então publicitário e escritor André Gonçalves e pelo professor de Literatura Wellington Soares. Circulando por uma década com veiculação bimestral, o periódico aborda temas relacionados à cultura – de modo amplo – e manifestações de arte, tendo como principal objetivo discussões sobre produtores e produção artística e cultural regional e suas relações com produções nacional e internacional, mas indo além disso. A proposta da revista é servir como espaço de reflexão, crítica e estímulo a debates de temas também sociais e antropológicos, se caracterizando por grandes entrevistas (cerca de 12 páginas) e reportagens, com artistas, produtores culturais e estudiosos locais e nacionais. Também publica ensaios fotográficos e

de artes visuais, resenhas, contos, poesia, crônicas e textos acadêmicos. Ainda dá espaço a discussões sobre racismos, gêneros e feminismos. Na Revestrés as editorias não são fixas, os repórteres são remunerados por produção e a linha editorial é conduzida por um conselho editorial. Em sua versão impressa, Revestrés circulou até a 51º edição, em 2022, editada, produzida e impressa pela Editora Quimera e vendida em bancas e por meio de assinaturas. Agora está ativa apenas digitalmente, com conteúdo gratuito, pelo endereço eletrônico <https://revistarevestres.com.br/>.

As perguntas aplicadas aos fundadores dos arranjos tomaram como base o relatório da pesquisa “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia” (Fígaro, 2018). Para a apresentação desta análise, foram levadas em consideração nove questões para caracterizar as mídias contra-hegemônicas teresinenses. São elas: 1) gênero com o qual se identifica(m) o/a(s) fundadores(as); 2) idade; 3) nível de escolaridade; 4) área de formação dos fundadores dos arranjos com graduação; 5) tipo de vínculo dos colaboradores; 6) formas de sustentação da iniciativa/arranjo; 7) quantitativo de colaboradores na iniciativa/arranjo; 8) fundação da iniciativa/arranjo; e 9) como definem o que fazem e se consideram jornalismo aquilo que fazem.

Apresentamos a seguir tabelas com o resultado obtido pelas questões levantadas, permitindo uma cartografia das iniciativas alternativas de comunicação surgidas em Teresina pós-Junho de 2013.⁴

DADOS DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS EM TERESINA

Em relação à questão de gênero, a pesquisa indagou com qual gênero o/as fundadores/as dos arranjos analisados se identificam. O recorte majoritário de gênero masculino (71,42%) à frente dos arranjos pode apontar uma possível desigualdade de oportunidades, recursos e de acesso das mulheres à criação de iniciativas de mídia alternativas. Isso pode se relacionar com um contexto mais estrutural em que pessoas do gênero masculino costumam ter mais oportunidades

4 A revista Revestrés é a única dessas iniciativas surgidas pouco antes de 2013, circulando pela primeira vez em 2012, em formato impresso. No entanto ela cresce e passa a operar no formato digital pós-Junho de 2013. Vale destacar ainda que Junho de 2013 foi antecedido por grandes protestos de rua localizados em algumas cidades do Brasil, entre elas, Teresina, com as manifestações “Contra o aumento”, mobilizadas no final do ano de 2011, com protestos de estudantes pela diminuição do valor da passagem no transporte coletivo – exatamente como iniciou Junho de 2013, logo depois apresentando uma pauta mais difusa, entre o direito à cidade, o combate a injustiças e o reconhecimento de direitos à grupos excluídos. A edição número 1 de Revestrés impressa foi produzida no período em que aconteciam os protestos de 2011 em Teresina, sendo lançada em 29 de fevereiro de 2012. A revista passou a ser disponibilizada online em 2015 e desde o início já estava presente nas redes sociais digitais.

e acessos. O dado também pode ser visto em contraponto com o encontrado pelo Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021 (2022), pesquisa nacional que verificou uma profissão com predomínio feminino, com 57,8% de mulheres, contra 41,9% que se identificaram como gênero masculino.

Tabela 1. Com que gênero se identificam o/a(s) fundadores(as) dos arranjos alternativos em Teresina?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Masculino	10	71,42%
Feminino	4	28,57%
Outros	0	0%
TOTAL	14	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

A faixa etária dos fundadores de arranjos é bem ampla, indo dos 23 aos 64 anos. A predominância está na faixa de idade entre 23 e 40 anos, com mais de 70% do total, evidenciando um perfil majoritariamente jovem e adulto à frente das iniciativas teresinenses.

Tabela 2. A que faixa etária pertencem os fundadores dos arranjos alternativos em Tere-sina?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Entre 18 a 22 anos	0	0%
Entre 23 a 30 anos	5	35,71%
Entre 31 a 40 anos	5	35,71%
Entre 41 a 50 anos	2	14,29%
Entre 51 a 64 anos	2	14,29%
Acima de 64 anos	0	0%
TOTAL	14	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

Os dados referentes à escolaridade revelam uma relação entre ensino superior e a criação dos arranjos contra-hegemônicos em Teresina. Nenhum dos fundadores tem apenas ensino médio. 57,14% possuem, no mínimo, graduação. Os com mestrado e doutorado somam quase 30%.

Esse dado pode se relacionar com o descontentamento em relação as mídias convencionais existentes, quando, tendo acesso às formas de produzir e distribuir conteúdos, pessoas com bom nível de escolaridade formal preferem criar suas formas de trabalho a se integrar aos modelos já existentes. Por outro lado, também pode se relacionar com a diminuição da oferta de emprego formal e ao aumento da precarização no mundo do trabalho, com formas diversas de subcontratados, salários reduzidos e tendência de exploração da mão de obra, empurrando os

trabalhadores a “se virarem” por conta própria, com uso das tecnologias disponíveis e desreguladas, sem garantias de trabalho, competição crescente, diminuição das fronteiras entre jornalismo, publicidade e outros tipos de conteúdo e, muitas vezes, estimulando a adesão ao discurso empreendedor

Tabela 3. Qual o grau de escolaridade dos fundadores dos arranjos?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Ensino Médio	0	0%
Superior (Graduação)	8	57,14%
Pós-graduação (Especialização)	2	14,29%
Mestrado	2	14,29%
Doutorado	2	14,29%
TOTAL	14	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

No que diz respeito à área de formação em curso superior, menos de 30% são graduados em Jornalismo. Ao passo que isso demonstra o diálogo interdisciplinar de profissionais de outras áreas na comunicação, também aponta que o perfil dos fundadores de veículos alternativos é o de pessoas de formações variadas que buscam criar outras formas de, fora das mídias hegemônicas, fazer circular informações acerca de temas de seu interesse. Os fundadores não graduados em Jornalismo declararam formação nas áreas de Administração, Direito, História, Letras, Publicidade. Isso também pode indicar dificuldades para pessoas formadas nessas outras áreas encontrarem atuação em sua área de formação original, o que se relaciona com a precarização do trabalho de modo geral.

Tabela 4. Área de formação dos fundadores dos arranjos com graduação

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Jornalismo	3	28,37%
Outras áreas: Administração, Direito, História, Letras, Publicidade.	5	71,43%
TOTAL	8	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

Número expressivo das iniciativas funciona com prestação de trabalho voluntário (62,5%). Das oito iniciativas, apenas uma possui atividade regular com remuneração definida. Esses números também impactam diretamente na manutenção, capacidade e volume de produção dos arranjos, na quantidade de trabalhadores ativos e na própria existência e permanência dos veículos. Além disso, se 62,5% afirmam trabalhar de forma voluntária, essa é uma informação mais nítida e reveladora sobre a precarização no trabalho. Soma-se a isso a porcen-

tagem que afirma ser freelancer (12,5%) e a que diz não ter frequência definida para receber remuneração (12,5%).

Tabela 5. Qual o tipo de vínculo de trabalho nos arranjos?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Voluntário	5	62,5%
Atividade regular com remuneração definida	1	12,5%
Atividade regular com remuneração sem frequência definida	1	12,5%
Freelancer	1	12,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

Sobre a forma de sustentação financeira dos arranjos, das oito iniciativas, seis afirmam que são mantidas por meio de patrocínio. As iniciativas recorrem a mais de uma fonte de obtenção de recursos. Outras formas complementares, como comercialização de produtos e prestação de serviços, são estratégias usadas por outras duas mídias, que também fazem uso de patrocínio para sua sobrevivência. A veiculação de anúncios nos sites foi a forma de manutenção citada por dois arranjos. Em três veículos, os editais de fomento foram destacados como formas de financiamento para manutenção das iniciativas. Nenhum dos arranjos cobra por acesso aos conteúdos, que são disponibilizados gratuitamente. Essa é outra ideia defendida pelo midialivrismo incentivado com as Jornadas de Junho de 2013 e os movimentos mundiais que a antecederam, os já citados Indignados, na Espanha, e Occupy, nos Estados Unidos e países da Europa.

Tabela 6. Qual a forma de sustentação financeira do arranjo?

	FREQUÊNCIA
Patrocínio	6
Comercialização de produtos	2
Prestação de serviços	2
Veiculação de anúncios	2
Editais	3
TOTAL DE ARRANJOS	8
TOTAL DE RESPOSTAS	15

Fonte: Elaborada pelos autores. Obs.: As iniciativas recorrem a mais de uma fonte de obtenção de recursos.

A sustentabilidade das iniciativas contra-hegemônicas, somada a outros dados – como tipo de vínculo com o arranjo (Tabela 5) e quantidade de participantes (Tabela 7) – é um desafio tornado visível nesta pesquisa. Como grande parte das pessoas se integra de modo voluntário e o modelo tende ao formato coletivo e colaborativo, é interessante recorrer a Cefäi, Veiga e Mota (2011), estudiosos de movimento e formações coletivas, que lembram que a continuidade é um problema prático com o qual os grupos estão sempre tendo que lidar. Para Enriquez (1999), os grupos

estão fadados a um sucesso temporário e a um processo de enfraquecimento. Este autor argumenta que, ao afirmar isso, não está condenando a renovação social, mas destacando os obstáculos inerentes a todo trabalho dessa ordem.

Também é relevante lembrar que o sentimento de incerteza, contemporaneamente, não é privativo dos participantes de organizações alternativas. Goyanes e Rodriguez-Gómez (2018) encontraram o mesmo sentimento de instabilidade em jornalistas de mídia empresarial, provocado por um estado de turbulências nas organizações de notícia de todos os lugares, que estão tentando se adaptar a um cenário de mudanças que inclui os processos de produção e veiculação de notícias, consumo, diminuição das receitas, concorrência com outras fontes de informação e com outros produtores de conteúdo.

Também se relaciona às questões financeira o quantitativo de pessoas em atuação nas iniciativas contra-hegemônicas. Tendo em vista que mais de 60% dos participantes de arranjos atuam de modo voluntário, a quantidade de pessoas em cada arranjo não é grande: 50% das iniciativas atuam com até cinco colaboradores. Por outro lado, o modelo colaborativo também é mais fluído, menos burocrático e está aberto às participações, podendo oscilar em seu número de colaboradores, tendo ora mais ora menos participantes, com iniciativas declarando ser compostas por 20 pessoas ou mais (25%).

Tabela 7. Quantas pessoas atuam nos arranjos?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Até 5 pessoas	4	50%
Até 10 pessoas	2	25%
Até 20 pessoas	1	12,50%
Mais de 20 pessoas	1	12,50%
TOTAL	8	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

Mais de 60% das iniciativas possuem até cinco anos de existência, enquanto duas circulam há mais de 10 anos. Esses dados indicam que grande parte das iniciativas é recente e teriam surgido em resposta aos desafios, demandas e oportunidades do cenário pós-Junho de 2013. Fruto de adaptações tecnológicas e experimentações de novas linguagens, também surgem como meios de comunicação para públicos mais nichados. O fato de 25% das iniciativas existirem há mais de 10 anos, por outro lado, revela certa longevidade em alguns desses arranjos, mesmo em meio a dificuldades e riscos para se manterem ativos e relevantes ao longo do tempo, tendo em vista que são mais suscetíveis a sofrerem com falta de recursos financeiros, humanos e materiais para desenvolvimento de suas propostas.

Tabela 8. Há quanto tempo os arranjos existem?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Até cinco anos	5	62,50%
Até 10 anos	1	12,50%
Mais de 10 anos	2	25,00%
TOTAL	8	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

Dentre as iniciativas analisadas, 50% classificam o conteúdo que produzem como jornalístico - Fala Dirceu, Ocorre Diário, O Estado do Piauí e Revista Revestrês. Arranjos como Geleia Total e Acrobatá não se classificam como jornalismo e definem que a existência de suas iniciativas, apesar de próximas do jornalismo cultural, se classifica como divulgação cultural. O podcast Malamanhadas destaca que usa “práticas do jornalismo e de comunicação social”, não posicionando seu conteúdo como jornalístico. O arranjo *fact-check* Coar declarou que não se considera jornalismo, mas uma “checadora de fatos”.

Tabela 9. Como classificam o conteúdo que veiculam?

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Jornalístico	4	50%
Divulgação cultural	2	25%
Com práticas de Jornalismo e comunicação	1	12,5%
Checadora de fatos	1	12,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota-se que as iniciativas que se classificam como jornalísticas, que correspondem à metade dos agentes observados, são aquelas que, a princípio, seguem práticas e critérios comumente utilizados no jornalismo chamado profissional, como coleta e apuração de informações, procura por fontes e uma maior preocupação com periodicidade das publicações, ainda que essa frequência possa variar. É possível observar, nesses arranjos intitulados jornalísticos, a busca de pautas, fontes e abordagens que consideram ausentes nas mídias hegemônicas e a busca por reflexões e análises a respeito de questões da realidade local e regional.

Entre as iniciativas que não se classificam como jornalísticas ou têm posição ambígua sobre isso, pode-se encontrar mais facilmente princípios e normas de outros campos, como a arte e a literatura, e de outras áreas da comunicação, vizinhas do Jornalismo, como a publicidade e relações públicas. Entre os arranjos que classificam seu conteúdo como divulgação cultural (25%), é possível observar um interesse maior em abordar produções e produtores artísticos sob o ponto de vista

da divulgação de seus nomes e/ou trabalhos, investindo num serviço de agenda sobre eventos e produções culturais da região.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos conformam uma inédita cartografia de agentes alternativos digitais em comunicação operando em Teresina (PI) pós-Junho de 2013. Dado que os arranjos de comunicação são modelos que tendem à fluidez e instabilidade, novas iniciativas podem ser incluídas nessa amostra e os arranjos elencados podem ter suas configurações alteradas, logo as conclusões apresentadas constituem um retrato desse momento. Os dados coletados indicam tendências e contribuem para que seja possível pesquisar e acompanhar transformações no fazer jornalístico e de comunicação de modo geral e nas configurações dos grupos que atuam nessas iniciativas e/ou se utilizam de ferramentas de comunicação na sua operação.

A partir dos dados levantados percebe-se que os arranjos alternativos de comunicação em Teresina foram fundados por pessoas com formação universitária. Essa formação não se restringe ao curso de Jornalismo - no recorte da pesquisa, esse perfil corresponde a quase um terço dos fundadores dos arranjos –, mas também se verificou formação em Administração, Direito, História, Letras e Publicidade.

A tendência dos arranjos é serem compostos por pessoas majoritariamente jovens, com parcela significativa tendo menos de 30 anos e pelo menos a metade deles tendo menos de 40 anos. Esse dado pode indicar alguma dificuldade para a inserção de jovens profissionais nos veículos da mídia convencional, necessitando-se de observação mais acurada para identificar se isso é reflexo de aspectos econômicos do setor ou de transformações no mundo do trabalho – menor quantidade de vagas formais de emprego, por exemplo - ou se estão relacionadas a escolhas dos próprios componentes desses grupos, que, tendo acesso a formas de produzir e distribuir informações e possuindo habilidades com as tecnologias digitais, podem encontrar nos arranjos alternativos maiores possibilidades de produzir conteúdos e modos de atuação que não encontram nas mídias convencionais.

Os arranjos enfrentam um problema em comum para se manterem em atividade: a escassez de recursos, com ausência de anunciantes ou dificuldade em mantê-los com certa regularidade, o que acaba por se traduzir em impossibilidade de planejamento que permita fôlego financeiro às iniciativas.

No entanto, verifica-se que a maior parte dos fundadores e primeiros participantes dessas iniciativas contra-hegemônicas permanece nos arranjos, mesmo com as dificuldades de remuneração de modo constante. Esse dado merece um olhar direcionado à identificação e compreensão de recompensas não materiais

possivelmente encontradas nessa modalidade. Tais recompensas podem ainda justificar os porquês desses modelos buscarem pautas e fontes em geral ausentes na mídia convencional, conseguindo encontrar soluções criativas e eventualmente com alguma repercussão.

Esse arranjos costumam ofertar conteúdos de diversos tipos, abordando temas referentes a grupos, movimentos sociais, acontecimentos e aspectos culturais, a partir da conjuntura política – que é constantemente observada. Muitas vezes terminam fazendo um contraponto à mídia convencional local, que costuma se debruçar maciçamente em pautas com personagens da política tradicional, instituições oficiais e baseada em jornalismo declaratório, com ausência de crítica.

Todas essas experiências emergiram pós-Junho de 2013⁵ e partilham algumas das características que ajudaram a demarcar esse movimento: costumam ser formações de caráter coletivo – sendo mais ou menos abertas às participações; têm pouca ou nenhuma formalidade no pertencimento ao grupo e ao desenvolvimento do trabalho, com ausência ou poucos contratos formais, mas revelando certa fidelidade e permanência na adesão ao grupo; fazem bastante uso de redes sociais digitais – tanto para se organizarem como para divulgarem o que produzem – o que as deixa dependentes de empresas de plataformas digitais que não controlam; defendem pautas de direitos humanos, combate ao racismo e a preconceitos de gênero etc.; buscam intervir no debate público – logo, costumam defender uma inserção não-neutra, mas a favor de grupos e causas sociais; distribuem seus conteúdos gratuitamente - não obtendo recursos com isso, mas reforçando a ideia de mídia livre dos movimentos que antecederam Junho de 2013 e das próprias Jornadas de Junho; e têm organização horizontalizada – o que não significa ausência de lideranças, mas certa crítica ao modelo verticalizado de tomada de decisões mais comum em modelos convencionais.

Os dados apresentados nesta pesquisa buscam mapear e conhecer características dos arranjos de comunicação alternativos em Teresina, sabendo-se da complexidade do quadro observado e da possibilidade de modificações nesse quadro. Essa investigação buscou articular os dados obtidos localmente com um contexto mais amplo, articulado a fenômenos globais e suas interfaces e desdobramentos em cenários localizados, à margem dos grandes centros, mas também impactados por transformações gerais. Tais análises colaboraram para uma melhor apreensão sobre mudanças na comunicação, nos movimentos sociais, no jornalismo,

5 A revista Revestrés é a única que surgiu em 2012, mas, como dito, cresceu e se tornou digital pós-Junho de 2013.

na atuação de grupos e em suas (re)invenções, em suas interseções com os campos sociais, políticos, econômicos, culturais e tecnológicos e como eles se influenciam uns aos outros. Estudar os contextos locais torna-se urgente pela oportunidade de revelar tanto aspectos particulares como características comuns, que se repetem em fenômenos espacialmente distantes, mas que partilham das mesmas transições e contradições dos eventos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Samária (2020). *Comovidos: engajamentos e emoções na Mídia NINJA*. Tese. Brasília: Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.
- ANTUNES, Ricardo (2011). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- ANTUNES, Ricardo (2022). *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo.
- BOLAÑO, César (2000). *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Polis.
- BOLAÑO, César; MARTINS, Helena; VALENTE, Jonas (2022). Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. *AVATARES de la comunicación y la cultura*, Revista de la carrera de Ciencias de la Comunicación, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Nº 24. DOI: <https://doi.org/10.62174/avatares.2022.7615> (acesso em 05/09/2024).
- CABRAL, Adilson (2019). *Centro de mídia independente: os primórdios do ativismo digital no Brasil*. Curitiba: Appris Editora.
- CEFÄI, D.; VEIGA, F. B.; MOTA, F.R. Introdução. In: CEFÄI, D. et al (Orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. P. 9-63.
- ENRIQUEZ, E. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Zahar: 1999.
- FÍGARO, Roseli (2018). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: ECA-USP.
- GOHN, Maria da Glória, BRINGEL, Breno (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- GOYANES, M.; RODRÍGUEZ-GÓMEZ. Presentism in the newsroom: How uncertainty redefines journalists'career expectations. *Sage Journals*, abr. 2018.
- GROHMANN, Rafael (2021). “Trabalho plataformizado e luta de classes”. *Margem esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 36, p. 40-46.

- KUCINSKY, Bernardo (2003). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LIMA, Samuel Pantoja (Coord.) (2022). *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Florianópolis: Quorum Comunicações.
- MICK, Jacques.; TAVARES, Luisa Meurer (2017). A governança do jornalismo e alternativas para a crise. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor*. São Paulo/SP. file:///C:/Google%20Drive/_Notebook/Downloads/948-Article%20Text-3996-4052-10-20170830.pdf (acesso em 06/10/2024).
- MOSCO, Vincent (2009). *La economía política de la comunicación*. Barcelona: Editorial Bosch.
- MOROZOV, Evgeny 2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora.
- PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (2011). O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. *In Texto*. Porto Alegre: UFRGS, v.01, n. 24. p. 38-57. <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208> (acesso em 10/09/2023).
- PEREZ, Olívia Cristina (2020). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n.3, p. 258-256. <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577> (acesso em 01/08/2024).
- PEREZ, Olívia Cristina (2024). Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. Psicologia USP, volume 35. <https://www.scielo.br/j/pusp/a/BG783xPfChnQ68FmkTv3knF/?format=pdf&lang=pt> (acesso em 02/10/2024).
- ROVAI, Renato (2018). *Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso.
- LE CAM, Florence; RUELLAN, Dennis (2014). *Changements et permanences du journalisme*. https://www.researchgate.net/publication/301614798_Changements_et_permanences_du_journalisme (acesso em 08/10/2020).
- VALENTE, Jonas (2019). *Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais*. Tese. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.
- WARK, Mckenzie (2022). *O capital está morto*. São Paulo: Editora Funilaria e sobinfluência.
- ZUBOFF, Shoshana (2020). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Experimentações democráticas sociocentradas na descolonização de práticas de participação: o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia

Socio-centered democratic experiments in the decolonization of participation practices: the case of the Pataxó Youth Council of Bahia

Adriane V. Ferrarini^a, Altemar Felberg^b, Valéria Giannella^c

Resumo O ciclo participacionista inaugurado a partir do marco da Constituição Federal de 1988 abriu caminhos para movimentos sociais que apostavam na ação institucionalizada, mas se mostrou incapaz de captar demandas de diferentes camadas da população historicamente excluída. Diante disso, objetivamos compreender práticas insurgentes que, ao não orbitarem em torno do Estado, se mantêm invisibilizadas ou subteorizadas em seu potencial de expansão democrática. É o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia, analisado a partir de uma etnografia militante, com o devido suporte teórico-conceitual. Teoricamente, nos valemos de perspectivas descolonizadoras para uma ampliação ontoepistêmica do conceito de política, para reconstruir, nesta base, um referencial teórico e analítico centrado na categoria de “experimentação democrática sociocentrada (EDS)”. Concluímos que EDSs simultaneamente criam, restituem e reinventam práticas e saberes de uma democracia substantivamente vivida, revelando potências políticas e inovações públicas para a descolonização das práticas participativas. O CONJUPAB convida a se abrir para a capacidade revolucionária dos movimentos sociobiocentrados e das culturas políticas tradicionais em buscar soluções para os problemas públicos, com/apesar/contra/para além do Estado.

Palavras-chave Experimentações democráticas sociocentradas. Experiências Públicas. Participação. Juventude Pataxó. Decolonialidade.

Abstract The participatory cycle inaugurated by the 1988 Federal Constitution paved the way for movements that believed in institutionalized action, but it proved incapable

a Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: adrianeferrarini@gmail.com

b Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. E-mail: felberg@ufs.edu.br

c Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. E-mail: valeria.giannella@csc.ufsb.edu.br

of capturing the instances and demands of vast segments of historically excluded population. In face of this, in this work, we aim to understand insurgent practices that, by not orbiting around the State, remain invisible or undertheorized in their potential for democratic expansion. This is the case of the Pataxó Youth Council of Bahia, analyzed from a militant ethnography, with due theoretical-conceptual support. Theoretically, we use decolonizing perspectives for an onto-epistemic expansion of the concept of politics, to reconstruct, on this basis, a theoretical and analytical framework centered on the category of “sociocentric democratic experimentation (SDE)”. We conclude that SDEs simultaneously create, restore and reinvent practices and knowledge of a substantively lived democracy, revealing political powers and public innovations for the decolonization of participatory practices. The CONJUPAB invites us to open ourselves to the revolutionary capacity of socio-biocentric movements and traditional political cultures to seek solutions to public problems, with/in spite of/against/beyond the State.

Keywords Sociocentric democratic experimentation. Public Experiences. Participation. Pataxó Youth. Decoloniality.

INTRODUÇÃO

O debate público e acadêmico sobre democracia tem se intensificado nos últimos anos, diante de processos de erosão progressiva do sistema democrático, tanto no Sul, quanto no Norte global (Diamond, 2015; Levitsky, Ziblatt, 2018; Sintomer, 2017). Um olhar de longo prazo revela a descontinuidade de processos e estruturas democráticas, que seguem intercalados por períodos de autoritarismo e retrocessos sociopolíticos. Em meio à tradição patrimonialista, neoclientelista e paternalista, a América Latina segue apresentando abissais desigualdades e os maiores indicadores mundiais de violência e corrupção.

O Brasil não pode ser compreendido fora desse contexto latino-americano, com sua cultura política e seus ciclos democráticos. A partir do marco da Constituição Federal de 1988, o país se destacou internacionalmente pela experimentação participacionista, mas este modelo se mostrou incapaz de captar as instâncias e reivindicações de vastas camadas de uma população tradicionalmente excluída, silenciada e invisibilizada, tampouco de ampliar significativamente a cultura democrática e de participação popular no país (Felberg, 2021; Ferrarini; Giannella, 2023). Recentemente, o desmonte sistemático das instituições participativas (IPs) brasileiras, no período de 2018 a 2022, nos empurrou a observar mobilizações e práticas sociais desenvolvidas fora da institucionalidade (Felberg, 2021; Ferrarini; Giannella, 2023), as quais receberam pouca atenção dos estudiosos de movimentos sociais, participação e democracia nos últimos anos (Oliveira, 2022; Souza, 2010).

Neste trabalho, objetivamos compreender práticas insurgentes que, ao não orbitarem em torno do Estado, se mantêm invisibilizadas ou subteorizadas em seu potencial de expansão democrática. É o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia (CONJUPAB), referente empírico deste artigo, “um espaço de participação autodeterminado pelos jovens indígenas, de resistência e autonomia, inventado em alternativa aos canais institucionalizados, de caráter não formal, livre e vivido” (Felberg; Giannella, 2020). Tratamos tais práticas como *experimentações democráticas sociocentradas (EDSs)*, autonomamente criadas e geridas a partir de epistemes contra-hegemônicas e formatos deliberativos alternativos. Teoricamente, nos valemos de dois conjuntos de contribuições. Primeiramente, referências decoloniais nos conduziram à desconstrução do cânone da democracia liberal-representativa estadocêntrica e à ampliação ontoepistêmica do conceito de política. Nesta direção, fomos guiadas por autores do Sul epistêmico (Dussel, 2006; Escobar, 2003; Mignolo, 2014; Zibechi, 2017), sendo alguns do Norte geográfico (Dewey, 2010; Castoriadis, 2013; Santos, 2009; Sintomer, 2017). Em segundo lugar, buscamos no campo de estudo denominado experimentalismo democrático e em conceitos a ele vinculados (experiência e experimento) novas categorias para análises que privilegiam a ação sociocentrada, na perspectiva do fazer coletivo voltado à transformação da realidade.

Empiricamente, observamos a experiência do CONJUPAB - enquanto prática de mobilização e participação fora dos modelos consolidados - por meio de uma etnografia militante (Felberg, 2023) na condição de pesquisa engajada/implicada como método, e a “participação observante” (Albert, 1997) como principal procedimento de produção de dados sobre o caso. Essa antropologia engajada, de função acadêmica e política, emerge num contexto social e político de protagonismo indígena, em que, a partir da década de 1970, esses povos começam a se organizar em torno de projetos de autodeterminação, reivindicando autonomia e lugar ativo na história e na política.

PARA ALÉM DO CÂNONE DEMOCRÁTICO

Apesar de a democracia ser o sistema de governo mais aceito e adotado ao redor do mundo, presenciamos o fortalecimento de uma tendência desdemocratizadora, inclusive em países considerados de democracia consolidada (Diamond, 2015; Levitsky, Ziblatt, 2018; Sintomer, 2017). A propalada crise democrática pode ser considerada uma crise dos caminhos sociais, políticos e institucionais que vêm sendo trilhados na tarefa de colocar a democracia em ação. Aliás, em sociedades do Sul global, pairam questões ainda maiores: Vivemos num Estado democrático?

E, se sim, de que democracia estamos falando? Sabemos que o ideário liberal-elitista corresponde a uma prática democrática apenas formal, que permite o uso do adjetivo “democrático” mesmo diante da persistência do fenômeno da exclusão radical de amplas camadas da população do acesso a direitos básicos, à autodeterminação e à voz (Ferrarini, Giannella, 2023). Trata-se da conhecida tensão entre capitalismo e democracia (Dagnino, 2004; Santos, 2009). No Brasil, a participação institucionalizada foi uma aposta para a ampliação de repertórios democráticos e para amenizar os impactos negativos do capitalismo; ela legou avanços inquestionáveis, incorporando reivindicações e pautas da sociedade na agenda estatal. Contudo, esse tipo de participação incorreu em limites, analisados por uma extensa literatura que apontou, dentre outros, a persistência de padrões autoritários e patrimonialistas, burocracia autorreferenciada e dispositivos elitistas para cidadãos com boa escolaridade (Dagnino, 2004; Dagnino, Tatagiba, 2007; Avritzer, 2011; Cunha, et al., 2011; Brasil, 2012; Gaspardo, 2018; Giannella, 2018). Diante destas reflexões, é adequado considerar a democracia como um conceito em disputa (Giannella, 2020). O ponto central desta disputa se situa na cisão entre duas noções: democracia liberal-elitista, formal e de baixa intensidade ou democracia participativa, substantiva e de alta intensidade.

É desde perspectivas epistêmicas do Sul, decoloniais e pós-coloniais, que buscamos refletir dilemas democráticos persistentes no continente latino-americano. Nos apoiamos no equatoriano Patricio Arias (2010) para sintetizarmos nossa compreensão sobre a relação colonialidade, decolonialidade e poder. Para Arias (2010, p. 5), “o epistemocentrismo hegemônico logra o controle absoluto da vida, do político, do econômico, da natureza, da espiritualidade e da cultura (...) com o fim de controlar os saberes, subjetividades, imaginários e corpos, assim como os afetos”. A dimensão epistêmica da questão social e do poder se manteve historicamente invisibilizada ou subteorizada em análises políticas e sociológicas. Quando miramos esta dimensão, percebemos que, mesmo nas IPs e em governos progressistas, a colonialidade do saber subjaz, à raiz das concepções, procedimentos e dinâmicas que afastam - ou não acolhem - a alteridade de sujeitos. Notadamente no Brasil, o período de desmonte operado entre 2019 e 2022 agudizou este processo, ao mesmo tempo em que fomentou ou ampliou formas de resistência. Por um lado, aumentou o compromisso pela defesa de conquistas democráticas, por outro, novos e velhos movimentos – entre os quais os indígenas que emergiram desde a virada de século – intensificaram processos de experimentação de formas outras de exercício da democracia *para além* do Estado (Oliveira, 2022).

Tais experimentações emergem desde comunidades e experiências autóctones da América Latina, passando pelas distintas gerações de movimentos sociais e chegando até formas contemporâneas de ativismo social. No entanto, enfrentamos o pré-conceito de que tais experimentações são relevantes apenas *se e quando* interagem com o Estado, sendo este o ator central de um fazer político que só pode ser institucionalizado e formalizado (Zibechi, 2007; Oliveira, Ferrarini, Dowbor, 2023). O ponto central do argumento dos autores do Sul epistêmico consiste em recuperar o que foi invisibilizado, possibilitando que outros modos de conhecer, ser, viver, produzir e conviver de comunidades tradicionais, ancestrais e populares possam ser acessados e credíveis (Santos, 2003), além de se constituir como exemplos de outras formas possíveis de convivência política.

A desconstrução da monocultura do poder (Santos, 2003; Oliveira, Ferrarini, Dowbor, 2023) permite o reconhecimento de formas do “fazer político” para além do cânones da democracia moderna, nos conduzindo à ampliação ontológica e epistêmica do conceito de política. Em comum às noções que convergem entre si e consubstanciam uma concepção de política descolonizada e ampliada, identificamos cinco elementos, indissociáveis na prática, mas que, quando separados didaticamente, contribuem para o enriquecimento e pluralização de análises de práticas políticas e experiências democráticas em sua diversidade.

O primeiro elemento é a comunidade como centro do fazer político. No âmbito da modernidade globalizada, a comunidade foi o princípio de regulação social negligenciado em função da hipertrofia do Estado e do mercado. Em alternativa, não se nega o Estado, mas se contrasta a ideia do Estado como centro da política, reconhecendo processos assembleístas de cunho comunitário como potencialmente mais democráticos que os processos da democracia representativa (Acosta, 2006). Além de Acosta, muitos autores do Sul epistêmico têm contribuído para a compreensão do sociocentramento da prática política (Dussel, 2006; Zibechi, 2007; Castoriadis, 2013).

O segundo elemento é o caráter de cotidianidade desse fazer político, que se dá “nas múltiplas esferas da vida, das experiências lúcidas, festivas, estéticas, que acontecem em meio aos labores e ao desfrute de todos os dias” (Echeverría, 1998, p. 78).

O terceiro elemento se refere à alteridade, uma marca não apenas do fazer político, mas própria do social (Castoriadis, 2008) e da condição humana, que nos leva à discussão da diferença, do conflito e da interdependência na organização da vida em comum (Dussel, 2006; Oliveira, Ferrarini, Dowbor, 2023).

Em quarto lugar, identificamos a integralidade deste fazer político no cotidiano, que se refere à não separatividade entre corpo, emoção e mente, como forma de superação do racionalismo cognitivo que demarca o epistemocentrismo hegemônico. A política é produzida também através de gramáticas artísticas, lúdicas, afetivas etc. (Giannella, Batista, 2013; Ferrarini, 2016).

A quinta e última característica diz respeito à presença de formas autogeridas de vida (Oliveira, Felberg, Dowbor, 2023) que reconciliam a política, economia e cultura como dimensões da vida que foram apartadas pela tríade modernidade-capitalismo-colonialismo (Castoriadis, 2013; Dussel, 2006; Polanyi, 1980).

A ampliação ontoepistêmica do conceito de política descortina a atual efervescência de práticas participativas ao redor do mundo e no país. Assim, nesta pesquisa, nos interessam as práticas sociocentradas, autonomamente criadas e geridas, em sua grande variedade e suas diferentes gramáticas, aqui abordadas como condições para a experimentação democrática.

EXPERIMENTALISMO DEMOCRÁTICO

O experimentalismo democrático é um campo de estudos diversificado que vem analisando a “democracia real” na intenção de explorar possíveis alternativas ao desempenho, geralmente considerado decepcionante e imperfeito, deste sistema de governo (Dorf, Sabel, 1998; Ansell, 2011). A noção de experimentalismo democrático funciona como um “guarda-chuva” sob o qual se encontram propostas teóricas e práticas com diferentes nuances. Adiante, diferenciamos cada uma delas no sentido de marcar nossa posição e a escolha por uma delas, para assim destacar sua efetiva contribuição. Sintetizamos a diversidade acima mencionada sob a forma de três vertentes, a saber: uma primeira ligada à dimensão institucional da democracia e às perspectivas de reforma da estrutura constitucional da política e do Estado (Dorf, Sabel, 1998; Unger, 2011; Gaspardo, 2018). Uma segunda vertente centra-se nas práticas de “*problem solving*”, no domínio da governança democrática, uma tendência associada às múltiplas e possivelmente contraditórias abordagens teóricas que sustentam o próprio “*problem solving*” (Dorf, Sabel, 1998; Ansell, 2011). As duas vertentes anteriores têm mantido uma visão de centralidade do Estado no que se considera possível experimentar, mesmo preconizando a necessária ampliação dos processos de governo (nos termos da governança democrática). A nossa proposta se desloca com relação a esta centralidade, propondo uma ampliação do cânone político, nas formas expostas no tópico anterior. Ela permite reconhecer as práticas sociocentradas como experimentações com poten-

cial de ampliar o alcance da nossa democracia imperfeita e construir um elo entre a noção de experimentação democrática e o que “está fora e para além do centro”.

Nesse propósito se insere uma terceira vertente do *Experimentalismo*, cuja raiz podemos encontrar em John Dewey (1927; 1979) e, nomeadamente, na visão que ele tem dos cidadãos como investigadores coletivos e de suas práticas como processos investigativos e de aprendizagem que materializam uma visão da “democracia como forma de vida”. Esta visão coaduna com o interesse atual de ampliarmos os cânones do fazer político e do significado da participação democrática. Na literatura recente das ciências sociais brasileiras encontramos algumas referências a experimentações democráticas de tipo sociocentrado (Moraes, Parra, 2020; Magalhães et al, 2020; Oliveira, 2022), onde aparece, incipiente, um referencial teórico alternativo ao que ainda orienta a reflexão atual sobre experimentalismo. Reflexão ainda, marcadamente oriunda do Norte global, mesmo existindo em seu seio contribuições de autores pertencentes ao Norte geográfico, mas que integram o Sul epistêmico¹. A tarefa de consolidar um referencial teórico alternativo, capaz de amparar a compreensão de práticas sociocentradas insurgentes, enquanto experimentações democráticas, está à nossa frente como um dos seguimentos desta pesquisa. No entanto, neste momento, a nossa contribuição vai para uma direção preliminar e complementar; trata-se da retomada da base teórica implícita no conceito de experimento - como raiz incontestável do campo do experimentalismo democrático - e, em contraponto, um aprofundamento do conceito de experiência, explorando quais contribuições esse último nos permite trazer à análise do experimentalismo democrático como prática sociocentrada. Finalmente, nos perguntamos *se e como* os dois conceitos podem dialogar e enriquecer a nossa bagagem analítica, mesmo oriundos de matrizes paradigmáticas distintas.

Christopher Ansell (2012), importante expoente do experimentalismo democrático, pondera sobre o uso frequentemente irrefletido do conceito de experimento, empregado mais em sentido metafórico (conotativo) do que assumindo a carga paradigmática que ele carrega (uso denotativo). O conceito de experimento, com sua pretensão de separabilidade de dado fenômeno do seu contexto, replicabilidade, controle sobre fatores pré-determinados e capacidade de verificação de hipóteses, ilustra características típicas do modelo de ciência positivista. Ansell (2012) admite, após uma indagação extensa, que este conceito guarda rastros típicos do paradigma originário, mesmo nas vertentes que reconhecem como impossível se conduzir

1 A exemplo do próprio Dewey ou de Cornelius Castoriadis, que nos brindam com contribuições importantes sobre os conceitos de democracia, experimento, experiência e autonomia.

experimentos (em sentido denotativo) no mundo real, mantendo total controle sobre todos os fatores envolvidos e com a possibilidade de verificar o alcance de hipóteses. Na leitura do autor, a abordagem pragmatista e, especialmente, a proposta de John Dewey, é a mais adequada para transitar o conceito de experimento do laboratório à arena política: desinteressada às dimensões do controle e da verificação, enfatiza uma atitude de permanente abertura à investigação cooperativa e aprendizagem social. A leitura de Ansell (2012) é interessante para quem quiser aprofundar esta análise sobre a carga paradigmática do “experimento”. Quanto a nós, focamos agora no conceito de “*experiência*”, para considerar a sua contribuição para uma compreensão diferente de experimentalismo.

Nos aproximamos, com este conceito, de posições paradigmáticas bem distintas do positivismo. Definida como algo que nos acontece e afeta, a experiência é reconhecida, a princípio, como marcadamente subjetiva (Bondía, 2002). Foi foco de atenção de muitos autores e disciplinas, desde a filosofia, psicologia e pedagogia europeia do século passado, na qual autores quais Dilthey, Nietzsche, Benjamin e Vygotsky trouxeram ricas contribuições. Na abordagem de cunho pragmatista desponta, mais uma vez, John Dewey (1979) como figura antecipadora e poliedrica. Na visão dele, a democracia é “forma de vida” e se entrelaça à educação. Mas é no livro *Arte como Experiência* (2010), que Dewey propõe a “experiência estética” como aquela em que um sujeito vivencia uma total integração entre o perceptível, o mental e o emocional. Ele fala da “qualidade estética da experiência”, que não indica algo ligado ao mundo das artes: a experiência é estética porque nela se verifica a integralidade. Falando, por exemplo, do ofício intelectual, Dewey escreve: “Nenhum pensador pode exercer sua ocupação, a menos que seja atraído e recompensado por *experiências integrais*, totais, que valham a pena intrinsecamente” (2010, p. 112, grifos nossos). Sumarizando a proposição do Dewey, Giannella (2023, p. 8) complementa: “Nessa situação em que meios e fim – autodeterminados e autogerenciados – não se separam e onde o conhecimento passa pelo corpo e pelas emoções, acontece, conforme Dewey, a experiência singular e plena, a qual alcança a sua original dimensão estética”.

A proposição de Dewey sobre experiência dialoga perfeitamente com a forma como o pensamento latino-americano busca reintegrar dicotomias separadas pela ciência positivista: corpo-mente, emoção-razão, matéria-espiritualidade.... (Fals Borda, 2012; Giannella, Batista, 2013; Escobar, 2014, dentre outros). A ideia de reconectar o que foi considerado apartado e antagônico (o sentir e o pensar) é pertinente à construção de fundamentos alternativos e inclusivos da multiplicidade e das diferenças dos sujeitos, em sua complexidade tramaada por vivências

corporalizadas, culturas, saberes e cosmovisões historicamente marginalizadas. O passo a mais que damos recentemente (Peres, 2020; Giannella, Martins, 2020; Giannella, 2023) é na direção de atribuir à experiência, tradicionalmente referida a uma dimensão individual, o qualificativo de “pública”. É o experienciar individual compartilhado no coletivo, com as complexidades e nuances que este agrega, que é capaz de gerar o valor público da experiência, isto é, sua capacidade de representar e materializar formas relacionais e políticas alternativas às dominantes. Ou seja, mesmo reconhecendo a incontornabilidade da dimensão subjetiva e psicológica da experiência, não é essa (a da psicologia) a lente que nós usamos para ler e interpretar ela. O que nos interessa é a possibilidade de produzir uma indagação sobre a regeneração e inovação da participação contemporânea onde se reconheça o papel fundante da experiência, isto é, da presença integral dos sujeitos, com seus corpos, cores, tendências sexuais, espiritualidades, culturas, racionalidades, interesses etc., sem pretender neutralizá-la e esterilizá-la.

A imbricação entre dimensões que a tradição ocidental de pensamento costuma separar, considerada uma marca abertamente contracolonial, nos conecta também com a discussão que Melo (2021) e, mais ainda, Perlatto (2015), realizam a partir do conceito de contrapúblicos subalternos (Fraser, 1997). Eles afirmam que, no Brasil, as formas desses contrapúblicos construírem os seus argumentos, críticos ao discurso dominante, se distanciaram dos padrões europeus, não adotando necessariamente padrões “críticos racionais”. Diversamente, “assumiram, mecanismos mais “expressivistas”, carnavalescos e lúdicos, muito mais ancorados na emoção, nos sentimentos, no humor, na ironia e na paródia do que nas palavras de ordem prontas e bem formuladas” (Perlatto, 2015, p. 140). Neste sentido, corroboram nosso argumento de que a presença das dimensões integrais e estéticas da experiência pública é crucial para a ampliação do nosso projeto inconcluso de democracia e para ultrapassar as marcas colonialistas que ainda afetam as práticas participacionistas no Brasil e alhures (Perlatto, 2015).

Voltando ao esforço de identificação e delimitação de campos empíricos de pesquisa, buscamos contornar o conceito de “experiências públicas” destacando características transversais que possam ser balizadoras, quais sejam: 1) são radicalmente sociocêntricas; 2) exploram alternativas às formas de convivência dominantes, identificando problemas e possíveis soluções através da criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos (Moraes, Parra, 2020); 3) afirmam a não separatividade e interconexão entre corpo e mente, teoria e prática, projeto utópico e prática política do presente; 4) negam o Estado como centro necessário da

ação política o que permite a declinação das ações “com o Estado”, “apesar” do Estado e “contra” o Estado (Souza, 2010) - ou ainda “para além do Estado (Oliveira, 2022).

Para finalizar esta parte, enfatizamos a ideia de que a presença integral dos sujeitos, junto à afirmação da sua autonomia no autogerenciamento de fins e meios, são marcas caracterizadoras de experiências públicas com potencial de constituir experimentos democráticos inovadores (Giannella, 2023). Neste intuito, apontamos em que base é teoricamente consistente aproximar a reflexão sobre experiência pública, como cerne de uma renovação do fazer político, com a noção de experimento e experimentalismo. Reconhecemos a origem paradigmaticamente distinta dos dois conceitos. Ao mesmo tempo, reconhecemos que o conceito de experimento, enquanto ricamente evocativo, pode ser e tem sido variamente entendido e ressignificado. Em particular, recorrendo mais uma vez à abordagem pragmatista, apontamos o experimento em sua dimensão de abertura à ocorrência da aprendizagem, oportunidade de exploração de um contexto diante de uma situação reconhecida como problemática. Quando um sujeito coletivo assume controle do ciclo que vai do problema à reflexão à deliberação, que pode levar à uma redefinição do problema, ocorre aprendizagem e, conforme Ansell (2011), se manifesta o experimentalismo. Nesse sentido, o pragmatismo se afasta de uma visão positivista de experimento ao enfatizar o seu caráter provisório, probatório, criativo e construído em conjunto. De acordo com o conceito em construção nesta pesquisa e com a observação do CONJUPAB, tratamos de experimentos que ocorrem no mundo real e levam em conta os públicos como experimentadores, como sujeitos integrais da “investigação pública”, sem a necessidade de intervenção de autoridade exterior (Ansell, 2012; Magalhães et al, 2020). São processos políticos, investigativos e de aprendizagem protagonizados por sujeitos que carregam orgulhosamente suas experiências públicas como bagagem inegociável. Entendemos que, nesta vertente, a noção de experimentação democrática é qualificada pela noção de experiência pública, mas agrega a ela a ideia do possível aprimoramento, eventual sistematização e vontade de re-aplicação. Ou seja, a experiência pública passaria a ser uma experimentação democrática quando surge o desejo de seguir vivendo e aprimorando, ou “vivê-la de novo”, entender como ela se deu e sistematizá-la com vistas à sua reaplicação – nunca replicação – a partir das características de cada contexto e sujeitos, possibilitando avaliações e aprimoramentos na sua continuidade e podendo até mesmo vir a constituir conteúdos e agendas para políticas públicas. A ideia de laboratório do comum ou laboratório cidadão (Moraes, Parra, 2020), aliado à perspectiva de ciência aberta, contribuem para este conceito de

experimentações democráticas, no qual diferentes sujeitos e práticas são produtores legítimos de conhecimento e de soluções para problemas sociais.

CONSELHO DA JUVENTUDE PATAXÓ DA BAHIA: UM CASO DE EXPERIMENTAÇÃO DEMOCRÁTICA SOCIOCENTRADA

De acordo com De Mário (2018) reconhecemos três grandes estações da participação política no Brasil, para além da lógica eleitoral: desde o grande fermento, entre a década de 1970 e a instituição da Constituição Federal de 1988, com o surgimento de novos arranjos participativos; a partir da eleição de Lula como presidente da República (2002), com forte impulso para a sua institucionalização; e por fim, a estação dos protestos e a redescoberta da força da ação nas ruas, a partir das manifestações de junho de 2013. A juventude foi um dos segmentos sociais que protagonizou a cena política nessa última fase, sem desconsiderar a emergência de grupos populares de direita. Para Novaes et al. (2006), esse protagonismo não se dá por acaso, mas pelo fato deste segmento ser o mais vulnerável na atualidade, marcado pela falta de perspectivas de futuro.

Ao mesmo tempo, nessa trama sociopolítica, destaca-se o protagonismo dos povos indígenas, reforçando sua “atorialidade” na história, transcendendo uma ideia equivocada de passividade política, em decorrência do seu apagamento e invisibilização nas narrativas oficiais. O fato é que os povos indígenas sempre estiveram aqui e sempre resistiram. Primeiro, bravamente contra a invasão europeia e, hoje, lutando por reconhecimento, direitos e autodeterminação, seja em governos progressistas ou conservadores.

Considerando essa interseccionalidade (jovens e indígenas), o CONJUPAB é uma experiência que vem realizando, desde 2015, de forma autônoma e não-institucionalizada, um importante trabalho de base na busca por soluções para problemas públicos que afetam os povos indígenas, com/apesar/contra/para além do Estado.

Sob as lentes de uma etnografia militante, conduzida nas encruzilhadas de investigação-ação de um pesquisador-ativista-sujeito (Felberg, 2023), essa experiência indígena foi observada no seu florescer cotidiano, acompanhando e participando de cada passo da trajetória da juventude pataxó na sua busca por autodeterminação, desde as primeiras rodas de conversa, reuniões com parceiros/aliados, oficinas e acampamentos, que envolviam dezenas de jovens de mais de 40 aldeias Pataxó do Sul e do extremo Sul da Bahia; num movimento insurgente de invenção de um espaço de participação alternativo àqueles operados sob a lógica estatal, alheio às formalidades, livre e vivido (Felberg, Giannella, 2020, p.

275), caracterizado como um espaço “de partilha de crenças e valores coletivos, de empoderamento social e conquista da autonomia, de construção do *bien viver* e de descolonização”.

A abordagem militante na etnografia oportuniza, ao/à pesquisador/a, olhar e vivenciar a pesquisa sob diferentes perspectivas: primeiro, enquanto sujeito, consciente de seu lugar e papel no processo de coconstrução de soluções inovadoras para problemas públicos; segundo, enquanto pesquisador, conduzindo uma “participação observante” cautelosa e crítica, buscando identificar e respeitar os limites tênues que separam os papéis de pesquisador, ativista e sujeito (sem renunciá-los), numa constante “vigilância epistemológica” (Bourdieu, 1999); e terceiro, enquanto ativista/militante, convicto do seu compromisso com os sujeitos e seus dilemas sociais, em entregar não apenas um estudo, mas um instrumento que possa servir de orientação de luta e resistência política (Felberg, 2023).

O CONJUPAB é uma instância independente criada pela juventude Pataxó do Sul da Bahia, que começa a se desenhar a partir de 2012, vindo a “ganhar corpo” em 2015, durante a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A instância se formou com duplo objetivo: 1. promover a participação do/a jovem pataxó na elaboração de políticas públicas específicas, não sem reivindicar um lugar de fala e voto dentro dos dispositivos da participação institucionalizada, partindo do pressuposto da imprescindibilidade da presença física dos grupos excluídos nos espaços de decisão; e 2. lutar pelo reconhecimento e autodeterminação - dentro e fora do movimento indígena – a fim de viabilizar a interlocução direta com organizações públicas e privadas nas três esferas de governo. A dinâmica de persecução desses objetivos está detalhada em Felberg (2021), não cabendo diretamente no escopo deste artigo.

A trajetória de desenvolvimento do CONJUPAB é marcada pelo protagonismo juvenil indígena, livre adesão e participação, comunidade como centro, respeito aos mais velhos/as, capacidade de autodeterminação e articulação de parceiros, e valorização de percursos formativos livres e orgânicos para darem sustentação ao movimento indígena. Sua história começa com a participação da juventude Pataxó no VI Seminário Cultural dos Jovens Indígenas do Regional Leste, organizado pela juventude Tupinambá em 2012. Junto aos Pataxó Hã-hã-hãe, esses três povos em movimento protagonizam a luta indígena no Sul da Bahia, trocando e aprendendo uns com os outros. Sob o tema “Jovens indígenas nas lutas de seus povos, construindo o bem viver”, o seminário acendeu nos Pataxó o desejo de reaplicar a iniciativa dos “pais” de se organizarem, social e politicamente.

Três anos depois, em junho de 2015, os/as jovens Pataxó participaram da etapa regional da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Foi durante a conferência que eles/as reivindicaram um espaço próprio para debater as questões da juventude, nascendo dali a ideia de criação do CONJUPAB, “não para trabalhar à frente dos anciãos, mas para andar do lado, para poder apoiá-los nos processos de luta”. Destaca-se, aqui, a criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos para dialogar com o Estado, mas com a preocupação de respeito aos mais velhos e à hierarquia típica da tradicionalidade indígena.

No ano seguinte avançaram em seu processo de mobilização juvenil, com a realização do *I Encontro Territorial da Juventude Pataxó (ETJP) da Bahia: pelo protagonismo, participação social e autonomia dos Jovens Pataxó*, realizado na Aldeia Barra Velha, Município de Porto Seguro (BA). O evento teve por objetivo promover meios ao Jovem Pataxó que permitam a sua mobilização e da sua comunidade, visando ao alcance da sua autonomia, por meio de estruturada formação sociopolítica. O I ETJP/BA reuniu mais de 300 jovens indígenas, divididos em oito eixos temáticos de debate e aprendizagem coletiva: formação social, direitos territoriais, saúde, educação, cultura, trabalho, políticas públicas e participação.



Figura 1. I Encontro da Juventude Pataxó da Bahia. Fonte: Felberg, 2021.

O primeiro encontro da juventude Pataxó foi um marco importante na história do CONJUPAB, evidenciando a vontade dos/das jovens em afirmar sua identidade, étnica e geracional, e demarcar espaço dentro do movimento indígena e fora dele. Desse encontro, destacamos as propostas associadas à ampliação da participação indígena nas políticas públicas e às condições requeridas para tal. Os/as jovens

indicaram como ações voltadas ao fortalecimento de políticas públicas nas comunidades: a) participação de um jovem indígena em cada conselho municipal de políticas públicas; b) incentivo aos jovens acadêmicos a darem retorno de ação social para suas comunidades e; c) incentivo à participação dos jovens nas várias esferas do governo (legislativo/executivo/judiciário). Em Felberg e Giannella (2019) é descrita a “tortuosa inserção dos povos indígenas na participação institucionalizada”, apesar da criação de todo um arcabouço institucional-legal para garantir a ateriorialidade indígena, mostrando o quanto a cidadania está longe de se restringir a um conjunto de leis protetivas.

A juventude Pataxó também entendeu que essa inserção nos espaços institucionalizados requer, por sua vez, a formação sociopolítica e capacitação de novos líderes e aperfeiçoamento dos já atuantes, o que passa pela: a) realização de encontros periódicos das jovens lideranças para a construção de pautas a serem discutidas, e que façam parte do processo de formação da juventude e; b) realização de curso sobre legislação indígena para os jovens das aldeias, uma vez que a disciplina não consta no currículo das escolas. Destacamos a formação sociopolítica da juventude como condição para a construção de uma nova cidadania, no intuito de sustentar os direitos até aqui conquistados. Trata-se da busca por um laço constitutivo entre cultura, educação e política; do processo de reconhecimento e assunção dos cidadãos como sujeitos sociais ativos, constituindo-se como seres políticos na luta permanente por direitos (Dagnino, 2004). Esse papel pedagógico da participação implica numa constante qualificação dos cidadãos para que aprimorem suas capacidades de julgamento e ação na arena democrática, o que Gaspardo (2018) classifica como um dos quatro pilares fundantes da democracia participativa. Na avaliação do jovem Kāhu Pataxó, à época, líder do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da BA, “a gente ainda tem muito a se qualificar para ter condições de fazer uma disputa por igualdade”. [...] precisa de formação para ocupar esses espaços deliberativos” (*apud* Felberg, Giannella, 2020, p. 269). Ressai a importância do investimento em formação sociopolítica não somente para participar nas bases da racionalidade que impera nas IPs, mas para ampliar suas competências de crítica a essa, e de proposição de rotas alternativas de coprodução de políticas públicas, mais horizontalizadas e inclusivas. Daí se assenta a invenção de repertórios de participação baseados em outras lógicas e saberes, traduzidos em formas organizativas e enquadramentos identitários que deem conta de potencializar suas vozes.

Após três anos do primeiro encontro, foi realizado em fevereiro de 2019 o *I Acampamento da Juventude Pataxó da Bahia*, na Reserva Pataxó da Jaqueira. Os

jovens e lideranças Pataxó traçaram metas e objetivos para o movimento indígena da região Sul da Bahia, destacando, sobretudo, o papel da Juventude Pataxó frente ao atual quadro de violência contra os povos originários do Brasil, por ação deliberada de um Estado que ignora seu papel constitucional de protegê-los.

Na abertura do evento, o espaço de fala foi dado aos “mais velhos”, o que expressa o valor e lugar da tradição na cultura política Pataxó. Syratã Pataxó, chefe indígena anfitrião do encontro e um dos caciques mais jovens do país, destacou que a juventude é convocada a dar continuidade à jornada dos anciões, como reconhecimento por toda a história de luta dos mais velhos, dedicada à conquista do território e de todas as políticas públicas para o povo Pataxó e que estão sob constante ataque e ameaça. Outras lideranças destacaram que, se hoje o povo Pataxó tem uma terra para pisar e chamar de território, é porque os anciões lutaram para conquistar. Da mesma forma, Raony Pataxó, líder da Aldeia Barra Velha, reforça a importância de se aprender com os mais velhos/as (valorizando saberes ancestrais) e de exercitar a humildade na fala: “Os velhos são como livros sagrados.” Para ele, a juventude precisa se empoderar, o que requer dedicação e compromisso com a identidade e a cultura. Os relatos dos mais velhos evidenciam a importância do exercício de olhar para si, para dentro do próprio movimento indígena e suas bases, como forma de valorizar e reconhecer suas organizações e personagens, assim como suas dinâmicas e manifestações, valorizando a importância de participar de mobilizações populares, intercâmbios, festividades, marchas etc.

No ano seguinte, sabedores de que a luta e enfrentamento indígena deve se dar em nível mais estratégico, os membros do CONJUPAB se reuniram na Aldeia Bugigão, TI Barra Velha, para refletirem sobre as rotas de atuação do conselho, materializadas num plano de ação de médio prazo.



Figura 2. Encontro do CONJUPAB na Aldeia Bugigão – TI Barra Velha. Fonte: Felberg, 2021.

O plano é um mosaico de estratégias elaboradas pela juventude para dar conta dos objetivos do CONJUPAB, no sentido de “seguir vivendo e aprimorando” seus processos. Ao analisar o plano, observamos que: 1- A maturação do conselho passa, primeiramente, por sua legitimação dentro do próprio Povo Pataxó, devendo ser conhecido e reconhecido pelas lideranças, anciões, jovens e por outras organizações de base comunitária, integrando-se a essas; 2- O conselho se fortalece à medida que valoriza os processos de afirmação identitária dentro dos territórios, participando ativamente das festividades tradicionais; 3- A luta indígena não pode ser levada de maneira isolada (política e geograficamente), mas empreendida num processo de integração e de convergência com a luta de outros povos que compartilham dos mesmos dilemas, por isso a importância de apoiar e participar de intercâmbios e mobilizações coletivas; 4- É preciso ocupar os espaços institucionalizados de poder, sejam as instâncias participativas, as câmaras legislativas, bem como as estruturas administrativas dos governos, em seus três níveis; 5- As ações coletivas exigem não só a disponibilidade de pessoas, mas, sobretudo, de capital financeiro, por isso a necessidade de mobilizar parceiros e recursos para viabilizar a luta.

Sob a lógica dos povos em movimento, os/as jovens anunciam a ideia de que a pressão pela efetividade de direitos por si só não garante a construção de um novo projeto de sociabilidade e de mundo; esse depende de suas capacidades de inovação social, autodeterminação e ruptura, de fortalecimento de suas instituições e processos de diálogo, consulta e deliberação. Para tanto, procuram recorrer a múltiplas trincheiras de ação e participação: resistindo por dentro das instituições

governamentais nos três poderes e esferas; ocupando as IPs, as quais têm negado a esses povos o direito à participação/expressão; tonificando suas instâncias de diálogo, consulta e deliberação, e defendendo e promovendo as suas próprias formas organizativas; e, por fim, aglutinando estratégias de mobilização popular para consolidação de uma frente unificada de luta (Felberg, 2021).

O CONJUPAB se firma no papel de somar esforços ao movimento indígena, integrando-se a esse, utilizando o seu vigor para a manutenção de uma resistência firme, unificada e articulada, com o objetivo de ampliar e reinventar os canais de diálogo e escuta indígena para efetivação de demandas em grande medida relacionadas à efetivação de direitos sociais básicos, direito à terra/território e sua autogestão; coparticipação na execução da política indigenista e em seus órgãos operadores; e autodeterminação social e política.

A execução do plano teve de ser adiada pela pandemia de Covid-19 que assolou o país e o mundo desde o início de 2020, assim como as eleições municipais que interferiram nas dinâmicas comunitárias, agravando crises e conflitos já existentes. Nesse período, testemunhamos todo o esforço empreendido pelos jovens Pataxó em ações humanitárias de enfrentamento à Covid-19 e mitigação de seus impactos. Passada a pandemia, o CONJUPAB realizou mais dois encontros oficiais: em novembro de 2023 e em julho de 2024, evidenciando uma capacidade de manutenção de um calendário predefinido de conferências que muitas IPs convencionais teriam dificuldades em realizar. Da organização desses eventos, destacamos: a) a capacidade de mobilização de parceiros e recursos, demonstrando o potencial de diálogo e articulação política da juventude indígena, independente da institucionalidade; b) a valorização dos saberes dos próprios jovens em seus percursos formativos sobre direito indígena, inserção no ensino superior, revitalização da língua Pataxó, resgate das brincadeiras tradicionais, expressão cultural e luta política e; c) a mobilização e engajamento de mais jovens ao movimento, como estratégia de renovar as lutas e consolidar o conselho e sua missão.

REFLEXÕES FINAIS

A desconstrução da referência canônica da democracia representativa liberal como sinônimo de política e do Estado como seu centro, forjada por estruturas classificatórias colonialistas e capitalistas, nos conduziu à ampliação ontoepistêmica do conceito de política como prática produzida no cotidiano por meio de experiências integrais da vida em comunidade. Frente à arrogância e fracasso dos projetos emancipatórios da modernidade empreendidos pelo Estado e mercado, a busca pela valorização de experiências públicas diversas e plurais como elemento

fundamental de transformação social e de produção de conhecimento, nos aproximou do experimentalismo democrático, em sua versão sociocentrada, e do conjunto de conceitos e noções que orbita em torno dele. Experimentações democráticas produzidas fora dos padrões consolidados da institucionalidade constroem, cotidianamente, o acesso a direitos historicamente negados, experiências de afirmação enquanto sujeitos políticos autônomos que carregam culturas e preservam perspectivas de vida própria, produzindo, no geral, uma ampliação da cidadania real, profundamente negada pela nossa democracia inconclusa. Nesse sentido, o caso que aqui trouxemos se demonstra altamente exemplar do potencial inovador que existe fora da institucionalidade, em espaços frequentemente desconsiderados pela análise política de quem busca a radicalização da democracia.

O CONJUPAB, além de se revelar como uma experimentação democrática sociocentrada, aporta novos elementos às características já tão valorosas de um fazer político ampliado por duas razões principais: pela singularidade e riqueza da cultura indígena e por não negar as formas institucionalizadas; ao contrário, opta por se definir como Conselho e por disputar espaços e políticas, os reinventando desde seus saberes, valores e práticas.

O CONJUPAB, ao se constituir como alternativa - e em complementaridade - aos espaços institucionalizados de participação, nos provoca a refletir sobre o potencial de descolonização das práticas participativas. Se o ideal originário dos conselhos (e de outras IPs), expresso em sua natureza consultiva e deliberativa e na radicalização da democracia (Felberg, Giannella, 2020), não tem cumprido sua finalidade de garantia e acesso real à voz dos excluídos no fazer das políticas públicas, o que podemos aprender com a experiência do CONJUPAB?

Dentre tantas aprendizagens valiosas, destacamos, em primeiro lugar, a indissociabilidade entre o atendimento de demandas locais e o fortalecimento de identidades, visão e capacidade de luta, num movimento de autocentramento comunitário. Em segundo lugar, a importância da existência de espaços livres e “inventados” (Miraftab, 2016), com a inversão de papéis entre quem determina as regras e quem as segue, em contraposição aos espaços controlados, racionalizados, marcados por processos de heteronomia e condicionados por lógicas burocráticas (Felberg, Giannella, 2020). Se as IPs não podem prescindir dessas características, poderiam flexibilizá-las a partir da coexistência desses espaços? Em terceiro lugar, a dinâmica política da aldeia, através de seus conselhos de anciões, assembleias comunitárias, dispositivos de controle social etc., que apresenta um manancial de possibilidades deliberativas que se colocam para além do cânones democráticos liberal. Em quarto lugar, a importância da juventude, pela força e capacidade

inovativa que revela quando é protagonista de experiências democráticas e por ser o futuro e a esperança em tempos tão incertos.

Por fim, entendemos que uma lente capaz de des-invisibilizar as experiências - tidas como locais, residuais e inferiores - contribui para a identificação de novas nuances e potências transformadoras presentes em velhas e novas formas de ativismo social, que podem se constituir em verdadeiros laboratórios cidadãos de participação social e inovação pública. São caminhos possíveis para uma cidadania ativa muito mais conchedora dos problemas públicos, responsável pelas soluções e capaz de propor políticas, fiscalizar, se articular e reivindicar. E estes são passos que, no mínimo, tensionam as fronteiras da institucionalidade e qualificam a relação sociedade-Estado na direção de construção de uma democracia real e substantiva, que segue indispensável e urgente.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto (2016). *O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Editora Elefante.
- ALBERT, Bruce (1997). *Ethnographic Situation and Ethnic Movements. Notes on post-Malinowskian fieldwork*. Critique of Anthropology, v. 17, n. 1, p. 53-65.
- ARIAS, Patricio G. (2010). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). *Calle 14: Revista de investigación en el campo del arte*, v. 4, n. 5, p. 80-94, jul-dez.
- ANSELL, Christopher (2011). *Pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy*. Oxford, UK: Oxford Scholarship Online.
- _____. (2012). What is democratic experiment? *Contemporary Pragmatism*, v. 9, n. 2, p. 159-180.
- AVRITZER, Leonardo (2011). “A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação”. In: PIRES, Roberto (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.
- BONDÍA, Jorge Larossa (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28. Disponível em: <https://bit.ly/3Vehpp9>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude (1999). *A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL (2012). MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Projeto de apoio. Diálogos setoriais Europa Brasil. *Relatório participação social na*

administração pública federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. [Brasília, DF].

CASTORIADIS, Cornelius (2008). *El mundo fragmentado*. La Plata: Terramar.

_____. (2013). *La institución imaginaria de la sociedad*. México: Tusquets Editores.

CUNHA, Eleonora S.; ALMEIDA, Debora C. R.; FARIA, Claudia F.; RIBEIRO, Uriella C. (2011). “Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos”. In: PIRES, Roberto (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.

DAGNINO, Evelina (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, out.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (2007). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, RS: Argos.

DE MÁRIO, Camila G.; TRINDADE, Thiago A.; TAVARES, Francisco (2018). Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Ideias*, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 7-16, jan./jun.

DEWEY, John (1927). *The Public and Its Problems*. New York: Henry Holt.

_____. (1979). *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional.

_____. (2010). *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes.

DIAMOND, Larry (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 1-20.

DORF, Michael C.; SABEL, Charles F. (1998.) *A Constitution of democratic experimentalism*. Cornell Law Faculty Publications, 120.

DUSSEL, Enrique (2006). *20 tesis de política*. México: Siglo XXI Editores.

ECHEVERRÍA, Bolívar (1998). *Valor de uso y utopía*. México: Siglo XXI Editores.

ESCOBAR, Arturo (2014). *Sentipensar com la Tierra: nuevas Lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA.

FALS-BORDA, Orlando (2012). “El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la práxis”. In: ARMANDO, Nikolás; LÓPEZ, Lorena G. (Orgs.) *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals-Borda 1a ed. - Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros.

FELBERG, Altemar (2021). Conselho da Juventude Pataxó da Bahia: uma reflexão-ação sobre democracia, participação e cidadania à luz da experiência dos povos indígenas. *Tese de doutorado*. UFSB, Porto Seguro.

_____. (2023). “Etnografia militante e povos indígenas: encruzilhadas de um pesquisador-ativista-sujeito”. In: LOSADA, Janaina Z.; LIMA, Márcio S.; COELHO,

- Lilian R.; GOÉS, Eva; SILVA, Matheus. *De valente esperança e rebeldia: ensaios para um Brasil plural*. Salvador: EDUFBA, p. 141-159.
- FELBERG, Altemar; GIANNELLA, Valéria (2019). “Pensando juventude e participação no território indígena Pataxó do sul da Bahia: uma proposta de pesquisa”. In: MORAES, Nelson R. et al. (orgs.). *Povos originários e comunidades tradicionais*, vol. 3. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 312-342.
- _____. (2020). “Conselho da Juventude Pataxó da Bahia: um espaço de participação alternativo, inventado, não formal, livre e vivido. In: CARNEIRO, Ana et al. *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: Edufba, p. 261-279.
- FERRARINI, Adriane V. (2016). Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpo, Emociones y Sociedad*, v. 21, p. 80-92.
- FERRARINI, Adriane V; Giannella, Valéria. (2023). As vozes da periferia na democratização da cidade: o 1º Congresso Popular de Educação para a Cidadania em Porto Alegre. *Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS*. Campinas, SP: ANPOCS, p. 1-17.
- GASPARDO, Murilo (2018). Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92, p. 65-88.
- GIANNELLA, Valéria (2018). Perspectivas e desafios da participação em tempos de crise democrática. *Revista Nau Social*, v. 9, n. 16, p. 91-106.
- _____. (2020). “A democracia em disputa”. In.: TORRUELLA, Joaquín B.; MARTINS, Simone; NEBOT, P. Carmem. (orgs.) *Uma nova democracia para o século XXI*. Viçosa, MG: S. Martins, p. 302-326.
- _____. (2023). “Experimentalismo democrático em tempos de crise democrática: nuances e potencial”. In: LOSADA, Janaina Z.; LIMA, Márcio S.; COELHO, Lilian R.; GOÉS, Eva; SILVA, Matheus. *De valente esperança e rebeldia: ensaios para um Brasil plural*. Salvador: EDUFBA, p. 31-50.
- _____.; BATISTA, Vanessa (2013). Metodologias integrativas: tecendo saberes e ampliando a compreensão. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social/RIGS*, v. 2, n. 3, p. 83-108. (Online).
- _____.; MARTINS, Fernanda H. (2020). “Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios”. In: CARNEIRO, Ana [et al]. *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: Edufba, p. 209-225.

- _____.; FERRARINI, Adriane V. (2023). 1º Congresso Popular de Educação para a Cidadania: metodologias integrativas para a escuta das vozes periféricas. *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS): Interdisciplinaridade, inclusão e extensão: por uma conexão de saberes entre teoria e prática*. Rio de Janeiro: Seropédica.
- HOFFMAM, Fernando (2020). Entre crise e crítica: os coletivos como novos sujeitos políticos e a reconstrução da democracia. *Disciplinarum Scientia*, v. 16, n. 2, p. 15-29.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). *How democracies die*. New York: Penguin Random House.
- MAGALHÃES, Thiago; ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela (2020). Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. *Cad. EBAPE.BR*, v. 18, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 681-696, nov.
- MIGNOLO, Walter (2014). Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Soc. Estado*, v. 29, n. 1, p. 21-44.
- MIRAFTAB, Faranak (2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, Set.-Dez.
- MORAES, Alana; PARRA, Henrique. (2020). Laboratórios do Comum: experimentações políticas de uma ciência implicada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação – SESC/SP*, n.10, p. 113-139, ago.
- NOVAES, Regina; CARA, Daniel; SILVA, Danilo; PAPA, Fernanda (orgs) (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert.
- OLIVEIRA, Gustavo M. (2022). Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. *Rev. Direito e Práx.*, v. 20, n. 10, p. 1-29.
- OLIVEIRA, Gustavo M.; FERRARINI, Adriane V.; DOWBOR, Monika W. (2023). Economía solidaria y hacer político de los movimientos sociales. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 85, n. 1, p. 9-38.
- PERES, Janaína (2020). Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. *Tese de doutorado*. Brasília: UNB.
- PLEYERS, Geoffrey (2010). *Alter-globalization. Becoming actors in the global age*. Cambridge: Polity Press.
- POLANYI, Karl. (1980). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- ROUX, Rhina (2020). “La política de los subalternos”. In: TENORIO, Gerardo Ávalos. *Redefinir lo político*. Cidade do México: UNAM, p. 229-255.

- SANTOS, Boaventura S. (Org.) (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Lisboa: Afrontamento.
- _____. (2009). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SINTOMER, Yves (2017). Condenados à pós-democracia? *Nueva Sociedad*, nº 5, p. 48-59, jun.
- SOUZA, Marcelo (2010). Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, v. 7, n. 11, p. 13–47.
- UNGER, Roberto M. (2011). A constituição do experimentalismo democrático. *Revista de Direito Administrativo*, v. 257, p. 57–72.
- ZIBECHI, Raúl (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Fondo Lima: Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM.

O Junho dos interiores: dinâmicas do protesto e experiências políticas de ativistas e militantes no interior dos estados nas Jornadas de 2013

June in the interior: protest dynamics and political experiences of activists and militants in the interior of the states during the 2013 Journeys

Luis Antonio Groppo^a, Gislene da Silva^b,
Flávia Alves de Sousa^c

Resumo Tendo como tema as Jornadas de 2013 no interior dos estados, o artigo tem como objetivo descrever e analisar as dinâmicas desse ciclo de protestos durante sua interiorização, em Junho, ao lado da massificação e ampliação das manifestações em todo o Brasil. Também, tem como objetivo conhecer o impacto da experiência de participar das Jornadas para quem foi ativista e militante nesses locais. O artigo se fundamenta na Teoria dos Processos Políticos – com as categorias de ciclo de protestos e repertórios de contestação – e na categoria de subjetivação política de J. Rancière. Como método, destacam-se entrevistas semiestruturadas com seis ativistas e militantes atuantes nas Jornadas em cinco municípios do interior de três estados do país (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Entre as conclusões, a caracterização do ciclo de protestos nos interiores como um ciclo curto – o “Junho dos interiores”, mas com elementos relevantes que caracterizam a dinâmica em alguns locais como um ciclo médio, dada a importância da latência e a continuidade dos atos após Junho. Também, a conclusão de que o Junho dos interiores foi lócus de um processo de subjetivação política que implicou, de um lado, a constituição de coletivos identitários e a renovação das organizações de esquerda nos anos seguintes, e, de outro, influências decisivas nas trajetórias de vida de ativistas e militantes.

Palavras-chave Jornadas de 2013. Interior dos estados. Ciclos de protesto. Repertórios de contestação. Subjetivação política.

a Universidade Federal de Alfena (UNIFAL). E-mail: luis.groppog@gmail.com

b Universidade Federal de Alfena (UNIFAL). E-mail: gislene.silva@sou.unifal-mg.edu.br

c Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: viaousa75@gmail.com

Abstract The article has as its theme the 2013 Journeys in the interior of the states. It aims to describe and analyze the dynamics of this cycle of protests during their expansion to the interior of the states in June, alongside the massification and expansion of demonstrations throughout Brazil. It also aims to understand the impact of the experience of participating in the Journeys for those who were activists and militants in these places. The article is based on the Theory of Political Processes – with the categories of protest cycle and repertoires of contestation – and on J. Rancière's category of political subjectivation. The method used is semi-structured interviews with six activists and militants active in the Journeys in five municipalities in the interior of three states in the country (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Among the conclusions, the characterization of the cycle of protests in the interior of the states as a short cycle – the “June of the interior”, but with relevant elements that characterize the dynamics in some places as a medium cycle, given the importance of latency and the continuity of the demonstrations after June. Also, the conclusion that June in the interior was the locus of a process of political subjectivation that implied, on the one hand, the constitution of identity collectives and the renewal of left-wing organizations in the following years, and, on the other, decisive influences on the life trajectories of activists and militants.

Keywords 2013 Journeys. Interior of the states. Protest cycles. Repertoires of protest. Political subjectivation.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo são as Jornadas de 2013 no Brasil no interior dos estados, especificamente, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O seu objetivo é compreender quais foram as dinâmicas dos protestos no interior dos estados e como ativistas e militantes experimentaram esses protestos. Especificamente, são analisadas entrevistas com seis ativistas e militantes de cinco municípios de três diferentes estados do país: São Paulo (Americana e São José dos Campos), Minas Gerais (Poços de Caldas e Alfenas) e Rio Grande do Sul (Caxias do Sul).¹

O artigo se justifica pela sua contribuição para uma melhor compreensão da complexidade do ciclo de protestos Jornadas de 2013 no Brasil, em especial quando as manifestações espalharam-se por todas as regiões do país e se interiorizaram

1 As entrevistas fazem parte da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013” que é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG, com o CAAE 54907522.1.0000.5142.

nos estados, incluindo municípios de porte médio e pequeno, durante a segunda metade do mês de junho – o que fez esse fenômeno vir a ser conhecido principalmente como “Junho de 2013”.

Em sua primeira fase, a pesquisa que deu origem a este artigo foi bibliográfica, em 2022 e 2023; ela não encontrou nenhum produto acadêmico que tivesse como foco as Jornadas no interior dos estados, o que reforça a relevância do presente artigo. Em sua segunda fase, a pesquisa entrevistou 18 pesquisadoras e pesquisadores das Jornadas, tendo encontrado alguns elementos relevantes a respeito da expansão das Jornadas durante Junho de 2013, mas ainda poucos a respeito dos protestos no interior dos estados.

Em sua terceira fase, a pesquisa entrevistou 36 pessoas, preferencialmente jovens em 2013, que foram ativistas e militantes das Jornadas, em sete diferentes estados; dessas, 6 pessoas atuaram nos protestos em municípios do interior. As entrevistas foram realizadas de junho de 2023 a março de 2024, de maneira presencial. As entrevistas foram de tipo semiestruturado e seguiram um roteiro que abrangia quatro partes: trajetória escolar; formação política; experiências nas Jornadas; e trajetória política e escolar após 2013. As pessoas entrevistadas escolheram pseudônimos, conforme projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Nas análises das entrevistas, foram selecionados trechos e feitas sínteses de passagens a partir das seguintes categorias: início do movimento; pautas; experiências nas Jornadas; e trajetória política após 2013. Como apoio à análise, foi feita uma pesquisa em portais de notícias sobre os protestos ocorridos nos cinco municípios dos interiores aqui tratados.

O texto contém cinco seções após esta introdução: na primeira, são apresentados os principais conceitos que permeiam a análise; na segunda, se apresentam as pessoas que concederam as entrevistas para este artigo; na terceira, é feita uma descrição e interpretação das Jornadas nos cinco municípios aqui abordados; na quarta, uma análise das trajetórias políticas das seis pessoas entrevistadas; as considerações finais fecham o artigo.

“JUNHO” E JORNADAS DE 2013: CICLOS E REPERTÓRIOS

Sidney Tarrow define os ciclos de protesto como decorrentes da ampliação de oportunidades políticas para grupos insurgentes e do fato de se disseminarem “informações sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado”. (2009, p. 44). Os primeiros conflitos ampliam tais oportunidades, incentivando novos movimentos a se organizar e o engajamento de pessoas comuns. Difundem-se os confrontos por efeito “contágio” mas também como resultado de decisões racio-

nais de agentes, na busca de tirar vantagens, assim como em reação à ameaça de seus interesses.

Os ciclos possuem uma fase de latência, quando se constituem as condições para a fase mais visível dos protestos. A latência, segundo Alberto Melucci (1989, p. 61), “cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem”.² Na fase de visibilidade, inicialmente, pequenos grupos se opõem à autoridade por um objetivo específico, o qual pode revelar contradições na lógica geral do próprio sistema social. Por isso, protestos iniciais podem ter sucesso em chamar a atenção de amplos setores da sociedade e até mesmo espalhar a insatisfação para outras regiões do país e inclusive motivar protestos em outros países.

As Jornadas podem ser abordadas como um ciclo de protestos, que, entretanto, parece combinar no seu interior três distintas temporalidades:

- 2013 como um “ciclo curto” durante Junho: destacam-se as manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público pelo autonomista Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP), na primeira metade de junho de 2013; também, a violenta repressão policial em 13 de junho como um divisor de águas, o que fez o movimento ganhar apoio da opinião pública, logo fazendo com que os protestos se tornassem megamanifestações – na segunda metade do mês – com a presença dos mais diversos setores da população e as pautas as mais díspares e difusas (Singer, 2013);
- 2013 como um “ciclo médio” que considera mais e melhor a latência das Jornadas, desde as mobilizações do MPL quando de sua criação em 2004, bem como a formação dos Comitês Populares da Copa (CPC) (Dowbor, Szwako, 2013); a fase visível se inicia em março de 2013, em Porto Alegre/RS, quando o Bloco de Lutas pelo Transporte Público conquista a revogação do aumento, mas ganha mais atenção ainda quando é retomado na capital paulista no início de junho, com o MPL; após a fase massiva, entretanto, o ciclo não se interrompe, destacando-se ocupações de espaços públicos no Nordeste (Ocupe o Cocó [Fortaleza/CE] e Ocupe Cais Estrelita [Recife/PE]), a continuidade dos protestos contra a Copa e greves defensivas de diversas categorias de trabalhadores, como a longa greve de docentes cariocas e a greve dos garis no Rio, em pleno Carnaval de 2014. (Braga, 2017);

2 Aqui se adota a definição de latência de Alberto Melucci (1989) que, apesar de teórico dos novos movimentos sociais, dialoga com Tarrow e destaca a dimensão das experimentações culturais e sociais entre sujeitos e organizações durante a latência, as quais ganham mais impacto durante a fase da visibilidade dos protestos.

- 2013 como parte de um ciclo “longo” de protestos, a “revolta das praças”, segundo Gerbaudo (2017); as causas mais gerais, crise econômica mundial iniciada em 2008, e a crescente crise de legitimidade dos sistemas políticos vigentes, transcendem as nações e ajudam a explicar o caráter global deste ciclo de protestos, desde a Primavera Árabe em 2011, passando por Ocupe Wall Street (Estados Unidos), Indignados (Espanha), Jornadas de 2013 no Brasil, entre outros, até o Nuit Debout na França, em 2016.

Por sua vez, a noção de repertório de contestação, também oriunda da teoria dos processos políticos, identifica um conjunto mais ou menos coerente de táticas ou formas de ação de um movimento social. Assim ela é definida por McAdam, Tarrow e Tilly: “número limitado de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação”. (2009, p. 24). Ainda, segundo Charles Tilly, o repertório de contestação se trata de:

[...] um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly apud Alonso, 2012, p. 26).

Diferente do movimento antiglobalização, a revolta das praças não se via como uma mobilização mundial contra as instituições globais do capitalismo, mas, antes, como movimentos nacionais contra suas elites locais políticas e econômicas, por isso mesmo, guiada notadamente por uma combinação entre o autonomismo oriundo da antiglobalização e uma nova versão do populismo democrático radical, dando origem ao “cidadanismo”, recriador de símbolos nacionais, mais propriamente “populares”, em prol de reformas sociais e um aprimoramento da democracia. (Gerbaudo, 2017). Entretanto, o próprio Gerbaudo (2017) foi capaz de flagrar a ambiguidade política de movimentos como o 5 Estrelas na Itália e o Nuit Debout francês, manifestações que reuniram, lado a lado, nas ruas, cartazes e discursos, pautas e palavras de ordem pertencentes a diferentes matrizes políticas, da direita à esquerda. Multidões pareciam indecisas entre diferentes repertórios de contestação, como forma de dar vazão às suas indignações.

Na análise de Pinheiro-Machado (2019), o ciclo curto de “Junho” no Brasil guardou essa característica, a de uma manifestação populista ambígua em suas conotações ideológicas. Era ainda véspera do acirramento político-ideológico, que passou a atravessar o próprio tecido social brasileiro, mais marcadamente com o início do movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015. As ruas, nos massivos protestos de Junho, ficaram marcadas também pela tensão e certa coabitacão nos espaços públicos entre diferentes repertórios de protesto, que seriam, com base em Alonso e Mische (2017): autonomismo, socialismo e patriotismo. No entender de Ortellado (2017), o “cidadanismo” nas ruas paulistanas, da primeira para a segunda metade de Junho, oscilou do autonomismo para o repertório patriota, multidões deixadas à deriva depois da decisão do MPL-SP de sair do movimento, após conquistar a revogação do aumento das tarifas.

As análises das entrevistas que realizamos com ativistas e militantes das Jornadas têm revelado que o fenômeno foi um intenso momento de subjetivação política, ou seja, permitiu para muitas pessoas a vivência da política como “desentendimento”, a saber, uma experiência de igualdade política (de fala e ação) entre todas as pessoas. A subjetivação política é essa experiência ímpar que rompe, ainda que temporariamente, as divisões artificiais da ordem social e política, divisões as quais excluem ou reduzem a importância de dados grupos de pessoas, mantidas sob a vigilância dos poderes “policiais” (não apenas de repressão, mas também de gestão, de estabelecimento do consenso e de legitimação do afastamento das pessoas “comuns” dos processos decisórios, destinados a especialistas). (Rancière, 1996). Seja pela vivência das Jornadas em seu ciclo “médio”, seja pela abrupta vivência do Junho (o ciclo “curto”), 2013 é um momento de subjetivação política, inclusive nos interiores, como as seis entrevistas aqui analisadas demonstram.

2013 E OS SUJEITOS DO INTERIOR

Neste item, apresentamos dados que ajudam a caracterizar as seis pessoas entrevistadas. O critério para a escolha delas foi, primeiro, o de que tivessem sido ativistas e militantes de organizações e movimentos que organizaram as manifestações durante o ciclo de protestos que estudamos. Os convites partiram das redes de contatos acadêmicos e políticos estabelecidas pela equipe de pesquisa, que recebeu a colaboração de pesquisadoras e pesquisadores de vários estados. O Quadro 1 apresenta as seis pessoas entrevistadas que aturam nas Jornadas em municípios do interior.

Quadro 1. Ativistas e militantes que atuaram nas Jornadas no interior dos estados, que concederam entrevista.

Pseudônimo	Município	Forma de atuação em 2013	Caracterização atual	Data da entrevista
Rosa	São José dos Campos/SP	Militante do Juntos! (socialista)	Mulher, branca, pansexual, 35 anos Graduada em Serviço Social. Assessora parlamentar pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) em São Paulo/SP.	20/06/2023
André Martins	Americanas/SP	Ativista do Pula Catraca (autonomista).	Homem, branco, pansexual, 37 anos. Graduado em Publicidade e Propaganda. Roteirista e assessor parlamentar pelo PT (Partido dos Trabalhadores) em São Paulo/SP.	28/10/2023
Márcia	Caxias do Sul/RS	Militante da UJS (União da Juventude Socialista) (socialista)	Mulher, branca, heterossexual, 28 anos. Graduada em Serviço Social. Assessora parlamentar pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil).	23/02/2024
Hugo	Caxias do Sul/RS	Manifestante. Ativista do movimento estudantil (ME) (socialista).	Homem, branco, heterossexual, 33 anos. Tecnólogo em Mecânica. Metalúrgico em São Paulo/SP. Filiado ao PT.	27/02/2024
Irma	Alfenas/MG	Ativista do Levante Popular da Juventude (LPJ – socialista). Independente.	Mulher, negra, heterossexual, 29 anos. Mestra em Educação. Professora de Sociologia na Educação Básica. Filiada ao PSOL.	06/11/2023
Marcos	Poços de Caldas/MG	Militante do PT (socialista). Coordenador do Educafro (cursinho popular).	Homem, pardo, heterossexual, 35 anos. Doutor em Educação. Professor de Geografia na Educação Básica. Militante do PT.	07/03/2024

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

As entrevistas, cotejadas com informações encontradas em publicações disponíveis na Internet de veículos da imprensa, permitem contar parte importante da história do “Junho” dos interiores. Além disso, elas permitem conhecer as experiências de tais ativistas e militantes, para questionar se esse Junho supostamente singular foi um momento de subjetivação política.

DINÂMICAS

Neste item, após apresentar a hipótese formulada por este artigo para descrever a dinâmica dos protestos nos municípios do interior, tratamos de como as pessoas entrevistadas narram os eventos das Jornadas em seus municípios, com o auxílio de um quadro descritivo dos principais eventos nesses locais.

As entrevistas realizadas em Caxias do Sul/RS (Márcia e Hugo) guiaram a formulação de uma hipótese sobre a dinâmica de 2013 no interior dos estados. Segundo esta hipótese, o início e a concentração dos eventos se dá na segunda metade de junho, acompanhando as manifestações que se realizam na capital paulista, em especial a partir do dia 20, por meio de uma espécie de efeito contágio, capaz, entretanto, de catalisar uma série de insatisfações, desconfortos e indignações difusas de setores muito diversos das suas populações – na esteira da conceituação de ciclo de protestos por Tarrow (2009). A partir desse efeito contágio, os protestos, ou se iniciam, ou,, onde já havia alguma mobilização, passam a tomar enormes proporções, com manifestações convocadas na forma de eventos na rede social Facebook por pessoas que, em muitos casos, permanecem anônimas ou esquecidas. Movimentos sociais e partidos políticos de esquerda avaliam a necessidade de participar das manifestações, no intuito de organizá-las e fornecer um sentido político para elas e suas pautas.

Em geral, foram militantes desses partidos de esquerda, orientados pelo repertório de contestação socialista, que conseguimos entrevistar para nossa pesquisa. Como se verá, suas entrevistas confirmaram apenas em parte a hipótese acima formulada, permitindo flagrar um grau de complexidade ainda maior que o esperado inicialmente neste Junho dos interiores, mesmo considerando o limite do alcance territorial de nossas entrevistas.

Quadro 2. Principais eventos durante as Jornadas de 2013 nos municípios do interior abarcados pela pesquisa.

Município	Habitantes em 2013	Principais eventos
Caxias do Sul/RS	465.304	21/06: manifestação com cerca de 20 mil manifestantes; parte ataca vitrines de lojas e enfrenta a polícia, que reprime de forma violenta.
Americana/SP	224.551	20/06: marcha pacífica reúne cerca de 15 mil pessoas. 27/06: 300 pessoas protestam em frente à Câmara dos Vereadores. 07/09: protesto do Pula Catraca durante o Desfile da Independência é reprimido pela Guarda Municipal.
São José dos Campos/SP	673.255	02/02: ato com 60 estudantes contra o anúncio de reajuste das tarifas de ônibus. 20/06: cerca de 30 mil manifestantes fecham a Via Dutra, apesar de a prefeitura ter anunciado a redução da tarifa do transporte pela manhã. 27/06: cerca de 1.500 manifestantes desfilam e novamente fecham a Via Dutra, sendo acionada a Tropa de Choque. Demandam nova redução da tarifa. 07/09: 150 manifestantes queimam catraca simbólica após o Desfile da Independência.
Poços de Caldas/MG	161.025	17/06: protesto pacífico com cerca de 500 manifestantes fecha por alguns minutos o Terminal de ônibus. 20/06: manifestação com 3 mil pessoas, com 2 jovens detidos por soltar bombinhas. 22/06: manifestação com 10 mil pessoas se dirige à Prefeitura. Prefeito (Eloésio Lourenço – PT) vai conversar com manifestantes. 25/06: A prefeitura anuncia a redução da tarifa do ônibus urbano e a criação do Conselho Municipal de Transporte Público.
Alfenas/MG	77.618	21/06: protesto com cerca de 10 mil pessoas vai da universidade federal até a praça central. 24/06: manifestantes “enfeitam” Câmara Municipal com papel higiênico. 09/07: 9 manifestantes fecham por meia hora o trevo principal de acesso à cidade.

Fontes: IBGE (2013); Sperbe (2014); G1 Campinas e Região (2013); Rodrigues (2013); Santos (2013); Silva (2013).

Caxias do Sul/RS tem apenas um evento relatado no Quadro 2, em 21 de junho. Entretanto, foi um ato de grandes proporções, considerando o tamanho do município e sua história. O ato foi convocado na forma de um evento do Facebook, “por pessoas que a gente não sabe”, organizado e debatido posteriormente por meio de reuniões abertas num bar de rock e no shopping, reunindo principalmente

“pessoas que se colocavam como anônimas”. (Márcia). Apesar de o chamado destacar a redução das tarifas do transporte público, no dia 21 “era cada um com seu cartaz. [...] As pessoas queriam que as coisas fossem diferentes, não se sabe direito o que, mas queriam”. (Márcia). Márcia considerou, com a UJS, que “não tinha como as organizações do ME, da juventude, se ausentarem daquilo”. Tais organizações vieram chamar atos posteriores, com pautas mais definidas, “mas esses atos passaram a ser menos massivos”.

Hugo (Caxias do Sul) soube do ato do dia 21 por torcida organizada e sua turma do *rock*. A chamada falava de redução das tarifas, mas logo as pautas se multiplicaram, assim como a origem social das e dos manifestantes: “Eu encontrava até meus tios na rua [...]. Nem eles sabiam porque estavam lá, mas estavam lá”. (Hugo). Ele tem uma avaliação muito negativa das Jornadas e o fato das organizações e movimentos sociais de esquerda não terem dado direção aos protestos, concluindo que 2013 foi “um instrumento de um movimento internacional” contra governos não alinhados aos Estados Unidos e Europa, manipulando o que veio a se tornar “um movimento de ódio”. Já na avaliação de Márcia, as esquerdas tradicionais se viram perplexas diante de um movimento que tomou as ruas sem passar por elas. Elas foram para as ruas, tentando em vão dar sentido único ao grande evento do dia 21; enquanto um grupo de jovens atuava como *black blocs*, as esquerdas socialistas recuavam diante da repressão policial.

Em uma primeira avaliação, as experiências de Márcia e Hugo nos massivos e desgovernados atos de Caxias do Sul, bem como a sua filiação a partidos do chamado Campo Popular (PT e PCdoB), base política dos governos federais petistas, levaram ela e ele a avaliações menos otimistas do legado de 2013, a despeito das influências decisivas das Jornadas em suas trajetórias escolares e políticas. O repertório de contestação socialista, conforme descrição de Alonso e Mische (2017), tende a valorizar a organização do protesto em torno de pautas afirmadas diante de instituições estatais, enquanto a dinâmica das ruas parecia, a militantes informados por tal repertório, confusa em suas ações e caótica nas suas demandas.

André Martins (Americana/SP) foi, justamente, o ativista de 2013 que criou o evento no Facebook que convocou o primeiro grande ato neste município. Fez isso com um amigo que, como ele, era ativista cultural em um cineclube. André Martins veio a se tornar o principal porta-voz dos protestos em Americana. O evento foi criado “de forma despretensiosa”, convocando o ato para 20 de junho. Recebeu 15 mil confirmações, mas se estima que a manifestação tenha recebido 30 mil pessoas. Renomeou-se a página como “Pula Catraca”, por recomendação de militantes do PT que, como outros grupos políticos de esquerda e de direita,

buscaram se aproximar do movimento. Realizavam-se reuniões abertas, em uma praça central, no esforço de vivenciar a horizontalidade e a democracia participativa. O Pula Catraca, ainda durante 2013, convocou importantes atos, como a manifestação em apoio à greve do serviço público municipal em frente à Câmara dos Vereadores, e protesto severa e covardemente reprimido durante o desfile de 7 de setembro (pois havia sido feito um acordo com a Guarda Municipal, não cumprido por ela). André Martins, ao lado de ativistas e militantes das esquerdas, buscaram fazer do Pula Catraca um movimento politizado e consistente (inclusive, André Martins se filiou ao PT no final de 2013). O Pula Catraca congregou diversas organizações e movimentos progressistas. Restou, ao final, um núcleo muito atuante de ativistas que teve importante força política no município por alguns anos, atuando destacadamente na campanha pela cassação do então prefeito, Diego de Nadai (PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira), por irregularidades em sua campanha, o que se conquistou definitivamente em outubro de 2014. Diversas pautas locais continuaram sendo ativadas desde então – incluindo a formação de um importante coletivo LGBTQIAP+, o Crisálida –, até o grupo perder sua força no final dos anos 2010.

Caxias do Sul e Americana se assemelham na origem dos atos: a convocatória por meio do *Facebook*; quem convoca não é ativista ou militante pertencente a uma organização política; a população atende massivamente à convocação, enquanto partidos e organizações das esquerdas buscam se aproximar das instâncias decisórias dos atos e direcionar os protestos em sentido progressista – com mais sucesso em Americana, com menos em Caxias do Sul. André Martins não deixa de revelar que, a despeito da origem despretensiosa e trajetórias caóticas de muitos desses movimentos interioranos, há legados importantes de Junho, ao menos em seu município, a ponto de fazer com que o Pula Catraca fizesse as Jornadas avançar ao longo dos próximos meses. Apesar dele ter se filiado ao PT já no final de 2013, continuou a manter grande orientação do repertório autonomista que, na descrição de Alonso e Mische (2017), valorizam a ação pré-figurativa (que quer garantir a coerência entre tática e objetivo da luta social) e uma forma de democracia participativa assentada na horizontalidade. Tais características do repertório autonomista tiveram grande atração de importantes frações das juventudes em 2013 e nos primeiros anos seguintes, alimentando novos protestos, não apenas nas capitais, mas em municípios do interior, como Americana.

A dinâmica em São José dos Campos/SP também tem suas singularidades, quando um pequeno grupo organizado pelo *Facebook* começou a organizar atos em Junho que, de início, foram pequenos. Rosa, filiada ao PSOL, conheceu esse

“grupinho” dejovens do ME universitário e que imprimiram um forte tom autonomista às reuniões organizativas realizadas no parque municipal. Na senda dos demais protestos pelo país, os atos se tornaram grandes manifestações a partir de 20 de junho. E, se a pauta original também era a revogação do aumento das tarifas do transporte público, logo entraram outras pautas, como a defesa de melhores salários de docentes e saúde “padrão FIFA”.³ Militantes do PSOL e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) participavam do núcleo organizativo, apesar de certa desconfiança de autonomistas, enquanto o sindicato dos metalúrgicos tinha rechaçado o caminhão de som que levava para os atos,. Quando os protestos se agigantaram, “as coisas fugiram do controle”: “A gente era pequeno para muita coisa. A sensação era a de que era bagunça, [...] meio terra de ninguém”. (Rosa). De um lado, jovens anarquistas pressionam por ações mais violentas, de outro, o sindicato insistia no seu caminhão de som, ambos os lados, entretanto, rechaçados pela grande maioria da multidão. No final, as tarifas do transporte público foram reduzidas por duas vezes. Rosa defende com mais ênfase o legado progressista das Jornadas em seu município, a despeito de informar que o MPL de São José dos Campos (formado em 2013 por autonomistas), após alguma atuação relevante nos anos seguintes, se desmobiliza; ela também concorda que a extrema-direita soube conquistar, desde então, a adesão de muitas pessoas e disputar as ruas, tradicional monopólio das esquerdas. Por outro lado, juventudes de partidos socialistas receberam novo e importante contingente de militantes, enquanto nasciam diversos coletivos identitários – feministas, LGBTQIA+ e negros -, além do fortalecimento do movimento territorial do bairro popular do Banhado.

Muito mais dependente do efeito contágio e reativo em Caxias do Sul, Junho ainda tem esse teor em Americana, ainda que no município paulista tenha sido possível uma melhor retradução dos eventos como uma mobilização organizada pela esquerda; em São José dos Campos, os atos são convocados desde o início por estudantes autonomistas, tal qual na capital paulista. O que se verá no Sul de Minas Gerais, em Poços de Caldas (município de médio porte) e Alfenas (de pequeno porte) é algo semelhante ao descrito em São José dos Campos, com a diferença de que é outro o repertório de contestação que informa os sujeitos que convocam os atos: são militantes de movimentos sociais e partidos mais afeitos ao repertório socialista.

3 O padrão FIFA (Federação Internacional de Futebol) se refere às exigências da FIFA para os estádios que vão abrigar jogos da Copa do Mundo de Futebol. As obras de reforma ou construção dos estádios, assim como para o acesso aos estádios, foram muito criticadas e também serviram de mote para as Jornadas de 2013.

Assim como em São José dos Campos, em Poços de Caldas os atos anteriores a 20 de junho são pequenos, centrados na pauta da redução das tarifas do transporte público. Entretanto, como nas demais cidades descritas até aqui, na fase massiva há um grande afluxo da multidão para as ruas, congregando os mais diversos grupos sociais e suas pautas díspares. O relato de Marcos (Poços de Caldas) considera que a esquerda socialista que chamou os atos conseguiu imprimir uma conotação majoritariamente progressista aos eventos, centrada na redução das tarifas e na demanda pelo controle democrático da gestão do transporte público, cujo serviço de ônibus urbano era tradicional monopólio de um empresa privada. Entretanto, admite que na maior manifestação na cidade, em 22 de junho, reunindo 10 mil pessoas, “a gente não tinha controle nenhum”. Marcos era o coordenador do núcleo do cursinho popular Educafro, militante do PT e ocupante de cargo nomeado na gestão municipal. A despeito da orientação inicial da direção do partido ser a de que não deveriam participar das Jornadas, ele e a militância, principalmente voluntárias e voluntários do Educafro, organizaram as manifestações. Na verdade, havia um acúmulo de lutas sociais em Poços em torno da questão do transporte público, incluindo uma manifestação muito reprimida pela polícia em 2005 contra o aumento da tarifa.

O relato de Irma (Alfenas/MG) é menos prolixo na descrição dos eventos. Irma estava iniciando sua atuação no ME da universidade federal e se aproxima do LPJ – outra organização do Campo Popular, mas não considera que antes de Junho tivera atuação política consistente. O que Irma chama de suas impressões sobre os atos em Alfenas são suficientes para nos levar a considerar que a dinâmica aqui foi semelhante à de Poços: jovens estudantes sob organização socialista e no Campo Popular (LPJ e juventude do PT), mas com muitas aspirações autonomistas (o interesse pela ação direta e processos decisórios horizontais); certo sucesso em fazer da pauta da redução das tarifas a demanda central da mobilização; e a conquista da revogação.

Nos dois municípios sul mineiros não houve praticamente repressão policial, inclusive pelo costume desta militância formalizar as manifestações diante do poder público e polícia militar. Em ambos, entretanto, houve relativa ampliação das pautas, sob a égide de manifestantes que diversificaram a base social dos atos. Em Poços de Caldas, grupo de direita tentou disputar o controle dos atos, sem sucesso segundo Marcos. Entrevistas e matérias da imprensa revelam certa proliferação de pautas, principalmente em Alfenas, incluindo o manifesto de *skatistas* da periferia por melhorias na pista de *skate*; pautas menos afeitas ao campo progressista também foram citadas, como o rechaço à Proposta de Emenda Constitucional

(PEC) 37 (que retiraria o poder investigatório criminal do Ministério Público) e, em um dos atos, estudantes de Medicina da universidade privada levaram cartazes criticando o Programa Mais Médicos.

A tarifa foi reduzida em Poços de Caldas e o prefeito, que chegou a conversar diretamente com a multidão, no ato de 22 de junho, decretou a criação do Conselho Municipal de Transporte Público. Marcos e Irma concordam, assim como Rosa e Márcia, que a direita avançou na capacidade de mobilização das pessoas e na disputa das ruas. Refletem sobre continuidades e descontinuidades da mobilização social após Junho: Irma, mais otimista, tal qual Rosa, cita o crescimento de juventudes socialistas (como o Juntos!, ao qual ela viria a se filiar) e a potência de movimentos juvenis como a Primavera Feminista, as ocupações estudantis e o Ele Não!; Marcos, menos otimista, destaca a incapacidade dos governos petistas de catalisar as energias juvenis para “uma guinada mais radical nas mudanças” e as dificuldades das esquerdas de dar continuidade à mobilização popular tão bem-sucedida em Junho.

A hipótese inicial de que a dinâmica observada em Caxias do Sul teria sido uma espécie de modelo para os eventos de 2013 nos interiores não foi totalmente referendada. A proliferação dos atos como efeito contágio e a convocatória de atos como iniciativas individuais pelo *Facebook* é algo que se repete apenas em Americana/SP; ainda que em São José dos Campos/SP estudantes autonomistas tenham feito uso desta rede social para se organizar, os atos são convocados por ativistas e militantes de organizações e movimentos, tal qual nos municípios sul mineiros; entretanto, o autonomismo em São José dos Campos cede mais espaço, de um lado, a ações diretas como o trancamento de importante rodovia e ao rechaço do tradicional modelo de marcha guiada por carro de som, de outro, à conversão da desconfiança aos partidos em discurso antipartidário e antissindical da multidão de heterogêneas origens sociais; em Poços de Caldas/MG, o repertório socialista orientou mais os atos, diminuindo os espaços tanto das ações mais radicalizadas, ao estilo *Black Bloc*, quanto do rechaço patriótico a partidos e sindicatos, em manifestações de caráter mais tradicional, guiadas por carro de som fornecido pelo sindicato de docentes.

O efeito contágio, entretanto, é um elemento comum nos interiores, quando a multidão veio por transformar os principais atos, do dia 20 de Junho ao final do mês, em protestos massivos, trazendo pautas polissêmicas, difusas e contraditórias entre si, já que representavam indignações e aspirações de heterogêneos grupos sociais: o resultado caótico desse fato é patente, entretanto, apenas em Caxias do Sul, enquanto que nos demais municípios há alguma capacidade de direcionamento

do protesto e de tradução das demandas em pautas concretas – em especial a pauta que sempre é a original (a redução das tarifas do transporte). Os legados de Junho são mais positivos no relato de quem era, originalmente, ativista cultural, André Martins, que liderou em Junho e nos anos seguintes um coletivo muito afeito às práticas autonomistas, a despeito de ter se filiado ao PT; também, de quem veio por se tornar militante do Juntos!, uma juventude ligada ao PSOL, partido socialista crítico do Campo Popular (Rosa e Irma): relatam a continuidade de práticas ativistas progressistas, a formação de nova militância juvenil nos partidos de esquerda, a criação de coletivos identitários e novos protestos progressistas (como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016 e o Ele Não! em 2018). Todos os relatos concordam, entretanto, que direita e extrema-direita aprenderam a disputar as ruas e fazer mobilização popular, bem-sucedidas na tradução de parte relevante das indignações e demandas difusas em ideários políticos supostamente antisistema. (Nobre, 2013).

EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS

Nesta seção, consideramos alguns dados sobre as trajetórias das seis pessoas entrevistadas, buscando analisar a importância das Jornadas como experiência de vida e suas influências. A hipótese é de que essa experiência configurou um processo de subjetivação política (Rancière, 1996) e, nesse sentido, se constituiu em uma encruzilhada nos itinerários dessas pessoas, ou seja, rompeu roteiros já traçados por suas socializações políticas pregressas – tal qual o movimento das ocupações secundaristas faria com adolescentes de menor capital econômico, cultural e político em 2015 e 2016. (Autor, 2022, 2021).

Hugo (Caxias do Sul/RS) veio de família brizolista, logo atuando no PDT (Partido Democrático Trabalhista) e no sindicato dos metalúrgicos. Apesar de sua avaliação muito negativa das Jornadas, reconhece que, por influência de sua participação nos protestos, mudou de curso (da Engenharia para a História) e passou a se envolver com o ME universitário, se elegendo coordenador do Centro Acadêmico de História da Universidade Caxias do Sul (UCS) em 2014. Os anos seguintes a 2013 foram de intensa atuação política, nos movimentos estudantil e sindical, vindo a se filiar ao PCdoB. Desentendeu-se com a direção do sindicato e retornou ao PDT, que logo abandonou também, em choque com sua Ala direita. Mesmo reconhecendo a relevância dos movimentos identitários e seu crescimento após 2013, considera que eles “perderam totalmente o caráter de classe” e provocaram certo afastamento de pessoas da classe trabalhadora. Não concluiu o curso de História e veio residir em São Paulo com sua namorada, onde trabalha como

metalúrgico. Atualmente, é filiado ao PT, mais por uma “questão simbólica”, sem atuação militante.

Márcia (Caxias do Sul/RS) iniciou sua atuação política no ME secundarista, com 15 anos, quando se tornou presidente do grêmio estudantil. Filiou-se à UJS em 2012 e, logo, ao PCdoB. Márcia ingressou no curso de Jornalismo em 2013 pelo PROUNI (Programa Universidade Para Todos) na UCS, mas, sob influência de Junho, migrou para o Serviço Social, curso no qual se formou. As Jornadas também alavancaram o ME na UCS, no seu entender, quando sua chapa venceu as eleições para o DCE ainda em 2013. Márcia presidiu a UJS em Caxias do Sul e, hoje, é vice-presidente do PCdoB na cidade e suplente de vereadora. Após atuar vários anos como assistente social, hoje é assessora parlamentar. Tem uma avaliação menos negativa do Junho do que a de Hugo: afirma que houve um alinhamento internacional para fazer proveito da conturbação resultante de 2013, mas, nem isso, nem a atuação da direita, foram suficientes para impedir a reeleição de Dilma em 2014; enquanto isso, as pautas identitárias também ganharam expressão local, com a formação de lideranças LGBTQIA+, feministas e negras em decorrência das Jornadas. 2013 encontrou Márcia ampliando seu envolvimento com as entidades estudantis e organizações partidárias no campo da esquerda. Seu relato demonstra os impactos pessoais desta experiência no seu aprofundamento da atuação militante e a reorientação de sua formação profissional.

André (Americana/SP) era um ativista cultural quando fundou o Pula Catraca. André e o movimento foram muito procurados por partidos de esquerda e, após certa dúvida entre o PT e o PSOL, filiou-se ao PT ainda em 2013. O Pula Catraca foi bastante ativo em questões locais nos anos seguintes, enquanto André tentava, de um lado, tornar o Pula Catraca menos centrado em sua liderança e, de outro, lidar com ameaças e perseguições diversas, além de dificuldades em se empregar como comunicador social: “Durante muito tempo eu tive dificuldades para sair na rua, eu saia já olhando pros lados”. Ainda presidiu o Conselho Municipal de Cultura, mas as perseguições e a desmobilização do Pula Catraca o levaram a se mudar para a capital paulista, tendo atuado nos últimos anos profissionalmente na comunicação política, em especial com lideranças do PT, hoje empregado como assessor parlamentar. Sobre os legados de 2013, apesar de considerar que ainda serão colhidos efeitos positivos do ciclo, afirma que “tem um sentimento muito dúvida nisso, porque eu sei que o movimento como um todo foi utilizado para algo muito negativo”. Entretanto, sobre a importância pessoal de 2013, é taxativo: “Às vezes eu tenho dificuldade de lembrar da minha vida antes de 2013. É como se eu tivesse nascido ou morrido de novo”. Essa frase caracteriza André como a

pessoa mais impactada pela experiência de 2013 entre as que fizeram o Junho dos interiores.

Rosa (São José dos Campos/SP) iniciou sua politização por meio do feminismo da Marcha Mundial das Mulheres, durante sua graduação em Serviço Social em Londrina/PR. Em 2013, estava de volta à sua cidade natal para ajudar a cuidar de sua avó. Apesar de ser filiada ao PSOL, se tornou militante de forma efetiva apenas quando conheceu o Juntos!. Foi candidata a vice-prefeita em chapa com o PSTU e à deputada estadual. O trabalho militante a impediu de terminar o curso em Londrina, mas ele veio a se formar como assistente social por uma instituição particular, mas pouco exerceu a profissão efetivamente. Hoje, reside na capital paulista, assim como André e Hugo, trabalhando como assessora parlamentar pelo PSOL. Junho a cativou por sua força e seu tamanho, tendo alavancado em sua cidade os coletivos identitários e os próprios partidos de esquerda, ainda que o movimento autonomista tenha desaparecido depois. Apesar de ser mais otimista sobre os legados de 2013, reconhece que a extrema-direita foi muito bem-sucedida em tirar proveito de certo “vácuo na política”. Pessoalmente, após as Jornadas, Rosa aprofundou a sua militância e passou a ter uma carreira profissional centrada na atuação política institucional.

Marcos (Poços de Caldas/MG) veio de família popular periférica de Poços de Caldas, foi bolsista do PROUNI e, em 2013, era professor de Geografia em escola municipal e fazia Mestrado em Educação – hoje é Doutor em Educação. Estreante nas ruas em protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, em 2005, passou a se envolver a partir do ano seguinte com mais consistência em movimentos sociais e o PT. Se tornou o coordenador do cursinho do Educafro na cidade em 2009, movimento muito atuante em 2013 e nos anos seguintes. Lá também houve, como decorrência de 2013, a formação de coletivos identitários. Deixou cargo na gestão municipal em 2014, em desacordo com recuos na política de transporte, continuando a atuar no Educafro e no PT até hoje. Entretanto, seu diagnóstico acerca dos movimentos sociais no contexto atual é menos otimista. 2013 aparece em seu relato como um momento de grande importância pessoal, contudo, é apresentada como uma continuidade da sua militância política desde meados dos anos 2000.

Irma (Alfenas/MG) vem de família de docentes da Educação Básica estadual. Considera que sua atuação militarista começa mesmo em 2014, quando participa da fundação de um núcleo do cursinho popular Emancipa e do Juntos! em Alfenas. Irma faz das Jornadas o tema do seu Trabalho de Conclusão de Curso, mas já havia aprofundado sua militância no Juntos! e PSOL, inclusive se candidatando à vereadora nas eleições de 2016. Fez mestrado em Educação na universidade federal de

sua cidade e, aos poucos, foi deixando sua militância no Juntos! e até mesmo sua atuação no PSOL, dedicando-se mais à sua atuação profissional como docente de Sociologia e em programa municipal de educação não-formal.

É importante constatar que três das pessoas entrevistadas estavam iniciando a sua vida estudantil universitária quando aconteceram as Jornadas (Hugo, Márcia e Irma), enquanto uma havia interrompido sua formação por uma questão familiar (Rosa). A condição estudantil e juvenil colabora para compreender o quanto Junho foi impactante para tais jovens, que também estavam em fase relativamente inicial de suas militâncias. O relato de Marcos, o mais experiente em 2013, é o que mais descreve as Jornadas como uma continuidade de sua militância e de campanhas prévias. Desse modo, a condição de neófito no ativismo político é a que melhor ajuda a explicar a reação de André Martins à experiência de Junho: apesar de já ter 27 anos e já ter se formado como publicitário, a sua abrupta transposição de ativista cultural à liderança das grandes manifestações do Pula Catraca foi um divisor de águas em sua vida.

Junho é um processo de subjetivação política para, ao menos, cinco das seis pessoas entrevistadas. Mesmo Hugo, tão crítico a 2013, considera que as manifestações afetaram sua trajetória política e educacional, inspirando sua entrada no ME e a transferência para a História. 2013 é também um processo de subjetivação do ponto de vista que mais apetece Rancière (1996), ou seja, como formador de coletivos que contestam as fronteiras estabelecidas pelas forças “policiais”: isso se dá, primeiro, com a criação de movimentos identitários, notadamente feministas; também, na renovação das juventudes partidárias e dos próprios partidos de esquerda, com o recrutamento de jovens militantes que trazem não apenas número a estas organizações, mas também expectativas de mais combatividade.

Os protestos nos municípios interioranos aqui investigados reforçam o que outros trabalhos desta pesquisa têm encontrado (Autor et al., 2023): a impactante experiência pessoal e política nas Jornadas, como ativista ou militante, tende a marcar valores, expectativas e projetos de vida destas pessoas. Para alguns e algumas, isso significou um reforço de trajetórias políticas e profissionais esperadas, dadas as influências pregressas da socialização política – caso mais patente aqui é o de Marcos (Poços de Caldas). Para outras pessoas, entretanto, as Jornadas apresentam uma encruzilhada que, sem o ciclo de protestos, seria bastante improvável em suas vidas; nesta encruzilhada, abrem-se opções de atuação política e ressignificação de trajetórias escolares e políticas que deslocam os sentidos esperados pelo processo pregresso de socialização política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e publicações sobre as Jornadas de 2013 tendem a se concentrar nas capitais, em especial no Sudeste do país, muitas vezes apresentando a dinâmica observada na capital paulistana como uma síntese do que foram as Jornadas. Também, tendem a desconsiderar dinâmicas em outros estados (que tiveram processos diferenciados), assim como a desconsiderar o caráter das manifestações quando interiorizadas, incluindo municípios que tinham muito poucas ocorrências desse tipo em sua história.

O objetivo deste artigo foi caracterizar a dinâmica dos protestos no interior dos estados brasileiros durante as Jornadas de 2013, com base na categoria de ciclo de protestos da Teoria dos Processos Políticos (Tarrow, 2009). 2013 nos interiores compõe principalmente o ciclo curto de Junho, já que grande parte das ocorrências se deu a partir da massificação dos protestos; abruptamente, no final do mês, os grandes protestos cessam, em meio ao espanto das instituições políticas em todos os níveis, como as prefeituras, que revogam aumentos das tarifas de ônibus ou as reduzem em resposta à mobilização popular.

Caxias do Sul/RS caracteriza melhor esse enquadramento das Jornadas nos interiores. Foi justamente o seu caso que motivou a hipótese, que apenas em parte foi aqui comprovada, de que essa dinâmica dos protestos teria sido a geral nos interiores em 2013.

A hipótese foi apenas em parte comprovada porque em alguns casos, os eventos de suas Jornadas caracterizaram-se, ao menos em parte como um ciclo médio. Isso se deu de duas formas: em alguns municípios, há um período bem marcado de latência, como a mobilização suscitada por estudantes autonomistas desde o início de 2013 contra o preço das tarifas, em São José dos Campos/SP, ou o acúmulo de lutas de movimentos e partidos de repertório socialista em Poços de Caldas/MG; em outros municípios, é mais patente a continuidade de eventos após Junho, mesmo que os atos não tivessem o mesmo número de manifestantes, no que se destaca Americana/SP.

Em todos os casos, a despeito de Junho ter sido curto e concentrado, os legados progressistas relatados são importantes. Pode se considerá-los como parte de uma nova latência (Melucci, 1989) que vai preparar novas irrupções progressistas a partir de 2015: coletivos identitários e a renovação de juventudes e partidos de esquerda, com presença importante do ativismo autonomista nos primeiros tempos.

As pessoas entrevistadas reconheceram, mesmo que de forma implícita, como no caso de Hugo, o impacto das Jornadas como experiência política. Essa experiência teve influência significativa nas suas trajetórias escolares, políticas e

profissionais (excetuando o militante já experiente Marcos). Permite-se formular a tese de que as Jornadas constituíram um potente momento de subjetivação política (Rancière, 1996) das juventudes brasileiras: de um lado, inspirando a formação de coletivos que recriam a política como desentendimento – em seu desafio dos limites instituídos pela ordem social e “policial”; de outro, atuando como um “divisor de águas” nos itinerários de socialização política das pessoas que viveram aquela experiência, deixando marcas sagazes que reorientam suas trajetórias, não apenas políticas, mas também educacionais e profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- ALONSO, Angela; MISCHE, Ann (2017). Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159. <https://doi.org/10.1111/blar.12470>
- AUTOR ET AL. (2023)
- AUTOR (2022)
- AUTOR (2021)
- BRAGA, Rui. (2017). “Os sentidos de junho”. In: BRAGA, Rui. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, p. 221-244.
- DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (2013). Respeitável público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, n. 97, p. 43-55. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- G1 Campinas e Região. Protesto termina em briga entre PM e Guarda Municipal em Americana, *G1 Campinas e Região*. 07/09/2012. <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/09/protesto-termina-em-briga-entre-pm-e-guarda-municipal-em-americana-sp.html> (acesso em 11/09/2024).
- GERBAUDO, Paolo (2017) *The mask and the flag. Populism, citizenism and global protest*. New York: Oxford University Press.
- IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf, acesso em 11 set. 2024.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

- NOBRE, Marcos (2013). *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ORTELLADO, Pablo “Cidadanismo” interrompido. *Folha de S.Paulo*. 20/06/2017. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/06/1894308-cidada-nismo-interrompido.shtml> (acesso em 04/09/2021).
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- RANCIÈRE, Jacques (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34.
- RODRIGUES, Elaine. Protestos levam 30 mil às ruas de São José dos Campos e fecham as duas pistas da via Dutra. 20 jun. 2013. *Notícias UOL*. 20/06/2013. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/protestos-levam-30-mil-as-ruas-de-sao-jose-dos-campos-e-fecham-as-duas-pistas-da-via-dutra.htm> (acesso em 11/09/2024).
- SALLAS, Ana Luísa; GROOPPO, Luís André Martins (2022). Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270124. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270124>
- SANTOS, Carlos. Protesto marca desfile cívico de 7 de Setembro em São José dos Campos. *G1 Vale do Paraíba e Região*. 7/09/2013. <https://g1.globo.com/sp/vale-do-pariba-regiao/noticia/2013/09/protesto-marca-desfile-civico-de-7-de-setembro-em-sao-jose-dos-campos.html> (Acesso em 11/09/2024).
- SILVA, Samantha. ‘VemPraRua’: manifestações tomam cidades do Sul de Minas em 2013. *G1 Sul de Minas*. 28/12/2013. <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/12/vemprarua-manifestacoes-tomam-cidades-do-sul-de-minas-em-2013.html>. (acesso em 04/09/2024).
- SINGER, André (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, p. 22-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- SPERBE, Paula. Rebeldes com causas (2014). *Revista UCS*, v. 2, n. 2. <https://www.ufsc.br/site/revista-ucs/revista-ucs-12a-edicao/rebeldes-com-causas/> (acesso em 11 set. 2024).
- TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

Coletivos Culturais em São Paulo: Resistência e subsistência diante da Pandemia do Covid-19

*Cultural Collectives in Sao Paulo: resistance and
subsistence facing the Covid-19 pandemic*

Lucca Tori^a , Luana Homma^b 

Resumo Esse artigo analisa a resistência e a subsistência de coletivos culturais de São Paulo durante e depois da pandemia do Covid-19. As restrições necessárias, durante o espalhamento do vírus, afetou negativamente a sociedade em muitas formas e em diversos aspectos. No setor cultural isso não foi diferente: artistas e produtores tiveram que se reorganizar para se sustentarem e se manterem seguros. Algumas legislações de emergência para os trabalhadores de cultura foram sancionadas, com dificuldades, para conseguir atender algumas demandas do setor. De toda forma, os coletivos tiveram que criar novas estratégias de trabalho durante e depois do período de isolamento. O formato de organização dos coletivos tornaram-se mais visíveis em todo o mundo depois dos movimentos globais da década de 2010 e especificamente no Brasil depois de Junho de 2013, com foco em estruturas horizontais, autônomas e não ligadas em movimentos institucionalizados e partidos políticos. A partir de entrevistas semi estruturadas, este trabalho tem como objetivo analisar as práticas, dificuldades e alternativas encontradas por estes coletivos em face aos obstáculos do período e da administração pública da cidade/estado e país.

Palavras-chave Coletivos culturais. Pandemia. Covid-19. Políticas públicas.

Abstract This paper analyzes the resistance and subsistence of cultural collectives in São Paulo during and after the Covid-19 pandemic. The necessary restrictions, due to the virus spread, negatively affected society in many ways and in various aspects. It was no different in the cultural sector: artists and producers had to reorganize to earn a living and keep safe. Some emergency legislation for cultural workers was passed with difficulties, to meet certain demands of the sector. Nevertheless, collectives had to develop new work strategies during and after the isolation period. The collective form

^a Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lucca.tori@gmail.com

^b Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: luana.homma@outlook.com.

of organizing became more visible worldwide after global movements in the 2010's, and specifically in Brazil after June 2013, focusing on horizontal structures not based on institutional movements or political parties. Through semi-structured interviews, this piece aims to analyze the practices, difficulties and alternatives pursued by these collectives in the face of the obstacles of the period and the public administration of the city/state/country.

Keywords Cultural Collectives. Pandemic. Covid-19. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A política brasileira começou a tomar rumos distintos e inesperados a partir de junho de 2013. Dentre essas mudanças, estavam conflitos cada vez mais acirrados onde se disputavam atores e intérpretes (Alonso, 2017). Segundo Angela Alonso (2017), os manifestantes que ocupavam as ruas desde 2013 passaram a construir novos estilos de ativismo e juntamente a isso se apropriaram de alguns repertórios, sendo que entre 2013 e 2016 foram identificados pelo menos três ciclos de confronto. Um primeiro repertório era aquele que nunca havia saído das ruas desde fins do período ditatorial no Brasil, o repertório socialista marcado pelas bandeiras vermelhas, megafones e a organização vertical; o segundo repertório seria a “novidade” de 2013, que eram os de repertório autonomista, com foco em justiça global, tendo em suas táticas o repaginamento de signos e slogans anarquistas, além disso, tinham uma organização descentralizada, faziam deliberações a partir de consensos e defendiam táticas diretas, colocando-se contra símbolos de poder, do capital e político; o terceiro repertório seria o do patriota, aquele de viés antipetista, conservador e que começava a dominar as ruas (Alonso, 2017). Nessa tipificação de Angela Alonso, é possível verificar que os coletivos, que se tornaram mais fortes no pós-2013 no Brasil, encaixavam-se de forma evidente no segundo repertório: “a novidade 2013”.

Como Alonso (2017) observa, as grandes mudanças nos formatos de protesto e nos posteriores grupos e movimentos surgidos em 2013, tem relação com os protestos globais entre 2011 e 2013, onde se via de forma mais determinada um novo modelo de ativismo, muito focado no repertório autonomista além de uma visão diferente da relação com os governantes (Castells, 2013). Para Maria da Glória Gohn (2017), é a partir da década de 2010 que é possível verificar de forma mais evidente os chamados novíssimos movimentos sociais globalmente falando mas também especificamente no Brasil (com o Junho de 2013 como marco), sendo o Movimento Passe Livre (MPL) e as ocupações das escolas alguns exemplos mais a

esquerda (Gohn, 2017; Ortellado, 2016) enquanto que do lado dos conservadores, víamos grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados On line.

Os resultados políticos depois de 2013 foram bastante complexos e recheado de controvérsias (Fernandes, 2018), podendo ser chamadas também como “revoltas ambiguas” (Pinheiro-Machado, 2019), pois tanto deu bases para os movimentos de direita e extrema direita que conseguiram tirar Dilma Rousseff do poder em 2016 e também conseguir colocar Jair Bolsonaro como presidente em 2018, como também novas formações progressistas para cena, como foi o caso do movimento de ocupações de escolas a partir de 2015 no estado de São Paulo e uma nova força do movimento feminista na chamada “Primavera Feminista” (Pinheiro-Machado, 2019; Nobre, 2018; Gohn, 2017; Tori, 2021). Segundo Pedro dos Santos¹ (2023) do Coletivo da Quebrada, que participou das ocupações das escolas, 2013 foi uma espécie de fagulha que incendiou em vários pontos, inclusive para ele que estava no primeiro ano do ensino médio na época e que no seu terceiro ano (2015) já estava mais aberto para participar politicamente das ocupações das escolas

Esses movimentos sociais de viés mais progressista viram com bons olhos o formato de coletivos para uma luta menos centralizada, mais participativa, fluida, autônoma e horizontal (Perez, 2019; Peralva et. al, 2017), é o que pode ser visto nas ocupações das escolas e nos movimentos subsequentes (Ortellado, 2016; Tori; Fiacadori; Homma, 2020; Gohn, 2017) e além de tais características, é importante ressaltar o papel da juventude (não em uma perspectiva monolítica, mas diante de suas complexidades e desigualdades) e da proximidade a ideais anarquistas nos coletivos pós-2013 (Augusto; Rosa; Resende, 2016). Segundo Marcia Gobbi (2022), os coletivos surgem a partir de grupos minoritários, principalmente dentro da lógica segregadora das grandes cidades, mas surgem inclusive por ações consistentes contrárias a essa lógica segregadora. Nesse aspecto:

trata-se de coletivos periféricos, aqui entendidos na cidade de São Paulo, cujos enfrentamentos com forte apelo propositivo permitem-nos aproximá-los de práticas do comum (Ostrom, 2000; Dardot; Laval, 2017) e da busca pela construção conjunta de ações de acolhimento e de resistências fundando espaços de criação, diálogos e organizações políticas (Gobbi, 2022, p. 360).

Assim, estes são provocados a pensar o direito à cidade para além de espaços meramente geográficos, mas envolvendo todos e seus espaços como produto de

¹ Entrevista dada aos autores (2023).

sociabilidades e expressões culturais de seus projetos políticos de emancipação (Gobbi, 2022).

Esses movimentos mais contemporâneos, próximos dos coletivos, também vêm os protestos como fundamentais, sendo muitas vezes não só um meio, mas também um fim (Pinheiro-Machado, 2019). Um fim pedagógico para uma democracia mais participativa e também direta, além de terem sido impactados pelo novo ambiente de comunicação e também se apropriado dele (Castells, 2013). Importante ressaltar que no Brasil é perceptível um número cada vez maior de movimentos que se identificam como coletivos depois dos acontecimentos de 2013, que demonstraram muitas críticas ao governo e ao formato institucional da política, especialmente os partidos. Além disso, as ocupações de escolas que se iniciaram em 2015 também se mostram importantes para o surgimento de novos coletivos (Perez, 2019).

O movimento de ocupações das escolas ocorreu em 2015 no estado de São Paulo quando o então governador Geraldo Alckmin tentou impor uma política de “reorganização escolar” que afetaria mais de 300 mil estudantes e fecharia pelo menos 94 escolas, o que aconteceria de forma rápida e sem aviso prévio ou participação popular (Tori, 2021). Os estudantes começaram a se organizar de forma local - em suas próprias escolas - e também online em manifestações nas ruas para mostrar o descontentamento, depois disso conseguiram se organizar autonomamente e entre diferentes estudantes com uma ideia mais radical, que foram as ocupações de suas próprias escolas (Campos, 2019). Estas eram organizadas de forma horizontal, a partir de assembleias focadas no consenso de todos e usando também das tecnologias digitais (Ortellado, 2016; Campos, 2019; Tori, 2021), rapidamente outras escolas seguiram o exemplo, chegando a mais de 200 ocupações em 2 semanas.

Com um mês de ocupações, artistas, intelectuais e a população de uma forma geral passaram a apoiar esses estudantes e o próprio governo foi percebendo a dificuldade de manter a política de “reorganização”, tendo os estudantes uma grande vitória no fim de 2015 (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A partir disso, o governo tentou retomar seu projeto de forma menos direta, mas o exemplo de tais estudantes já chegava para todas as regiões do país, e a organização de novos movimentos de formato coletivo também foi ficando mais forte para aqueles que participaram, como é o caso do Coletivo da Quebrada e a coletivA, os dois casos estudados para o artigo em questão.

Levando em consideração a importância dos coletivos para as regiões periféricas (Gobbi, 2022) e que essas foram as maiores afetadas pela pandemia do

Covid-19 em São Paulo, tal artigo também abordará as ações e os impactos da pandemia para os coletivos aqui analisados. O fato de serem um coletivo teve algum impacto na sobrevivência deste período? Quais foram as ferramentas mobilizadas durante este momento?

A metodologia do presente artigo é baseada em uma revisão bibliográfica sobre os coletivos e os movimentos sociais contemporâneos no Brasil; sobre os impactos da Covid-19 para os movimentos sociais periféricos no Brasil e entrevistas semi-estruturadas com os coletivos analisados. As entrevistas, gravadas, foram organizadas a partir de seis seções, sendo a primeira para a identificação da fonte e do coletivo do qual faz parte; a segunda sobre as vivências do entrevistado durante as ocupações nas escolas; o terceiro sobre o coletivo em si e a forma como este enxerga o formato da ação coletiva; o quarto sobre o uso de tecnologias por eles; a quinta parte sobre a produção de conteúdos e o debate público e a sexta sobre as atuações do coletivo durante a pandemia da Covid-19.

OS COLETIVOS COMO FORMATO DE LUTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Alguns movimentos específicos aconteciam no pré 2013 que também ajudaram em seu surgimento e posteriormente em novas formas de organização da sociedade civil:

Na cidade de São Paulo, somaram-se alterações na sociabilidade, amparadas num ativismo cívico, com intervenções de retomada do espaço público (ocupações, jardins e hortas comunitárias, ações estéticas em ruas e praças, pichações etc.), e numa lógica do compartilhamento: produção e acesso compartilhado de tecnologias (espaços hacker, oficinas maker), posse temporária de objetos (sites de troca e empréstimo), de residência e trabalho (casas coletivas, Airbnb, ateliês, workspaces). Essas redes de sociabilidade deram as bases organizacionais para os estilos autonomista e liberal de ativismo, refratários ao Estado. A soma dessas mudanças adubou o campo para as manifestações de 2013 (Alonso, 2017, p.50-51).

Além das bases autonomistas, sem hierarquias, de caráter deliberativo e consensual e também as ocupações de espaços públicos (Castells, 2013; Gerbaudo, 2012; Gohn, 2017) que vinham desde 2013, esses novos movimentos, que se identificam como coletivos, usam de forma intensa as novas tecnologias digitais e não só como uma simples ferramenta, mas como parte constitutiva de suas práticas,

ações e organizações, ajudando inclusive em seus princípios de autonomia, horizontalidade e organização descentralizada (Ortellado, 2016; Gohn, 2017; Tori, 2021), sendo não só uma ação social, mas também um ato conectivo na perspectiva de Massimo Di Felice (2017) no chamado net-ativismo (Di Felice, 2017). Como Paolo Gerbaudo (2012) afirma, é problemática a visão essencialista sobre tais tecnologias e por isso o uso das redes sociais pelos diferentes ativistas pelo mundo são variados com bastante complexidades e também contradições. O próprio Coletivo da Quebrada, por exemplo, começou como uma página do Facebook de discussão de tópicos sobre direito à cidade e da produção de pequenos vídeos simples, posteriormente se tornando um coletivo de audiovisual tendo bastante foco nas novas tecnologias (Santos, 2023).

É um fato que o uso de tais tecnologias se torna essencial para a sobrevivência e ampliação dos movimentos sociais mais contemporâneos e os coletivos, coloca Gerbaudo (2012), mas também é perceptível que esses usos se tornam problemáticos quando se fetichiza na ação coletiva, ou seja, quando se criam qualidades místicas de tais tecnologias para os movimentos, o que acaba por obscurecer o trabalho de tais ações (Gerbaudo, 2012). O movimento feminista que ressurgiu no Brasil com bastante força também no pós-2013 (Pinheiro-Machado, 2019; Nobre, 2018) faz parte da chamada quarta onda do feminismo, que segundo Fabiana Jordão Martinez (2017) tem como um aspecto fundamental a sua construção intensa pelas redes digitais, reconhecendo existir desigualdades nos usos pelas mulheres, sendo boa parte dessas vindas de coletivos estudantis.

Em 2015 com o movimento de ocupações de escolas em São Paulo foi possível ver mais um exemplo de táticas próximas às dos coletivos sendo feita de uma forma organizada, mas descentralizada, e que posteriormente conseguiu suspender a política de cima para baixo tentada pelo então governo sobre a “reorganização escolar” (Tori; Fiacadori; Homma, 2020; Campos, 2019; Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A ideia de ocupações de escolas, por exemplo, veio a partir do conhecimento de uma cartilha traduzida por um coletivo, o coletivo “Mal Educado”, que também tinha uma base autonomista e que traduziu a cartilha “Como ocupar um colégio” de lutas feitas na Argentina e Chile anteriormente e acabou chegando na mão dos estudantes a partir da internet e dos protestos nas ruas (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). As ocupações foram uma virada radicalizada dos estudantes para conseguir maior atenção do governo e da população em relação a essa luta, das primeiras ocupações na E.E. Diadema e E.E. Fernão Dias, em apenas duas semanas conseguiram chegar em 200 escolas (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Tori, 2021). Ou seja, parte importante de tal movimento teve como base ideias vindas de um

coletivo, e posteriormente essas ideias se desenvolveram e ultrapassaram para futuras experiências coletivas.

Algumas escolas tentaram se organizar, durante as ocupações, a partir de um “Comando das Escolas Ocupadas”, onde tentaram manter conversas e assembleias de todas as ocupações, porém, somente cerca de 40 ocupações conseguiram se reunir (das 200), mas como bem colocado por Antonia M. Campos (2019, p.87):

O que manteve o movimento unificado, na prática, foi aquela forte identidade coletiva secundarista, que impediou outros atores de falarem em nome do movimento, e uma postura radicalizada de que os estudantes apenas recuariam se a ‘reorganização escolar’ fosse suspensa: como não houve em nenhum momento abertura de negociação com governo - nem por parte deste nem dos estudantes -, as únicas opções que se apresentaram eram resistir ou desistir. Os estudantes agiram de forma não previamente combinada, mas harmônica, optando pela resistência em torno da pauta única.

Ou seja, além dos estudantes terem rompido com um “isolamento individualista do cotidiano escolar” (Ortellado, 2016, p. 13) e criarem uma sociabilidade nova de corresponsabilidade e cuidado com o patrimônio público (Ortellado, 2016), conseguirem manterem-se sem a representação de um partido político ou movimento institucionalizado, conseguindo a organização autônoma. O governo até tentou deslegitimar o movimento o colocando como “partidário” ou “baderneiro”, mas estes conseguiram vencer também essa batalha simbólica, tendo posteriormente um forte apoio populacional (Ortellado, 2016; Campos, 2019).

De uma forma geral, os novíssimos movimentos sociais (Gohn, 2017), focados nos coletivos e nas ocupações de espaços públicos (Castells, 2013; Gerbaudo, 2012), pode-se ver uma lógica distinta onde: “nas ocupações e nas assembleias, questionam-se os regimes políticos, repensa-se a função do espaço público - assumindo o controle sobre ele -, recria-se o senso do comum e reinventa-se uma possibilidade completamente radical e democrática de se viver o coletivo” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 22). Uma forma, assim como visto nas ocupações das escolas, de romper com a rotina alienada das sociedades urbanas contemporâneas e conseguir conciliar isso com maior humanidade e para os sentidos de uma sociedade “comum” (Pinheiro-Machado, 2019). De uma forma mais geral: “These occupations can be understood as *rituals of popular reunion* in which individuals are ‘fused’ (Alexander et. al., 2006: 38) into a collective subject going under the name of the ‘people’ (Laclau, 2005)” (Gerbaudo, 2012, p. 11). São muitas vezes

formas de sociabilidade criadas a partir de códigos estéticos, rituais, a partir das localidades de onde são criados (ocupações, por exemplo) e tudo isso dando um sentimento de pertencimento a um grupo e a necessidade de criação de um espaço para o compartilhamento disso (Augusto; Rosa; Resende, 2016).

A criação de pertencimento e de uma nova sociabilidade coletivamente dentro das ocupações de escola, por exemplo, é perceptível também na fala de Pedro Santos (2023) do Coletivo da Quebrada e que teve o período das ocupações como fundamentais na virada do que pensava e fazia politicamente:

Acho que foi isso, as ocupações foi essa experiência de politização e de outras experiências de vida, para mim, individualmente, e acho que para a minha família também, não no sentido financeiro, mas no sentido de conscientização, também. Eu acho que para a minha mãe, eu acho que para o meu irmão, essas conversas, esse dia-a-dia foi importante também, de tentar entender o mundo que vive, de não se culpar, não se... minha mãe se culpa muito nessa questão de trabalho... Sei lá, a pessoa fodida acha que é culpa dela. Essas ocupações ajudou a conseguir achar maneiras de conversar com a minha mãe para tirar esse peso.

A questão da fluidez dos coletivos também se mostra importante a partir das experiências distintas de cada um, inclusive para poder construir espaços de sociabilidade comum e de construção coletiva - com foco na horizontalidade-, como pode ser percebido na fala de Matheus (2023)² do ColetivA Ocupação, um coletivo teatral que também teve início a partir das ocupações de escolas:

Acho que a gente fazer um movimento de se alimentar dentro e fora de um espaço. A gente não só trabalha junto, mas também a gente é amigo, colega, enfim. Muitas vezes a gente é também psicólogo, confidente, num tom de brincadeira também a gente é o próprio agiota da gente mesmo, em uma questão de a gente realmente se ajudar e tentar fazer um trabalho de propor as coisas pensando em um bem estar comum para todos que estão ali naquele meio, onde também a gente não entre em uma relação em que eu saia mais beneficiado que o outro, assim como eu também não tenha que trabalhar mais que o outro. Tanto é que a gente tem alguns princípios que a gente leva desde o começo, como em questão de pagamento, qualquer verba que entra a gente divide em valor igual para todo

² Entrevista dada para os autores (2023)

mundo. Aí também tem essa manutenção de a gente receber todo mundo igual, mas também a gente exige uns dos outros, trabalho tanto quanto.

Outra questão fundamental para ambos os coletivos, é que além da ideia de horizontalidade, democracia direta e autonomia, a partir das ocupações esses estudantes que vinham de bairros periféricos, passaram a conhecer pessoas de outras partes da cidade, artistas, intelectuais, estudantes universitários, etc. Para Pedro dos Santos (2023):

As ocupações me deram acesso, também, muito porque existiu ali um portal que é: pessoas que vivem em São Paulo mas não vivem a mesma cidade se encontraram. Então a classe média, branca, e tal, se encontrou com uma periferia, se encontrou com quem nunca ia se encontrar, pessoas que eram donas de não sei quantas casas, de produtora, de cinema, que nunca nem viram... Eu nunca tive essas referências, meus amigos também não tiveram. Existiu ali um portal, é isso, é isso que rolou. Então eu acho que isso me abriu possibilidades, como eu acho que abriu para outras pessoas, e tal.

Importante ressaltar que mesmo tendo como mote uma maior horizontalidade e autonomia nas ações dos coletivos, nem todos seguem isso, pois a questão da hierarquia pode ocorrer dentro de alguns coletivos, como visto em pesquisa feita por Perez (2019). De toda forma, em grande medida vêm como fundamentais as relações mais horizontais, por isso: “(...) a autonomia não é ausência de relações hierárquicas, mas sim uma outra forma de decidir, pautada pela importância da horizontalidade” (Perez, 2019, p. 584), e assim a horizontalidade pode tanto ser aplicada em toda a organização quanto em parte dela (Perez, 2019). Nesse sentido, segundo Pedro Santos (2023) do Coletivo da Quebrada em entrevista para os autores, a horizontalidade na ideia de coletivo é fundamental:

(...) pelo menos para a gente, quando a gente pensa no coletivo a gente pensa essa ideia de horizontalidade, que era muito de onde a gente tava vindo, das ocupações. Eu acho que coletivo faz muito... tipo, você falar de coletivo, pelo menos para mim, e ter uma ideia de verticalidade não tem sentido. Quando você fala de coletivo para mim eu penso em horizontalidade, eu penso em um grupo, em um bairro, em uma cidade aonde as pessoas estão no mesmo pé de igualdade e elas podem discutir para onde aquele lugar vai. Então eu acho que quando penso

em coletivo é isso. Por isso que é, né? É essa ideia de horizontalidade, para mim. Coletivo significa horizontalidade, para mim, claro.

Dessa forma, Pedro Santos (2023) diz que hoje só consegue atuar de forma horizontal, em todas as partes de sua vida, inclusive na criação do filho, porém, atenta que é sempre difícil conseguir manter isso, é preciso uma reeducação constante para evitar o centralismo nas atuações do dia a dia, inclusive dentro do coletivo.

Mesmo que a horizontalidade não exista de fato em todos os coletivos, em grande medida ela é buscada por eles (Perez, 2019). Um outro fator também possível de se perceber com os novos coletivos, é que além de sua organização política, em muitos momentos estes possuem pretensões artísticas, por isso é muito comum encontrarem coletivos de arte como forma de produzirem sua própria estética e linguagem autonomamente e sempre se apropriando das novas tecnologias digitais (Diógenes, 2020; Perez; Souza, 2017).

A questão da autogestão, da organização horizontal e vinda das periferias, como Gobbi (2022) reconhece nos coletivos analisados, tinham também como base de suas ações a construção do comum, e isso pode ser percebido também em suas ações durante a Pandemia de Covid-19, ou seja, com ações mais contundentes para minimizar o sofrimento alheio - principalmente nas proximidades de suas localidades de origem - e assim dando mais força também para a retomada da vida (Gobbi, 2022).

OS COLETIVOS ENTREVISTADOS

São sujeitos de estudo dois coletivos de cultura que se originaram das ocupações de escolas em São Paulo no ano de 2015: o Coletivo da Quebrada e a coletivA. Nesta seção estes coletivos serão apresentados a partir de informações fornecidas por dois entrevistados (um de cada coletivo) e a partir de informações obtidas nas redes sociais dos grupos.

O Coletivo da Quebrada foi criado em 2017, por dois jovens que haviam participado, dois anos antes, das ocupações secundaristas, e assim se conheceram. Ambos participavam do Movimento Passe Livre, um grupo que se volta para os debates acerca de questões urbanas, em específico, o direito à mobilidade, inclusive o grupo responsável por iniciar as primeiras manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo em 2013, resultando posteriormente nas chamadas Jornadas de Junho. As discussões se vincularam ao cotidiano dos amigos e familiares, como explica o entrevistado: “A gente não tinha acesso ao transporte,

não tinha dinheiro, a gente andava pela cidade de carona, né? E a gente, no Passe Livre a gente aprendeu muita coisa mas a gente colocou outra lógica, de formações em escolas periféricas” (Santos, 2023). Assim, passaram a fazer formações sobre direito à cidade nas escolas do bairro periférico de onde vinham, o João XXIII, na zona oeste de São Paulo, atingindo desde o Ensino Fundamental I até a Educação de Jovens e Adultos.

O Coletivo foi criado neste contexto, visando publicizar as formações feitas, e evidenciando a atuação nos bairros, uma vez que as iniciativas que haviam se envolvido anteriormente focavam-se especialmente no centro da cidade: “E o Coletivo foi criado para isso, para ter uma página, basicamente no Facebook, na época, para a gente postar, falar “oh, tá acontecendo isso, estamos fazendo essas formações”, muito em um sentido político da coisa, nada pensado em alguma coisa de monetizar isso, não, era mais no sentido de mobilização social.” (Santos, 2023).

Às discussões sobre direito à cidade se seguiram a ideia da produção de um filme³ que acompanhasse pessoas do bairro no transporte público. Nenhum dos integrantes do Coletivo possuía equipamentos de audiovisual ou grande experiência na área, mas através de editais públicos conseguiram acesso ao material necessário e colocaram a ideia da produção em prática:

(...) com a ajuda de algumas pessoas que a gente conheceu nas ocupações, a ocupação teve muita gente que colou de classe média, comunidade artística, essa comunidade artística branca, que tem o acesso maior e que a gente conseguiu, por meio deles, sugar tudo o que a gente podia de conhecimento, e entender como a gente escrevia um edital, que aí a gente escreveu um edital para o VAI, uma política pública que incentiva a periferia, para que coletivos, grupos consigam entregar algum produto artístico, consiga andar com as próprias pernas. Foi aí que eu realmente comecei a trabalhar com audiovisual, com esses equipamentos que a gente comprou com o edital (Santos, 2023).

[Tínhamos] um computador bem velho e o celular. A gente não tinha como construir muita coisa, mas o Alvim era bem bom, a gente achava uns programas piratas,抗igos, ele conseguia fazer umas artes para a gente postar. Na época a gente não filmava, nem nada, não tinha câmera... Foi ter depois, quando a gente ganhou o edital, mas antes não, antes era bem precário (Santos, 2023).

3 Até onde a gente vai. Direção: Pedro dos Santos. Produção de Coletivo da Quebrada. São Paulo, 2023. Online.

O trabalho com audiovisual vai além de trazer visibilidade para as discussões realizadas pelo coletivo, mas relaciona-se à uma concepção política voltada para a memória. É relevante pontuar como a memória oficial se mantém como instrumento de poder e de um imaginário colonialista, uma vez que unifica a população a partir de “marcos heroicos” e documentos oficiais, ensinados nas escolas e divulgados na mídia. Por outro lado, a memória é também manifestação de resistência de movimentos sociais e outras coletividades (Ansara, 2012), como coloca o entrevistado:

O Brasil é um país negro, então a gente tem a ideia do registro oral, só que isso se perde a partir do momento que a gente vive em um país genocida, né? Então essa memória não tem tempo de ser falada, ela não tem tempo da oralidade. Então o registro é isso, essa ideia do audiovisual dá a possibilidade para a gente de resgatar essa memória e de registrá-la. Por isso que o João XXIII tem essa importância, por a gente querer ter esse trabalho de resgate da memória (Santos, 2023).

A coletivA se inicia em 2017, e vem também do processo de ocupações das escolas em 2015. O primeiro espetáculo da coletivA, denominado Quando Quebra Queima, tem inspiração no processo de ocupações das escolas, e nasce de uma intervenção de teatro sobre as ocupações feita a convite da atual diretora do grupo, Martha Kiss Perrone. A peça, que estreou em 4 maio de 2018 na Casa do Povo, em São Paulo, foi apresentada inclusive em diferentes países. Por quase dois anos a coletivA não se valeu de editais públicos, sendo a composição da renda de seus membros dada a partir da bilheteria e de contratações, além de, em alguns casos, outros trabalhos remunerados. Em 2019 foram contemplados com o Prêmio Zé Renato de teatro, cujo período de duração se estendeu pela pandemia. Em relação à composição e funcionamento, a coletivA é composta não apenas de atores, como relata o entrevistado:

a composição do grupo não são só atores, tem pessoas formadas em iluminação, artista plástico, gente que é da dança, gente que é do teatro também... Boa parte das pessoas que são formadas em teatro ou está fazendo uma formação em teatro grande parte delas vai para a licenciatura também, elas buscam também essa questão educacional. A gente tem também dentro do grupo para elaboração de projetos um núcleo educativo, para cuidar disso também, para fazer oficinas,

residências. Tem essa outra parte que dentro do grupo somos muitas pessoas, e também nós cuidamos de nós mesmos (Matheus, 2023).

Além disso, o entrevistado da coletivA não a entende como um grupo de teatro, apenas, porque também são palestrantes, estudantes, formadores, etc.

A esta breve apresentação segue análise sobre as dificuldades e formas de resistência dos coletivos culturais entrevistados frente à pandemia da Covid-19.

RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA: O IMPACTO DA COVID-19 E OS COLETIVOS DE CULTURA EM SÃO PAULO

A pandemia de Covid-19 foi caracterizada como tal em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A partir de então, medidas de restrição foram recomendadas pela organização e, apesar de desdenhadas pelo governo federal brasileiro, foram adotadas por grande parte dos cidadãos do país (exetuando-se diversos trabalhadores que seguiram saindo de suas casas). Diversas áreas do setor cultural logo tiveram que parar ou adaptar suas atividades, como através do uso de tecnologias (Aguiar; Aguiar, 2021).

Os dois coletivos aqui entrevistados possuíam projetos em execução, amparados por editais, quando se iniciou a pandemia causada pelo coronavírus. O Coletivo da Quebrada produzia um documentário sobre a história do Educandário, um espaço ao redor do qual o bairro foi construído, como conta o entrevistado (Santos, 2023). O documentário contaria com entrevistas, o que não foi possível realizar nem com ajuda das tecnologias: “não dava mais para a gente fazer as coisas presenciais, então foi muito difícil, (...). A gente não tinha como ir conversar com as pessoas, as pessoas com quem a gente queria conversar não tinham internet, quando tinha era uma internet muito ruim que a gente ia conversar e não entendia nada.” (Santos, 2023). Além disso, esse mesmo coletivo estava com o lançamento do documentário Até onde a gente vai? previsto. Sendo um coletivo extremamente territorializado, bastante vinculado com o bairro João XXIII, a ideia do lançamento era de apresentar o filme no CEU (Centro Educacional Unificado) do bairro. A apresentação acabou sendo feita online, tendo vantagens e desvantagens:

Foi legal também porque a gente conseguiu abranger, pegar um público que era de outro bairro, de vários bairros da cidade, vários bairros periféricos que se identificaram também com a situação (...), então a gente acabou descobrindo outras pessoas, através disso. Mas o que a gente sentiu falta foi o contato com as pessoas do bairro, isso foi uma coisa que a gente sentiu bastante. (...) E tam-

bém acho que foi um respiro para as pessoas, tipo, a gente estava no meio da pandemia e ter um filme do pessoal do bairro, o pessoal vai conversando online, isso foi legal, acho que serviu como uma força, porque a pandemia fez estrago psicológico para todo mundo. (Santos, 2023).

Aguiar e Aguiar (2021) evidenciam a exacerbação do impacto das tecnologias digitais durante o distanciamento social causado pela pandemia. A tecnologia aparece nos dois projetos relatados pelo entrevistado: no primeiro, como impossibilidade, uma vez que as personagens selecionadas para participar do documentário não tinham acesso aceitável à internet ou outras tecnologias necessárias; no segundo caso, do lançamento do documentário já produzido o distanciamento social é visto como um dificultador, uma vez que não permitiu a interação local esperada, mas possibilitou uma interação de pessoas de outras localidades que compartilhavam as experiências dos moradores do João XXIII. Neste sentido podemos observar um indício da perspectiva da potencialidade do uso das tecnologias para uma globalização contra-hegemônica, mobilizada pelos “de baixo”, de Milton Santos (2018).

A coletivA também teve suas atividades alteradas, e o uso das tecnologias foi ampliado. É relevante recordar que, em pesquisas realizadas anteriormente, na área de Teatro o uso de tecnologias apareceu como pouco relevante nos cotidianos dos entrevistados (Penteado, et al., 2019). Assim, pode-se dizer que o dia-a-dia da coletivA também foi bastante alterado pelo contexto de distanciamento social causado pela pandemia de Covid-19. O coletivo contava com o prêmio municipal de cultura Zé Renato, e o projeto premiado previa a apresentação do espetáculo e a realização de oficinas em escolas. Algumas apresentações foram feitas, mas no ano de 2020 o projeto precisou ser mantido em adiamento. A execução foi realizada em 2021, ainda em condições de distanciamento social, por questões burocráticas. Para tal, foi realizada uma adaptação inclusive no nome do projeto, que passou a se chamar “Pausa para existir”, com oficinas online e a realização de uma zine sobre o “Quando Quebra Queima. É interessante observar a visão de ambos os coletivos de que algumas de suas atividades foram um “respiro” frente às perturbadas condições de existência geradas pela distância e pelo medo durante a pandemia.

A criação e os ensaios da coletivA também continuaram, mas a partir do uso das tecnologias, cada um em sua casa: “Era muito louco, porque fica mesclado a questão. Ao mesmo tempo que é uma criação coletiva é também muito uma criação individual, até porque é eu ali fechado no meu quarto e a interação que

eu tenho com o mundo é uma telinha." (Matheus, 2023). Assim, os integrantes do grupo mantiveram seus encontros de maneira virtual, tensionando as noções de próximo e distante.

A pandemia também alterou as atividades dos coletivos posteriormente: ambos os entrevistados mencionam a realização de reuniões online, evitando deslocamentos e possibilitando a participação de membros que se encontram fisicamente distantes. No entanto, as críticas a esta forma não são ausentes: "(...) A reunião online acho que ajuda. É que atrapalha, porque você não vê a pessoa direito... A reunião online é você falar sem falar... Não é uma relação de verdade, não é real." (Santos, 2023). O uso parcimonioso da tecnologia também foi relatado pelo entrevistado da coletivA:

Hoje a gente ainda utiliza muitas vezes o Google Meet, principalmente, por ter esse acesso mais fácil, você não precisa baixar nada, dá para usar no navegador, para fazer reuniões, conversas, muito pela questão de praticidade. Querendo ou não, ter que se locomover até algum lugar comum para todo mundo é tempo, é muita demanda também. (...) A gente evita também fazer grandes reuniões, reuniões prolongadas, ou mesmo desenvolver algum trabalho que seja online, a não ser que seja muito necessário mesmo (Matheus, 2023).

O uso de tecnologias já é bastante ressaltado na forma “coletivo” (Gohn, 2017), sendo ainda bastante evidente para a produção audiovisual, diferente da área teatral (Penteado, et. al., 2019). O distanciamento social gerado pelo Covid-19 ampliou e alterou os usos de tecnologias pelos coletivos culturais, especialmente em matéria de organização interna.

Durante a pandemia a questão econômica foi bastante articulada: o distanciamento social afetou estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e diversos autônomos. Na área da cultura não foi diferente: o setor já enfrentava descontinuidades em matéria de políticas públicas desde a gestão de Ana de Hollanda, em 2011 e, especialmente a partir de 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff (Aguiar; Aguiar, 2021). Com o governo Bolsonaro a gestão da cultura foi ainda mais desconsiderada: o Ministério da Cultura foi extinto, sendo rebaixado ao status de Secretaria, integrando primeiramente o Ministério da Cidadania e posteriormente o Ministério do Turismo (Com, 2019). As vulnerabilidades econômicas no setor também se evidenciaram ainda mais com a pandemia: o Governo Federal se eximiu de pensar políticas que reduzissem o impacto do distanciamento social para os agentes culturais, tendo sido iniciativa do poder legislativo o projeto

de lei 1075/2020, posteriormente chamada de Lei Aldir Blanc⁴, visando estabelecer medidas emergenciais para o setor (Aguiar; Aguiar, 2021).

As políticas culturais mostram-se bastante importantes para os coletivos analisados, mas especialmente para o Coletivo da Quebrada, que iniciou suas atividades a partir da aquisição de equipamentos graças ao recurso do edital do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da prefeitura de São Paulo. Como já dito os dois coletivos contavam com editais no início da pandemia, mas apenas a coletivA se valeu da lei Aldir Blanc, para o desenvolvimento do novo espetáculo do grupo. Enquanto isso, o Coletivo da Quebrada deu continuidade ao trabalho iniciado antes da pandemia, realizando ainda um trabalho em parceria com o Sesc. Um dos membros do coletivo participou também do Projeto Curta em Casa, do Instituto Criar, do Projeto Paradiso e da SPCine. A coletivA, neste período, contou ainda com uma doação particular para que o grupo pudesse dar andamento em seus trabalhos. Assim, nota-se a relevância das políticas emergenciais no período da pandemia, mas também a organização autônoma dos coletivos, que se mantiveram vivos e ativos apesar do período turbulento pelo qual passamos.

CONCLUSÕES

Paolo Gerbaudo (2012) concorda com outros autores que enxergam que no período pós-industrial houve uma radical heterogeneidade e multiplicidade na sociedade e que essas complexidades não podiam ser abarcadas completamente pela burocracia engessadas dos tradicionais partidos políticos. Porém, a multiplicidade e essas novas mobilidades sociais podem formar coletivos e novas formas de ação coletiva, mas também acabam tendo muita dificuldade de se manterem como grupo a longo prazo (Gerbaudo, 2012). O que não necessariamente é problemático, mas existe sempre o perigo de uma maior individualização das lutas e de ações para além das ações diretas (Gerbaudo, 2012).

Percebe-se, nesse sentido, que os novos formatos de movimentos sociais, dentro da perspectiva de novíssimos movimentos sociais (Gohn, 2017) são mais fluidos, focados em lutas mais específicas e marcadamente contra lutas muito centralizadas, por isso o foco no horizontalismo, sendo os coletivos importantes formatos na contemporaneidade. No Brasil vemos um aumento significativo desse tipo de organização a partir das complexidades e controvérsias de Junho de 2013 (Perez, 2019), sendo as ocupações de escolas em São Paulo no ano de 2015 também

4 Aldir Blanc foi letrista e compositor brasileiro, que faleceu durante a pandemia, em decorrência da Covid-19.

uma continuação e aprofundamento desse formato para a juventude da época, como foi no caso dos dois coletivos aqui entrevistados e analisados: Coletivo da Quebrada e coletivA Ocupação.

Como visto, ambos os coletivos vieram a partir da vivência das ocupações das escolas, sendo o ideário de bem comum, compartilhamento de atividades, construção coletiva e horizontalidade muito presente na vivência das ocupações e reencontrado no formato dos coletivos posteriormente. Assim, como Pedro dos Santos (2023) afirmou em entrevista, a lógica de coletivo na construção do Coletivo da Quebrada surgiu naturalmente pois viam nesse formato algo que concordavam e compartilhavam para a vida. Outro fator relevante, é que a partir da vivência das ocupações das escolas, esses jovens tiveram acesso a diversas pessoas diferentes da cidade, além de formações artísticas e discussões políticas muito relevantes, isso tudo os incentivou na produção artística, não à toa os dois coletivos aqui analisados são coletivos culturais.

Ambos os coletivos se baseiam em produção cultural, o Coletivo da Quebrada mais voltado para o audiovisual e a coletivA Ocupação nas artes cênicas. O Coletivo da Quebrada começou como um coletivo político para debater questões sobre o direito à cidade e a vida nas periferias, em uma página na rede social, organizando pequenos vídeos e conversas pelo bairro em que viviam. Portanto, desde o início usavam tecnologias digitais como parte fundamental de suas atividades. Posteriormente, foram contemplados com o edital VAI da prefeitura de São Paulo e foi a partir disso que conseguiram comprar equipamentos profissionais de audiovisual e iniciar os trabalhos com produção cinematográfica apropriando-se de tais tecnologias. No caso da coletivA, o uso das tecnologias digitais era menos intenso, sendo primordialmente para divulgação de seus trabalhos. A coletivA começou a se organizar ainda dentro das ocupações em 2015, mas se estruturou de fato como coletivo em 2018, conseguindo também acesso a alguns importantes editais públicos e grande alcance de seus espetáculos, tendo apresentações até mesmo no exterior.

Porém, o ano de 2020 chegou e alterou concretamente as atividades dos dois coletivos por conta da Covid-19 já que ambos realizavam seus trabalhos a partir de atividades presenciais. O Coletivo da Quebrada estava finalizando o seu primeiro documentário e a estreia que deveria acontecer no CEU do bairro acabou tendo que ocorrer virtualmente, o que foi negativo do ponto de vista de que não houve a reunião de moradores do bairro prevista, porém, como ponto positivo acabou conseguindo atingir pessoas de diferentes bairros periféricos da cidade, que também se reconheceram no filme.

Outra questão importante, é que durante estreia, assim como nos momentos em que o coletivA se realizava seu projeto “Pausa para existir”, os coletivos reconheceram que estes se colocavam como momentos de respiro, de certa leveza, levando em consideração a situação extrema de saúde pública que as pessoas viviam. Isto se evidencia ainda mais nos bairros periféricos de onde grande parte dos participantes viviam.

A partir da Covid-19 e do fechamento dos encontros presenciais, o entrevistado da coletivA afirmou que passaram a utilizar mais as tecnologias digitais para produção, inclusive fazendo alterações nas atividades programadas para edital que participavam. A questão dos editais públicos foram também essenciais para ambos coletivos se manterem ao longo do período da pandemia.

As entrevistas evidenciam a relevância da forma coletivo durante a pandemia, uma vez que possibilitaram que grupos mantivessem suas atividades culturais a partir de mobilização autônoma, cuidado e manutenção de trocas mais próximas quanto possívels, dada a situação. Nota-se ainda a relevância das políticas emergenciais no período da pandemia, que apesar de morosas e poucas permitiram a sobrevivência econômica de diversos grupos e indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariana de Araujo; AGUIAR, Luciana de Araujo. A pandemia da Covid-19 e seus impactos no setor cultural brasileiro. *Sociedade e Cultura*, v. 24, 8 set. 2021. DOI 10.5216/sec.v24.66308. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/66308>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- ALONSO, Angela. A Política Das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, ed. especial, jun., pp. 49–58, 2017.
- ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Psicologia Política*, v. São Paulo, 12, n. 24, p. 297–311, 2012.
- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo O.; RESENDE, Paulo Edgar da R. (2016). Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 21, n. 40, pp. 21-37, jan.-jun. 2016.
- CAMPOS, Antonia. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas de São Paulo, in J. Medeiros; A. Januário; R. Melo (Orgs.), *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. 1a ed. São Paulo, Editora 34, 2019.

- CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escolas de Luta*. Ed. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 2016.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2013.
- COM FIM DO MINISTÉRIO DA CULTURA, criação de secretaria divide classe artística. In: IG. Gente. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://gente.ig.com.br/cultura/2019-01-03/ministerio-da-cultura-fim.html>>. Último acesso: 30/06/2023.
- DI FELICE, Massimo. *Net-ativismo*: Da ação social para o ato conectivo. Paulus Editora, São Paulo, 2017.
- DIÓGENES, Glória. Cidade, Arte e Criação Social: Novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 34, n. 99, 2020.
- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos*: A encruzilhada da esquerda brasileira. Autonomia Literária, São Paulo, 2019.
- GERBAUDO, Paolo. *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. PlutoPress. London, 2012.
- GOBBI, Marcia. ‘Nóis’ é Ponte e Atravessa Qualquer Rio: Notas sobre mulheres, crianças, coletivos periféricos e o comum (ou, quando a pandemia é apenas mais um elemento). *Caderno CEDES*. Campinas, v. 42, n. 118, pp. 359-372, set-dez. 2022.
- GOHN, Maria G. Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. Cortez Editora, São Paulo, 2017.
- MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e Radicais da Quarta Onda: O feminismo na era digital. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, nº 3, 2021.
- NOBRE, Marcos. Junho, Ano V. As eleições, o sistema político e a negação da realidade. *Revista Piauí*. São Paulo, ed. 141, Jun. 2018.
- ORTELLADO, Pablo. Prefácio - A Primeira Flor de Junho. In: CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escolas de Luta*. Ed. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 2016.
- PENTEADO, Claudio Luis de Camargo, et. al. O uso dos softwares pelos agentes de cultura no Brasil. In: PELLEGRINI, Jerônimo; PENTEADO, Cláudio; SOUZA, Paulo; HOMMA, Luana (orgs.). *Software e cultura no Brasil*: produção, gestão e políticas públicas. São Bernardo do Campo: KMA, 2019. pp. 50-75.
- PERALVA, Angelina; FIGEAC, Julien; PATON, Nathalie; NOGUEIRA, Rachel (2017). O legado de 2013. Coletivos de ativistas e a Agenda Pública Brasileira. In: *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*, GT 8: Democracia e Desigualdade, Caxambu, 2017.
- PEREZ, Olivia C.; SOUZA, Bruno M. Velhos, Novos ou Novíssimos Movimentos Sociais? As pautas e práticas dos coletivos. in: *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*, GT 11: Entre Ruas e os Gabinetes. Caxambu, 2017.

- PEREZ, Olívia Cristina. Relações Entre Coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública: Revista do CESOP*. Campinas, v. 25, nº 3, set-dez. 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã Vai Ser Maior. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Ed. Planeta, São Paulo, 2019.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro, 28a ed., 2018.
- TORI, Lucca Amaral; HOMMA, Luana Hanaê Gabriel; FIACADORI, Giuliana. Coletivos e o Uso das Redes: o caso das ocupações das escolas em São Paulo em 2015. *Simbiótica*. Vitória, v.7, n.3, jul-dez. 2020. pp. 98-134.
- TORI, Lucca Amaral. *Ocupações, o uso de tecnologias de Informação e Comunicação e a Construção de Redes no Movimento Secundarista de São Paulo em 2015*. Dissertação de Mestrado no Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2021.

As Jornadas de 2013 no Pará: a socialização política de jovens militantes

The 2013 Journeys in Pará: the political socialization of young activists

Luiz Carlos Felizardo Júnior^a,
Crisolita Gonçalves dos Santos Costa^b,
Josefa Alexandrina Silva^c

Resumo Neste artigo, analisamos as Jornadas de 2013 no Pará, destacando suas especificidades regionais de desigualdades sociais e contexto de críticas à insuficiência de serviços públicos. Integrando, teoricamente, os conceitos de dialética das juventudes, subjetivação política, socialização política e repertório de contestação, analisamos entrevistas semiestruturadas realizadas com três militantes que participaram das Jornadas à época e uma pesquisadora local. O objetivo foi compreender os sentidos atribuídos às experiências vividas e seus significados para as vidas desses jovens à época, além de explorar as dinâmicas políticas contemporâneas e o engajamento juvenil em movimentos sociais. Os resultados evidenciam a importância das pautas interseccionais no tensionamento das múltiplas reivindicações às manifestações, o papel das Jornadas como um momento formativo na socialização política dos participantes e nas conexões entre as particularidades locais e os aspectos globais desse movimento.

Palavras-chave Jornadas de 2013. Jornadas no Pará. Socialização Política. Interseccionalidade.

Abstract In this article, we analyze the 2013 Journeys in Pará, highlighting their regional specificities of social inequalities and the context of criticism of the insufficiency of public services. Theoretically integrating the concepts of youth dialectics, political subjectivation, political socialization and repertoire of contestation, we analyzed four semi-structured interviews carried out with activists who participated in the Days at the time and a local researcher. The objective was to understand the meanings attributed to lived experiences and their meanings for the lives of these young people at the time, in addition to exploring contemporary political dynamics and youth engagement in social movements. The results highlight the importance of intersectional agendas in

a Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, Campus Campanha.
E-mail: luiz.felizardo@uemg.br

b Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Abaetetuba.
E-mail: crisolita@ufpa.br

c Pesquisadora bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.
E-mail: j.alexandrina@uol.com.br



tensioning the multiple demands for demonstrations, the role of the Journeys as a formative moment in the political socialization of participants and the connections between local particularities and the global aspects of this movement.

Keywords 2013 Journeys. Journeys in Pará. Political Socialization. Intersectionality.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as manifestações ocorridas em 2013 no estado do Pará, destacando sua relevância regional e política. Apesar da importância dos atos em Belém e outras cidades, há uma escassez de estudos que explorem suas singularidades. Fundamentamos nossas análises nos conceitos de subjetivação política (Rancière, 1996), repertórios de contestação (Tilly, 2008), socialização política (Tomizaki, 2016a) e dialética da juventude (Groppo, 2017), para compreender as experiências dos sujeitos entrevistados.

As análises sobre as Jornadas de 2013 evidenciam disputas interpretativas sobre seu significado (Dias, Melo e Ribeiro, 2022, p. 16). Sua ocorrência foi precedida por um período de “latência” (Dowbor; Szwako, 2013), caracterizado como um tempo-espacço em que movimentos progressistas e autonomistas, como o Movimento Passe Livre (MPL) e os Comitês Populares da Copa, atuaram na articulação de pautas, formação política, construção de narrativas e mobilização em rede.

As Jornadas configuraram um fenômeno sociopolítico diverso, plural de grandes proporções que envolveu milhões de pessoas em praticamente todos os estados e Distrito Federal. Esses protestos estão circunscritos num ciclo global de manifestações que foram impulsionados pela crise econômica de 2007-2008 – como a Primavera Árabe (2010-2012), o Movimento dos Indignados na Espanha (2011) e o Occupy Wall Street nos EUA (2011), todos caracterizados pela ocupação de espaços públicos como tática central para denunciar desigualdades e injustiça social. No Brasil, as manifestações denunciavam exclusão social e desigualdades.

Manifestações como a “Revolta do Buzu” (2003, Salvador), a “Revolta do Busão” (2012, Natal) que antecedem as Jornadas de 2013 exemplificam o período de latência indicado. Entretanto, foi o episódio conhecido como “Batalha da Consolação”, em São Paulo, que conferiu projeção nacional aos protestos de 2013, expandindo reivindicações locais em uma causa nacional.

Focalizamos no artigo as manifestações ocorridas no Estado do Pará nesse contexto e justificando essa escolha pela constatação de que, nos últimos 10 anos, poucos estudos abordaram a importância política dos atos que tomaram as ruas no Estado e em sua capital.

Nesse sentido destacamos o trabalho de Santos, Brito e Steinbrenner (2013), realizado ainda no calor das manifestações, refletindo sobre as jornadas no Pará com base em publicações na imprensa e resultados de um grupo focal. Esse estudo aponta características singulares do movimento no estado, anunciando uma ruptura com o modo tradicional de fazer política na região. Com maior distanciamento temporal, Dias, Melo e Ribeiro (2022), analisaram publicações na imprensa e destacaram que as jornadas inauguraram formas subjetivistas e individualistas de mobilização social.

Manifestações como as Jornadas criam oportunidades de politização, permitindo a revisão, ressignificação e adaptação de valores políticos em resposta às experiências vividas.

A política existe quando o dado sensível das experiências comuns é perturbado por sujeitos que se fazem ver e ouvir em lugares onde sua presença era negada. Esse ato de dissenso não é uma disputa sobre distribuição de partes já reconhecidas, mas a criação de uma nova lógica da visibilidade (Rancière, 1996, p. 15-17).

Para Rancière, política é uma ruptura dos sujeitos com a ordem hierárquica do “policlamente” – sistema que organiza a sociedade e distribui lugares e funções. Esses sujeitos, muitas vezes, vistos como inferiores ou excluídos da comunidade política, demonstram, por meio da ação política, a igualdade fundamental entre todas as pessoas. Ainda que de forma provisória, essas ações constroem os “sujeitos políticos” (Groppo et al., 2023a).

Outro conceito utilizado nas análises deste artigo é o de repertórios de contestação, definido por Tilly (2008) como conjunto de formas e práticas de protesto disponíveis aos movimentos sociais em determinado contexto histórico:

Repertórios de contestação são conjuntos limitados de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e adaptadas por um grupo em contextos históricos específicos para fazer reivindicações sobre o poder. Embora sejam criações culturais, elas são profundamente influenciadas por condições estruturais, como as relações de poder e as oportunidades políticas disponíveis” (Tilly, 2008, p. 15-17).

Socialização política definida por Tomizaki (2016b) como um processo contínuo no qual os indivíduos adquirem, ao longo da vida, valores, normas, atitudes e comportamentos políticos, também têm papel operatório importante nas análises. Esse processo é, segundo Tomizaki, influenciado por fatores econômicos,

sociais e políticos, bem como por aspectos pessoais, como origem familiar e nível de instrução. Momentos de crise ou mobilização social, como protestos de massa, são férteis e os processos de socialização política de jovens podem, inclusive, transformar valores transmitidos pela família. A militância e a participação em protestos oferecem espaços formativos complementares, nos quais os indivíduos reforçam ou modificam orientações políticas adquiridas anteriormente.

Os conceitos de Luís Antônio Groppo, Jacques Rancière, Kimi Tomizaki e Charles Tilly articulam uma compreensão interseccional da mobilização social, destacando a juventude como agente político central. Groppo (2017) caracteriza a juventude como um sujeito contraditório e dinâmico, cuja atuação reflete tanto condições estruturais quanto subjetivas. Essa perspectiva se alinha à noção de subjetivação política de Rancière (1996), que define a política como dissenso: uma reivindicação de igualdade por sujeitos historicamente invisíveis, rompendo posições e reorganizando a “partilha do sensível”. As Jornadas de 2013 exemplificam essa ruptura, tendo jovens como protagonistas na redefinição do espaço público.

Além da introdução, o artigo está dividido em mais três partes. Na segunda parte, discutimos o contexto político e social do Pará, evidenciando como as lutas urbanas adquirem dimensões mais amplas pela conexão intensa entre cidade, campo, rios e florestas e configuraram um clima político e como ativistas e pesquisadores retratam as jornadas no estado. Na terceira parte apresentamos os sujeitos da pesquisa, destacando seu compromisso com a transformação social e analisamos como os entrevistados interpretam suas experiências nas Jornadas, focalizando o engajamento social, a militância e a educação, o papel da educação na formação e militância política dos sujeitos, o lugar das diferenças e diversidade no fazer militante, os repertórios de contestação, a experiência de participação nas Jornadas e por fim, tecemos algumas considerações.

O CONTEXTO AMAZÔNICO: UM OLHAR DO ESTADO DO PARÁ

As manifestações de junho de 2013 no Pará precisam ser detalhadas à luz das demandas por melhores condições de vida para todos. Esse discurso, que integrou a pauta das manifestações em todo o Brasil, se fundamenta em políticas públicas urbanas, como transporte, moradia, saneamento, educação, lazer e saúde. No contexto do Pará, essas questões não podem ser desassociadas das necessidades das populações urbanas, rurais, ribeirinhas e das florestas, incluindo os povos e comunidades tradicionais.

Pensar nas jornadas de Junho de 2013 no Pará implica entender que boas condições de vida para todos dependem diretamente de políticas públicas urbanas

como transporte, moradia, saneamento, educação, lazer, saúde entre outras, e isso no Estado do Pará¹, deve ser pensado levando em conta as necessidades dos homens e mulheres do campo, da cidade, dos rios, florestas e comunidades tradicionais. O estado apresenta uma diversidade de modos de vida, influenciadas principalmente pelas culturas indígenas e negras, que coexistem tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais e florestais, além de uma presença significativa de povos e comunidades tradicionais.

Em 2013, Belém estava sob a administração do prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB), tinha uma população de 1.393.399 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da região Norte. Naquele período, 39% de sua população vivia com uma renda per capita equivalente a meio salário-mínimo (IBGE, 2010).

De acordo com a pesquisadora Bárbara Dias, Belém é uma cidade marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, que afetam principalmente as camadas mais pobres da população. Dias afirma:

Belém é uma cidade onde há uma grande concentração de renda, e a especulação imobiliária é uma realidade que afeta o cotidiano das pessoas. A cidade tem uma estrutura ocupacional muito especializada e mais de 30% de sua população ganha menos de um salário-mínimo, o que fecha muitas portas para as camadas mais pobres da sociedade (DIAS, 2023)

No campo político, a pesquisadora destacou a insatisfação popular causada pela ausência de políticas públicas efetivas, tanto antes quanto durante as manifestações de 2013. Ela observou que o poder público ignorou as necessidades básicas da população, o que gerou um clima crescente de descontentamento. Para a pesquisadora, as jornadas de 2013 representaram um momento de ruptura, marcado pela falta de atenção das autoridades às demandas populares (DIAS, 2023).

Nesse contexto de desigualdade, baixos salários e falta de atenção governamental, as greves dos trabalhadores da construção civil em 2012 e 2013 destacaram as condições precárias de trabalho no Pará. Ações como o bloqueio de estradas e a ocupação de canteiros de obras, incluindo o de Belo Monte, enfatizaram as duras realidades enfrentadas pelos trabalhadores, frequentemente denunciadas pelas organizações sindicais (Spossati, 2012).

¹ De acordo com o Censo de 2022, o Pará possui uma população de 8.121.025 habitantes distribuídos por uma área total de 1.245.870,704 km², abrangendo 144 municípios (IBGE, 2022).

Vale destacar que o clima político no período anterior às manifestações já estava conturbado, principalmente em função do acirramento dos debates em torno do plebiscito que propunha a divisão do Estado em três: Pará, Carajás e Tapajós. Embora questões financeiras relacionadas aos recursos hídricos e minerais estivessem em jogo, o debate concentrava-se nas críticas à insuficiência dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, moradia e transporte (Correia, 2013).

Questões como essas, segundo Correia (2013), foram centrais no plebiscito, pois muitos atores políticos, após a derrota na tentativa de dividir o Estado, passaram a argumentar que uma administração local poderia melhorar a oferta desses serviços essenciais, revelando a insatisfação generalizada com o governo vigente.

Esse cenário de acirramento político, baixos salários e lutas trabalhistas contribuíram para aumentar a frustração de uma parte significativa da população, preparando o terreno para as manifestações de junho de 2013.

NARRATIVAS CRUZADAS: MILITANTES E PESQUISADORES RETRATAM AS JORNADAS NO PARÁ

A primeira manifestação em Belém, assim como outras capitais brasileiras, caracterizou-se pela autonomia e ênfase nas críticas ao governo e ao sistema político, frequentemente visto como corrupto e ineficiente (Dias, Melo, Ribeiro, 2022). Na primeira assembleia, realizada em praça pública, não havia equipamentos como carro de som, microfone ou megafone. (Santos, Brito, Steinbrenner, 2013).

Seguindo o que ocorria no restante do país, as manifestações em Belém, conhecidas como “Jornadas de Junho de 2013”, surgiram com a convocação de um movimento chamado “Belém Livre” por meio de uma comunidade no Facebook, no dia 14 de junho de 2013. O movimento adaptou o modelo do Movimento Passe Livre e usou a internet para articular as Jornadas e desenvolver o ciberativismo convocando os cidadãos para participar de um ato preparatório para as mobilizações na cidade, destacando a força da internet na articulação das Jornadas e o desenvolvimento de um ciberativismo subsequente, ampliando o alcance das manifestações (Santos, Brito, Steinbrenner, 2013).

Desse processo a importância das redes sociais foi destacada por nossos entrevistados. Segundo Conceição, “*as redes sociais foram fundamentais para divulgar as manifestações e atrair mais gente. [...] Sem isso, talvez não tivéssemos conseguido mobilizar tantas pessoas*” falando sobre o uso de plataformas como Facebook e Twitter que permitiram alcançar um número muito maior de pessoas, especialmente em um cenário onde a mídia tradicional não representava

adequadamente o movimento. Wanda, outra de nossas entrevistadas, reforçou essa perspectiva, observando que “*as redes sociais ajudaram muita gente que não estava diretamente envolvida a se engajar. [...] Isso trouxe muita gente nova para a rua, mas também gerou confusão.*” Aspecto esse corroborado cautelosamente por outro militante Jorge, quando informa: “*as redes sociais mobilizaram, mas também criaram caos. [...] Facilitou a entrada de grupos conservadores.*” Para ele, a fragmentação causada pelo uso das redes dificultou a organização do movimento, trazendo para as ruas pessoas que não compreendiam plenamente as bandeiras defendidas ou defendiam outras, abrindo espaço para a atuação de grupos com interesses distintos.

Essas observações reforçam a teoria de Manuel Castells (1999) sobre a sociedade em rede, ao destacar que, embora as redes sociais aumentem a participação e diversidade de vozes, também podem gerar desorganização e dificultar a coesão e liderança unificada, como ocorreu nas Jornadas de 2013 no Pará.

Seguindo com a descrição das jornadas no Pará ressaltamos que o caráter autonomista que caracterizou as primeiras manifestações em Belém, marcado por pautas individuais e sem uma coesão coletiva clara, começou a mudar a partir da segunda assembleia. Nesse momento, coletivos mais organizados, com tradições de esquerda, conseguiram a participação ativa. As jornadas de junho ocuparam as ruas da capital paraense, utilizando espaços consagrados pelos movimentos sociais, mas também propuseram novos rumos e montaram acampamentos que sinalizaram rupturas no padrão tradicional de manifestações públicas. Assim, observamos uma mistura de práticas autonomistas com movimentos sociais mais tradicionais (Santos, Brito, Steinbrenner, 2013).

Segundo os militantes, no começo as reivindicações eram mais voltadas para questões sociais amplas, mas logo disseram “*a gente viu as pautas conservadoras ganhando espaço*” (Conceição). Wanda reforça a percepção de que as pautas progressistas enfrentam resistências no interior do movimento ao lembrar que: “*A gente sentia que as pautas feministas e LGBTQIA+ estavam sempre lutando para ganhar espaço, mas as demandas conservadoras começaram a aparecer.*”

E Jorge informa que reconhecia a ameaça representada pelos grupos conservadores dizendo do (...) “*surgimento de grupos como o MBL nos fez perceber que havia um problema maior de disputa ideológica.*”

As falas de Conceição, Wanda e Jorge evidenciam que para garantir uma identidade progressista para o movimento e impedir sua fragmentação, o campo mais à esquerda tinha que disputar espaço com as pautas conservadoras e reacionárias.

Entretanto o processo segue, contando com a participação de diversos grupos e movimentos sociais com diferentes tendências que trouxeram demandas específicas para as ruas, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Isso ficou evidente em 02 de julho de 2013, quando várias manifestações ocorreram simultaneamente em Belém, envolvendo diversos setores da sociedade:

[...] diversas manifestações ocuparam as ruas de Belém: policiais militares e bombeiros fizeram passeata a favor da PEC 300; o movimento Médico, ‘Vem Pra Rua Também’ apresenta melhores condições na saúde; funcionários da maior rede de supermercados de Belém entraram pela primeira vez em greve por melhores atualizações; flanelinhas fizeram manifestação por melhores condições de trabalho. Ainda em julho, vários cursos da Universidade Federal do Pará pararam por melhores condições de ensino, e um pouco adiante, os jornalistas de Belém, depois de quase duas décadas sem (re)ação coletiva, abordados em greve por melhores condições de trabalho. (Santos, Steinbrenner, 2013, p.10).

Apesar da força da narrativa “sem partido” e das pautas individualizadas no início, as assembleias permitiram a discussão de questões mais coletivas e alinhadas com as pautas nacionais, ainda que a diversidade de demandas continuasse presente. Houve a necessidade de ajuste às necessidades e pautas locais para evitar o que chamaram “uma caminhada do nada para lugar nenhum²”. Por meio de assembleias decidiram alinhar suas pautas com o movimento nacional, que incluíam demandas relacionadas à mobilidade urbana e críticas aos investimentos para a Copa do Mundo de 2014, além de questões específicas de Belém, como:

a retomada de obras públicas (BRT, macrodrenagem, duplicação de vias); a garantia e transparência na execução das obras do BRT; melhoria do transporte coletivo; a redução e congelamento da tarifa de ônibus; passe livre para estudantes e desempregados; o fim do vale digital e retorno do vale-transporte; uma melhor gestão de resíduos sólidos; a reforma das escolas e a destinação de 25% da receita do município para a educação” (Dias; Melo; Ribeiro, 2022, p. 26).

2 Referência dada por uma das entrevistadas que, na época das Jornadas de 2013, era estudante e participou da organização dos movimentos em Belém. Para ela a caminhada que seguiu pela Av. Almirante Barroso até o Entroncamento (ponto de divisa da Região Metropolitana de Belém) e lá simplesmente houve uma dispersão.

Esses movimentos concentraram os protestos em locais como a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores. Ao direcionar o movimento para a prefeitura com pautas relacionadas à mobilidade urbana, ocorreu um dos momentos mais violentos das manifestações no Pará, com conflitos envolvendo a Guarda Civil, que, “assumiu força de polícia militar, utilizando bombas de efeito moral, spray de pimenta e cavalaria para conter as manifestações sociais” (Santos; Brito; Steinbrenner, 2013). Nessa situação, o poder do Estado e o aparelho policial foram empregados para proteger o patrimônio público, muitas vezes em detrimento da proteção da vida humana, reafirmando a tutela dos bens públicos como prioridade (Ortellado, 2014).

Todavia, a brutalidade da repressão policial, aspectos mais marcantes nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e, em especial, no Pará, revelava para os militantes o uso estatal das forças de segurança para conter as manifestações. Aspecto que gerou profunda indignação entre os manifestantes, reforçando sua desconfiança em relação ao Estado. Sobre isso Conceição relatou que a repressão foi “*brutal*”, pois os manifestantes estavam nas ruas para lutar por direitos, mas, em vez de diálogo, enfrentaram “*bala de borracha, gás lacrimogêneo e agressões*”. Para ela, esse uso da violência apenas “*reforçou a ideia de que o Estado não está do nosso lado*”, e que a luta por justiça deveria ser travada contra “*essas instituições opressoras*”.

Wanda, destacando que a chegada repentina da polícia “*sem aviso*” desmobilizou parte do grupo. Ela descreveu que “*apesar de estarem ali pacificamente*”, a polícia “*começou a atacar*”, o que resultou em muitos manifestantes feridos. Isso, segundo ela, desmotivou alguns, mas também “*gerou mais indignação*”, revelando a tática da violência como uma tentativa de desmobilizar o movimento.

Jorge ofereceu uma análise mais detalhada, observando que a repressão policial não só desmobilizou parte dos manifestantes, mas também radicalizou outros. Ele afirmou que as agressões “*só fizeram alguns de nós perceberem que o Estado estava disposto a tudo para manter as coisas como estavam*”. Para alguns, a violência reforçou a justiça da luta, tornando-os mais firmes em seu engajamento político. Jorge apontou que, após os confrontos, aqueles que estavam hesitantes em continuar se tornaram “*ainda mais firmes em continuar na luta*”, evidenciando o efeito paradoxal da repressão: enquanto afastava alguns, ela fortalecia o compromisso de outros.

Todavia, a ida à prefeitura destacou uma particularidade importante do movimento em Belém: a ausência de lideranças formais. O prefeito aceitou receber uma comissão representativa dos manifestantes, mas as assembleias já decidiram que o

movimento não teria líderes oficiais. Isso levou os coletivos com organização mais autônoma a recuarem, e os movimentos sociais tradicionais, com mais experiência em negociação e diálogo com representantes políticos, assumiram a liderança. Essa combinação entre práticas autonomistas e socialistas, especialmente com partidos de esquerda críticos ao PT, marcou o cenário das mobilizações no Pará (Groppo et al., 2023a).

As pautas relacionadas à mobilidade urbana foram fundamentais no contexto das manifestações em Belém, especialmente aquelas que envolvem a mobilidade estudantil e o direito à educação. No contexto das Jornadas de Junho, o conceito de direito à cidade destacou-se como um elemento central, abrangendo o acesso a bens materiais, culturais e serviços diversos.

Belém está localizada na confluência da Baía do Guajará e do Rio Guamá, mantém uma relação histórica e intensa com as populações tradicionais do interior do estado, como ribeirinhos e quilombolas, que frequentemente utilizam os portos e trapiches da orla fluvial para se deslocar e acessar serviços essenciais como saúde e educação (Silva, 2022). Dinâmica que reflete o papel da cidade como ponto de integração entre áreas urbanas e comunidades do interior, destacando a importância da mobilidade e sua relevância regional, social e econômica.

Essa conexão é exemplificada no depoimento de Conceição, que tratando da necessidade de visibilizar a realidade amazônica, descreve brevemente o deslocamento que faz:

Como eu falei, eu estava num lugar que eu tive que ir horas e horas numa balsa, dentro de uma rede. Então, a nossa vivência é muito diferente e eu trabalhei num lugar que eu ia todo dia pelo rio e voltava. Essa vivência amazônica precisa também ter visibilidade nacionalmente, internacionalmente.(Conceição)

O relato evidencia que as demandas das Jornadas de Junho de 2013 ultrapassaram os limites territoriais das cidades, refletindo uma confluência de pautas que influenciaram a coletividade em todo o Estado do Pará. Nesse contexto, o direito à cidade emerge como uma política de prioridade, abrangendo não apenas os habitantes urbanos, mas também as populações do interior que dependem da capital para acesso a bens materiais, culturais e serviços essenciais.

As pautas de junho estavam relacionadas ao direito à cidade como prioridade política, compreendendo esse direito como acessibilidade a bens materiais, culturais e aos diversos serviços. Mas sem restringir esse direito àqueles que nelas

vivem, como é específico no caso das cidades do interior do Pará que dialogam em constante movimento com a capital.

APRESENTANDO OS SUJEITOS ENTREVISTADOS PARA A PESQUISA HOJE

O quadro que segue apresenta um conjunto de informações em relação aos sujeitos entrevistados para a pesquisa realizada no Pará e contém informações que nos ajudam a conhecer a luz dos olhos desses que pregressa e analiticamente nos ensinam sobre a irrupção popular que convencionamos como Jornadas de 2013.

Esses militantes representam perfis sociais, políticos e econômicos variados, o que permite uma análise diversificada do impacto do movimento³. O quadro abaixo apresenta os perfis dos sujeitos entrevistados, destacando características pessoais e familiares que contextualizam suas experiências de militância:

Quadro 01. Perfis dos sujeitos entrevistados⁴

Pseudônimo	Conceição	Wanda	Jorge
Coletivo/Organização	Juntos e DCE da UEPA	UJR	UJS/PcdoB
Município	Belém-PA	Belém-PA	Breves (Marajó)
Idade	31	31	33
Estado Civil	Solteira	Solteira	União Estável
Sexo/Gênero	Mulher cis	Mulher cis	Masculino
Raça/Cor	Negra	Negra	Branco
Religião	Cristã	Sem	Cristão
Orientação Sexual	Bissexual	Bissexual	Heterossexual
Escolaridade	Mestranda	Superior Completo	Superior Completo
Profissão	Fisioterapeuta	Guarda Portuária	Advogado
Renda Familiar	4 salários-mínimos	3 mil reais	10 mil reais
Profissão Mãe	Doméstica	Professora	Aposentada
Profissão Pai	Autônomo	Agricultor	Aposentado
Escolaridade Mãe	Fundamental incompleto	Magistério	Analfabeto
Escolaridade Pai	Ensino Médio incompleto	Fundamental 1	5º ano

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”

3 Os jovens entrevistados caracterizam uma parte de quem organizou os atos em 2013 em Belém: são jovens militantes de juventudes partidárias socialistas. Não conseguimos entrevistas com jovens que em 2013 estavam mais próximos do repertório autonomista, e que convocaram o primeiro ato pelas redes sociais.

4 Como consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os entrevistados escocheram um pseudônimo para serem identificados na pesquisa para que seja garantido seu anonimato. Portanto, não terão seus nomes próprios revelados nos produtos da pesquisa.

Conceição é uma mulher negra de 31 anos, natural de Belém-PA. Ela se identifica como mulher cisgênero e bissexual, e segue a fé cristã. Solteira e com formação acadêmica avançada, ela está cursando um mestrado e trabalha como fisioterapeuta. Sua renda familiar gira em torno de 4 salários-mínimos, o que reflete uma condição econômica estável, embora ainda abaixo de certos padrões de classe média. Conceição tem uma origem familiar humilde, com sua mãe trabalhando como doméstica e tendo apenas o ensino fundamental incompleto, e seu pai sendo autônomo com o ensino médio incompleto.

Seu engajamento político está vinculado ao coletivo Juntos e ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no qual atuou intensamente durante as Jornadas de Junho de 2013. Sua militância, marcada por pautas progressistas, como a luta por igualdade de gênero e raça, reflete a combinação de suas experiências pessoais com a formação acadêmica.

Wanda também é uma mulher negra de 31 anos, residente em Belém-PA, e, assim como Conceição, se identifica como mulher cisgênero e bissexual. Porém, ao contrário de Conceição, Wanda não se declara seguidora de uma religião. Solteira e com ensino superior completo, Wanda trabalha como guarda portuária, profissão que lhe proporciona uma renda familiar em torno de 3 mil reais, refletindo uma condição econômica um pouco mais limitada.

A trajetória familiar de Wanda é marcada por sua mãe, que foi professora com formação de magistério, e seu pai, agricultor com escolaridade até o fundamental. Essa origem humilde não impediu que Wanda avançasse em sua formação e ingressasse na militância política, vinculada à União da Juventude Revolucionária (UJR). Sua participação nas Jornadas de Junho de 2013 foi decisiva para sua politização, especialmente em torno de questões ligadas ao feminismo e à defesa dos direitos da população negra e LGBTQIA+.

Jorge é um homem branco de 33 anos, natural de Breves, na ilha de Marajó (PA). Ele se identifica como homem cisgênero e heterossexual, e segue a fé cristã. Jorge está em uma união estável e possui uma renda familiar mais elevada, cerca de 10 mil reais, fruto de sua profissão como advogado. Sua trajetória acadêmica é marcada pela conclusão do ensino superior, o que o coloca em uma posição de ascensão social em relação à sua família de origem.

Jorge vem de uma família em que ambos os pais possuem pouca escolaridade; sua mãe é analfabeto e aposentada, e seu pai tem o 5º ano do ensino fundamental, também aposentado. Apesar disso, ele conseguiu trilhar uma trajetória de sucesso acadêmico e profissional, alinhada à sua militância no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na União da Juventude Socialista (UJS). Durante as Jornadas de

Junho de 2013, Jorge teve um papel ativo, focando principalmente nas disputas ideológicas e nas questões relacionadas à classe social

ENGAJAMENTO SOCIAL DOS ATIVISTAS

Passados mais de 10 anos das Jornadas de 2013, Jorge, Wanda e Conceição permaneceram sujeitos ativos com um forte compromisso com a transformação social. Eles defendem a transformação como um processo coletivo e contínuo, buscando maior representatividade e justiça para os grupos marginalizados. Como evidenciado por jorge que avalia:

Eu participei praticamente de todas as manifestações que tiveram aqui. A experiência foi boa por conta disso. Eu acho que isso não foi só uma experiência enquanto militante, foi uma experiência sociológica. A gente sabia que estava participando de um movimento histórico... (Jorge)

Jorge, ao refletir sobre sua participação ativa nas Jornadas de 2013, atribuiu um significado metanalítico à experiência, indicando a permanência de um sentido que já intuía à época: – “*A gente sabia que estava participando de um movimento histórico...*” – refletindo a subjetivação política (Rancière, 1996), na medida em que se percebe como parte ativa de uma ruptura com a ordem política tradicional. A participação em um movimento histórico não é apenas uma experiência pessoal; trata-se da criação de um espaço no qual sujeitos historicamente invisíveis reivindicam sua voz pela ação, transformando-se em “sujeitos políticos”.

Eu acho que foi muito importante a nossa participação, a nossa disputa, as nossas decisões... foi um processo de amadurecimento importante. Aprender a lidar com outras forças políticas, aprender a lidar com pessoas independentes, aprender a lidar com pessoas apartidárias e aprender a lidar com fascistas também. (Wanda).

Wanda traz uma reflexão que reforça a socialização política como um processo contínuo, ao mencionar o aprendizado que ocorreu no diálogo com diferentes forças políticas e individuais. Sua fala revela a formação política adquirida por meio do engajamento direto nos movimentos. O amadurecimento político descrito por Wanda, que chamamos de “democrático”, aponta para a importância das interações plurais na formação de habilidades sociais e políticas, permitindo a articulação de mudanças coletivas.

A fala de Conceição, que segue, explicita de forma precisa aspectos da dialética da juventude (Groppo, 2017), um processo de ação e reflexão no qual os jovens, ao participarem de mobilizações, desenvolvem uma consciência política transformadora. Diz nossa entrevistada:

Então, isso é bem interessante do ponto de vista das vitórias porque, aí, os estudantes perceberam: olha, a gente foi lá e trabalhou para não aumentar a passagem, porque a meia passagem para a gente já era muito cara e não tinha como aumentar [...] isso é um exemplo de um ganho da época, uma política de vitória em 2013, que faz com que a juventude entenda que o seu poder de mobilização é capaz de gerar mudanças. (Conceição)

A entrevistada destacou o impacto imediato das mobilizações, bem como o aprendizado coletivo, importante para a formação da juventude como categoria sociopolítica. A luta contra o aumento das tarifas, mais do que uma conquista material e objetiva, representou um momento de conscientização em que os jovens perceberam sua capacidade de organização e transformaram a realidade.

Do conjunto das falas temos indicativos de que vivências no movimento social operam como espaços formativos que transcendem as conquistas imediatas, promovendo um ciclo de ação e reflexão que fortalece a agência coletiva. As experiências partilhadas por Jorge, Wanda e Conceição reafirmam o que indica Tomizaki (2016a) sobre a socialização política e a dialética das Juventudes de Groppo (2017), quanto ao papel central da juventude na reorganização da esfera pública, confirmado que a mobilização juvenil é tanto uma resposta às condições estruturais quanto a uma criação cultural que redefine os repertórios de contestação, como descrito por Tilly (2008).

MILITÂNCIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL NA FORMAÇÃO POLÍTICA

A educação foi uma ferramenta essencial na formação política dos entrevistados, proporcionando-lhes não apenas oportunidades de ascensão social, mas também a consciência crítica necessária para se engajarem em movimentos sociais. Conceição, Wanda e Jorge compartilham experiências em que o acesso à educação foi fundamental para sua politização e engajamento em lutas sociais.

Sobre esse aspecto Conceição falou-nos como sua experiência universitária e seu envolvimento no DCE da UEPA foram determinantes para sua politização. Diz nossa entrevistada:

Eu sempre acreditei que a educação é a base de tudo. Foi na universidade que eu realmente entendi a importância da mobilização e da luta por direitos. Eu me envolvi no DCE e foi isso que me colocou em contato com as pautas mais amplas, como a questão do transporte, da saúde pública, e depois a luta das mulheres e dos negros. (Conceição)

Wanda, que também se envolveu em movimentos estudantis, menciona como esse ambiente foi crucial para sua formação:

A minha formação política veio, em grande parte, dos meus anos na UNE e na UJR. O movimento estudantil foi onde eu aprendi sobre organização, sobre a importância de estar presente nas ruas, e também onde eu aprendi a questionar as injustiças que a gente vive diariamente, como mulheres e como negras. (Wanda).

Jorge, cuja trajetória de engajamento no movimento estudantil é semelhante as duas entrevistadas ressalta em sua fala a importância da educação em sua compreensão das disputas ideológicas nas Jornadas:

Eu sempre estive ligado ao movimento estudantil, e isso foi crucial para entender as disputas políticas que estavam em jogo. Estudar me deu uma base teórica para saber quais bandeiras defender e como articular melhor as pautas de esquerda. (Jorge)

Os relatos de Conceição e Wanda se alinham à perspectiva de Paulo Freire (1987), que entende a educação como uma prática de liberdade, capaz de emancipar os indivíduos. Além disso, Jorge revela, ao conectar sua formação educacional às disputas ideológicas, uma ressonância com o conceito de intelectual orgânico de Gramsci (1991), enfatizando a apropriação do conhecimento como ferramenta essencial para lutas políticas.

As narrativas reforçam a centralidade da educação como espaço de formação política e ativismo. Conceição destaca o papel do engajamento universitário, particularmente no movimento estudantil (DCE), na ampliação de sua consciência política e no contato com pautas sociais mais amplas. Wanda enfatiza que o movimento estudantil trouxe ferramentas críticas para conectar gênero e raça às lutas sociais, demonstrando como educação e ativismo são mecanismos de enfrentamento às desigualdades.

A educação, enquanto prática formativa, funcionou como espaço de socialização política e fortalecimento da militância. Além da mobilidade social, ofereceu base teórica e prática para o engajamento em disputas políticas. Esse processo exemplifica a subjetivação política (Rancière, 1996), transformando os envolvidos em agentes ativos na reconfiguração da esfera pública. A participação nos Protestos de Junho consolidou esses aprendizados, configurando um espaço temporário de dissenso, emancipação e reorganização da “distribuição do especial”.

PARA ALÉM DAS CONVERGÊNCIAS POLÍTICAS, O LUGAR DA DIFERENÇA NO FAZER MILITANTE

Para além daquilo em que convergem quando consideram que as visões políticas que têm hoje, mais informada e estável, vemos que a realidade que enfrentam está influenciada pelas realidades econômicas e familiares desafiadoras que viveram, das quais destacamos a superação das barreiras socioeconômicas e o papel da educação em suas vidas.

Contudo, um olhar mais aproximado vemos que no interior da militância convergente dos sujeitos há aspectos relativos a diferenças de gênero, raça, orientação sexual, profissão e contexto familiar. Foi Conceição que situando no tempo de mais de 10 anos atrás sua indignação militante, quem nos chamou a essa reflexão analítica:

Então a minha militância partidária, né porque a gente disse que tinha outra história, mas a militância partidária veio daí, mas foi em junho de 2013 que a gente passou a refletir sobre a estrutura de poder, de dizer assim, pera lá, isso aqui não está nos representando. Cadê os jovens, cadê as mulheres, cadê as pessoas negras na política? Cadê as pessoas que estão lutando por direitos? (Conceição)

A partir de um olhar interseccional, revela-se no olhar comparativo sobre as formas como cada um se envolve nas lutas sociais. Jorge, como homem branco e heterossexual, ao tratar das jornadas enfatizou mais as disputas de classe e as divisões ideológicas surgidas nas Jornadas de 2013, sem abordar com a mesma intensidade as questões de gênero e raça.

Olha, tinha na época, eu vi, acho que era um movimento assim, de mais organizado, eu acredito que tinha essa turma do movimento Juntos, que eles já tinham, eu acho que uma pegada mais, um olhar mais atento para essa questão do feminismo, mas eu não via muito esse mundo do movimento feminista, pelo menos

aqui em Belém, né? Mas eu acho que no Brasil ainda não estava muito... Não sei, não tinha despertado muito o olhar das mulheres e dos próprios homens para essa questão do feminismo. Já existia nos grupos organizados, mas nas manifestações de junho eu não via muita organização feminista como tem hoje. (Jorge)

Mas tinha uma coisa que me incomodava porque todas as duas são mulheres brancas⁵, mulheres brancas do Sul e do Sudeste. Então isso me incomodava, ao mesmo tempo que me inspirava a história da luta delas, me incomodava no sentido de dizer assim: Pera lá! cadê as mulheres negras, as mulheres afro-amazônicas, as mulheres indígenas? Cadê essas mulheres que estão aqui vivendo essa realidade de dificuldade, essas distâncias territoriais que nós vivemos aqui? (Conceição)

(...) grande maioria eram jovens, né? E por ser uma parcela da sociedade que sofre bastante com as opressões, a participação é grande também. Então a gente tinha bastante pessoas da comunidade da LGBTQIAPN+ que ia mais participando das atividades. (Wanda)

Nesse sentido vemos que Conceição e Wanda, sendo mulheres negras e bissexuais, lidam com opressões de gênero, raça e sexualidade de maneira mais central em suas atuações políticas, destacando nas jornadas a importância das pautas interseccionais.

As trajetórias profissionais, familiares e militantes dos entrevistados evidenciaram diferenças importantes que influenciam suas práticas e prioridades políticas. Conceição, fisioterapeuta e mestrandona, relacionando sua atuação profissional às lutas por políticas públicas de saúde e educação. Wanda, guarda portuária, direciona seu engajamento às demandas sindicais e às condições de trabalho, refletindo as reivindicações da classe trabalhadora. Jorge, advogado, atua em espaços mais institucionais, priorizando disputas jurídicas e partidárias, marcando uma distinção em relação às abordagens de Conceição e Wanda.

Essas diferenças ocorrem em seus contextos familiares e nas formas de enfrentamento de opressões estruturais. Conceição e Wanda, ambas oriundas de famílias de baixa escolaridade e renda, utilizam a educação como um meio de politização e ascensão social, conectando experiências pessoais às lutas coletivas. Assim, incorporam essas opressões estruturais às suas práticas militantes, demonstrando

5 A entrevistada se refere a deputada estadual Luciana Genro do Rio Grande do Sul e a deputada federal Sâmia Bomfim do Estado de São Paulo.

como as pautas interseccionais permeiam suas trajetórias. Jorge, por sua vez, foca em disputas de classe e ideologia, abordando questões de gênero e sexualidade de forma menos prioritária, o que revela diferenças internas no campo militante.

As diferenças entre Conceição, Wanda e Jorge destacam o papel das experiências pessoais na definição de prioridades militantes e demonstram que a militância não é uniforme, mas diversificada, sendo moldada pelas opressões vividas e pelos espaços ocupados. Sob a perspectiva teórica, essas diferenças refletem como os processos de subjetivação política e socialização interagem com as condições estruturais, ampliando a compreensão das lutas sociais e a complexidade do fazer militante.

A juventude desempenhou um papel central nas Jornadas de Junho de 2013, trazendo uma pluralidade de pautas e ampliando o repertório de contestação, como destacou Wanda:

As ruas estavam cheias de jovens, cada um com uma pauta diferente. Era sobre transporte, mas também sobre feminismo, racismo, direitos LGBTQIA+. [...] Era um movimento muito plural, e isso refletia a nossa geração, que luta por tudo ao mesmo tempo.” (Wanda)

Dessa forma, Wanda reflete como a juventude, através de um repertório de contestação diversificado, trouxe para as ruas uma multiplicidade de pautas que expressavam as demandas de diferentes grupos sociais. Essa pluralidade, como discutida por Groppo *et al* (2023b), é uma marca dos movimentos juvenis, que muitas vezes acrescentam afirmações que vão além das questões centrais.

Segundo Jorge, a energia da juventude foi essencial, mas ele reconhece a necessidade de maior coesão ideológica:

A juventude foi essencial, mas às vezes parecia que havia falta de direção. Muitos estavam ali sem saber exatamente o que estavam defendendo, e isso tornava a disputa mais difícil.” (Jorge)

A falta de coesão ideológica se revelou um desafio, especialmente no campo progressista, que teve dificuldade em dar respostas articuladas a tantas exigências. Essa organização abriu espaço para o fortalecimento de setores conservadores e reacionários, que se aproveitaram da fragmentação do movimento. Assim, a riqueza de diretrizes que inicialmente impulsionou o movimento acabou, em parte, limitando sua capacidade de transformação política a longo prazo.

A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS JORNADAS: FAZER MILITANTE NA PRÁTICA

As Jornadas de Junho de 2013 foram marcantes para os três entrevistados, consolidando suas trajetórias militantes e formando percepções sobre a luta por direitos. A participação direta nas manifestações de rua revelou desafios fundamentais para seu amadurecimento.

Reforçando o caráter formativo desse processo ao destacar o aprendizado político gerado pela articulação de diferenças, dizendo que “*a experiência nas ruas me mostrou que, para avançar, precisamos saber articular essas diferenças*” (Conceição). Jorge, por sua vez, enfatiza a necessidade de proteger as bandeiras progressistas durante as manifestações: “*Foi difícil, mas tivemos que nos organizar para proteger nossas bandeiras e garantir que as ideias progressistas prevalecessem*”.

Além de um espaço formativo, as Jornadas representaram um momento de reflexão crítica para os entrevistados sobre as limitações e desafios enfrentados pelos movimentos progressistas. Conceição e Wanda refletem sobre o aumento da participação das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, mas sem o protagonismo que poderia ter tido.

Jorge avalia que, embora tenha tido uma oportunidade para disputar a juventude, as Jornadas também evidenciaram a ascensão de forças conservadoras dizendo que o “*surgimento de grupos conservadores foi um sinal de que a luta pela hegemonia estava longe de ser ganha*”. Esses relatos destacam o legado ambivalente das Jornadas, que tanto contribuíram para o engajamento juvenil quanto revelaram os desafios internos do campo progressista.

Nesse sentido os impactos das Jornadas podem ser observados em duas dimensões principais: o amadurecimento político dos militantes e as divisões ideológicas no campo progressista, tendo em vista que para Conceição, Wanda e Jorge, as manifestações de 2013 consolidaram suas práticas políticas, ao mesmo tempo em que evidenciaram os limites das mobilizações em alcançar maior coesão e representatividade. Ou seja, apesar de suas conquistas, as Jornadas deixaram um legado complexo, que inclui tanto o fortalecimento do engajamento político quanto o alerta sobre os riscos de fragmentação e o crescimento de movimentos conservadores no Brasil.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise empreendida neste artigo articulou os conceitos de dialética da juventude (Groppo, 2017), subjetivação política (Rancière, 1996), socialização

política (Tomizaki, 2016a) e repertórios de contestação (Tilly, 2008) como lente teórico-analítica. Essa abordagem foi efetiva ao possibilitar uma compreensão abrangente das experiências dos jovens entrevistados, conectando as dimensões estruturais e subjetivas às práticas políticas em contextos de mobilização. Sua utilização foi útil para produzir uma compreensão sobre como a educação, a militância e as condições socioeconômicas foram intervenientes nos processos de aprendizado político e ressignificação das identidades, destacando a juventude como agente político central.

Os resultados evidenciam que as Jornadas de Junho de 2013 atuaram como um marco formativo na socialização política dos participantes, proporcionando espaços de aprendizado coletivo e fortalecimento do engajamento político. As entrevistas revelaram a importância das pautas interseccionais no tensionamento entre as reivindicações locais e globais e como estas pautas influenciam a militância contemporânea, especialmente no que concerne questões de gênero, raça e sexualidade.

Além disso, as diferenças nos repertórios de contestação e enfoques políticos dos entrevistados reforçam a pluralidade das mobilizações sociais, indicando como as particularidades individuais contribuem para o enriquecimento das lutas coletivas.

A pesquisa também nos permitiu destacar o papel das Jornadas em conectar dinâmicas locais e globais, dando-nos pistas para compreender como as manifestações juvenis no Pará estão articuladas com demandas específicas do local e do global. Essa articulação ampliou a compreensão do impacto das Jornadas, evidenciando que a mobilização coletiva pode ser tanto um espaço de ruptura quanto de aprendizado político contínuo. Assim, o estudo reafirma a importância das juventudes na reconfiguração da esfera pública e no enfrentamento às desigualdades estruturais, integrando lutas sociais diversas em suas pautas.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel (1999). *A Sociedade em Rede*. vol. 01. São Paulo: Paz e Terra.
- CORREA, Roberto (2013). Análise: Manifestações no Pará abordam do transporte fluvial à morte de bebês. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/03/analise-manifestacoes-no-pará-abordam-do-transporte-fluvial-a-morte-de-bebes.htm> (acesso 20/06/2024)
- DIAS, Bárbara Lou Veloso; MELO, Allyne; RIBEIRO, Isadora (2022). As marchas de 2013 em Belém do Pará: aspectos da ação coletiva local. *Revista de Interações Sociais – REIS*. Rio Grande, v. 6 n. 2. jul.-dez, p. 14-32. <https://doi.org/10.14295/reis.v6i2.15545>

- DIAS, Bárbara V. (2023). Maio de 1968 e junho de 2013 em Paralaxe. *Problemas Brasileiros* (São Paulo), v. 1, p. 1-3. <https://revistapb.com.br/artigos/maio-de-1968-e-junho-de-2013-em-paralaxe/> (acesso em 30/06/2024)
- DIAS, Bárbara V. Entrevista concedida para equipe de pesquisa em 14/07/2023.
- DOWBOR, Monika; SZWAKO, J. (2013) Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 97, p. 43-55.
- FREIRE, Paulo (1987). *A pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- GRAMSCI, Antônio (1991). *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GROOPPO, Luís Antônio (2017). *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial.
- GROOPPO, Luís Antônio; SILVA, Gislene; SOUZA, Emerson Carvalho; SOARES, Vitória N. (2023a). “Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade”. In: OLIVEIRA, Gustavo; DOWBOR, Monika (org.) *Movimentos sociais e autonomias: imaginação, experiências e teorias na América Latina*. Marília: Lutas Anticapital, p. 203-244.
- GROOPPO, LUÍS Antônio; SILVA, Gislene; SILVA, Josefa A.; FELIZARDO JÚNIOR, L. C.; CONCEIÇÃO, M. R.; SOARES, Vitória N. (2023b) Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. *Educação e Pesquisa*. São Paulo. v. 49, p. 1-20. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349271463>por
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). *CENSO BRASILEIRO DE 2010*. RIO DE JANEIRO. <HTTPS://CENSO2010.IBGE.GOV.BR/>
- ORTELLADO, Pablo (2014). Posfácio. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno P.; NOVAES, Willian. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black bloc*. São Paulo: Geração Editorial.
- RANCIÈRE, Jacques (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- SANTOS, Joice; BRITO Rosaly; STEINBRENNER Rosane (2013). Política, juventude e rede #vemprarua em Belém. Anais do II Colóquio Semiótica das Mídias. Maceió. <https://www.ciseco.com.br/index.php/edicao-2-2013/294-politica-juventude-e-rede-vemprarua-em-belem>
- SILVA, Jakson Silva da (2022). Lugar de vida popular em Belém (PA): Pertencimento, tradição e identidade. *Humanitas*, v.2. n. 1/2. p.95-116. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rhumanitas/article/view/14509> (acesso 20/12/2024).
- SPOSSATTI, Rui (2012). Morte e Greve em Belo Monte. Xingú Vivo.<https://ibase.br/apos-morte-de-trabalhador-greve-geral-paralisa-obras-de-belo-monte/> (acesso 09/09/20240).

- TOMIZAKI, K. Silva (2016a). *Socialização política e juventude: processos formativos em contextos de mobilização social*. São Paulo: Cortez.
- TOMIZAKI, K.; CARVALHO-SILVA, H. H.; SILVA, M. G. V. (2016b) Socialização Política e Politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores sem Teto. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, p. 935-954. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166488>
- TILLY, Charles. Contentious Performances. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

A Frente Feminista do Pará: uma análise do repertório de ativismo na cidade de Belém

The feminist front of Pará: an analysis of the repertoire of activism in the city of Belém-PA

Rayza Sarmento^a, Adriany Vanessa de Lima^b

Resumo Este trabalho analisa o repertório de ativismo da Frente Feminista do Pará, em Belém, a fim de entender a sua atuação na capital paraense, com a articulação de variados movimentos feministas. A pesquisa partiu de três movimentos metodológicos: o acompanhamento da página do Instagram da Frente, incursão etnográfica no ato do 8 de março de 2023 e a realização de duas entrevistas com suas fundadoras. A pesquisa mostrou que a Frente se construiu a partir dos anos 2010, com a presença de vários grupos da região, atua por meio de reuniões e organização de manifestações públicas e tem uma relação complexa com o Estado.

Palavras-chave Frente Feminista do Pará. Repertório. Ativismo. Gênero. Amazônia.

Abstract This paper analyzes the activism repertoire of the Frente Feminista do Pará, in Belém, in order to understand its activities in the capital of Pará, with the articulation of various feminist movements. The research was based on three methodological movements: monitoring the Frente's Instagram page, an ethnographic incursion into the March 8, 2023 protest, and two interviews with its founders. The research showed that the Frente was built from the 2010s onwards, with the presence of several groups in the region, acts through meetings and the organization of public demonstrations, and has a complex relationship with the State.

Keywords Feminist front of Pará. Repertoire. Activism. Gender. Amazon.

INTRODUÇÃO

O feminismo brasileiro se apresenta bastante plural e capilarizado no cenário contemporâneo, característica visível no ativismo de mulheres que se espalha nas diferentes regiões brasileiras. Neste trabalho, buscamos compreender a atuação

a Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: yzasarmento@gmail.com

b Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: andrianylima.2014@gmail.com



e organização da Frente Feminista do Pará (FFPA), com grande protagonismo em Belém.

Criada nos anos de 2010, a Frente é uma articulação de dezenas de grupos do estado, com forte atuação na capital, em que se aglutinam processos de resistência, mobilização acerca de enfrentamentos e construções coletivas sobre direitos das mulheres no Pará. A pesquisa em tela se sustenta na abordagem qualitativa, junto de três dimensões metodológicas, sendo elas: o acompanhamento da página do Instagram da Frente Feminista do Pará, entre setembro de 2022 a março de 2023, preenchendo um formulário semanal sobre as postagens; incursão etnográfica no ato do 8 de março de 2023; e a realização de entrevistas com as duas fundadoras da Frente.

A partir da literatura sobre as reconfigurações do movimento feminista no Brasil junto do operador teórico-analítico de *repertório*, discutimos como se deu a associação dos grupos para a estruturação da Frente na defesa dos direitos das mulheres em âmbito local. Nesse sentido, nossa questão principal de pesquisa se apresenta como: quais os repertórios de ativismo da Frente Feminista do Pará? O trabalho possui natureza forma descritiva-exploratória, especialmente em função do pouco acúmulo, no interior da Ciência Política nortista, sobre movimentos sociais e suas formas de contestação e cooperação com o ambiente político institucional. Ao observar as características do ativismo feminista organizado em uma capital da Amazônia, objetivamos também contribuir com as reflexões sobre movimentos sociais e gênero a partir de contextos periféricos sejam políticos, econômicos e também acadêmicos.

OS CAMPOS FEMINISTAS E SUAS ARTICULAÇÕES NA AMAZÔNIA

Para evidenciar as diferentes configurações do feminismo brasileiro ao longo do tempo, Alvarez (2014) sustenta que é possível pensá-lo partindo de três momentos: 1) o “centramento” e a configuração do feminismo no singular; 2) o descentramento e pluralização dos feminismos junto dos fluxos verticais (ou “mainstreaming”); e 3) o momento atual de “sidestreaming” (fluxos horizontais) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos. Os feminismos contemporâneos são enquadrados pela autora como “campos discursivos de ação”, entendidos “muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos” (Alvarez, 2014, p.18).

Nos três estágios descritos por Alvarez (2014), o feminismo brasileiro passou por diversas transformações. A autora argumenta que o *primeiro momento*, do

“centramento”, seria o fundacional da tão conhecida segunda onda, durante os anos de 70 e 80, o qual se caracteriza um período em que as feministas se mobiliavam, resistindo como oposição à ditadura. Segundo a autora, desde o princípio da segunda onda o movimento sempre foi múltiplo, mas representado na “história oficial” como singular. O segundo momento é fortemente marcado pela chamada institucionalização dos feminismos, maior aproximação estatal e instituições multilaterais, especialmente com a introdução sistemática do termo “gênero” como uma categoria para a construção e disputas políticas. Já no terceiro e atual momento, de “sidestreaming”, é possível notar os feminismos mais diversos, com força das autointituladas “jovens feministas” junto de novas formas organizativas. Os estudos feministas e de gênero já apareceram muito mais consolidados do que em décadas atrás e a internet emerge tendo um papel fundamental nesse período (Facioli e Gomes, 2023; Perez e Ricoldi, 2023; Autor, 2021). Como sinaliza a Alvarez (2014)

As chamadas “feministas jovens”, então, são de fato atoras extremadamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo. Se o segundo momento desse campo foi marcado pela pluralização, como vimos acima, expressões feministas que se desenvolveram para além das intersecções ganham cada vez maior visibilidade nos interstícios dos feminismos descentrados dos anos 1990. Contudo, hoje vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder; também testemunhamos processos de descentramento no interior desses feminismos plurais (Alvarez, 2014, p.41).

Dessa maneira, observando a Frente Feminista do Pará junto da reflexão de Alvarez (2014), é possível aproximá-la do terceiro momento abordado, justamente pelo grupo se encontrar num cenário em que se visualiza uma pluralização expressiva de grupos feministas, com uma convivência entre grupos historicamente engajados na cidade (típicos da segunda onda) e experimentos do campo movimentalista mais recentes, como os coletivos (Marques e Marx, 2020; Perez e Silva Filho, 2017).

Quando olhamos para o contexto amazônico, a diversidade de grupos atraídos pelos debates feministas se torna evidente (Alvares, 2018). Santos (2012) tem se dedicado a discutir aproximações entre os feminismos e as organizações de mulheres indígenas, abordando como as pautas podem ter confluências e tensões, especialmente acerca dos papéis culturais de gênero. Scalabrin et. tal. (2021) focam

a análise nas mulheres agricultoras e extrativistas, sobretudo mostrando a importância da produção e do protagonismo feminismo na geração de renda familiar em diferentes regiões paraenses. Marçal (2023) conduziu investigação sobre o modo de vida e organização das mulheres nas ilhas belenenses, focando nas práticas de enfrentamento à violência e de economia solidária experienciadas por elas a partir da dinâmica geográfica insular. Já Barata (2022), se voltou à produção de ativismo no contexto acadêmico, analisando a universidade com um espaço de agência das feministas. A Frente Feminista do Pará, por sua vez, congrega vários desses movimentos, de forma heterogênea.

A própria nomeação do grupo aqui analisado como uma *frente* é sintomática deste momento, em que novas configurações organizacionais tomam lugar. Este termo tem sido mobilizado em outros contextos nacionais, também a partir de uma perspectiva interseccional de gênero e raça (Abdalla, 2020). No trabalho de Costa e Silva (2017, p. 1), voltado para a dinâmica da cidade de Natal, por exemplo, a ideia de Frente aparece como “uma organização política articulada por diversos coletivos anticapitalistas e organizações que buscam combater a violência de gênero e lutar na efetivação dos direitos das mulheres”. Já Soares (2019), ao analisar o ativismo das mulheres no Cariri, informa que

A Frente se organiza, segundo seus documentos, como [...] espaço feminista de articulação, organização e formação” (FRENTE, 2018), tendo como princípios a unidade na diversidade, reconhecendo a heterogeneidade dos grupos sociais, partidos, coletivos, associações, entidades e sujeitos que a compõem, assim como a democratização dos processos decisórios a partir da produção de consensos, que em geral acontecem em reuniões ampliadas (Soares, 2019, p.165, grifos nossos).

Vale destacar como essa concepção de “articulação”, verbalizada nas pesquisas acima e no material empírico trabalhado a seguir, é bastante frequente nas definições do que seria uma *frente*. Partindo da compreensão de que a FFPA integra um processo ampliado, de tensionamentos e reconstruções das formas clássicas de agência dos movimentos feministas, como sustenta Alvarez (2014), buscamos analisar seu repertório de ativismo, com base no conceito proposto por Charles Tilly, no âmbito da teoria do confronto político e nas suas atualizações. Entendemos que se trata de operador teórico-analítico relevante na construção de uma análise exploratória e descritiva sobre os feminismos no contexto amazônico, que reúne uma variedade de organizações (Alvares, 2018). Como sinalizam Tatagiba, Pater-

niani e Trindade (2012), a conjuntura onde são empregados se mostra fundamental para a leitura de como os repertórios são adaptados, de forma interacional e criativa.

Surgido na década de 70, o conceito passou por reformulações, mas hoje, de acordo com Alonso (2012, p. 23) repertório pode ser definido como um “conjunto variável de performances” colocadas em prática pelos movimentos sociais. Há assim um conjunto de aprendizados sobre formas de agir de ativistas e grupos, que não são propriedades de um único movimento social, mas de uma época. De acordo com a obra Tilly (2008), o repertório vai sendo aprendido pelos atores nos momentos de confronto e recebe atualizações quando posto em prática, na dualidade que marca o conceito entre permanência das práticas e criatividade ao colocá-las na cena pública.

Tarrow (2009, p. 51) o define “conjunto limitado de rotinas que são apreendidas”, que possuem um processo de mudança lenta. Segundo ele, na leitura da obra tillyana, são descritos dois tipos de repertório: a) um mais estreito (anterior ao século XIX) para resolução de demandas mais imediatas e b) outro mais cosmopolita, modular, que foi se integrando a diversos confrontos no Ocidente - “foi a natureza mais geral das novas formas que deu aos movimentos sociais uma base cultural e comportamental comum” (Tarrow, 2009, p. 53).

Uma série de trabalhos no contexto brasileiro acionam essa noção teórica. Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) se debruçaram sobre o repertório de luta por moradia, já Abbers, Serafim e Tatagiba (2014) voltaram atenção, expandido o conceito, para o repertório de interação dos movimentos sociais com o Estado. Rodrigues e Freitas (2021) explicam a partir do uso do conceito a agência do feminismo negro brasileiro desde a redemocratização. Mendonça et. al. (2021), com base em Tarrow (2013), descontinaram no cenário contemporâneo a discussão de repertórios discursivos, mostrando como as formas de enunciação do confronto também se modificam e atualizam o próprio confronto. “A linguagem contenciosa deixa marcas diretas em quem participa desses processos, mas também na ‘memória coletiva’ de uma determinada sociedade” (Mendonça, et.al., 2021, p. 39).

Diante do exposto, aproximamos esse debate teórico às experiências e vivências da Frente Feminista do Pará. O grupo atua mais diretamente na cidade de Belém, maior capital do Norte do país, com 1.303.403 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE, onde há cerca de 53% da população composta por mulheres, mais de 60% de pessoas pardas, 26% de autodeclarados brancos e 11,46% de pretos. A capital também conjuga um acelerado processo de urbanização, tanto em sua área continental quanto na insular, composta por mais de 40 ilhas. Em Belém, se conjugam de forma muito próxima territorialmente as vidas das mulheres

do *asfalto* e das *ribeirinhas*, exemplificando a ideia, disposta em obras como a de Bertha Becker (Leopoldo, 2023), de uma “floresta urbanizada”, o que a torna bastante particular frente a metrópoles de outras regiões do país.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Empiricamente, esta pesquisa partiu de três apropriações metodológicas da abordagem qualitativa (Deslauriers e Kérisit, 2014): a) o acompanhamento da página do Instagram da Frente Feminista do Pará, durante o período de setembro de 2022 a março de 2023, com preenchimento de um formulário semanal sobre as postagens; b) pesquisa de campo etnográfica com observação do ato do 8 de março de 2023; e c) a realização de duas entrevistas com as fundadoras da Frente. Cada uma dessas etapas metodológicas objetivou apreender dimensões do repertório: com a análise online, buscamos observar a comunicação mais ampla da Frente com a sociedade e com outros movimentos; com o acompanhamento de um ato específico, nos voltamos ao entendimento de como o grupo opera na construção de um evento de protesto; já com as entrevistas, dedicamos atenção à narrativa mais detida de suas fundadoras, acerca da forma como elaboraram a estruturação e atuação da Frente.

A análise de *posts* do perfil da Frente no Instagram construiu-se a partir da constatação de ser uma das redes digitais mais utilizadas no país atualmente, com ampla inserção dos movimentos sociais, conforme demonstramos em trabalhos anteriores (AUTOR, 2022; 2023). A relação dos feminismos com as plataformas digitais é complexa e por ser agrupada a partir de dimensões como agenciamento para campanhas online, construção de novas narrativas sobre problemas públicos e contrainformação, dentre outras (AUTOR, 2021). Facioli e Gomes (2022) atestam como a presença digital dos ativismos enseja mudanças que carecem de atenção analítica, para apreender elementos como

a estrutura pública ou semipública dos serviços de redes sociais tem viabilizado outras maneiras de perceber, de experienciar e de gerenciar a organização política, estabelecer estratégias, congregar audiências, consolidar formas de comunicação e construir novos repertórios de atuação política (Facioli, Gomes, 2022, p.10).

O segundo passo da pesquisa foi acompanhar o ato de 8 de março de 2023 construído pela Frente junto dos movimentos que a integram, no primeiro ano após o término do governo de Jair Bolsonaro e depois de três anos da pandemia de

covid-19, já sem o uso dos protocolos como máscaras e distanciamento, conforme ocorreu em 2022. Com o acompanhamento do ato, observamos as interações entre as ativistas e as formas de enunciar as demandas no espaço público. Na manifestação de 2023, as principais pautas giravam em torno do enfrentamento à violência, políticas de creche e atenção ao trabalho feminino, sobretudo com denúncias do cenário de empobrecimento das mulheres e precarização.

O terceiro eixo metodológico foi composto pelas entrevistas, realizadas em abril de 2023. As entrevistas tiveram em média uma hora de duração, seguindo um roteiro de perguntas e posteriormente foram gravadas e transcritas¹. Optamos por entrevistas em profundidade junto às fundadoras, por entender que elas possibilitam a compreensão dos dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais, conforme sustenta Poupart (2014, p. 220), dado que permitem “uma exploração em profundidade das condições de vida dos atores, ela é vista como um instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades”. Foram entrevistadas duas mulheres na faixa etária de 60 anos, branca e parda, que atuam há mais de 30 anos no movimento feminista de Belém e são publicamente reconhecidas na cidade por esta atuação; por questões éticas, seus nomes e demais características não serão partilhadas.

Procuramos identificar, a partir desta triangulação empírica, o repertório de atuação, o perfil de mulheres (para observar a pluralidade de atrizes que compõem a organização), as atividades realizadas, as pautas e reivindicações levadas ao Estado e como se adaptam ao contexto político.

ARTICULAÇÃO DE FEMINISTAS AMAZÔNIDAS: O CASO DA FRENTE FEMINISTA DO PARÁ

A Frente Feminista do Pará (FFPA) reúne dezenas de movimentos do estado e se construiu em 2011, muito em diálogo com o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (Fmap), ligado à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), movimento existente desde os anos 90, após os debates oriundos da 4^a Conferência Mundial na China, em Beijing. A entrevistada I relata que a construção da Frente se deu em meio a “negociações”, estabelecendo uma diferença já presente na literatura entre os movimentos de mulheres e os feministas (Pinto, 2003). Como uma mulher na faixa etária dos 60 anos, ela relata que percebe um crescimento dos movimentos feministas nas últimas décadas.

¹ Registro de aprovação no Comitê de ética da UFPA - CAAE: 57303622.5.0000.0018.

[...] a partir dos anos 2000 foram cada vez mais crescendo novos movimentos; então, em 2011, a gente se reunia e fomos fazendo agendas comuns nessas datas simbólicas. Fizemos diversas negociações enquanto movimento feminista e movimento de mulheres, porque tem movimento de mulher e tem movimento feminista que se declara feminista. Nós, inclusive, fomos negociando com governos municipais e governos do estado e por aí vai. Em 2011, numa reunião, num processo preparatório para mais um 8 de março decidimos institucionalizar, não formalmente, porque nós não temos CNPJ, mas instituir essa frente. (Entrevistada I, 13 de abril).

Esse processo da formação foi reforçado na fala da entrevistada II, a qual relatou como as relações a partir das diferenças partidárias, no campo da esquerda, foram importantes para instituir a Frente. A chegada de militantes mais próximas a outras legendas e, mais recentemente, o contexto político a partir da candidatura e eleição de Jair Bolsonaro (2018) impulsionaram as atividades, segundo ela.

[...] quem coordenava, quem dava pontapé inicial nessa história do 8 de março, 25 de novembro, 30 de maio, essas coisas dessas lutas específicas e gerais era o fórum de mulheres [Fmap]. E a gente começou a agregar outros. Aí tu vês outros partidos, outras concepções, e aí tu sabes que tem essa questão partidária (...). Nós temos mulheres que são do PT, a maioria, mas outras não são do PT, são de outro partido e pronto. Então veio muitos outros movimentos, e aí foi quando a gente começou a chamar de frente feminista. A gente começou a agregar várias outras mulheres. Quando veio aquela questão do Bolsonaro, isso acelerou mais porque a gente precisava se juntar e fazer (Entrevistada II, 29 de abril).

Partindo deste entendimento, procuramos deslindar a ideia de Frente formulada pelas entrevistadas, as quais aparecem de forma semelhante com a literatura que fundamenta este trabalho. Na perspectiva da entrevistada I, por exemplo, a Frente seria

[...] uma articulação de diversos setores de movimentos de mulheres, movimentos feministas, mas que essa Frente se declara feminista. Então é uma frente feminista composta por diversos movimentos. Nós temos o Juntas, Resistência Feminista, o Fórum de mulheres, o grupo de mulheres do MAB, secretaria de mulheres da CUT, da central Conlutas. E desde 2011, que a gente tem feito a luta

e nesse 8 de março, agora, nosso “presente” foi gás de pimenta (Entrevistada I, grifos nossos, 13 de abril).

O episódio mencionado pela entrevistada I ocorreu no dia 8 de março de 2023, em mais um ato em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Ao chegar na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), o destino da manifestação, o ato foi reprimido pela polícia e várias mulheres, incluindo idosas, tiveram seus rostos atingidos por spray de pimenta. Voltaremos a ele a seguir, dado que desencadeou a construção de um grupo de trabalho junto ao legislativo estadual.



Figuras 1 e 2. Chegada do ato de 8M Alepa em 2023. Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quando observamos a estrutura da Frente, percebemos que é uma articulação feminista que tem uma diversidade bem extensa de grupos que a compõem, com mais 100 ativistas, segundo suas fundadoras. Ela é construída (“com as nossas divergências” - Entrevistada II) por diversos movimentos sociais, coletivos, grupos feministas, militantes partidárias e mulheres independentes. A entrevistada II cita como a construção do *#elenão*, em 2018, ajudou a consolidar o grupo, especialmente com a movimentação das mulheres filiadas aos partidos de esquerda que integram a Frente. A entrevistada I, por sua vez, ressalta a diversidade de mulheres que estão engajadas, a partir das áreas de atuação política, territorial ou profissional. Esse grupo plural, também nas dimensões racial e etária, ficou bem evidente na composição do ato do dia 8 de março de 2023, o que também deixa claro processo recente de espalhamento dos feminismos, diagnosticado por Alvarez (2014) no contexto brasileiro das últimas décadas.

A gente tem mulheres indígenas, mulheres assentadas e acampadas do MST, mulheres atingidas por barragens, quilombolas, quebradeiras de coco (que tem um movimento de quebradeiras lá no sudeste do Pará); nós temos mulheres urbanas, acadêmicas, estudantes, sindicalistas. Nós temos mulheres de movimento de bairros, temos companheiras que são extrativistas, ribeirinhas, da luta pela moradia, pela luta do território urbano, eu acho que a gente é diversa nesse sentido. Nós temos esses diversos movimentos, a FETAB, o MAB, MST, a CUT,

CNP, e entidades ligadas ao movimento de luta movimento negro, o MOCAMB, o CEDENPA, eu acho que é isso (Entrevistada I, 13 de abril).

Acerca da atuação da Frente, foi possível compreender que há uma marcação relevante na construção dos atos públicos, como o 8M, e também nos relativos aos meses de outubro, acerca da descriminalização do aborto e de novembro com a questão do enfrentamento à violência. Assim, boa parte dos encontros das integrantes se dá para a preparação dessas manifestações, com as definições organizacionais (trajeto, recursos, mobilização, contato com órgãos estatais, dentre outros pontos), não possuindo uma constância temporal de reuniões.

Contudo, a Entrevistada I ressalta que a Frente atua “durante todo o ano”, no que chama de “processo de garantias políticas”. Segundo ela, a FFPA tem sido convocada e se colocado em espaços de negociações sobre os direitos das mulheres na cidade. A Entrevistada II também lembra que não existe um encontro da Frente, mas o grupo se mobiliza a partir das demandas como 8M e demais disputas (“encrencas”) que se fizerem necessárias. *“E se tiver encrenca, como era com Bolsonaro, a gente se encontra pra brigar, fazer enfrentamento (Entrevistada II, 29 de abril)”*. Os eventos de protesto se tornam assim a principal face visível do grupo diante da sociedade local, sendo parte do repertório de confronto. Nos anos recentes, para além das datas mais clássicas de mobilização feminista já citadas, o grupo atua respondendo junto aos debates nacionais. Em junho 2024, por exemplo, foi a Frente que organizou o ato “Criança não é mãe”, se somando às iniciativas nacionais contra o PL 1909/2024, que buscava proibir a interrupção da gravidez após a 22 semanas de gestação, mesmo em caso de estupro, e foi chamado do PL da gravidez infantil. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), adiou a votação depois da intensa pressão contra o projeto.

O contato entre as participantes se dá cotidianamente por meios digitais, sobretudo pelo grupo de Whatsapp, e a partir da divisão de trabalho em comissões para o cuidado com as mídias digitais, feito de forma voluntária. A Frente possui perfis no Facebook e Instagram, sendo este o mais recente.

Nós trabalhamos com comissões de trabalho. Então, nas redes, nós temos pessoas da área de comunicação ou que são jornalistas. Nós temos desde pessoas que são formadas na área como jornalistas, como pessoas que fazem material como cards e produzem artes, até pessoas que não tem isso, mas que produzem um texto. (...) Qualquer evento, qualquer ação que qualquer movimento ele vai postado lá. E temos essas pessoas que administraram. Todo mundo é voluntário,

nós não temos ninguém pago porque nós não somos uma entidade com CNPJ, e aí só dizendo, pra cada evento que a gente faz, a gente vai buscando recursos, doações de movimentos, sindicatos, a gente não recebe doações governamentais (Entrevistada I, 13 de abril).

A recente criação do perfil do Instagram foi constatada quando acompanhamos a página, no período de setembro de 2022 até março de 2023, com 52 conteúdos postados durante o tempo de análise. Nesse intervalo, houve grande número de posts repercutindo as eleições presidenciais e declarando apoio à candidatura do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e enfatizando a crítica ao então governo Bolsonaro. A denúncia sobre violência em diversos contextos foi o tema mais comum das postagens analisadas. Nos sete meses, foram relevantes as convocações para diversos atos na capital paraense, com foco na luta pela vida das mulheres, pela democracia, contra a fome e em defesa dos territórios amazônicos.

Notamos com os três eixos análise empírica que as pautas da Frente são bastante diversas e, para isso, elas se organizam em “eixos”

(...) as pautas são por temas, por eixo (...) o da participação, da garantia de recursos de estruturação é um eixo. Tem o eixo da educação e contra o racismo, o eixo das políticas para proteção e atendimento a questão da violência, eixo da saúde e direitos sexuais e reprodutivos, nós temos o outro eixo que tem a ver com trabalho e autonomia econômica das mulheres, e temos um eixo que fala das questões dos territórios e moradia, e essas políticas mais amplas. (Entrevistada I, 13 de abril).

Uma dimensão importante do repertório de atuação é a relação com o Estado, em especial com o legislativo. Segundo a entrevistada II, ela se dá com as ativistas mesmo antes da construção da Frente com tal nome, ainda nos anos 2000. A entrevistada cita novamente o Fmap como um espaço de contato, nomeando deputadas atuais e ex-parlamentares com quem esse diálogo foi travado, sobretudo no campo da esquerda paraense, com parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (Psol).

Nós já tínhamos [a relação com o Estado] com o Fórum [Fmap] antes. A gente tinha na época a deputada Bernadete Ten Caten. A gente conseguiu fazer uma abertura e ir lá começar. Como mudou de governo e teve uma abertura melhor, a gente conseguiu ter deputadas que pudessem estar mais próximas, deputadas

do Psol mesmo, as deputadas dos outros partidos lá, elas têm alguma vez uma abertura, né, e a gente aproveita (Entrevistada II, 29 de abril).

A deputada Bernadete Ten Caten foi eleita para o legislativo estadual nos anos de 2006 e 2010, pelo Partido dos Trabalhadores. Embora seja frequentemente citada como alguém sensível às demandas das mulheres, em mapeamento realizado sobre a produção legislativa no Pará acerca de gênero e raça, encontramos apenas três projetos de lei da parlamentar voltado às mulheres (Autor, 2024). Sabemos que a produção legislativa não é a única “medida” do trabalho parlamentar, mas o número pequeno de proposições pode estar relacionado ao contexto em que a deputada atuou, ainda pouco aberto na instituição para os debates sobre gênero. Até a eleição de 2022, o Psol contou com uma deputada na ALEPA, Marinor Brito (2019-2022), responsável por oito projetos de lei sobre direitos das mulheres. Na legislatura atual, o partido é representado por Livia Duarte. Já o PT, elegeu Maria do Carmo. Ambas estão na imagem 4, abaixo ao lado do presidente da Assembleia, deputado Chicão (MDB), no encontro ocorrido após a repressão do ato do 8 de março de 2024.

Diante do ocorrido citado, foi construído um grupo de trabalho (GT) articulado pela Frente e por outros movimentos na ALEPA, com a proposta de construir políticas públicas para as mulheres junto dos movimentos. Os encontros passaram a ocorrer mensalmente, com diálogo entre servidoras, parlamentares e movimentos. A Procuradoria da Mulher, órgão da casa legislativa que articula as representantes femininas criado em 2019, realizou um levantamento temático das legislações existentes sobre mulheres na casa e cada encontro debateu um tema. A autora 1 foi inserida na agenda dos encontros, no grupo de WhatsApp do GT e possui acesso às atas das reuniões, objeto de reflexão específica em pesquisa em curso. Os resultados desta abertura institucional, em um repertório de interação e aproximação com o Estado, ainda não estão claramente passíveis de análise, sendo necessário capturar as ambivalências desta relação, quando o GT se pretende ser inclusivo dos movimentos, de suas atrizes e vozes.



Figuras 3 e 4. Deputadas/os recebem Feminista do Pará após ato 8M/2023 e post de divulgação do GT no perfil da Alepa no Instagram. Fonte: <https://www.instagram.com/p/>

Cppkj-ZODBy/ e <https://www.instagram.com/p/CpxMGNyrllyn/>

Para além do legislativo, as fundadoras da Frente também relatam certa insatisfação com a recente criação de uma secretaria estadual de políticas para as mulheres, no governo do mdbista Helder Barbalho. A SEMU foi instituída por meio da Lei nº 9.862, em março de 2023. Segundo elas, não houve diálogo sobre a pasta com os movimentos. A titular da secretaria é uma ex-deputada estadual, Paula Gomes, cuja trajetória política está ligada ao capital político familiar paterno, sem lastro evidente com as pautas de gênero. Dado o pouco tempo de institucionalização, a atuação da secretaria no âmbito estadual ainda carece de análise. Por meio do relatório de atuação do primeiro ano, informa-se a atuação no fortalecimento dos conselhos da mulher, no enfrentamento à violência e empreendedorismo.

Por exemplo, hoje nós temos a secretaria de mulheres que a gente não foi nem chamada. Com a secretaria estadual de mulheres do Pará, os movimentos não foram chamados para discutir, embora seja pauta nossa de pelo menos uns sete anos ou mais, que a gente coloca a importância e necessidade de ter uma secretaria de mulheres (Entrevistada I, 13 de abril).

Ainda acerca da relação com o Estado, as integrantes da Frente pontuam a necessidade de o grupo se mostrar autônomo, a despeito das forças partidárias com as quais as ativistas possuem relação. Elas citam como no contexto das eleições de 2018 o apoio da Frente era diretamente ao #Elenão e não a um candidato específico.

A gente tem um princípio que é isso, a autonomia. E durante o governo Bolsonaro, muitas de nós individualmente, tínhamos ido fazer campanha mesmo, né? Como pessoas, não como Frente. A frente não fez campanha, não faz campanha (...) O primeiro #EleNão aqui em Belém foram mais de 70 mil pessoas, não defendemos uma candidatura, proibimos inclusive bandeiras de candidatas, ou de candidaturas dentro do processo da marcha do #EleNão. (...) Nós, movimentos de mulheres do Brasil todo, de vários movimentos, entregamos um documento dizendo das nossas pautas, mas a gente continua dizendo “nós somos autônomas”. Podemos achar que esse governo tem um diferencial ao Bolsonaro...e tem né!? A gente espera que consiga pelo menos trazer de volta direitos que o governo anterior tirou. Mas isso não significa que a gente vai dar uma carta, um cheque em branco pro governo. Acho que isso tem que ficar bem negritado. (Entrevistada I, 13 de abril).

Por fim, um ponto que se destaca no ativismo da Frente são as particularidades locais e as diferenças com as lutas das mulheres de outras regiões do país. A entrevistada I relata por exemplo que as questões regionais, de estar na Amazônia, ensejam dimensão estrutural para a agência do grupo. Segundo ela, as mulheres

fazem questão de frisar e enfatizar o diferencial de ser mulher da Amazônia, da diferença que é os povos da Amazônia em relação ao resto do país né. Da gente ter no Pará uma maioria negra, o maior número de etnias de povos indígenas em termos de povos diferentes indígenas, nós temos 55 povos que falam mais de 60 línguas diferentes no Estado do Pará, e assim, a Amazônia alimenta (o ativismo). Então, a Amazônia pra gente é um diferencial (Entrevistada I, 13 de abril).

A defesa do território amazônica, enunciada na faixa que abria o ato do 8M (“*pela vida das mulheres, por democracia, contra a fome e em defesa dos territórios amazônicos*”) e em várias das manifestações realizadas pela Frente, se revela como um elemento importante deste repertório.

É um feminismo de tamanho enorme, porque além de tentar se empoderar, defende seu território. Esse é um feminismo que todas nós amazônicas temos, né, seja umas mais compreensivas, outras menos, mas todas nós, mulheres amazônicas. E tem aquelas que vivem dentro do conflito mais ainda. Então, isso não existe em muitos lugares lá fora, entendeu? Existe a defesa de tu quereres melhorar tua qualidade de vida, de tu melhorar a vida no geral para todo mundo, defende o teu território, na tua vida pessoal, da tua vizinha...mas aqui a gente defende um território que é o pulmão, inclusive, que o povo diz do mundo, não é? (Entrevistada II, 29 de abril).

Nesse sentido, o território como uma pauta dos feminismos localizados nesta região articula as lutas das mulheres para além dos temas mais clássicos pensados como agenda de gênero ou restrito à vivência específica feminina, mas as situa como agentes que interpretam e resistem às diferentes ameaças e explorações que circundam a vida na Amazônia. A Frente se aproxima da discussão dos feminismos contra-hegemônicos que têm acionado a ideia de “corpo-território”, de forma que “as mulheres politizam seus corpos e o entendem como extensão dos conflitos aos quais estão expostas em seus territórios, assim como seus territórios figuram como extensão de seus corpos, que também são corpos em batalha” (Miranda e Barroso, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ideia de repertório e campos discursivos de ação feminista, analisamos a construção da Frente Feminista do Pará. Com a análise dos posts no perfil do Instagram, o acompanhamento do ato no dia 8 de março de 2023, junto da realização das entrevistas, concluímos que a Frente tem um protagonismo significativo na região Norte, onde observamos a luta desse grupo em defesa do seu território e das mulheres da Amazônia. A Frente tem uma composição diversa de movimentos/coletivos feministas que a integram e utiliza a rede social do Instagram como forma de mobilização. Neste momento, a Frente está presente em um grupo de trabalho institucional na ALEPA e este é um caminho de pesquisa futuro importante, dado que a relação entre movimentos sociais e Estado está sendo explorada com mais frequência nos últimos anos, sobretudo na agenda da Ciência Política brasileira.

Nesse sentido, foi possível identificar repertórios clássicos de protestos, como os atos acompanhados e organizados pela FFPA, bem como repertório de interação socioestatal, com o diálogo especialmente com o legislativo estadual.

Por fim, cabe ressaltar que entendemos que uma limitação da reflexão aqui esboçada se dá pelo contato, via entrevistas, ter sido apenas com as fundadoras da articulação, com idades similares (mais de 60 anos). Como agenda de pesquisa, buscaremos explorar as distintas tensões que se colocam a partir das questões etárias entre as integrantes da Frente, a partir de um diálogo futuro também com as jovens feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, Julia S. (2020). *Alianças, encontros e margens: feminismos negros e interseccionalidade na frente de mulheres negras de Campinas e região*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- ALONSO, Angela (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2 (3), p. 21–41. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres & movimentos–ativismo, empoderamento e espaços de poder. *Inc.Soc.*, Brasília, DF, v.11, n.2, p.80-100, jan./jun, 2018
- ALVAREZ, Sonia (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos pagu* (43), p. 13-56. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>.

- BARATA, Camille G. (2022). *Trajetórias feministas na UFPA: luta, violência e memória entre mulheres*. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- DA COSTA, Micaela Alves Rocha; DA SILVA, Lenilze Cristina Dias (2017). A Frente Feminista De Natal: Avanços E Limites Na Organização Política Das Mulheres. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women 's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X.
- DESLAURIERS, Jean P.; KÉRISIT, M (2014). O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al (org). A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, p. 127-153.
- FACIOLI, L. R.; GOMES, S. DA S. R. (2022). O ativismo feminista *online* no Brasil: aportes para uma agenda em construção. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 22, p. 1-11. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.40496>
- LEOPOLDO, Eudes. Urbanização e planejamento da Amazônia: diálogos com Bertha Becker. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, n. 61, 2023.
- MARÇAL, Ana (2023). *Guardiãs da trilha dourada: o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém* (MMIB) e as práticas coletivas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres ribeirinhas na Ilha de Cotijuba-PA. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*. Vitória, ES. Vol. 7, n. 3 (jul./dez. 2020), p. 8-32, 2020.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino et.al. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. Novos estudos CEBRAP, v. 40, p. 33-54, 2021.
- MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. (2023). Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 2, p. e92873.
- PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, p. e83260, 2023.
- PEREZ, Olívia C.; SILVA FILHO, Alberto LA. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, 2017.
- PINTO, Celi Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. SP: Perseu Abramo, 2003.
- PIRES, D. and CASTRO, A. M (2020). Todo espaço é político: Ativismo de mulheres nas redes sociais. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 143-161. <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.49604>

- POUPART, Jean (2014). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al (org). A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 215-247.
- RODRIGUES, C.; FREITAS, V.G (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, e238917, p. 1-54. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>.
- SCALABRIN, Andreia Cristine et al. Cadernetas agroecológicas e feminismo: produzindo visibilidade ao trabalho das agricultoras e extrativistas da Amazônia Paraense. In: Agroecologia: Métodos e Técnicas para uma Agricultura Sustentável. v. 4. Editora Científica Digital, 2021. p. 192-204.
- SOARES, Suamy Rafaely (2019). *Feminismo no Sertão: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido (2012). Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n. 2, p. 399 - 426. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TARROW, Sidney. *The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688-2012*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- TILLY, Charles. Contentious performances. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- VINENTE, Fabiane. (2012). Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. *Revista EducAmazônia*, vol 8, n. 5 p. 94-104

Ciclos de bloqueios de rodovia em Novo Progresso (Amazônia)

Cycles of roadblocks in Novo Progresso (Amazon)

Renata Barbosa Lacerda^a

Resumo A partir de bloqueios da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém no Sudoeste do Pará, este trabalho discute como essa ação coletiva foi priorizada como forma de interlocução com o sistema político e institucional por agentes sociais heterogêneos e desiguais, que ocasionalmente se aliaram entre si: grandes a pequenos produtores rurais; pequenos agricultores; garimpeiros; mineradoras; empresários; comerciantes; madeireiras; e indígenas. A pesquisa se baseia em etnografia na região, com foco no município de Novo Progresso. Analisa entrevistas, postagens em mídias sociais digitais, reportagens, pesquisas acadêmicas e documentos. De modo a demonstrar essa dinâmica das mobilizações sociais e suas relações com o governo federal, analiso ciclos de protestos marcados por bloqueios da rodovia desde 2002. Ao debater com a literatura sobre movimentos sociais e confrontos políticos, o presente estudo revela, nos bloqueios da BR-163 paraense, um grande papel de representantes políticos e sociais tradicionais e de pautas referidas à governança sobre serviços públicos, territorialidades, terra, floresta e minérios. Argumento pela importância de analisar mobilizações fora dos grandes centros urbanos protagonizadas por agentes subalternizados, dominantes, liberais-conservadores, autoritários-reacionários, socialmente desiguais e/ou politicamente ambíguos.

Palavras-chave Mobilizações sociais. Bloqueio de rodovia. Política. Terra. Políticas públicas.

Abstract Based on the blockades of the BR-163 Cuiabá-Santarém highway in the southwest of Pará, this paper discusses how this collective action was prioritized as a form of interlocution with the political and institutional system by heterogeneous and unequal social agents, who occasionally allied with each other: large and small rural producers; small farmers; miners; businessmen; traders; logging companies; and indigenous people. The research is based on ethnography in the region, with a focus on the municipality of Novo Progresso. It analyzes interviews, posts on digital social

a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: reblacer@gmail.com. Pesquisadora de pós-doutorado no PPGAS/MN/UFRJ. Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/008725/2023

media, reports, academic research and documents. To demonstrate the dynamics of social mobilizations and their relationship with the federal government, I analyze cycles of protests marked by roadblocks since 2002. Discussing the literature on social movements and political confrontations, this study reveals a large role for traditional political and social representatives in the blockades of the BR-163 highway in Pará, as well as agendas related to governance over public services, territoriality, land, forest and minerals. I argue that it is important to analyze mobilizations outside the major urban centers led by subaltern, dominant, liberal-conservative, authoritarian-reactionary, socially unequal and/or politically ambiguous agents.

Keywords Social mobilizations. Roadblock. Politics. Land. Public policies.

INTRODUÇÃO

A partir de bloqueios da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) no Sudoeste do Pará, discuto como essa ação coletiva se tornou uma das principais formas de interlocução com o sistema político e institucional por agentes sociais heterogêneos com diferentes pautas, que se autoidentificavam como: grandes, médios ou pequenos produtores rurais (*posseiros, colonos* e/ou *ruralistas*); garimpeiros (trabalhadores, empresários e donos de garimpo); mineradoras (nacionais e estrangeiras); empresários; comerciantes; madeireiros (trabalhadores e donos de serrarias); pequenos agricultores familiares (assentados, *colonos* e/ou trabalhadores rurais); e indígenas Mebêngôkre (Kayapó).

Este trabalho mostra como alianças configuradas conjunturalmente nesses bloqueios de rodovia apresentaram um caráter cada vez mais ambíguo (Bringel, Pleyers, 2017; Pinheiro-Machado, 2019) e de justaposição de mobilizações (Alonso, 2023) – sobretudo a partir de 2013, após as Jornadas de Junho, ainda que sem vinculação direta com esse ciclo de protestos difundido em diversas cidades do Brasil. Ademais, após 2017, os bloqueios da BR-163 mostraram uma crescente adesão ao projeto bolsonarista, constitutivo da politização do autoritarismo social em um contexto pós-crise global de 2008 de radicalização do neoliberalismo (Bringel, 2022). Diferentemente de análises centradas nos grandes centros urbanos nacionais e internacionais, o presente estudo enfatiza a relevância de representantes políticos e sociais tradicionais e de pautas referidas à governança sobre serviços públicos, territorialidades, terra, floresta e minérios nos bloqueios da BR-163 paraense.

Não à toa a BR-163 se tornou o principal palco dos confrontos políticos na região. Afinal, a *região da BR-163* tem sido rememorada por seus habitantes –

sobretudo *colonos sulistas* brancos prestigiados por seu *pioneerismo*¹ – como nascida a partir da abertura dessa estrada em 1973 pelas políticas de colonização da Amazônia. Abandonada pelo Exército nos anos 1980, a rodovia se tornou condição e símbolo da *sociedade* fundada às suas margens, atualizando o pioneirismo de antepassados europeus imigrantes, recordados pela fundação de comunidades no Sul do país (Seyferth, 1992). Assim, *sulistas pioneiros* valorizavam seu protagonismo na ocupação da Amazônia ao se diferenciarem de *nordestinos*, *paraenses* e *goianos* que passaram a compor a *sociedade* de Novo Progresso e o *povo da região da BR-163* enquanto comunidades imaginadas (Lacerda, 2022)².

Se, para o regime militar, a BR-163 era uma das principais vias de promoção de integração e soberania nacionais, na virada do século essa rodovia passou a ser chave na logística de escoamento de *commodities* de Mato Grosso por portos do Pará e tornou-se parte de projetos nacionais e sul-americanos de integração da Pan-Amazônia com o mercado mundial (Castro, 2012). Haja visto que o trecho mato-grossense já havia sido asfaltado nos anos 1980, a pauta de pavimentação do trecho paraense da rodovia se fortaleceu, tanto por grupos sociais locais quanto por empresários do chamado agronegócio de Mato Grosso. Somente em 2001 teve início o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da pavimentação da BR-163 paraense, sob a execução do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Isso renovou a esperança da *sociedade* e do *povo* com o progresso prometido pelo asfalto, que facilitaria o escoamento de madeira, ouro e gado da região, além de favorecer a expansão da soja, milho e arroz – símbolos da *riqueza do agronegócio* encabeçada por *sulistas* que haviam colonizado Mato Grosso, com os quais se comparavam, ressentindo que o governo federal *abandonou os colonos do Pará*. Com a chegada do asfalto, a *sociedade* passou a ressentir também suas compensações, que teriam paralisado a economia da região. Identificavam assim uma grande *crise da ambientalização* (Lacerda, 2022) causada por políticas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A mudança na governança sobre a terra, floresta e minérios foi capitaneada pelo Plano BR-163 Sustentável (2003-2007), que suspendeu documentos provisórios de posse e criou UCs e assentamentos. Isso motivou mobilizações sociais em torno

1 Em itálico, se encontram termos ômicos relevantes para a análise e palavras estrangeiras.

2 O termo *sulistas* englobava pessoas brancas nascidas na região Sul do Brasil, mas também em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Logo, dissociavam a natalidade efetiva da identidade de origem, como observado em outras regiões conhecidas pela expansão do agronegócio (Heredia, Palmeira, Leite, 2010).

dos projetos de desenvolvimento nessa rodovia, em defesa da descaracterização ou da consolidação de territórios. Tais mobilizações foram repercutidas regional, nacional e internacionalmente principalmente quando conflagravam bloqueios da rodovia – em especial aqueles referidos à TI Baú, à Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, à Reserva Garimpeira do Tapajós e, com menor alcance, aos assentamentos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa (Lacerda, 2022, 2024) e Brasília (Campbell, 2012, 2015).

Em 2005 e 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou dezenas de PDS no Oeste do Pará em resposta à pressão de madeireiros por áreas regularizadas para manejo florestal e a acampamentos de trabalhadores rurais na beira da BR-163 realizados desde 2003. Nesse contexto, o PDS Brasília e o PDS Terra Nossa foram criados sobre pretensões fundiárias ilegais ou irregulares nos municípios de Novo Progresso e Altamira. O PDS Brasília é adjacente à Flona do Jamanxim e ambos se situam a oeste da BR. Já o Terra Nossa foi criado a leste da rodovia, em parte da área desafetada da TI Baú, ocupada tradicionalmente pelos Kayapó Mekrāgnoti, mas invadida por madeireiros, mineradoras e *colonos*. Essa terra indígena foi criada em 1991 pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) com 1,85 milhões de hectares e foi homologada em 2008, após perder 17% de sua área em decorrência da coalizão entre ruralistas, mineradoras e políticos de Novo Progresso contra sua demarcação, iniciada em 2003 pelo governo Lula.

Já a Flona do Jamanxim, UC criada em 2006 por decreto de Lula, se sobreponês à Reserva Garimpeira do Tapajós, instituída em 1983 pelo Ministério de Minas e Energia (MME) durante a ditadura empresarial-militar. A Reserva Garimpeira tornou-se objeto de reivindicações de regularização, pois foi sobreposta a UCs que não permitiam mineração ou que apresentavam controvérsias jurídicas, como a Flona do Jamanxim³.

Em suma, a Flona do Jamanxim, a TI Baú e os PDS Terra Nossa e Brasília foram alvos de tentativas de descaracterização em prol da chamada “regularização fundiária” em seu sentido flexibilizado; isto é, de privatização de terras públicas (Kato; Korting; Menezes, 2022) em contextos de valorização de *commodities* como terra, carne, soja, madeira e ouro. Diferentemente da Flona, a TI e os PDS têm apresentado variadas formas de ação coletiva por sua consolidação (Lacerda, 2024).

3 A mineração em Flonas tem sido alvo de controvérsias jurídicas entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – criado em 2007 para gerir UCs, função que era do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ambos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) –, e a Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculada ao MME.

Esta pesquisa se baseia na etnografia na região da BR-163 paraense (2013-2023), com foco no município de Novo Progresso, e analisa entrevistas, postagens em mídias sociais digitais, reportagens, pesquisas acadêmicas e documentos. Cabe ressaltar que não presenciei os protestos que analiso neste trabalho. Me apresentei como pesquisadora da UFRJ interessada na história e nas mobilizações sociais da região em conversas com madeireiros, garimpeiros, produtores rurais, empresários, assentados, Kayapó e seus representantes, sobretudo durante meus trabalhos de campo (realizados em 2013, 2017 e 2018).

Minha presença suscitou desconfianças, principalmente devido à falta de recomendações anteriores e à minha aparência e origem: branca, de classe média universitária do Sudeste. Vinda do Rio de Janeiro, era reiteradamente interpelada a contar sobre o suposto “vandalismo” transmitido na televisão das Jornadas de Junho de 2013 – ao qual se contrapunham como “povo pacífico”. Não raro, eu era confundida com servidores públicos, jornalistas e ambientalistas. Por outro lado, minha condição de estrangeira também facilitava confidências e tentativas de compartilhar o *conhecimento da realidade da região* para fora, saber que legitimaria quem se mobilizava e deslegitimaria antagonistas. Nesse sentido, para manifestantes, atrair atenção não só da imprensa, mas de pesquisadoras como eu, era também considerado como um dos elementos da eficácia dos bloqueios da rodovia ao ampliar o alcance desse *conhecimento*.

Na primeira parte, discuto o bloqueio de rodovia como forma de ação coletiva e seus possíveis enquadramentos a partir de teorias dos movimentos sociais. Na segunda parte, apresento os principais aspectos de ciclos de protestos intensificados por bloqueios de rodovia na BR-163 paraense.

1 A FORMA BLOQUEIO DE RODOVIA

O bloqueio de estradas e rodovias integra um repertório relativamente recente em termos de formas históricas de ação coletiva conhecidas e consideradas relativamente legítimas por agentes sociais não só populares, mas também dominantes, para demandarem mudanças na governança sobre direitos costumeiros. Barriadas eram empregadas pelo menos desde o século XVI na Europa, sendo que nas revoluções francesas de 1789 e 1848 os bloqueios de estrada foram empregados como ferramenta de protesto, a qual se disseminaria pelo mundo no século XIX (Traugott apud Harley, 2014, p.266-267). Segundo Tilly (1978) e Thompson (1998), o bloqueio de meios de circulação, inclusive de estradas, já era empregado como ação coletiva popular no século XVIII e XIX na França e Inglaterra nos “motins da fome” realizados por trabalhadores urbanos e mineradores. Suas demandas

diziam respeito a uma economia moral, na qual estava em jogo a distribuição considerada justa dos alimentos, contra o desrespeito ou privação de normas e obrigações sociais frente à expansão da política econômica de livre mercado (Thompson, 1998).

Na América Latina, essa forma de ação coletiva passou a ser empregada sobretudo nos anos 1990 por povos indígenas, em países como a Colômbia (Ruano, 2013), e por organizações de desempregados “piqueteros” na Argentina (Quirós, 2009). Especificamente no Brasil, Sigaud (2000) e Rosa (2010) observaram como as formas acampamento e movimento conquistaram legitimidade frente ao Estado brasileiro e capilaridade social dos anos 1980 aos 2000 a partir de demandas de luta por terra. Nesse contexto, o bloqueio de rodovia emergiu em mobilizações sociais de comunidades e de trabalhadores rurais nos anos 1980 e 1990 – como a mobilização comunitária que formaria o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) (Vianna Jr., 2012)⁴ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Chaves, 2000)⁵ –, e aos movimentos indígenas nos anos 2000 (Ruano, 2013).

Seguindo a tendência de teóricos dos movimentos sociais na América Latina, estudos sobre bloqueios de estradas, embora contribuam para compreender a dinâmica dessa forma de ação, costumam focar naqueles produzidos por agentes subalternos, associando-os a pautas progressistas⁶. Privilegiaram, assim, o potencial revolucionário e de mudança cultural de determinados agentes, negligenciando “mobilizações à direita e em torno de demandas religiosas e comunitárias” (Alonso, 2009, p.70). Logo, poucas pesquisas analisavam o campo relacional de conflitos entre movimentos, Estado e contramovimentos (Alonso, 2014) ou observavam confluências ou alianças situacionais entre agentes vistos seja como dominantes e dominados, seja como progressistas, revolucionários, conservadores e reacionários.

Recentemente, com a emergência de uma “geopolítica da indignação global” nos anos 2010, incluindo-se as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, ganhou fôlego no contexto latino-americano a abordagem relacional e dinâmica de confronto político, a qual abarca participantes do protesto, seus opositores, a imprensa,

4 Em 1986, colonos fecharam uma estrada no Rio Grande do Sul para forçar uma negociação com a empresa responsável pela barragem de Machadinho (Vianna Jr., 2012). Anteriormente a esse ato, a rodovia Transamazônica já havia sido bloqueada em 1983 por canavieiros, trabalhadores de uma usina, segundo Paula Lacerda (2013).

5 Chaves (2000) descreveu bloqueios de rodovia realizados durante a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, organizada pelo MST em 1997. Chaves (2000, p.137) lembra que o massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu após o bloqueio da estrada na “curva do S” por trabalhadores sem-terra em abril de 1996.

6 Ver, por exemplo, Harley (2014), que destaca o significado simbólico e espacial da multiplicação de bloqueios de estrada por agentes subalternizados no século XXI em países como: África do Sul, Guiné, Moçambique, Nigéria, Palestina, Chile, Brasil, Argentina, Índia, Canadá e Turquia.

entre outros agentes (McAdam; Tarrow; Tilly, 2004). Bringel e Pleyers (2017), a partir de estudos sobre confrontos na América Latina, Ásia e África, argumentaram que essa abordagem permite analisar a abertura societária gerada pelo transbordamento de mobilizações inicialmente progressistas em uma “confluência ambígua” de campos sociais reacionários e progressistas. Já Pinheiro-Machado (2019) observou as transformações societárias que as jornadas implicaram, o que perpassou seu olhar sobre “revoltas ambíguas” (como a greve dos caminhoneiros de 2018), cuja orientação ideológica não está dada, sendo disputada. Alonso (2023), por seu turno, observou as Jornadas de 2013 como um “mosaico” de mobilizações simultâneas com diferentes estilos de ativismo (inclusive o “patriota” conservador e/ou reacionário) que culminou nos bloqueios de rodovia orquestrados desde a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022. Bringel (2022), por outro lado, desdobra o que Alonso denominaria de estilo patriota em dois campos de ação coletiva que têm incidido de modos singulares e confluentes na crise da hegemonia do ciclo democratizante do Brasil: o campo liberal-conservador e o campo autoritário-reacionário⁷.

Ainda que representem um avanço analítico sobre mobilizações ambíguas, conservadoras e reacionárias, ao se centrarem nos centros urbanos nacionais e internacionais, essas análises não têm abarcado fenômenos semelhantes em cidades do interior do país, onde representantes políticos e de movimentos sociais e pautas referidas à governança sobre serviços públicos, territorialidades, terra, floresta e minérios têm se mostrado fatores centrais para as confluências ambíguas nos protestos. Inclusive, ainda que não necessariamente enquadradas teoricamente pela chave dos movimentos sociais, pesquisas sobre o patronato rural no Brasil já mostravam que produtores e empresários rurais realizavam manifestações de rua desde pelo menos os anos 1950 (Bruno, 2003; Carneiro, 2008). Desde 1998, bloquearam vias urbanas no Sul e em Brasília (Da Ros, 2009; Carneiro, 2008). Em 2006, fecharam ferrovias e rodovias como a BR-163 e a BR-364 no Mato Grosso, valendo-se “do mesmo repertório de ações observado em protestos de trabalhadores sem terra” (Almeida, 2013, p.164).

A partir dessas considerações, defendo ser pertinente avançar na descrição de ações coletivas ambíguas e reacionárias em confrontos políticos que envolvem o patronato rural, bem como madeireiros e garimpeiros, seja na posição de

7 Segundo Bringel (2022, p.177), “um campo de ação política é constituído por diversos atores (não somente movimentos sociais, mas também partidos políticos, sindicatos, indivíduos e outras coletividades mais descentradas), com relações e posições internas que marcam alianças e consensos mínimos, mas também relações de poder e disputas dentro do próprio campo”.

manifestantes, de apoiadores ou de antagonistas. Nesse sentido, Rauber (2022) observou mobilizações sociais ruralistas que contaram com bloqueios de rodovia no Rio Grande do Sul em março de 2013 realizados por associações e sindicatos não só de produtores rurais, mas também de agricultores familiares contrários à demarcação de terras indígenas. Já Bemerguy (2019) mostrou como grupos divergentes se articularam em um movimento pela emancipação do estado do Tapajós, reunindo de forma tensa apoiadores e críticos do agronegócio.

Campbell (2012), por seu turno, já havia notado como o bloqueio da BR-163 em Castelo dos Sonhos em 2007 se tornou uma forma de *pequenos* agricultores familiares e garimpeiros e de *grandes* pecuaristas transformarem seu símbolo de desenvolvimento (a rodovia pavimentada) em um obstáculo à nova política de desenvolvimento sustentável que os deixou de lado. Mas, em termos da sua justificação e eficácia, o bloqueio da BR-163 era uma ação controversa entre habitantes da região da BR-163 paraense, haja vista que materializava *revoltas* que prejudicariam moradores e caminhoneiros (Lacerda, 2022)⁸. Ainda assim, a obstrução da circulação de *commodities* era vista por todos os agentes das mobilizações como fundamental para interferirem no campo político por meio não só do prejuízo financeiro que causavam aos grandes produtores rurais e empresários do agronegócio do Mato Grosso, mas de sua difusão pela imprensa (Champagne, 1984).

Como notou Ruano (2013), devido ao seu caráter desafiador à lógica institucional, o bloqueio de rodovia costuma receber não só maior repressão policial quanto maior cobertura mediática do que outras formas de ação coletiva. Como se verá, na região da BR-163, no entanto, a repressão policial foi observada poucas vezes, ainda que a Justiça tenha sido acionada com alguma frequência para a desobstrução rodoviária, sendo as multas a principal penalidade aos organizadores dos bloqueios. Em termos de cobertura midiática, receberam maior divulgação a nível nacional e internacional os bloqueios organizados por ruralistas, madeireiros e garimpeiros. Bloqueios realizados por assentados apresentavam menor cobertura regional e local do que bloqueios feitos por indígenas.

Se assentados dos PDS e indígenas Kayapó bloqueavam a BR para demandar direitos vinculados a suas territorialidades, parte dos ruralistas locais explicitavam que sua principal reivindicação era serem reconhecidos pelo governo federal como

8 Rauber (2022) também notou que a polêmica em torno do bloqueio de rodovia perpassou representantes ruralistas da CNA com relação à “Mobilização nacional pela revisão e suspensão de demarcações de terras indígenas” realizada em 14 de junho de 2013, concomitante às “jornadas de junho”. A então senadora Katia Abreu se mostrou contrária às interdições de rodovia; no entanto, essas se tornaram a principal forma de protesto do movimento.

produtores, pois teriam se tornado mero *corredor de exportação* com o Plano BR-163 Sustentável. Por isso *bloqueavam, fechavam ou trancavam a BR*, fazendo parar as *riquezas* que passavam do agronegócio mato-grossense, pois o governo federal passou a impedir-los de *produzir*, ação que consideravam ser seu direito moral. Contudo, como enfatizou Davis (2023), bloqueios (inclusive de rodovias) não são ações apenas de obstrução da circulação de pessoas e coisas, mas também de reorientação de relações sociais, circulações materiais e formas de governança.

Destarte, embora tenha particularidades quanto configuração social que abarca não só setores populares, mas também setores de elites locais e regionais (de campos de ação liberal-conservador e autoritário-reacionário), os bloqueios da BR-163 revelam consensos e conhecimentos mais amplos de comunidades imaginadas, que por vezes expressaram uma certa “consciência regional”⁹. Essas comunidades imaginadas remetem, em grande medida, a representantes sociais e políticos de agrupamentos como: os assentados; os Kayapó; os produtores rurais; os garimpeiros; os madeireiros; a *sociedade* de Novo Progresso; o *povo da região*. Ademais, expressaram economias morais, com sentimentos de injustiça acerca do governo de direitos costumeiros (Thompson, 1998).

Assim, para além de explicações acerca da apropriação de formas de mobilização social de agentes subalternizados por elites reacionárias, cabe indagar, no sentido de Chua e Bosworth (2023), por quais motivos agentes reacionários passaram a identificar os bloqueios de rodovia como meios para a consolidação de seu poder. Segundo Thompson (1998) e Sigaud (1986), podemos ainda nos questionar, dada a persistência dessa ação coletiva e, no presente caso, a extensão das demandas envolvidas: quais são seus efeitos e sua eficácia para manifestantes?

2 FECHANDO A BR-163

De 2002 a janeiro de 2023, foram realizados pelo menos 21 bloqueios da rodovia nessa região, que reuni analiticamente em sete ciclos de protesto, descritos a seguir. Me baseio na literatura sobre ciclos de protesto (Sigaud, 1986; Tarrow, 1993) de modo a evidenciar os bloqueios de rodovia como momentos críticos de mobilizações sociais intensas, durante as quais são experimentadas novas e velhas

⁹ Thompson (1998, p.168-169), acerca dos motins na Inglaterra, afirma: “As exportações para o estrangeiro subvencionadas eram as que pior ressentimento provocavam em torno da metade do século [XVIII]. [...] os anos 1795 a 1800 viram mais uma vez o florescimento de uma consciência regional, tão vívida quanto a de cem anos antes. As estradas eram bloqueadas para impedir a exportação de mercadorias da paróquia.”.

ações coletivas, que podem ser transformadas em eventos políticos pela imprensa, ao reconhecer (ou não) sua existência (Champagne, 1984)¹⁰.

2.1 LUTA POR TERRA EM CASTELO DOS SONHOS (2002)

Na região da BR-163 paraense, a interdição da rodovia foi primeiramente empregada em 2002 por pequenos agricultores e garimpeiros em Castelo dos Sonhos (distrito de Altamira vizinho a Novo Progresso) sob a liderança do sindicalista dos trabalhadores rurais Bartolomeu Moraes da Silva (vulgo Brasília), filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Naquele ano, o bloqueio de rodovia foi realizado de forma coordenada com ocupações de fazendas abandonadas, demandando a posse das terras para os *pequenos*; isto é, posseiros, trabalhadores rurais e garimpeiros artesanais, diferenciados dos *grandes* pecuaristas ou produtores rurais. Em julho de 2002, em resposta à sua candidatura como vereador em 2000 e às mobilizações que organizava, grileiros torturaram, assassinaram e deixaram o corpo de Brasília na rodovia (Campbell, 2015). Simbólico por inaugurar essa forma de ação coletiva justamente quando o EIA da pavimentação da BR-163 avançava, o bloqueio de 2002 não foi repercutido pela imprensa e nem costumava ser rememorado pelos habitantes da região, a não ser pelos *pequenos* que conheciam Brasília.

2.2 VITÓRIA CONTRA A FUNAI (2003)

Diferentemente do bloqueio de 2002, o bloqueio da BR-163 realizado em Novo Progresso em 2003 pela prefeitura, mineradoras, madeireiros e *colonos* se tornou o marco inaugural de um repertório de ações coletivas caracterizado pela *briga com o governo federal*, e não entre *pequenos* e *grandes*. Esse bloqueio de cerca de doze dias tem sido lembrado pela *sociedade* de Novo Progresso pela vitória do município contra a Funai. Embora a TI fosse alvo de contestações jurídicas e confrontos armados desde sua criação em 1991, o início da sua demarcação no início do governo Lula, em um momento de expectativa de pavimentação da BR, foi o estopim para a realização do protesto, encabeçado pelo sindicato rural, filiado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O bloqueio acompanhou o *acordo*, mediado pela Funai, com lideranças Kayapó¹¹.

10 Como destacou Alonso (2023), o pico de um ciclo de protestos interrompe o cotidiano, sendo seguido por respostas estatais e desmobilização – o que dialoga com a conceituação de Sigaud (1986) ao analisar antropológicamente as greves como rituais, relacionados com o cotidiano.

11 No *acordo*, “os fazendeiros se comprometeram a pagar R\$ 120 mil anuais por um período de dez anos à prefeitura de Novo Progresso”, que investiria o dinheiro em “benefícios” para a TI (Valente, 2003).

O bloqueio da rodovia foi desfeito quando a Justiça Federal (Subseção de Santarém, Pará) suspendeu a demarcação da TI Baú com base em reportagens da imprensa paraense e nacional acerca da “calamitosa situação de insegurança pública” (Suspensa, 2003) – que envolviam ameaças de “banho de sangue” de ruralistas contra os Kayapó (Fazendeiros, 2003). Em seguida, o Ministério da Justiça reduziu a TI em mais de 300 mil hectares. Dez anos depois, já no governo de Dilma, Novo Progresso aderiu à “Mobilização nacional pela revisão e suspensão de demarcações de terras indígenas” realizada pela CNA em 14 de junho de 2013 (Produtores, 2013), que contou com bloqueios de estrada pelo país (Rauber, 2022).

Ironicamente, em postagens nas mídias sociais e em entrevistas que realizei com produtores rurais, era comum se queixarem do protagonismo de indígenas em bloqueios de estradas – ação coletiva disseminada entre povos indígenas no Brasil a partir da década de 2000 (Ruano, 2013). Por um lado, para ruralistas, esses bloqueios *atrasariam o desenvolvimento*. Por outro lado, ressentiam que eram eficazes. Como um comentário a um blog local – que noticiava a paralisação da obra de pavimentação da BR-163 pelos Kayapó e sua ameaça de bloqueio da rodovia – sugeriu: “não os critiquemos, mas devemos copiá-los” (Ribeiro, 2011).

2.3 MOVIMENTO DOS SEM COMIDA E GREVES DOS ASSENTAMENTOS (2005-2011)

Em meio ao anúncio do convênio que pavimentaria o trecho paraense da BR-163 em 2005, a rodovia voltou a ser bloqueada por dez dias consecutivos. O protesto, organizado pelo Sindicato das Indústrias Madeireiras do Oeste do Pará (Simaspa), foi motivado por portaria do Incra de 2004 que suspendeu documentos provisórios de posse que permitiam planos de manejo florestal. Lembrada como início da *crise da ambientalização*, madeireiros alardeavam que a *crise era da madeira*, mas também *do desemprego*, gerando fome. Devido ao alcance regional do Simaspa e à abrangência da pauta contra a *crise*, teve repercussão na imprensa nacional e se desdobrou em protestos em outros municípios, com queima de pontes, interdição de navios, barcos e rios. Teve fim após negociações com o Ibama, o MMA e o Incra, que apresentaram os assentamentos PDS e as Florestas Nacionais como solução à necessidade de manejo florestal.

Esse plano foi frustrado pela não consolidação da concessão florestal da Flona do Jamanxim e pela interdição judicial dos PDS, divulgados por organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas e pela imprensa nacional e estadual como “assentamentos fantasmas” criados unicamente para atender às madeireiras, o que levou o Ministério Público Federal (MPF) a recomendar a sua interdição

(Torres, 2012). Contudo, esses projetos de assentamento foram igualmente fruto de reivindicações de famílias de agricultores que, desde 2003, acamparam na BR-163, mobilizados por sindicatos de trabalhadores rurais. Com a criação dos PDS Brasília e Terra Nossa, assentados passaram a protestar pela sua *regularização*, termo que significava a consolidação dos assentamentos, com direitos a assistência técnica, infraestrutura, crédito, documentação fundiária e demarcação de reservas coletivas.

Em 2007, assentados do PDS Brasília realizaram uma *greve* em que bloquearam a BR-163 por dez dias contra a interdição judicial dos assentamentos. Diferentemente de 2002, dessa vez foram apoiados por *grandes madeireiros* e ruralistas da região, os quais vinham explorando ilegalmente a reserva florestal do PDS com anuênciia de parte das lideranças dos assentados e servidores do Incra (Campbell, 2015).

Naquele período, assentados do Terra Nossa ocuparam a sede do Incra em Santarém demandando regularização do PDS (CPT, 2008). Mas só em 2011 realizaram seu primeiro bloqueio da BR-163 por três dias, após duas decisões judiciais do Tribunal Regional Federal da 1^a Região (TRF-1). Uma, de 4 de maio, intimou o Incra a retirar as famílias assentadas da pretensão fundiária de um *grande fazendeiro*. A outra, do dia 12 de agosto, liberou os PDS que haviam sido interditados, o que viabilizou a atuação do Incra no Terra Nossa. Por isso, organizaram essa *greve* como forma de demandar à autarquia a *regularização* do assentamento, explicitando em notas públicas a necessidade de dar fim aos *conflictos com fazendeiros*.

2.4 TODOS JUNTOS, CADA UM COM SUA PAUTA (2013)

Em 2013, as alianças entre *grandes ruralistas* e *pequenos agricultores*, que vinha sendo tecida pelo menos desde a criação dos PDS, se concretizou na realização de um bloqueio da BR-163 de dez dias em Novo Progresso, atraindo a atenção da mídia nacional. Lideranças de assentados do Terra Nossa (sindicato dos trabalhadores rurais e associações do assentamento), de garimpeiros da Reserva Garimpeira do Tapajós (sindicato dos garimpeiros) e dos produtores rurais (sindicato rural da CNA) demandaram: o livre acesso à Flona do Jamanxim, que vinha sendo dificultado pelo ICMBio; a redução dessa Flona, de modo que os produtores rurais das áreas desafetadas obtivessem o título de propriedade; a *regularização* do PDS Terra Nossa. Nessa ocasião, mais uma decisão judicial do TRF-1 tinha sido desfavorável aos assentados e suas lideranças passaram a aceitar a negociação de desafetação de algumas pretensões fundiárias de fazendeiros no PDS. Logo, o termo *regularização* foi flexibilizado, silenciando o *conflicto com fazendeiros* em

prol de um *acordo* de redução do PDS. O fim do bloqueio se deu com reuniões com o Incra e uma audiência pública sobre a redução da Flona do Jamanxim.

Os ruralistas se dividiram em torno da eficácia do bloqueio de rodovia, após uma década de confrontos com o governo federal pela titulação de pretensões fundiárias (grandes a pequenas), inclusive na Flona do Jamanxim. Aqueles contrários aos bloqueios disseminavam rumores de que os assentados foram *usados* pelo sindicato rural, mas os próprios assentados explicavam que também *usaram* os *grandes*, que possuem mais *condições* (inclusive recursos e visibilidade), para ampliarem o alcance de suas demandas por terra e direitos (Lacerda, 2019).

2.5 INDÍGENAS E BRANCOS: MISTURAS E SEPARAÇÕES (2006-2016)

Em 2005, o Ibama emitiu a Licença Prévia da pavimentação da BR-163, que estabeleceu o Componente Indígena do Programa Básico Ambiental (PBA-CI) como condicionante para emissão da Licença de Instalação. Segundo o documento do PBA-CI (DNIT, 2006), o componente indígena levou em consideração o primeiro bloqueio da BR-163 organizado pelos Kayapó em 2006 e a reunião entre indígenas e representantes governamentais. Com o PBA-CI, os Kayapó criaram a ONG Instituto Kabu, organizado por lideranças de aldeias das TIs Baú e Mekrâgnobi. Desde 2006, os Kayapó do Kabu organizaram bloqueios da BR (2007, 2010, 2011, 2014) para demandar: o cumprimento do PBA-CI; maior acesso à Funai; melhorias de serviços públicos; casas de saúde e cultura indígena; oposição à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 que pretende transferir para o Congresso Nacional a demarcação de TIs.

Em 2016, os Kayapó organizaram conjuntamente um bloqueio de rodovia com assentados do PDS Terra Nossa que haviam se aliado com fazendeiros que demandavam a desafetação de áreas do PDS – alguns inclusive já haviam contestado anteriormente a TI Baú. Contudo, realizaram o protesto em pontos separados da rodovia, pois os Kayapó não se *misturavam com brancos*, porque eles invadiam seu território, conforme afirmaram então à imprensa local (Lacerda, 2024). Em entrevista, uma liderança Kayapó me explicou que essas divergências quanto a lutas territoriais não os impediriam de se aliarem eventualmente com *brancos* (não indígenas), pois todos enfrentariam uma vivência de precariedades em termos de saúde, educação, eletricidade etc. Seu objetivo, portanto, era reunir mais *força* para suas demandas serem atendidas pelo governo federal.

Apesar do bloqueio não ter tido repercussão na imprensa estadual e nacional, os Kayapó conseguiram reuniões com autoridades em Brasília que atenderam

parte de suas pautas. Já os assentados conseguiram uma audiência pública, que resultou em nova vistoria do INCRA para delimitar seu perímetro, lotes e reserva legal coletiva. Diferentemente da pretensão dos fazendeiros, a vistoria recomendou a desintrusão de fazendeiros grileiros do PDS (Incra, 2017).

2.6 MOVIMENTO MP 756 MUDANÇA JÁ (2017)

Desde o bloqueio da BR de 2013, as mobilizações da Flona do Jamanxim e da Reserva Garimpeira do Tapajós enfrentaram derrotas no Legislativo. Em fins de 2016, Michel Temer (MDB) assinou a Medida Provisória (MP) nº756 para flexibilizar a Flona do Jamanxim e outra UC. Anunciou que o objetivo era responder à escalada de desmatamento e violência que culminou no assassinato de um sargento em operação ambiental naquela Flona. A MP 756 suscitou repercussão midiática negativa nacional e internacionalmente, visto que recategorizava parcialmente a Flona em categoria de proteção mais branda. Após passar por modificações no Congresso Nacional que flexibilizaram mais a Flona, Temer vetou a 756 integralmente.

Essas modificações no Congresso foram fruto da mobilização de lideranças ruralistas da BR-163 paraense, que se articularam no *movimento MP 756 Mudança Já!*, organizado pelo sindicato rural (CNA), políticos e empresários locais. Realizaram *lobbies* em Brasília – onde conheceram o então deputado federal Jair Bolsonaro (PL) – e três bloqueios da BR-163 em fevereiro, abril e julho de 2017, totalizando cerca de vinte e dois dias de interdição. Em entrevistas, lideranças me contavam com orgulho que tiveram *ajuda* dos Kayapó e de cozinheiras do PDS Terra Nossa (pagas pelo serviço) nos bloqueios. Argumentavam que a MP reduzia as áreas produtivas do município, por torná-las áreas protegidas. Após o veto de Temer, organizaram o *movimento dos atingidos pelas reservas ambientais* que ocupou e ameaçou bloquear a BR-163 em fins de 2017. Não efetivaram o bloqueio e passaram a demandar a redução da Flona do Jamanxim pelo Projeto de Lei (PL) 8.107/2017, proposto pelo MMA.

2.7 LEGALIZAÇÃO DE GARIMPOS E O MOVIMENTO PATRIOTA (2018-2023)

No início de 2018, uma mobilização iniciada por empresários da mineração, associações e cooperativas de garimpeiros e políticos da região ameaçou bloquear a BR pela *legalização* dos garimpos da Reserva Garimpeira do Tapajós, inclusive na Flona do Jamanxim. Diferentemente dos movimentos anteriores, sindicatos não atuaram diretamente, embora sindicalistas ruralistas tenham apoiado ou

atuado indiretamente. Na campanha eleitoral, políticos que defendiam essa pauta demonstraram sua proximidade com Jair Bolsonaro – em grande medida conquistada a partir do *Movimento MP 756 Mudança Já!* –, o qual recebeu quase 80% dos votos de eleitores de Novo Progresso.

Em 2019, organizaram o *Movimento pela regularização dos garimpos no Tapajós*, que bloqueou a rodovia por cinco dias em um distrito vizinho a Novo Progresso. Demandava a *legalização* dos garimpos do Tapajós e o fim da norma que permite queima de maquinário por fiscais ambientais. Liberou a BR-163 após agendamento de reunião com o MMA e a Casa Civil em Brasília. Um ano depois, voltou a bloquear a rodovia por seis dias contra operações de fiscalização ambiental. Como o governo federal se mostrou disposto a regularizar garimpos onde não havia controvérsia jurídica, mudanças jurídicas passaram a ser o foco do movimento.

Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro atacou direitos indígenas, inclusive com atrasos e ameaças de cortes do PBA-CI, o que comprometeu os trabalhos do Instituto Kabu, levando algumas aldeias a cindirem com a ONG e se associarem a garimpos (Garimpo, 2021). Em resposta, os Kayapó vinculados ao Kabu bloquearam a BR-163 em 2020 demandando: renovação do PBA-CI; retomada da fiscalização nas TIs; consulta pública sobre nova ferrovia (Ferrogrão); apoio ao enfrentamento da Covid-19. Apesar de conseguirem recursos atrasados, os Kayapó continuaram enfrentando ameaça de cortes.

Com o fortalecimento da mineração ilegal e desmontes de direitos indígenas, a reação à derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022¹² foi avassaladora. A região da BR-163 paraense foi divulgada pela imprensa nacional como palco dos bloqueios de rodovia mais violentos contra a eleição de Lula, responsável pelo Plano BR-163 Sustentável. Entre outubro e novembro de 2022, extremistas da BR-163 – articulados nacionalmente via mídias sociais digitais pelo *movimento autointitulado patriota* – bloquearam a BR e atacaram agentes e viaturas da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Em janeiro de 2023, voltaram a bloquear a BR-163 paraense em apoio aos ataques às sedes dos três poderes em Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos ciclos de bloqueios de rodovia realizados na região da BR-163, podemos concluir que é importante analisar mobilizações fora dos grandes centros urbanos protagonizadas não só por agentes subalternizados, mas também domi-

¹² Novo Progresso foi o nono município do Brasil que mais apoiou Bolsonaro em 2022, com 82,92% de eleitores. Figurou no ranking ao lado de cidades do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

nantes, socialmente desiguais, liberais-conservadores e autoritários-reacionários. Habitantes da BR-163 paraense se engajaram por meio de variadas ações coletivas, organizadas sobretudo por representantes políticos e sindicais – em contraponto ao recente cansaço das formas clássicas “partido” e “movimento” (Bringel, 2022) –, sendo diferenciadas por seu caráter mais *briguento* ou de *diálogo* com o governo federal (Lacerda, 2019, 2022).

Entre os contextos distantes de 2002 e 2023 – em termos de agentes engajados, pautas de reivindicações e contexto político – a interdição da BR-163 se consolidou como uma das principais formas de ação coletiva empregadas na região. A depender das correlações de forças nas disputas por terra e territorialidades, os bloqueios podiam reunir agentes que, em outros momentos, se encontravam em conflito aberto, como os Kayapó e a *sociedade*, os *pequenos* e os *grandes*. Os últimos, ainda que com divergências internas, passaram a reconhecer, inspirados nos primeiros, a eficácia da interdição de uma rodovia em vias de pavimentação na produção de eventos políticos. Residia aí a possibilidade de serem incluídos no projeto de desenvolvimento que até então os teria marginalizado – antes, pela ausência de asfalto, agora pela proibição de produzirem como o agronegócio mato-grossense.

Ainda assim, as principais demandas concernentes à fiscalização ambiental, à TI Baú, aos PDS Terra Nossa e Brasília, à Flona do Jamanxim e à Reserva Garimpeira do Tapajós não foram atendidas plenamente. Todavia, manifestantes observavam conquistas na manutenção e reivindicação de direitos legais e morais costumeiros, bem como na renovação de seu reconhecimento enquanto grupo perante autoridades, debatendo movimentos passados para decidir ações coletivas adequadas a determinada conjuntura. Nesse sentido, o bloqueio da BR-163 seguiu sendo objeto de debates entre lideranças e suas bases quanto à sua eficácia e legitimidade em determinados contextos.

No governo de Michel Temer, representantes ruralistas da luta pela flexibilização da Flona do Jamanxim passaram a contar mais com o *diálogo* com o governo, mas fizeram sucessivos bloqueios da BR para pressioná-lo ainda mais. Após serem derrotados com o voto à MP 756, apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência – cuja eleição significou uma vitória na reorientação das formas de governança sobre a apropriação da terra e minérios. A pauta de descaracterização da Flona seguiu, indiretamente, nas mobilizações pela *legalização* de garimpos dos Tapajós, que empregaram o bloqueio de rodovia como modo de pressionar sobretudo o Legislativo a *legalizar* atividades tornadas ilegais com o Plano BR-163 Sustentável.

Assim, a pauta da *legalização* dos garimpos passou a figurar como centro de um ciclo de bloqueios da BR-163 afinado ao projeto bolsonarista e ao fim do ciclo político democratizante (Bringel, 2022), culminando na radicalização dos bloqueios durante o *movimento patriota* nacional. Esse mostrou como o estilo de ativismo “patriota”, reativado nas Jornadas de 2013 (Alonso, 2023), foi eficaz na adesão de críticos a políticas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas.

Já os Kayapó passaram a bloquear a rodovia não só por serviços públicos e direitos territoriais, mas para se contraporem ao incentivo de Bolsonaro à ofensiva da mineração em seu território, o que causou cisões internas. Os assentados do PDS Brasília e Terra Nossa, por seu turno, se viram cada vez mais divididos internamente frente à crescente flexibilização do que se entendia por *regularização* de seus territórios, ao passo em que, no caso do Terra Nossa, aguardam a desintrusão de grileiros, recomendada por vistoria do Incra, resultante do bloqueio da BR-163 em 2016.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Schleder. *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense*. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) –PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v.76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.100, p.115-137, nov. 2014.
- ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. Notas sobre a feitura de um novo Estado na Amazônia Paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós. *Amazônica*, v. 11, n. 2, p. 771-800, 2019.
- BRINGEL, Breno. Campos de ação e confronto político no Brasil contemporâneo: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013). In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino (Org.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 163-190.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: FAPERJ, 2017.

- BRUNO, Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p.284-310, jul-dez 2003.
- CAMPBELL, Jeremy M. Between the Material and the Figural Road: The Incompleteness of Colonial Geographies in Amazonia. *Mobilities*, v.7, n.4, p. 481-500, set. 2012.
- CAMPBELL, Jeremy M. *Conjuring property: speculation and environmental futures in the Brazilian Amazon*. Seattle: Univ. of Washington Press, 2015.
- CARNEIRO, Olavo Brandão. *Tratoraço - o alerta do campo: Um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil*. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, jan./abr. p. 45-61, 2012.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO – CPT. *CONFLITOS NO CAMPO BRASIL (2007)*. GOIÂNIA: CPT NACIONAL, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3jNoUhm>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- CHAMPAGNE, Patrick. La manifestation. La production de l'événement politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 52-53, p. 19-41, 1984.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, NuAP, 2000.
- CHUA, Charmaine; BOSWORTH, Kai. Beyond the Chokepoint: Blockades as Social Struggles. *Antipode*, Worcester, v. 55, n. 5, p.1301-1320, 2023.
- DA ROS, César Augusto. O movimento “vistoria zero” e as ações de resistência do patronato rural as políticas de assentamento no Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2002. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife/PE, 2007.
- DAVIS, Sasha, Beyond Obstruction: Blockades as Productive Reorientations. *Antipode*, Worcester, v. 55, n. 5, p. 1390-1410, 2023.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL: COMPONENTE INDÍGENA*. DNIT; EXÉRCITO BRASILEIRO; CENTRAN, Ethnos: Brasília, dez. 2006.
- FAZENDEIROS NO PARÁ PREVÊEM ‘MUITOS MORTOS’. O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 14 set. 2003.
- GARIMPO E CISÃO. *INSTITUTO KABU*, Novo Progresso, 2021. Disponível em: <https://www.kabu.org.br/garimpo-e-cisao/>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- HARLEY, Anne. The pedagogy of road blockades. *Interface*, v.6, n.1, p.266 – 296, 2014.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *RBCS*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE SUPERVISÃO OCUPACIONAL DO PDS TERRA NOSSA. ORDEM DE SERVIÇO Nº 54/2016/INCRA/SR3OG. SANTARÉM, 2017.*

KATO, Karina; KORTING, Matheus; MENEZES, Thereza. *A solução é a regularização fundiária?: privatização da terra, digitalização de registros e o papel do Estado.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n.1, p. 153–168, 2013.

LACERDA, Renata Barbosa. A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia. *Wamon*, Manaus, v.6, n.1, p.69–89, 2021.

LACERDA, Renata Barbosa. Brigando por nossa terra: indígenas e assentados contra desterritorializações no Xingu (sudoeste do Pará). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 50, n. 1, p.1-22, 2024.

LACERDA, Renata Barbosa. Brigar junto contra o governo: alianças e disputas na implantação de um plano de desenvolvimento sustentável. *RBCS*, São Paulo, v. 34, n. 100, p.1-19, 2019.

LACERDA, Renata Barbosa. Revoltas do povo da BR-163 contra crises da ambientalização do governo. *Anuário Antropológico*, Brasília, v.47, n.1, p. 19-43, 2022.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior:* o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: PPlaneta do Brasil, 2019.

PRODUTORES RURAIS FAZEM MOBILIZAÇÃO NACIONAL NESTA SEXTA CONTRA ATUAIS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS. *RURALBR*, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3TosCBK>. Acesso em: 11 nov. 2022.

QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.127-153, abr. 2009.

RAUBER, Marcelo Artur. Na rua contra as terras indígenas. In: RAUBER, Marcelo Artur et al. (Org.). *Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p.258-324.

RIBEIRO, Reginaldo. População está revoltada com as atitudes dos índios Kayapó. *Blog O Atual*, 15 set. 2011. Disponível em: <https://jornaloatual.blogspot.com/2011/09/indios-kayapo-paralisam-obras-da-br-163.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ROSA, Marcelo Carvalho. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil. In: _____. (Org.). *Greves, acampamentos e outras formas de*

- mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais.* Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.
- RUANO, Elizabeth del Socorro. “*Minga*” e *Air em perspectiva comparada: Formas e significados nos protestos indígenas na Colômbia e no Brasil.* 2013. 342 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – CEPPAC/UnB, Brasília, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade. Análise das representações sobre a identidade camponesa. *RBCS*, v. 7 n. 18, p.01-31, 1992.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas sobre a versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, nov. 2000, p. 73-92.
- SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, Rio de Janeiro, v.29, n.3, p.319-343, 1986.
- SUSPENSA PARTE DE DEMARCAÇÃO DE RESERVA (PA). *O LIBERAL*, Belém, 26 set. 2003.
- TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 281-307, sum.1993.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution.* New York: Random House, 1978.
- TORRES, Maurício. *Terra Privada Vida Devoluta: Ordenamento Fundiário e Destinação de Terras Públicas no oeste do Pará.* Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). São Paulo: PPGGH/USP, 2012.
- TRAUGOTT, Mark. *The insurgent barricade.* Berkely & London: University of California Press, 2010.
- VALENTE, Rubens. Ministro autoriza redução de reserva de índios no Pará. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 out. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3SyQCma>. Acesso em 17 fev. 2022.
- VIANNA JR, Aurélio. *Prisão em Lajeado Pepino:* uma ação social contra a barragem de Machadinho. Rio de Janeiro: CASA 8, 2012.

A ascensão da extrema-direita pós-mobilizações de 2013 no Brasil: uma análise da cultura política dos jovens em Porto Alegre (RS)

The Rise of the Far-right after the 2013 Mobilizations in Brazil: An Analysis of the Political Culture of Youth in Porto Alegre (RS)

Jennifer Azambuja de Moraes^a, Patrícia Figueiredo da Rocha^b, Isabella Rocha Zanin^c

Resumo O fortalecimento de líderes e discursos de extrema-direita no Brasil, que visualizaram a oportunidade de ganhar espaço e apoio da população a partir das manifestações de 2013, vem reconfigurando as forças políticas no país. Diante desse cenário, destacam-se os jovens, que já experimentam o sentimento de insegurança em relação ao futuro, em processo de socialização política e constituição de uma cultura política. Com isso, questiona-se: quais os efeitos da ascensão da extrema-direita, no período pós-mobilizações de 2013 no Brasil, na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS)? Para além do fato de os jovens constituírem um público pouco estudado na Ciência Política, a escolha pela cidade se justifica por ela ter sido palco das primeiras manifestações em 2013, realizadas antes de junho, como ocorreu no restante do país, devido ao aumento no valor da passagem de ônibus. Para analisar a constituição da cultura política dos jovens, a partir de uma metodologia quantitativa, serão examinados dados provenientes de pesquisas realizadas com estudantes do ensino médio de Porto Alegre, de escolas públicas e privadas, com idades entre 13 e 24 anos. Inicialmente, serão feitas análises longitudinais para descrever os valores políticos dos jovens a partir das ondas de pesquisa aplicadas em 2015, 2019 e 2023. Em seguida, serão conduzidas análises inferenciais para verificar a relação entre o posicionamento ideológico e os valores políticos dos jovens, com base nos dados coletados na onda de 2023.

Palavras-chave Jovens. Cultura Política. Extrema-direita. Mobilizações políticas.

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jennifer.amorais@gmail.com

^b Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: patriciarocha.rs@hotmail.com

^c Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: bellazanin@hotmail.com



Abstract The strengthening of far-right leaders and discourses in Brazil, who saw the opportunity to gain space and popular support following the 2013 protests, has been reshaping the political forces in the country. In this scenario, young people stand out, as they are already experiencing a sense of insecurity regarding the future, while undergoing a process of political socialization and the formation of a political culture. This raises the question: what are the effects of the rise of the far-right, in the post-2013 mobilizations in Brazil, on the formation of the political culture of young people in Porto Alegre (RS)? Beyond the fact that young people represent an understudied group in Political Science, the choice of this city is justified by it being the stage for the first protests in 2013, held earlier than June, as in the rest of the country, in response to the increase in bus fare prices. To analyze the formation of political culture among young people, a quantitative methodology will be used to examine data from surveys conducted with high school students in Porto Alegre, from both public and private schools, aged between 13 and 24. Initially, longitudinal analyses will describe the political values of the youth based on survey waves conducted in 2015, 2019, and 2023, followed by inferential analyses between the ideological positioning and political values of the youth using data from the 2023 wave.

Keywords Youth. Political Culture. Far-right. Political Mobilizations.

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 no Brasil marcaram um ponto de inflexão no cenário político nacional, abrindo caminho para o fortalecimento de líderes e discursos de extrema-direita, que vislumbraram nessas mobilizações de rua uma oportunidade de conquistar apoio popular. O movimento, que inicialmente se organizou em torno de reivindicações sociais, como a redução das tarifas de transporte público, rapidamente evoluiu para protestos contra a corrupção e a ineficácia política, gerando um ambiente de insatisfação generalizada. À medida que o movimento crescia, os jovens, que já enfrentavam insegurança em relação ao futuro, começaram a se socializar politicamente em meio a esse cenário polarizado. A questão central que emerge é: quais são os efeitos da ascensão da extrema-direita, após as mobilizações de 2013, na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS)?

A juventude, pouco explorada na Ciência Política, é um grupo relevante para estudo, pois se encontra em um momento de formação de sua cultura política no contexto pós-2013. Além disso, o estudo em Porto Alegre se justifica por ser o palco das primeiras manifestações de rua, realizadas em abril de 2013. Esta pesquisa busca analisar a relação entre a ascensão da extrema-direita, no período

pós-mobilizações de 2013 na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre. Também se propõe a verificar a relação entre o posicionamento ideológico e os valores democráticos. Partimos da hipótese de que a cultura política desses jovens tem se mantido apática, com baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança institucional, especialmente entre aqueles que se autoposicionam como de extrema-direita.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho utiliza uma metodologia quantitativa, baseada na análise de dados coletados por meio de surveys aplicados pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL-UFRGS). Os dados foram obtidos junto a jovens de 13 a 24 anos, estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre. As bases de dados utilizadas correspondem às ondas de 2015, com uma amostra de 690 jovens; de 2019, com 865 jovens; e de 2023, com 602 jovens.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta um debate sobre a extrema-direita e o caso brasileiro. Em seguida, uma seção que contextualiza a cultura política e o cenário no país, com ênfase na região Sul, durante o período das mobilizações de rua. Por fim, o artigo se encerra com a análise de dados longitudinais, coletados entre 2015 e 2023, sobre variáveis de cultura política, além de inferências acerca da relação entre o posicionamento ideológico e as variáveis de cultura política.

UM DEBATE SOBRE EXTREMA-DIREITA E O CASO BRASILEIRO

A ascensão da extrema-direita no Brasil, materializada pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018, inseriu o país em um contexto de erosão dos princípios democráticos e desgaste das instituições políticas. O enfraquecimento dessas instituições, agravado pelos discursos de Bolsonaro, abriu espaço para uma situação de desordem caracterizada pela desconfiança e pelo conflito em relação à política tradicional.

No cenário eleitoral de 2018, a reintrodução do debate ideológico foi um fator determinante, tornando-se o eixo central para mobilizar ressentimentos sociais. Bolsonaro utilizou habilmente a polarização ideológica como um dispositivo para construir uma forte identidade com seus apoiadores (Singer, 2021; Fuks; Marques, 2020), aprofundando as divisões internas do país. O resultado foi uma intensificação da polarização política, que acentuou as divisões sociais e evocou uma dualidade ideológica semelhante à vivida durante a Guerra Fria.

Esse processo, no entanto, não pode ser compreendido de forma isolada. O ano de 2023 trouxe à memória a passagem de uma década desde o início das ondas de

manifestações que “esquentaram” o Brasil em pleno inverno de 2013. As mobilizações populares, que se intensificaram a partir de junho daquele ano, trouxeram à tona insatisfações latentes. Naquele momento, multidões — majoritariamente compostas por jovens — tomaram as ruas em protesto contra a má qualidade dos serviços públicos, a corrupção desenfreada e o descontentamento com a classe política. O que começou como uma agenda difusa logo se transformou em um profundo questionamento das instituições. Nesse cenário de efervescência política, a juventude emergiu como protagonista, explorando novas formas de engajamento político por meio das redes sociais.

Embora essas manifestações sejam denominadas “Jornadas de Junho”, elas tiveram antecedentes bastante relevantes que, frequentemente, são desconsiderados pelo consenso acadêmico e midiático hegemônico, em detrimento dos acontecimentos ocorridos no centro do país.

Em Porto Alegre, uma luta que vinha desde janeiro conquistou em abril a revogação do aumento da tarifa - primeiro veio uma decisão judicial liminar e, com a continuidade da mobilização, a prefeitura decidiu não recorrer. Em maio, manifestações pela mesma causa ocorreram nas cidades de Natal e Goiânia. Tais lutas serviram de exemplo para os milhares de jovens que começaram a sair às ruas no início do mês de junho, especialmente em São Paulo, onde em 6 de junho foi levantado o cartaz “repetiremos Porto Alegre” (Giraldes, 2024).

Ao olharmos para os eventos de 2013, percebemos um marco fundamental na política brasileira contemporânea. Embora não diretamente relacionados ao crescimento da extrema-direita, aqueles protestos revelaram o descontentamento com os modos tradicionais de mediação política, como por exemplo, os partidos políticos, há muito vulnerabilizados (Baquero, 2000). Esse cenário de crise representativa abriu espaço para o fortalecimento de figuras políticas que se apresentavam como outsiders, capazes de romper com o sistema. Jair Bolsonaro foi, nesse sentido, o principal expoente dessa nova dinâmica, captando e instrumentalizando as frustrações e revoltas da sociedade.

Um aspecto relevante nesse contexto é a refutação da tese defendida por Daniel Bell (1980), que previu o “fim das ideologias”. O Brasil pós-2013 provou o contrário. As ideologias, longe de se tornarem obsoletas, ressurgiram com força. A campanha de Bolsonaro em 2018 não apenas evocou a retórica conservadora, mas também reacendeu os debates sobre moralidade, família e identidade nacional, polarizando a sociedade entre visões antagônicas. A ideologia, portanto, continua

a ser um elemento vital na formação das subjetividades políticas, especialmente entre os jovens, cujas experiências pós-2013 mostram um profundo impacto na maneira como se envolvem politicamente.

A noção de ideologia tem sido objeto de debate acadêmico há séculos. Autores como Konder (2002) e Eagleton (1997) defendem que a ideologia é um “tecido” composto por várias camadas de significados e interpretações. Diferentes correntes ideológicas oferecem lentes distintas para analisar a realidade, variando desde crenças políticas que orientam comportamentos coletivos até análises mais profundas sobre como o poder molda as ideias. Com isso, ao pensar em ideologias, não devemos nos limitar às noções simplistas de direita e esquerda, mas entender essas correntes como categorias dinâmicas que respondem a contextos históricos e sociais específicos.

No entanto, é difícil escapar da clássica dicotomia direita-esquerda, uma vez que ela se consolidou como uma forma clara de organização das identidades políticas, como argumenta Bobbio (2011). A direita, tradicionalmente associada à manutenção do status quo, e a esquerda, defensora de mudanças estruturais, permanecem categorias úteis para se compreender o espectro político, ainda que estas definições tenham evoluído com o tempo. No Brasil, o ressurgimento da extrema-direita mostra como essas categorias podem ser adaptadas às demandas contemporâneas, especialmente à luz de questões como neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo.

No século XIX, os conceitos de conservadorismo e liberalismo foram incorporados à dicotomia esquerda-direita, com o liberalismo sendo inicialmente associado à esquerda. No Brasil contemporâneo, a extrema-direita se caracteriza pela combinação de neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo. Essa combinação de ideologias é exemplificada pela defesa do mercado livre, das tradições morais e de soluções autoritárias para questões políticas e sociais.

No Brasil atual, a extrema-direita se define pela combinação entre o neoliberalismo econômico e o conservadorismo moral, muitas vezes reforçado por uma retórica autoritária. O neoliberalismo, como aponta Perry Anderson (1995), ganha espaço ao propor uma redução do papel do Estado e uma maior liberdade para o mercado, enquanto autores como Lynne Phillips (1998) associam essas ideias à perpetuação de hierarquias sociais. Nessa perspectiva, Phillips sugere que o neoliberalismo, como um projeto político de elites transnacionais, é sustentado por valores neoconservadores (apud Castro, 2014). O neoliberalismo brasileiro, portanto, está associado à defesa de um mercado livre e à minimização do papel

do Estado, em consonância com o pensamento global que emergiu nas décadas de 1980 e 1990.

Na política brasileira, isso se traduz no mantra “liberal na economia, conservador nos costumes”, que tem sido a bandeira de diversos políticos brasileiros da nova direita. Tal retórica reflete essa fusão ideológica, promovendo a preservação de valores tradicionais e a resistência a agendas progressistas.

O conservadorismo, por sua vez, defende valores tradicionais como a ordem, a religião e a família. Autores como Roger Scruton e Samuel Huntington destacam o papel da tradição na formação de uma sociedade estável, enquanto o conservadorismo brasileiro frequentemente se manifesta em oposição às pautas progressistas. Essa aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo deu à extrema-direita brasileira uma força considerável, reforçada por uma visão de mundo autoritária, caracterizada pela desconfiança nas instituições democráticas e pela exaltação de soluções de força (apud González; Baquero; Grohmann, 2020). No Brasil, essas ideias se manifestam no discurso da extrema-direita, que se opõe às agendas progressistas e defende a família e a moralidade tradicional. Essa retórica, muitas vezes justificada como liberdade de expressão, encontrou terreno fértil entre setores da população que se sentiram ameaçados pelas mudanças sociais dos últimos anos, consolidando o conservadorismo como uma força central na política brasileira contemporânea.

O autoritarismo, embora muitas vezes associado ao conservadorismo, possui características próprias. Estudosos como Adorno et al. (1950) e Altemeyer (1981) apontam que o autoritarismo se caracteriza pela submissão à autoridade, pela agressividade em defesa dessa autoridade e pelo convencionalismo (apud González; Baquero; Grohmann, 2020). Na política brasileira, o autoritarismo da extrema-direita se expressa pela desconfiança nas instituições democráticas e pela defesa de soluções políticas que privilegiam a ordem e a segurança em detrimento das liberdades civis.

A ascensão da extrema-direita não é um fenômeno restrito ao Brasil. No cenário internacional, movimentos similares emergiram em diversas partes do mundo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, impulsionados por questões como o nacionalismo, o populismo e o autoritarismo. O Brexit e a eleição de Trump são exemplos de como a desilusão com as instituições democráticas e a insegurança existencial têm levado ao fortalecimento de partidos de extrema-direita em contextos variados. Norris e Inglehart (2019) sugerem que o aumento do apoio a partidos radicais se deve a uma reação cultural contra as rápidas mudanças sociais, como os avanços nos direitos LGBTQIA+ e a maior inclusão de

minorias. Essa resposta, muitas vezes carregada de um sentimento de nostalgia por um passado idealizado, reflete uma insegurança existencial que ultrapassa a mera economia, alcançando o campo da identidade. Autores como Mudde (2007) e Levitsky e Ziblatt (2018) apontam que a ascensão da extrema-direita também pode ser vista como uma reação às mudanças culturais aceleradas das últimas décadas. A defesa dos valores tradicionais e o nacionalismo são centrais nesse backlash cultural (Norris; Inglehart; 2019), uma resposta conservadora às demandas por direitos, igualdade racial e outras questões pós-materialistas. Nesse contexto, a extrema-direita capitaliza sobre a sensação de perda de identidade e de segurança social, prometendo restaurar uma ordem percebida como ameaçada.

No caso brasileiro, a definição da extrema-direita permanece incerta entre os estudiosos. Há debates sobre se o fenômeno atual reflete uma reorganização de movimentos como a Ação Integralista Brasileira (1932), uma nova extrema-direita ou a radicalização das direitas pré-existentes (Lowy, 2015; Cesarino, 2019; Lacerda, 2019; Nicolau, 2020; Singer, 2021). Um ponto central nesse contexto é a institucionalização do pensamento de direita, que se manifesta tanto no aumento de representantes conservadores no Congresso quanto nas ruas e nas redes sociais, frequentemente incentivado por setores religiosos, especialmente a bancada neopentecostal. Esse cenário sugere um avanço de valores conservadores e hostis à democracia, com discursos que favorecem a manutenção de tradições e a intolerância às minorias.

As manifestações de 2013 representaram um marco de insatisfação popular com as instituições políticas, criando um terreno fértil para a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita. Iniciados por pautas relacionadas ao transporte público, os protestos evoluíram para uma crítica mais ampla às estruturas políticas, abrindo espaço para grupos de interesse como o Instituto Liberal, o Instituto Milenium e o Movimento Brasil Livre (Singer, 2013). Essa reorganização se intensificou em 2015, com maior engajamento da direita, culminando na campanha eleitoral de 2018, que polarizou o cenário político brasileiro (Cesarino, 2019). O fortalecimento da ideologia conservadora e a sua crescente influência na sociedade brasileira marcam uma guinada à direita, com cidadãos cada vez mais identificados com esse espectro ideológico (Nicolau, 2020).

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, é frequentemente comparada ao sucesso de líderes autoritários e populistas em outros países, como Salvini, Orban e Trump (González; Baquero; Grohmann, 2020). Reunindo autoritários, neoliberais e monarquistas, o conservadorismo brasileiro reflete uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano (Lacerda, 2019). A bancada evangélica e a

“bancada da bala” são exemplos de forças conservadoras que, além de promoverem pautas repressivas e intolerantes, apelam também aos militares, algo sem paralelo direto na extrema-direita europeia (Lowy, 2015). Esses elementos revelam a complexidade e a heterogeneidade da extrema-direita no Brasil.

Cabe destacar que, após o regime militar (1964-1985), houve um período de silêncio da direita no espectro político, caracterizado pela chamada “direita envergonhada” (Power, 2008). No entanto, nos últimos anos, com apelos aos militares e a combinação de liberalismo econômico com conservadorismo nos costumes, a direita no Brasil voltou a se manifestar de maneira mais aberta. A ascensão de Bolsonaro está relacionada à articulação de demandas sociais保守adoras e ao uso estratégico das redes sociais para minar a confiança nas instituições políticas e fortalecer uma retórica polarizadora, que divide a sociedade em “nós” contra “eles”. Tal polarização exacerbada reflete um deslocamento dos valores democráticos e a desconfiança crescente no sistema político tradicional.

Além disso, a retórica extremista promovida pela extrema-direita bolsonarista defende a falsa ideia de que a liberdade de expressão (conceito ainda pouco referenciado pela ciência política) deve ser irrestrita, desconsiderando que tal postura permite a circulação de discursos que incitam violência, discriminação e ódio. Quando levado ao extremo, esse conceito pode ser usado como ferramenta autoritária para marginalizar e silenciar grupos vulneráveis. O argumento de que restringir a liberdade de expressão seria o primeiro passo rumo ao autoritarismo ignora o fato de que a proliferação indiscriminada de discursos de ódio também tem um efeito autoritário, uma vez que subjuga e marginaliza aqueles que são alvo dessas narrativas. Desta forma, a extrema-direita, na realidade, utiliza a bandeira da liberdade de expressão como um escudo para proteger a disseminação de suas narrativas nocivas. Ao fazer isso, essas ideias ganham terreno, principalmente entre os jovens, que se mostram mais suscetíveis à manipulação nas redes sociais e na internet.

Por fim, estudos de Norris e Inglehart (2019) sugerem que o populismo de direita radical tem o potencial de deslocar partidos moderados para posições mais extremas, utilizando temas como imigração e segurança pública. No Brasil, esse deslocamento pode ocorrer tanto no nível institucional quanto na esfera comportamental e dos valores, especialmente entre os jovens, cuja adesão a pautas radicais ainda é pouco estudada. Como argumenta Lowy (2015), a influência da extrema-direita brasileira ultrapassa o tamanho de seu eleitorado, impactando profundamente a cultura política e a formação de novos valores.

Embora com suas peculiaridades, o Brasil se encaixa em alguns desses padrões globais. A eleição de Bolsonaro em 2018 segue uma lógica semelhante à de outros líderes populistas de direita. Mas há também características únicas na extrema-direita brasileira, como sua forte ligação com a bancada neopentecostal e com setores militares. A presença dessas forças no espectro político nacional sugere uma guinada conservadora, que articula moralidade religiosa com um discurso repressivo e autoritário, gerando uma versão própria de extrema-direita que diverge de seus pares internacionais.

Essa extrema-direita brasileira, portanto, não surgiu do nada. Ela se alimentou de décadas de insatisfação com o sistema político. E após o longo período de invisibilidade, diante do desgaste das instituições e a crise de representatividade, as ideias保守adoras voltaram a ganhar espaço. Bolsonaro, com sua retórica radical, soube canalizar essa energia latente.

Portanto, a ascensão da extrema-direita no Brasil não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas sim como o resultado de processos mais amplos de crise política, econômica e cultural. A polarização exacerbada e a desconfiança nas instituições políticas demonstram como o país está enfrentando um momento de redefinição ideológica, cujo desfecho ainda está em aberto.

CONTEXTUALIZANDO A CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NO BRASIL E AS MOBILIZAÇÕES EM PORTO ALEGRE (RS)

Nos estudos sobre cultura política no Brasil, o entendimento de que a reabertura democrática ocorreu sem a construção de valores democráticos na população é consolidado (Baquero, 2011, 2013; Moisés, 2013). Constituindo uma cultura política de resignação, com cidadãos ambivalentes que concordam com a democracia como melhor forma de governo, mas que em momentos de crise econômica se justificaria um governo autoritário (Moisés, 2013), e híbrida (Baquero, 2013), em que a democracia procedural convive com cidadãos apáticos, não participativos e sem confiança nas instituições política.

Os obstáculos para a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país são “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário” (Baquero, 2001). Nos estudos brasileiros clássicos, ao buscarem compreender a evolução do Brasil, reforçam a influência histórica, marcada pela instabilidade política e econômica, e o autoritarismo vivenciado no país como responsáveis pela falta de uma cultura política democrática (Torres, 1933; Vianna, 1952 e 1956; Amaral, 1934; Freyre, 1986; Holanda, 1969). Resumidamente, as principais características da cultura política

brasileira estão ligadas às práticas clientelistas, personalistas, patrimonialistas e corporativas (Faoro, 1975), que se mantêm até hoje e são considerados estruturais na cultura brasileira (Amorim, 2006; Moisés, 1995; Baquero, 1997).

Moisés (1995, p.105) já reforçava que a cultura política brasileira se constitui em um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, “combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes “estadistas” e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado”. Segundo o autor, essas tradições da cultura política são bem conhecidas: clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e anti-institucionalismo.

Estudos mais recentes continuam apontando para a continuidade desta cultura política apática, com baixa participação e baixos níveis de confiança institucional (Baquero, 2018; Ribeiro, Borba, Casalecchi, 2018). No caso do Rio Grande do Sul, a cultura política tem as mesmas características, como apontado por Baquero e Prá (2007), que apesar de ser considerada pelos gaúchos uma sociedade politizada em relação ao resto do Brasil, os dados sugerem que persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política democrática e participativa.

Ao abordar essa temática com jovens em Porto Alegre (RS), destacam-se trabalhos como os de Baquero (1997), Schmidt (2001), Nazzari (2005), Baquero e Cunha (2010), Baquero (2021), Moraes (2021), Zorzi (2021), Bernardi (2021) e González e Chiodi (2021). Esses estudos utilizam dados do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL-UFRGS), que realiza pesquisas com esse público desde a década de 1980 e possui um conjunto significativo de dados coletados por meio de surveys realizados em 2002, 2004, 2015, 2019 e 2023, na capital gaúcha.

Quanto à cultura política entre jovens estudantes de Porto Alegre (RS), os dados do NUPESAL (2002) já apontavam para um baixo nível de interesse pela política, com apenas 25% dos jovens demonstrando algum engajamento. Além disso, a maioria dos estudantes percebe um desinteresse generalizado na população, visto que 80% concordam em algum grau com a afirmação de que “os assuntos relacionados à política são muito complicados e não despertam o interesse das pessoas”. A desconfiança em relação aos políticos também é marcante: 99,5%creditam que os políticos são corruptos e 99,8% afirmam que eles fazem promessas que não cumprem.

Tais resultados indicam a presença de uma cultura política híbrida, conforme descrito por Baquero (2008), que combina valores pró-democracia com desin-

teresse pela política e a coexistência de valores conservadores. Isso sugere que, enquanto em países desenvolvidos há uma transição de cidadãos leais para cidadãos assertivos (como apontado por Dalton e Welzel (2014) ao revisitarem o conceito de cultura política de Almond e Verba (1963)), o Brasil ainda está em um estágio inicial desse processo. A cultura política no país continua demonstrando indiferença aos valores democráticos, com as instituições falhando em promover a formação de cidadãos mais críticos.

Para analisar quais os efeitos da ascensão da extrema-direita, pós-mobilizações de 2013 no Brasil, na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS), este estudo apresenta uma contextualização das mobilizações políticas que aconteceram nos últimos anos no país e na cidade gaúcha. Começando pelo panorama econômico brasileiro dos anos 2000 que foi marcado por um crescimento impulsionado pelas políticas sociais de distribuição de renda e pela valorização das commodities no mercado internacional. No entanto, a crise financeira global de 2008 impactou o Brasil, resultando no aumento do trabalho precarizado e no endividamento dos setores populares. O cenário econômico e político brasileiro, portanto, passou a ser caracterizado pela instabilidade política. Conforme Coelho (2020), esse ambiente de insatisfação tornou-se uma “matéria-prima para a revolta” desencadeando uma série de manifestações políticas em resposta à precarização.

Impulsionados pela indignação com a aprovação do aumento da tarifa de transporte, jovens de São Paulo iniciaram, em 2013, o movimento que ficou conhecido como Jornadas de Junho. Essa onda de manifestações representou a primeira grande resposta da população aos descasos do governo. Além de reivindicar melhorias, os manifestantes expressavam sua crescente desconfiança nas instituições, principalmente após as denúncias de corrupção. Porto Alegre, no entanto, foi a primeira capital a manifestar, em abril, o descontentamento com o reajuste da passagem de ônibus. Segundo Morais, Franzia, Ferreira (2017), o Bloco de Luta pelo Transporte Público foi responsável por organizar, dia 1 de abril, uma manifestação que exigia a redução da tarifa. Essa mobilização reuniu cerca de cinco mil pessoas, configurando-se como o maior ato registrado na capital até aquele momento.

Mesmo após o cancelamento do aumento da tarifa em São Paulo, as manifestações persistiram, embora adotando novas formas de protesto, por vezes mais intensas, e com reivindicações diferentes, exigindo melhorias em áreas como educação, saúde e segurança. Esses movimentos serviram de incentivo para outros grandes protestos em 2014, que revelavam o crescente descontentamento, especialmente em relação ao governo de Dilma Rousseff, além de expressarem

oposição à realização da Copa do Mundo no Brasil. A insatisfação com a corrupção também foi uma pauta levantada em diversas manifestações.

Desse ambiente de insatisfação, portanto, surgiu o avanço de pautas políticas conservadoras. Nesse cenário, o avanço do projeto da “Escola sem Partido” serviu como estímulo para o início do movimento que reuniu estudantes de mais de 150 escolas do Rio Grande do Sul, inspirados nas ocupações de estudantes secundaristas de São Paulo em 2015. Conforme Coelho (2020), recém-formados, muitos jovens deixavam as universidades endividados e enfrentavam um mercado de trabalho precário, sem grandes perspectivas profissionais. Assim, a continuidade do sucateamento e da precarização do ensino público, intensificada após o golpe de 2016, constituiu uma das principais motivações para as ocupações das escolas.

Após diversas passeatas e protestos, conforme expressado por uma das estudantes, o “sentimento de urgência” entre os jovens os levou a adotar medidas “mais radicais” de luta. As ocupações de 2016, portanto, foram um ato de resistência que mobilizou estudantes de mais de 150 escolas gaúchas. As reivindicações denunciavam o sucateamento do ensino público e a precarização das escolas estaduais, cujas estruturas físicas demandavam reformas e careciam materiais básicos para o funcionamento adequado. Além disso, os jovens se opunham à agenda neoliberal e conservadora do estado, combatendo o avanço do projeto “Escola Sem Partido” e de outros projetos políticos que, para eles, representavam uma ameaça à educação pública (Coelho, 2020). Em outubro de 2016, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aderiram ao movimento, ocupando sedes da universidade. Esse grupo manifestava-se contra a reforma do Ensino Médio, a Proposta de Emenda à Constituição de número 241 – que estabeleceria um teto para os gastos públicos – e o projeto “Escola Sem Partido”.

Desde 2013, o Brasil enfrenta uma fase de instabilidade e descontentamento, conforme afirma Moraes, Franzia, Ferreira (2017). As manifestações continuam a refletir o contexto político do Brasil. As várias mobilizações ocorridas em 2018 foram promovidas por diferentes grupos, tanto em apoio a figuras políticas e pautas específicas quanto em oposição a candidatos e políticas públicas. Assim como em outras grandes cidades, a capital gaúcha foi palco de manifestações em apoio ao então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contra sua prisão. Porto Alegre se destacou nos movimentos em setembro de 2018, conhecidos como “#EleNão”, como uma das capitais onde ocorreram as maiores manifestações. Esses atos reuniram diversos grupos em uma manifestação pacífica, expressando oposição à candidatura de Jair Bolsonaro e enfatizando a importância de um Brasil mais inclusivo e democrático. Além disso, estudantes de escolas públicas de Porto Alegre realizaram

uma caminhada na região central da cidade, protestando contra o atraso salarial dos professores e reivindicando educação de qualidade e direito ao passe livre no transporte público. Em contrapartida, manifestações “Pró-Bolsonaro” reuniram, em carretas e atos públicos, eleitores conservadores, de direita e simpatizantes de Bolsonaro. Em Porto Alegre, os apoiadores do candidato se concentraram na Avenida Goethe, junto ao Parque Moinhos de Vento, onde defenderam discursos anticorrupção, valores conservadores e a segurança pública.

O ano de 2020 também foi marcado por manifestações, mesmo em meio à pandemia global do coronavírus. Em setembro daquele ano, estudantes da UFRGS levantaram cartazes protestando contra a decisão de Jair Bolsonaro de nomear Carlos Bulhões para o cargo de reitor da universidade. O ato, organizado pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) e por servidores da instituição, manifestava-se contra a decisão do ex-presidente, que ignorou a votação interna, quebrando a tradição de respeitar a vontade da comunidade universitária.

CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS DE PORTO ALEGRE E OS EFEITOS DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA PÓS-MOBILIZAÇÕES DE 2013

Com base no debate apresentado, observa-se que a cultura política no Brasil, incluindo a dos jovens, é caracterizada pela apatia, com baixos níveis de participação e confiança nas instituições. Considerando a ascensão da extrema-direita no país após as mobilizações de 2013, parte-se da hipótese de que há uma continuidade dessa cultura política, resultando em uma redução ainda maior do interesse, da confiança institucional e da participação política. Para testar essa hipótese, o estudo inicia com uma análise longitudinal de dados referentes ao período entre 2015 e 2019, envolvendo jovens de Porto Alegre (RS). Em um segundo momento, serão realizados cruzamentos entre o posicionamento ideológico, definido como variável independente, e variáveis de cultura política, tratadas como variáveis dependentes.

Tabela 1. Interesse por política (%)

	2015	2019	2023
Muito	23	21	20
Pouco	59	57	56
Nenhum interesse	18	22	23

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 1 permite a análise comparativa do interesse por política entre os jovens nos anos de 2015, 2019 e 2023. Observa-se um leve declínio no percentual

de jovens que demonstram “muito” interesse por política, passando de 23% em 2015 para 21% em 2019 e atingindo 20% em 2023. Da mesma forma, o grupo que apresenta “pouco” interesse também registrou uma redução, variando de 59% em 2015 para 56% em 2023. Por outro lado, o percentual de jovens que declararam “nenhum interesse” por política apresentou um leve crescimento, subindo de 18% em 2015 para 22% em 2019 e alcançando 23% em 2023. De modo geral, esses dados indicam uma discreta, mas persistente, diminuição do interesse pela política ao longo dos anos analisados, acompanhada por um aumento proporcional no número daqueles que expressam completo desinteresse por assuntos políticos. O contexto político e os discursos predominantes exercem forte influência na maneira como os jovens enxergam e se manifestam sobre os assuntos políticos. O avanço da direita radical e as crises de confiança nas instituições políticas têm um papel central no interesse dos jovens em participar da política.

Tabela 2. Solução para resolver os problemas do país (%)

	2015	2019	2023
Um líder que coloque as coisas no lugar	39	31	38
A participação da população nas decisões do governo	61	69	62

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 2 apresenta as soluções indicadas pelos jovens para os problemas do país. Em 2015, 39% dos jovens acreditavam que a solução estaria em um “líder que colocasse as coisas no lugar”, enquanto a maioria, representando 61%, optava pela “participação da população nas decisões do governo”. Em 2019, verificou-se uma redução no apoio à primeira opção, que caiu para 31%, enquanto a segunda alternativa viu um aumento significativo, alcançando 69%. No entanto, em 2023, ocorreu uma retomada do apoio à ideia de um líder forte, que subiu para 38%, ao passo que a defesa da participação popular diminuiu ligeiramente para 62%. Esses resultados destoam, de certa forma, de estudos anteriores que apontam tendências autoritárias entre a juventude brasileira. Baquero (2018) destaca que muitos jovens têm a percepção de que o governo falha em suprir as necessidades sociais mais urgentes, não descartando totalmente o apoio a líderes com perfil de “salvadores da pátria”. Além disso, ainda é possível identificar, em algumas situações, a crença de que governos militares seriam mais eficientes na resolução das questões políticas.

Tabela 3. Todos os políticos são corruptos (%)

	2015	2019	2023
Concordo	77	80	83
Discordo	23	20	17

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 3 destaca que, em 2015, 77% dos jovens concordavam com a afirmação de que “todos os políticos são corruptos”. Esse percentual aumentou para 80% em 2019 e atingiu 83% em 2023. Por outro lado, o número de jovens que discordam dessa visão diminuiu, passando de 23% em 2015 para 17% em 2023. Esse aumento na percepção negativa sobre os políticos demonstra claramente a crise de confiança nas instituições políticas e uma visão cada vez mais cética da juventude em relação à classe dirigente. Essa percepção parece estar associada à retórica anticorrupção amplamente disseminada nos discursos da extrema-direita, que ganharam destaque no período analisado.

Tabela 4. Democracia x governo autoritário (%)

Democracia é melhor do que qualquer forma de governo		2019	2023
Concordo		47	53
Concordo em parte		42	38
Discordo		11	9
Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático.			
Concordo		8	8
Concordo em parte		37	34
Discordo		55	58

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 4 traz dados sobre a percepção dos jovens em relação à democracia e ao autoritarismo nos anos de 2019 e 2023. Verifica-se um aumento na concordância plena com a afirmação de que a democracia é superior a qualquer outra forma de governo, passando de 47% em 2019 para 53% em 2023. Simultaneamente, a discordância em relação a essa afirmação diminuiu de 11% para 9%. Ao mesmo tempo, a visão de que, em certas circunstâncias, um governo autoritário seria preferível a um governo democrático manteve-se estável, registrando 8% em ambos os anos. No entanto, houve uma leve redução na concordância parcial com essa perspectiva, que passou de 37% para 34%, acompanhada por um aumento na discordância, que subiu de 55% para 58%. Esses dados confirmam um fortalecimento do apoio à democracia e uma rejeição crescente ao autoritarismo durante o período analisado.

Tabela 5. Níveis de não participação política (%)

	2015	2019	2023
Partidos políticos	96	96	96
Associações comunitárias	79	73	75
ONGs	83	80	80
Abaixo assinados	54	44	49
Manifestações, protestos, passeatas	56	62	62
Movimentos sociais	67	64	64
Atividades no bairro	70	59	64

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A análise dos níveis de não participação política de jovens em Porto Alegre (RS), conforme apresentado na tabela 5, revela uma tendência de desengajamento em diversas formas de participação ao longo dos anos. A ausência de engajamento em partidos políticos permaneceu alta e estável, com 96% em todos os anos analisados, indicando uma rejeição generalizada à política partidária formal. No caso de associações comunitárias e ONGs, verificou-se uma leve variação negativa na participação entre 2015 e 2019, seguida por uma estabilização ou pequeno aumento até 2023. A participação em abaixo-assinados apresentou uma diminuição significativa na não participação entre 2015 e 2019, mas uma leve recuperação dessa tendência de desengajamento foi observada em 2023. De modo similar, em relação às manifestações, protestos e passeatas, os níveis de não participação permaneceram elevados, estabilizando-se em 62% nos dois últimos períodos analisados. Movimentos sociais e atividades no bairro também apresentaram padrões de alta não participação, com pequenas oscilações ao longo dos anos, refletindo uma tendência de baixo engajamento comunitário. De maneira geral, os dados indicam um padrão de desengajamento persistente por parte dos jovens em relação a atividades políticas e comunitárias.

Tabela 6. Níveis de desconfiança institucional (%)

	2015	2019	2023
Igrejas	48	48	49
Partidos políticos	69	71	62
Judiciário	33	37	34
Presidente	62	66	54
Governo federal	60	65	55
Polícia	33	29	31
Forças armadas	28	26	31
Escola	10	13	19
Movimentos estudantis	19	26	24

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 6 aborda os níveis de desconfiança institucional entre os jovens. A desconfiança nas igrejas manteve-se relativamente estável, variando de 48% para 49%. Já em relação aos partidos políticos, o índice de desconfiança foi consistentemente elevado, mas apresentou uma leve queda de 71% em 2019 para 62% em 2023. O judiciário, por sua vez, apresentou uma leve variação, com um aumento de desconfiança de 33% para 37% entre 2015 e 2019, seguido por uma queda para 34% em 2023. Em relação ao presidente e ao governo federal, houve uma redução da desconfiança entre 2019 e 2023, passando de 66% para 54% e de 65% para 55%, respectivamente. A desconfiança na polícia também seguiu um padrão oscilante, com uma queda em 2019 e um leve aumento em 2023, chegando a 31%. Em relação às forças armadas, há uma diminuição até 2019, seguida por um aumento em 2023. Por fim, as escolas apresentaram um crescimento na desconfiança, de 10% em 2015 para 19% em 2023, e os movimentos estudantis, apesar de um aumento significativo em 2019, mantiveram-se relativamente estáveis em torno de 24% em 2023.

Tabela 7. Assuntos políticos em sala de aula (%)

	2015	2019	2023
Concordo: a política faz parte da formação do estudante	86,7	78,7	71,1
Não concordo: lugar de política não é na aula	13,3	21,2	28,9

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 7 revela uma tendência preocupante de queda na percepção positiva dos jovens em relação à presença de assuntos políticos na educação formal ao longo dos anos. Em 2015, 86,7% dos jovens concordavam que a política faz parte da formação do estudante. Esse percentual caiu para 78,7% em 2019 e para 71,1% em 2023. Essa redução ao longo dos anos indica uma crescente alienação ou desconforto com a presença de temas políticos no ambiente escolar, o que pode estar relacionado à polarização política ou insatisfação com as instituições. Paralelamente, verificou-se um aumento no percentual daqueles que discordam dessa abordagem, passando de 13,3% em 2015 para 21,2% em 2019 e chegando a 28,9% em 2023. O aumento constante demonstra uma mudança significativa na percepção dos jovens sobre o papel da escola e reflete tanto um distanciamento crítico em relação à política quanto uma crescente valorização de uma educação técnica e despolitizada. Essa tendência pode ser associada à polarização política e à influência de iniciativas como o movimento “Escola Sem Partido”, que promovem a despolitização do ambiente educacional. Tal resultado aponta para a necessidade

de uma reflexão mais aprofundada sobre o papel da política na educação e os impactos desse afastamento na formação cidadã dos jovens.

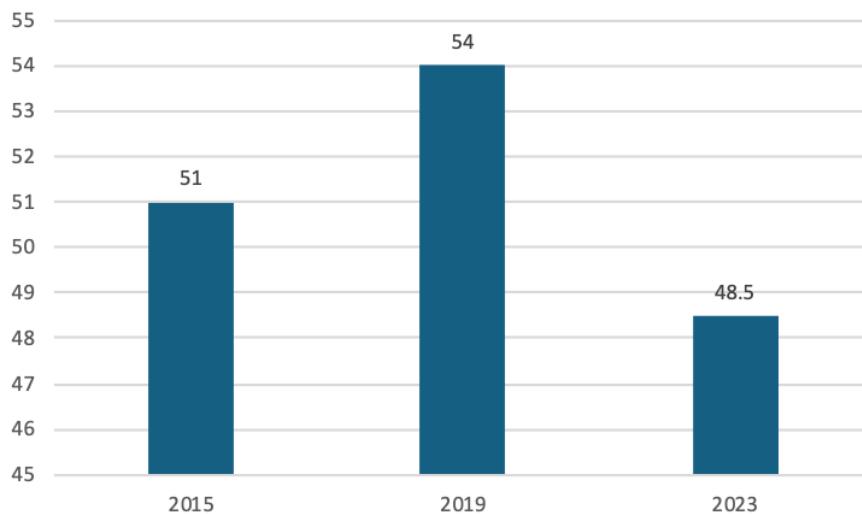


Gráfico 1. Não adianta participar da política, pois nunca muda nada (% dos que concordam). Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

O gráfico 1 apresenta a concordância com a afirmação “Não adianta participar da política, pois nunca muda nada”. Em 2015, 51% dos respondentes concordavam com essa visão cética sobre a participação política. Esse sentimento de desilusão aumentou em 2019, alcançando 54%, o que sugere um aumento da desconfiança no sistema político durante esse período. No entanto, em 2023, houve uma queda nesse percentual para 48,5%, indicando uma leve recuperação no otimismo em relação à política ou, pelo menos, uma diminuição no ceticismo sobre a eficácia da participação.

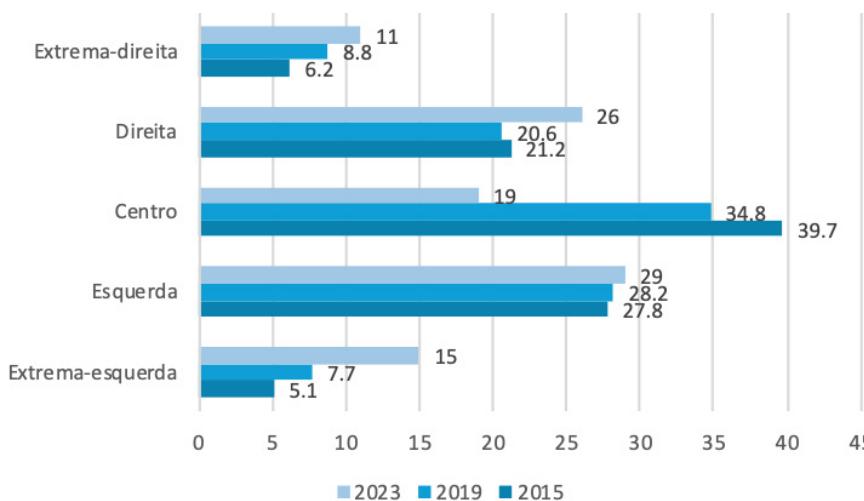


Gráfico 2. Posicionamento ideológico (%). Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

Sobre o posicionamento ideológico dos jovens, conforme o gráfico 2, a extrema-direita, que em 2019 havia experimentado um crescimento, passando de 8,8%, voltou a cair para 6,2% em 2023, indicando uma diminuição do apoio a posturas políticas mais radicais nesse período. A direita moderada também apresentou uma tendência de queda, passando de 26% em 2015 para 20,6% em 2023.

Por outro lado, observa-se um crescimento do centro político, subindo de 19% em 2019 para 34,8% em 2023, embora ainda abaixo dos 39,7% em 2015. A esquerda, por sua vez, manteve-se relativamente estável, passando de 28,2% em 2019 para 29% em 2023, com um leve crescimento em relação a 2015. A extrema-esquerda, após um aumento para 7,7% em 2019, caiu para 5,1% em 2023, mostrando um leve declínio em seu apoio. Esses dados indicam uma reconfiguração das posições ideológicas, com uma retomada do centro e uma leve retração nas extremidades do espectro político, refletindo assim, uma busca por moderação em meio à polarização política.

Os dados longitudinais corroboram a hipótese deste estudo de que persiste uma cultura política apática, especialmente em relação aos baixos níveis de participação política e altos índices de desconfiança institucional, os quais podem estar associados à percepção de aumento da corrupção. Uma das bandeiras levantadas pela extrema-direita é a alegação de que houve um aumento da corrupção no país, utilizada para justificar o afastamento da política tradicional. Esse cenário, que sucede as mobilizações de 2013, quando a alta adesão às manifestações de rua gerou a expectativa de mudança na cultura política, particularmente em relação ao engajamento político e à adesão a valores democráticos, não trouxe as transformações esperadas. Com a ascensão da extrema-direita, que viu nas manifestações uma oportunidade para uma reorganização do poder político com apoio popular, não se observam mudanças significativas nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens.

Como não é possível estabelecer uma relação direta entre a ascensão da extrema-direita e a cultura política, utilizou-se o posicionamento ideológico como proxy.. Especialmente após se identificar, no gráfico 2, um aumento da polarização em direção aos extremos.

Tabela 8. Ideologia x desconfiança institucional (%)

	Extrema-esquerda	Esquerda	Centro	Direita	Extrema-direita
Partidos políticos*	36,2	43,8	71	64,3	45,7
Judiciário**	27,7	25	37,1	29,8	42,9
Presidente*	31,3	29,2	62,9	67,5	62,9
Governo federal*	52,1	40	61,3	54,8	61,8
Polícia*	50	42,7	24,2	7,1	23,5
Forças armadas*	56,3	46,9	21	8,3	20
Escola**	14,6	12,5	19,7	13,1	17,1
Movimentos estudantil*	12,5	10,4	19,4	23,8	37,1
Associações comunitárias*	16,7	13,8	21	26,5	34,3

*qui-quadrado <0,05, **qui-quadrado > 0,05. Fonte: Nupesal, 2023.

A tabela 8 aponta para uma relação significativa entre posicionamento ideológico e desconfiança institucional nos partidos políticos, no presidente, no governo federal, na política, nas forças armadas, no movimento estudantil e nas associações comunitárias. Os altos níveis de desconfiança institucional prevalecem entre os jovens de centro, direita e extrema-direita, especialmente em relação aos partidos políticos, ao presidente e ao governo federal. Esses valores condizem com o discurso antissistema da extrema-direita, que sugere que as instituições não funcionam e que a política tradicional é incapaz de resolver os problemas do país. Ao mesmo tempo em que veneram o regime autoritário que o país enfrentou, buscando sempre o apoio da polícia e das forças armadas para fortalecer seus discursos. Por outro lado, os jovens de esquerda e extrema-esquerda apresentam níveis mais baixos de desconfiança institucional, embora demonstrem maior desconfiança em relação à polícia e às forças armadas.

Tabela 9. Ideologia x democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo (%)

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
Extrema-esquerda	56,5	41,3	2,2
Esquerda	62,5	33,3	4,2
Centro	55,7	37,7	6,6
Direita	66,7	26,2	7,1
Extrema-direita	41,2	44,1	14,7

qui-quadrado = 0,1, n= 322. Fonte: Nupesal, 2023.

Apesar da maioria dos jovens concordarem que a democracia é a melhor forma de governo, como visto na tabela 4, os dados da tabela 9 indicam que os jovens que se identificam como de extrema-direita discordam mais desta afirmação. O

que chama a atenção nesta tabela é que os jovens de direita (66,7%) e de esquerda (62,5%) apresentam os maiores níveis de concordância com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, demonstrando que a polarização não é um risco para a democracia, mas sim o radicalismo da direita que ataca constantemente as instituições políticas.

Tabela 10. Ideologia x em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático (%)

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
Extrema-esquerda	6,3	22,9	70,8
Esquerda	1	16,7	82,3
Centro	5,0	33,3	61,7
Direita	11,1	24,7	64,2
Extrema-direita	20	48,6	31,4

qui-quadrado = 0,01, n= 322. Fonte: Nupesal, 2023.

Em vários momentos do governo de Jair Bolsonaro, o ex-presidente atacou a democracia e elogiou o regime autoritário iniciado em 1964 no Brasil, sempre se apoiando nas forças armadas para atacar a eficiência das instituições políticas, inclusive das eleições. O que gerou mobilizações nas ruas de apoiadores pedindo o retorno dos militares, inclusive fazendo acampamentos em frente aos quartéis militares após os resultados das eleições presidenciais de 2022. Diante desse cenário, os dados da tabela 10, que complementando a análise anterior, não surpreendem ao demonstrarem que os jovens de extrema-direita tendem a concordar (68,6% somando concordo e concordo em parte) com um governo autoritário em algumas circunstâncias. Mesmo não sendo uma surpresa, nota-se os riscos desta ambivalência para o próprio futuro da democracia e da consolidação das instituições democráticas, que de tempos em tempos são questionadas e acabam enfraquecendo.

Tabela 11. Ideologia X resolver os problemas do país (%)

	Um líder que coloque as coisas no lugar	A participação nas decisões do governo
Extrema-esquerda	18,8	81,3
Esquerda	26	74
Centro	40,3	59,7
Direita	59	41
Extrema-direita	62,9	37,1

qui-quadrado = 0,01, n= 322. Fonte: Nupesal, 2023.

O líder autoritário é sempre apresentado pela extrema-direita como uma saída para resolver os problemas do país. Conforme a tabela 11, esse discurso foi

absorvido pelos jovens de direita (59%) e extrema-direita (62,9%) que vislumbram como melhor opção, quando comparada à participação popular nas decisões do governo, que tem mais adesão entre os jovens de extrema-esquerda (81,3%), esquerda (74%) e centro (59,7%).

Tabela 12. Ideologia x todos os políticos são corruptos (%)

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
Extrema-esquerda	18,8%	56,3%	25,0%
Esquerda	8,3%	65,6%	26,0%
Centro	24,2%	61,3%	14,5%
Direita	10,8%	69,9%	19,3%
Extrema-direita	25,7%	60,0%	14,3%

qui-quadrado = 0,05, n= 322. Fonte: Nupesal, 2023.

Relacionar a política à corrupção ou a sujeira é típico do discurso da extrema-direita como forma de se desvincular da política tradicional, ao mesmo tempo que está extremamente vinculado às velhas práticas da política tradicional de uso do poder público em benefício próprio, por exemplo. Como visto na tabela 3, a percepção de que todos os políticos são corruptos aumentou entre os jovens neste período pós-mobilizações 2013. No entanto, pelos dados da tabela 12, esta percepção está mais presente entre os jovens de centro (85,5%, soma entre concordo e concordo em parte), direita (80,7%) e extrema-direita (85,7%), do que nos de extrema-esquerda (75,1%) e (73,9%). Esta é uma das questões chaves para entender o distanciamento dos jovens em relação à política, pois ninguém quer estar associado com algo que é corrupto, sujo e não resolve os problemas.

Tabela 13. Ideologia x as pessoas devem ter o direito de dizer o que pensam independentemente de qualquer limite (%)

	Sim	Depende	Não
Extrema-esquerda	18,8%	52,1%	29,2%
Esquerda	8,4%	65,3%	26,3%
Centro	17,7%	61,3%	21,0%
Direita	24,1%	60,2%	15,7%
Extrema-direita	40,0%	54,3%	5,7%

qui-quadrado = 0,002, n= 322. Fonte: Nupesal, 2023.

A liberdade de expressão é um dos valores mais defendidos pelos políticos de extrema-direita, incluindo Jair Bolsonaro. Atacar os diferentes, incitar a violência e propagar discursos de ódio e fake news são frequentemente justificados pelo direito à liberdade de expressão. Ou seja, sem entender os limites da convivência em uma sociedade democrática, jovens de extrema-direita (40%), conforme os

dados da tabela 13, também acreditam que as pessoas devem ter o direito de dizer o que pensam, independentemente de qualquer limite. Embora seja um direito fundamental na democracia, é importante reconhecer os limites necessários, pois sua extração pode gerar intolerância política e, até mesmo, atos violentos.

Tabela 14. Ideologia x a liberdade de expressão deve ter limite (%)

	Que a lei impõe	De não agredir outra pessoa	Não deve ter limite
Extrema-esquerda	29,8%	63,8%	6,4%
Esquerda	23,2%	74,7%	2,1%
Centro	30,0%	66,7%	3,3%
Direita	38,3%	56,8%	4,9%
Extrema-direita	31,4%	48,6%	20,0%

qui-quadrado = 0,004, n= 322. Fonte: Nupesal, 2023.

De forma complementar, a tabela 14 revela que 20% dos jovens de extrema-direita acreditam que a liberdade de expressão não deve ter limite. Mesmo sendo a porcentagem mais alta nesta variável, de forma geral os jovens tendem a achar que existe um limite, seja os impostos pela lei ou os relacionados ao respeito ao próximo.

Os dados analisados demonstram que a preferência dos jovens de extrema-direita por líderes autoritários, em detrimento da participação popular, revela uma desilusão profunda com o modelo democrático tradicional e suas instituições. Esse fenômeno pode ser entendido como uma resposta à percepção de ineficácia política e ao aumento da desconfiança institucional, que afeta amplamente as gerações mais jovens. No caso dos jovens de extrema-direita, essa desconfiança é exacerbada, exceto em relação à polícia e às forças armadas, instituições vistas como símbolos de ordem, segurança e controle, especialmente em discursos autoritários.

Esses dados também confirmam a hipótese de que a cultura política tem se mantido apática, com baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança institucional, especialmente entre os jovens que se autoposicionam como de extrema-direita. Esse grupo tende a preferir governos autoritários por acreditarem que regimes centralizados e fortes podem trazer soluções rápidas e eficazes para os problemas como corrupção, criminalidade e caos político. A crença de que “todos os políticos são corruptos” alimenta essa visão, criando uma dicotomia em que a política tradicional é vista como intrinsecamente falha, enquanto líderes autoritários surgem como figuras “salvadoras”, supostamente acima das regras e da corrupção. Essa percepção está fortemente vinculada a uma visão de

mundo maniqueísta, na qual há uma necessidade de “limpeza” do sistema político, o que justifica a busca por soluções radicais.

A defesa incondicional da liberdade de expressão, mesmo que contrarie a lei ou leve à violência, reflete uma compreensão distorcida do conceito. Para muitos jovens de extrema-direita, a liberdade de expressão é tratada como um direito absoluto, sem consideração pelos limites que uma sociedade democrática impõe para proteger o bem-estar coletivo e a segurança pública. Esse argumento é frequentemente usado para justificar discursos de ódio, desinformação e posições extremas, ignorando os impactos sociais e legais que podem resultar dessas falas. A ideia de que a liberdade de expressão deve ser defendida “a todo custo” indica uma concepção libertária radical, que coloca a liberdade individual acima de qualquer outro valor, inclusive a coesão social e a segurança.

Essa visão também pode estar ligada a uma reação às restrições percebidas em espaços democráticos, como a crítica à “correção política” ou às leis que limitam discursos que incitem ódio e violência. Para esses jovens, essas restrições são vistas como formas de censura, enquanto o autoritarismo é visto como uma defesa contra o que percebem como a “tirania” de regras que reprimem sua voz ou opinião.

A confiança seletiva nas forças de segurança, como a polícia e as forças armadas, está alinhada com uma visão conservadora de ordem e autoridade. Em contextos de crescente polarização, esses jovens podem ver essas instituições como os últimos bastiões de uma “moralidade” ou “patriotismo” que acreditam estar em declínio. Para eles, a confiança nessas instituições é uma forma de garantir a manutenção de uma ordem que se contrapõe ao que veem como a desordem causada pela democracia liberal e pela participação popular, que associam à ineficiência e à corrupção.

Essa combinação de desconfiança nas instituições democráticas, preferência por governos autoritários e defesa irrestrita da liberdade de expressão sugere uma crise mais ampla no entendimento e valorização dos princípios democráticos. A aversão à política tradicional e o apego a soluções autoritárias indicam uma rejeição da complexidade inerente à democracia, que exige negociação, pluralidade e o respeito às regras do jogo político. Em vez disso, esses jovens preferem uma solução simplista, baseada na autoridade de um líder forte, que personifica a “ordem” e que não hesita em usar o poder para alcançar objetivos, muitas vezes à custa das liberdades e direitos coletivos.

Esse cenário aponta para um desafio significativo: como reengajar esses jovens no processo democrático, oferecendo alternativas que combatam a corrupção e os problemas sociais dentro dos limites da democracia e da participação popular? Criar um ambiente educacional e social que promova a compreensão crítica dos

valores democráticos, a importância das instituições e a responsabilidade que acompanha a liberdade de expressão é crucial para contrapor essa tendência ao autoritarismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre os efeitos da ascensão da extrema-direita pós-mobilizações de 2013 na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS) revela um cenário de apatia e desconfiança em relação à política e às instituições democráticas. Os principais achados mostram a persistência de uma cultura política de resignação e híbrida, aos moldes do que Baquero (2013) e Moisés (2013) já tinham apresentado sobre o Brasil, caracterizada por baixos níveis de participação e altos índices de desconfiança nas instituições, além de uma percepção crescente da corrupção no país.

Os dados apresentados indicam que os jovens de extrema-direita estão fortemente alinhados com discursos antissistema e antipolítica, promovidos pelos líderes desse espectro ideológico. Esses discursos contribuem para minar o engajamento político e corroer a confiança na democracia e em suas instituições. A adesão a essas ideias pode ter efeitos nocivos a longo prazo, ao consolidar uma visão negativa sobre a política, dificultando a formação de uma cultura política mais participativa e comprometida com os valores democráticos. Em suma, a ascensão da extrema-direita no Brasil pós-2013 reforça uma cultura política entre os jovens marcada pela desilusão, desconfiança e uma frágil conexão com a democracia.

Os desafios da análise proposta residem na tentativa de estabelecer uma relação direta entre a ascensão da extrema-direita, no período pós-mobilizações de 2013, e a manutenção da cultura política juvenil. Isso se deve ao fato de que a apatia e a desconfiança institucional observadas entre os jovens podem ser influenciadas por diversos fatores, como a crise econômica, a disseminação de discursos polarizadores nas mídias sociais e a própria dinâmica das mobilizações sociais, que nem sempre resultam em maior engajamento democrático.

Mesmo com limitações, estudos que analisem as atitudes e os valores dos jovens continuam sendo extremamente relevantes, dado que esse processo é dinâmico devido à socialização política. Sendo assim, o debate não se encerra aqui, pois futuros estudos devem explorar novos caminhos de investigação, especialmente considerando os efeitos das redes sociais, que a extrema-direita soube utilizar de forma mais eficaz na conquista de apoiadores, além da importância de uma educação política nas escolas como ferramenta para proteger contra o avanço de ideologias antidemocráticas e o desinteresse político.

Em síntese, a análise dos efeitos da ascensão da extrema-direita na cultura política dos jovens de Porto Alegre apresenta um retrato preocupante de desconfiança e desengajamento. É fundamental dar continuidade a esses estudos, a fim de identificar caminhos que estimulem o interesse pela política, fortaleçam a confiança nas instituições democráticas e promovam o apoio à democracia por meio da participação política.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1963). *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications.
- AMARAL, Azevedo (1934). *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Nacional.
- AMORIM, Maria Salete Souza de (2006). *Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná*. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.
- ANDERSON, Perry (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23.
- BAQUERO, Marcello (1997). O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34.
- BAQUERO, Marcello (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- BAQUERO, Marcello (2011). Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 25-51.
- BAQUERO, Marcello (2013). *Qual democracia para a América Latina?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia (2010). “A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas.” In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. K. (orgs.). *Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, p. 55-78.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis (2007). *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BELL, Daniel (1980). *O fim da ideologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini (2023). “Educação crítica midiática: Avaliando escolas de Ensino Médio de Porto Alegre.” In: BAQUERO, Marcello (org.). *Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política*. Porto Alegre: Evangraf, cap. 2, p. 81-116.

- BOBBIO, Norberto (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3^a ed. São Paulo: Editora Unesp.
- CASTRO, Henrique C. O. (1996). *A democracia em cheque: um estudo de cultura política entre Porto-alegrenses*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CESARINO, L. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557. <https://doi.org/10.11606/issn.1678-9857.ra.2019.16277>
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian (2014). “Political Culture and Value Change.” In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (orgs.). *The civic culture transformed*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EAGLETON, Terry (1997). *Ideologia: uma introdução*. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.
- FAORO, Raymundo (1975). *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo.
- FARIAS, Gustavo Coelho. A Primavera dos Estudantes : ocupação de escolas e processos de formação política. 207 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- FREYRE, Gilberto (1986). *Casa-grande & senzala*. 25^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique (2020). Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 401-430. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263705>
- GIRALDES, M. (2024). A culpa é de junho de 2013? Os caminhos da alienação política e a ascensão da extrema direita no Brasil. *Psicologia USP*, v. 35, e230122. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e230122>
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello (2021). Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 9-44. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.116870>
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexander Dugno (2023). “Juventude e crисpação: os efeitos da polarização política na socialização política dos jovens brasileiros.” In: BAQUERO, Marcello (org.). *Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política*. Porto Alegre: Evangraf, cap. 3, p. 119-154.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- KONDER, Leandro (2002). *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LACERDA, Marina Basso (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.

- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOWY, Michael (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.027>
- MOISÉS, José Álvaro (1995). *Os brasileiros e a democracia: bases socio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de; FRANZA, Victória Cristina; FERREIRA, Camila Manique (2018). “Socialização política e Manifestações de Junho de 2013: a cultura política dos jovens do Sul do Brasil”. In: VEIGA, Luciana Fernandes; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; GIMENES, Éder Rodrigo (orgs.). *Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina*. Curitiba: CPOP, p. 33-60.
- MUDDE, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 404 p.
- NAZZARI, Rosana Kátia (2005). Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, v. 9, p. 145-154.
- NICOLAU, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald (2019). *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- POWER, T. (2008). “Centering democracy? Ideological cleavages and convergence in the Brazilian political class”. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. (orgs.). *Democratic Brazil revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; CASALECCHI, Gabriel Ávila (2018). “A ‘Constituição Cidadã’ e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática?” In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (orgs.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: Editora UFPR, v. 1, p. 7-46.
- SCHMIDT, João Pedro (2001). *Juventude e Política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- SINGER, André (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- SINGER, André (2021). A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, p. 705-729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- TORRES, Alberto (1933). *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira (1952). *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

VIANNA, Francisco José de Oliveira (1956). *Evolução do povo brasileiro*. 4^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

ZORZI, Felipe Bortoncello (2023). “Alienação na socialização política: Como as instituições escolares reproduzem a desigualdade de poder no Brasil.” In: BAQUERO, Marcello (org.). *Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política*. Porto Alegre: Evangraf, cap. 1, p. 37-78.

Ocupação como texto: notas sobre textualizações estudantis em universidades cearenses em 2016

Occupation as text: notes on student textualizations at universities in Ceará in 2016

Daniel Macêdo^a, Márcia Vidal Nunes^b

Resumo Após as jornadas de junho de 2013 e as ampliações de incursões em plataformas digitais para processos de mobilização social no Brasil, vivemos, em 2016, uma onda de manifestações mobilizadas em torno da #ocupatudo que afirmava o descontentamento frente ao contexto pós-impeachment. Para além do reconhecimento de que a adesão a tais plataformas reconfigura as dinâmicas dos movimentos sociais, tem nos interessado investigar as transformações em torno da ocupação como forma de atuação política e, frente aos casos protagonizados por universitários no Ceará, discutir as combinações entre dinâmicas online e offline. Para isso, nos interessa pensar as ocupações como um texto resultante de uma escrita política buscando, a partir dos estudos em textualidade, mirarmos e discutirmos os acionamentos e os reposicionamentos diante dos repertórios associados à ação.

Palavras-chave Ocupação. Textualidade. Movimento estudantil. Ceará. Facebook.

Abstract After the June 2013 protests and the expansion of digital platforms for social mobilization processes in Brazil, in 2016 we experienced a wave of demonstrations mobilized around #ocupatudo, which expressed discontent with the post-impeachment context. In addition to recognizing that adherence to these platforms reconfigures the dynamics of social movements, we are interested in investigating the transformations around occupation as a form of political action and, in light of the cases led by university students in Ceará, discussing the combinations between online and offline dynamics. To this end, we are interested in thinking of occupations as a text resulting from political writing, seeking, based on studies in textuality, to look at and discuss the actions and repositionings in relation to the repertoires associated with the action.

Keywords Occupation. textuality. Student movement. Ceará. Facebook.

a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

b Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marciavn@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Muitos tem sido os esforços para pensar as características das intensas mobilizações políticas ocorridas em junho de 2013 no Brasil – das quais, importa destacar os estudos de André Singer (2013), de Angela Alonso (2017), de Mário Alves Filho (2016), dentre outras. Observando este marco a partir dos estudos em comunicação social, temos notado como esta experiência cumpriu papel de referência para que as plataformas digitais de redes sociais ocupassem um posto de centralidade tanto ao serem adotadas como espaço de afirmação das percepções políticas, quanto ao tensionarem e reposicionarem as formas e as estratégias de mobilização aparentemente comuns aos movimentos sociais brasileiros - como discutimos com maior fôlego nos escritos de Marcia Vidal Nunes (2018).

Dentre as marcas pós junho de 2013, estão as composições de movimentos sociais que se articularam a partir desta experiência. De caráter nacional, cumpre destacar a fundação do movimento Rua_JuventudeAnticapitalista, investigado por Luana Santos (2018); e o Movimento Brasil Livre - MBL, discutido por Renan Mattos (2018). Em que pesem as abissais diferenças destes movimentos, cabe destacar que eles se aproximam quando elencamos que são movimentos de juventude que tomam plataformas digitais como espacialidade fundamental para realizar suas afirmações e para exercitar táticas de mobilização. Estas iniciativas, como nos interessa destacar, tornam notórios os rearranjos das dinâmicas de movimentos sociais ao tomarem a intervenção em plataformas como premissas, sejam iniciativas identificadas com o campo progressista, como o movimento Rua; sejam iniciativas que mobilizam uma agenda neoliberal, como é o caso do MBL.

Partindo destas percepções, o interesse por tais rearranjos exercitados por movimentos sociais em meio às dinâmicas mediadas por plataformas tem mobilizado as discussões entre pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Mídia, Política e Cultura, vinculado ao PPGCom da Universidade Federal do Ceará. Posicionando o Facebook como um espaço-problema de atuação política de movimentos sociais brasileiros, temos lançado vistas às potências e às restrições notáveis a partir de casos específicos que se voltam tanto a dimensão das afirmações políticas, como as campanhas feministas #euvoucontar (Bonfim, 2019) e #EleNão (Bezerra, 2022); quanto a dimensão das estratégias de mobilização como as realizadas pelo Coletivo Nigéria (Sousa, 2017), pelo Movimento Quem Dera Ser um Peixe (Araújo, 2016) e pelo Mídia Ninja (Andrade, 2020; Santos, 2020).

Em que pesem as singularidades políticas e as particularidades contextuais destas iniciativas e destes usos Facebook, estas pesquisas, em conjunto, nos chamam a ver as particularidades em que os processos comunicacionais assumem como

fundamentos de movimentos sociais. Outro aspecto que aproxima estas iniciativas é a combinação das intervenções no Facebook a práticas offline. Atos performáticos, manifestações políticas, marchas nas ruas e outras formas de incidência política se dispõem em articulação às composições narrativas afirmadas nas plataformas. Por isso, ao pesquisarmos os usos de plataformas digitais por movimentos sociais, não nos interessa atribuir novas tipologias – como faz Maria da Glória Gohn (2017) ao pensar em termos como “novíssimos movimentos sociais” –, ao passo que nos importa considerarmos que movimentos sociais com vastos repertórios se reposicionam e se remodelam a partir das conjugações que lhes são próprias de práticas online e offline. Entre redes e ruas: não como uma dicotomia, mas como uma combinação que revela dinâmicas singulares dos movimentos sociais neste contexto social e histórico.

Dentre as diversas formas combinadas entre ações presenciais e nas redes pós-junho de 2013, estão as iniciativas de ocupação no movimento estudantil – que mobiliza o foco deste trabalho. Temos observado esta combinação de modo efervescente nas expressivas articulações de estudantes secundaristas que ocuparam suas escolas em crítica ao fechamento de instituições e à redução de orçamentos em 2015 e em 2016 (Redes, 2019; Macêdo et al, 2018) e nas decorrentes ocupações universitárias de 2016 em oposição ao impeachment de Dilma Rousseff e em crítica à agenda golpista de Michel Temer para economia e para as áreas sociais, conhecida como #ocupatudo – sendo, este último, foco de nossa atenção a partir das iniciativas realizadas no Ceará.

Em que pese o vasto repertório sobre ocupações que dinamiza movimentos sociais – como exploraremos na primeira seção deste artigo – temos notado o que há de criativo em meio aos reposicionamentos desta forma de ação política quando movimentos estudantis articulam tais repertórios às dinâmicas sociais deste momento histórico em que interações por plataformas constituem aspectos centrais das dinâmicas de sociabilidade. Neste caso, as ocupações se firmam como textos de afirmação política de movimentos estudantis que, em suas processualidades, constituem uma forma específica de afirmar divergências a partir de dispositivos visuais e sonoros, palpáveis e digitais que ornam a iniciativa.

Para mirarmos estas combinações como um labor criativo, temos partido dos estudos em textualidades que, dialogando com os escritos organizados por Bruno Leal, Carlos Carvalho e Geane Alzamora (2018), nos convocam a considerar as relações entre contextos, formas e significações das materialidades comunicativas. Esta perspectiva teórica parte do alargamento da compreensão sobre ‘texto’, libertando-o do imaginário atribuído à forma verbal para pensá-lo como toda e qualquer elabora-

ração significativa. Uma ocupação orienta-se por tomadas de posições em que as perspectivas sobre determinados contextos sociais se vocalizam pela ação política e, valorizando os aspectos da forma, pode a ocupação ser um texto se considerarmos o que há de dimensões significativas a ela associadas.

Como uma ação significativa, a ocupação como um texto se vale de determinadas codificações por quem a realiza em meio a determinadas relações sociais. Para pensarmos essa dinâmica relacional, dialogando com os apontamentos reunidos por Leal, Carvalho e Alzamora (2018), tomamos por textualidade os aspectos contextuais em que o texto se realiza como uma tomada de posição frente a um cenário moveediço em que diferentes agentes se entramam em sua confecção. Por isso, ao investigarmos ocupações tomando-as como textos, praticamos um esforço dual: por um lado, consideramos as singularidades em torno das formatações empenhadas para compor a ação política como um texto orientado à esfera pública; por outro, miramos as textualidades que dinamizam esta composição – como exploraremos na segunda seção deste artigo.

Nestes marcos, a seguir, lançamos atenção às ocupações de 2016 em cinco universidades cearenses a fim de discutir as recombinações que praticam em torno desta forma de ação política ao conjugar dinâmicas online e offline neste exercício. A partir das ocupações na Universidade Federal do Ceará - UFC, na Universidade Federal do Cariri - UFCA, na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, no Instituto Federal do Ceará - IFCE e na Universidade Regional do Cariri - URCA e dos acúmulos de pesquisa realizado até aqui, nos interessa notarmos que, apesar das particularidades destas iniciativas, há aproximações em torno da textualização destas ocupações que nos interessa refletir e elaborar ao longo deste artigo.

NEM TÃO NOVO QUANTO PARECE: REPERTÓRIOS DE OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

Atos de ocupação não são uma novidade aos movimentos sociais brasileiros, sobretudo se considerarmos a larga trajetória do Movimento Sem Terra – MST em que tomadas de terra que descumprem sua função social constituem parte fundamental da reivindicação pela Reforma Agrária, como destacam os escritos de Giordanno Marinho (2022). Como uma tática para contraposição à ordem, para promoção de justiça social e para denúncia das desigualdades fundiárias no país, o ato de ocupar tem se constituído historicamente como um modo de incidência política característica do MST que, para o sociólogo Giovanni Alves (2012), o aproxima de outras experiências por direito à terra, como os zapatistas mexicanos.

Também não é uma novidade que ocupações anteriores ocorreram em espaços de educação. Com as iniciativas estudantis em maio de 1968 na França, em que campus universitários foram ocupados em crítica ao sucateamento das instituições, constituiu-se um referencial histórico não apenas por se tratarem do que sociólogos como Maria da Gloria Gohn (2013), Michel Thiolent (1998) e Alvaro Bianchi (2008) entendem como as primeiras ocupações estudantis, mas pela singularidade dos dispositivos simbólicos e narrativos que adornaram os contornos à ação política. Com a tomada dos espaços universitários que passaram a funcionar sob a regulação dos estudantes e com a constituição de composições visuais com carteiras, faixas e outros dispositivos que demarcam a nova ordem instaurada, estas iniciativas posicionaram a ocupação como uma forma de ação política e, com isso, constituíram uma referência para tal feito.

Não à toa, no ano seguinte, com as ocupações universitárias na Alemanha, é possível identificarmos não só as aproximações na forma desta ação política, mas também nas associações com as experiências francesas. Um bom exemplo está nas descrições de Hebert Marcuse (1999) que, ao tomar posição sobre a ocupação da Frankfurter Schule em janeiro de 1969, aponta aproximações entre iniciativas alemãs e francesas nos sentimentos e nos modos de ação para manifestar seus desacordos. Marcuse (1999, p. 23) considera que “a ocupação de prédios e a interrupção de aulas são atos legítimos de protesto político”, identificando notoriedade daquela forma de ação política. Além destas, ocorreram outras mobilizações estudantis em diversas partes do mundo no fim da década de 60, como destaca o sociólogo Luís Antonio Groppo (2022) considerando as particularidades relacionais de cada lugar e de cada contexto.

Ao longo de nossas pesquisas, temos reconhecido como estas iniciativas nos anos 60 se firmaram como referências para outras ações políticas ao elencarem ocupação como uma possibilidade de incidência para movimentos estudantis. Isto é, partindo dos escritos do sociólogo Charles Tilly (2006), considerarmos que estas referências constituem um repertório acionável que, por sua vez, já não determina o emprego das formas de ação política. Ao lançar atenção ao performático das formas de ação política, Tilly (2006) valoriza o que há de adaptável, de combinação entre repertórios que se remodelam a partir das criações possíveis ao agir.

É nesta dimensão de um repertório sobre a forma de ação política que se remodela a partir das performances – logo, dos contextos e das relações – que as instituem que podemos, então, mirar o labor criativo e adaptativo que se empenha em cada exercício da ocupação como forma de ação política. Com atenção às experiências na América Latina, podemos tomar o levante secundarista de 2006 no Chile,

popularmente conhecido como Revolta dos Pinguins e investigado por Dagmar Zibas (2008), como um caso relevante em que o repertório em torno da ocupação como forma de ação política se aciona e se remodela a partir das particularidades relacionais em que a iniciativa se realiza.

As ocupações secundaristas chilenas, muito mais que iniciativas ocorridas no Brasil, a exemplo das descritas por Bianchi (2008) sobre as ocupações em universidades paulistas, surgem com recorrência como referência nas afirmações de estudantes do ensino médio que ocuparam escolas em 2015 e em 2016 no Brasil, como apontam os estudos de Barbara Redes (2019) e de Macêdo et al (2018). Neste período, com intervalos temporais particulares a partir das dinâmicas estaduais, estudantes questionavam o fechamento de escolas e as reduções orçamentárias, conformando o que estes pesquisadores, dentre outros, nomeiam por Primavera Secundarista. Diante destes casos, as pesquisas de Redes (2019) e de Macêdo et al (2018) identificam que, dentre as recomposições da ocupação como forma de ação política desempenhadas a partir das características do contexto e do território em que ocorrem, está a adesão às plataformas digitais – especialmente o Facebook – como aspecto central das textualizações estudantis.

Com o acionamento dos repertórios sobre os aspectos offline das ocupações escolares e a combinação com as dinâmicas online das ocupações do Facebook para intervenção política, a Primavera Secundarista reposiciona o repertório sobre ocupações; que, por sua vez, é tomado como referência por ocupantes universitários de 2016 (MACÊDO, 2024). Naquele ano, após o impeachment de Dilma Rousseff e em meio à implementação da agenda econômica de restrição de investimentos em educação, em saúde e em áreas sociais imposta por Michel Temer, ocorreram ocupações protagonizadas por diferentes segmentos sociais e, dentre elas, estão as mobilizadas por estudantes universitários – que discutiremos com fôlego a seguir.

TEXTUALIZAÇÕES DAS OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DE 2016

Para pensarmos as ocupações universitárias de 2016 em seus processos de recombinação dos repertórios associados a esta forma de ação política, temos empenhado esforços teórico-metodológicos em torno dos estudos em textualidades a partir dos diálogos com Leal, Carvalho e Alzamora (2018). Ao proporem uma linha de investigação que comprehende toda composição significativa como um texto, estes pensadores convocam atenções às tensões que as permeiam para, em detrimento das superficialidades discursivas, considerar as textualidades como uma dimensão relacional em que diferentes agentes se enredam em tomadas de posição nem sempre convergentes. A opção pelos estudos em textualidades, ao

tomarmos ocupação como texto, busca evidenciar as dimensões performáticas em que tais composições se modelam (re)posicionando repertórios sob as contradições das relações que as permeiam.

Pensar a ocupação como texto é um gesto para tornar visível as dimensões pelas quais, em sua feitura, se inscrevem as afirmações políticas em meio a um determinado contexto; ao passo em que, neste processo, o contexto que viabiliza tomadas de posições também se materializa a partir das textualidades que as impregna. A ocupação como texto, então, admite a forma de ação política como o resultado de uma escrita política que extrapola a lógica verborrágica e que assume formas singulares em razão do contexto em que produz.

Esta demarcação nos implica a elencarmos três premissas teórico-metodológicas: a primeira, como temos discutido na sessão anterior, está ao considerarmos que há um repertório associado à forma e que há processos de (re)composição a partir das tensões de um dado contexto relacional; a segunda, valorizando estas (re)composições, que a ocupação se dá como uma textualização, como uma escrita política que deixa ver as intenções dos agentes e as textualidades que as permeiam; a terceira, considerando as dimensões públicas deste texto e sua disposição aos agentes diversos que com ele se envolvem, admitir que tanto há modos imprecisos de significação da ação política, quanto há outros textos que se criam em razão destas significações.

Admitimos, partindo destas implicações, que a escrita política enredada com a ocupação se orienta aos outros e os convoca a tomar posição frente à ruptura ao cotidiano e às agendas que por ela são mobilizadas. Importa, então, admitirmos nossos lugares como agentes que, em 2016, implicam-se pela escrita da ação política na Universidade Federal do Ceará ao dela nos fazermos ocupantes; ao passo em que, (re)lendo e investigando esta e outras iniciativas, produzimos outros textos em razão de nossas investigações – a exemplo destes escritos que propõem significações ao caso. Deste modo, nossas pesquisas não se orientam às pretensões de completude ou de explicação ao caso, mas de um chamado à discussão a partir dos processos que partilhamos enquanto a estamos a nos envolver com estes textos.

Nossos processos de envolvimento com a ocupação, pensada como um texto, valorizam as pistas teórico-metodológicas partilhadas por Bruno Martins et al (2019) ao lançarem vistas às textualidades e valorizarem as dimensões de parcialidade que se entranham às pesquisas com textos. Ao assumirmos nossas vinculações com os textos, a presunção de isenção se desfaz em favor das tomadas de posição que realizamos. Deste modo, a ocupação como texto dá-se aos outros como um

disposto à leitura e à interpretação, convocando seus leitores a significar a ação política e a tomar posições que revelam nossas próprias agências diante destes textos.

Frente a estas demarcações e diante do nosso interesse em discutir as (re) combinações da forma ocupação a partir dos exercícios de 2016, temos empenhado um percurso de pesquisa ao longo dos últimos oito anos que se marca pela coleção de diferentes textos em torno das ocupações cearenses para, com eles, desempenhar uma prática metodológica – descrita com maiores detalhes por Macêdo (2024) – marcada por três etapas: a primeira, ao pesquisar textos, identificando os apontamentos narrativos e as tomadas de posição que por ele nos são propostos; a segunda, ao pesquisar com textos, reconhecendo o caráter vinculativo que desempenhamos ao nos percebermos interpelados e interpelando os textos; a terceira, por fim, ao pesquisar contextos, dimensionando as textualidades que mobilizam os textos em estudo.

Esta dinâmica, marcada pelas discussões em torno das relações repertoriais e performativas, mobilizou um conjunto de esforços orientados a diferentes paratextos que nos ajudam a pensar a ocupação como texto, como é o caso das notas de deflagração (MACÊDO, NUNES, 2024A), das publicações em plataformas de redes sociais (MACÊDO, 2024), das intervenções visuais nos espaços ocupados (MACÊDO, NUNES, GADELHA, 2023) e dos testemunhos nossos e de outros estudantes em livro-reportagem (MACÊDO, 2017). Para pensarmos a ocupação como texto, cada um destes paratextos assume um papel referencial ao constituir-se como uma textualização que, de modo fragmentar, mobiliza aspectos dos processos de escrita política praticado por estudantes e que dão formas à ocupação como ação política.

Após investigarmos estes paratextos, nossos esforços tem se orientado pelo enredamento destes fragmentos que, em suas combinações, formatam a textualização da ação política. Para compor este enredamento, nesta etapa final de pesquisa, realizamos um experimento teórico-metodológico em redes textuais a partir dos apontamentos do pesquisador Gonzalo Abril (2007) que, ao estudar visualidades, nos chama atenção às correlações significativas que se instituem entre formas comunicacionais distintas. Mobilizando as percepções prévias a partir dos estudos segmentados dos paratextos, desenvolvemos um processo combinatório de informações previamente acumuladas para, com isso, compilar percepções sobre as ocupações a partir do cruzo entre os paratextos as compõem.

Valorizando o encontro entre práticas online e offline, nos interessa ler a ocupação como texto a partir desta combinação das formas comunicacionais que a formatam como um gesto para mirar em complexidade as agências políticas de estudantes em que os repertórios se mobilizam e se reposicionam. Estas dinâmicas, em

face ao contexto que as mobiliza, nos convoca a considerarmos que outros agentes também liam as ocupações produzindo outros textos que, por sua vez, tensionavam a ação política de estudantes. Por isso, ao produzir nossos cruzos, temos considerado as textualizações realizadas pelo Jornal O Povo e pelo Jornal Diário do Nordeste (MACÊDO, NUNES, 2024b) e pelos movimentos de #desocupa em páginas do Facebook (MACÊDO, 2017) enquanto proposições que tanto demarcam aspectos das disputas políticas daquele contexto social, quanto mobilizaram aspectos da textualização da ocupação por estudantes.

A partir destes enredamentos, compusemos cruzos de informações em dois sentidos: no primeiro, tomando notas das textualidades, buscamos caracterizar o contexto em que se dão as ocupações universitárias de 2016 no Brasil, especialmente no Ceará; no segundo, discutindo as correlações entre as formas associadas e as narrativas empenhadas para mirarmos os processos de textualização e as dinâmicas narrativas que com elas ganham contornos – que detalharemos a seguir.

CONTEXTOS E EMERGÊNCIAS DE OCUPAÇÕES EM 2016

Em 2016, em meio aos acirramentos políticos pós-ruptura democrática com o impeachment de Dilma Rousseff e com a ascensão da agenda política de retrocessos aos direitos sociais implementada por Michel Temer, ocorreram processos diversos de ocupações por movimentos sociais para textualizar divergências com os rumos anunciados ao Brasil. Em conjunto, movimentos sociais do campo e da cidade ocuparam espaços simbólicos para demarcar descontentamento com as políticas do governo golpista. Durante a semana da posse de Temer, os militantes do MST “bloquearam estradas, marcharam nas cidades ao lado de ativistas urbanos e ocuparam prédios públicos”, dos quais o historiador Luiz Bernardo Pericás (2016, p. 106) destaca as fazendas associadas ao governante.

Com a extinção do Ministério da Cultura, ocupar tornou-se a reação de artistas, produtores e agentes da cultura que, para Ivana Bentes (2016), é caracterizada como uma ação marcada pela ocupação sucessiva dos prédios regionais do MinC e das instituições a ele vinculados, como as sedes da Funarte e do Iphan. Ocupar, como consequência ao regime de polarização política, tornou-se verbo recorrente na conjugação de divergências para exprimir a insatisfação popular. Com a recorrência das iniciativas em diversos campos de atuação social, não tardou para que #OcupaTudo tomasse forma como convocatória pública para construir marcos de insatisfação e para acirrar o contexto político nacional.

Estudantes, por sua vez, também eram perfis insatisfeitos com o governo de Temer. Das escolas de Ensino Médio às Universidades, fizeram valer a palavra de

ordem #OcupaTudo. Para além das pautas locais, estudantes se contrapunham à Reforma do Ensino Médio, ao Projeto Escola Sem Partido e a PEC 241/16 enquanto gritavam e publicavam #ForaTemer. Neste contexto, retomou-se as experiências da Primavera Secundarista no Paraná (Minucelli et al., 2016) e em 10 de outubro, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, ocorreu a primeira ocupação universitária desta onda. A iniciativa inaugural rapidamente ecoou por outros campi universitários de todo o país que aderiam às ocupações em defesa da educação. Em 24/out, 130 unidades acadêmicas e mais de 1000 escolas estavam ocupadas (UNE, 2016a); enquanto, em 22 de novembro, somavam-se 229 Universidades ocupadas (UNE, 2016b). Assim, influenciados pelas ocupações secundaristas daquele ano e pelas iniciativas universitárias que aconteciam no país, estudantes cearenses somaram a onda nacional.



Figura 1. Mapeamento de ocupações e greves estudantis no Ceará. Fonte: Macêdo, 2017.

A primeira adesão se deu em 21/out no Campus Iguatu do IFCE, localizado a 400km da capital. Na sequência, estudantes da URCA ocuparam a Reitoria em 25/out; para, então, ocorrer a ocupação do Departamento de Geografia da UFC em 01/nov que tensionou, ainda naquela semana, a deliberação por #OcupaTudo na Assembleia Geral de Estudantes desta instituição. Destas iniciativas, decorreram ocupações em outras unidades acadêmicas da UFC e em outros campi do IFCE, além de iniciativas na UFCA e na UNILAB. Compondo, assim, um conjunto de 5 instituições com processos particulares de ocupações estudantis.

Há, para além das afirmações de reconhecimento como parte de um movimento nacional que as referencia, um repertório mobilizado por estas ocupações a partir de iniciativas ocorridas no Ceará. Em 2015, com a ocupação da Reitoria da UFC que durou menos de 24h, as consecutivas reportagens que associavam à ação a

promoção de “quebradeira” (O Povo, 2015) e as decorrentes práticas persecutórias de investigação e da Polícia Federal que incorriam em criminalização de manifestantes confluíram como parte das experiências que pautavam cuidados e estratégias ao empenho desta ação no território. Não à toa, como temos discutido a partir dos relatos de experiência e de entrevistas (MACÊDO, 2017), universitários buscaram nas experiências secundaristas de 2016 um aporte de referência por considerarem que, com as práticas ali empenhadas, a iniciativa tornou-se sustentável.

FLUXO TEXTUAL DAS OCUPAÇÕES NO CEARÁ

Quando enredamos os paratextos das iniciativas ocorridas no Ceará, podemos notar que, ressalvadas suas particularidades contextuais, existem aproximações fundamentais em torno das processualidades para realizar ocupações e, com isso, das (re)combinações de repertórios para textualizar a ação política. As ocupações nas cinco universidades cearenses, tomadas como textos, também se aproximam nos aspectos narrativos ao comporem um fluxo textual em que se demarca o início da ação estudantil, afirma-se uma política cotidiana de gestão dos espaços e de apresentação das pautas políticas e, por fim, delimita-se apontamentos aos marcos finais destas experiências.

Este fluxo de uma narrativa talhada com início, meio e fim, ocorrido em momentos diferentes a partir da emergência de cada um dos casos analisados, torna-se especialmente importante quando lateralizado à narrativa mobilizada pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste que, por sua vez, destacam os apontamentos iniciais e pouco dedicam atenção às particularidades das ocupações. Nas produções destes periódicos, como temos discutido (MACÊDO, NUNES, 2024b), para além do foco nos marcos inaugurais a partir das assembleias, as narrativas são egocentradas em torno das experiências na UFC e pouco visibilizam as perspectivas estudantis ao longo do período ocupado – especialmente quando se tratam de outras instituições, seja na capital, seja no interior.

Como uma ação política, as assembleias estudantis que deflagraram as ocupações constituem um marco nas experiências investigadas. A partir delas, com a ampla presença de estudantes e resguardados pela deliberação por maioria, a realização das assembleias se constituiu como um argumento de legitimação democrática em torno da ação estudantil. As assembleias eram formas deliberativas observadas nas iniciativas da Primavera Secundarista (Redes, 2019; Macêdo et al, 2018) e em outros processos de ocupação ocorridos naquela onda em outros estados de modo que, ao pensarmos a textualização das ocupações, surge como parte de um repertório associado à ocupação como texto.



Figura 2. Assembleias de ocupações no Ceará. Fonte: Acervo de Pesquisa.

Deste modo, as Assembleias se constituem como um marco fundamental pela qual se textualiza as ocupações. Orientada à legitimidade da ação política, as assembleias demarcavam o alcance de um número mínimo de participantes que, regulado pelos estatutos das entidades de representação estudantil, conferiria direitos deliberativos. Tanto tiveram casos em que ocorreram mais de uma assembleia, quanto outros que, em primeira chamada, alcançaram uma participação histórica de estudantes neste mecanismo deliberativo – como é o caso da UFC. Embora esta forma cumpra parte do repertório associado às processualidades do movimento estudantil, cumpre destacar que, nestes casos, há uma dimensão online em que a discussão pública se mobiliza a partir de plataformas digitais. Em 2016, as páginas dos Centros Acadêmicos e dos Diretórios Centrais de Estudantes no Facebook foram espaços importantes em que as assembleias foram convocadas e, de modo combinado à iniciativas offline – como passagens em sala convidando estudantes – constituíram-se como parte do processo de mobilização.

Outro aspecto relevante em torno das combinações entre formas online e offline está na adesão das páginas do Facebook como espaços de textualização das ocupações a partir da criação de páginas específicas que tinham *#ocupa* em seu título (MACÊDO, 2024). Em todos os casos analisados, a deliberação pela ocupação em Assembleia combina-se a criação de uma página na plataforma que, em conjunto com outras inscrições visuais, demarcam a ruptura ao cotidiano dos espaços tomados. Neste processo, há três paratextos comuns que configuram uma aparente ritualística nos modos de textualizar o início de uma ocupação estudantil neste momento histórico: o lançamento de uma nota pública que justifica a ação a partir dos argumentos políticos que a mobilizam, a composição de fotografias com o rearranjo dos espaços universitários e o hasteamento de faixas que informam o novo status de gestão do espaço.

No primeiro paratexto, com a circulação de notas públicas, temos as primeiras publicações nas páginas. Nelas se elencam as motivações políticas que justificam o ato de desobediência civil e a ruptura ao cotidiano, bem como se reforça a legitimidade

dade da ação pela deliberação em assembleia; de modo que, como temos pensado ((MACÊDO, NUNES, 2024a)), estas notas firmam-se como uma criação que se vale de um amplo repertório associado aos movimentos sociais brasileiros, mas que se reposiciona ante às características do movimento estudantil e das dicções possíveis com a plataforma na qual estão dispostas.

No segundo paratexto, visibilizadas em práticas fotográficas, ocorreram performances de virada das carteiras contra o quadro como um gesto inicial da reorganização dos espaços a partir das ocupações. Assim, com o ato, textualizava-se a contrariedade de estudantes em manter as salas de aula com o funcionamento regular; ao passo em que, ao se constituírem imagens orientadas a serem publicadas nas páginas de Facebook, tornaram-se elemento referencial para afirmação simbólica da ação política (MACÊDO, NUNES, GADELHA, 2023). Em que pesem as lógicas de mediação algorítmica da plataforma neste contexto histórico (MACÊDO, MARTINS, 2021), é justo notarmos que a ampliação de circulação de narrativas demandavam publicações constituídas a partir de imagens. Nisto, atendendo a este quesito de mediação e admitindo a força simbólica das imagens, tais publicações se constituíram como um dos pontos altos de visibilidade e de discussão pública em todas as páginas.



Figura 3. Fotografias com cadeiras viradas em ocupações cearenses. Fonte: Acervo de Pesquisa.

No terceiro paratexto, com o hasteamento de faixas, temos outro marco de comunicação visual que informa aos passantes a ruptura ao cotidiano. Em geral, as faixas traziam nomes dos cursos e das instituições aliados ao nome ‘Ocupa’ e, em muitas destas, encontramos apontamentos de #ocupa complementados pelas identificações institucionais (MACÊDO, NUNES, GADELHA, 2023) – sendo a inscrição de hashtags um aspecto importante de reposicionamento frente aos repertórios associados a tais hasteamentos em experiências anteriores de ocupações estudantis.



Figura 4. Faixas hasteadas em ocupações universitárias cearenses. Fonte: Acervo de Pesquisa.

Estes marcos iniciais, na textualização estudantil, posiciona a ocupação como uma crítica ao governo Temer e como uma reivindicação legítima frente às pautas reivindicadas; contudo, para além da adesão de apoiadores, as ocupações como textos também mobilizaram iniciativas de deslegitimização praticadas por outros agentes. No que diz respeito às elaborações circulantes em produções jornalísticas (MACÊDO, NUNES, 2024b), podemos notar tanto uma esquiva em nomear a contrariedade de estudantes com o governo de Temer, quanto a composição de narrativas que atentam aos aparentes prejuízos das ocupações – especialmente a partir da impossibilidade de realização do ENEM nos espaços ocupados na Faculdade de

Educação da UFC, para ficarmos em um exemplo. Em conjunto, existiram também criações de páginas nomeadas por #desocupa que acirravam a discussão pública em torno da incidência política estudantil e, prioritariamente em espaços digitais, demandavam a normalização das dinâmicas cotidianas nas instituições (MACÊDO, 2017). Em alguns casos, como identificados na UFC, na UFCA e na UNILAB, são narradas iniciativas de violência física contra ocupantes protagonizadas por tais movimentos de desocupação.

Frente à deslegitimação angariada por outros agentes às ações estudantis, a textualização das ocupações em sua lida cotidiana tomou rumos protetivos em dois sentidos: no primeiro, evidenciando as pautas políticas a partir das práticas de cuidado com os espaços ocupados; no segundo, mobilizando públicos para eventos e atividades formativas que mantinham o caráter de ensino, pesquisa e extensão dos espaços ocupados – ainda que sob nova ordem. Estas textualizações se orientavam a demarcar as ocupações como uma dinâmica ‘cidadã’ e, com isso, destituir os imaginários sobre ‘desobediência civil’ e sobre ‘vandalismo’ que se associava a esta forma de ação política – especialmente frente ao referente da ocupação da Reitoria da UFC em 2015.



Figura 5. Dinâmicas cotidianas das ocupações. Fonte: Acervo de Pesquisa.

No primeiro sentido, com uso de fotografias, estudantes narravam em páginas do Facebook as dinâmicas de gestão e de cuidados dos espaços. Com isso, produziam argumentos que se orientavam a dissolver a imagem de deslegitimação que lhes eram atribuídas a partir dos testemunhos sobre a convivialidade no espaço. No segundo sentido, com uma programação marcada por atividades com temáticas curriculares anguladas pelos interesses estudantis, as páginas do Facebook posicionavam as dinâmicas cotidianas das ocupações a partir do papel formativo desempenhado pela iniciativa. Assim, distanciando-se das proposições sobre obstrução dos espaços, estudantes demarcavam o caráter público das instituições e teciam gestos para mobilização de outros agentes a partir do que é atividade-fim das universidades em suas vocações à pesquisa, à extensão e ao ensino.



Figura 6. Convocatórias de atividades formativas. Fonte: Acervo de Pesquisa.

Em ambos os casos há uma evidente articulação entre as práticas online e offline pelas quais textualizações sobre as ocupações e sobre os cotidianos das instituições são afirmados – e disputados. Estas composições correspondem a ampla maioria dos esforços em comunicação durante o exercício das experiências de ocupação; contudo, são também as iniciativas que possuem menor expressividade em termos de uma discussão pública e que menos mobilizam diálogos ou retornos de pessoas envolvidas pelas páginas – como discutimos detalhadamente na dissertação de Macêdo (2024).

Com a aproximação ao marco de votação final da Emenda Constitucional 55/2016, em dezembro daquele ano, outras textualizações combinando dimensões online e offline foram realizadas, a exemplo de práticas performativas como o desfile de moda por #ForaTemer na Avenida da Universidade, em Fortaleza; e do cortejo no Crato com a queima de Judas que, com o rosto de Temer, era apresentado como traidor da democracia. Em ambos os casos, para além da ampliação de visibilidade qualitativa observável nas métricas de circulação destas publicações nas páginas do Facebook que apresentamos na dissertação de Macêdo (2024), a ocupação se textualiza a partir de outras formatações que se singularizam a cada caso.

Outra forma de textualizar as ocupações eram os atos de rua convocados por uma agenda nacional da União Nacional de Estudantes, pelo qual estudantes-ocupantes saiam as ruas a fim de constituir outros marcadores de ruptura ao cotidiano com o fechamento de ruas e com a interrupção do trânsito. Estes atos, no Ceará, se convocabam sob a alcunha #ocupatudo mobilizando a combinação entre dimensões online e offline como referente da ação política, bem como admitiam aquela forma de ação política – amplamente recorrente no repertório de movimentos estudantis – como parte das textualizações das ocupações. Com elas, a ocupação já não se delimitava ao prédio universitário sob gerência estudantil, mas ampliava-se às ruas e às redes em que a ocupação se dimensionava sob tal forma de protesto político. Um bom exemplo para pensarmos esta relação está no ato #OcupaBrasília que, reunindo caravanas de estudantes-ocupantes de todo o país,

fez das ruas da capital um ponto de encontro e de textualização das experiências locais – em confluência com as articulações nacionais – durante a primeira votação da Emenda Constitucional.

Em que pesem as singularidades destas formas textualizar as ocupações e as agendas políticas por ela vocalizadas, podemos notar como a combinação destes elementos assumiu posto referencial nas iniciativas nos dias anteriores ao voto final da EC 55/2016 que, em atos de rua combinados às ações performativas, marcaram elaborações simbólicas para além das típicas caminhadas. Podemos destacar iniciativas como as de cadeirato que, ocorridas em Fortaleza, instituíam o fechamento de uma das principais Avenidas de Fortaleza com o uso de carteiras escolares.



Figura 7. Cadeirato na Avenida da Universidade. Fonte: Acervo de Pesquisa.

A aprovação da Emenda Constitucional não encerrou, de modo imediato, as ocupações no Ceará que, por sua vez, perduraram por tempos específicos frente às negociações locais em torno de pautas estudantis. A última a desocupar foi a Universidade Regional do Cariri, em janeiro de 2017, após alcance de conquistas reivindicadas por discentes – dentre elas, a implementação da política de cotas. Assim, dentre os marcos finais das ocupações, para além do comunicado oficial nas páginas em que se destacavam as vitórias alcançadas com a mobilização, retiravam-se as faixas e se reposicionavam as carteiras em seus lugares de origem. Com esta composição, por fim, estudantes comunicavam o encerramento das ocupações.

CONSIDERAÇÕES SOBRE GRAMÁTICAS EM OCUPAÇÕES

Ao posicionarmos as ocupações como textos, mobilizamos uma relação que reconhece esta forma de ação política como uma composição significativa. Como

temos discutidos, há aspectos de ruptura ao cotidiano que fundamenta esta iniciativa e, com isso, constitui-se uma afirmação em que as vias de diálogo foram encerradas e que, de outro modo, ocupantes pouco poderiam se fazer escutados e considerados nas negociações. Assim, ao nos relacionarmos com o caso das ocupações universitárias de 2016, foi necessário um duplo movimento que valorizasse tanto a escrita política de estudantes ao fazerem das ocupações um modo de narrar seus anseios políticos e seus descontentamentos frente ao governo Temer e frente aos desafios locais no contexto de pós-golpe; quanto as agências que se desenvolvem, em meio a este contexto histórico, em que a combinação de práticas online e offline reposiciona os repertórios sobre ocupação.

Diferente de outros casos, em que ocupação se marcava pela tomada dos espaços e por textualizações que se materializavam em suportes físicos que constituíram um repertório sobre os modos de realizar esta ação; o que temos observado é que, nas ocupações universitárias de 2016, estes repertórios se reposicionam ante à combinação com as formas digitais. Deste modo, diferente de um uso complementar à ocupação, a combinação entre dimensões oflinne e online nos convoca a reposicionarmos os marcadores em torno desta ação política – fortemente fixados em práticas offline – em favor de valorizarmos o que há de deslocamentos quando observamos que, nestes tempos, há processos dinâmicos em que aparentes convenções se remodelam a partir das possibilidades criativas admitidas com as formas online.

Importa, então, considerarmos que a textualização da ocupação realizada por estudantes já não se limita ao espaço físico das universidades; mas se amplia a partir de suas interfaces digitais que combinam-se às dinâmicas locais, às políticas dos corredores, conformando experiências e formatações que merecem atenção ante ao repertório que acionam e que reposicionam. Nossa experimento de combinar as informações mapeadas a partir dos paratextos, aqui, confluí como um gesto para complexificar as percepções sobre as ocupações para além das particularidades notáveis em cada uma das dimensões textuais mobilizadas. Afinal, como temos discutido, é na interrelação entre estas diferentes textualizações que, de modo complexo, a ocupação se textualiza como uma combinação entre formas comunicativas e reposiciona seus próprios referentes enquanto forma de ação política.

Este artigo é, pois, uma composição possível a partir dos processos de leitura da ocupação em que, tomando notas de suas dimensões significativas em diálogo com os contextos que as viabilizam, miramos as singularidades desta forma de ação que se articula pela combinação de diferentes táticas. Em que pesem as profundas disparidades entre as instituições e as dinâmicas de ocupação ocorrentes no IFCE, na URCA, na UFC, na UFCA e na UNILAB, é justo notarmos que há aproximações

em suas textualizações quando evidenciamos as formas de ação política que estruturam tais iniciativas. Há, nas ocupações universitárias cearenses, uma adesão a formas e a processos de incidência política que, em suas recorrências, nos permitem evidenciar uma aparente convenção nos modos de textualizar uma ocupação. Isto é, uma gramática que aporta determinados modos de textualizar.

Esta percepção pode não parecer necessariamente inovadora quando consideramos que tais arranjos se nutrem de um amplo repertório de experiências que as fomentam – como detalhado ao longo deste trabalho. Porém, apesar de secundaristas utilizarem o Facebook em suas iniciativas, é justo notarmos que, considerando os escritos de Redes (2019), não existia tamanha articulação ou similaridade nos modos de aliar a plataforma à textualização da ocupação, de modo que funcionavam de modos díspares e sem uma necessária relação entre tais formas comunicacionais. Nestes casos, quando colocamos em tela as articulações com o uso de plataformas digitais e os modos aproximados de (re)compor repertórios sobre ocupação a partir da combinação de práticas online e offline, as experiências nestas cinco universidades nos convocam a refletir sobre dois aspectos que referenciam as particularidades destas gramáticas e as implicações dela decorrentes.

No primeiro, podemos notar que não há uma lógica de transposição em que a ação em ambientes digitais sucumbiria às dimensões físicas das ocupações; tampouco há uma relação de negacionismo do lugar de centralidade das plataformas no debate público contemporâneo. O que temos, fundante desta gramática, é uma articulação em que as ações de incidência política se combinam entre arranjos de formas físicas e digitais que, em suas particularidades de possibilidades e de limitações, confluem em arranjos que firmam o que se toma por ocupação. Podemos, a partir destes casos descentralizados no Ceará, reconhecer que se forja uma gramática realizada pelos movimentos estudantis em que as ocupações já não se limitam às ritualidades da tomada dos espaços institucionais, mas se ampliam por outras disposições que, orientadas à tomada de posições e às disputas de sentidos, admitem as dimensões táticas e adaptativas da ação política em conjunção com plataformas digitais.

Evidenciar esta combinação não deve se confundir com um aparente alcance de visibilidade na plataforma. Quando avaliamos estes casos, notamos que o imaginário de correlação entre ‘tornar visível’ como uma consequência do ato de ‘postar’ não garantiu amplas margens de alcance das narrativas propostas, seja pela fragilidade das redes sociais constituídas, seja pela limitação sociotécnica das plataformas, seja pela ausência de uma tática que dimensionasse essas questões e conseguisse confrontá-las. Diante da recomposição de repertórios sobre ocupação

a partir da combinação entre formas online e offline, neste segundo aspecto, nos importa destacar que há limitações de mediação e de atuação política nas plataformas. Por isso, embora notemos a ineficácia do uso do Facebook para disputa de narrativas ao estudarmos estes casos, importa também considerarmos que esta plataforma digital assumiu posto relevante ao combinar-se com os repertórios da ocupação como forma de ação política e mobilizar uma gramática singular que aproxima estas experiências.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Gonzalo (2007). *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Síntesis
- ALONSO, Angela (2017). A política das ruas; protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. especial.
- ALVES, Giovanni (2012). “Ocupar Wall Street... e depois?”. In: HARVEY, David et al. *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.
- ALVES FILHO, Mário (2016). *Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013: a representação social no jornal Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- ANDRADE, Ian (2020). *O Covil dos Leões: Mídia Ninja e a cidadania em rede*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará.
- ARAÚJO, Leonardo (2016). *Comunicação para mobilização: quem dera ser um peixe, internet e ativismo político*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- BEZERRA, Fernanda (2022). *O movimento #EleNão e a formação de identidades políticas em comunidades virtuais*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- BENTES, Ivana (2016). “Ocupa Tudo! Extinção, ressurreição e insurreição da Cultura”. In: ROVAI, Renato (org). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil.
- BIANCHI, Alvaro (2008). *Transgressões: As ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- BONFIM, Cristiane (2019). *Campanha #euvocontar: ciberativismo, cidadania e memória de mulheres pela descriminalização do aborto no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- GOHN, Maria da Glória (2017). *Manifestações e Protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- GOHN, Maria da Glória (2013). *Sociologia dos movimentos sociais: Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- GROOPPO, Luis Antonio (2022). *Uma Onda Mundial de Revoltas: movimentos estudantis de 1968*. São Carlos: Pedro&João.
- LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (2018). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCom UFMG.
- MACÊDO, Daniel (2017). *Divino maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará*. Fortaleza: Quitanda das Artes.
- MACÊDO, Daniel (2024). *Entre ruas e redes: narrativas estudantis sobre as ocupações universitárias de 2016 no Facebook*. Belo Horizonte, Selo PPGCom UFMG.
- MACÊDO, Daniel (2025). “Notas sobre pesquisar (com)textos: textualidades e sensibilidades em performances”. In LIMA, Shelton; TIMOTEO, Aquinei (orgs). *Metodologias em pesquisas acadêmico-científicas: subjetividades, afetações e práticas*. Rio Branco: EdUFAC.
- MACÊDO, Daniel et al (2018). *Ocupações das escolas públicas no Grande Bom Jardim*. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa.
- MACÊDO, Daniel; MARTINS, Helena (2021). Martín-Barbero em tempos de Facebook: contribuições ao debate sobre mediação algorítmica. *Revista Mediação*, v. 23, n. 32.
- MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia (2024A). Ocupar as narrativas com palavras de ordem: textualidades das notas de deflagração das ocupações universitárias de 2016 no Ceará. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 2.
- MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia (2024B). Enredando narrativas jornalísticas: textualizações das ocupações universitárias de 2016 nos jornais O Povo e Diário do Nordeste. *Revista Intexto*, v. 56.
- MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia. GADELHA, Sandra (2023). Ao ocupar Universidades, encontramos Paulo Freire: textualizações da pedagogia freireana na insurgência estudantil de 2016 no Ceará. *Revista ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação*, v. 14.
- MARCUSE, Hebert (1999). *A grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes.
- MARINHO, Giordanno (2022). *MST, ocupação de terras e desobediência civil: análise das decisões judiciais acerca da posse da terra nos conflitos agrários coletivos*. Dissertação (Mestrado em Direito). Mossoró: Universidade Federal Rural do Semiárido.
- MARTINS, Bruno et al (2019). *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: Relicário.
- MATTOS, Renan (2018). *A mobilização política através de vídeos do Youtube e Facebook: uma análise do Movimento Brasil Livre*. Dissertação (mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- MINUCELLI, Conrado; SANTOS, Jaqueline; DOMBROWSKI, Osmir (2016). #Ocupaparaná: as ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016. *Tematicas*, v. 24, n. 47.

- NUNES, Márcia. (2018). *A retomada do ideal comunitário na organização política de coletivos de comunicação no Brasil*. Relatório Final (Pós-Doutorado). Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- O POVO. Estudantes ocupam Reitoria da UFC e promovem quebra-deira. Jornal O Povo, Fortaleza, 01/09/2015.
- PERICÁS, Luiz Bernardo (2016). “Os semeadores da discórdia: A questão agrária na encruzilhada.” In: ROVAI, Renato (org). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil.
- REDES, Bárbara (2019). *Ocupar e resistir: os processos comunicacionais nas ocupações das escolas estaduais públicas nas redes sociais da internet no Ceará em 2016*. Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- SANTOS, Willian (2020). *Mídia Ninja #ao vivo: implicações do uso do live streaming na narrativa da prisão de Lula*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- SANTOS, Luana (2018). *Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de juventude*. Tese (Doutorado). Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SINGER, André (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 32, n. 3.
- SOUSA, Francisco (2019). *Quando as minorias falam: os personagens da websérie Cartas Urbanas, do Coletivo Nigéria, e suas construções de sentido sobre a obra*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- THIOLLENT, Michel (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, v. 10, n. 2.
- TILLY, Charles (2006). *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.
- União Nacional de Estudantes. *Estudantes ocupam 961 escolas e universidades contra retrocessos na educação*. goo.gl/CWrnMx. (acesso em: 03/03/2018).
- União Nacional de Estudantes. *#OcupaTudo tem mais de 200 universidades ocupadas em todo o Brasil*. goo.gl/S482S9. (acesso em: 03/03/2018).
- ZIBAS, Dagmar (2008). “A revolta dos pinguins” e o novo pacto educacional chileno. *Rev. Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38.

Análise de Eventos de Protesto: decisões metodológicas na organização do Banco de Eventos de Protesto (BEP) 2013-2016¹

Angela Maria Alonso^a, Patrícia Jimenez Rezende^a,
Rafael de Souza^b, Viviane Brito de Souza^a

Resumo Este artigo apresenta a metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP) desenvolvida pela equipe do Núcleo de Pesquisa Instituições Políticas e Movimentos Sociais (NIPOMS) do Cebrap para o levantamento de dados relativos aos protestos brasileiros de junho de 2013. A organização do Banco de Eventos de Protesto (BEP-CEBRAP), relativo a três ciclos de protesto (mosaico, patriota e do impeachment), ocorridos entre 2013-2016, iniciado em 2013, envolveu um conjunto de decisões metodológicas, a saber: a definição de evento de protesto; os critérios de seleção de fontes de informação; o processo de amostragem e coleta de dados primários; o fluxo e rotinas de pré-codificação e consistência dos dados; a definição de variáveis; a codificação de eventos de protesto; as instruções de preenchimento e estratégias analíticas no tratamento final dos dados. O artigo detalha tais decisões e aponta vantagens, limites e agendas relacionadas ao uso da AEP e sua aplicação ao caso brasileiro.

Palavras-chave Análise de Eventos de Protesto (AEP). Banco de Eventos de Protesto. Política de Rua. Confronto Político. Metodologia

Abstract This article presents the Protest Event Analysis (PEA) methodology developed by Cebrap's Political Institutions and Social Movements Research Group (NIPOMS) team to collect data regarding the June 2013 Brazilian protests. The Protest Events Dataset (BEP-CEBRAP) encompasses three cycles of protest (mosaic, patriot, and impeachment), between 2013 and 2016. Starting in 2013, it requested a set of methodological decisions: a definition of a protest event; criteria for selecting information sources; sampling and

1 Muitos dos que contribuíram para este texto não comparecem como autores, mas foram fundamentais para etapas do processo de aprendizado coletivo do qual ele resulta. Agradecemos, em particular, a Hellen Guicheney, Lilian Sendretti e Rafael Furlan, que, em diferentes momentos, compuseram esta equipe de pesquisa.

a Universidade de São Paulo (USP), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). E-mail: amalonso@usp.br.

b Universidade de São Paulo (USP), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). E-mail: patijrezende@usp.br

c Universidade Federal Fluminense (UFF), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). E-mail: souza_ra@id.uff.br

d Universidade Federal Fluminense (UFF), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). E-mail: vibrisouza@gmail.com



primary data collection; flow and pre-coding routines and data consistency; definition of variables; protest events' coding; filling in instructions and analytical strategies for processing data. This article details these decisions and points out advantages, limits, and agendas related to the uses of PEA and its application to the Brazilian case.

Keyword *Protest Event Analysis (PEA). Protest Events Dataset. Street Politics. Political Contention. Methodology*

INTRODUÇÃO

O controle de procedimentos é fundamental para garantir a qualidade dos dados produzidos em pesquisas e para as interpretações que neles se baseiam. Trata-se de um truismo, mas muitas pesquisas sociológicas sofrem de frouxidão metodológica. No caso dos protestos de rua, o refinamento de técnicas tem sido lento, embora o campo já exista há mais de meio século. Este artigo é um passo na direção do rigor metodológico no estudo de um tema em torno do qual circulam muitas interpretações, nem sempre bem ancoradas empiricamente.

O estudo das manifestações de rua sempre atraiu interesse sociológico, contudo, apenas a partir da década de 1970 escolas interpretativas se firmaram. Divididas por orientações teóricas concorrentes, levaram a recortes empíricos do objeto de estudo bastante diferentes, com foco em atores, associações organizadoras e eventos de protesto (Alonso, 2021). A teoria dos novos movimentos sociais focalizou os atores, interessada na construção de identidades coletivas, e privilegiou sobretudo a etnografia e a observação participante como meio de coleta de dados. Por sua vez, a teoria da mobilização de recursos enfatizava as capacidades organizacionais de grupos, e sua estratégia foi mapear as organizações de movimentos sociais. Já a teoria do processo político privilegiou os eventos de protesto e, em sua versão mais recente, como teoria do confronto político, propôs uma sociologia relacional da mobilização, com ênfase na interação entre atores institucionais e não-institucionais. Dessa última abordagem resultou uma metodologia, a Análise de Eventos de Protesto (AEP). A equipe de pesquisa que assina este artigo se filia a esta última corrente, investigando as manifestações de rua a partir da coleta sistemática de dimensões observáveis dos atos de protesto. Este artigo apresenta as decisões envolvidas no uso da técnica durante a montagem de um banco de dados sobre os protestos de junho de 2013, o Banco de Eventos de Protesto (BEP-CEBRAP).

O BEP está fundamentado na AEP, que parte dos eventos de protesto como unidade de análise e registra todas as suas dimensões empíricas (atores, temas, símbolos, formas de ação), sem priorizar nenhuma delas².

Em uso desde o trabalho pioneiro de Charles Tilly (Tilly, 1978), a AEP disseminou-se nos Estados Unidos e Europa, internacionalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, tendo sido aprimorada e aplicada a uma multiplicidade de casos e contextos geográficos (Earl et al., 2004).

No Brasil, foram alunos de Charles Tilly os primeiros a utilizar a técnica. O estudo pioneiro é de Maurício Font, em tese de doutorado orientada por Tilly sobre a Primeira República (Font, 1983). Duas décadas mais tarde, outra estudante de Tilly aplicou a técnica no estudo de mobilizações ambientalistas, seguindo sua recomendação de usar por parâmetro adaptação que o grupo de pesquisa de Christopher Rootes, *Transformations of Environmental Activism* (TEA), então desenvolvia do modelo tillyano para tratar do protesto ambientalista. O protocolo minucioso do TEA foi o modelo para o Banco de Eventos de Mobilização Ambiental, desenvolvido na Área de Conflitos Ambientais do Cebrap entre 2001 e 2003 (Alonso e Costa, 2003)³. Em seguida, a técnica foi utilizada em pesquisa sobre o movimento abolicionista, iniciada em 2009⁴.

Apesar desses primeiros usos, a técnica não se disseminou na sociologia política brasileira. Até o final da primeira década do século foram raras as aplicações (Kunrath et al., 2011). A situação mudou na sequência de ciclos de protesto no país a partir de junho de 2013. Desde então, o interesse por pesquisar protestos cresceu e o método ganhou notoriedade, adotado por diferentes grupos de pesquisa (Alonso, 2017; 2023; Tatagiba e Galvão, 2019; Maciel e Machado, 2021).

Contudo, ainda escasseiam as discussões acerca da técnica na sociologia política nacional e não há publicação de procedimentos e decisões envolvidos em sua aplicação a casos no país. Este artigo avança nesta direção, baseado na experiência coletiva do Núcleo de Pesquisa Instituições Políticas e Movimentos

2 Este debate será aprofundado e contextualizado em trabalho publicado posteriormente, no qual discute-se as motivações e os desafios da Análise de Eventos de Protestos, à luz do debate teórico-metodológico do Confronto Político e de estudos de caso nacionais e internacionais.

3 O TEA resultou em livro com casos europeus analisados individualmente, de acordo com um mesmo protocolo metodológico (Rootes, 2003). A indicação de Tilly desta pesquisa a Angela Alonso, então coordenadora da Área de Conflitos Ambientais do Cebrap, se deu em conversa pessoal, na Universidade de Columbia, em 2001. A pesquisa, baseada na técnica “Mobilização e Conflitos Ambientais no Brasil”, desenvolveu-se entre 2001 e 2003, com apoio da The William and Flora Hewlett Foundation.

4 “Circulação de Ideias e Estratégias da Ação do Movimento Abolicionista Brasileiro” e “O Abolicionismo como Movimento Social”, desenvolvidas respectivamente entre 2009 e 2012 e 2012 e 2015, com apoio Fapesp e CNPq e que resultariam em livro (Alonso, 2015).

Sociais (NIPOMS), cujo principal empreendimento conjunto é o Banco de Eventos de Protesto (BEP-CEBRAP).

Iniciado ainda em 2013, o BEP sistematiza informações sobre eventos relativos a três ciclos de protesto (mosaico, patriota e do impeachment), ocorridos entre 2013-2016. Desta pesquisa, resultaram um livro (Alonso, 2023), artigos e capítulos de livros (Alonso, 2017; Alonso, 2019; Souza, 2020; Souza et al., 2024) e documentários⁵.

O protocolo do BEP vem sendo aperfeiçoado a partir da aplicação de procedimentos a diferentes interesses analíticos e frentes de pesquisa empírica que envolvem confronto político no Brasil, em teses, dissertações e iniciações científicas junto ao Departamento de Sociologia da USP. O BEP foi o modelo para a construção de bancos acoplados, espelhados ou similares, caso das manifestações públicas do movimento abolicionista no pós-abolição (Martins, 2017); das dimensões espaciais dos protestos de junho de 2013 (Souza, 2018); das mobilizações de movimentos intervencionistas do campo patriota e contra o sistema político democrático (Freitas, 2023; Souza, 2023); daquelas em torno da moralidade privada (Barifouse, 2024), bem como a assassinatos de lideranças (Castro, 2024). A mesma perspectiva tem sido adaptada para pesquisas qualitativas sobre movimentos conservadores (Nascimento, 2022), movimentos guerrilheiros (Salgado, 2016; Silva, 2018) e orienta pesquisas em andamento sobre manifestações públicas religiosas e de imigrantes; e conflitos políticos em torno do aborto (Rezende, 2016) e de dimensões ambientais⁶. Parte da equipe de pesquisa adapta, no momento, o Protocolo BEP para estudar assassinatos políticos no Brasil⁷.

Os autores deste artigo compõem, assim, um grupo de pesquisa que vem aplicando a técnica a casos com temas, espaços e temporalidades variados. Esta

⁵ Paulo Markun e Angela Alonso. Ecos de Junho” (Globoplay, 2022), e “Junho 2013 – O Começo do Avesso”(Canal Brasil, 2022).

⁶ REZENDE, Patricia. “Sexualidade e reprodução nas ruas”: o confronto político em torno do aborto no Brasil (2007-2012). Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).

SILVA, Jéssica Höring da. *Trajetórias de engajamento em movimentos de alto risco*: duas gerações de ativistas da UNITA. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, (no prelo).

BICUDO, Marcus Vinícius Guedes Cruz de Campos. *Migrações internacionais, associativismo e protesto*: a Marcha dos Imigrantes e Refugiados de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).

PAULO, Clarissa Lima de. *Deus no céu e nós na terra*: um estudo das manifestações de rua religiosas em São Paulo. Iniciação Científica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).

CASTRO, Paulo Silva de. *Conflitos ambientais e ações coletivas no Brasil contemporâneo (2019-2022)*. Iniciação Científica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).

⁷ Political assassinations in Brazil (2003-2023), coordenada por Angela Alonso, no CEBRAP, com apoio da GI-TOC.

diversidade impôs a reflexão aprofundada sobre possibilidades e limitações da AEP, que vem ocorrendo há duas décadas, em dois fóruns regulares, o NIPOMS-Cebrap e o grupo de pesquisa do CNPq Mobilizações Políticas⁸.

Iniciado em 2013, o Protocolo BEP passou por muitos ajustes e modificações⁹ e resulta tanto de um esforço de trabalho em equipe quanto de uma reflexão lenta e aprofundada sobre as categorias mais apropriadas para exprimir a variedade empírica do caso brasileiro. Durante a construção do BEP, o modelo clássico AEP foi adaptado para dar conta de especificidades do contexto nacional. Ao longo deste processo, diversas variáveis foram consideradas, testadas e descartadas. Seria assunto para um outro artigo discutir toda esta cozinha da pesquisa. Trouxemos para os leitores apenas as decisões metodológicas cruciais.

O texto está configurado em partes que apresentam todas as decisões metodológicas relevantes tomadas ao longo da produção do BEP-Cebrap: I) a definição de evento de protesto; II) os critérios de seleção de fontes de informação; III) o processo de amostragem e coleta de dados primários; IV) o fluxo e rotinas de codificação e consistência dos dados; V) a definição de variáveis; VI) a codificação de eventos de protesto; VII) as instruções de preenchimento e as estratégias analíticas no tratamento final dos dados.

O rigor de procedimentos é fundamental para a qualidade dos dados e, em decorrência, para as interpretações neles baseadas. Ao disponibilizar definições e estratégias testadas e bem-sucedidas, este Protocolo BEP se alinha ao movimento de Ciência Aberta, que incentiva a transparência e o compartilhamento de procedimentos metodológicos e bases de dados científicas. Visa também incentivar aplicações da AEP a novos casos brasileiros, que permitam a acumulação de conhecimento capaz de produzir séries históricas longas e comparações com outros países. Desse modo, espera-se contribuir para a consolidação de um campo de pesquisas rigorosas e comparáveis sobre mobilizações coletivas no Brasil.

DEFINIÇÃO DE EVENTO DE PROTESTO

A AEP toma os eventos de protesto como ponto de partida analítico e unidade empírica. Assim evita a seleção *ex-ante* de quais atores, associações ou organi-

8 Este grupo se constituiu sob o nome Sociologia, Política, História e contou com a participação de Brasílio Sallum Jr. e Antonio Sergio Guimarães e orientandos, em seu primeiro ano, 2010, e, desde então, é atividade regular no Departamento de Sociologia da USP. Atualmente, agrupa também estudantes de graduação e pós-doutorandos.

9 Desenvolvido sobretudo ao longo das pesquisas: “Performances políticas e Circulação de Repertórios nos Ciclos de Protesto Contemporâneos no Brasil” e “A Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer”, coordenadas por Angela Alonso, realizadas entre 2016 e 2020 no CEBRAP, com financiamento da FAPESP (processos 2015/18576-1 e 2017/26928-0).

zações são relevantes na política de rua. Trata-se de abordagem relacional, que privilegia a interação política durante os protestos.

O passo decisivo neste tipo de análise é a definição do que seja um “evento de protesto”. A operação é crucial para a construção do banco de dados, pois tem consequências relevantes para o dimensionamento empírico da amostra a ser colhida. Definições amplas tendem a inchar a amostra, ao incluir fenômenos vizinhos ou conexos – caso de reuniões de balanço ou planejamento de protestos, por exemplo. De outro lado, definições demasiado restritas podem deixar de fora parte substantiva do fenômeno que se investiga – por exemplo, excluir manifestações religiosas como reivindicações políticas.

Para o BEP, utilizamos uma versão modificada da definição utilizada pelo projeto TEA, que considera como evento de protesto:

Ação pública coletiva relativa a questões nas quais preocupações explícitas [...] se expressam como uma dimensão central, organizada por instigadores não estatais com o propósito explícito de crítica ou dissenso, associadas a demandas sociais e/ou políticas (Fillieule & Rootes, 2003, p. 273¹⁰).

Esta definição é ampla sem ser vaga e isenta de juízo de valor sobre o fenômeno, pois não assume uma direção progressista para o protesto – o que é muito frequente na literatura sobre movimentos sociais. Tampouco associa protestos a temas ou atores particulares. Permite, assim, colher grande número de manifestações de rua, sem decisão prévia acerca de seu teor.

Para fins desta pesquisa, a definição de evento de protestos significou incluir estritamente eventos que fossem:

- “1) ação pública e coletiva,
- 2) organizada por atores não estatais,
- 3) de contestação a instituições, práticas ou valores e
- 4) que apresentassem reivindicações sociais e/ou políticas.

Expurgaram-se, de outro lado, eventos:

- 1) individuais, realizados em nome próprio;
- 2) coletivos, de caráter exclusivamente disruptivo (como criminalidade comum) ou lúdico (caso de festas), se não apresentassem reivindicações;

¹⁰ Esta tradução, assim como as demais ao longo do artigo, foram feitas pelos autores deste artigo.

3) atos políticos rotineiros não contestatórios (encontros, reuniões, convenções etc.). “Desconsideraram-se ainda eventos transcorridos apenas no âmbito virtual e os anunciados para os quais não se encontrou evidência de realização” (Alonso, 2023, p. 279).

A operacionalização da definição para orientação dos codificadores distinguiu concretamente o que entraria e o que ficaria de fora do banco de dados, como se pode ver abaixo:

Quadro I. Definição de Eventos de Protesto

Eventos (SIM)	Eventos (NÃO)
ação pública e coletiva	ação coletiva, mas de caráter exclusivamente privado
	ação individual, isto é, realizada por um único indivíduo em nome próprio (e não como representante de um grupo)
ação organizada por atores não estatais	ação organizada por membros do governo, como solenidades oficiais
ação de contestação	ações da política rotineira (como encontros entre ativistas e seminários)
	encontros lúdicos (como festas e jogos) sem caráter contestatório
contém críticas a: instituições e/ou práticas e/ou valores apresentadas: de maneira explícita mediadas por símbolos (como bandeiras)	contestação <i>exclusivamente disruptiva</i> sem presença de críticas (como atos de criminalidade comum)
contém reivindicações dirigidas a autoridades sociais ou políticas	não contém reivindicações dirigidas a autoridades sociais ou políticas

Esta definição orientou a triagem de informações empíricas. A alimentação da base de dados dependeu de leitura cuidadosa de cada notícia por um pesquisador e checagem por outro pesquisador, de modo a incluir apenas acontecimentos em acordo com a definição de evento de protesto.

PROBLEMAS E VIESES NA SELEÇÃO DAS FONTES

A AEP opera o levantamento sistemático de evidências empíricas sobre eventos de protesto por meio de pesquisa, tradicionalmente, na imprensa diária. O uso de jornais facilita a coleta de várias dimensões dos processos de mobilização e confronto político. Por isso, a análise dos limites do uso da imprensa como fonte compõe uma etapa importante da pesquisa durante a elaboração do BEP-Cebrap.

Os debates em torno da AEP já apontaram muitos problemas envolvidos no uso desse tipo de fonte. Há vieses de seleção e descrição (Fillieule & Jiménez, 2003; Earl et al., 2004; Van Dyke et al., 2004). Os vieses de seleção dizem respeito ao modo pelo qual veículos de imprensa notificam protestos, decidindo quais são — e quais não são — relevantes para serem noticiados. A cobertura dos jornais não recobre, nem detalha todas as dimensões dos eventos de protesto. Isto é, a mídia escolhe o que cobrir e o que deixar de fora. A seleção da amostra depende, portanto, do problema de pesquisa. No caso da pesquisa que originou o BEP, o foco era explicar eventos com significativa densidade demográfica e relevância política. Ou seja, embora tenha se tentado um inventário completo do fenômeno, o foco analítico não dependia de um censo de todos os protestos, mas apenas daqueles com impacto na cena política. Por isso, o viés de seleção não foi um limite intransponível para a pesquisa.

Os vieses de descrição entram na redação da notícia. Esta fonte, como aliás qualquer outra, não é neutra. A mídia tem preferências valorativas e razões políticas explícitas ou encobertas que orientam o modo pelo qual se noticia. Vieses de descrição se manifestam na escolha do que se privilegia e do que se omite ao detalhar na notícia — por exemplo, destacando uma das muitas agendas presentes em uma manifestação, sem noticiar as demais.

Há ainda um viés comezinho, que vem da facilidade de acesso à informação, como a proximidade geográfica dos eventos com a redação e a relação entre organizadores do protesto e jornalistas. A mídia também tende a noticiar mais quanto maior o nível de violência envolvido e ante a presença de figuras públicas previamente conhecidas pelos jornalistas, como atores políticos já estabelecidos e artistas.

Em suma, a cobertura é parcial e nem tudo que acontece é noticiado. Contudo, o uso da imprensa como fonte primária permite escapar dos relatos *ex post* produzidos pelos agentes acerca de suas ações, o que é comum em pesquisas baseadas em entrevistas.

Esses vieses nunca podem ser inteiramente eliminados. O que é possível fazer é controlá-los. Para o viés de descrição, um controle utilizado na bibliografia consiste em diversificar fontes (Fillieule & Jiménez, 2003), de modo a completar lacunas de informação da fonte principal. Frequentemente se recorre a jornais com linhas editoriais opostas ou bem diferentes.

Durante a construção do BEP, os vieses das fontes foram estimados por meio de testes, que buscaram identificar as de maior abrangência territorial e temática. No início da pesquisa, em 2013, aventou-se a possibilidade de extração de múltiplas fontes por meio de ferramentas automatizadas de processamento de linguagem natural. Contudo, o procedimento era ainda complexo, já que as ferramentas não eram nem tão avançadas, nem tão acessíveis, como atualmente. Embora uma primeira interface, programação e coleta tenham sido testadas, as dificuldades técnicas e os custos operacionais desencorajaram avançar nesta direção.

Na definição das fontes, supôs-se que os jornais regionais cobririam mais eventos de suas regiões, sobretudo de cidades pequenas, que os nacionais. Por esta razão, testaram-se, inicialmente, jornais de capitais de maior circulação em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco, a saber: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, para São Paulo, *Correio Braziliense*, para Brasília, *O Globo*, para o Rio, *Zero Hora*, para o Rio Grande do Sul, *Diário do Nordeste*, para o Ceará, *A Tarde*, para a Bahia, e *Diário de Pernambuco*, para Pernambuco. Coletou-se uma amostra de eventos de protesto ocorridos no Brasil, registrados nesses periódicos. A amostragem-teste revelou que, ao contrário do esperado, jornais pequenos e locais não cobriam significativamente mais eventos locais e eram muito imprecisos ao reportar eventos e participantes.

O segundo teste mostrou que *Folha de S. Paulo* e *Estado de São Paulo* noticiaram mais eventos de protesto que os demais jornais regionais, dada sua ambição de cobertura nacional. Terceiro teste comparou os eventos noticiados por *Folha* e *Estadão*, encontrando 92% de concordância entre os eventos noticiados em ambos os jornais. Isto é, para junho de 2013, ambos os jornais cobriam praticamente os mesmos eventos.

A equipe decidiu, ao final desses testes, iniciar o BEP com apenas uma fonte, a de maior circulação à época, a *Folha de S. Paulo*. O jornal tinha então a maior tiragem média no Brasil, 301.299 exemplares mensais, e oferecia informações acerca de protestos no país inteiro. A escolha também se deveu ao maior nível de detalhamento das notícias da *Folha*, cujas matérias tinham, em média, 46% mais palavras descritivas do que *O Estadão*. Além disso, a *Folha* trazia mais colunas de opinião, que incluíam informações por vezes negligenciadas no noticiário.

Evidentemente, a *Folha* tem seu próprio viés. Contudo, a hipótese inicial da pesquisa era que junho de 2013 era um ciclo de confronto e, sabe-se pela literatura, ciclos tendem a ser super noticiados, de modo que umas notícias corrigem e complementam outras. Optou-se, por isso, por usar exclusivamente a *Folha*, em seus formatos impresso (então o mais comum) e digital.

Ao final da alimentação do BEP com as informações captadas na Folha, buscou-se controlar os vieses de seleção e descrição dos eventos de uma única fonte jornalística e preencher eventuais lacunas na base de dados com fonte adicional. Para tanto, selecionou-se o portal G1, que se consolidara, ao longo da década inteira em que transcorreu a pesquisa, com cobertura detalhada, atualização frequente e grande capilaridade, tornando seu noticiário mais representativo dos acontecimentos nas diferentes regiões do país. Esta segunda fonte facultou captar eventos de pequena escala, eventualmente não noticiados pela *Folha de S. Paulo*. Além disso, o portal facilitou as buscas segmentadas por temas, localidades e datas específicas.

O BEP foi, assim, construído, a partir da base de notícias do jornal *Folha de São Paulo*, com a adição posterior de informações do G1. O banco compreende informações gerais para 1404 eventos do período 2013-2016, já que o objetivo inicial da pesquisa era coletar eventos de protesto no Brasil, ao longo de três ciclos de confronto político¹¹ (ciclos mosaico, patriota e do impeachment¹²). O banco contempla eventos que ocorreram tanto em território nacional, quanto aqueles que, em território estrangeiro, fizeram referência a temas e conflitos políticos brasileiros e que, sobretudo, tinham participação de brasileiros¹³.

AMOSTRAGEM E COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS

Escolhidas as fontes, passou-se à etapa da amostragem dos eventos. A pesquisa na *Folha de S. Paulo* foi feita a partir de palavras-chave. O processo consistiu em:

1) Seleção e teste de palavras-chave

Partiu-se de uma seguinte lista de termos presentes em várias mídias ao reportar protestos para pré-teste: manifestação; protesto/protestar; baderneiros; reivindicação; depredação; greve/grevistas; paralisação.

Após vários testes preliminares, apresentaram maior eficiência em capturar notícias relevantes as seguintes palavras e suas variações semânticas:

- manifestação/ manifestante/ manifestar;
- protesto/ protestar;

¹¹ Segundo Tarrow, um ciclo de confrontos se define como “uma fase de conflito intensificado em todo o sistema social, caracterizada pela rápida disseminação da ação coletiva de setores mais mobilizados para setores menos mobilizados, pelo ritmo acelerado de inovações nas formas de confronto utilizadas, pela criação de novos ou transformados quadros de ação coletiva, pela combinação de participação organizada e não organizada e por sequências de fluxo intensificado de informações e interação entre desafiadores e autoridades” (Tarrow, 2011, p.199).

¹² Ver Alonso, 2017.

¹³ A versão do banco com preenchimento mais completo de variáveis, apresentada em Alonso (2023), é restrita a 626 eventos de protesto, ocorridos em 211 cidades, entre 1º e 30 de junho de 2013.

- reivindicar/ reivindicação;
- greve/ grevistas; paralisação;
- passeata; concentração; ato;
- baderneiros/ baderneiros; vândalos; depredação; black bloc.

2) Extração das notícias de jornal via web:

A equipe desenvolveu uma ferramenta de código aberto em Python, baseada na web, utilizável em diferentes plataformas e de manejo simples. O uso das palavras-chave combinado com a ferramenta de captura das notícias integrais permitiu a coleta automática de notícias para cada busca. A íntegra de cada notícia foi armazenada, com data de publicação, a informação sobre a natureza da fonte — se jornal impresso ou on-line — e a palavra-chave utilizada na busca. Assim, foram levantadas 17.752 notícias publicadas ao longo de junho de 2013 com potencial relevância para a pesquisa.

3) Triagem de notícias relevantes

O processo de extração de notícias gerou um conjunto amplo de informações; contudo, nem todas eram concernentes aos objetivos da pesquisa. Procedeu-se, por isso, a uma filtragem das notícias relevantes. Codificadores triaram dentre as 17.752 notícias potencialmente relevantes as *efetivamente* relacionadas ao objeto de pesquisa. A triagem se deu em duas etapas: a) leitura das manchetes para identificar palavras que pudessem denotar protesto (como passeata, greve etc); b) leitura da notícia, aplicando a definição de evento de protesto adotada na pesquisa. O procedimento diminuiu significativamente o número de notícias: apenas 6.265 delas, cerca de 35% do total, continham de fato informações sobre protestos.

4) Pré-codificação: distinção entre eventos e notícias

Instruíram-se os codificadores a respeitar a unidade de análise do banco de dados: o evento. Eventos diferentes noticiados em uma mesma notícia foram desmembrados e informações sobre um mesmo evento aparecidas em notícias diferentes foram agrupadas. “Isto é, a *unidade do BEP* é o *evento*, não a *notícia*, evitando-se, assim, a inflação espúria do número de protestos” (Alonso, 2023, p. 279).

FLUXO E ROTINAS DE PRÉ-CODIFICAÇÃO E CONSISTÊNCIA DOS EVENTOS

Ao longo do processo de preenchimento do BEP, a equipe dividiu-se em duas funções: editoria e codificação. A editoria se responsabilizou por 1) selecionar as notícias de interesse para a pesquisa e eliminar as demais; 2) distribuir e supervi-

sionar o trabalho de codificação. Os/as codificadores/as, como diz o próprio nome, codificaram as notícias selecionadas.

As notícias coletadas por meio do crawling foram organizadas em uma plataforma eletrônica, de acordo com seu status: suja, limpa, codificada, validada, como se vê no quadro II abaixo:

Quadro II. Status da Notícia

Status da notícia no sistema	Descrição do status
Suja	Notícia recém <i>crawleada</i> , ainda sem passar pela limpeza.
Limpa	Notícia selecionada pela editoria como de interesse para a pesquisa e que deve ser codificada.
Codificada	Notícia codificada. Após a codificação concluída, os/as codificadores/as devem mudar o status da notícia para “codificada”.
Validada	Notícia codificada e verificada pela editoria. Após a codificação, a editoria confirma se o evento já foi criado. Caso não tenha sido, cria o evento e cruza o ID (número que identifica o evento) com os códigos da notícia a seu respeito.

O registro dos eventos na base de dados obedecia a 3 etapas:

Etapa 1: seleção de notícias

Passos:

[1] filtro das notícias com status “suja”; isto é, sem codificação alguma

[2] leitura da íntegra da notícia, independentemente do título ou manchete;

[3] determinação da relevância ou não da notícia para a pesquisa, utilizando a definição de evento de protesto apresentada na seção anterior.

[4] notícias consideradas relevantes, deveriam ser registradas como “limpas”.

Notícias consideradas irrelevantes deveriam ser eliminadas do sistema.

Etapa 2: pré-codificação - codificação de notícias

Passos:

[1] filtro das notícias com o status “limpa”;

[2] codificação das notícias filtradas;

[3] alteração do status da notícia de acordo com seu status (após codificação finalizada, a notícia deveria ser registrada como “codificada”);

[4] validação da notícia codificada pela editoria, para evitar duplicação de notícias registradas.

Etapa 3: consolidação de eventos

Passos:

[1] editoria identificava notícias diferentes que potencialmente se referiam a um mesmo evento. Consideravam-se como potenciais as notícias que tratavam de eventos que haviam ocorrido na mesma cidade e no mesmo dia;

[2] verificação manual: acesso e leitura de cada uma das notícias que potencialmente se referiam a um mesmo evento pela editoria;

[3] desambiguação: as notícias sobre eventos similares, mas com variáveis data, cidade e atores distintos eram registradas como eventos independentes. Por exemplo, protestos coordenados pelo Movimento Sem Terra (MST) em diferentes cidades constituem parte de um mesmo episódio ou campanha, mas são eventos diferentes;

[4] agrupamento: as notícias diferentes que reportavam um mesmo protesto eram associadas e passavam a compor fontes de informação sobre um único evento. Este procedimento evitou duplicações;

[5] exclusão: a editoria verificou se as notícias eram relativas a *ações já realizadas* e excluiu as notícias de ações planejadas, agendadas ou marcadas (que seriam realizadas no futuro), mas para as quais não havia confirmação de terem sido realizadas.

Na consolidação, optou-se, portanto, por codificar um protesto como um evento se fosse *contínuo no tempo, no espaço e em atores*. Isto é, o critério foi a continuidade espaço-temporal — e não temática —, pois um mesmo evento pode incluir diversas reivindicações. Os critérios foram, portanto:

a) Continuidade temporal:

- ações realizadas com intervalos inferiores a 24 horas são consideradas partes de um único evento;
- ações com duração superior a 24 horas, mas contínuas, sem interrupções, são consideradas como um único evento;
- ações realizadas pelos mesmos atores, mas com interrupções superiores a 24 horas, **isto é, com descontinuidade temporal**, são consideradas como eventos distintos.

b) Continuidade espacial:

- ações realizadas em **mesmo local**, com trajetos diferentes, mas com mesmos atores ou atores similares, são consideradas um único evento;
- ações sem local especificado, mas com mesmos participantes (ou subconjuntos deles) e objetivos semelhantes, são consideradas um único evento.

c) Descontinuidade de agendas:

Embora, para fins analíticos, ações de atores com pautas opostas mesmo em locais ou trajetos coincidentes sejam partes de um mesmo protesto, para fins de registro no BEP foram considerados como se fossem eventos distintos.

Os critérios estão resumidos e exemplificados no quadro abaixo.

Quadro III. Delimitação da Unidade do Evento

Eventos contínuos de mesmos atores, que não ultrapassem 24 horas de duração	<ul style="list-style-type: none"> • Ações realizadas com intervalos inferiores a 24 horas são consideradas parte de um único evento. • Exemplo: Protestos iniciados às 18h do dia 15 e terminados às 10h do dia 16 em Brasília foram codificados como um único evento.
Eventos de mesmos atores com interrupções superiores a 24 horas	<ul style="list-style-type: none"> • Ações realizadas pelos mesmos atores, mas com interrupções superiores a 24 horas, são consideradas eventos distintos. • Exemplo: Um protesto no dia 24/06 e outro no dia 25/06, ambos organizados pela Marcha Mundial das Mulheres, foram considerados eventos diferentes.
Duração contínua superior a 24 horas	<ul style="list-style-type: none"> • Ações contínuas, sem interrupções, com duração superior a 24 horas são consideradas como um único evento. • Exemplo: Uma ocupação estudantil que permaneceu ativa por 5 dias foi registrada como um único evento.
Mesma localidade e atores similares	<ul style="list-style-type: none"> • Ações que ocorreram na mesma localidade e cidade, com trajetos diferentes mas com os mesmos atores ou atores similares, são consideradas um único evento. • Exemplo: Protestos em Fortaleza que se segmentaram em três passeatas foram codificados como um mesmo evento, mas com três trajetos diferentes.
Localidade não especificada	<ul style="list-style-type: none"> • Ações cuja localidade não está especificada, mas tem os mesmos participantes (ou subconjuntos deles) e objetivos semelhantes, são consideradas um único evento. • Exemplo: Protestos do MST realizados em várias localidades da cidade de São Paulo foram codificados como um único evento.

Localidades diferentes e nomeadas	<ul style="list-style-type: none"> • Ações realizadas em localidades diferentes e especificadas são consideradas como eventos distintos, mesmo que os seus atores e/ou os temas sejam similares. • Exemplo: Bloqueios na Prefeitura de Curitiba, no Lago da Ordem e na cidade de São José dos Pinhais, todos realizados pelo Movimento Paraná Sem Corrupção foram codificados como três eventos distintos.
Atores antagônicos ou diversos em trajetos coincidentes	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de atores com pautas opostas e trajetos coincidentes, mas iniciadas ou finalizadas em locais diferentes, são consideradas como eventos distintos. • Exemplo: Dois protestos, um do Fórum de Lutas e outro do PSOL, que se encontraram na Cinelândia, no Rio de Janeiro, mas tiveram destinos finais distintos, foram codificados como dois eventos separados, dada a diferença de organizadores e de pautas.

DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS

A partir da abordagem teórico-metodológica da Teoria do Confronto Político, definiram-se 5 blocos de variáveis, cada uma focalizando uma faceta do evento de protesto considerada relevante para a explicação: suas dimensões espaciais, temporais e demográficas; os atores participantes; o repertório de confronto¹⁴ mobilizado; as reivindicações apresentadas; e o tipo de interação entre manifestantes e autoridades.

O bloco **dimensões** contém variáveis de identificação do evento de protesto, que são informações básicas sobre extensão geográfica, duração temporal e o número de pessoas presentes. O bloco facultou aferir a existência de padrões de distribuição espacial e temporal dos protestos no país e testar hipóteses que correlacionavam os eventos com dimensões sociopolíticas externas ao ato de protesto, como crises políticas, partido ocupando o governo local, e tamanho do eleitorado local.

No bloco **atores coletivos** estão variáveis acerca das características dos atores, sobretudo seu grau de organização, distinguindo aqueles com nome próprio e filiação a movimentos ou outros grupos autodeclarados ou auto-evidentes e aqueles participantes sem filiação formal a grupos ou que a imprensa não logrou identificar como organizados. Estas variáveis permitiram investigar hipóteses

¹⁴ Trata-se de “[...] conjunto limitado, familiar, historicamente criado de performances reivindicativas que, na maioria das circunstâncias, circunscreve em muito os meios pelos quais as pessoas se engajam em confrontos políticos” (Tilly, 2006, p. 7).

sobre o tipo de atores participantes da manifestação, identificando, por exemplo, a presença de partidos políticos.

O bloco **performances políticas**¹⁵ agrupa variáveis dirigidas a captar o repertório de confronto utilizado nos protestos, sobretudo formas de ação e símbolos ostentados. Visava aferir se havia homogeneidade ou diversidade de estratégias e simbologias em cada evento de protesto e mapear a presença de inovação ou reiteração de formas canônicas de protestar. Este bloco facultou testar a tese muito difundida de que os protestos eram puramente inovadores a redundou na identificação de diversidade interna na maioria dos eventos, bem como de mais reiteração de estratégias e símbolos, do que de inovações.

O bloco de **temas e slogans** objetivou levantar as reivindicações por meio da coleta de slogans em faixas, camisas ou bandeiras e gritos de ordem. A intenção, com o registro de reivindicações, era identificar as agendas e testar hipótese inicialmente difundida, a da predominância de reivindicações de uma “nova esquerda” — o que não se verificou. Já com os slogans visava-se captar a presença de enquadramentos interpretativos¹⁶, isto é, as ferramentas discursivas que ampliam a ressonância das demandas junto ao público e à mídia, e que remetesse a movimentos nacionais ou estrangeiros pré-existentes.

O último bloco, **resposta das autoridades e interação entre manifestantes**, registra a relação entre manifestantes e autoridades durante o protesto, se de acomodação, negociação ou conflito (repressão, número de presos, feridos etc), e a relação entre grupos de manifestantes (se de aliança ou conflito) no curso da própria manifestação. Para a TCP, o tipo de controle policial do protesto e, principalmente, o nível de repressão, é um indicador relevante para o crescimento do porte dos protestos, ao suscitar adesões - hipótese que se verificou neste caso.

15 Segundo Tilly, performances políticas podem ser definidas como “meios relativamente familiares e padronizados por meio dos quais um conjunto de atores políticos faz reivindicações políticas coletivas a outro conjunto de atores políticos” (Tilly & Tarrow, 2015, p. 236).

16 Benford e Snow redefinem os enquadramentos interpretativos de Goffman, dando-lhe um caráter coletivo e adaptado à análise de movimentos sociais. Os enquadramentos interpretativos coletivos dos movimentos operariam a tarefa de “negociar uma compreensão compartilhada de uma dada condição ou situação problemática a ser transformada, identificando quem ou o quê deve ser acusado por sua existência, oferecendo vias alternativas e conclamando a adesão para agir no sentido da mudança” (Benford & Snow, 2000, p. 615).

Quadro IV. Organização do BEP por Blocos

Blocos	Descrição
Identificação do evento	caracterização do evento: data, local, cidade, estado e tamanho do evento (em número de participantes).
Atores coletivos	caracterização dos atores coletivos: formalmente organizados e formalmente não organizados.
Performances	caracterização das formas de agir no protesto: passeatas, greves, ocupações, etc, simbologia mobilizada no evento: bandeiras, símbolos visuais e corporais, etc.
Temas e slogans	caracterização das reivindicações dos atores nas ruas: slogans, gritos de ordem e mensagens em camisetas, cartazes e faixas
Respostas das autoridades e interação entre manifestantes	caracterização da relação entre manifestantes e autoridades durante o protesto, se de acomodação, negociação ou conflito (repressão, número de presos e feridos etc). caracterização da relação entre diferentes grupos de manifestantes

Os blocos de variáveis se apoiam em uma interpretação teórica acerca do que se deve observar em um protesto.

De um lado, seguiu-se a interpretação clássica do protesto como *forma de ação* conforme remodelada por Franzosi (2004). Ao postular a coleta de informações segundo a sequência e ator-ação-objeto, Franzosi indica uma coleta que não separa os atores, o alvo de sua ação e a ação em si mesma. Esta estratégia permite manter a relação entre atores, ações e alvos, sem dissolvê-los em variáveis apartadas. No BEP, todos os eventos têm uma estrutura sintática, conforme esse modelo. Assim, para a notícia publicada em 16 de junho de 2013: “Por volta das 18h, os manifestantes fecharam a avenida Presidente Vargas, no centro da cidade”, a codificação traduzia a frase para a estrutura sujeito-verbo-objeto: “manifestantes-fechar-avenidas”.

Por outro lado, adotou-se uma interpretação interacionista dos eventos de protesto como sendo também eminentemente simbólicos¹⁷. Em decorrência, o BEP contém variáveis que registravam as características simbólicas do evento, como slogans e signos audiovisuais, incluindo, assim, uma dimensão semântica.

Desse modo, a pesquisa combinou a análise dos eventos em sua origem clássica, restrita à estrutura sintática do protesto, com a atenção que a literatura vem dedicando nas últimas décadas às dimensões interativa e simbólica das manifestações de rua.

17 Seminal nesta direção é o já citado artigo de Benford & Snow (2000).

CODIFICAÇÃO DE EVENTOS DE PROTESTO

Para a codificação dos eventos, o BEP valeu-se de uma mescla de procedimentos de codificação aberta e codificação fechada [*bottom up* e *top down*]. Inicialmente, os valores das variáveis foram registrados tal como apareciam nas notícias de jornal, sem uma lista prévia de códigos. O andamento da pesquisa revelou, contudo, que esta estratégia gerava dificuldades para a coleta. De um lado, notícias traziam palavras sinônimas, mas de ênfase distinta, para descrever as ações dos manifestantes. Por outro lado, não havia informação nas notícias para completar certas variáveis, gerando muitos missings (dados faltantes) no banco de dados.

Para o primeiro problema, a solução foi recategorizar algumas variáveis, aplicando uma codificação fechada depois do material já compilado. Isto facilitou a padronização de informações e o manejo de dados. Para as variáveis com muitos missings, optou-se, como dito acima, por completá-las via adição de nova fonte, o G1. Para as variáveis que, mesmo após triangulação das fontes, o excesso de missings permaneceu, optou-se por sua exclusão da análise final do BEP.

Assim, circunscreveu-se o conjunto inicial de variáveis a um número menor, mas com chances de preenchimento integral ou perto disso.

DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

As variáveis que compõem o BEP dizem respeito à identificação de data, cidade, local, atores, temas, slogans, táticas, conflitos e número de manifestantes de cada evento de protesto catalogado. Abaixo estão as descrições de cada variável e as instruções de preenchimento que orientaram a alimentação do banco pela equipe de pesquisa. As instruções funcionaram como um manual, que todos/as codificadores/as e editores/as seguiram fielmente, de modo a padronizar todas as decisões de preenchimento.

BLOCO I - Identificação do evento de protesto

1. ID - Esta variável é independente e corresponde ao número que identifica a unidade de análise do banco: o evento de protesto.

- cada evento deve, necessariamente, possuir um ID.
- o ID é numeral e indivisível, ou seja, refere-se a um único evento.

2. Data - Esta variável é independente e corresponde à data em que o evento ocorreu.

- cada evento deve, necessariamente, possuir uma data registrada (sem exceção, para que o evento tenha validade).
- atentar para o fato de que a data do evento não necessariamente é a mesma que a data da notícia.
- registrar a data do evento conforme informado na notícia, sempre em numeral, informando dia, mês e ano, no formato: xx/xx/yyyy. Por exemplo: 13/06/2013.

3. Local do evento - Esta variável é independente e corresponde ao local em que ocorreu o evento ou parte dele.

- cada evento pode ter mais de um local registrado.
- registrar sempre todos os locais do trajeto informados na notícia e por extenso. Os diferentes locais devem ser registrados em linhas diferentes, conforme a ordem do trajeto percorrido pelos manifestantes (quando houver). Por exemplo: Local 1 (registro em um campo), Local 2 (registro em um novo campo), e assim por diante.
- registrar o nome do local conforme informado na notícia, da forma mais precisa possível e por extenso, respeitando a capitalização dos nomes dos logradouros, sem abreviações (a despeito da grafia escolhida pelo jornalista). Por exemplo: Avenida Paulista, Rua Agnello Marchi, Praça da República.
- em caso de avenida, rua, alameda, estrada, entre outros, registrar somente o nome do local e o número aproximado do endereço (quando houver). O número do logradouro deve ser registrado logo após o nome do local, separado do nome por uma vírgula, sem indicação de algarismo como “n”, “número”, “nº”. Por exemplo: Avenida Paulista (quando não houver informação do número), Avenida Paulista, 900 (quando houver informação do número).
- em caso de especificação aproximada de local por número do logradouro, deve-se registrar o primeiro número reportado. Por exemplo: para “Os grupos se concentraram entre o nº 450 e 460 da Avenida do Contorno” registrar “Avenida do Contorno, 450”.
- em caso de locais fechados, como prédios, deve-se registrar primeiro a abreviação do nome do local (quando houver) e, em seguida, o nome completo do local entre parênteses. Por exemplo: UFES (Universidade Federal do Espírito Santo).

- em caso de locais que possuem a mesma denominação em diversas cidades, por exemplo, Theatro Municipal, especificar com o nome da cidade em seguida. Por exemplo: Theatro Municipal de Belo Horizonte.
- registrar o nome do local sem o posicionamento dos ativistas, ou seja, sem advérbios de lugar, como “em frente”, “ao lado”, “em cima”, etc. Por exemplo: para “Os ativistas ficaram na frente do prédio da ALERJ” registrar “ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro)”.
- em caso de outros tipo de especificação sobre o local, deve-se adotar o modelo apresentado abaixo.
- em caso de notícia que não especifique o local do evento, deve-se registrar SI (sem informação).

Modelo de Registro	Exemplos
Centro do Comercial de (informar o nome da cidade do evento)	shopping center Brasília etc
Residência do(a) (informar cargo + nome + filiação partidária, quando houve)	casa do prefeito de Salvador, DEM, ACM Neto
Terminal de Ônibus (informar o nome específico)	terminal rodoviário, terminal de ônibus D. Pedro II
Estação (informar o nome específico + informar se CPTM ou metrô)	estação de trem/metrô Candelária

4. Tipo de local do evento - Esta variável é dependente (relacionada à variável 3) e corresponde à classificação do local em que ocorreu o evento. A classificação é fechada (8 categorias) e deve seguir o modelo apresentado abaixo:

- cada local pode corresponder a um único tipo de local, conforme apresentado abaixo.

Tipo de local	Exemplos
Estabelecimento comercial	Shopping Mueller; Mercado Público de Porto Alegre
Instituição cultural ou de ensino	MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand); UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos)
Instituição religiosa	Igreja Assembleia de Deus
Órgão do sistema viário	Estação da CPTM
Órgão ou sede do poder público	Palácio da Guanabara
Praça ou via pública	Praça dos Três Poderes, Av. Rio Branco
Rodovia	BR - 040, km 115
Sede de partido político	Sede do PT

- em caso de notícia que não especifique o local do evento, deve-se registrar SI (sem informação).

5. Uso convencional ou não convencional do local do evento (alvo) -

Esta variável é dependente (relacionada à variável 3) e corresponde ao tipo do local em que ocorreu o evento. Esta variável determina se o evento fez uso convencional ou não do local do evento. A classificação é fechada (2 categorias) e deve seguir o modelo apresentado abaixo:

- cada local pode corresponder a uma única categoria.

Tipo de uso do local	Exemplos
Convencional	praça ou via pública; instituição cultural ou de ensino; órgão ou sede de poder público; sede de partido político.
Não convencional	estabelecimento comercial; instituição religiosa; rodovia; órgão do sistema viário.

- em caso de notícia que não especifique o local do evento, deve-se registrar SI (sem informação).

6. Cidade - Esta variável é independente e corresponde à cidade em que ocorreu o evento ou parte dele.

- cada evento deve, necessariamente, ter ao menos uma cidade registrada (sem exceção, para que o evento tenha validade).
- registrar o nome da cidade conforme informado na notícia, da forma mais precisa possível e por extenso, respeitando a capitalização dos nomes, sem abreviações (a despeito da grafia escolhida pelo jornalista). Por exemplo: Belo Horizonte, Campo Grande.

7. Porte da cidade - Esta variável é dependente (relacionada à variável 6) e corresponde ao porte da cidade em que ocorreu o evento ou parte dele. A classifi-

cação é fechada (3 categorias) e deve seguir o modelo de classificação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01)¹⁸, conforme apresentado abaixo:

Porte da cidade	Descrição
Pequeno	De pequeno porte, se a população for inferior a 20 mil habitantes
Médio	De médio porte, se a população estiver entre 20 mil e 50 mil habitantes.
Grande	De grande porte, se a população for superior a cem mil habitantes.

8. Estado - Esta variável é dependente (relacionada à variável 6) e corresponde ao Estado em que ocorreu o evento ou parte dele.

- cada evento deve, necessariamente, ter ao menos um Estado registrado (sem exceção, para que o evento tenha validade).
- registrar a sigla oficial do Estado conforme informado na notícia, respeitando a capitalização das siglas (a despeito da grafia escolhida pelo jornalista). Por exemplo: MG, MS, BA.

9. Número de manifestantes - Esta variável é independente e corresponde ao número de manifestantes (estimados) presentes no evento, conforme reportado por polícia, imprensa e organizadores do evento.

- cada evento pode conter até um valor registrado para cada tipo de informante, ou seja, um registro para a polícia, um para a imprensa e um para os organizadores do evento.
- registrar o valor em numeral conforme informado na notícia. Por exemplo: 500, 2000, 10000.
- registrar sempre o maior valor cheio referenciado na notícia. Por exemplo: para “mais de 200 manifestantes estiveram no local” registrar “200”; para “em torno de 5 mil pessoas protestaram”, registrar “5000”.
- em caso de notícia que não especifique o número exato de manifestantes, deve-se considerar o primeiro maior valor cheio referenciado. Por exemplo: para “centenas de manifestantes bloquearam a Avenida” registrar “100”; para “dezenas de mulheres protestaram contra a violência” registrar “10”.
- em caso de notícia que não informe qualquer valor referente ao número de manifestantes no evento, deve-se registrar SI (sem informação).

¹⁸ Senado Federal. Estatuto da Cidade, 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

10. Porte da manifestação - Esta variável é dependente (relacionada à variável 9) e corresponde ao tamanho/porte do evento. A classificação é fechada (3 categorias) e deve seguir o modelo de classificação apresentado abaixo.

- cada evento deve conter apenas um registro referente ao porte do evento.
- registrar o porte sempre de acordo com o maior número de manifestantes codificado, ou seja, considerar sempre a informação (da polícia, imprensa ou organizador) que refere o maior valor absoluto do número de manifestantes registrado na variável 9. Por exemplo: se para polícia o registro foi “SI”, para imprensa o registro foi “500” e para organizadores o registro foi “1000”, deve-se considerar o maior valor: “1000”¹⁹
- em caso de notícia que não informe qualquer número de manifestantes no evento, deve-se registrar SI (sem informação).

Porte da manifestação	Descrição
Pequena	até 2000 manifestantes
Média	de 2001 a 10000 manifestantes
Grande	de 10001 a 100000 manifestantes
Mega	mais de 100000 manifestantes

BLOCO II - Identificação dos atores coletivos

11. Nome do ator - Esta variável é independente e corresponde ao nome dos atores coletivos organizados que estiveram presentes no evento.

- cada evento deve, necessariamente, possuir ao menos um nome de ator registrado (sem exceção, para que o evento tenha validade).
- registrar o nome de todos os atores informados na notícia. Cada ator deve ser registrado em uma linha diferente.
- o registro de atores deve seguir a ordem de prioridade a seguir:

¹⁹ Optou-se por usar a estimativa de volume, que costuma ser a mais generosa, a dos organizadores.

Ordem de prioridade	Exemplos
1 Sigla (se houver) e nome específico do ator: utilizada quando há informação detalhada sobre o ator	Para “a UNE bloqueou a via”, registrar “UNE (União Nacional dos Estudantes)”; para “manifestantes da União Nacional dos Estudantes” registrar “UNE (União Nacional dos Estudantes)”.
2 Categoria movimento social: utilizada quando não há qualquer informação sobre a sigla e/ou nome do ator na notícia, mas há menções a características de grupos presentes no evento.	Para “estudantes”, registrar “Movimento de estudantes”; para “feministas” registrar “Movimento de mulheres”.
3 Categoria genérica “manifestantes”: utilizada quando não há qualquer menção específica ou caracterização dos participantes do evento.	Para “pessoas se concentraram em frente ao shopping”, registrar “manifestantes”; para “ativistas bloquearam as duas faixas da avenida”, registrar “manifestantes”.

- em caso de notícia com mais de um tipo de informação a respeito do nome dos atores coletivos, deve-se registrar apenas a informação de maior grau de especificação. Por exemplo: para uma notícia que informe que havia em um evento “estudantes” e “ativistas do Movimento Brasil Contra a Corrupção” registrar apenas “Movimento Brasil Contra a Corrupção”.
- em caso de notícia que informe mais de um nome de ator coletivo específico, todos os nomes de atores devem ser registrados. Por exemplo: para uma notícia que informe que havia em um evento “estudantes”, “manifestantes” e ativistas da “Central Única de Trabalhadores” e do “Comitê Popular dos Atingidos pela Copa”, registrar: “Central Única de Trabalhadores” e “Comitê Popular dos Atingidos pela Copa”.

12. Especificação do ator - Esta variável é independente (relacionada à variável 11) e corresponde a informações adicionais ou detalhamentos a respeito dos atores coletivos que estiveram presentes no evento.

- registrar sempre que houver alguma informação adicional que especifique características do ator, como o nome próprio de indivíduo ou subgrupo do grupo principal. Por exemplo: para “Geraldo Alckmin do (PSDB) estava

entre os manifestantes”, registrar: “Geraldo Alckmin” na mesma linha do ator coletivo “Partido da Social Democracia Brasileira”.

- em caso de notícia com mais de uma informação especificando características de um mesmo ator, devem-se registrar todas as informações adicionais. Cada especificação deve ser registrada em uma linha diferente.
- em caso de notícia que não apresente nenhuma informação adicional especificando características dos atores, deve-se registrar SI (sem informação).

13. Formas de organização dos atores - Esta variável é dependente (relacionada à variável 11) e corresponde à forma de organização dos atores coletivos que estiveram presentes no evento. A classificação é fechada (7 categorias) e deve seguir o modelo de classificação abaixo.

- cada ator coletivo deve conter apenas um registro de forma organizacional.

Forma de organização dos atores	Exemplos
Associação civil	ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Anistia Internacional; Justiça Global.
Associação Empresarial	FAMASUL (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) movimento de empresários; movimento de pecuaristas.
Igreja	Assembleia de Deus; COPEA (Conselho de Pastores Evangélicos de Amambai); Marcha para Jesus.
Movimento Social	Movimento Brasil Sem Aborto; movimento de indígenas; Rio Preto Nas Ruas.
Partido Político	DEM (Democratas); Juventude do PT (Partido dos Trabalhadores); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).
Sindicato	CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); Sindicato dos Trabalhadores em Saúde; SIPESP (Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo).

14. Formalização dos atores - Esta variável é dependente (relacionada à variável 11) e corresponde ao grau de formalização dos atores coletivos que estiveram presentes no evento. A classificação é fechada (2 categorias) e deve seguir o modelo de classificação abaixo.

- cada ator coletivo deve conter apenas um registro de formalização.

Formalização dos atores	Descrição
Formal	Agrupamento formalizado e/ou institucionalizado, mencionado pelo nome que o designa Exemplo: Sindicato dos Professores
Informal	Agrupamento reconhecível, mas sem indício de institucionalização. Exemplo: Grupo de pecuaristas

BLOCO III - Identificação das performances políticas

15. Tipos de ação (ação) - Esta variável é independente e corresponde às diferentes formas de agir dos manifestantes durante o evento.

- registrar a forma de ação sempre por meio do verbo da ação no infinitivo. Por exemplo: para “manifestantes abraçaram o prédio do STF”, registrar: “abraçar”; para “indivíduos realizaram um beijaço em frente a Igreja”, registrar: “beijar”; para “ativistas distribuíram panfletos”, registrar: “panfletar”; para “durante o protesto houve troca de xingamentos”, registrar: “xingar”.
- em casos de tipos de ação sem forma verbal clara ou gramaticalmente significativa, deve-se registrar somente a ação em seu modo de substantivo e não de locução verbal. Por exemplo: para “manifestantes fizeram passeata”, registrar: “passeata”; “os operários estão em greve”, registrar: “greve”.
- registrar todas as formas de ação informadas na notícia. Cada ação deve ser registrada em uma linha diferente. Para “Os manifestantes realizaram passeata e depois se concentraram em praça pública”, registrar: “passeata” (verbo 1) e “concentrar” (verbo 2).
- em casos de verbos sinônimos, deve-se registrar o mais geral, conforme o modelo a seguir.

Modelo de registro (verbo)	Exemplos
agredir	ferir, machucar, agredir, atacar (pessoas)
anunciar	mencionar
arremessar	atirar (objetos), tacar (objetos), jogar (objetos), lançar (objetos)
bater	dar (paulada, chute, tapa), bater, estapear
bloquear	fazer (barreira), fechar (via), obstruir (via)
concentrar	ficar (parado em espaço público)
fotografar	tirar (foto), tomar (foto)
incendiar	atear (fogo), queimar
marchar	caminhar, marchar, andar, percorrer (trecho)
ocupar	adentrar (prédios), entrar (prédios), invadir
panfletar	entregar (material gráfico de qualquer natureza)
peticionar	entregar (cartas), colher (assinaturas), coletar (assinaturas), realizar (abaixo-assinado)
pichar	escrever (em muro ou parede), desenhar (em muro ou parede)
quebrar	danificar, quebrar, destruir, romper (cadeados, correntes e etc)
recusar	rejeitar, não aceitar
rezar	orar, oração, rezar, reza
saquear	roubar, saque, saquear

- **Exceção 1:** no caso de verbos reflexivos ou acompanhados de complemento do qual depende seu entendimento, deve-se registrar tanto o verbo quanto o complemento

Modelo de registro (exceções)	Exemplos
despir-se	tirar a própria roupa
sentar-se	sentar
tirar selfie	tirar selfie
lançar rojões	disparar (rojões), lançar, soltar (rojões)

- **Exceção 2:** registrar como substantivos as formas de ação que configuram performances políticas já consagradas na literatura: greve, assembleia, barricada e passeata

Modelo de registro (exceções)	Exemplos
assembleia	realizar (assembleia)
barricada	montar (barricada), realizar (barricada)
greve	fazer (greve), estar em (greve), entrar em (greve)
passeata	fazer (passeata), sair (em passeata), iniciar (passeata)

- em caso de menção a tentativa de ação, deve-se registrar apenas a ação, sem menção à tentativa. Por exemplo: para “houve a tentativa de saque”, registrar: “saquear”.
- em caso de menção a verbo que indique movimento, deve-se registrar apenas o verbo sem a referência do local de deslocamento. Por exemplo: para “os manifestantes marcharam para o Largo da Carioca”, registrar: “marchar”.
- em caso de verbos que indicam ausência de movimento, deve-se registrar sempre “concentrar”.
- em caso de notícia sem menção às formas específicas de ação dos manifestantes ou com apenas menção genérica, como “manifestar” e “protestar”, deve-se registrar: “concentrar”

16. Tipos de ação (objeto) - Esta variável é dependente (relacionada à variável 15) e corresponde aos objetos que são alvo da ação dos manifestantes em suas formas de agir no evento. Podem ser objetos da ação: indivíduos, objetos e espaços físicos públicos e/ou privados.

- registrar o objeto sempre que estiver presente na notícia, acompanhando uma ação realizada durante o evento. Por exemplo: para “manifestantes bloquearam a via pública”, registrar: “bloquear” (ação) e “via pública” (objeto).
- em caso de ações que visem mais de um objeto, devem-se registrar todos os objetos da ação. Cada objeto deve ser registrado em uma linha diferente, correspondente a seu respectivo verbo (ação). Por exemplo, para “Os manifestantes bloquearam a praça da Matriz e a rua Duque de Caxias”, registrar: “bloquear” (ação) “Praça da Matriz” (objeto 1) e “Rua Duque de Caxias” (objeto 2).
- em caso de notícia que não faça qualquer menção aos objetos da ação ou faça menção a ações que não pedem complemento, registrar: SI (sem informação).

17. Tipos de ação (instrumento) - Esta variável é dependente (relacionada à variável 15) e corresponde aos instrumentos utilizados pelos manifestantes em suas formas de agir no evento.

- registrar o instrumento sempre que houver uma ação caracterizada por verbo, objeto e instrumento. Por exemplo: para “manifestantes arre-

messaram flores para os policiais”, registrar: “arremessar” (ação) “flores” (instrumento) “policiais” (objeto).

- registrar o instrumento sempre com o termo mais geral e no plural e especificar entre parênteses outras características, quando houver informação. Por exemplo: bombas (caseiras).
- em caso de ações que correspondam a mais de um tipo de instrumento, devem-se registrar todos os tipos de instrumentos utilizados. Cada instrumento deve ser registrado em uma linha diferente, correspondente a seu respectivo verbo (ação). Por exemplo: para “Manifestantes atiraram paus e pedras nos policiais”, registrar: “arremessar” (verbo-ação 1) “paus” (instrumento 1) “policiais” (objeto 1) “arremessar” (verbo-ação 2) “pedras” (instrumento 2) “policiais” (objeto 2).

Modelo de registro (verbo)	Modelo de registro (instrumento)	Exemplos
arremessar	pedras	apedrejar
arremessar	bombas e bombas caseiras	bombardear, jogar bombas caseiras
arremessar	coquetéis molotov	atirar coquetel molotov
arremessar	flores	arremessaram rosas

- em caso de notícia que não faça qualquer menção aos instrumentos de ação utilizados no evento, deve-se registrar: SI (sem informação).

BLOCO IV - Identificação de temáticas

18. Temas - Esta variável é independente e corresponde aos temas apresentados pelos manifestantes no evento.

- registrar todos os temas informados na notícia, respeitando as normas gramaticais da língua portuguesa.
- registrar TODAS as referências a temas presentes na notícia. Iniciar em letra maiúscula, e, em seguida, especificar entre parênteses, quando houver informação. Cada tema deve ser registrado em uma linha diferente. Por exemplo: para “os manifestantes protestavam contra a Pec-37 e o aborto”, registrar: “PEC-37 (corrupção)” (tema 1) e “aborto” (tema 2). Cada tema deve ser registrado em uma linha diferente
- em caso de notícia que não faça qualquer menção aos temas mobilizados no evento, deve-se registrar: SI (sem informação).

19. Slogans - Esta variável é independente e corresponde aos slogans mobilizados pelos manifestantes no evento.

- registrar todos os slogans informados na notícia, respeitando a grafia utilizada pelos manifestantes, mesmo quando houver erro gramatical
- registrar as sentenças sempre iniciando com letra maiúscula e adotando o ponto de exclamação ao seu final, com a exceção dos casos nos quais o slogan é uma pergunta, nesses casos deve-se adotar o ponto de interrogação. Por exemplo: para “o manifestantes gritavam ‘Mãos ao alto, 3,20 é um assalto”, registrar: “Mãos ao alto, 3,20 é um assalto!”, e para “o manifestantes gritavam: ‘Ora, ora, ora, cadê a Dilma agora?’”, registrar: “Ora, ora, ora, cadê a Dilma agora?”. Quando o slogan for escrito em cartazes ou bandeiras, como “#jesuisMoro”, registrar “jesuisMoro!”.
- em caso de notícia que não faça qualquer menção a slogans mobilizados no evento, deve-se registrar: SI (sem informação).

BLOCO V - Respostas das autoridades e interação entre manifestantes

20. Presença de conflito - Esta variável é independente e corresponde à presença ou ausência de conflito no evento. A classificação é fechada (2 categorias) e deve seguir o modelo de classificação apresentado abaixo.

FALSE	Quando NÃO houve conflito
TRUE	Quando HOUVE conflito

- Em caso de notícia sem menção a conflitos, registrar: FALSE²⁰.

21. Presença de conflito com forças de segurança pública - Esta variável é dependente (relacionada à variável 20) e especifica se o conflito informado na variável 20, ocorreu ou não entre manifestantes e a polícia ou outras forças de segurança pública. A classificação é fechada (2 categorias) e deve seguir o modelo de classificação apresentado abaixo.

FALSE	Quando NÃO houve conflito entre manifestantes e forças de segurança
TRUE	Quando HOUVE conflito entre manifestantes e forças de segurança

²⁰ Supõe-se aqui que conflitos são sobrenoticiados pela imprensa e que a ausência de registro na notícia indicava a ausência de conflito de fato.

- Em caso de notícia sem menção a conflitos, registrar: FALSE²¹.

22. Presença de conflito entre manifestantes - Esta variável é dependente (relacionada à variável 20) e especifica se conflito informado na variável 20 se ocorreu ou não entre diferentes manifestantes. A classificação é fechada (2 categorias) e deve seguir o modelo de classificação apresentado abaixo.

FALSE	Quando NÃO houve conflito entre manifestantes
TRUE	Quando HOUVE conflito entre manifestantes

O material empírico coletado por meio do Protocolo BEP se presta a múltiplas possibilidades analíticas. Além da análise de cada variável em si, vários cruzamentos são possíveis, a depender das hipóteses a serem testadas. Também são possíveis agregações de duas ou mais variáveis interconectadas, produzindo macrovariáveis. No curso desta pesquisa e, privilegiaram-se as agregações por tipos de performances políticas (ação disruptiva; bloqueio; expressão verbal ou simbólica; greve; marcha ou manifestação; ocupação), localização preferencial (igrejas; instituições de ensino; Instituições políticas; lojas ou bancos; praças ou ruas; rodovias) e macrotemas (mídia; moralidade privada; moralidade pública; políticas públicas; relações capital/trabalho; terra urbana, rural ou florestal; tributação; segurança pública; violência política). Outras combinações de categorias e adição de novas são possíveis, a depender dos interesses analíticos específicos dos pesquisadores, dada a flexibilidade da AEP.

DESCOBRIMENTOS E AGENDA

A AEP vem se mostrando um método poderoso de levantamento de manifestações coletivas pelo mundo afora. Sua aplicação a distintos casos tem gerado uma literatura abundante. No Brasil, o campo de estudos de movimentos sociais demorou a adotá-la, mas é visível sua disseminação, especialmente nos últimos cinco anos. A publicação deste Protocolo visa fortalecer este campo e prevenir usos imprecisos e equivocados da técnica, oferecendo um guia de procedimentos para sua aplicação.

Ao organizar o BEP, esta equipe viu-se várias vezes diante do trade-off: mais generalização e perda de detalhe ou aumento de detalhamento e perda de generalização. Outros problemas extrapolam o caso brasileiro. Uma dificuldade analítica

²¹ Supõe-se aqui que conflitos são sobrenoticiados pela imprensa e que a ausência de registro na notícia indicava a ausência de conflito de fato.

é demarcar onde começam e onde terminam episódios de confronto, como as campanhas, greves e ocupações, que podem durar meses ou mesmo anos. Outra é lidar com unidades analíticas maiores que eventos, mas menores do que ciclos de confronto - uma frente pouco desenvolvida na literatura. Soma-se o desafio de traduzir conceitos mais abstratos, como ciclo de confronto, em variáveis empíricas.

A análise, de outro lado, nem sempre pode avançar no passo das indagações teóricas dos pesquisadores, sujeita que está à natureza da informação disponível. Lacunas obrigam a redefinir estratégias - no BEP foi preciso excluir variáveis previstas, mas de preenchimento inviável. E há o desafio de manter a consistência metodológica frente a variações de tipo, disponibilidade e qualidade de fontes ao longo do tempo. Isto vale para o passado distante, como para as últimas décadas: os jornais digitais e as plataformas de mídia social contém informações heterogêneas e distintas da mídia impressa. A criação de protocolos padronizados é um passo relevante, mas não dissolve o problema de lidar com uma diversidade de fontes.

Além de dificuldades, há oportunidades. Uma delas emerge do uso da Inteligência Artificial (IA) para coleta e análise de dados. Antes morosos e dependentes de codificadores bem treinados, mas sujeitos a erro, os processos de alimentação e checagem de bancos de dados de protesto são agora eficientes e rápidos. Ferramentas de processamento de linguagem natural raspam grandes volumes de notícias, identificam eventos e mesmo procedem à alimentação de variáveis de modo semi-automático. Nesse sentido, as IAs vieram para ficar na pesquisa sobre protestos.

A IA é um óbvio facilitador para casos como o brasileiro, que ainda carece de séries longas de dados sobre protestos. Seu uso proverá séries de AEP de amplo escopo temporal e geográfico, passo fundamental para a identificação de padrões e produção de comparações. A produção de grandes bancos de eventos de protesto permitirá identificar conjunturas políticas de emergência, continuidade ou de mudança de agendas, atores coletivos e performances políticas na história brasileira. Também facilitará a comparação de nosso caso com outros casos e a investigação de hipóteses de grande escopo, como a do caráter ocidental do repertório de confronto, como postulou Tilly.

Contudo, a IA não é uma panaceia. A demarcação da amostra e os critérios de codificação dependem de um bom desenho de pesquisa, que, por sua vez, depende da experiência e da destreza analítica de um pesquisador teoricamente informado. O mesmo vale para a interpretação de resultados, exercício hermenêutico longe de automatizável. A simples adoção de IAs, sem controles teóricos e metodológicos,

apenas repõe os riscos da coleta manual: os vieses de seleção e triagem de dados e a dificuldade de quantificar dimensões qualitativas complexas.

Bem empregada, a AEP fornece uma base metodológica sólida e, ao mesmo tempo, flexível, para investigar e comparar protestos em diferentes períodos e países. O acúmulo de dados confiáveis permitirá testar hipóteses sobre as transformações na política de rua no Brasil — e mesmo no mundo — que circulam na sociologia política ainda sem lastro empírico

Esta publicação almeja contribuir para esta agenda. O Protocolo BEP é o resultado de um esforço coletivo, extenso e dinâmico. Espera-se que sirva de auxílio a outros pesquisadores na construção de seus próprios bancos de eventos de protesto e inspire novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, v. 76, p. 49-86, 2009.
- _____. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. A política das ruas: protesto em São Paulo de Dilma a Temer. *Revista Novos Estudos*: São Paulo, Especial, p. 49-58, jun. 2017.
- _____. A comunidade moral bolsonarista. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Companhia das Letras, 2019.
- _____. A pesquisa sobre protestos. In: FIORE, Mauricio & DOLHNIKOFF. *Mosaico de olhares. Pesquisa e futuro no cinquentenário do Cebrap*. Edições SESC, 2021.
- _____. *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*. Companhia das Letras, 2023.
- ALONSO, Angela & COSTA, Valeriano. *Mobilizações Ambientais no Brasil (1994-2001)*. Relatório de Pesquisa para The William and Flora Hewlett Foundation, Cebrap, 2003.
- BARIFOUSE, Rafael Barbosa. *A ameaça da ideologia de gênero: movimentos e contramovimento em torno de direitos reprodutivos e sexuais no Brasil do fim do governo Lula à eleição de Jair Bolsonaro (2009-2018)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- BENFORD, Robert D. & SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 2000, Vol. 26:611-639.
- BICUDO, Marcus Vinícius G. C. de Campos. *Migrações internacionais, associativismo e protesto: a Marcha dos Imigrantes e Refugiados de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).

- CASTRO, Paulo Silva de. *Violência política no Brasil contemporâneo: da disputa presidencial de 2022 ao 8 de janeiro de 2023*. Iniciação Científica (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- _____. *Conflitos ambientais e ações coletivas no Brasil contemporâneo (2019-2022)*. Iniciação Científica (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).
- EARL, Jennifer; MARTIN, Andrew; McCARTHY, John; SOULE, Sarah. The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 65-80, 2004.
- FILLIEULE, Olivier; JIMÉNEZ, Manuel. Appendix A: the methodology of protest event analysis and the media politics of reporting environmental protest events. *Environmental protest in Western Europe*. Oxford University Press: Oxford, p. 258-279, 2003.
- FONT, Mauricio. *Planters and the State: The Pursuit of Hegemony in São Paulo, Brazil, 1889-1930*. Tese de doutoramento, University of Michigan, 1983.
- FRANZOSI, Roberto. *From words to numbers: Narrative, data, and social science*. Cambridge University Press, 2004.
- FREITAS, Veronica Tavares de. “*Meu partido é o Brasil*”: a ascensão do movimento pela intervenção militar nos protestos brasileiros (2011-2019). 2023. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- MACIEL, Débora Alves; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Flows of protest control in São Paulo (2013-2014). *Novos estudos CEBRAP*, v. 40, n. 2, p. 227-241, 2021.
- MARTINS, Gabriela Pereira. *Entre a espada e a coroa: abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-1889)*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press: Cambridge, 2001.
- PAULO, Clarissa Lima de. *Deus no céu e nós na terra: Um estudo das manifestações de rua religiosas em São Paulo*. Iniciação Científica (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (no prelo).
- REZENDE, Patricia Jimenez. *Confrontos pela “vida”:* mobilizações antiaberto no Brasil contemporâneo. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

- _____. “Sexualidade e reprodução nas ruas”: o confronto político em torno do aborto no Brasil (2007-2012). Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, (no prelo).
- ROOTES, Christopher (Ed.). *Environmental protest in western Europe*. Oxford: Oxford UP, 2003.
- SALGADO, Maria Mercedes. *Recrutamento em movimentos de alto risco: o caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) da Nicarágua*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SENADO FEDERAL. *ESTATUTO DA CIDADE*, 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- SILVA, Jéssica Höring da. *(Re)construindo a nova ordem: o processo constitucional angolano (1998-2010)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- _____. *Trajetórias de engajamento em movimentos de alto risco: duas gerações de ativistas da UNITA*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, (no prelo).
- SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Dinâmicas da ação coletiva: análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: *XXVIII Congresso Internacional da ALAS*. 2011. p. 6-11.
- SOUZA, Rafael de. *Cenários de protesto: Mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SOUZA, Rafael de. A batalha política pela cidade: rupturas e continuidades nos trajetos de protestos em junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 128-152, 2020.
- SOUZA, Rafael de; REZENDE, Patricia; SENDRETTI, Lilian. As Estratégias de Mobilização de uma Coalizão Anti-Negacionista durante a Pandemia de COVID-19 no Brasil. In: Tiago Hyra Rodrigues, Eduardo Georjão Fernandes, Marcelo Kunrath Silva. (Org.). *Ações Coletivas no Espaço Público*. 1ed, São Paulo, 2024.
- SOUZA, Viviane Brito de. *O campo patriota antes da “nova direita”*: o caso do Revoltados Online. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- TARROW, Sidney G. *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge University Press, 2011.
- TATAGIBA, Luciana & GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978.
- _____. *Regimes and Repertoires*. University of Chicago Press: Chicago, 2006.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. *Contentious politics*. Oxford University Press, 2015.
- VAN DYKE, Nella; SOULE, Sarah; TAYLOR, Verta. The targets of social movements: beyond a focus on the State. *Authority in Contention*, v. 25, p. 27-51, 2004.

O mercado de idiomas: distinções e disputas pelo “global”

The language learning market: distinctions and disputes for “globality”

Allana Meirelles^a, Mariana Rudge Bortoli^b

Resumo Este artigo buscou desenhar o espaço do ensino de idiomas, a partir do recorte da cidade de São Paulo e de iniciativas na *Internet*, enfatizando as disputas entre dois principais polos: o sistema de educação formal e os meios informais de aprendizado, ligados a plataformas digitais e canais no *YouTube*. Com base em perspectiva teórico-metodológica bourdieusiana, foram coletados dados sobre o perfil das escolas e realizada uma Análise de Correspondências Múltiplas. A partir da concorrência em torno dos meios legítimos e eficazes para a obtenção da competência linguística – condição necessária à internacionalização –, teve-se como objetivo refletir sobre as lutas que envolvem os processos de transnacionalização. Observou-se que, além da competição pela sobrevivência no mercado de idiomas, as instituições de ensino concorrem em termos de legitimidade e eficácia, por meio de diversas estratégias como o tipo de diploma oferecido, a aplicação de testes de proficiência, o reconhecimento de órgãos governamentais, a quantidade de idiomas ensinados, entre outras.

Palavras-chave Transnacionalização. Distinção social. Capital linguístico. Capital cultural. Ensino de idiomas.

Abstract This article sought to outline the language learning space, based on the city of São Paulo and initiatives on the Internet, emphasizing the disputes between two main poles: the formal education system and informal learning means, linked to digital platforms and YouTube channels. From a Bourdieusian theoretical-methodological perspective, data was collected on the profile of the schools and a Multiple Correspondence Analysis was carried out. Based on the competition over the legitimate and effective means of obtaining linguistic competence – a necessary condition for internationalization – the aim was to reflect on the struggles surrounding the processes of transnationalization. In addition to the competition for survival in the language market, educational institutions compete in terms of legitimacy and effectiveness, through several strategies such as

a Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: allana.meirelles@unesp.br

b Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: m.bortoli@unesp.br



the type of diploma offered, the application of proficiency tests, the recognition by government entities, the number of languages taught, among others.

Keywords *Transnationalization. Social distinction. Linguistic capital. Cultural capital. Language learning.*

O termo “global” e seus derivados, como “globalização”, tornaram-se palavras de ordem (Sapiro, 2019), a partir da expansão da ideologia neoliberal e suas demandas por abertura de mercado; circulação de produtos, pessoas, ideias e capitais; consolidação e multiplicação das empresas multinacionais e, portanto, formação de um campo econômico mundial (Bourdieu, 2006, p. 312). A ideia do “global” passou a moldar discursos, disputas simbólicas, práticas e concorrências por posições. Não são raras, por exemplo, as propagandas de escolas enunciando o foco na formação do “cidadão global” e os anúncios pela *Internet* prometendo meios mais fáceis de aprender e desenvolver um novo idioma, principalmente o inglês.

Como afirma Casanova (2002, p. 60), o termo “globalização” tem um efeito “neutralizador”, “pacificador”, como se fosse “possível pensar a totalidade como a generalização de um mesmo modelo aplicável em toda parte”. Há, ao contrário, relações de concorrência e desigualdade. O termo “transnacionalização”, por outro lado, enfatiza o caráter hierárquico e conflituoso do processo (Swaan, 2022), demonstrando, aliás, que ele inclui e extrapola as rivalidades nacionais (Casanova, 2002, p. 57), opondo-se até à própria ideia de Estado-nação (Swaan, 2022)¹.

Dante desses processos, a escola, instrumento central da força simbólica do Estado (Bourdieu, 2014), configura-se como a instituição fundamental nas lutas por legitimação e pela definição dos critérios de hierarquização não apenas internamente às nações, mas também nas concorrências transnacionais. Com a constituição de organizações internacionais, como a Unesco, e com as elites locais circulando internacionalmente, “a importação de modelos escolares e profissionais estrangeiros participa dessas trocas culturais desiguais” entre países centrais e periféricos (Sapiro, 2019). Mais ainda, com a “globalização do mercado de diplomas”, as instituições de ensino bem como os agentes (das elites e classes médias) passam a disputar o valor da internacionalização²: competem em *rankings* internacionais,

1 Sobre a relação entre internacionalização e formação do Estado-nação moderno, ver Sapiro, 2019.

2 Embora, em geral, os dominantes em um campo ou espaço social sejam aqueles que se situam nos polos mais internacionalizados, a internacionalização nem sempre se comporta como um trunfo, já que depende de fatores como a hierarquia dos países, as razões e condições da migração e/ou investimento (Sapiro, 2019; Bozouls, 2022).

buscam estabelecer redes fora das fronteiras nacionais, apresentam-se como abertos à diversidade (Michetti, 2022).

Para além das instituições formais de educação, os meios de comunicação e a *Internet* também ocupam um papel importante nessas circulações. Na sociedade transnacional, hiperconectada, difunde-se uma “cultura jovem” ou “pop”, mundializada e compartilhada através dos meios de massa (rádio e televisão) e da *Internet* (Swaan, 2022; Mira; Bertoncelo, 2019; Ortiz, 2008). Uma cultura excludente, pois “apenas os ricos dos países ricos e os mais ricos dos países pobres estão na primeira fila” (Swaan, 2022, p. 74, tradução própria). Mais ainda, bastante vinculada ao domínio do econômico, diante do poder da indústria cultural dos Estados Unidos, que lhe permite “universalizar” suas produções “(...) com base na familiaridade com a cultura hollywoodiana” (Casanova, 2002, p. 211). Assim, sistemas de educação e mídia rivalizam – e, por vezes, cooperam – na definição dos modelos dominantes de cultura.

Um elemento central de todas essas disputas é a língua (Bourdieu, 2014), já que unifica uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, dá acesso e prestígio na sociedade transnacional. Com a globalização, o inglês desponta como idioma cada vez mais difundido e desterritorializado, sendo mais utilizado ao redor do mundo como segunda língua do que como primeira, o que o torna global, mas não – como por vezes busca-se fazer crer – universal (Ortiz, 2008, p. 192). As explicações que rondam tal fenômeno vão desde a afirmação de certa superioridade interna do idioma – posto que mais “fácil”, “funcional”, “flexível” e, portanto, mais adaptado ao mundo industrial e globalizado – até o argumento acerca do imperialismo e colonialismo dos países anglo-saxões (Ortiz, 2008). Ortiz, por outro lado, critica e aponta os limites de tais perspectivas, trazendo a ideia de um “mercado de bens linguísticos”, o que coloca ênfase nas disputas e relações de força sociais (Ortiz, 2008). Nesse sentido, frisa-se como o inglês passou a ocupar no contexto mundial a posição de idioma hipercentral (Swaan, 2022), mas, mais ainda, como ele se expande e produz segregações (Ortiz, 2008). O autor destaca que a prática do idioma “como meio de comunicação, afirmação de prestígio ou expressão literária, reforça a existência do padrão” e reitera sua autoridade, à revelia dos agentes que precisam se valer dele para melhorar sua posição nesse mercado (Ortiz, 2008, p. 83).

Nesse sentido, o predomínio do inglês no campo científico e dos Estados Unidos no contexto mundial relaciona-se com a definição das elites dirigentes nacionais, dos dominantes e dominados em campos específicos; com a institucionalização de determinadas áreas, como economia e ciência política (Fray, Lebaron, 2022; Loureiro, 1997; Klüger, 2017; Miceli, 1995); com os fluxos de tradução de

obras literárias e as circulações no mercado editorial (Bourdieu, 1999; Casanova, 2016), para citar alguns exemplos. Mas, além do domínio contemporâneo do inglês, historicamente o francês teve importância na formação intelectual de vários países, como o Brasil (Miceli, 2001, 1995); e, no início do século XXI, a difusão do espanhol passou a receber grandes incentivos no país (mas também nos Estados Unidos) (Cassiano, 2014).

No Brasil, a composição das elites dirigentes e intelectuais sempre esteve, aliás, vinculada à circulação internacional (Carlotto, 2018; Loureiro, 1997; Miceli, 2001). Até a década de 1960, predominavam os “herdeiros”, que se valiam de recursos familiares para as viagens e os estudos na Europa, retornavam ao país e ocupavam os mais altos postos de poder (Carlotto, 2018) ou detinham o prestígio intelectual (Miceli, 2001). Posteriormente, passaram a dominar os investimentos estrangeiros – de fundações como a Ford e a FLACSO – e nacionais – como as bolsas da Capes e do CNPq –, possibilitando a realização de estudos no exterior por parte de uma nova geração de estudantes, não necessariamente despossuídos (Carlotto, 2018, p. 83). No século XXI, concorrem com as bolsas federais ou contribuem para o acesso a elas, investimentos familiares em cursos de inglês pré-universitários, graduações integrais, especializações e MBAs ou mestrados no exterior, especialmente nos Estados Unidos (Carlotto, 2018). Também as instituições de educação básica passam a seguir as exigências de internacionalização (mesmo que ainda de forma minoritária e restrita): escolas transnacionais criam sedes no Brasil e colégios tradicionais adotam a perspectiva do “cidadão global”, aderindo aos currículos bilíngues (Michetti, 2022).

Tendo as questões acima em consideração, este artigo se propõe a investigar as instituições de ensino de idiomas, analisando suas diferenças e disputas, sobretudo no que concerne à oposição entre o sistema de educação formal e os meios informais, ligados a aplicativos, cursos e canais na *Internet*. O objetivo do artigo é, portanto, traçar as posições no espaço do ensino de idiomas, a partir do recorte da cidade de São Paulo e suas conexões com a dita “sociedade transnacional”. A partir da análise de 56 instituições nacionais, internacionais e transnacionais, pretende-se: 1) pensar as relações de distinção entre elas, delimitando os polos que compõem esse espaço; 2) refletir sobre as relações das instituições com os idiomas estrangeiros enquanto possíveis trunfos. Além da competição pela sobrevivência no mercado de idiomas, tais instituições concorrem em termos de legitimidade e eficácia, por meio de diversas estratégias como o tipo de diploma oferecido, a aplicação de testes de proficiência, o reconhecimento de órgãos governamentais, a quantidade de idiomas ensinados etc.

O ESPAÇO DO ENSINO DE IDIOMAS

O corpus de análise do trabalho abrange tanto escolas geograficamente ancoreadas, localizadas na cidade de São Paulo, quanto instituições e agentes que atuam na *Internet*. Foram selecionadas 56 instituições, incluindo escolas regulares (18 no total), escolas de idiomas (11 no total), aplicativos de idioma (7 no total), cursos *online* (11 no total) e canais do *YouTube* (9 no total). Considerando as diferenças implicadas no fato de parte dos casos estarem geograficamente localizada e parte baseada na *Internet*, os critérios de seleção variaram entre uns e outros. Entre os primeiros, foram selecionadas as escolas com sede e/ou filiais na cidade de São Paulo³. Entre os segundos, considerou-se tanto canais de brasileiros quanto de agentes transnacionalizados. Em ambos, buscou-se não apenas agentes e escolas centrados no ensino do inglês, mas também foram incorporadas as instituições dedicadas ao espanhol, francês, italiano, alemão, árabe, coreano, japonês e mandarim – idiomas considerados supercentrais por Swaan (2001, 2022). O critério da antiguidade também prevaleceu na seleção de todos os casos. Por fim, considerando a multiplicação de agentes na *Internet*, foram ainda levados em conta: 1) o volume de usuários ou inscritos, para os canais e cursos (mais de 250 mil inscritos); a quantidade de downloads nas lojas de aplicativo (+1 milhão de downloads), para os apps; 2) o enfoque no aprendizado do idioma, excluindo tanto canais dedicados ao estilo de vida e a temas ligados à migração quanto aplicativos restritos ao reconhecimento de fala ou à tradução de textos. A seleção dos casos estudados foi reforçada pela observação das interações e citações (recomendações ou ataques) entre si feitas na *Internet* pelos agentes e instituições estudados, principalmente nos canais do *YouTube*.

Tais critérios levaram a um *corpus* heterogêneo, de modo que há instituições formais e informais de ensino; escolas regulares e de idiomas tanto nacionais quanto internacionais e transnacionais; canais e cursos com professores nativos e não nativos, com e sem formação específica; bem como instituições mais e menos comerciais. Dentre as escolas regulares, tem-se aquelas que oferecem apenas o Ensino Fundamental (*High Line School*) e as que oferecem o Ensino Médio. As escolas que possuem o inglês como língua base são 11, incluindo a *MZ School* que se denomina trilíngue. No alemão, tem-se 3 (*Colégio Visconde de Porto Seguro*, *Colégio Humboldt* e *Escola Suiço-Brasileira de São Paulo*); italiano, 2 (*Colégio Dante Alighieri* e *Scuola Italiana Eugenio Montale*); árabe, 1 (*Escola Islâmica*

3 A escolha da cidade se deu por sua concentração de imigrantes, instituições internacionais e relevância econômica.

Brasileira); e francês, 1 (Lycée Pasteur). Dentre as escolas de idiomas, as que oferecem inglês como língua principal são 5 (CCAA, *Cultura Inglesa*, *Fisk*, *Wise Up e Wizard*); e as outras se dividem entre: espanhol (*Instituto Cervantes*), italiano (*Istituto Italiano di Cultura* e *Instituto Leonardo Da Vinci*), alemão (*Goethe Institut*), francês (*Aliança Francesa*) e japonês (*Aliança Cultural Brasil-Japão*). Os aplicativos, canais e cursos online são multilíngues (exceto *Carina Fragozo*, *Cintya Sabino*, *Mairo Vergara – Canal e curso*, *SmallAdvantages*, *Fluency Academy*, que oferecem apenas o inglês; *Francês com Mademoiselle* e *Francês com Nativos*, dedicados ao francês; *Pula Muralha - Clube de Chinês*, exclusivo de mandarim; e *Instituto Kyoto*, multilíngue de línguas asiáticas). Essa heterogeneidade permitiu a observação das distinções e relações de força que operam nesse mercado do ensino de idiomas.

Foram coletados dados como ano de fundação; tipo de currículo aplicado; realização ou não de exames internacionais; custo mensal e tipo de contrato; frequência semanal de dedicação e duração do curso; presença e tipo de professor; recursos de aprendizagem mobilizados (como materiais próprios, atividades culturais, atividades de imersão, aplicativos próprios); quantidade de idiomas oferecidos e presença ou não do inglês; tipos de público-alvo; outras unidades no Brasil e em outros países do mundo; tipos de ensino e instituição. As informações foram levantadas nos sites oficiais das instituições ou plataformas de venda, perfil das empresas no LinkedIn, notícias de jornais, blogs ou fóruns na *Internet* e vídeos no *YouTube*, estando a maior parte delas amplamente divulgadas. As informações que não puderam ser encontradas publicamente⁴ foram levantadas por meio do contato (por telefone ou e-mail) com as escolas.

É interessante notar como as omissões e explicitações de certos elementos nos sites oficiais das instituições formais e informais revelavam, já de antemão, dados sociológicos significativos. Havia, por exemplo, instituições cujo perfil dos professores (nativos ou não nativos) era explícito e facilmente identificável e instituições cuja informação não estava disponível. O destaque a esse dado ligava-se de certa maneira à tentativa de obtenção de legitimidade e atração de público, enquanto as escolas mais bem posicionadas no espaço prescindiam de tal estratégia de marketing, uma vez que o enfoque se dava não no ensino do idioma, mas no ensino através do idioma, como será melhor analisado adiante. Além disso, o idioma dos sites das escolas (apenas português; apenas inglês; português e mais línguas) e

⁴ Em alguns casos, o preço, o tipo de professor, o tempo de aula e a duração do curso, o tipo de curso e de contrato bem como a oferta de exames internacionais só puderam ser verificados pelo contato direto com as escolas.

as possibilidades de tradução dos mesmos (site com versões em várias línguas; site com tradução disponível via Google Tradutor; site sem opção de tradução do português para o inglês ou do inglês para o português) já indicavam essas distinções ligadas ao “aprender a língua” e o “aprender com a língua”⁵.

Para sistematização dos dados, descrição e análise do espaço, seus polos e distinções internas, foi utilizada a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) (Gráficos 1 e 2).



Gráfico 1. Casos em escala de contribuição. Fonte: Gerado pela autora com o auxílio da ferramenta SPAD.

⁵ É interessante pontuar também que, na maioria das escolas internacionais, obteve-se acesso mais fácil às informações na versão estrangeira do site.

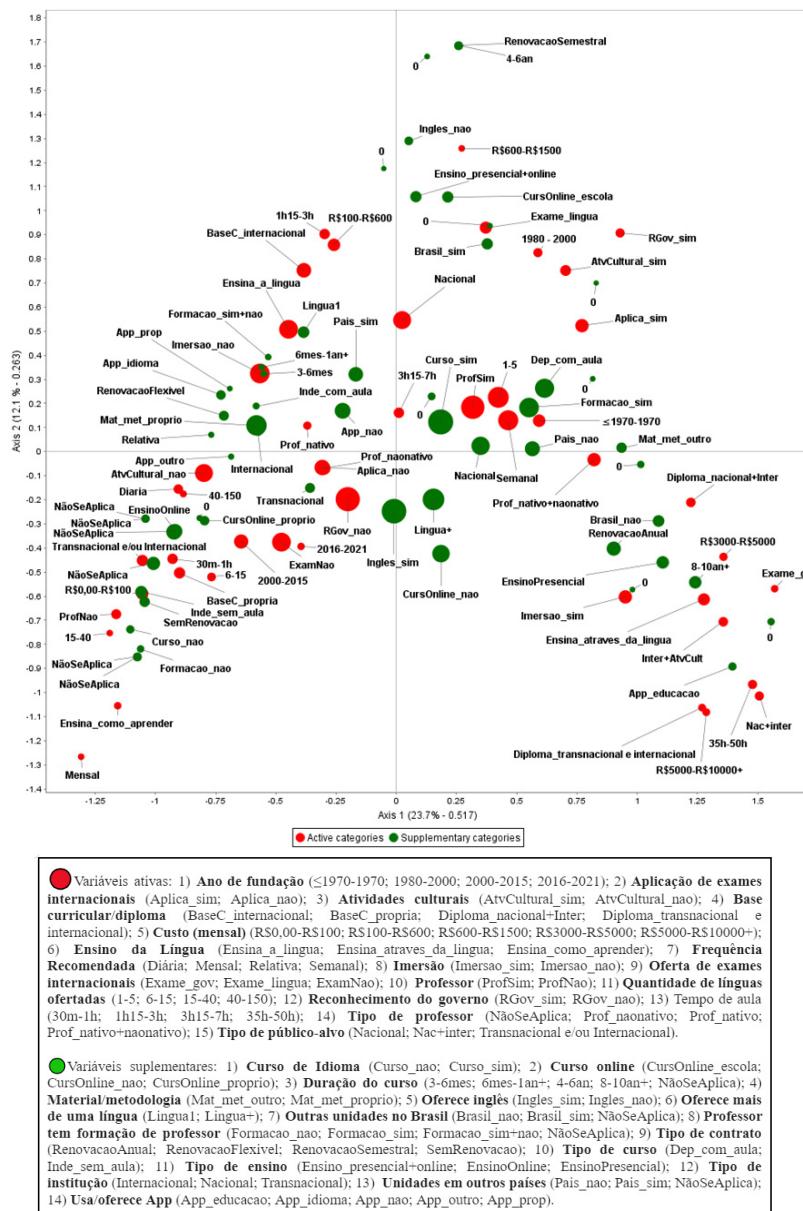


Gráfico 2. Variáveis ativas e suplementares, em escala de peso. Fonte: Gerado pela autora com o auxílio da ferramenta SPAD.

Ao analisar os gráficos, observa-se uma clara polarização entre espaços informais e formais no Eixo 1, indicando, portanto, as diferenças em termos de grau de institucionalização (menor do lado esquerdo e maior do lado direito). Pode-se dizer que a oposição principal se dá entre o sistema formal de ensino *versus* as empresas e/ou agentes vinculados principalmente a plataformas digitais e/ou indústria cultural. O segundo eixo representa uma oposição entre um polo mais nacionalizado e outro mais transnacionalizado. Além disso, ilustra diferentes relações com a transnacionalidade entre os espaços formais e informais: enquanto

o público-alvo das instituições informais é internacional, já que esses canais ou aplicativos possuem uma presença 100% online e estão presentes em muitos países, o público transnacional do lado formal se refere aos imigrantes ou filhos de imigrantes que moram no Brasil. Também há uma oposição em termos geracionais: as escolas regulares abrangem um público muito jovem – bebês, crianças e adolescentes; o polo informal abarca jovens e adultos.

LEGITIMIDADE PARA POUCOS: O SISTEMA FORMAL E PRIVADO DE ENSINO

O polo formal de ensino – composto tanto por escolas de idioma quanto por escolas regulares – é majoritariamente constituído por instituições de formação, no sentido amplo da palavra, voltadas não apenas à transmissão do capital linguístico ou das disciplinas acadêmicas, mas também ao desenvolvimento de disposições, formas de ver e classificar, gostos e práticas, perspectivas de cidadania e nacionalidade, sentimentos de pertencimento e/ou exclusão. Por isso, possuem problemáticas que vão além do trunfo linguístico, preocupação principal deste trabalho, e que não serão analisadas aqui. Distinguem-se, nesse subespaço, três hierarquias principais: 1) as escolas de idioma nacionais e internacionais – mais dominadas; 2) as escolas bilíngues – intermediárias; 3) as escolas internacionais, transnacionais e nacionais internacionalizadas – dominantes⁶.

As distinções se devem a vários fatores, a começar pelo custo: a média mensal varia de R\$ 500,00 (escolas de idioma), passando por R\$ 2.000,00 (escolas regulares nacionalizadas) até R\$ 5.000,00, R\$ 10.000 ou mais (entre as escolas internacionais). Em termos econômicos, clivagens internas às instituições emergem no acesso a cursos extracurriculares, ensino integral bem como passeios e viagens, intercâmbios e exigências de aparelhos tecnológicos de preço elevado⁷, que se somam aos custos anteriores. Outra diferenciação marcante entre as escolas é o enfoque no ensino do idioma ou o seu papel enquanto meio para o aprendizado geral, com práticas de imersão na língua e na cultura estrangeiras (escolas bilíngues e internacionais/transnacionais). No que diz respeito ao tempo de exposição do aluno ao idioma e à duração do curso, eles crescem quanto mais dominantes

6 O trabalho de Michetti (2022), centrado no mercado de educação bilíngue e internacional da cidade de São Paulo, chega a uma distinção próxima, mas mais detalhada no topo da hierarquia. Michetti se concentra na fração que, neste artigo, é a mais elevada, não incluindo escolas de idioma, aplicativos ou canais. Assim, consegue visualizar a distinção (indo da mais a menos dominante) entre as escolas internacionais, as escolas brasileiras com currículo internacional, as escolas bilíngues e as escolas com programas bilíngues.

7 Há, inclusive, parcerias entre escolas e empresas de tecnologia, como a *Apple (Avenues School, Pueri Domus, Colégio Visconde de Porto Seguro)* ou *Google (Colégio Humboldt)*.

são as escolas (indo de uma média de 1h15 a 3 horas semanais até 35 a 50 horas semanais; bem como de 4 a 6 anos até 8 a 12 anos de formação).

Entre as instituições formais, a tecnologia é anunciada como essencial para a formação do indivíduo face às mudanças não apenas na esfera profissional, mas em todos os espaços da vida social. Nas escolas dominantes, ela é usada como ferramenta didática, mas também na oferta de cursos de robótica e computação, por exemplo. A ideia do “aprender através”, da imersão não diz respeito, portanto, apenas aos idiomas, mas revela disputas em torno dos novos métodos de ensino, bem como de valores como “saber prático”, “adaptabilidade”, “criatividade”, “flexibilidade” e “autonomia”. Essas características se encontram com o “novo espírito do capitalismo”, tal como Boltanski e Chiapello (2020) caracterizaram. Também se relacionam com as novas formas de legitimação das elites (Michetti, 2023), que mantêm familiaridade com o multilinguismo e a tecnologia.

Tanto as escolas de idioma quanto as bilíngues garantem suas legitimidades sobretudo pela aplicação de exames de proficiência internacionais bem como pelo reconhecimento governamental. Quanto mais dominantes, maiores as chances de ofertarem também exames governamentais⁸ necessários à entrada nas universidades estrangeiras. Os colégios bilíngues se caracterizam pela oferta de diplomas e pela implementação de programas de currículo internacionais, chamados *High School*, estabelecidos por conta de parcerias com escolas norte-americanas. Oferecido pelas escolas como um programa à parte da formação regular, o *High School* implica uma clivagem entre os alunos que aderem a ele e os que não conseguem acessá-lo. Apesar do vínculo internacional, tais colégios estão ligados ao polo nacional, já que têm o currículo brasileiro como principal e seguem o calendário interno.

Esse é o caso da *MZ School*, fundada em 1993, tornada bilíngue em 2012 e trilíngue em 2022. Além do programa *High School* e de parceria com uma universidade americana, ela oferece Ensino Médio Técnico. Em seu site, destaca a preocupação com o Enem e outros vestibulares, com a carreira profissional bem como com a fluência em inglês e espanhol. A diretora faz questão de ressaltar que trabalha com uma “educação sem fronteiras, educação globalizada, onde o seu filho é formado como cidadão do mundo”⁹, o que busca demonstrar a conexão com os ideais de cultura transnacionalizada, cosmopolita e a imposição de tais parâmetros no sistema educacional brasileiro (Michetti, 2022; Swaan, 2022). A

8 São exemplos: o SAT (exame de admissão para universidades americanas), o Baccalauréat (exame de admissão para universidades francesas), o exame ABITUR (exame de conclusão do Ensino Médio alemão), entre outros.

9 <https://mzschool.com.br/historia/> (acesso em 23/11/2023).

ênfase recorrente no caráter bilíngue e no valor da internacionalização associada ao enfoque nos vestibulares e na carreira profissional indicam a tentativa de distinção na competição com as escolas tradicionais do país voltadas para o sucesso de aprovação de alunos na universidade, bem como o destino futuro traçado para os seus alunos: o Ensino Superior Nacional (e não as universidades estrangeiras). Destaca-se também o indisfarçado uso instrumental do idioma e as expectativas de conversão do capital linguístico em oportunidades de capital econômico. Entre as escolas com este perfil, os problemas de desajuste e inadaptação tornam-se mais evidentes, sobretudo por possíveis hiatos entre os ambientes familiares e a escola bem como diante dos estímulos intensos e das diferenças culturais.

“O aproveitamento e o aprendizado foram muito baixos, porque o aluno precisava dividir a atenção entre a linguagem e o conteúdo”, afirma a diretora pedagógica Vânia Dias. Agora o currículo comum não é em inglês nem espanhol. A saída foi criar disciplinas complementares, como robótica e história das culturas espanhola e americana, por exemplo, ministradas nas outras línguas, além das tradicionais aulas de gramática dos dois idiomas (Santiago, 2023).

Para que a internacionalização funcione como mecanismo de entrada no jogo transnacional, são necessários outros atributos que não apenas os investimentos escolares: as práticas e vivências culturais, as disposições oriundas da família, da classe social, dos antecedentes escolares, que contribuem para o ajuste entre instituição e clientela. Ou seja, as estratégias de internacionalização só têm efeitos ou maiores chances de sucesso quanto mais propiciam o encontro entre *habitus* de frações de classe e um espaço propício à realização dessas disposições.

Tais problemas não se dão da mesma maneira entre as escolas mais transnacionalizadas. Entre elas, há as internacionais pertencentes a multinacionais de ensino (como a *Pueri Domus*, do grupo SEB; e a *Avenues School*, do grupo britânico *Nord Anglia*) ou redes internacionais (como a *Maple Bear*), sem vínculos com uma comunidade migrante. Com valores mais altos, imersões mais profundas e a ideia de aprender “através”, essas escolas visam um público de frações mais altas, voltadas já para a competição internacional e para o ensino superior no exterior. Como Michetti (2022, p. 53) afirma em seu estudo sobre escolas de perfil similar: “O inglês (...) não é mencionado como um trunfo ou uma aquisição importante. É um pressuposto, meio e não fim de uma educação cujo valor estaria na formação de *readers, self learners, lifelong learners, risktakers* e *global citizens*”. Ou seja, nessas escolas, em que se assume a “premissa da mobilidade – real ou aspirada

– de sua clientela” (Michetti, 2022, p. 55), a fluência deixa de ser um objetivo a ser alcançado e passa a ser um meio já previsto, necessário a ambições maiores.

Mas há também as escolas cuja fundação se deu a partir de uma comunidade local ou de descendentes de imigrantes (como a *Escola Suíço Brasileira de São Paulo*). Com exceção da *Escola Islâmica Brasileira*, elas possuem forte reconhecimento governamental dos países representados, tendo como objetivo primário a difusão e a conservação da cultura estrangeira no Brasil, mantendo uma relação estreita, quase purista, com o idioma e a cultura originais, já que dependem da fidelidade à tradição para a garantia de legitimidade. Nesses casos, dobrar-se às demandas do mercado, incorporando novos idiomas ou estratégias de marketing mais vulgares, pode representar uma perda de capital simbólico e uma evidência de decadência. Atuam, portanto, como agentes que contribuem para a manutenção e a difusão de outras línguas que não o inglês. Como Bourdieu (1999) demonstrou em seu estudo sobre as editoras literárias dos anos 1990, posições dominadas no espaço podem acabar por exercer alguma resistência em relação à imposição de lógicas comerciais, justamente porque elas prejudicam sua posição no jogo (“somos virtuosos por obrigação”).

O vínculo com o Estado-nação garante legitimidade bem como a sobrevivência de determinadas instituições que de outra forma não conseguiriam se sustentar¹⁰. Passam, porém, a cada vez mais enfrentar a concorrência de grupos econômicos transnacionais, como o da *Avenues School*, que prescindem da associação com um Estado-nação específico para se apresentarem como fundamentalmente transnacional, *the world school*: “*Students interact daily with peers in over 25 countries, including France, Kenya, Korea, Mexico, Uruguay, Spain, South Africa, and the United States. This nurtures a global mindset where students learn to exercise empathy and collaborate across languages and cultures*” (*Avenues* apud Michetti, 2022).

FLEXIBILIDADE PARA “TODOS”: OS MEIOS INFORMAIS DE APRENDIZADO

O espaço informal de ensino de idiomas é relativamente novo, constituído de aplicativos, canais e cursos online que surgiram depois dos anos 2000 ou 2010.

10 A cooperação entre Estado e mercado na difusão de certos idiomas se verifica na difusão do espanhol no Brasil. A obrigatoriedade do ensino da língua no país, desde 2005, se deve à conjugação entre investimentos estatais da Espanha no mercado latino-americano; as estratégias de empresas espanholas – como o banco Santander, a Telefónica e a editora Santillana; e os interesses brasileiros na integração regional, via Mercosul (Cassiano, 2014). Também o interesse geopolítico e econômico na América Latina (especialmente no Brasil) e na África lusófona fez a China investir no ensino de português, por exemplo (Thomaz, 2017).

Eles oferecem lições rápidas (cujo tempo semanal varia de 30 minutos a 3 horas, dos espaços mais dominados aos mais dominantes) e é majoritariamente plurilíngue, com exceção dos cursos e canais nacionalizados. Alguns aplicativos, como o *Duolingo*, *Italki*, *Ling-Q*, *Mondly* e *Teach Yourself*, ofertam mais de 40 idiomas (43, 150, 45, 41 e 65 respectivamente), o que permite aos indivíduos o aprendizado de línguas raras, minoritárias ou até mesmo fictícias¹¹. Dentre os *youtubers*, os mais plurilíngues são *Steve Kaufmann*, *Luca Lampariello* e *Gabriel Poliglota* (20, 13 e 10 idiomas, respectivamente). Este subespaço também se divide em três principais hierarquias: 1) os poliglotas-autodidatas; 2) os aplicativos de idiomas, canais de *YouTube* e cursos online; 3) as escolas nacionalizadas e mais comerciais.

Embora a oferta de vários idiomas seja vista como um diferencial, o aspecto mais distintivo desse espaço é a maneira pela qual o idioma é ensinado. O polo informal é marcado por uma oposição constante em relação ao formal. Sua posição dominada se revela tanto nas críticas quanto nas incorporações. Aplicativos como *Babbel* e *Busuu* – que mantêm o discurso do ensino rápido e independente – oferecem aulas *online* do idioma com um professor através de suas plataformas *Babbel Live* e *Busuu Live*. Já a empresa *Duolingo* oferta não apenas aplicativos de ensino “autônomo”, mas também plataformas de educação (*Duolingo Math*, *Duolingo ABC* etc.). Em 2016, ela lançou um teste de proficiência próprio e vem incorporando cursos de matemática e música em diversos idiomas em seu aplicativo principal, demonstrando as disputas em relação às instituições formais e a tentativa de deter seus atributos distintivos. Por outro lado, as escolas de idioma mais comerciais (como *Fisk*, *Wizard12*, *Wise Up* e *CCAA*) acabam também por se adaptar às lógicas introduzidas por esses novos jogadores. Oferecem cursos e ferramentas de ensino *online*, indicam maior flexibilidade no ensino, menor tempo de duração do curso, além de aderirem fortemente às estratégias de marketing.

O subpolo informal é cindido entre as iniciativas que, grosso modo, ensinam o idioma e as que ensinam como aprender o idioma. Há, portanto, figuras que se comportam como professores e outras que se colocam como tutoras, orientadoras, na “jornada” do aprendizado de idiomas. Além disso, diferenciam-se entre as que contam com professores nativos e as que não os têm, evidenciando um discurso de glorificação do falante nativo. No que diz respeito ao processo enquanto “jornada”, é interessante pontuar que esta forma de denominação é expressiva de alguns mecanismos de concorrência do subespaço. A ideia remete, de um lado, a uma

¹¹ O Duolingo oferece cursos de Klingon (*Star Trek*) e Alto Valiriano (*Game of Thrones*), exemplo do vínculo com o polo econômico e com a cultura pop.

¹² Em 2014, a Wizard foi vendida para o grupo Pearson, gigante multinacional na área de educação.

relação mais relaxada, independente e prazerosa, como se o aprendizado fosse uma espécie de viagem; de outro, pode indicar um processo longo e até árduo de transformação e adaptação individual. Esses agentes enfatizam a todo tempo a necessidade de imersão, por meio da incorporação da língua em práticas do cotidiano, da disciplina do contato diário com o idioma e sua cultura, da inserção em círculos sociais transnacionalizados e plurilíngues. Estimulam, assim, seus seguidores a introjetar em suas vidas aquilo que para os dominantes se dá de forma, em geral, naturalizada, sem esforço ou adaptação, ou, no pior dos casos, por meio da educação formal e desde a infância. Essa relação é claramente expressa no trecho abaixo:

Eu acho uma mentira [esse pensamento] de que você tenha que viver em outro país para falar bem uma língua, acho que você pode falar bem uma língua onde quer que você more, porque o que mais importa é *como você vive e com quem você conversa no seu dia a dia*. [...] *Eu falo 13 línguas* [...] a primeira coisa é *desenvolver certos hábitos para que você possa entrar em contato com a língua por conta própria*, sem necessitar de outros falantes nativos. [...] me lembro que tenho que *escutar um podcast em Polonês* à noite, quando vou dormir, *leio coisas em outras línguas*, [...] esse é o meu microambiente (*microenvironment*), mas, também falo outras línguas quando saio com meus amigos, porque [ser poliglota] é também sobre *escolhas de vida*. *Eu quase sempre saio com estrangeiros*, eu amo a Itália, amo meu país, *mas costumo passar a maioria do meu tempo com estrangeiros*” (Lampariello, 2018, tradução própria, grifos nossos).

Já o argumento do professor “nativo” é reproduzido, principalmente, por cursos *online* que se distinguem por esta propriedade. Há uma visão quase dogmática de que um falante nativo é mais qualificado para o ensino de idiomas, por dominar não apenas os códigos, mas sotaques, gírias, ritmos de fala, ou seja, o que seria o “verdadeiro idioma”, aquele do dia a dia, em sua maneira “natural”. Tal fator contribui, assim, para opô-los, por meio de discursos frequentemente descrentes ou críticos, ao ensino das escolas e métodos ditos tradicionais – nesse caso, principalmente, os cursos de idioma, com os quais concorrem diretamente. Advocam pela “autonomia do aprendizado”, em contraste com o método dos livros didáticos prontos, dos planos de aula etc. A tomada de posição, que mantém uma conexão direta com a posição desinstitucionalizada desses agentes, opera de modo duplo: por um lado, emula os valores dominantes ligados à autonomia, flexibilidade, diversidade e divertimento, defendendo uma relação mais “relaxada” com o processo,

que envolve viagens ou o “simples prazer” de falar outra língua; por outro lado, permite acessibilidade e maleabilidade aos seguidores e clientes, que não precisam se comprometer em termos de tempo e dinheiro dedicado – ainda que todas as orientações envolvam investimentos nesse sentido. Tal como o “novo espírito do capitalismo”, as relações de obrigação são disfarçadas, enquanto a cobrança é toda individual. As relações e exclusões de classe são mascaradas, dando-se a ideia para os consumidores dos conteúdos, mas também para seus produtores, de que os recursos necessários à transnacionalização – em termos profissionais ou como forma de lazer – estão disponíveis a todos. A insistência no discurso da língua “natural” e “nativa” deixa entrever também os objetivos finais de tal aprendizado: muito menos o uso em espaços formais (como universidades ou empregos) e mais em círculos de amigos, viagens, redes sociais etc.

Por outro lado, concorrendo nesse subespaço, os não-nativos, dominados em relação aos poliglotas, tentam traçar estratégias para se destacar no meio, sendo a trajetória acadêmica e a internacionalização as mais utilizadas. Isso pode ser observado a partir da análise da trajetória dos professores do espaço informal. *Mairo Vergara* e *Carina Fragozo* têm graduação em Língua Inglesa em instituições nacionais (UEL e PUC-RS, respectivamente), possuem experiência profissional em escolas tradicionais de idioma e fundaram suas empresas no ano de 2011. Para Mairo Vergara, um dos pioneiros no mercado de cursos de idioma *online* do Brasil, o título acadêmico e a experiência profissional – não muito expressivos – funcionam como justificativa de seu posicionamento dentro do espaço: o autodidatismo e a rejeição aos métodos tradicionais de ensino. Vale-se, portanto, do título como forma de autoridade para denegá-lo.

Eu sou muito mais um linguista, um estudioso de métodos de aprendizagem, do que professor de inglês. *O que eu curto não é te ensinar inglês*, “vou te ensinar aqui o *present perfect*”, [...] o que eu curto [...] é *ensinar o quê que ‘cê tem que fazer pra você conseguir aprender e o que não tem que fazer*. [...] Eu estudo os poliglotas... não só estudo, estudo os métodos, não tão academicamente, *eu acho [estudar os métodos] academicamente, um pouco atrasado*. [Estudo] principalmente métodos que poliglotas usam (Flow Podcast, 2023, grifos nossos).

O desprezo pelo “acadêmico” e, ao mesmo tempo, a mimetização de suas práticas (“um estudioso de métodos de aprendizagem”); a refutação de sua própria atividade (“sou muito mais um linguista (...) do que professor de inglês”); a dependência dos poliglotas (“eu estudo os poliglotas”) sem a posse das mesmas

habilidades e capitais (não-nativo, não plurilíngue, brasileiro etc.) vão revelando uma posição instável e dominada, dependente das lógicas mais comerciais, de investimentos em marketing e do volume de venda, sem lastro de legitimidade. Mais do que o caso em específico, demonstram as estratégias utilizadas por agentes vinculados às lógicas midiáticas na luta contra o sistema formal de educação e pela sobrevivência em um espaço altamente competitivo, em que a identificação com o público se pretende direta e sem mediação.

Já Carina Fragoso, dotada de mais capitais acadêmicos e profissionais (mestrado pela PUC-RS e doutorado em linguística pela USP, além de ter sido especialista de projeto linguístico na *Google Brasil*), vale-se deles para se legitimar no mercado. Sua metodologia se aproxima ao modelo tradicional de ensino, com explicações gramaticais e fonéticas, embora reafirme os valores difundidos no subespaço informal: “minha missão é democratizar o ensino de inglês no Brasil e quebrar os principais mitos relacionados ao aprendizado de línguas estrangeiras com embasamento em pesquisas científicas, de forma leve e descontraída”¹³.

Por sua vez, os *youtubers* *Janaina Schmidt* e *Rhavi Carneiro* não são graduados em Letras. A primeira formou-se em Administração de Empresas pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), possui pós-graduação em Gestão Empresarial de Pessoal/Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG), tem certificado de Ensino de Francês como Língua Estrangeira pela *Université du Québec en Outaouais* (UQAO) no Canadá e especialização em Programação Neurolinguística na *Psynapse École de Psychothérapie* em Lyon, na França. Vale-se de mais de 14 anos de experiência na área, tendo fundado sua empresa, *Francês com Mademoiselle*, em 2009. Já *Rhavi Carneiro* é formado em Design Gráfico pela UFPR, fez intercâmbio na Flórida com 17 anos, segundo ele, “um programa de *work and travel*”. Começou a dar aulas aos 15 anos, teve experiência profissional na *Wizard* e em outras escolas tradicionais de ensino. Entrou para o mercado *online* através do trabalho da Carina Fragozo (o que demonstra a formação de redes de trocas sociais), investindo em vídeos de formato rápido, *one minute tips*, não tão comuns à época, o ano de 2017. Também se vale do discurso da não adaptação às metodologias das escolas (“um sistema de aula que traumatiza”):

Digamos que [...] eu criei um fã na internet, um seguidor, será que no momento que esse cara falar ‘vou estudar inglês, vou contratar uma escola de inglês e pagar [...] X mil reais pra uma escola, será que esse cara pagaria pra Wizard, pra

13 <https://www.youtube.com/@CarinaFragozo> (acesso em 17/02/2024).

Wise Up ou ‘pra escola do ídolo dele na *Internet*? Do professor que ele gosta, que ele ri todos os dias, que ele aprende? Na minha cabeça, eu falei ‘cara, esse cara investiria o dinheiro com o cara que ele segue na *Internet*. Eu vi um poder nesse lance do *creator* enquanto quase que pessoa física [...] e nesse caso *a pessoa física* [...] conseguiria competir com uma grande corporação, com uma grande empresa, só por conta dessa conexão [...], que geraria retenção, que geraria mais resultado, que geraria prova social [...], alunos [...], que fazem você conquistar mais seguidores, mais alunos, mais retenção [...], você cria uma bola de neve (Debulho, 2023, grifos nossos).

A partir de seu sucesso na *Internet*, o *youtuber* criou seu curso de idiomas, a empresa *Inglês com Rhavi Carneiro*, e evoluiu para a *Fluency Academy*¹⁴, dedicada ao inglês para falantes básicos, com mercado para além do território nacional, abrangendo América Latina e outros países. Seus investimentos e depoimentos demonstram o tino empresarial bem como a dependência de um alto volume de alunos; fala na “criação de vários *hubs* de conteúdo”, “criação de novos Rhavis Carneiros, sem criar a dependência neles”. Terceirizando o trabalho, seleciona professores com metodologias de ensino divertidas (“curtição do idioma”), que abrangem outros idiomas e são populares na *Internet*: “A *Fluency* hoje é uma escola com os professores mais famosos da *Internet*, [...] mais carismáticos, com a melhor didática, [...] isso combinado com elementos tecnológicos que são muito poderosos. [...]”. Nesse processo, a relação entre produtores e consumidores de conteúdo confunde a conexão entre aluno-professor com a do fã-ídolo.

Tais trajetórias ilustram as transformações pelas quais o papel do professor vem passando. Nesse meio mais comercializado, vinculado à cultura *pop*, ele é menos um educador (até porque as aulas dos cursos online são gravadas, o que significa infinitas possibilidades de reciclagem de material) e muito mais um *businessman*, mas também, *influencer*, *content creator*, *entertainer* – aqui, o uso dos termos em inglês não é em vão. O que se vê é a lógica da cultura de massa, *pop*, jovem (Mira; Bertoncelo, 2019) guiando o modo de trabalho e comportamento do professor-celebridade. Isto é, se no lado mais formal, o mais importante para a contratação de um professor ou para a classificação de sua atividade profissional é a qualificação acadêmica e a experiência profissional (ainda que a ideia de método “prazeroso” também esteja presente); no polo informal, sobretudo nos cursos *online*

¹⁴ A plataforma conta com professores nativos e não nativos, incluindo *youtubers* conhecidos, como Gavin Roy (*SmallAdvantages*). São mais de 250 profissionais e 50 mil alunos.

e canais, que são ainda mais comercializados, valem mais a quantidade de seguidores nas redes, o carisma e a personalidade marcantes, as boas estratégias de marketing digital e a formação de redes. A apresentação de si é, assim, estratégia chave nesse ambiente, de modo que o agente tem que ser capaz de interpretar seus distintivos sociais, para que eles sejam efetivos dentro do espaço e possam transferi-lo algum tipo de vantagem em relação aos outros jogadores.

Além disso, mesmo que todas as instituições estudadas neste artigo sejam privadas e, portanto, dependam relativamente da propaganda e do *marketing*, o polo informal é o mais dependente de tais lógicas e estratégias, assumindo-as de forma sequer dissimulada. O alto volume de promoções e “ofertas relâmpagos” não apenas por parte dos cursos de idioma, mas também pelas escolas nacionalizadas e aplicativos, é significativo.

[...] de 2014 a 2017, [...] eu fui o que mais vendia cursos na Hotmart [plataforma de venda de cursos, bastante utilizada pelos agentes desse espaço]. Eu era o top 1 da Hotmart, então, toda essa galera do marketing digital, de curso, [...] me conhecia e queria saber o que eu fazia. *Eu fazia muita propaganda*, mas era, assim, eu peguei um timing [...] muito bom, ninguém fazia propaganda [na Internet], era muito pouco [...]. A Coca-Cola pagava milhões ‘pra colocar propaganda na Globo, mas, ninguém ‘botava grana pesada no Facebook. [Eu] estudei algumas coisas de marketing, porque, eu até vendia umas paradas, [...] tinha um livro digital [...] e eu vendia. [...] na educação, se você não fizer propaganda, não vai, [...] a não ser que você seja muito engraçado, [...] muito bonito (Flow Podcast, 2023, grifos nossos).

Em suma, este é um subespaço instável (dependente, aliás, de plataformas como o *YouTube*, o *Instagram*, a *Hotmart*), individualizado (fora as escolas nacionalizadas, não existem franquias), com custos baixos (até mesmo gratuitos), vínculo bastante flexível (sem contrato ou com contratos curtos – mensais, trimestrais, semestrais) e novo dentro do espaço de ensino de idiomas. Isso faz com que seu público seja volátil e, portanto, a busca por consumidores seja intensa, o que implica uma necessidade de atualização constante: incorporação de novos métodos (*podcasts*¹⁵, livros, materiais didáticos, aplicativos), diversificação de produtos (segmentação dos cursos em categorias como “cursos para viagem”, “cursos rápidos”,

¹⁵ No polo informal, os *podcasts* funcionam como materiais didáticos; já no formal, são atividades culturais.

“cursos intensivos”, “curso completo”), colaboração entre os agentes (parcerias entre os *youtubers*, promoção mútua de produtos¹⁶, entrevistas etc.). Além disso, há ataques constantes, direta ou indiretamente, por parte desses agentes, a outras instituições e indivíduos tanto do polo informal quanto do formal: discursos contrários ao uso de aplicativos de idiomas; críticas aos cursos tradicionais, *online* e até mesmo aos professores.

CONCLUSÃO

O espaço do ensino de idiomas, exclusivamente composto por iniciativas privadas, é marcado por uma intensa concorrência. Enquanto o polo formal reverbera uma série de disputas entre frações de elite, com estratégias de distinção pelas classes médias altas e elites nacionais, o informal busca incorporar nesse jogo agentes relativamente excluídos das instituições formais dominantes (as escolas bilíngues ou internacionais/transnacionais), competindo sobretudo com as empresas de cursos de idioma. Nesse sentido, “a globalização se afigura para alguns como ampliação concreta, ao mesmo tempo necessária e almejada, do horizonte de ação, para outros como promessa ou desafio e, para outros ainda, como ameaça contra a qual sentem que é preciso se preparar” (Michetti, 2022).

Nesse contexto, as escolas transnacionais e internacionais oferecem às suas clientelas mais do que o domínio do idioma, cada vez mais naturalizado entre as elites. Conectam-se a um estilo de vida cosmopolita, aberto à diversidade e à tecnologia, bem como à projeção de disposições e posições de liderança. A ideia do “cidadão global” como aquele apto a circular e ocupar posições de decisão no mercado global é o que impera. Com a expansão da internacionalização, ela se torna um valor não apenas para aqueles interessados diretamente em imigrar ou circular internacionalmente, mas também para os que disputam posições de prestígio nacionais.

Enquanto as instituições formais destacam a qualidade acadêmica e profissional de seus professores, as possibilidades de exames de proficiência e certificados internacionais, a oferta de atividades culturais e métodos inovadores, os agentes informais convertem a ausência dessas propriedades em discursos de resistência a elas. Ou seja, na busca por legitimidade e sobrevivência, buscam transformar as necessidades e ausências em virtudes, ajustando suas “esperanças às chances” possuídas (Bourdieu, 2004, p. 23). Assim, acreditam rejeitar o que não dominam,

¹⁶ A circulação dos *youtubers* por canais, *podcasts* e programas da *Internet* vai costurando uma rede de interações e trocas que garante visibilidade e atrai público.

detêm ou o que não conseguiram fazer render vantagens econômicas e simbólicas: por exemplo, o sotaque natural do falante nativo; ou o capital acadêmico e a posição nas escolas mais dominantes. Ao mesmo tempo, mimetizam constantemente as práticas e discursos dominantes, buscando adequar o estilo de vida, as metodologias de ensino e as formas de ver e classificar tidas como mais “relaxadas”, “criativas”, “flexíveis”, “autônomas”, “abertas à diversidade” – ou seja, o novo *ethos* das elites (Michetti, 2023) – a um público presumido mais amplo. Nessa busca por transposição, tais valores se vendem como “libertadores”, mas contribuem por reforçar um voluntarismo opressor, em que os fãs-alunos são chamados a realizar sua própria “jornada” e se responsabilizar por ela em todos os sentidos (ao mesmo tempo, sem qualquer compromisso firmado, em termos de contrato, mas tendo que prover todas as condições solicitadas caso almejem o sucesso).

Com o acirramento da concorrência e a entrada de aplicativos, cursos online e canais no *YouTube*, as lógicas comerciais e educacionais se confundem. Embora as escolas, mesmo as mais comerciais (como as franquias de grandes redes de cursos), também tenham os interesses mercadológicos, há nas empresas alguma separação entre os setores comerciais e o corpo de professores (muitas vezes, vale dizer, em condições precarizadas de trabalho). Nos canais e cursos online, a figura do professor torna-se secundária e o mesmo agente que ensina é também o que vende, administra, coopta clientes: o professor-vendedor, o professor-influenciador, o professor-*creator*, o professor-*entertainer*, o professor-*manager*, o professor-celebridade – uma multiplicação de papéis híbridos. Se, na *Internet*, a lógica comercial se apresenta de forma desenvergonhada, no sistema educacional formal, ela se exprime de outra maneira. A incorporação de certos idiomas tidos como mais comerciais revelam algumas das estratégias que os cursos precisam adotar para sobreviver no mercado, diante da acirrada concorrência¹⁷.

Como vários estudos demonstram, a transnacionalização envolve relações de poder e assimetria entre países, culturas e idiomas (Sapiro, 2019; Casanova, 2016). A incorporação de práticas culturais em outros idiomas no cotidiano dos agentes, uma recomendação constante em todos os polos do espaço, pode representar uma aceitação, geralmente inconsciente, de tal dominação, por meio sobretudo da não-reciprocidade das trocas culturais entre nações. A busca pela transnacionalização e internacionalização pode ser interpretada, assim, enquanto trunfo que permite o acesso à competição global e, ao mesmo tempo, marcador da dominação, do

17 O Instituto Kyoto, por exemplo, tinha como proposta inicial a difusão de idiomas e da cultura asiática, mas em 2023 incorporou o inglês e o espanhol em sua cartela de cursos.

poder de um Estado-nação ou de empresas multinacionais/transnacionais. Mais do que isso, muitas das rivalidades que se apresentam como sendo entre nações (entre, por exemplo, Estados Unidos e França, país que concentrou historicamente o prestígio literário e intelectual) dizem respeito muito mais a uma ameaça à autonomia dos campos culturais, nos diferentes países, pelo poder do comércio internacional (Casanova, 2002). Ainda que a dominância linguística não seja um simples reflexo do poder econômico ou militar, com o fortalecimento dos polos comerciais em relação aos mais autônomos, vai perdendo espaço a resistência ao poder econômico e, por consequência, à língua que o expressa, no caso, o inglês (Casanova, 2002, 2016): “dizer que somos dominados por uma língua não é novo. O que é novo, creio eu, é a posição ateísta que acompanha a afirmação deste fato. (...) impossível escapar do fato do inglês hoje, a menos que se renuncie a todo prestígio e a toda comunicação internacional” (Casanova, 2016).

Assim, os princípios identificados com a transnacionalização e o estilo de vida cosmopolita¹⁸ – mas, na prática, representantes de modos de vida dominantes e mais vinculados aos polos comerciais – ganham cada vez mais reverberação nas mídias, sendo identificados socialmente enquanto distintivos, sinais não apenas de poder e prestígio, cultura e possibilidades econômicas, mas também enquanto indícios de uma suposta “liberdade”, “prazer”, “satisfação”, “abertura para o mundo” – aliás, vale sublinhar, valores historicamente críticos, defendidos pelos movimentos sociais de esquerda de maio de 1968, mas incorporados ao novo espírito do capitalismo (Boltanski, Chiapello, 2020).

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (2020). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOURDIEU, Pierre (1999). Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 126-127, p. 3-28. <https://doi.org/10.3917/arss. p1999.126n1.0003>
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre (2006). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁸ Ortiz, aliás, nos lembra que “o particularismo do pensamento enuncia-se tanto em dialeto, quanto em linguagem mundial, pois, na condição da modernidade-mundo, é perfeitamente plausível, e corriqueiro, ser globalmente provinciano” (Ortiz, 2008, p. 194).

- BOZOULS, Lorraine (2022). La référence anglo-saxonne au coeur des styles de vie et des valeurs des fractions économiques des classes supérieures. *Savoir/Agir*, n. 61-62, p. 39-46. <https://doi.org/10.3917/sava.061.0040>
- CARLOTTO, Maria Caramez (2018). Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos Think Tanks latino-americanos. *Plural*, n. 25, p. 63-91. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149014>
- CASANOVA, Pascale (2002). *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade.
- CASANOVA, Pascale (2016). Tous ceux qui pratiquent un bilinguisme collectif sont dominés. *Revista Critique*, v. 827, n. 4, p. 346-350. <https://doi.org/10.3917/criti.827.0346>
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo (2014). Materiais didáticos e ensino na escola básica. *Remate de Males*, Campinas, v. 34, n. 2, p. 375-396. <https://doi.org/10.20396/remate.v34i2.8635855>
- FRAY, Pierre; LEBARON, Frédéric (2022). L'anglais, langue de la science et instrument de domination symbolique. Le cas des sciences économiques. *Revista Savoir/Agir*, n. 61-62, p. 89-109. <https://doi.org/10.3917/sava.061.0090>
- KLÜGER, Elisa (2017). *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- LOUREIRO, Maria Rita (1997). *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- MICELI, Sergio (1995). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP.
- MICELI, Sergio (2001). *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MICHETTI, Miqueli (2022). “Bilingues”, “bilíngues de verdade” e global citizens. Distinção e disposições sociais no mercado educacional. *Tempo social*, v. 34, n. 2, p. 47-68. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.191210>
- MICHETTI, Miqueli (2023). Transformações no ethos de elites econômicas. *Tempo social*, v. 35, n. 3, p. 59-84. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.215931>
- MIRA, Maria Celeste; BERTONCELO, Edison (2019). Apresentação. Para além da distinção? Desafios à abordagem bourdieusiana da formação social do gosto. *Estudos de Sociologia*, v. 24, n. 46, p. 19-43. <https://doi.org/10.52780/res.12802>
- ORTIZ, Renato (2008). *A diversidade dos sotaques*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SAPIRO, Gisèle (2019). A noção de campo de uma perspectiva transnacional. *Plural*, v. 26, n. 1, p. 233-265. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159917>
- SWAAN, Abram de (2001). *Words of the World: The Global Language System*. Cambridge: Polity Press and Blackwell.

SWAAN, Abram de (2022). *La société transnationale : langue, culture et politique*. Paris : Éditions du Seuil.

MATERIAL ANALISADO

DEBULHO. *RHAVI CARNEIRO - FLUENCY ACADEMY*, 21/06/2023. <https://www.youtube.com/watch?v=Vaj3gggYicQ> (acesso em 22/11/2023).

FLOW PODCAST. *MAIRO VERGARA - FLOW #262*, 22/08/2023. <https://www.youtube.com/live/aJF7PAFr9iA?si=zA959VBFZ5HG9cOY> (acesso em 22/11/2023).

LAMPARIELLO, Luca. *The life of a polyglot*, 18/10/2018. <https://www.youtube.com/watch?v=aKoSLvLRYQg> (acesso em 22/11/2023).

SANTIAGO, Guilherme. Como é estudar em uma escola trilíngue? Vale a pena? *Estadão*, São Paulo, 18/06/2023. <https://www.estadao.com.br/educacao/como-e-estudar-em-uma-escola-trilingue-vale-a-pena/> (acesso em 22/11/2023).

THOMAZ, Daniel Mandur. Por que a China apostou na língua portuguesa. *BBC*, 23/08/2017. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41022424> (acesso em 20/02/2024).

Esoterismo e democracia: alguns esclarecimentos¹, Wouter Hanegraaff

*Esotericism and democracy: some clarifications, by
Wouter Hanegraaff*

Palavras-chave Esoterismo. Democracia. Política. Direita. Tradicionalismo. Paganismo. Conspiritualidade.

Keywords *Esotericism. Democracy. Policy. Right-Wing. Traditionalism. Paganism. Conspirituality.*

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos^a 

APRESENTAÇÃO²

Para o campo de estudos sobre política nas ciências sociais, pode parecer inusitado ter como centro da atenção o esoterismo como uma questão para a democracia. Afinal, como saberes codificados e crenças obscuras, consideradas irracionais ou ultrapassadas no Ocidente, que misturam crenças religiosas, místicas e mágicas, astrologia, teorias raciais e espirituais, poderiam ser, de alguma maneira, o fundamento do pensamento e da ação política em movimentos sociais e partidos políticos hoje? Seja para o mundo acadêmico em geral ou para o grande público, acostumados a uma visão linear da história ocidental como processo de desencantamento e racionalização, há uma grande barreira que separa o universo do chamado esoterismo e o da política. Ao longo do século XX, o esoterismo é relegado aos grupos radicais que, seja à esquerda ou à direita, se organizam em comunidades alternativas e pequenos grupos nostálgicos da contracultura dos anos 1960, à margem da esfera pública e do sistema institucional democrático. Quando muito, é uma característica considerada pitoresca na trajetória errática de perso-

1 HANEGRAAF, Wouter. *Esotericism and democracy: some clarifications*". Wouterjhanegraaf. blogspot.com. 07 out. 2022. Disponível em: <https://wouterjhanegraaf.blogspot.com/2022/10/esotericism-and-democracy-some.html>. Acesso em 19 set. 2024.

a Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordena o Laboratório de Estudos da Violência e da Radicalização (LEVIR). Formação: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em Sociologia pela mesma instituição. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Texto do tradutor. Gostaria de agradecer ao próprio Wouter Hanegraaff por autorizar a tradução do texto.

nagens intelectuais e políticas, a exemplo de Javier Milei e sua “telepatia canina”³, mas que não são levadas à sério como um elemento integrante de concepções e práticas políticas com pretensões hegemônicas.

No entanto, para quem acompanha os movimentos mais recentes no âmbito das novas religiosidades e na política contemporânea, especialmente relacionadas às contestações da democracia liberal advindas da extrema direita e das novas direitas radicais, o esoterismo se tornou cada vez mais central. A profusão de teorias da conspiração, as novas lógicas da internet e das redes sociais e os novos movimentos ideológicos e políticos de direita fortaleceram conexões entre grupos alternativos e dissidentes, que desafiam e questionam, de maneira radical, as bases da ciência, da esfera pública e do sistema político. Decerto, essas conexões se fazem presentes entre grupos políticos, religiosos e místicos ainda associados às margens da aceitabilidade na esfera pública, caso do ocultismo nazista, expresso em atos de terrorismo, a exemplo do atentado contra a então vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, ou ainda entre “subculturas online” associadas à comportamentos extremos (atentados à escolas; incitação ao suicídio e atitudes destrutivas), que utilizam de manifestos de “terroristas domésticos” como inspiração. Contudo, como se pôde perceber nos governos Trump e Bolsonaro, a inspiração em radicalismos religiosos tornou-se cada vez mais central; e não apenas o nacionalismo cristão e neopentecostal, mas as crenças místicas próximas ao supremacismo branco e também filosofias políticas esotéricas advindas de uma pluralidade de pensadores radicais, sejam conservadores e liberais, sejam reacionários e revolucionários.

Esse universo se tornou mais conhecido, no Brasil, com o livro de Benjamin Teitelbaum acerca do Tradicionalismo (Teitelbaum, 2020), filosofia política esotérica contra-moderna com certo viés de regeneração apocalíptica do mundo, como eixo de influência das novas direitas a partir da ação de Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin (Teitelbaum, 2020). Mark Sedgwick⁴, por sua vez, em uma linha mais próxima à história das ideias, ajudou a reconstituir as origens dessa “escola” a partir de René Guénon e Julius Evola, entre outros intelectuais polêmicos por sua proximidade, em algum momento, com saberes iniciáticos da

3 Sobre o assunto, veja : <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/12/11/veterinaria-responsavel-por-virada-esotERICA-de-milei-diz-que-tem-dom-de-conversar-com-animalis-mortos.ghtml> (acesso em 19/09/2024).. “Veterinária responsável por virada esotérica de Milei diz que tem dom de conversar com animais mortos” (Globo, 2023). Cf. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/12/11/veterinaria-responsavel-por-virada-esotERICA-de-milei-diz-que-tem-dom-de-conversar-com-animalis-mortos.ghtml>

4 A respeito de Sedgwick, conferir entrevista feita por Felipe Freitas de Souza (2023).

teosofia, da maçonaria, do rosacrucianismo, da gnose, do misticismo islâmico e de pensadores influentes ou próximos do fascismo (Sedgwick, 2020edgwick). Embora pareçam distantes das questões brasileiras, representantes dessa “escola” estiveram presentes em círculos governamentais, no governo Bolsonaro, consolidando-se especialmente em torno de Olavo de Carvalho, seja em alinhamento ou contraposição em meios dissidentes que vicejaram, inicialmente, na internet.

Olavo de Carvalho, com suas passagens pela astrologia e sua iniciação em ordem sufi muçulmana, tornou-se uma personagem central na articulação de uma pretensa contraelite intelectual que se projetou pelo uso da internet e das redes sociais como plataforma de articulação contra a esquerda e o “marxismo cultural”. Em uma apropriação *sui generis* do já específico “gramscismo” da nova direita francesa (Vasconcelos, 2022), Olavo de Carvalho foi a ponta de lança de uma conquista de hegemonia como guerra cultural e guerra de posições na sociedade civil e no Estado. É em relação a seu legado que se pretende seja uma continuidade no sentido de um liberal-conservadorismo em diálogo com o nacionalismo branco e cristão norte-americano, seja uma contraposição, como é o caso de novos grupos, autointitulados dissidentes Tradicionalistas, que buscam uma nova síntese entre esquerda e direita por meio do nacionalismo e do trabalhismo (Vasconcelos, 2023).

Nesse sentido, o texto que ora traduzimos, originalmente uma palestra, é uma contribuição fundamental para o entendimento histórico e sociológico do esoterismo e sua relação com a política. Wouter Haanegraaff, professor de História da Universidade de Amsterdã e primeiro presidente da Sociedade Europeia para o Estudo do Esoterismo Ocidental (*European Society for the Study of Western Esotericism*, ESSWE), apresenta uma síntese didática acerca das dificuldades de conceituar o esoterismo e levá-lo à sério como objeto de estudo. Os desafios iniciam pela própria característica do esoterismo: um conhecimento rejeitado pelo “eurocentrismo interno” ao Ocidente; recusado como o avesso do racional e do público, em especial desde as teses fundamentais e condenatórias da Escola de Frankfurt sobre o tema. Haanegraaff elabora questionamentos sobre como a desqualificação do esoterismo, como uma história oculta, faz parte de uma visão seletiva sobre os próprios contornos do Ocidente, que conduziu a uma exclusão de saberes e religiosidades, incluindo o Islamismo, como parte da história ocidental. Mas o esoterismo é, em si mesmo, a causa de problemas para a democracia? À essa questão, Haanegraaff propõe uma perspectiva crítica dos esoterismos de direita emergentes na política atual - Tradicionalismo, neopaganismo e conspiritualidade -, mas, ao mesmo tempo, de maneira pertinente, direciona a causalidade dos

problemas democráticos não ao esoterismo em si, mas à hegemonia do neoliberalismo e suas consequências.

Em um momento de revisitação da história do Ocidente diante da atual crise geopolítica capitalista, o texto de Haanegraff abre caminhos para novas pesquisas e novos entendimentos.

ESOTERISMO E DEMOCRACIA: ALGUNS ESCLARECIMENTOS

A convite da *German Bundeszentrale für Politische Bildung* (Agência Federal Alemã para a Educação Política), no dia 5 de setembro deste ano proferi a palestra de abertura da conferência *Esoterik und Demokratie – Ein Spannungsverhältnis* (Esoterismo e Democracia: Uma Relação Tensa). Como a palestra se destinava a um público geral alemão não acadêmico, fiz uma ampla introdução ao (estudo do) esoterismo, com especial atenção às preocupações políticas sobre a relação entre o esoterismo contemporâneo e o ativismo de extrema direita *online* e *offline*. Tendo em vista os debates atuais sobre “o Ocidente”, esta foi uma oportunidade bem-vinda para também esclarecer a relação, tal como a vejo, entre o esoterismo como “conhecimento rejeitado” e a dinâmica histórica daquilo que denomino “eurocentrismo interno”.

Deixe-me começar com a primeira pergunta que os organizadores desta conferência me pediram para abordar: o que é esoterismo? À primeira vista, minha resposta pode parecer um pouco decepcionante e talvez até pareça não ser totalmente séria. Mas, de fato, é totalmente séria, por razões que tentarei explicar. O que é “esoterismo”? Bem - em um sentido mais concreto, não há tal coisa! Com isso, quero dizer que “esoterismo” não é algo que você encontrará no mundo ao nosso redor. Você só o encontrará em nossas discussões sobre o que está acontecendo no mundo ao nosso redor. Quer dizer, você o encontrará em nosso discurso e em nossa imaginação coletiva. Então, o que é Esoterismo? A primeira coisa a enfatizar é que se trata apenas de uma palavra - nada mais do que isso⁵. Talvez, um pouco mais precisamente, “esoterismo” é um termo abrangente, ou um rótulo - como um adesivo que você coloca em uma caixa.

Se você abrir a caixa, dentro dela não encontrará alguma entidade misteriosa chamada “esoterismo”, mas sim uma vasta coleção de tradições históricas e práticas contemporâneas, ideias, organizações ou movimentos sociais, muitos dos quais

5 Para a história da palavra “esoterismo”, consulte Monika Neugebauer-Wölk, *Historische Esoterikforschung, oder: Der lange Weg der Esoterik zur Moderne* In: Monika Neugebauer-Wölk, Renko Geffarth & Markus Meumann (orgs.), *Aufklärung und Esoterik: Wege in die Moderne*, De Gruyter: Berlim/Boston 2013, 37-72.

têm nomes pouco conhecidos⁶. Ou, mais precisamente, a caixa do “esoterismo” parece estar cheia de muitas caixas menores, cada uma delas com seu próprio rótulo; e, novamente, para descobrir o significado desses rótulos, você terá que desembalá-las cuidadosamente, uma a uma, e examinar seu conteúdo. Algumas dessas caixas contêm ainda caixas menores, também com seus próprios rótulos.

É significativo que se você olhar para a revista acadêmica de maior autoridade no estudo do esoterismo, a *Aries*, você não encontrará nenhuma definição de esoterismo nela – apenas uma lista de rótulos para todas aquelas caixas menores que você pode esperar encontrar dentro da maior:

Esoterismo é entendido pragmaticamente como uma noção guarda-chuva que abrange uma variedade de correntes históricas, incluindo, mas não se limitando ao Gnosticismo, ao Hermetismo, à Teurgia, à Ciência Islâmica das Letras, às “Ciências Ocultas” (magia, alquimia, astrologia), à Cabala, ao Paracelsianismo, ao Rosacrucianismo, à Teosofia, ao Iluminismo, ao Espiritismo e Ocultismo, ao Tantra e Yoga, à pesquisa psíquica, ao Tradicionalismo, ao neopaganismo, às espiritualidades alternativas, à conspirtualidade, ao ocultismo popular?, etc. (*Aries*)⁷

O “etcétera” é significativo, assim como as palavras “incluindo, mas não limitado ao”: os editores da *Aries* estão perfeitamente conscientes de que a sua lista não é nem nunca poderá ser completa, porque os limites deste campo não são definidos com precisão, mas são confusos e objeto de disputa entre todos os especialistas. É claro que cada um desses rótulos menores precisaria ser explicado cuidadosamente. Ou, para continuarmos com a minha metáfora: você precisará desempacotar e examinar o conteúdo das caixas menores nas quais foram colados. Se você se der ao trabalho de fazer isso, novamente, não encontrará nada além de palavras ou rótulos. Não há “astrologia” dentro da caixa “astrologia”, e não há “Rosacruzes” dentro da caixa “Rosacrucianismo”! Para obter alguma precisão e clareza verdadeiras (algum conhecimento confiável) sobre o que se entende por toda essa terminologia, em cada caso você precisará ampliar com muita precisão e

⁶ Para descrições dessas tradições, práticas, ideias, movimentos e organizações, consulte Wouter J. Hanegraaff (ed.), em colaboração com Antoine Faivre, Roelof van den Broek & Jean-Pierre Brach, *Dictionary of Gnosis and Western Esotericism*, Brill: Leiden/Boston 2005. Para uma visão geral, consulte Wouter J. Hanegraaff, *Western Esotericism: A Guide for the Perplexed*, Bloomsbury: Londres/Nova York 2013, 18-44.

⁷ *Aries: Journal for the Study of Western Esotericism* (Brill: Leiden/Boston 2001-presente); colofon nova versão 2022.

olhar para as únicas realidades que realmente existem: não aquelas palavras, não alguma entidade elusiva chamada “esoterismo”, mas pessoas (indivíduos ou coletivos) que estão fazendo certas coisas e dizendo certas coisas. Por quê? Exatamente pelas mesmas razões que todos nós fazemos. Porque suas experiências pessoais em suas próprias vidas os levaram a sentir, acreditar ou estar convencidos de que certas coisas são verdadeiras e importantes, enquanto outras não.

Então, este é o meu primeiro ponto, por mais simples que seja. Ele intenciona trazer nosso tema do reino das abstrações para um plano mais realista. Quando estudamos o “esoterismo”, é muito fácil e sempre bastante tentador imaginar que estamos estudando algum tipo de realidade que existe “lá fora” no mundo amplo. Mas, na verdade, o “esoterismo” é apenas esse rótulo em nossas mentes. Ainda assim, isso não significa que o termo seja irrelevante. As invenções da nossa imaginação coletiva exercem uma influência real no mundo real: se acreditarmos com firmeza o suficiente que algo existe, “isso” se torna real para nós⁸. Isso não é verdade apenas para as crenças dos iniciados esotéricos, mas também para aquelas dos não iniciados sobre o “esoterismo”.

OUVIR PRIMEIRO, JULGAR DEPOIS

No entanto, o ponto fundamental permanece sendo que, se você tentar descobrir sobre as realidades do chamado “esoterismo” (examinando o conteúdo de todas essas caixas, cuidadosa e pacientemente), tudo o que encontrará são pessoas de carne e osso como você, assim como as coisas que elas dizem e fazem. Se quisermos entender os “esoterismos”, precisamos compreendê-los, entender o que realmente os impulsiona, o que os faz funcionar. Precisamos ouvir primeiro. A maior tentação ao estudar o “esoterismo” consiste em rotular e julgar (sem mencionar condenar) seus representantes e suas ideias antes de os termos entendido bem o suficiente.

Se eu puder usar meu próprio trabalho neste campo como exemplo, em 1995 eu defendi a dissertação *Religião da Nova Era e Cultura Ocidental: Esoterismo no Espelho do Pensamento Secular* (no original, *New Age Religion and Western Culture: Esotericism in the Mirror of Secular Thought*), que foi publicada um ano depois⁹. Como você pode ver pelo título, foi uma tentativa de compreender o esoterismo popular conhecido como “Nova Era” estudando suas ideias básicas e de

⁸ Formações imaginárias como “esoterismo” (ou outras como “religião”, “economia”, etc.) podem desempenhar um papel extremamente importante, pois são reificadas em nossa imaginação coletiva. Para discussão, veja Hanegraaff, *Reconstructing “Religion” from the Bottom Up*, Numen 63:5/6 (2016), 578-581.

⁹ Wouter J. Hanegraaff, *New Age Religion and Western Culture: Esotericism in the Mirror of Secular Thought*, Brill: Leiden/Boston 1996 e State University of New York Press: Albany 1998.

onde surgiram. A Nova Era vinha atraindo muita atenção desde os anos 1960/70 e especialmente desde os anos 1980, quando se tornou enormemente popular e atraente comercialmente. Havia bastante literatura acadêmica sobre a Nova Era como um movimento social e alguns estudiosos expressavam preocupações sobre suas implicações sociais ou políticas também. Mas o fato bastante constrangedor é que, literalmente, ninguém achou necessário descobrir em quê esses adeptos da Nova Era realmente estavam pensando, que tipo de ideias tinham ou como viam o mundo, por exemplo, tomando o cuidado de ler os inúmeros livros disponíveis nas livrarias de temática Nova Era. Os estudiosos eram muito bons em dizer aos seus leitores o que pensavam sobre a Nova Era, mas dificilmente estavam ouvindo seus representantes. Que meu livro tenha sido a primeira tentativa de fazê-lo não é um mérito particular da minha parte; mas isso nos diz algo sobre a notável falta de interesse, entre os estudiosos e o público em geral, em levar a sério os esotéricos e suas ideias.

O estudo moderno do esoterismo ocidental como uma questão acadêmica começou a se desenvolver por volta do mesmo período, meados da década de 1990, e tinha a intenção de lidar com essa situação. Ele se tornou bastante bem-sucedido. Hoje em dia, temos periódicos acadêmicos profissionais, como *Aries* ou o jornal online de acesso aberto *Correspondences*;¹⁰ temos séries de livros acadêmicos publicadas por editoras prestigiosas como *Brill* ou *Oxford University Press*;¹¹ temos uma comunidade acadêmica vibrante de estudiosos afiliados à Sociedade Europeia para o Estudo do Esoterismo Ocidental (ESSWE, *European Society for the Study of Western Esotericism*, fundada em 2005), que organiza grandes conferências a cada dois anos e está conectada a uma notável série de redes da ESSWE focadas em períodos específicos, regiões culturais, linguísticas ou temas;¹² eventos sobre tópicos esotéricos tornaram-se perfeitamente comuns no campo mais amplo dos estudos religiosos e em outras áreas das humanidades; programas e cursos especializados sobre esoterismo têm se desenvolvido em diferentes universidades,

¹⁰ *Correspondences* (acesso aberto: <https://correspondencesjournal.com>, 2013-present).

¹¹ *Aries Book Series: Texts and Studies in Western Esotericism*, editado por Marco Pasi (<https://brill.com/view/serial/ARBS>); *Oxford Studies in Western Esotericism*, editado por Henrik Bogdan.

¹² Veja o site <https://www.esswe.org>. A ESSWE organiza conferências bienais na Europa desde 2007: Tübingen 2007, Estrasburgo 2009, Szeged 2011, Gotemburgo 2013, Riga 2015, Erfurt 2017, Amsterdã 2019, Cork 2022 (adiada de 2021 devido à Covid). Próxima conferência: Malmö 2023. Para as muitas redes da ESSWE, veja <https://www.esswe.org/Networks>.

começando na Universidade de Amsterdã em 1999,¹³ resultando em uma nova geração de acadêmicos jovens especializados nessas áreas.

Esse processo de profissionalização significa que aqueles que trabalham em contextos fora da academia - como muitos de vocês que estão presentes aqui hoje - têm hoje muito melhores oportunidades de obter informações sólidas e adequadas sobre o “esoterismo” do que era o caso há apenas três décadas. Observando-se os livros e publicações disponíveis no mercado editorial em geral, não há dúvida de que tanto a quantidade quanto a qualidade melhoraram enormemente. Até aproximadamente o final da década de 1990, o mercado de livros sobre “esoterismo” era dominado por publicações frequentemente pouco confiáveis de iniciados esotéricos ou opositores não acadêmicos, mas hoje em dia é fácil ter acesso a informações sérias, bem pesquisadas e sofisticadas. No entanto, deve-se admitir que ainda existe uma considerável lacuna entre a literatura acadêmica produzida por especialistas que estudaram esses tópicos em profundidade e um público mais amplo que tende a optar pelo caminho mais fácil de obter suas informações a partir de livros populares publicados para o mercado de massa.

E é claro que é perfeitamente compreensível que profissionais em suas próprias áreas não possam passar seus dias de trabalho fazendo um estudo sistemático da extensa literatura acadêmica sobre esoterismo. Mas, eu gostaria muito que, pelo menos, vocês estejam cientes de que o conhecimento e as informações necessárias para entender do que se trata o “esoterismo” estão prontamente disponíveis atualmente. Está tudo lá para vocês usarem, mas é preciso ser crítico e seletivo. Portanto, esse é o segundo ponto que gostaria de destacar. Infelizmente, o mercado de livros populares sobre “esoterismo” ainda é amplamente dominado pela desinformação; portanto, por favor, tenham a cautela de procurar por literatura sólida e confiável escrita por estudiosos qualificados. Vale a pena mencionar que a participação nas conferências bienais da ESSWE não é restrita apenas a acadêmicos, mas também está aberta para profissionais de outros contextos. Alguns de vocês podem estar trabalhando em áreas (como, por exemplo, o direito penal) onde suas suposições e conhecimento sobre um campo como o “esoterismo” podem, às vezes, ter um impacto sério e afetar a vida de pessoas reais. Portanto, certifique-se de que essas suposições se baseiam em informações sólidas, em vez dos inúmeros estereótipos

13 Veja www.amsterdamhermetica.nl. Para as origens e a história desse programa único, veja o volume comemorativo Wouter J. Hanegraaff & Joyce Pijnenburg (org.), *Hermes in the Academy: Ten Years' Study of Western Esotericism at the University of Amsterdam*, Amsterdam University Press 2009. Um segundo volume comemorativo foi publicado dez anos depois como Wouter J. Hanegraaff, Peter J. Forshaw & Marco Pasi (orgs.), *Hermes Explains: Thirty Questions about Western Esotericism*, Amsterdam University Press 2019.

questionáveis e dos equívocos que ainda são amplamente prevalentes na sociedade contemporânea e na mídia popular.

CONHECIMENTO REJEITADO

E isso me leva a um terceiro ponto, que considero essencial. Será necessário um tempo considerável para explicar, mas isso nos levará ao cerne do que é o “esoterismo”. Comecei destacando que essa palavra é apenas um rótulo, não algo que “realmente existe lá fora”. Achei fundamental que você compreendesse que não existe algo como uma “essência” oculta do esoterismo, ou algum tipo de lista de verificação para determinar o que é esotérico. No entanto, ao me ouvir enfatizando esse ponto fundamental no início desta palestra, certamente deve ter se questionado de maneira óbvia: “se isso é verdade, então o que justifica o rótulo de ‘esoterismo’ em primeiro lugar? Se colocarmos todos esses movimentos, ideias, personalidades, práticas ou crenças heterogêneas juntos em uma caixa conceitual e colamos o adesivo ‘esoterismo’ nela, isso significa, com certeza, que eles devem ter algo em comum?”

De fato, eles têm!

Mas, como isso é possível? Não acabei de dizer o oposto? Bem, o ponto essencial a entender é que essa semelhança entre “todas as coisas esotéricas” tem relativamente pouco a ver com as verdadeiras características de tudo o que está presente dentro dessa caixa. No entanto, tem muito a ver, antes, com nossas próprias razões para colocá-las juntas em uma caixa especial. Em outras palavras, essa presumida semelhança existe, em primeiro lugar e acima de tudo, em nossas próprias mentes. Sentimos que todas essas coisas de alguma forma estão interligadas, mesmo que tenhamos dificuldade em explicar para nós mesmos ou para os outros por que pensamos assim. Portanto, esse é o meu terceiro ponto: o rótulo diz algo sobre nós.

Agora, perceba que, quando falo de “nós” aqui, não me refiro a você e a mim em particular. Refiro-me a um amplo consenso típico de nossa corrente cultural, social e intelectual ocidental moderna. Esse consenso tem raízes históricas profundas, pois se desenvolveu ao longo de muitos séculos desde o início da Era Comum, cerca de dois mil anos atrás. Quer gostemos ou não, e estejamos conscientes disso ou não, todos nós que nascemos, fomos criados e educados na cultura da Europa Ocidental ou da América do Norte fomos profundamente influenciados pela maioria das ideias básicas, estruturas e pressupostos - incluindo todos os lados obscuros e preconceitos profundamente enraizados - que são típicos da longa e complicada história cultural e intelectual do “Ocidente”. E agora chego ao ponto, que quero enfatizar aqui de maneira especial: nosso próprio sentido de identidade cultural Ocidental foi cons-

truído, ao longo de muitos séculos, em padrões sistemáticos de crítica e rejeição polêmica direcionados a uma variedade de visões de mundo, tradições intelectuais ou práticas espirituais que eram percebidas e promovidas como incompatíveis com os valores e pressupostos fundamentais da civilização Ocidental.

Portanto, essa é a razão pela qual “nós” reunimos tudo em uma caixa. A caixa está cheia de todo tipo de coisas que “nós”, ao longo de longos períodos de tempo, decidimos que não queríamos aceitar ou levar a sério - é, em outras palavras, uma caixa cheia de conhecimento rejeitado. Isso é o que o rótulo “esoterismo” realmente significa.

Agora, sua primeira resposta poderia ser: “bem, ok, se for assim - então, por favor, nos diga claramente que tipo de conhecimento é esse, para que finalmente saibamos do que se trata ‘esoterismo’!” Mas isso não é tão fácil, para dizer o mínimo. Por quê? Porque, para entender o que está realmente em jogo no estudo do esoterismo, você precisará questionar a própria base sob seus pés ou o próprio ar que você respira! - o que quero dizer é: as crenças centrais e as visões de mundo que quase todos nós herdamos de nossa educação e socialização na sociedade ocidental. Em vez de simplesmente aceitar suas suposições mais básicas (sobre como o mundo funciona, o que é verdadeiro e o que não é, o que é bom e o que é ruim, o que é “sério” e o que não é), você precisa estar disposto a dar alguns passos para trás e considerar algumas de suas crenças centrais e visões de mundo com uma distância crítica muito maior do que você pode estar acostumado. Não posso enfatizar este ponto fortemente o suficiente, por mais radical que seja: para começar a entender do que se trata o “esoterismo”, você precisará considerar pelo menos a possibilidade de que muitas de suas crenças presumidas podem não ser evidentemente verdadeiras. Há uma razão simples para isso: todas as ideias humanas vêm da história, e qualquer história poderia ter acontecido de maneira totalmente diferente do que realmente aconteceu. Todos nós constantemente aceitamos muitas coisas como certas diariamente, simplesmente porque viemos de uma cultura e tradição intelectual específicas que nos ensinam a considerar certas crenças como evidentemente verdadeiras, ao mesmo tempo que nos dizem que qualquer coisa que entre em conflito com essas crenças é evidentemente falsa - e, portanto, pertence àquela caixa de “conhecimento rejeitado”.

Para enfatizar este ponto, desejo apresentar dois exemplos históricos. Inicialmente, é possível que você se questione sobre a relevância destes exemplos para o “esoterismo”; entretanto, peço que me acompanhe, pois se tornará evidente que possuem profunda relação com o tema.

- Primeiro exemplo: Em um dia por volta de 450 antes do nascimento de Cristo, dois jovens provenientes de famílias aristocráticas em Atenas se casaram. A noiva chamava-se Perictione, e seu novo marido era Ariston. Possivelmente, esses nomes não lhe são familiares, mas certamente você já ouviu falar do filho mais jovem deles: Platão! Por um momento, imagine as consequências caso Ariston e Perictione nunca tivessem se conhecido, caso por algum motivo tivessem se casado com outras pessoas, ou se um deles tivesse adoecido e falecido antes do casamento, entre outros eventos contingentes. Inúmeras pequenas situações poderiam ter ocorrido de forma ligeiramente diferente em suas vidas, impedindo assim o nascimento de Platão. Contudo, se esse homem não tivesse nascido há dois mil e quinhentos anos, podemos assegurar que não estaríamos aqui hoje discutindo “esoterismo”. Por quê? Porque é impossível sequer começar a imaginar como o mundo teria se desenvolvido sem a presença dos escritos de Platão. Considere: não teríamos a filosofia grega, que se tornou uma base fundamental da chamada cultura intelectual ocidental. Seria impossível para os seguidores de Jesus desenvolverem o que conhecemos hoje como teologia cristã, uma vez que muitas de suas suposições básicas, que dominaram a vida intelectual europeia, estão fundamentadas não na Bíblia, mas na filosofia do platonismo e seus sucessores. Não teríamos a filosofia árabe no mundo islâmico, o que significa que também não teríamos a cultura intelectual da Idade Média cristã, que é profundamente devedora da erudição árabe¹⁴. Não haveria Renascimento, pois este se baseou, em aspectos cruciais, no renascimento do platonismo no século XV¹⁵, e assim por diante. Em resumo, se Perictione e Ariston não tivessem se casado, e Platão não tivesse nascido, quase nada teria acontecido da maneira como aconteceu. Não podemos nem começar a imaginar o mundo em que viveríamos hoje. Por fim, muitas das ideias mais centrais que agora percebemos como “esotéricas” têm suas raízes diretamente no platonismo. Sem Platão, não há esoterismo.

¹⁴ A questão é que a filosofia árabe que floresceu na chamada “Era de Ouro” do Islã era profundamente devedora de tradições filosóficas originalmente escritas em grego. Veja, por exemplo, Peter Adamson & Richard C. Taylor (orgs.), *The Cambridge Companion to Arabic Philosophy*, Cambridge University Press 2005.

¹⁵ Aqui, um papel crucial foi desempenhado pelo filósofo humanista florentino Marsilio Ficino (1433-1499), uma figura-chave na história do esoterismo e na história geral da cultura do início da modernidade. Ficino traduziu as obras completas de Platão (e muitos outros platônicos) para o latim, o que agora ficou disponível para intelectuais em larga escala devido à recente invenção da impressão.

- Segundo exemplo: Se você tivesse nascido no quarto século da era comum, talvez estivesse presente em 363 D.C. na Batalha de Samarra (hoje no Iraque). Na manhã de 26 de junho daquele ano, o Imperador do Império Romano, Juliano (331-363 D.C.), teve que sair apressadamente de sua tenda devido a um ataque repentino do inimigo. Coincidemente, uma pequena correia de couro de sua armadura peitoral estava quebrada e não houve tempo para consertá-la. Provavelmente, devido ao ajuste inadequado de sua armadura, Juliano foi morto por uma lança que, de outra forma, teria ricocheteado. Sua morte pôs um fim abrupto a um período de três anos (361-363 D.C.) durante o qual Juliano trabalhou arduamente para deter a cristianização do Império Romano e conduzi-lo de volta ao “paganismo”. Nunca saberemos o que teria acontecido se essa pequena correia de couro não tivesse se quebrado ou se tivesse sido consertada a tempo. O fato é que, embora Juliano fosse filósofo por natureza, ele havia sido notavelmente eficiente como imperador, e é inteiramente possível que ele teria sucesso em repaginizar o império e deter o avanço do cristianismo. Se ele tivesse sucesso, mais uma vez posso garantir que não estaríamos aqui hoje discutindo “esoterismo”! Em vez de lembrarmos o Imperador Constantino “o Grande”, que criou as bases do que viria a ser uma Europa cristã, poderíamos estar lembrando de Juliano “o Grande” - como o imperador mundialmente reconhecido que interrompeu aquele estranho, mas agora amplamente esquecido, movimento sectário conhecido como “cristãos” e recolocou nossa cultura no caminho certo¹⁶.

Por que conto essas histórias? Qual é a minha questão? Em primeiro lugar, estou tentando convencê-lo de que muitas das ideias básicas, visões de mundo ou valores que você provavelmente considera como certos em sua vida cotidiana não são, na verdade, autoevidentes. Elas são, em última instância, produtos contingentes de desenvolvimentos históricos específicos que aconteceram da maneira como aconteceram, mas poderiam ter seguido direções completamente diferentes. E, em segundo lugar, o que chamamos hoje de “esoterismo” só pode ser compreendido a partir dessa perspectiva.

Em outras palavras, meu argumento é que não se pode compreender o “esoterismo” sem colocá-lo em um contexto mais amplo - a história da própria cultura

¹⁶ Para uma narrativa mais acessível, veja Jonathan Kirsch, *God against the Gods: The History of the War between Monotheism and Polytheism*, Viking Compass: Nova York 2004, 213-267.

Ocidental. Em um nível fundamental, a caixa que rotulamos com esse termo contém, em sua essência, praticamente tudo aquilo que foi ensinado a percebermos como “diferente”, “peculiar”, “problemático”, “questionável” e até mesmo “perigoso”, uma vez que não se alinha aos paradigmas intelectuais predominantes, sobre os quais nossa sociedade está fundamentada. Outra maneira de expressar isso é que nossa percepção de “esoterismo” é o resultado de um longo processo de exclusão polêmica, no qual “nós” temos definido e defendido a identidade “Ocidental” contra tudo aquilo que “nós” rejeitamos como incompatível com quem somos ou aspiramos ser. No espaço de uma única palestra, é impossível esboçar sequer os contornos gerais dessa longa e complexa evolução histórica; assim, se desejar obter mais informações, recomendo uma abordagem mais extensa em formato de livro¹⁷. Tudo o que posso fazer é delinear, nos termos mais gerais, por que nossos conceitos de “esoterismo” não podem ser compreendidos a menos que os consideremos em termos de um conflito contínuo e interminável que se desdobrou ao longo de milênios entre os componentes mais fundamentais da cultura ocidental.

EUROCENTRISMO INTERNO

O primeiro destes componentes pode ser designado como pagão-helenístico¹⁸ e tomou forma após o quarto século antes da Era Comum, como resultado das conquistas espetaculares de Alexandre, o Grande. Neste contexto, estamos lidando com muitas das grandes civilizações do mundo antigo e suas culturas religiosas e intelectuais incrivelmente ricas, que agora caíram sob a influência da cultura grega ou “helenística” – um processo que perdurou sob o Império Romano. O segundo componente consiste nas grandes religiões abraâmicas fundamentadas em uma forma radical ou exclusiva de monoteísmo: Judaísmo, Cristianismo e (sim!) Islamismo¹⁹. O Judaísmo se disseminou amplamente pelo Império antes e depois da destruição do Segundo Templo em 70 D.C., num processo conhecido como a

17 Wouter J. Hanegraaff, *Esotericism and the Academy: Rejected Knowledge in Western Culture*, Cambridge University Press 2012. Para um Resumo breve dessa história de inclusão polêmica, veja Hanegraaff, *Western Esotericism*, 45-68.

18 No discurso acadêmico contemporâneo, quase todos os termos genéricos tendem a ser contestados e desconstruídos como refletindo algum tipo de viés etnocêntrico ou preconceito ideológico, e “pagão-helenístico” não é exceção. Para meu uso de paganism como um termo perfeitamente neutro, não pejorativo, estou alinhado com o argumento de autoridade em Alan Cameron, *The Last Pagans of Rome*, Oxford University Press 2011, 14-32. Helenismo, também, uso como uma categoria puramente descritiva, incluindo uma rejeição explícita do viés “filohelênico” (veja Hanegraaff, *Hermetic Spirituality and the Historical Imagination: Altered States of Knowledge in Late Antiquity*, Cambridge University Press 2022, 16-19 & 360-362).

19 Novamente, a terminologia de “Religiões Abraâmicas” está longe de ser incontestada; veja, por exemplo, Adam J. Silverstein & Guy G. Stroumsa (orgs.), *The Oxford Handbook of the Abrahamic Religions*, Oxford University Press 2015.

diáspora judaica. O Cristianismo tornou-se dominante no Império Romano e em seus sucessores, o Império Bizantino no Oriente e a Igreja de Roma no Ocidente. E, finalmente, o Islã disputou esses territórios e alcançou a supremacia sobre uma vasta extensão que, eventualmente, se tornou o que é conhecido como o Império Otomano. Vale ressaltar que as ideias populares sobre o Islã como “inimigo do Ocidente” (bastante comuns, é claro, em círculos conservadores e de direita) se baseiam realmente em pouco mais do que preconceitos cristãos tradicionais. Do ponto de vista da história cultural e intelectual, é essencial compreender que o Islã não é uma espécie de “outsider” para a “cultura Ocidental”, mas uma parte integral e essencial dela²⁰. Naturalmente, estou ciente de que essa ideia entra em conflito com muitas suposições populares sobre o Islã, o Oriente, e assim por diante; entretanto, o que estou tentando fazer aqui é pedir que você reconsidera essas suposições.

As religiões abraâmicas ou monoteístas-radicalis sempre definiram sua própria identidade em oposição às práticas “pagãs” da cultura circundante. Judeus, cristãos e muçulmanos concordavam em sua rejeição radical do que percebiam como a prática inaceitável da “idolatria pagã”²¹. No entanto, o problema residia no fato de que, na prática efetiva, simplesmente não era possível para os monoteístas serem consistentes em rejeitar a cultura helenística dos “pagãos”. A enorme influência e superioridade intelectual do platonismo, do neoplatonismo, do aristotelismo e de vários outros sistemas filosóficos “pagãos” tornaram-nos indispensáveis à teologia cristã e à especulação religiosa, filosófica e científica no mundo islâmico. Contrariamente a suposições populares, todos esses corpos de literatura filosófica grega-helenística, a começar por Platão, não se ocupavam apenas de especulações estritamente “racionais” ou “científicas” no sentido que atribuímos atualmente a esses termos – se examinados mais de perto, revela-se que estavam repletos de ideias religiosas ou espirituais. Não era viável simplesmente extrair os elementos “racionais” ou “científicos” da cultura intelectual grega e helenística e negligenciar o restante, pois todos os componentes estavam profundamente interconectados.

Contudo, é precisamente isso que os intelectuais cristãos tentaram realizar. Poderíamos afirmar que, essencialmente, dividiram essas tradições “pagãs-

²⁰ Veja, por exemplo, Richard W. Bulliet, *The Case of Islamo-Christian Civilization*, Columbia University Press: Nova York 2004; Hanegraaff, *Hermetic Spirituality* (acima, veja a nota 14), 360-363.

²¹ Jan Assmann, *Moses the Egyptian: The Memory of Egypt in Western Monotheism*, Harvard University Press: Cambridge Mass. / Londres 1997; idem, *Die Mosaische Unterscheidung, oder Der Preis des Monotheismus*, Carl Hanser Verlag: München / Viena 2003; Moshe Halbertal & Avishai Margolit, *Idolatry*, Harvard University Press: Cambridge Mass. / Londres 1992.

-helenísticas” em duas partes; como resultado, o desenvolvimento complexo da “cultura ocidental” desde a antiguidade até o presente passou a ser fundamentado na coexistência altamente desconfortável, mas inevitável, não de duas, mas de três diferentes componentes culturais, cada um com sua lógica e dinâmica interna. Em primeiro lugar, temos o monoteísmo exclusivo das religiões abraâmicas, conforme codificado nos Livros de Moisés, no Antigo e Novo Testamento cristão e no Alcorão. Em segundo lugar, temos o que passou a ser percebido como as respeitáveis tradições “pagãs” do racionalismo grego e da ciência. E, em terceiro lugar, temos “todo o resto”, “o que resta” — ou seja, tudo que não se encaixa confortavelmente nas categorias ordenadas do monoteísmo escritural ou da ciência e do racionalismo. Você acertou: aqui, precisamente, está a origem da caixa com sobras, o “conhecimento rejeitado” ao qual nos referimos popularmente como “esoterismo” nos dias de hoje.

Agora, a minha questão reside no fato de que as narrativas padrão presentes nos manuais didáticos, pelos quais a maioria de nós foi educada, almejam nos persuadir de que a cultura ocidental pode, essencialmente, ser reduzida aos dois primeiros elementos: a religião (leia-se: monoteísmo) e a ciência e razão (leia-se: os gregos). O “restante” não é considerado como merecedor de atenção séria. Ademais, especialmente após a Reforma e o Iluminismo, somos comumente apresentados a uma visão ainda mais reducionista que, essencialmente, exclui o Islã da imagem, resultando na noção popular, porém extremamente problemática, de uma “tradição judaico-cristã” (monoteísmo sem o Islã) em confronto com a racionalidade e a ciência²².

O que observamos aqui é nada menos que a ideologia profundamente eurocêntrica ou (para utilizar um neologismo feio, mas cada vez mais popular) ocidental-centrista da superioridade cristã e racional-científica. Nesta representação, tudo acima da linha horizontal é presumidamente “bom”, enquanto tudo abaixo é “ruim”. Desde o surgimento da modernidade, essa ideologia normativa tornou-se profundamente enraizada em nossos sistemas educacionais e instituições sociais, e assim todos nós fomos profundamente influenciados por ela²³.

Espero que você compreenda a minha questão. Desde o início da era moderna, essa visão eurocêntrica da superioridade ocidental tem sido central na empresa imperialista-colonialista de transportar visões de mundo cristãs e racionais-cien-

²² O conceito de uma tradição “Judaico-Cristã” tem como objetivo excluir o Islã tanto do monoteísmo quanto da cultura europeia. Além disso, reflete uma agenda cristã-hegemônica de reduzir o judaísmo ao papel subordinado de meramente “preceder” ou “preparar o caminho” para o advento do cristianismo.

²³ Para um argumento mais detalhado sobre esse ponto, veja Hanegraaff, *Reconstructing “Religion” from the Bottom Up*.

tíficas para o resto do globo, buscando impô-las a povos e culturas não ocidentais. As ideologias normativas que buscaram legitimar a conquista e a dominação colonial receberam grandes quantidades de críticas nas últimas décadas, e com razão. Contudo, apesar da evidente importância desses debates políticos, até os críticos pós-coloniais mais veementes do “Ocidente” tendem a negligenciar algo crucial: que a ideologia eurocêntrica da superioridade ocidental tem raízes muito mais antigas. Baseia-se em um esforço consistente e sistemático para marginalizar, excluir e desacreditar muito mais do que seus “Outros” “externos” (como o Islã, a Índia e outras culturas não europeias/norte-americanas). À medida em que emergiu e se desenvolveu desde a Antiguidade Tardia, ela já estava direcionada a todos esses “Outros” internos associados ao “paganismo” e à “idolatria”, que eram rotineiramente retratados, de maneira altamente dramática, como uma ameaça “demoníaca” existencial²⁴. Eventualmente, todas essas formas de “conhecimento rejeitado” acabaram em um depósito conceitual ou caixa de sobras, conhecidos pelo público em geral hoje em dia por rótulos em grande parte pejorativos, como “esoterismo”, “magia”, “superstição”, “irracionalidade” ou “o oculto”. Em Resumo as “coisas estranhas” que temos dificuldade em categorizar. “Nós” criamos essa caixa porque essas práticas e ideias simplesmente existem e sempre existiram em nossas partes do mundo e em nossa história, mas nós ainda nos sentimos incomodados com a presença delas e realmente não sabemos o que são, o que fazer com elas ou como interpretá-las²⁵. A nossa profunda confusão sobre todo esse domínio é, em última instância, o que nos reuniu aqui hoje para falar sobre o “esoterismo”. Em resumo, esses conhecidos tipos de eurocentrismo direcionados contraculturas não ocidentais (incluindo, é claro, todo o discurso atualmente conhecido como “Orientalismo”) emergiram de uma “ampla narrativa polêmica”, mais antiga e mais pervasiva, fundamentada nas dinâmicas discursivas de um eurocentrismo interno direcionado contra os “Outros rejeitados” na própria cultura ocidental.

Portanto, se você me perguntar “o que é esoterismo?”, esta é a minha resposta. Pode não ser o que você esperava, mas senti que devia oferecer uma resposta séria, em vez de algo fácil, porém superficial. Há algumas implicações de maior alcance.

- Primeiramente, e talvez de maneira mais evidente após o que acabei de mencionar: não se pode compreender o “esoterismo” em um nível profundo

²⁴ Para um estudo clássico com um título que captura exatamente o ponto que estou tentando fazer aqui, veja Norman Cohn, *Europe's Inner Demons*, Sussex University Press 1975. Para a “demonização” dessas tradições, veja Hanegraaff, *Esotericism and the Academy*, 77-152.

²⁵ Veja Hanegraaff, *Esotericism and the Academy*, 1-4.

sem questionar aquelas ideologias ocultas ou explícitas de superioridade ocidental que têm definido o próprio projeto da modernidade, incluindo sua expansão imperialista e esforços para colonizar o resto do mundo. Se você duvida disso, basta pensar na ideia popular de que “nós aqui” temos a ciência, mas “eles lá” não têm nada além de magia primitiva.²⁶

- Uma segunda implicação é que todas as coisas “estranhas” que costumávamos colocar na caixa do “esoterismo”, para mantê-las seguramente separadas do que pensávamos que a “cultura ocidental” deveria ser realmente, terão que ser retiradas dessa caixa e trazidas de volta à mesa. Elas devem ser estudadas seriamente e sem preconceitos, como qualquer outra manifestação da cultura ocidental, e devem ser restituídas ao seu lugar legítimo em nossas narrativas sobre a complexa história que tem se desenrolado em nossas regiões do mundo ao longo dos últimos dois mil e quinhentos anos. Essencialmente, isso é o que estamos fazendo no estudo acadêmico do esoterismo.
- Quando abordamos um projeto dessa natureza de maneira séria, uma terceira implicação é que não podemos continuar a pensar sobre a “cultura Ocidental” da maneira como costumávamos fazê-lo. Nossas histórias tradicionais ou grandes narrativas sobre “o Ocidente” devem ser expostas como as ficções ideológicas que realmente são e sempre foram. As narrativas triunfalistas bem conhecidas sobre a superioridade ocidental terão que ser substituídas por narrativas históricas extremamente diferentes, mas, esperançosamente, mais justas e precisas sobre a “cultura Ocidental”.

26 Essa ideia está fundamentada em ideias profundamente enraizadas de evolução cultural que se tornaram extremamente populares durante o século XIX e sugeriam que a civilização avança da “magia” primitiva para o fenômeno mais sofisticado da “religião” (com o protestantismo liberal como sua manifestação mais elevada) e a partir daí para o nível ainda mais superior de “racionalidade e ciência”. Formulações clássicas podem ser encontradas, por exemplo, no trabalho de Edward Burnett Tylor, o fundador da antropologia cultural, e seu famoso sucessor James Frazer. As implicações da teoria evolucionista eram profundamente racistas (a história da humanidade era retratada como um movimento de progresso da “magia primitiva” inferior dos negros na África para a religião e ciência superiores dos europeus/americano brancos) e explicitamente genocidas, como pode ser visto, por exemplo, no trabalho de “darwinistas sociais” altamente influentes como Herbert Spencer, que era capaz de escrever frases como estas: “O imperialismo serviu à civilização eliminando as raças inferiores da terra... As forças que estão trabalhando para o grande esquema da felicidade perfeita, sem levar em conta o sofrimento incidental, exterminam as seções da humanidade que estão em seu caminho... Seja ele humano ou animal - o obstáculo deve ser eliminado” (Spencer, *Social Statistics: or, The Conditions Essential to Human Happiness specified, and the First of Them Developed*, John Chapman: Londres 1850, 416; cf. Wouter J. Hanegraaff, *Exterminate all the Idols*).

TEORIA CRÍTICA E FANTASIAS ACRÍTICAS

Conforme exposto, é possível observar que mantenho uma postura profundamente crítica em relação às ideologias eurocêntricas que buscam apresentar uma compreensão restrita da cultura ocidental como superior, ao confrontar a racionalidade científica “grega” e a moralidade “monoteísta” (ou, mais precisamente, a denominada moral “judaico-cristã”) com a suposta “irracionalidade” e “imoralidade” de tudo que é associado ao “paganismo”, “idolatria”, “magia”, “superstição”, “ocultismo” ou “o irracional” – em suma, contra tudo o que foi categorizado na caixa do “esoterismo”²⁷. A repetição constante nos estudos acadêmicos modernos do esoterismo tem evidenciado que tais polêmicas simplistas são, simplesmente, equivocadas. Assim que se transcende os estereótipos e examina mais de perto, torna-se evidente quão impossível é manter o “esoterismo” rigidamente separado da cultura dominante aceitável por meio de medidas simplistas como “ciência”, “racionalidade”, “religião” ou “moralidade”. Há uma abundância de irracionalidade, imoralidade ou mera estupidez em ambos os lados da cerca. Por outro lado, é importante salientar que há também uma abundância de conteúdos racionais, morais e inteligentes em ambos os lados.

No entanto, permanece extremamente comum na sociedade em geral e na mídia popular, especialmente na Alemanha, encontrar inúmeras variações da notória tese de Theodor Adorno de que “*Okkultismus ist die Metaphysik der dummen Kerle*” (Ocultismo é a Metafísica dos Tontos)²⁸. Devo ser perfeitamente franco aqui. Essa citação é um reflexo bastante típico do padrão de preconceito “interno” eurocêntrico discutido anteriormente. Especialmente no mundo de língua alemã após a Segunda Guerra Mundial, a autoridade associada à Teoria

²⁷ Este ponto é central para o meu argumento em Wouter J. Hanegraaff, “The Globalization of Esotericism”, *Correspondences* 3 (2015), 55-91; e para uma discussão ainda mais crítica do “imperialismo espiritual” que publiquei em uma época em que “globalização” ainda era amplamente considerada como um fenômeno positivo ou benevolente, consulte Wouter J. Hanegraaff, “Prospects for the Globalization of New Age: Spiritual Imperialism versus Cultural Diversity”, in: Mikael Rothstein (ed.), *New Age Religion and Globalization*, Aarhus University Press 2001, 15-30. Em uma bizarra interpretação equivocada do meu trabalho e suas agendas, o artigo de 2015 levou alguns autores a suspeitar que eu, de alguma forma apoiasse e legitimasse precisamente as ideologias imperialistas/colonialistas de superioridade ocidental, que de fato eu critico e rejeito de maneira explícita! (consulte especialmente a Introdução e uma contribuição de Julian Strube em Egil Asprem & Julian Strube [eds.], *New Approaches to the Study of Esotericism*, Brill: Leiden / Boston 2021). Para minha verdadeira perspectiva, veja o argumento geral de *Esotericism and the Academy*; e mais recentemente, veja a breve discussão em *Hermetic Spirituality*, 360-363.

²⁸ Theodor W. Adorno, *Thesen gegen den Okkultismus VI* (in: *Minima Moralia: Reflexionen aus den beschädigten Leben*, orig. 1951, Suhrkamp: Frankfurt a.M. 2003). Veja a análise crítica de Andreas Kilcher, “Is Occultism a Product of Capitalism?”, in: Wouter J. Hanegraaff, Peter J. Forshaw & Marco Pasi (eds.), *Hermes Explains: Thirty Questions about Western Esotericism*, Amsterdam University Press 2019, 168-176).

Crítica, ligada à Escola de Frankfurt, desempenhou um papel poderoso, mas, em minha firme opinião, extremamente questionável e em grande parte negativo, ao deslegitimar, desacreditar e lançar suspeitas sobre a tentativa de abordar o esoterismo como um tópico sério de pesquisa acadêmica crítica e histórica. A partir de minhas próprias experiências como acadêmico, posso testemunhar que, conforme o estudo do esoterismo se desenvolveu durante a década de 1990, ele teve que ser construído, estabelecido e profissionalizado em grande parte contra o tipo padrão de preconceito que vinha da Teoria Crítica e da Escola de Frankfurt. Portanto, preciso dizer algumas palavras sobre isso.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, Max Horkheimer e Theodor Adorno publicaram sua famosa obra *Dialektik der Aufklärung* (1944). O capítulo inicial, intitulado *Begriff der Aufklärung*, dominado pelo conceito de *die Entzauberung der Welt* de Max Weber, fundamenta-se em uma versão verdadeiramente extrema dos estereótipos padrão que venho discutindo e criticando anteriormente: “Magia versus Razão”, “Mito versus Logos”, “Paganismo versus Monoteísmo”, entre outros²⁹. A *Dialektik der Aufklärung* é considerada um clássico, sendo rotineiramente atribuída a novas gerações de estudantes e amplamente lida. No entanto, ao ser lida a partir de uma perspectiva crítica moderna nos campos da magia, desencantamento ou esoterismo ocidental, percebe-se que até mesmo suas pressuposições mais básicas e linhas de argumentação são tão completamente desatualizadas que, francamente, não podem mais ser levadas a sério. Como formulado por Jason Ā. Josephson Storm, que faz o melhor para ser o mais gentil possível, é pouco mais do que “uma expressão tardia de um antigo mito”.³⁰

Dez anos mais tarde, outro filósofo marxista, Georg Lukács, publicou seu livro *Die Zerstörung der Vernunft* (1955), fundamentado em uma lógica subjacente muito semelhante e com implicações políticas extremas³¹. O volume se baseia em uma oposição simples. Por um lado, Lukács esboça uma tradição intelectual positiva, saudável e progressista fundamentada na razão (*die Vernunft*), que se estende desde Hegel a Marx em direção ao ideal futuro da sociedade sem classes. Em nítido contraste, sua contraparte é representada como uma tradição inteira-

²⁹ Max Horkheimer & Theodor W. Adorno, *Dialektik der Aufklärung* (Dialética do Esclarecimento) (orig. 1944), Fischer Taschenbuch Verlag: Frankfurt a.M. 1988, 9-49.

³⁰ Jason Ananda Josephson Storm, *The Myth of Disenchantment: Magic, Modernity, and the Birth of the Human Sciences*, The University of Chicago Press: Chicago / London 2017, 10; veja também minha discussão crítica em Hanegraaff, *Esotericism and the Academy*, 312-314, 302-303 nota 160.

³¹ Georg Lukács, *Die Zerstörung der Vernunft: Der Weg des Irrationalismus von Schelling zu Hitler*, Aufbau-Verlag: Berlin / Weimar 1988.

mente negativa, não saudável e reacionária de irracionalidade que percorre desde Schelling passando por Nietzsche e culminando com Hitler.

A ideia de Lukács não se limitava apenas a considerar o marxismo como racional, ao passo que o fascismo seria irracional. Sua intenção era mais radical: ele pretendia sugerir que o avanço da “razão” inevitavelmente conduziria ao marxismo, enquanto toda forma de “irracionalidade” (seja filosófica ou esotérica) inevitavelmente conduziria ao fascismo e ao antisemitismo. Novamente, e apesar da grande erudição de Lukács, o argumento básico se resume a pouco mais do que propaganda política que reflete a ideologia eurocêntrica central da superioridade ocidental. É sempre a mesma narrativa de fundo: toda verdadeira moralidade provém do judaísmo e do cristianismo, enquanto toda verdadeira ciência e racionalidade têm origem na Grécia. Essas duas tradições centrais da cultura ocidental são então retratadas como enfrentando seu eterno inimigo (supostamente não verdadeiramente Ocidental, daí “Oriental”): a mãe de todas as coisas iracionais e imorais - paganismo, magia, o oculto, superstição - em Resumo o esoterismo. E, apenas para dissipar qualquer dúvida sobre o quanto prejudicial tudo isso é, Lukács afirma que toda essa “genealogia das trevas” finalmente conduziu aos horrores supremos do fascismo, nacional-socialismo e antisemitismo.

Argumentos racionais claros para uma demonização generalizada do “irracional” (ou seja, do mito, magia, paganismo, o oculto, esoterismo) nunca são apresentados. Os fundamentos da ideologia política de Lukács são simplesmente considerados indiscutíveis. Não é difícil compreender que, à sombra do Holocausto, narrativas tão dramáticas de uma *reductio ad Hitlerum* (“tudo leva a Hitler”) inevitavelmente causariam forte impacto na consciência popular³². Mas há uma profunda ironia aqui: se essas narrativas pareciam tão convincentes e reconfortantes para muitos, foi precisamente porque confirmavam pressupostos eurocêntricos mais profundos (incluindo suas bases evolucionistas, ver nota 22) sobre o que era a superioridade ocidental. Isso tornou a história fácil de ser aceita e, em grande medida, determinou as percepções populares e midiáticas do “esoterismo” até os dias atuais. Diante da ausência de uma tradição acadêmica séria focada em estudar efetivamente a história do “esoterismo e do ocultismo”, de maneira histórica e crítica, simplesmente não havia estudiosos com expertise factual e autoridade intelectual suficientes para desafiá-la - ou com a coragem para

³² Para uma excelente crítica desse tipo de raciocínio, consulte Elaine Fisher, “Fascist Scholars, Fascist Scholarship: The Quest for Ur-Fascism and the Study of Religion”, in: Christian K. Wedemeyer & Wendy Doniger (eds.), *Hermeneutics, Politics, and the History of Religions: The Contested Legacies of Joachim Wach and Mircea Eliade*, Oxford University Press 2010, 261-284.

fazê-lo. Pois, se você se atrevesse a contestar a narrativa dominante, sempre corria o risco de ser atacado como um “apologista” que defende tradições “irracionais” questionáveis, sinistras, até perigosas³³.

Infelizmente, de maneira ainda mais abrangente e indo muito além do impacto da Teoria Crítica, associações simplistas entre fascismo, nazismo e antissemitismo com “esoterismo, magia e o ocultismo” tornaram-se um gênero altamente bem-sucedido de ficção conspiratória popular desde a década de 1960. Aqui encontramos a fantasia sensacionalista de que Hitler e os nazistas eram verdadeiramente ocultistas, membros de sociedades secretas sinistras envolvidas em magia negra e inspiradas por forças demoníacas. Nada disso tem qualquer base histórica³⁴, mas foi vendido a uma audiência internacional em massa pelo mega *bestseller* francês *Le Matin des Magiciens*, publicado por Louis Pauwels e Jacques Bergier em 1960³⁵. Dessa obra surgiram uma série interminável de teorias conspiratórias adicionais, disseminadas até o presente através da cultura popular em forma de romances, quadrinhos, filmes, jogos de vídeo e internet. Todo esse cenário cria um efeito de sensacionalismo vago, porém persistente, na consciência popular, envolvendo organizações “esotéricas” (secretas!) ou “ocultas” (misteriosas!) desconhecidas, mas certamente sinistras, alegadamente envolvidas em males radicais como satanismo e nazismo. Podemos estar lidando apenas com “ficção”, mas sua atração reside precisamente na sugestão subliminar e excitante de que “certamente deve haver algo de verdade nisso...”. Infelizmente, tais suspeitas recebem um certo grau de legitimidade e plausibilidade das tradições intelectuais dominantes que tenho criticado aqui. Isso é evidenciado pelo fato de padrões semelhantes de desinformação ideologicamente impulsionada sobre “esoterismo” não se limitarem apenas à mídia popular, mas também podem ser encontrados no trabalho de influentes professores universitários que se apresentam como especialistas, mas raramente

33 Em 2009, discuti esse tipo popular de “culpa por associação” em uma palestra não publicada *Politics and the Study of Western Esotericism* que está disponível online. A palestra refletiu minhas profundas preocupações com o aumento do populismo de direita após o 11 de setembro. Como essa tendência obviamente continuou ao longo da última década, a ponto de as perspectivas de extrema direita agora representarem um perigo real e iminente para a sobrevivência da democracia liberal, acredito que meu argumento não perdeu nada de sua relevância.

34 Para “o mito moderno do ocultismo nazista”, consulte o apêndice excelente e ainda relevante de Nicholas Goodrick-Clarke, *The Occult Roots of Nazism: Secret Aryan Cults and their Influence on Nazi Ideology*, I.B. Tauris: London / New York 1985, 217-225. Infelizmente, o mito continua influenciando até mesmo o trabalho de acadêmicos que deveriam saber melhor, mas cujos livros vendem muito ao se aproveitar de estereótipos sensacionalistas. Veja, por exemplo, Eric Kurlander, *Hitler's Monsters: A Supernatural History of the Third Reich*, Yale University Press: New Haven / London 2017; discussões críticas em Julian Strube (*Correspondences* 5 [2017], 130-139) e Eva Kingsepp (“Scholarship as Simulacrum: The Case of Hitler's Monsters”, *Aries* 19 [2019], 265-281).

35 Louis Pauwels & Jacques Bergier, *Le matin des magiciens*, Gallimard : Paris 1960.

conhecem ou se interessam pela pesquisa acadêmica³⁶. O único antídoto eficaz contra toda essa confusão sobre “esoterismo” consiste em informações factuais confiáveis baseadas em pesquisa acadêmica séria, imparcial, crítica e histórica. Portanto, mais uma vez, convido calorosamente você a se familiarizar com a abundante literatura crítica disponível atualmente.

ESOTERISMO DE DIREITA

Minha argumentação não implica, é claro, que não haja nada problemático na relação entre esoterismo e democracia. Com isso, chego ao meu quinto ponto: a importância de ser específico - de sempre diferenciar cuidadosa e precisamente, em vez de generalizar tudo da mesma forma. Em uma democracia liberal, uma sociedade aberta que preza a liberdade religiosa, não há razão específica para considerar a presença de movimentos ou ideias “esotéricas” como problemática em si. O verdadeiro problema reside na ampla ignorância sobre o esoterismo e sua história, para a qual o antídoto consiste em informações sólidas baseadas em pesquisa legítima. A primeira lição que se pode aprender com o estudo do esoterismo é evitar generalizações abrangentes e sempre direcionar qualquer investigação para tendências esotéricas específicas, movimentos ou organizações.

Historicamente e sociologicamente, muitos fenômenos abrangidos pelo termo “esoterismo” têm pouca relação com questões políticas. Desde o século XVIII, muitos outros têm se alinhado a agendas de esquerda, socialistas ou progressistas. Por exemplo, existe uma história de fortes conexões entre esoterismo e socialismo no século XIX³⁷; muitas formas de esoterismo nesse período estiveram envolvidas em causas progressistas como a emancipação das mulheres, direitos de voto, anti-viviseção, questões de gênero, liberação sexual e anticolonialismo³⁸. Não é

³⁶ Um exemplo especialmente claro é Hartmut Zinser, *Esoterik: Eine Einführung*, Wilhelm Fink: München 2009; resenha crítica em Wouter J. Hanegraaff, “Textbooks and Introductions to Western Esotericism”, *Religion* 43:2 (2013), 193-195.

³⁷ Julian Strube, *Sozialismus, Katholizismus und Okkultismus im Frankreich des 19. Jahrhunderts: Die Genealogie der Schriften von Eliphas Lévi*, De Gruyter: Berlin / Boston 2016; idem, “Socialist Religion and the Emergence of Occultism: A Genealogical Approach to Socialism and Secularisation in 19th-century France”, *Religion* 46:3 (2016), 359-388.

³⁸ Por exemplo, Marco Pasi, “The Modernity of Occultism: Reflections on Some Crucial Aspects”, in: Hanegraaff & Pijnenburg, *Hermes in the Academy*, 59-74; Anne Braude, *Radical Spirits: Spiritualism and Women’s Rights in Nineteenth-Century America*, Beacon Press: Boston 1989; Joy Dixon, *Divine Feminine: Theosophy and Feminism in England*, Johns Hopkins University Press: Baltimore / London 2001; Martin Green, *Mountain of Truth: The Counterculture Begins. Ascona, 1900-1920*, Tufts University & University Press of New England: Hanover / London 1986; Alex Owen, *The Place of Enchantment: British Occultism and the Culture of the Modern*, The University of Chicago Press: Chicago / London 2004; Corinna Treitel, *A Science for the Soul: Occultism and the Genesis of the German Modern*, Johns Hopkins University Press: Baltimore / London 2004; Manon Hedenborg White, *The Eloquent Blood: The Goddess Babalon & the Construction of Femininities in Western Esotericism*, Oxford University Press 2020.

insignificante que o movimento esotérico mais influente do final do século XIX e início do século XX, a Teosofia, estivesse promovendo um programa global de reforma social que estabelecesse as bases para a “Fraternidade Universal da Humanidade, sem distinção de raça, credo, sexo, casta ou cor”³⁹. Que isso não fosse apenas teoria é evidenciado pela presença muito marcante tanto de mulheres quanto de teósofos sul-asiáticos na liderança e nas publicações dessa organização global⁴⁰. Após a Segunda Guerra Mundial, grande parte do esoterismo popular que floresceu na Contracultura desde a década de 1960 tendeu decididamente para a esquerda, por exemplo, em seu apoio ao movimento pelos direitos civis, à liberação sexual e à oposição à guerra do Vietnã e outras manifestações do imperialismo ocidental.

Contudo, é claro que, no contexto contemporâneo, observamos diversas correntes esotéricas específicas que são indiscutivelmente problemáticas, pois rejeitam os valores fundamentais da democracia liberal. Dado que o esoterismo extraí suas ideias básicas do reservatório ocidental de “conhecimento rejeitado”, ele sempre possui um forte potencial para críticas contraculturais ao *status quo*. Durante os séculos XVIII e XIX, muitas correntes esotéricas tomaram partido pelo Iluminismo e por causas sociais progressistas, em oposição à ainda poderosa influência das igrejas e do dogmatismo cristão⁴¹. Contudo, à medida que essa batalha foi decidida cada vez mais a favor da modernização e secularização (ou “racionalidade e ciência”), aqueles que sentiram que a “desencantamento” esvaziava o mundo de significado espiritual encontraram fácil perceber o esoterismo como um reservatório atraente de ideias e tradições não ou antimodernas⁴². Isso poderia e, de fato, levou ao surgimento de diversas formas novas de esoterismo mais ou menos conservadoras ou reacionárias de “direita”, algumas das quais são explí-

³⁹ Versão de 1888 (consulte Josephine Ransom, *A Short History of the Theosophical Society, 1875-1937*, Theosophical Publishing House: Adyar, Madras 1938, 545-553, aqui 549). Especialmente na Alemanha, a teoria de “raças-raízes” de H.P. Blavatsky muitas vezes é confundida ou misturada com a Ariosofia racista/antisemita de Lanz von Liebenfels, resultando em percepções equivocadas generalizadas de que a Teosofia de Blavatsky é um movimento “direitista” conservador ou reacionário (ignorando o fato de que, longe de ser uma especialidade esotérica, teorias raciais eram mais ou menos onipresentes no final do século XIX; veja acima, nota 22 para o caso de Herbert Spencer). Para uma excelente discussão em alemão que corrige tais erros, consulte Jan Stottmeister, *Der George-Kreis und die Theosophie, mit einem Exkurs zum Swastika-Zeichen bei helena Blavatsky, Alfred Schuler und Stefan George*, Wallstein Verlag: Göttingen 2014 (consulte pp. 344-371 sobre o Antirracismo Racial de Blavatsky).

⁴⁰ Tim Rudbøg & Erik Reenberg Sand (eds.), *Imagining the East: The Early Theosophical Society*, Oxford University Press 2020; Hans Martin Krämer & Julian Strube (eds.), *Theosophy Across Boundaries: Transcultural and Interdisciplinary Perspectives on a Modern Esoteric Movement*, State University of New York Press: Albany 2020.

⁴¹ O estudo clássico desse fenômeno-chave é Joscelyn Godwin, *The Theosophical Enlightenment*, State University of New York Press: Albany 1992.

⁴² Egil Asprem, *The Problem of Disenchantment: Scientific Naturalism and Esoteric Discourse, 1900-1939*, Brill: Leiden / Boston 2014 & State University of New York Press: Albany 2018.

citas na rejeição às próprias bases do liberalismo e da democracia. Vou mencionar brevemente as mais importantes delas; contudo, antes de fazê-lo, gostaria de enfatizar meu sexto e último ponto. Novamente, desejo destacá-lo com especial ênfase: Essas tendências cada vez mais visíveis e populares do esoterismo de direita devem ser compreendidas não como fatores causais que ajudam a explicar o surgimento do populismo de extrema-direita nas últimas duas décadas. Pelo contrário, são sintomas da crise geral da democracia liberal que estamos vivenciando atualmente.

Aqui, é necessário fazer uma breve digressão para explicar o argumento de fundo sobre o qual repousa minha análise. A ascensão do neoliberalismo, fundamentada nas teorias de Friedrich Hayek e sua *Mont Pelerin Society* desde a era de Reagan/Thatcher nos anos 1980, e a disseminação global dessa ideologia desde a era de Clinton/Blair após o colapso da União Soviética em 1989, levaram a uma profunda transformação do que o “liberalismo” deveria significar. Por razões que não posso discutir detalhadamente aqui, mas que foram analisadas minuciosamente por especialistas⁴³, a lógica profunda do neoliberalismo é, de fato, incompatível com a democracia e mina os próprios princípios de “liberdade e igualdade” que se supunha que o liberalismo representasse⁴⁴. Atualmente, estamos testemunhando uma revolta popular generalizada contra o fato de que a busca global pela radical neoliberalização claramente não nos trouxe liberdade, igualdade, justiça social, democracia e florescimento humano, mas sim seus opostos: autoritarismo, sistemas tecnológicos impessoais de vigilância e controle burocrático, injustiça

43 A literatura sobre o Neoliberalismo como um fenômeno histórico está crescendo rapidamente. Para minha compreensão de sua natureza e desenvolvimento, incluindo sua subversão da democracia liberal, confio especialmente nas obras de David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Oxford University Press, 2005); Daniel Stedman Jones, *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics* (Princeton University Press, Princeton/Oxford, 2012); Quinn Slobodian, *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism* (Harvard University Press, Cambridge Mass./London, 2018); Noreena Hertz, *The Silent Takeover: Global Capitalism and the Death of Democracy* (Arrow, London, 2001); Wendy Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (Zone Books, New York, 2015); Manfred B. Steger & Ravi K. Roy, *Neoliberalism: A Very Short Introduction* (Oxford University Press, 2010); Shoshana Zuboff, *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* (Faber & Faber, London, 2019). Além disso, consultei a obra de Bram Mellink & Merijn Oudenampsen, *Neoliberalisme: Een Nederlandse geschiedenis* (Boom, Amsterdam, 2022).

44 Para a tradição original do liberalismo, em oposição ao neoliberalismo, recomendo Larry Siedentop, *Inventing the Individual: The Origins of Western Liberalism*, Penguin 2014. A incompatibilidade do “verdadeiro” liberalismo e do neoliberalismo, é claro, exigiria uma discussão muito mais longa. Quanto ao argumento de que o projeto neoliberal pretendia “inocular o capitalismo contra a ameaça da democracia”, ver, por exemplo, Slobodian, *Globalists*, 2, e *passim*; ou Brown, *Undoing*, 17-45. Em sua discussão sobre o que aconteceu com o conceito central de “liberdade” (*Brief History*, 5-38), Harvey mostra que o neoliberalismo sempre pretendia “restaurar o poder das elites econômicas” (o.c., 19), garantir liberdade não para indivíduos, mas para “proprietários privados, corporações multinacionais e capital financeiro” (o.c., 7, 21), e promoverativamente a desigualdade econômica (o.c., 16-17, 26).

social generalizada, extrema desigualdade econômica e uma crise cada vez mais profunda da democracia. A tragédia reside no fato de que os neoliberais sempre se apresentaram como defensores do “liberalismo” e da “democracia”, quando na realidade (como especialistas e *insiders* sempre souberam) estavam fazendo o oposto. Devido a essa distinção um tanto sutil, mas crucial, passar despercebida para o público em geral, a “democracia liberal” é culpada pelas enfermidades que são, na verdade, causadas pelo substituto que tomou seu lugar: o neoliberalismo⁴⁵.

Um certo número de tendências esotéricas específicas tem respondido a essa situação, ou se beneficiado dela, ao se apresentarem como alternativas. Algumas delas têm adotado claramente uma orientação para a direita ou extrema direita. Sem entrar em detalhes aqui, sugeriria que as mais importantes são as seguintes:

- Primeiramente, há a chamada corrente Tradicionalista⁴⁶, definida por sua oposição virulenta contra a “modernidade” em todas as suas formas. Por essa razão, é claro, sempre tendeu a ser extremamente crítica em relação à democracia e aos valores liberais. O Tradicionalismo nasceu do trabalho do esotérico francês René Guénon (1886-1951), e deve-se observar que muitos de seus simpatizantes estão muito mais focados em questões espirituais do que em políticas. Suas manifestações contemporâneas de extrema direita e antidemocráticas são inspiradas mais especificamente no Tradicionalista italiano Julius Evola (1898-1974), que tentou se alinhar a Mussolini e Hitler e foi perfeitamente explícito sobre suas opiniões racistas e antisemitas⁴⁷. Hoje, esse tipo de Tradicionalismo está se consolidando em torno de editoras da “Nova Direita Espiritual”, como a *Arktos Media*, ou influentes

45 Como formulado por George Monbiot em um excelente resumo, “que poder maior pode haver do que operar anonimamente? O neoliberalismo se tornou tão pervasivo que raramente o reconhecemos sequer como uma ideologia” (ver Monbiot, “Neoliberalism – The Ideology at the Root of All Our Problems”).

46 Para uma introdução sólida e confiável, veja Mark Sedgwick, *Contra o Mundo Moderno: Tradicionalismo e a História Intelectual Secreta do Século XX*, Oxford University Press 2004. Para uma visão histórica mais ampla, veja Wouter J. Hanegraaff, “Tradition,” em: Hanegraaff, *Dictionary* (ver acima, nota 2), 1125-1135.

47 A melhor visão histórica do envolvimento de Evola no fascismo e no nacional-socialismo pode ser encontrada em H.T. Hansen (Hans Thomas Hakl), “Julius Evolas politisches Wirken”, em: *Julius Evola, Menschen inmitten von Ruinen*, Hohenrain-Verlag: Tübingen / Zürich / Paris 1991 (para os motivos específicos pelos quais esta introdução apareceu em uma tradução alemã publicada por uma editora de direita, veja Francesco Baroni, “The Philosophical Gold of Perennialism: Hans Thomas Hakl, Julius Evola and the Italian Esoteric Milieus”, *Religiographies* 1:2, 2022 (no prelo), <https://www.cini.it/pubblicazioni/religiographies>). A documentação mais detalhada do vívelento antisemitismo de Evola está disponível apenas em italiano: Dana Lloyd Thomas, *Julius Evola e la tentazione razzista: L’inganno del pangermanesimo in Italia*, Giordano: Messagne (Brindisi) 2006. Para outra figura importante dos mesmos meios, veja Christian Giudice, *Occult Imperium: Arturo Reghini, Roman Traditionalism, and the Anti-Modern Reaction in Fascist Italy*, Oxford University Press 2022.

sites e redes “nacionalistas brancos” com agendas explicitamente racistas e antisemitas, como o *Counter-Currents* de Greg Johnson⁴⁸. Não surpreendentemente, nos mesmos meios encontramos uma fascinação por tradições esotéricas específicas, como a conhecida mutação racista/antisemita da Teosofia conhecida como Ariosofia, ou ícones neonazistas como Savitri Devi (Maximiani Julia Portas, 1905-1982), que acreditava que Hitler era uma encarnação divina⁴⁹; e com várias formas mais ou menos “pagãs” de esoterismo alinhadas à *Nouvelle Droite* de Alain de Benoist ou ao filósofo russo Aleksandr Dugin, ambos com um seguimento internacional considerável⁵⁰.

- O paganismo moderno (também conhecido como Neopaganismo) é, de fato, o segundo principal campo onde, nos dias de hoje, você encontrará bastante interesse em ideias conservadoras-tradicionalistas que tendem para a direita ou extrema direita. Previsivelmente, isso tem gerado controvérsias internas na comunidade pagã, pois muitos pagãos são liberais, inclinados à esquerda, e profundamente preocupados com questões progressistas como a emancipação das mulheres e a proteção do meio ambiente. No entanto, outras tendências no paganismo contemporâneo enfatizam fortemente as divindades pagãs nórdicas e germânicas ou valores “masculinos” guerreiros; e isso pode facilmente, embora não necessariamente⁵¹, levar ao endosso de ideologias *Blut und Boden* (Sangue e Solo)⁵². Além disso, uma crítica nietzschiana aos valores “suaves” chamados de “judaico-cristãos” da sociedade ocidental, responsabilizados pela dessacralização do mundo que culminou em uma sociedade de consumo neoliberal espiritualmente vazia,

⁴⁸ Veja Graham Macklin, “Greg Johnson and Counter-Currents”, em: Mark Sedgwick (ed.), *Key Thinkers of the Radical Right: Behind the New Threat to Liberal Democracy*, Oxford University Press 2019, 204-223; Benjamin Teitelbaum, “Daniel Friberg and Metapolitics in Action” em: ibid., 259-275 (incluindo discussão da *Arktos*).

⁴⁹ Enquanto o estudo de Nicholas Goodrick-Clarke sobre a Ariosofia (*Occult Roots of National Socialism*; ver acima, nota 30) é um clássico merecido, seu volume sobre Savitri Devi (*Hitler's Priestess: Savitri Devi, the Hindu-Aryan Myth, and Neo Nazism*, New York University Press: Nova York / Londres 1998) deve, infelizmente, ser lido com a maior cautela. Ele reproduz acriticamente a autobiografia de Savitri Devi e geralmente carece da distância crítica e contextualização histórico/política que é claramente necessária para esse tópico.

⁵⁰ Veja Jean-Yves Camus, “Alain de Benoist and the New Right,” in: Sedgwick, *Key Thinkers*, 73-90; Stéphane François, “Guillaume Faye and Archeofuturism” in: ibid., 91-101; Marlène Laruelle, “Alexander Dugin and Eurasianism” in: ibid., 155-169.

⁵¹ Por exemplo, Christopher McIntosh, *Beyond the North Wind: The Fall and Rise of the Mystic North*, Weiser Books: Newburyport 2019.

⁵² Veja, por exemplo, Mattias Gardell, *Gods of the Blood: The Pagan Revival and White Separatism*, Duke University Press: Durham / London 2003.

pode facilmente alimentar formas de paganismo de direita (embora, como é bastante natural para pagãos serem críticos em relação ao cristianismo, argumentos um tanto semelhantes também possam ser feitos a partir de perspectivas pagãs de esquerda).

- A terceira e última tendência principal que gostaria de destacar é de natureza bastante diferente. Como todos sabem que leram o romance “O Pêndulo de Foucault” de Umberto Eco (1988), uma dimensão muito importante do esoterismo moderno e contemporâneo consiste em teorias da conspiração; e sua ampla adoção nos meios espirituais contemporâneos levou à popularização do termo “Conspiritualidade”⁵³. Historicamente, essas tendências se desenvolveram pela primeira vez no final do século XVIII entre os católicos romanos profundamente conservadores, que acreditavam que os maçons e a Ordem Alemã dos *Illuminaten* eram inspirados pelo diabo e responsáveis pela Revolução Francesa⁵⁴. Elas se desenvolveram de muitas maneiras ao longo do século XIX, resultando em inúmeras fantasias conspiratórias extremamente populares com um papel central para maçons, ocultistas, satanistas, jesuítas e judeus⁵⁵. Já mencionei o popular gênero conspiratório do “ocultismo nazista”; no entanto, muitas outras narrativas semelhantes são elas próprias implicitamente ou explicitamente antisemitas, pois seguem o exemplo dos notórios “Protocolos dos Sábios de Sião”⁵⁶ ao sugerir que as “élites” neoliberais que buscam controlar o mundo são dominadas por uma conspiração sinistra de judeus ricos (os Rothschilds, George Soros, etc.). É extremamente perturbador ver como todas essas histórias há muito refutadas continuam sendo ressuscitadas e disseminadas online, encontrando novos adeptos, no contexto mais amplo de uma cultura “pós-verdade” que apaga qualquer distinção entre ficção e fato⁵⁷.

53 Charlotte Ward & David Voas, “The Emergence of Conspirituality,” *Journal of Contemporary Religion* 26:1 (2011), 103-121.

54 Veja Johannes Rogalla von Bieberstein, *Der Mythos von der Verschwörung: Philosophen, Freimaurer, Juden, Liberale und Sozialisten als Verschwörer gegen die Sozialordnung*, Marix Verlag: Wiesbaden 2008.

55 Para aqueles que leem francês e não temem livros extensos, uma análise particularmente impressionante centrada na França é Emmanuel Kreis, *Quis ut Deus? Antijudéo-maçonnisme et occultisme en France sous la IIIe République*, Les Belles Lettres: Paris 2017.

56 Veja o estudo clássico de Norman Cohn, *Warrant for Genocide: The Myth of the Jewish World Conspiracy and the Protocols of the Elders of Zion*, Serif: London 2005.

57 Lee McIntyre, *Post-Truth*, The MIT Press: Cambridge Mass. / London 2018.

Tradicionalismo, Paganismo de Direita e Conspiritualidade são, sem dúvida, fenômenos importantes, e é compreensível que atraiam muita atenção da mídia popular. No entanto, não devemos esquecer que, no final, são apenas três dimensões específicas do campo muito mais amplo e extremamente complexo conhecido como “esoterismo contemporâneo”⁵⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esteira de fenômenos como a crise da Covid, o movimento popular anti-vacinação, o ataque ao Capitólio e agora a guerra na Ucrânia, muitos comentaristas recentes ficaram chocados e surpresos ao ver quão incrivelmente populares as narrativas conspiratórias se tornaram, na internet e nas redes sociais, e entre os manifestantes que vão às ruas. O que fazer diante do fato de que, hoje em dia, movimentos espirituais semelhantes aos Hippies, que supostamente pregam “paz e amor”, parecem não ter problema em se alinhar com neofascistas e outros ativistas radicais da extrema direita, incluindo pagãos e tradicionalistas?⁵⁹

Tenho argumentado que esses fenômenos não são causados por algo que possa ser considerado “intrinsecamente esotérico”. Em outras palavras, não é “por causa de suas ideias esotéricas” que essas pessoas estão se voltando para a direita e contra “as elites”. Em vez disso, esses movimentos de protesto devem ser vistos como sintomas de uma profunda crise da democracia liberal. Sugeri que essa crise é causada, essencialmente, pelo processo histórico de neoliberalização (e globalização neoliberal) que se desdobrou desde os anos 1980 e tem se descontrolado cada vez mais desde a crise financeira de 2009. Permita-me retornar aqui ao meu ponto no início desta palestra: nunca se esqueça de que, ao estudar o esoterismo, estamos, em última análise, estudando pessoas. É perfeitamente normal que cidadãos comuns hoje estejam lidando com sentimentos de profunda tristeza ou depressão, medo e incerteza, ou alarme e indignação moral sobre o que está acontecendo em nosso mundo atualmente. Muitos de nós nos sentimos impotentes, com medo e irritados,

58 Para um volume pioneiro sobre esse tópico, veja Egil Asprem & Kennet Granholm (eds.), *Contemporary Esotericism*, Equinox: Sheffield / Bristol 2013. Asprem está atualmente preparando um volume editado *Dictionary of Contemporary Esotericism*, Brill: Leiden a ser publicado.

59 Uma visão geral acessível para o contexto alemão é Matthias Pöhlmann, *Rechte Esoterik: Wenn sich alternatives Denken und Extremismus gefährlich vermischen*, Herder: Freiburg / Basel / Wien 2021. Este livro pode ser recomendado como uma rica fonte de informações factuais sobre as muitas dimensões da cena esotérica popular; no entanto, deve-se observar que, infelizmente, a familiaridade do autor com a erudição acadêmica moderna e de língua inglesa é mínima, resultando em padrões de interpretação profundamente endividados com todos os estereótipos padrão da Escola de Frankfurt. Como resultado (e contra meu argumento no presente artigo), o esoterismo de direita é apresentado como um fator causal potencialmente perigoso (co)responsável por afastar as pessoas da democracia, em vez de diagnosticá-la como um sintoma da crise social

vendo quão impotentes somos para fazer qualquer coisa diante da acumulação constante de crises (ambientais, sociais, políticas, econômicas, democráticas, militares, médicas, mentais-psicológicas, etc.) que parecem estar rasgando o tecido de nossa sociedade. Diante dessa situação, não é apenas fácil, mas perfeitamente natural para muitos indivíduos começarem a buscar possíveis fontes de esperança e inspiração no rico reservatório histórico de crenças, conceitos, símbolos, linguagem, mitos ou narrativas “esotéricas”. Afinal, esses materiais têm pelo menos uma coisa em comum: o fato de terem sido descartados e marginalizados pela corrente principal e pelas elites intelectuais ocidentais, de modo que acabaram naquela caixa de “conhecimento rejeitado”. Isso os torna, obviamente, atraentes.

Em outras palavras, se você se sente profundamente decepcionado, frustrado ou traído pelo “sistema”, pelas “mídias *mainstream*” ou pelas “elites” que têm bagunçado nosso mundo, a ponto de concluir que aqueles que estão no comando devem ser totalmente corruptos, então, claro, você não acredita mais em nenhuma das “histórias oficiais” que “essas elites” estão tentando lhe vender, ou em suas alegações sobre o que é “verdadeiro” e o que não é! Você não confia mais em nada do que eles dizem. Mas você ainda está procurando respostas, por algum tipo de conhecimento significativo, alguma narrativa maior que faça sentido, algo que possa ajudá-lo a entender o que está acontecendo e por quê. O resultado é que você tem muitas razões agora para ter um interesse especial no que “eles” rejeitam e sempre tentaram desacreditar, como ridículo, perigoso e falso. Em resumo, você será inclinado a rejeitar o que eles aceitam (possivelmente até porque eles aceitam) e a aceitar o que eles rejeitam (possivelmente até porque eles rejeitam).

Essa lógica é perfeitamente fácil de entender. Ela explica a atração especial do esoterismo como “conhecimento rejeitado” para uma sociedade em crise. Acredito que há motivos para estarmos profundamente preocupados com o futuro da democracia liberal, seus valores mais fundamentais e suas instituições básicas; pois elas estão seriamente enfraquecidas e sob contínua ameaça, e receio que não seja de forma alguma certo que sobreviverão nas próximas décadas. Para sermos eficazes ao enfrentar esse enorme desafio, não devemos permitir que uma obsessão com os sintomas nos distraia de diagnosticar as causas profundas do que está acontecendo na sociedade. Nossa tarefa é descobrir o que realmente está errado com o paciente e o que podemos fazer para curá-lo. Caso contrário, os sintomas não desaparecerão.

SOBRE WOUTER HANEGRAAFF:

Wouter Jacobus Hanegraaff é professor de História da Filosofia Hermética e correntes relacionadas na Universidade de Amsterdã, Holanda, e foi o primeiro

presidente da *European Society for the Study of Western Esotericism* (ESSWE), de 2005 a 2013. Para maiores informações, cf. About | Wouter Hanegraaff (wouter-jhanegraaff.net).

Hanegraaff é professor de História do Esoterismo na Universidade de Amsterdã.

REFERÊNCIAS

- “VETERINÁRIA RESPONSÁVEL POR VIRADA ESOTÉRICA DE MILEI DIZ QUE TEM DOM DE CONVERSAR COM ANIMAIS MORTOS” (GLOBO, 2023). <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/12/11/veterinaria-responsavel-por-virada-esoterica-de-milei-diz-que-tem-dom-de-conversar-com-animais-mortos.ghtml>
- SEDGWICK, Mark (2020). *Contra o mundo moderno – o tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Tradução de Diogo Rosas G. Belo Horizonte–Veneza: Âyiné.
- SOUZA, Felipe Freitas de (2023). O Projeto Radical Tradicionalista: entrevista com Mark Sedwick. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, v. 14, p. 12-31. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2240#:~:text=Sedgwick%20examina%20o%20crescimento%20do,indiv%C3%ADduos%20como%20Olavo%20de%20Carvalho.> (acesso em 19/09/2024).
- TEITELBAUM, Benjamim R (2020). *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora Unicamp.
- VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha (2022). Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural. *Princípios*, v. 41, n. 163, p. 208-239. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/155> (aAcesso em 19/09 set. 2024).
- VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha (2023). A dissidência tradicionalista: a reinvenção da extrema direita brasileira como aliança “vermelho-marrom”. *Almanaque de Ciência Política*, v. 7, n. 2, p. 01-29. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/43193> (aAcesso em: 19/09/ set. 2024).

Protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina ao longo do tempo e as relações Governo-Igreja

Opposing protests surrounding abortion rights in Argentina over time and the Government-Church relationships

Jéssica Marcela Kaufman^a

Resumo Este artigo analisa os aspectos principais do desenvolvimento dos protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina durante o período de 2005 a 2018, considerando as oportunidades e limitações para a ação coletiva derivadas dos vínculos entre governo nacional e hierarquia eclesiástica. Utilizamos a metodologia denominada *Protest Event Analysis* para examinar o desenvolvimento das manifestações contrárias, e recorremos a fontes complementares para contextualizar nossa análise. Nossos resultados mostram que os protestos opostos tenderam a aumentar e diminuir, respectivamente, em momentos de maior ou menor tensão (ou distanciamento) entre o governo nacional e a hierarquia eclesiástica. Concluímos que, em pesquisas similares realizadas em países onde a instituição religiosa exerce influência na política, torna-se necessário considerar os vínculos entre governo e Igreja ao analisar as oportunidades e limitações para a atuação dos lados opostos, especialmente quando as disputas envolvem questões de gênero e sexualidade.

Palavras-chave Protestos opostos. Aborto. Igreja.

Abstract This paper examines the main aspects of the development of opposing protests surrounding abortion rights in Argentina from 2005 to 2018, considering the opportunities and limitations for collective action derived from the links between the national government and the ecclesiastical hierarchy. We utilized the methodology known as *Protest Event Analysis* to scrutinize the development of the opposing demonstrations, and consulted complementary sources to contextualize our analysis. Our findings indicate that the opposing protests tended to increase and decrease, respectively, during periods of greater or lesser tension (or distance) between the national government and the ecclesiastical hierarchy. We conclude that in similar

^a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: kaufjm@gmail.com



studies conducted in countries where the religious institution exerts influence on politics, it becomes necessary to consider the links between government and Church when analyzing the opportunities and limitations for the engagement of opposing sides, especially when disputes involve issues of gender and sexuality.

Keywords Opposing protests. Abortion. Church.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais extensa sobre o desenvolvimento dos protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina ao longo do tempo, abordando o período transcorrido entre dois eventos cruciais. O primeiro consiste no lançamento da *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (CALSG), em 2005, enquanto o segundo no debate sobre o Projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez (PL-IVE) no Congresso Nacional, em 2018, o qual gerou uma série de mobilizações a favor e contra o direito ao aborto – ou, em termos de Tarrow (2011, p. 199), um “ciclo contencioso”. O objetivo deste trabalho consiste em analisar os aspectos principais do desenvolvimento desses protestos, considerando as oportunidades e limitações para a ação coletiva decorrentes dos sucessivos vínculos entre governo nacional e hierarquia eclesiástica. Com efeito, de acordo com a literatura (HTUN, 2003; BORLAND, 2004; BLOFIELD, 2008; HTUN; WELDON, 2018), na Argentina, igualmente a outros países da América Latina, a Igreja Católica exerce uma forte influência na política e apresenta um especial interesse nos assuntos de sexualidade e reprodução, de maneira que procuramos analisar se as relações governo-Igreja têm estado vinculadas com a trajetória das manifestações contrárias em torno do direito ao aborto.

Para examinar o desenvolvimento dos protestos opostos, empregamos a metodologia de pesquisa denominada *Protest Event Analysis* (PEA) (KOOPMANS; RUCHT, 2002; EARL et al., 2004; HUTTER, 2014), que implicou a elaboração de um banco de dados no qual, de maneira sistemática, foram codificados, a partir de fontes jornalísticas, 642 eventos de protesto. Adicionalmente, para analisar o contexto de atuação dos lados contrários – incluindo os vínculos entre governo e Igreja – recorremos a fontes complementares de diferente natureza. Nossos resultados mostram que os protestos opostos tenderam a aumentar e diminuir, respectivamente, em momentos de maior ou menor tensão (ou distanciamento) entre o governo nacional e a hierarquia eclesiástica.

MÉTODOS

Como mencionamos, empregamos a PEA (Olzak, 1989; Koopmans, Rucht, 2002; Earl et al., 2004; Hutter, 2014) para analisar o desenvolvimento das manifes-

tações contrárias. Essa metodologia consiste na produção e análise de um catálogo de eventos de protesto por meio de, principalmente, fontes jornalísticas, e a partir da definição de um conjunto de variáveis, para identificar mudanças e persistências nos padrões de protesto ao longo do tempo. Assim, codificamos 642 eventos de protesto em torno do direito ao aborto ocorridos na Argentina durante oito anos do período compreendido entre 2005 e 2018¹, e reportados nas matérias do jornal *Clarín.com* que incluíam a palavra-chave “aborto”. Os oito anos selecionados para nossa análise foram 2005, 2006, 2009, 2011, 2012, 2014, 2017 e 2018, uma vez que correspondem, respectivamente, a dois anos de cada mandato presidencial durante esse transcurso – Néstor Kirchner (2003-2007), Cristina Fernández (2007-2011 e 2011-2015) e Mauricio Macri (2015-2019) – e, portanto, a contextos políticos que apresentaram diferentes oportunidades para os protestos opostos.

Por sua vez, a fonte jornalística mencionada foi escolhida após uma cuidadosa avaliação de três dos principais jornais da Argentina: *Clarín*, *Página 12* e *La Nación*, com base nos quatro critérios formulados na pesquisa sobre o desenvolvimento de protestos no mesmo país de Herrera-Gutiérrez (2012): abrangência da cobertura territorial, volume de circulação, viés ideológico e eficiência do buscador de notícias *online*. Apesar de que *La Nación* possuía um mecanismo de busca de notícias mais eficiente, apresentava, assim como *Página 12*, posicionamentos explícitos em relação ao direito ao aborto: enquanto o primeiro jornal se posicionava contra, o segundo o fazia a favor. Em contrapartida, *Clarín.com* apresentava um viés ideológico moderado, além de maior abrangência da cobertura territorial e maior volume de circulação. Embora esse jornal constituiu a única fonte para a elaboração do nosso banco de eventos de protesto, utilizamos outras fontes de diferente natureza para contextualizar a análise desse banco: dez entrevistas com lideranças ou ativistas de reconhecida atuação a favor e contra o direito ao aborto, autobiografias, material produzido pelas principais organizações envolvidas nos protestos, fontes secundárias e diferentes documentos aludidos nas fontes anteriores – como, por exemplo, matérias de outros jornais.

RESULTADOS

Como apontamos na seção anterior, foram codificados 642 eventos ao todo, o que representa uma média de 80 por ano. Desse total, 426 corresponderam a protestos pelo direito ao aborto, enquanto 216 aos protestos contrários. De acordo

1 Para além do número de eventos de protesto, o banco contém dados sobre as datas de cada evento, as formas de ação coletiva principais e secundárias, as demandas e os locais, entre outras variáveis.

com a tabela 1, o maior número de eventos aconteceu, para ambos os protestos opostos, em 2018: 263 e 159 respectivamente – o que retrata, para cada caso, o 61.7% e o 73.6% dos seus protestos totais. No geral, os protestos pelo direito ao aborto foram mais frequentes do que os protestos contrários (com exceção do ano de 2006), mas ambos tenderam a aumentar e diminuir de maneira simultânea ao longo do tempo, como um “tango de mobilização e desmobilização”, em termos de Zald e Useem (1987, p. 247, tradução própria). Excepcionalmente, o desenvolvimento dos protestos opostos ocorridos durante os dois primeiros anos analisados aconteceu de maneira inversa: enquanto o número de manifestações pelo direito ao aborto diminuiu de 2005 a 2006, os contrários aumentaram. Certamente, o ano de 2005 foi bastante agitado na luta pelo direito ao aborto por dois motivos. Primeiro, o lançamento CALSG gerou sucessivas mobilizações das organizações vinculadas, que se manifestaram de diversas formas – principalmente, mediante protestos de rua. Já o segundo motivo esteve relacionado com um caso de grande repercussão midiática – em torno de uma jovem condenada a 14 anos de prisão pelo assassinato, durante um surto psicótico, da recém-nascida que teve como produto de um estupro –, o qual mobilizou as organizações da campanha, que participaram das concentrações, escrachos e fechamentos de via pública, entre outros tipos de protesto convocados a partir desse evento.

Tabela 1. Distribuição anual de protestos

	Pelo direito ao aborto			Contra o direito ao aborto		
	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
2005	17	3.99%	3.99%	4	1.85%	1.85%
2006	8	1.88%	5.87%	16	7.41%	9.26%
2009	7	1.64%	7.51%	4	1.85%	11.11%
2011	36	8.45%	15.96%	11	5.09%	16.20%
2012	42	9.86%	25.82%	12	5.56%	21.76%
2014	19	4.46%	30.28%	3	1.39%	23.15%
2017	34	7.98%	38.26%	7	3.24%	26.39%
2018	263	61.74%	100.00%	159	73.61%	100.00%
Total	426	100.00%		216	100.00%	

Fonte: elaboração própria.

Enquanto as organizações pelo direito ao aborto construíam uma nova etapa na sua luta, o setor contrário continuava realizando, em 2005, dois tipos de protesto que já havia começado a desenvolver desde o final da década anterior: as ações judiciais dirigidas a proibir o uso de anticoncepcionais de emergência (Argentina,

2002) e as atuações de mulheres autodenominadas “pró-vida” orientadas a obstruir as discussões sobre aborto nos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM)² (Alma, Lorenzo, 2009). Assim como em 2001, a obstrução dos diálogos sobre aborto no XX ENM de 2005 – realizado em Mar del Plata – consistiu na infiltração dessas mulheres nos espaços onde essas discussões eram desenvolvidas para conduzi-las ou impedi-las. No entanto, de acordo com uma ativista pelo direito ao aborto entrevistada pelo jornal que usamos como fonte do banco de dados – Marta Alanis, de *Católicas por el Derecho a Decidir* –, a obstrução foi mais intensa no XX ENM do que em anos anteriores: as mulheres conservadoras ingressaram nas salas de discussão exibindo cartazes com a frase: “não o mate, ele é seu filho”, enquanto jogavam fotos de mulheres grávidas para o ar. Por sua vez, em relação às ações judiciais, a organização autodenominada “pró-vida” *Portal de Belén*, que havia processado o Ministério da Saúde Nacional em 1998 buscando proibir a produção, distribuição e venda de um contraceptivo de emergência sob alegação de efeitos abortivos – uma alegação que foi julgada procedente pela Corte Suprema em 2002 (Argentina, 2002) – iniciou um processo semelhante em 2005 – para a proibição de outro anticoncepcional. Durante aquele ano, outras iniciativas de organizações autodenominadas “pró-vida” foram relatadas pela fonte do nosso banco de dados, mas não foram incluídas na codificação por não estarem diretamente ligadas à disputa pelo direito ao aborto. Com o lançamento de uma campanha de distribuição de preservativos e anticoncepcionais pelo Ministério da Saúde, e com o debate legislativo sobre *Educación Sexual Integral* (ESI) – Lei aprovada em 2006 –, essas atuações se orientaram, principalmente, a questionar o direito aos contraceptivos e à educação sexual nas escolas. Algumas das táticas empregadas incluíram comunicados de repúdio à campanha do Ministério da Saúde, denúncias formais contra a distribuição de preservativos e anticoncepcionais nas escolas – alegando violação da custódia dos/das filhos/as –, e manifestações em plenários durante o debate sobre a ESI.

As formas de protesto mencionadas persistiram durante o ano seguinte, impulsionadas pela continuidade da discussão em torno da ESI e o avanço no Congresso de um projeto de lei que permitiria o acesso gratuito a laqueaduras e vasectomias. Também houve algumas atuações contra o tratamento do projeto de uma comissão

2 Evento autoconvocado, heterogêneo e horizontal que se realiza anualmente na Argentina desde 1986 em diferentes cidades do país. O ENM dura três dias, nos quais são discutidos diversos assuntos relacionados às experiências das mulheres, e são realizadas atividades artísticas, encontros de confraternização e uma passeata massiva. Em 2019, as participantes do ENM decidiram substituir o nome original do evento por *Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Intersexuales, Bisexuales y No Binaries*.

de juristas que propunha reformar o *Código Penal* e, com isso, desriminalizar o aborto nos primeiros três meses da gestação, bem como contra a adesão da Argentina ao Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher por considerá-lo “abortista”. A adesão da Argentina ao Protocolo (em 2006), as iniciativas do Ministério da Saúde vinculadas com a distribuição de contraceptivos e a aprovação da Lei de ESI contribuíram para tensionar o já conflitivo vínculo entre o governo nacional de Néstor Kirchner e a Igreja Católica. Com efeito, a tensão vinculada aos direitos reprodutivos já era evidente em 2004, a partir de iniciativas similares do Ministério da Saúde, das afirmações do ministro em defesa da desriminalização do aborto (Clarín, 2004a) e das respostas da hierarquia eclesiástica. Além disso, a indicação de Kirchner de duas juízas defensoras do direito ao aborto para conformar a Corte gerou críticas e difamação por parte de bispos, e também por organizações e ativistas contra esse direito (Clarín, 2004b; Clarín, 2004c).

Naquele contexto de tensão, os protestos contra o direito ao aborto em 2006 se caracterizaram, principalmente, pela intensificação das atuações orientadas a obstruir o acesso a abortos não puníveis por meio de um amplo repertório que incluiu ações por via judicial, denúncias formais, protestos de rua, reuniões com autoridades políticas, comunicados e, inclusive, ligações telefônicas com ameaças de bomba. Segundo duas ativistas contrárias ao direito ao aborto entrevistadas para esta pesquisa, 2005 foi, como apontou uma delas, um ano em que já “tinha muita gente a favor do aborto e tínhamos que fazer alguma coisa” (E3, tradução própria), de maneira que algumas organizações enxergaram, naquele momento, uma mudança cultural que as levaria a intensificar as atuações e a redefinir as estratégias. Efetivamente, o lançamento da CALSG e um contexto político menos hostil às suas demandas – com base nas tensões entre o governo de Kirchner e a Igreja, juntamente com o apoio de setores do Ministério da Saúde e do Judiciário a suas reivindicações –, começaram a alterar o debate público. Com efeito, segundo Brown (2008), foi somente a partir de 2004 que começou a ocorrer uma polarização progressiva da discussão entre setores que a mídia chamou, cada vez com maior frequência, de “abortistas” e “antiabortistas”. Essa mudança no debate público implicou uma influência indireta das organizações pelo direito ao aborto nas organizações contrárias: de acordo com Meyer e Staggenborg (1996), um movimento pode influenciar indiretamente o movimento oposto quando altera o entorno – do qual o debate público faz parte – em que cada lado opera.

Por sua vez, a intensificação dos protestos orientados a impedir o acesso a abortos não puníveis, em 2006, conduziu as feministas pelo aborto legal a se

concentrarem, também, em defender esse direito. De fato, em grande medida, a garantia do acesso a abortos não puníveis se tornou uma prioridade na agenda das organizações pelo direito ao aborto. Como a literatura (Fetner, 2008; Meyer, Staggenborg, 2008; Dorf, Tarrow, 2014) aponta, determinadas atuações de um movimento podem levar a mudanças nas prioridades da agenda do movimento contrário: assim, no caso analisado, as manifestações pelo direito ao aborto em 2006 incluíram a demanda pelo acesso a abortos não puníveis como prioritária. Inclusive, para além de influenciar na agenda de prioridades das organizações da CALSG, as iniciativas orientadas a obstruir o acesso a abortos não puníveis fizeram com que essas organizações tivessem que entrar na arena judicial para enfrentar as iniciativas mencionadas. Nesse sentido, a literatura sobre movimentos opostos (Staggenborg, 1991; Meyer, Staggenborg, 1996) também aponta que, ao entrar em uma arena, um movimento pode virtualmente forçar o movimento oposto a seguir-lo. Ao observar as atuações pelo direito ao aborto na arena judicial durante todo o período analisado, percebemos que mais da metade dessas ações foram feitas em resposta a protestos contrários iniciados na mesma arena, o que implica que não foi apenas em 2006 que as organizações pelo direito ao aborto tiveram que entrar no âmbito judicial para responder às atuações opostas na mesma arena.

Com exceção dos anos de 2005 e 2006, observou-se uma correlação direta entre os protestos opostos ao longo do período analisado: a frequência de ambas as manifestações diminuiu em 2009, aumentou em 2011 e 2012, diminuiu em 2014 e aumentou novamente em 2017 e 2018. Notamos que, no geral, os protestos opostos em torno do direito ao aborto tenderam a aumentar e diminuir, respectivamente, em momentos de maior ou menor tensão entre governo nacional e Igreja Católica, como apontaremos ao longo desta seção. Com efeito, na Argentina, a Igreja Católica tem uma forte influência na política e, particularmente, no que diz respeito ao aborto (Htun, 2003; Borland, 2004; Blofield, 2008; Htun, Weldon, 2018), de maneira que consideramos que o tipo de vínculo entre o governo e a hierarquia eclesiástica podia apresentar oportunidades e limitações para as mobilizações opostas.

Embora os eventos de protesto de 2007 não tenham sido codificados no nosso banco de dados, interessa mencionar duas questões importantes sobre aquele ano. A primeira se refere às atuações dos lados contrários: no dia 28 maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher –, a CALSG apresentou, pela primeira vez, o PL-IVE, o que envolveu uma série de mobilizações orientadas a dar visibilidade a esse projeto, enquanto continuavam as atuações contrárias em torno dos contraceptivos de emergência e do acesso ao aborto não punível. A segunda questão relevante constitui o fato de que 2007 foi um ano de eleições presidenciais e, em

reiteradas ocasiões, a candidata Cristina Fernández – do *Partido Justicialista* (PJ), na coalizão *Frente Por la Victoria* – tinha se pronunciado contra o direito ao aborto, o que possibilitou, quando eleita, uma (embora temporal) aproximação entre o governo nacional e a Igreja Católica. Com efeito, já em 2003, durante uma rodada de perguntas em um evento realizado em Paris, Fernández tinha respondido uma questão em torno da legalização do aborto da seguinte maneira:

Não sou progressista, sou peronista. [...]. As sociedades têm seus tempos e não acho que seja o da Argentina. Mal conseguimos aprovar uma lei sobre educação sexual e reprodução responsável, e custou bastante. [...]. Também, e para além disso, sou contra o aborto (Pisani, 2003, tradução própria).

Nesse sentido, a partir de dezembro de 2007, quando Fernández assumiu a presidência do país, houve uma aproximação entre o governo e a Igreja Católica com base nesses pronunciamentos. No entanto, em 2008, aconteceu uma nova situação de tensão a partir da crítica da instituição eclesiástica contra a mandatária por um conflito entre o governo e o setor agropecuário – ocasionado pelas retenções de impostos sobre as exportações de soja, trigo e milho –, que desencadeou um prolongado ciclo de mobilizações. Naquela ocasião, a Igreja Católica pediu ao governo de Fernández que mostrasse um “gesto de grandeza” e convocasse o setor agropecuário a um diálogo transparente para resolver o conflito por vias institucionais (CEA, 2008). Durante o mesmo ano, houve, também, alguns protestos opostos em torno do direito ao aborto vinculados, novamente, com o acesso à interrupção da gravidez em situações de não punibilidade e com a circulação de contraceptivos de emergência. Ademais, em 28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher –, a CALSG encaminhou, pela segunda vez, o PL-IVE ao Congresso, com a assinatura de 22 parlamentares de diferentes partidos.

Em 2009 – ano cujos eventos de protesto codificamos –, o governo de Fernández procurou aproximar-se, novamente, da Igreja Católica. Durante aquele ano, a mandatária viajou ao Vaticano, assistiu a eventos religiosos e, ao ser duramente criticada pela hierarquia eclesiástica por causa do aumento da pobreza – que, de acordo com a crítica, atingia, sobretudo, a crianças e adolescentes –, decretou o fornecimento de um auxílio econômico universal para menores de 18 anos – conhecido como *Asignación Universal por Hijo* – (Argentina, 2009), sugerido pela própria Igreja poucos dias antes (Irigaray, 2009). Enquanto, temporalmente, o vínculo entre Fernández e a hierarquia eclesiástica nacional se tornava menos tenso, crescia um conflito maior entre essa instituição e Mauricio Macri – do

partido *Propuesta Republicana* (PRO) – que, naquele momento, ocupava o cargo de prefeito da cidade de Buenos Aires: a tensão tinha surgido pelo fato do prefeito portenho não ter recorrido, após o pedido da Igreja, a uma decisão judicial na Capital Federal que validou o primeiro casamento entre dois homens no país. Se torna importante mencionar isso para compreender que, em 2018, quando Macri decidiu permitir a discussão sobre a legalização do aborto no Congresso, já existiam tensões entre ele e a Igreja Católica. Nesse sentido, um ativista autodenominado “pró-vida” entrevistado para esta pesquisa mencionou que “a decisão de Macri não surpreendeu ninguém porque não tinha recorrido a sentença do matrimônio homossexual em 2009 quando era prefeito de Buenos Aires” (E1, tradução própria).

Durante 2009, o maior cenário de interação entre os protestos opostos em torno do direito ao aborto foi no XXIV ENM, na conservadora cidade de Tucumán. As iniciativas orientadas a travar as discussões sobre aborto naqueles encontros já constituíam uma forma de atuação habitual dos setores contra esse direito. Ainda antes do início do XXIV ENM, ativistas autodenominados/as “pró-vida” espalharam cartazes pela via pública com mensagens contrários ao direito ao aborto e realizaram uma *Marcha por la vida*. Finalmente, quando o encontro aconteceu, ativistas保守adoras ingressaram nas salas dos grupos de trabalho sobre aborto. Uma dessas ativistas – a qual entrevistamos – descreveu sua participação naquele encontro da seguinte maneira:

Quando fiquei sabendo que viria o movimento abortista, o ENM, em Tucumán [...], estudei ao longo do ano para defender a vida humana a partir do momento da concepção nos grupos de trabalho. [...]. Tem certas coisas que não podem ser debatidas, como o direito à vida [...]. Dizem que em cada ENM tua vida muda. E mudou mesmo para mim porque percebi que tem muita gente trabalhando para instaurar o aborto na cabeça das mocinhas que não têm uma posição assumida, que tudo dá na mesma ou que acham que o lenço verde está na moda (E2, tradução própria).

As sucessivas atuações de mulheres autodenominadas “pró-vida” nos ENM contribuíram para que a polarização em torno do direito ao aborto já estivesse bastante intensificada em 2009. Com efeito, a entrevistada mencionada apontou que

em 2009, percebemos que a vida estava em perigo e muitas pessoas se envolveram na sua defesa. E depois de que o ENM saiu de Tucumán [...], surgiram

ramalhetes do movimento pró-vida: de profissionais, de jovens, de adolescentes, de pais, inclusive de *rugbiers*.” (E2, tradução própria).

Com base no avanço do ativismo autodenominado “pró-vida” durante os últimos anos – e, com isso, no aprofundamento da polarização entre o conservadorismo religioso-moral e o progressismo laico –, diferentes organizações de ateus e ateias, feministas, de direitos humanos e LGBTI+ lançaram, em março de 2009 – ainda antes do governo de Fernández tentar recompor o vínculo com a Igreja Católica –, uma campanha que promovia a apostasia coletiva: ou seja, atos massivos de renúncia ao catolicismo. Além disso, naquele ano, a CALSG convocou uma passeata em 28 de setembro – para comemorar o Dia da Desriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe –, em que as organizações divulgaram a *Línea Aborto*: um serviço telefônico que oferecia informações vinculadas com a interrupção da gestação.

Apesar das atuações mencionadas, os protestos opostos de 2009, como apontamos, diminuíram em relação com 2006, em consonância com o tipo de vínculo entre governo nacional e Igreja Católica – ou seja, altamente conflitivo em 2006 e mais estável em 2009. Já em 2010 – ano que não foi codificado no nosso banco de dados –, houve um novo conflito entre o governo de Fernández e a Igreja Católica pelo tratamento e aprovação da Lei de Matrimônio Igualitário (Lei 26.618) no Congresso Nacional, a que Jorge Bergoglio – naquele momento, arcebispo de Buenos Aires – qualificou como “a pretensão destrutiva do plano de Deus” (La Nación, 2010, tradução própria). De acordo com a maioria dos e das ativistas contra o direito ao aborto entrevistados/as para esta pesquisa, aquele ano foi importante em termos de organização do movimento autodenominado “pró-vida”, tanto em um nível subnacional, quanto federal. Com efeito, durante os protestos contra a legalização do matrimônio igualitário, vários/as manifestantes estabeleceram contato e, entre algumas organizações, criaram a *Red Federal de Familias* (RFF), que aquele mesmo ano apresentou no Congresso um projeto de lei que promovia um auxílio econômico para mulheres grávidas de baixa renda e estabelecia o direito à vida a partir do momento da concepção. Ao mesmo tempo, a CALGS encaminhou ao Congresso, pela terceira vez, o PL-IVE, com 39 assinaturas de parlamentares de diferentes partidos. De acordo com várias pessoas entrevistadas – a favor e contra do direito ao aborto –, a legalização do matrimônio igualitário gerou a percepção de que a interrupção voluntária da gravidez estava se aproximando da legalização, de maneira que 2010 constituiu um ano de forte e prolongada polarização. Inclusive, segundo a maioria dos e das ativistas contra o direito ao aborto entrevistados/as, o sucesso da coalizão LGBTI+ na aprovação

da Lei mencionada foi interpretado pelo movimento autodenominado “pró-vida” como um sucesso do movimento pela legalização do aborto. Como uma entrevisitada apontou: “as que estavam na passeata do movimento abortista [em referência ao ENM] eram as mesmas pessoas que estiveram na manifestação pela Lei de Matrimônio Igualitário [...]. É o mesmo movimento” (E2, tradução própria). De acordo com a literatura (Meyer, Staggenborg, 1996; Banasza, Ondercin, 2016), o sucesso relativo de um movimento gera uma oportunidade para a mobilização do movimento oposto: no caso analisado, ao ser percebido o movimento pelo aborto legal e a coalizão LGBTI+ como um único e mesmo movimento, a aprovação da Lei de Matrimônio Igualitário foi enxergada como um sucesso do primeiro movimento e, nesse sentido, as atuações contra o direito ao aborto se intensificaram.

Em função da intensa e prolongada polarização mencionada, em 2011 – ano cujos eventos codificamos –, os protestos contrários aumentaram em relação a 2009 e envolveram vários cenários de confronto. Um deles surgiu a partir de um caso de judicialização do aborto em situação de não punibilidade iniciado em 2010 na província de Chubut. Diferentemente de casos anteriores, o processo judicial tinha chegado à Corte Suprema de Justiça, que contava com a oportunidade histórica de esclarecer os pontos imprecisos do artigo 86 do *Código Penal* – sobre aborto não punível – e fornecer uma resposta institucional à disputa em torno disso. Naquele cenário, os protestos dos setores a favor e contra o direito ao aborto não punível envolveram, principalmente, apresentações coletivas – e outras individuais por parte de especialistas – durante o litígio, em caráter de *Amicus curiae*, de maneira que, novamente, ambos os lados contrários atuaram por meio das mesmas táticas na arena judicial. Com efeito, dado que o repertório de confronto com o que contam os atores e atrizes envolvidos/as em uma estrutura contenciosa é limitado – excetuando certas inovações que podem introduzir (Tilly, 2008) –, as possibilidades nas formas de atuação se reduzem notavelmente quando os protestos acontecem em arenas institucionais e, nesse sentido, é mais provável que os lados opostos devam recorrer às mesmas táticas (Meyer, Staggenborg, 2008).

Outro cenário de protestos opostos em 2011 aconteceu durante uma audiência pública em torno do direito ao aborto na Câmara dos Deputados, que envolveu concentrações de ativistas a favor e contra a legalização da interrupção voluntária da gravidez, dentro e fora do Congresso Nacional. Já naquela ocasião, a polarização tinha se intensificado a ponto de que manifestantes contra o direito ao aborto empregaram a violência física como forma de protesto: com efeito, durante a audiência, agrediram fisicamente uma deputada que tinha se pronunciado a favor. Um terceiro e importante cenário de protestos opostos em 2011 incluiu concentrações

contrárias na frente do Congresso, quando vários projetos de lei que contemplavam a descriminalização e legalização do aborto começaram a ser discutidos na Comissão de Legislação Criminal da Câmara dos Deputados. De fato, era a primeira vez que a interrupção voluntária da gravidez era tratada no Congresso, mas a iniciativa não prosperou, principalmente, porque não contava com o apoio da presidente (Tabbush et al., 2016). Um quarto cenário de protestos opostos em 2011 envolveu novos casos de obstrução do acesso ao aborto não punível no interior do país, mas a novidade, em uma daquelas ocasiões, consistiu no rápido oferecimento, por parte da recentemente criada RFF, de auxílio econômico e psicológico à família da adolescente grávida para que não interrompesse a gestação. Apesar de não termos codificado, no banco de dados, o fornecimento de certos serviços assistenciais por parte das organizações, interessa mencionar que, como observamos nas fontes analisadas, se tornaram cada vez mais frequentes em ambos os lados contrários: ou seja, ao longo do tempo, aumentaram os oferecimentos de assistência tanto para acessar ao aborto – punível e não punível –, quanto para continuar a gravidez. Um quinto cenário de protestos opostos em 2011, embora com menor repercussão, surgiu a partir de uma campanha contra o direito ao aborto lançada por uma modelo no Twitter, o que gerou respostas de ativistas a favor e contra esse direito. Por fim, um sexto cenário de protestos opostos naquele ano envolveu ações de *hacking* do site da CALSG e comunicados em repúdio.

Em 2012 – ano cujos eventos codificamos – os protestos opostos aumentaram em relação a 2011. Enquanto a tensão entre o governo nacional – segundo mandato de Fernández – e a Igreja Católica ainda continuava, uma nova situação conflitiva entre ambos – embora, notavelmente, de menor intensidade – aconteceu em função do tratamento e aprovação da Lei de Identidade de Gênero (Lei 26.743). Durante aquele ano, as organizações pelo direito ao aborto também obtiveram uma vitória a partir da decisão judicial referente ao processo que aludimos: a Corte esclareceu os aspectos legais imprecisos em torno do aborto não punível e exortou às autoridades nacionais, provinciais e da cidade de Buenos Aires a operacionalizar protocolos para o atendimento de abortos em casos de não punibilidade, com o intuito de evitar as frequentes obstruções para o acesso. No entanto, essas obstruções continuaram acontecendo ao longo do tempo: inclusive, às ações judiciais orientadas a impedir o acesso à interrupção da gestação em casos individuais de não punibilidade se somaram as ações judiciais orientadas, também, a impedir a implementação dos protocolos mencionados. 2012 também foi o ano em que a CALSG apresentou, pela quarta vez, o PL-IVE – assinado por 59 parlamentares – em conjunto com a realização de alguns protestos de rua e comunicacionais para que se retomasse o

debate legislativo iniciado em 2011, o que, por sua vez, foi respondido com protestos de rua e comunicacionais do lado contrário.

Apesar da quantidade de assinaturas do PL-IVE aumentar em cada apresentação, a maioria dos e das parlamentares assinantes não realizava *lobby* interno para que o Projeto fosse discutido, enquanto o pequeno grupo de congressistas comprometidos/as não contava com poder real no Congresso para incorporar a discussão em torno da legalização do aborto na agenda parlamentar (Anderson, 2020). Em 2013 – ano cujos eventos não codificamos –, as probabilidades de que se tratasse o Projeto no Congresso se reduziram ainda mais quando o Cardeal Bergoglio foi nomeado Sumo Pontífice da Igreja Católica: a partir daquele momento, a presidente Fernández procurou uma aproximação com o Vaticano. Em 2014 – ano cujos eventos codificamos –, o vínculo entre governo nacional e Igreja Católica se tornou ainda mais próximo a partir da reforma do *Código Civil e Comercial da Nação* que, entre outras concessões às demandas da hierarquia eclesiástica, estabeleceu o reconhecimento da pessoa humana a partir do momento da concepção. Naquele contexto de reconciliação entre a Igreja Católica e o governo nacional, observamos que os protestos contrários de 2014 diminuíram em relação a 2012. Durante aquele ano, a CALSG apresentou, pela quinta vez, o Projeto – assinado por 67 parlamentares – e conseguiu, novamente, que se debatesse na Comissão de Legislação Criminal da Câmara dos Deputados, após realizar uma manifestação em plenário com o intuito de colocar o debate pela legalização do aborto na agenda parlamentar. No entanto, a iniciativa não prosperou. No contexto da discussão na comissão mencionada, houve um novo cenário de confronto entre os lados contrários: ativistas a favor e contra se manifestaram na frente do Congresso e, adicionalmente, houve protestos comunicacionais dos lados opostos. Também devemos mencionar que a disputa em torno dos abortos não puníveis não tinha desaparecido naquele ano: embora não tenhamos codificado eventos de obstrução do acesso à interrupção da gestação em casos de não punibilidade durante 2014 – por não ter sido ações coletivas, mas individuais –, codificamos as denúncias, declarações, protestos de rua e outros tipos de manifestações, realizadas por organizações da CALSG, contra as intervenções orientadas a obstruir aquele acesso.

O ano de 2015 – cujos eventos não codificamos – constituiu o último do segundo mandato de Fernández e, em dezembro, Macri – do PRO, na coalizão *Cambiamos* – assumiu a presidência do país. Como já mencionamos, o vínculo entre Macri e a Igreja Católica tinha se tornado tenso em 2009, quando ocupava o cargo de prefeito. Para além disso, existia um distanciamento pessoal entre Macri e Bergoglio devido às críticas do prelado ao neoliberalismo – promovido nos

governos macristas – e a sua afinidade ideológica com o PJ. Ademais, durante 2015, o assessor político da campanha de Macri, Jaime Durán Barba, declarou que “o que um Papa diga não muda o voto nem de dez pessoas, mesmo que seja argentino ou sueco” (Clarín, 2015, tradução própria), acrescentando que *Cambiemos* era a favor da liberdade e, portanto, da legalização do aborto. Diante dessa declaração, Macri se pronunciou contra o direito ao aborto e apontou que as afirmações do assessor eram pessoais e que não representavam seu posicionamento nem o da coalizão. No entanto, o vínculo entre Macri e a Igreja Católica continuou sendo de distanciamento, apesar de algumas iniciativas de aproximação por parte do mandatário. Naquele contexto, os protestos contrários tenderam a aumentar, como observamos no ano de 2017 em relação a 2014. Embora não tenhamos codificado o ano de 2016, vale mencionar que, naquele ano, a CALSG apresentou, pela sexta vez, o PL-IVE – assinado por 44 parlamentares – no Congresso Nacional. Adicionalmente, em 2016, houve duas mudanças significativas em relação a anos anteriores: a articulação da CALSG com o movimento *Ni Una Menos* – criado, na Argentina, em 2015 –, e a ocorrência de uma série de mobilizações em torno de dois casos de mulheres condenadas por aborto espontâneo em cidades do interior do país.

Em 2017, houve vários cenários de protestos opostos: por exemplo, um deles implicou em, novamente, situações de obstrução para o acesso a abortos não puníveis em cidades do interior do país, incluindo ações por via judicial, protestos de rua e comunicacionais, entre outros. Um segundo cenário, vinculado com o anterior, envolveu uma denúncia contra uma psicóloga ligada a uma organização autodenominada “pró-vida” por ter induzido uma menina de 11 anos a continuar a gestação, após a interrupção ter sido autorizada. Em resposta à denúncia, que resultou na punição da profissional, a organização recorreu na justiça para revogar a decisão anterior. Um terceiro cenário envolveu uma performance durante a passeata do 8 de março – em comemoração do Dia Internacional da Mulher – na cidade de Tucumán: ativistas da organização *Socorro Rosa* realizaram uma encenação da Virgem Maria abortando, na frente da Catedral. Em resposta, organizações contra o direito ao aborto realizaram manifestações de repúdio, mediante escrachos às ativistas, denúncias e um protesto de rua. Por sua vez, organizações pelo direito ao aborto responderam, por meio de declarações, criticando o escracho contra as ativistas. Outro cenário de confronto em 2017 envolveu a incorporação, após a solicitação da organização *Red Profesionales de la Salud por el derecho a Decidir*, de uma disciplina sobre aborto como assunto de saúde pública ao programa do curso de graduação em medicina, na Universidade Nacional de Rosario. Em oposição ao anúncio da inclusão dessa disciplina, organizações e ativistas autodenominados/as

“pró-vida” encaminharam *e-mails*, de maneira massiva, à instituição na tentativa de evitar que as aulas fossem ministradas, porém, essa investida não obteve sucesso.

Já em 19 de fevereiro de 2018, a CALSG realizou um protesto massivo – um *pañuelazo* – em frente ao Congresso Argentino e, poucos dias depois, Macri decidiu permitir a discussão legislativa sobre o PL-IVE, o que gerou um ciclo contencioso entre os lados contrários. De acordo com Tarrow (2011), embora não todos os ciclos contenciosos possuam as mesmas características, existem alguns aspectos gerais que permitem identificá-los, tais como: a intensificação do confronto, a rápida difusão da ação coletiva, a expansão do repertório de confronto e dos enquadramentos, a criação de novas organizações e radicalização das antigas, e a intensificação da interação entre desafiantes e autoridades. No gráfico 1, podemos observar a intensificação gradual do confronto entre ambos os lados opostos a partir de fevereiro – mês em que Macri permitiu o debate legislativo –, cujo momento de pico esteve compreendido entre junho e agosto, os meses do debate na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente. Como observamos durante a codificação, no início, a Igreja Católica assumiu um papel moderado diante do pronunciamento do presidente sobre que permitiria a discussão legislativa. Com efeito, em um comunicado, o Episcopado expressou: “as batinas não devem ser exibidas neste debate. Que os laicos atuem. As batinas irritam o público independente” (Zuleta, 2018, tradução própria). Nesse sentido, em um primeiro momento, os protestos contra a legalização do aborto foram convocados, majoritariamente, por organizações autodenominadas “pró-vida”, com o apoio da Igreja, mas sem sua interferência. Durante essa etapa inicial, ativistas lançaram a campanha contra a legalização do aborto, *Salvemos las dos vidas*, e criaram seu símbolo de luta, em oposição ao lenço verda da CALSG: o lenço azul-celeste.

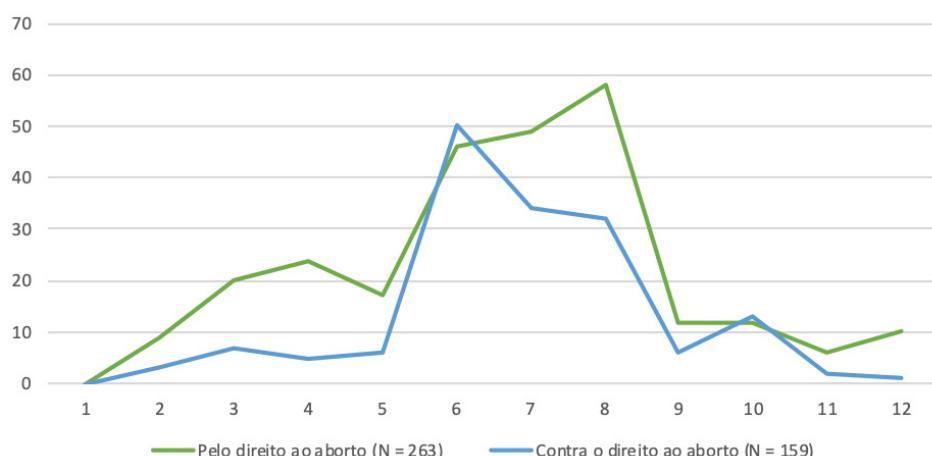


Gráfico 1. Distribuição comparada de protestos por mês durante 2018. Fonte: elaboração própria.

Em um segundo momento, após a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara dos Deputados em 14 de junho – com 129 votos a favor, 125 contra e 1 abstenção –, a hierarquia eclesiástica adotou um papel mais ativo. Assim, no gráfico 1, podemos observar que o pico dos protestos contra a legalização do aborto foi em junho: após a decisão dessa casa legislativa, os protestos começaram a diminuir em frequência, ao mesmo tempo que a atuação da Igreja Católica aumentou – mediante comunicados, *lobby* e outras ações. Apesar de que os protestos das organizações e ativistas autodenominados/as “pró-vida” diminuíram em frequência após a aprovação do Projeto pela Câmara dos Deputados, aumentaram em intensidade: com efeito, envolveram numerosos atos de violência física e ameaças de morte, enquanto os protestos de rua contaram com um maior número de participantes. Embora tenhamos excluído o número de manifestantes dos eventos de protesto (devido ao alto grau de dados faltantes), observamos que, nas principais manifestações de rua, o número de participantes tendeu a aumentar. Com efeito, em 4 de agosto, em um protesto de rua contra a legalização do aborto na cidade de Buenos Aires, houve 350.000 pessoas, enquanto as manifestações anteriores ao debate legislativo na Câmara dos Deputados que foram codificadas contaram com, no máximo, 50.000 pessoas. Por sua vez, a concentração de manifestantes contra a legalização do aborto durante o debate no Senado duplicou em número de pessoas à que foi realizada durante as discussões na Câmara dos Deputados.

Já no caso dos protestos a favor da legalização do aborto, observamos, de acordo com o gráfico 1, que o pico foi em agosto, durante e após o debate legislativo no Senado, que rejeitou o Projeto de Lei – apresentado pela sétima vez e assinado por 72 parlamentares – com 38 votos contra, 31 a favor e duas abstenções. Embora o debate tenha sido em 8 de agosto, os protestos pelo aborto legal continuaram ao longo do mês, principalmente por meio de protestos extra institucionais e comunicacionais, que visavam expressar o repúdio à decisão do Senado e a continuidade da luta. Nesse sentido, em ocasiões, os protestos foram acompanhados pelo hashtag *#SeráLey*, em alusão a que a luta continuaria até que o PL-IVE fosse aprovado. Adicionalmente, as convocatórias para realizar apostasias coletivas se tornaram mais frequentes, com base na ativa atuação da Igreja Católica para impedir a aprovação do Projeto no Senado. Com tudo, a etapa de desmobilização do ciclo contencioso aconteceu em setembro e, durante o resto do ano, houve alguns protestos contrários vinculados, sobretudo, à implementação da ESI nas escolas e, novamente, à disputa em torno do direito ao aborto não punível.

CONCLUSÕES

De acordo com Htun (2003), na América Latina, a abertura de oportunidades para a aprovação de políticas favoráveis aos direitos reprodutivos, divórcio e outras pautas contrárias à agenda do Vaticano tende a acontecer em contextos de tensão entre a Igreja Católica e o governo em exercício. No nosso estudo observamos que, para além da aprovação de políticas, as mobilizações opostas tenderam a aumentar em momentos de tensão ou distanciamento entre o governo nacional e a hierarquia eclesiástica, bem como a diminuir em momentos pouco conflitivos. Antes de iniciar esta pesquisa, partimos de uma hipótese amplamente aceita nos estudos sobre movimentos opostos: as mudanças na conjuntura política, como a eleição de um governo hostil ou amigável a certa causa, supõem oportunidades e limitações para a atuação dos lados contrários (Meyer, Staggenborg, 1996). No entanto, ao observar a correlação entre a frequência dos protestos opostos e a tensão do vínculo entre governo nacional e hierarquia eclesiástica, constatamos que, para analisar a conjuntura política como oportunidade ou limitação para a atuação dos lados contrários, era necessário atender a esse vínculo. Nesse sentido, consideramos que, em pesquisas similares realizadas em países onde a instituição religiosa exerce influência na política, torna-se necessário considerar os vínculos entre governo e Igreja ao analisar as oportunidades e limitações para a atuação dos lados opostos, especialmente quando as disputas envolvem questões de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMA, Amanda; LORENZO, Paula (2009). *Mujeres que se encuentran. Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)*. Buenos Aires: Feminaria.
- ANDERSON, Cora Fernández (2020). *Fighting for abortion rights in Latin America: Social movements, state allies and institutions*. New York: London, Routledge.
- ARGENTINA (2002). Portal de Belén Asociación Civil sin fines de lucro c/Ministerio de Salud y Acción Social de la Nación s/Amparo, de 05/03/2002. Buenos Aires, Corte Suprema de Justicia de la Nación. <http://www.saij.gob.ar/descarga-archivo?guid=rstuvwxyz-llos-comp-uest-00200003pdf&name=02000003.pdf> (acesso em: 21/12/2023).
- ARGENTINA (2009). La Presidenta anunció el otorgamiento de la asignación universal por hijo. Buenos Aires, Presidência da Nação, de 29/10/2009. <https://www.argentina.gob.ar/noticias/la-presidenta-anuncio-el-otorgamiento-de-la-asignacion-universal-por-hijo> (acesso em: 21/12/2023).

- BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather L (2016). Explaining the Dynamics between the Women's Movement and the Conservative Movement in the United States. *Social Forces*, v. 95, n. 1, p. 381-410. <https://doi.org/10.1093/sf/sow051>
- BLOFIELD, Merike (2008). Women's Choices in Comparative Perspective: Abortion Policies in Late Developing Catholic Countries. *Comparative Politics*, v. 40, n. 4, p. 399-419. <https://doi.org/10.5129/001041508X12911362383273>
- BORLAND, Elizabeth (2004). Cultural opportunities and tactical choice in the Argentine and Chilean reproductive rights movements. *Mobilization: an international quarterly*, v. 9, n. 3, p. 327-39. <https://doi.org/10.17813/maiq.9.3.h21v538381278oj5>
- BROWN, Josefina Leonor (2008). La cuestión del aborto en Argentina. Una mirada a partir de la prensa periódica". *Question*, v.1, n. 20, p. 1-7. <https://www.perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/688> (acesso em: 05/10/2022)
- CEA (*Conferencia Episcopal Argentina*). Documento del Episcopado: La Nación requiere gestos de grandeza. AICA, Buenos Aires, 06/06/2008.
- CLARÍN. Kirchner salió a cortar la polémica por la despenalización del aborto. *Clarín*, Buenos Aires, 27/11/2004a.
- CLARÍN. Highton evitó polémicas sobre el aborto y pasó la prueba del Senado. *Clarín*, Buenos aires, 01/06/2004b.
- CLARÍN. Argibay defendió su postura sobre el aborto y se encamina a la Corte. *Clarín*, Buenos Aires, 24/06/2004c.
- CLARÍN. Macri se diferenció de Durán Barba sobre el aborto: "No representa mi pensamiento". *Clarín*, Buenos Aires, 20/11/2015.
- DORF, Michael C.; TARROW, Sidney (2014). Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena. *Law & Social Inquiry*, v. 39, n. 2, p. 449-73. <https://doi.org/10.1111/lsi.12069>
- EARL, Jennifer et al (2004). The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 65-80. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.30.012703.110603>
- ELLIOTT, Thomas; EARL, Jennifer (2018). Online protest participation and the digital divide: Modeling the effect of the digital divide on online petition-signing. *New Media & Society*, v. 20, n. 2, p. 698-719. <https://doi.org/10.1177/1461444816669159>
- FETNER, Tina (2005). Ex-gay rhetoric and the politics of sexuality: the Christian antigay/ pro-family movement's "truth in love" ad campaign. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 1, p. 71-95. https://doi.org/10.1300/J082v50n01_04
- FETNER, Tina (2008). *How the religious right shaped lesbian and gay activism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- HERRERA-GUTIÉRREZ, María-Rosa (2012). Demanda colectiva y movilización ciudadana: un estudio de caso (Argentina 1998-2005). *Portularia*, v. 12, n. 2, p. 13-27. <https://doi.org/10.5218/prts.2012.0041>
- HTUN, Mala (2003). *Sex and the state: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HTUN, Mala; WELDON, S. Laurel (2018). *The logics of gender justice: State action on women's rights around the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- HUTTER, Swen (2014). "Protest event analysis and its offspring". In: DELLA PORTA, Donatella (ed.). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, p. 335-67.
- IRIGARAY, Juan Ignacio. La Iglesia presenta a los Kirchner un plan para acabar con la indigencia infantil. *El Mundo*, Madrid, 26/10/2009.
- KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter (2002). "Protest event analysis". In: KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (eds.). *Methods of social movement research*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, p. 231-59.
- LA NACIÓN. Bergoglio dice que la boda gay "es la pretensión destructiva del plan de Dios". *La Nación*, Buenos Aires, 08/07/2010.
- MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American journal of sociology*, v. 101, n 6, p. 1628-60. <https://doi.org/10.1086/230869>
- MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne (2008). "Opposing movement strategies in US abortion politics". In: COY, Patrick G. (ed.). *Research in Social Movements, Conflicts and Change*. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, p. 207-38.
- OLZAK, Susan (1989). Analysis of events in the study of collective action. *Annual review of sociology*, v. 15, p. 119-41. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.15.080189.001003>
- PISANI, Silvia. Cristina Kirchner: no soy progre, soy peronista. *La Nación*, Buenos Aires, 27/11/2003.
- STAGGENBORG, Suzanne. (1991), *The pro-choice movement: Organization and activism in the abortion conflict*. Oxford: Oxford University Press.
- TABBUSH, Constanza et al (2016). Matrimonio igualitario, identidad de género y disputas por el derecho al aborto en Argentina. La política sexual durante el kirchnerismo (2003-2015). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 22, p. 22-55. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.02.a>
- TARROW, Sidney G (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TILLY, Charles (2008). *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press.

- ZALD, Mayer N.; USEEM, Bert (1987). "Movement and countermovement interaction: Mobilization, tactics, and state involvement". In: ZALD, Mayer; MCCARTHY, John D. (eds). *Social Movements in an Organizational Society: Collected Essays*. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 247-72.
- ZULETA, Ignacio. La trastienda del aborto, la Iglesia y la revolución impensada del macrismo. *Clarín*, Buenos Aires, 04/03/2018.